Jesuitas no Sul do Brasil

Volume IV

História das Missões Orientais do Uruguai

SEGUNDA PARTE

Aurélio Porto

EDIÇÃO DA

LIVRARIA SELBACH - PÔRTO ALEGRE

HISTÓRIA DAS MISSÕES ORIENTAIS DO URUGUAI

JESUÍTAS NO SUL DO BRASIL

VOLUME IV

História das Missões Orientais do Uruguai

Por AURÉLIO PORTO

Segunda Edição revista e melhorada pelo
P. LUÍS GONZAGA JAEGER, S. J.

SEGUNDA PARTE

Edição da LIVRARIA SELBACH de Selbach & Cia.
RUA MARECHAL FLORIANO, 10 — PÔRTO ALEGRE
— Oficinas Gráficas à Rua Dr. Timóteo n.º 416 —

IMPRIMI POTEST.

Porto Alegre, 11 de Fevereiro de 1954.

P. Edvino Friderichs, S. J.
Provincial da Companhia de
Jesus no Sul do Brasil.

NIHIL OBSTAT.

Porto Alegre, 17 de Março de 1954.

Mons. Dr. João Maria Balen.

IMPRIMATUR.

Porto Alegre, 17 de Março de 1954.

Mons. André Pedro Frank,
Vig. Geral.

PRÓLOGO

Oferecemos agora ao Leitor o presente volume, segunda parte da HISTÓRIA DAS MISSÕES ORIENTAIS DO URUGUAI, volume IV da Série: JESUÍTAS NO SUL DO BRASIL.

Este já vai publicado sob os auspícios e a direção do recém fundado INSTITUTO ANCHIETANO DE PESQUISAS, SECÇÃO DE HISTÓRIA, mantido pelo Colégio Anchieta, de Porto Alegre.

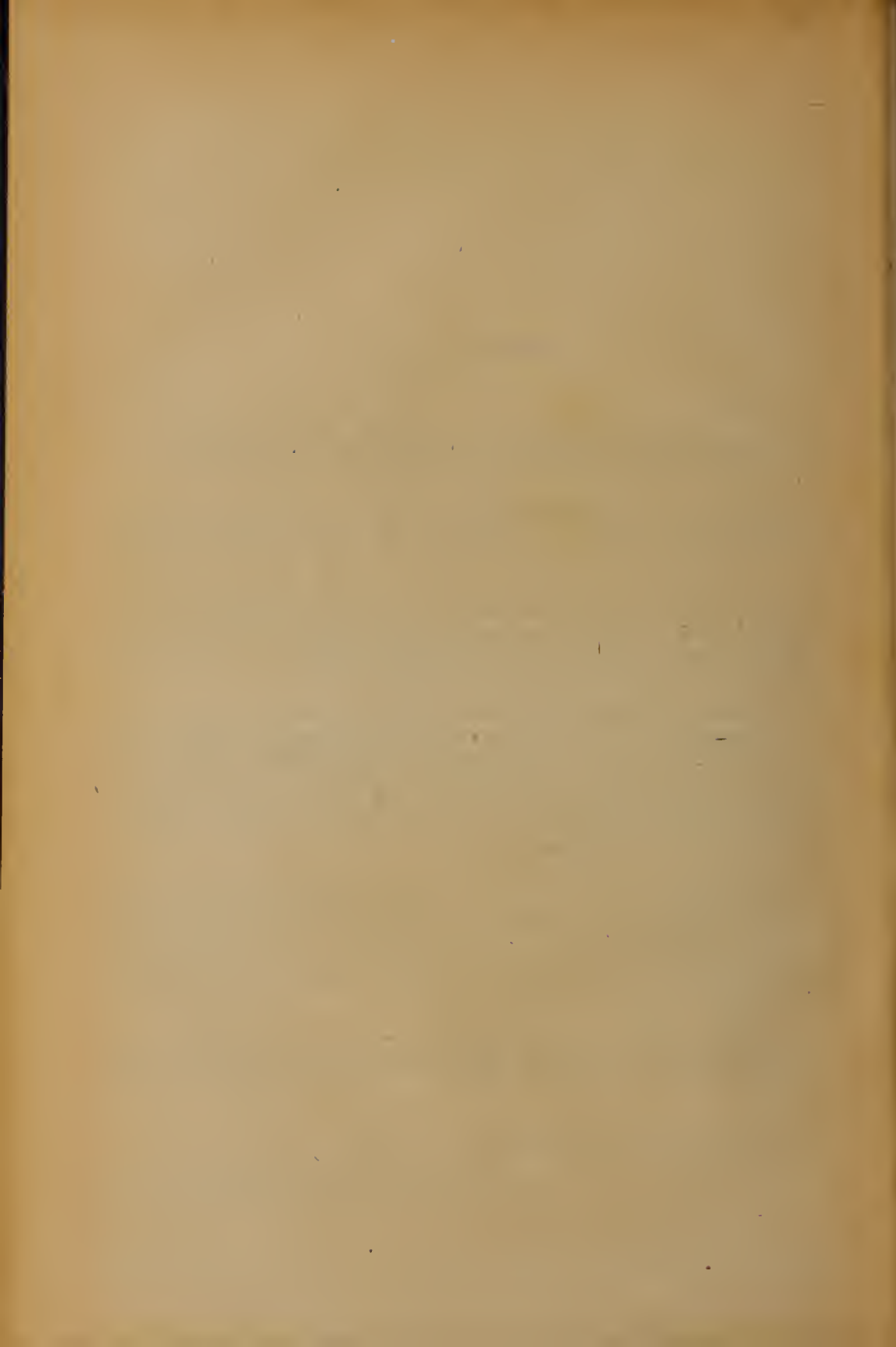
O volume 5º, que tratará do palpitante problema da CULTURA DOS SETE POVOS do Rio Grande do Sul, complemento natural dos dois volumes precedentes, estava apenas delineado em seus traços gerais por Aurélio Porto, quando a impiedosa morte lhe arrancou para sempre da mão a incansável pena.

Assim, o nosso patrício, R. P. Arnaldo Bruxel, S. J. de retôrno da Europa, de cujos arquivos históricos trouxe um documentário opulentíssimo, vai incumbir-se de elaborar êsse 5º volume. Porém, em consequência do enorme acervo de fontes a serem consultadas, máxime a monumental Coleção de Ângelis, da Biblioteca Nacional, de difícil acesso, a confecção dessa obra ainda requererá longo prazo de estudos.

Mas para não interromper demais a publicação da nossa SÉRIE, resolvemos abrir já agora o espaço para o volume 6º, intitulado A FISIONOMIA DO RIO GRANDE DO SUL, segunda edição, cuidadosamente elaborada pelo Professor da Universidade de Porto Alegre, R. P. B. Rambo, S. J., obra grandemente procurada por leigos e militares.

Desta maneira, esperamos, com a graça de Deus, poder oferecer ao menos de dois em dois anos, um novo volume da nossa SÉRIE.

Porto Alegre, 1º de Novembro de 1954.

P. LUIS GONZAGA JAEGER, S. J.

CAPÍTULO I

ANTECEDENTES HISTÓRICOS DA FUNDAÇÃO

1. Ameaças de expansão portuguesa. — 2. Serviços militares dos índios tapes. — 3. Motivos predominantes da retrasladação dos Povos.

1. Ameaças de expansão portuguesa.

Medeia exactamente meio século entre a transmigração das populações cristãs, que povoavam as reduções do Uruguai e do Tape, acossadas pela invasão bandeirante e a volta, ao vale oriental do Uruguai, dos primeiros Povos que se desprendem das Doutrinas a que se haviam agregado ou fundado em 1637.

«Que regressaram agora, e não antes nem mais tarde nem todos são pontos que não têm fàcilmente resposta satisfactória», observa Teschauer, parecendo ser decisivo para isto, «o facto de que os paulistas já não infestavam o Rio Grande do Sul para incomodar os seus habitantes». «De outro lado», acrescenta, «foi-lhes concedido aos índios, definitivamente, o uso das armas de fogo, a que, como demonstrou a experiência, não resistiram os mamalucos. As terras, campinas e estâncias férteis do Rio Grande, que agora entre menos habitantes iam ser repartidas, seriam outro motivo de remigrar». [1])

Com os novos elementos que escaparam à pesquisa do ilustre historiador não será hoje difícil determinar os motivos da retransmigração, precisamente nessa época, das colónias jesuíticas que fundaram os Sete Povos de Missões.

Exclui-se, inicialmente, «o facto de que os paulistas já não

1) Teschauer. *História do Rio Grande do Sul,* II, 4.

infestavam o Rio Grande do Sul», porque, estendendo-se para o Prata, os colonistas fixavam-se já em núcleos de povoamento estável, aproximando-se do antigo território missioneiro; «o uso de armas de fogo», permitido aos índios para sua defesa, vinha já se generalizando desde a batalha de Mbororé, o que lhes permitiu vencer e destroçar a última bandeira com que tiveram contacto, e as primeiras estâncias que lhes são adjudicadas, na margem esquerda do Uruguai, antecedem de 30 anos à fundação dos primeiros Povos.

Outros seriam, pois, os motivos predeterminantes da volta, em 1682, da primeira das colónias jesuíticas que se estabeleceu na antiga região missioneira. Entre estes excelem os de ordem económica e política que têm suas origens na efectiva ocupação da região cisplatina, em que se ergue a Colónia do Sacramento, em 1680. Destruída, neste mesmo ano, com a comparticipação decisiva dos índios missioneiros, é reerguida, no seguinte, com raízes mais fundas, porque se esteiam no povoamento regular que nela se verifica com grande número de casais.

E o estabelecimento português, a que seria mister contrapor, pelas armas, todos os meios tendentes a coibir a expansão territorial, era ameaça constante e efectiva à economia missioneira, fundada nas campanhas extensas pelas vacarias do mar. Já então, perdendo, por interesseira aproximação, para o lado português, o índio cavaleiro que dominava as campanhas do Uruguai, inimigo tradicional dos tapes, talava as estâncias jesuíticas, e estabelecia vultoso intercâmbio comercial com os colonistas, devastando as vacarias e hostilizando os índios cristãos.

Por outro lado, também os espanhóis, portenhos e correntinos, que haviam cooperado no assédio de São Gabriel, desvendada a riqueza pecuária da terra, ali se situavam, iniciando a destruição desse inapreciável valor económico.

Apreciemos os antecedentes históricos, de ordem política, anteriormente expostos, que dão origem à fundação das Missões Orientais do Uruguai.

Em 1672, o Governador do Rio de Janeiro, que era então o General João da Silva de Sousa, recebe um informe de Matias de Mendonça, residente nesta cidade, que havia estado algum tempo em Buenos Aires, sobre a excelência das terras de Maldonado, ri-

cas, como toda a costa, de infindáveis rebanhos de gado, em que se podiam «fazer quantidades de couro sem necessitar deste Porto (Buenos Aires) e que por intermédio dos mesmos índios bárbaros de ditas terras podiam abrir entrada por terra até a cidade de Santa Fé, com a qual se poderia ter dito trato». E mais ainda que até «essa cidade estavam ditas terras despovoadas de espanhóis, e serem desertas, e também com embarcações pequenas se poderá navegar por dito rio e ter toda a comunicação do Brasil». [2])

Têm origem na informação sobre o valor económico com que o gado opulentara essa terra completamente despovoada de espanhóis, todos os acontecimentos de ordem política que virão se refletir no Prata, e serão causa primária não só da expansão portuguesa para o Sul, como da fundação dos Povos de Missões, na bacia oriental do Uruguai.

Presente ao Conselho Ultramarino, que superintende os negócios da Colónia Portuguesa na América, é este de parecer que o governador do Rio de Janeiro, cujo mandato é prorrogado por mais três anos, especialmente para esse fim, promova o estabelecimento de uma povoação na margem setentrional do Prata, ocupando assim esse território, cuja posse originara secular litígio, ainda em suspenso entre ambas as Monarquias Peninsulares.

No ano seguinte chega a Buenos Aires notícia detalhada da consulta e resolução do Conselho Ultramarino e dos aprestos que se faziam no Rio de Janeiro para a efectivação da posse das ilhas de Maldonado e terra firme. A expedição portuguesa, porém, por motivos óbvios, como fica historiado, não se realiza. Aparelhada de outros elementos, embora se assinalem várias tentativas, só será levada a efeito, pràticamente, sete anos depois, sob a chefia de D. Manuel Lobo, também Governador do Rio de Janeiro.

A ameaça do expansionismo português para o Sul sugere, então, às autoridades espanholas de Buenos Aires, o alvitre de anteceder, nessa ocupação da banda cisplatina, com a fundação de uma doutrina, dirigida pelos Padres da Companhia de Jesus, à fixação, ali de um núcleo lusitano de povoamento. Trata-se também

---

2) *Campaña del Brasil*, I, 30.

de erigir fortificações que ficariam a cargo de uma guarnição permanente para a defesa do porto. E seria de grande conveniência, porque o móvel imediato da ocupação da terra pelos portugueses é a riqueza pastoril, mandar «que todos os gados maiores de touros e vacas fôssem retirados para a parte de Santa Fé, sem que pudessem baixar mais de 100 léguas além de Maldonado, excepto alguns bois de arado para seu serviço, para que tivessem ali o necessário a gente da guarnição». [3])

Essa Doutrina ou Redução de índios deveria ser uma das muitas que os Padres da Companhia de Jesus têm sob a sua jurisdição no Paraná e no Uruguai, com 500 índios e suas famílias, e dois ou três religiosos, sendo capelão e cura dos soldados. Os índios deveriam ser armados de arcabuzes e ficariam sob as ordens de um comandante que os disciplinasse e ensinasse o manejo das armas de fogo.

No ofício em que faz essa sugestão, datado de 13 de Junho de 1673, o Governador José Martínez de Salazar diz ter mandado reconhecer a terra. Em outro informe já citado vimos que o oficial disso encarregado fora às margens do Jacuí, de onde baixavam inumeráveis gados. Observa, então, o Governador que disto «se infere a superabundância de gado daquela parte, pelo muito que multiplicou e se estendeu aos extremos e cercania do mar, de que se infere que pela terra adentro haverá muito mais, que é o engodo e chamariz mais prejudicial para que qualquer nação das de Europa, amigos ou inimigos, procurem com o pretexto que melhor lhes parecer ocupar aquela paragem e porto por desamparado e inabitável». [4])

E que não era descabida essa observação atestam-no as entradas de embarcações de bandeiras diversas que, naquele porto, se abasteciam já de courama e carnes. No reconhecimento mandado fazer pelo Governador de Buenos Aires, a 30 de Abril de 1673, encontrou-se, em Maldonado, uma cruz com um letreiro, em holandês, assinalando o túmulo de um súdito dessa nação, falecido ali em 3 de Outubro de 1670. Como veremos, não tardará que

3) *Campaña del Brasil,* cit. 33.

4) *Campaña del Brasil.* Cópia no Arquivo Nacional do Rio de Janeiro. Vol. I, 55/64.

mais amplo conhecimento das possibilidades económicas que a pecuária cisplatina abria ao comércio internacional, faça rumar para aquele porto navios de todas as nações que ali se vão abastecer de efeitos do gado.

A bula **Romani Pontíficis**, de 16 de Dezembro de 1676, pela qual o Papa Inocêncio XI erigiu o arcebispado do Rio de Janeiro, estendendo a sua jurisdição até o Rio da Prata, veio dar calor à expansão portuguesa para o extremo Sul. Era mais um motivo para justificar a ocupação efectiva desse território abandonado e deserto, cujos campos povoados de rebanhos incontáveis constituíam fontes de inapreciável riqueza.

Frustradas as tentativas de povoamento, de carácter particular, do General Salvador Correia de Sá e Benevides e de seus filhos, Viscondes de Asseca, que se estendem desde 1657, em tôrno da donataria cujos limites vão morrer em Maldonado, resolve, então, o governo português avocar a si o empreendimento. Daí a expedição de Jorge Soares de Macedo, a que se segue, imediatamente, a fundação da malograda Colónia do Santíssimo Sacramento.

Os Jesuítas, cujas doutrinas se erguem na margem ocidental do Uruguai, fazem causa comum com os espanhóis na defesa do território que já é um património valioso para sua economia.

A concessão do uso de armas de fogo, para a defesa das Doutrinas, ameaçadas constantemente pelas incursões bandeirantes, é um longo capítulo da história das Missões. Havia, da parte das autoridades espanholas, o receio de que isto aumentasse o poderio da Companhia em detrimento do prestígio e acção daquelas autoridades.

Como vimos, haviam conseguido, em 1637, algumas armas com que se opuseram à invasão de Raposo Tavares, nas reduções do Tape.[5] E, mais tarde, quando da batalha de Mbororé, em 1641, assinalam notável vitória com grande quantidade de armas de fogo, que haviam obtido, às quais agregam as peças de artilharia de taquaruçu, retovadas de couro, dispostas em balsas cou-

---

5) Não é bem exacto o que A. P. assevera aqui, como ficou explicado no volume anterior desta obra. p. 136/137. Ele próprio, nesta segunda edição, riscou a palavra "Clandestinamente", com que principiara o período. (L. G. J.)

raçadas, devidas ao engenho do Irmão Domingos de Torres. O Decreto Real de 21 de Maio de 1640 concedia-lhes o uso de armas de fogo. E muito embora objecções de toda sorte sustassem sua execução, a vitória de Mbororé influiu no sentido de que fosse ratificado aquele decreto por outro datado de 21 de Novembro de 1642, dependendo de decisão final do Vice-Rei de Lima. Sòmente em 19 de Janeiro de 1646 «é concedido o uso de armas de fogo aos índios guaranis», aos quais se remetiam 150 bocas de fogo, com seus apetrechos, pólvora e chumbo, e que «ficariam guardadas em depósito a cargo dos missionários e usando-as na guerra e nos exercícios militares que tinham de fazer sob a direcção de um irmão leigo, antigo militar». [5a])

Em torno dessa concessão, que dá aos Jesuítas enorme poder, levanta-se, nos meios hispano-coloniais e vai-se reflectir na própria Corte de Madrid, enorme celeuma que dá origem a várias indagações. E delas resultou a proibição do uso de armas de fogo, por decreto de 16 de Outubro de 1661, sendo apreendidas todas as que se encontravam em poder dos Jesuítas, nas Reduções. A concessão definitiva, por ordem real, que outorga aos índios das Reduções o uso de armas de fogo, que seriam guardadas pelos missionários, só é estabelecida por decreto de 25 de Julho de 1679.

Oficializava o decreto uma providência já tomada pelo Governador do Paraguai que, atendendo às solicitações do Superior e Provinciais das Doutrinas jesuíticas, mandara, em data de 18 de Março de 1667, entregar aos índios, para a defesa das Missões, não só as armas que haviam sido apreendidas em seu poder como maior cópia de outras com seus apetrechos e munições respectivas. [6]) E, ainda, 10 anos mais tarde, quando os índios já constituíam um exército ponderável pelo número e pela instrução militar, que recebem de Irmãos recrutados entre os que mais se haviam distinguido nas guerras peninsulares e americanas, novamente, o Governo do Paraguai entrega às Doutrinas quantidade apreciável de bocas de fogo, pólvora e chumbo. Dessa providência levada ao conhecimento do Conselho das Índias, com as cir-

5a) Teschauer, *Hist. R. G. do Sul*, I, 306/318.
6) B. N. Mss. I. 29, 2, 37.

cunstâncias que a justificam, expostas em carta de 20 de Outubro de 1677, resulta a concessão definitiva, já referida, de 25 de Julho de 1679. [7])

E os acontecimentos que se precipitam pelo recrudescimento da acção bandeirante; pelo expansionismo geográfico dos portugueses, que atingem o Prata, chantando aí os marcos extremos de seu domínio, e a necessidade que se impõe aos espanhóis do auxílio bélico dos missioneiros fazem desaparecer as prevenções anteriores, dando aos Jesuítas o poder insuperável com que, doravante, intervirão nos negócios atinentes à defesa cisplatina.

Fundamentalmente pacífico, como povo já sedentário e agricultor na época da conquista, covarde mesmo ante a agressão de outras nações, o tape, sob o influxo jesuítico, evoluíra, tornando-se um soldado combativo e disciplinado. O fanatismo a que atingira a sua fé religiosa, a educação cristã que lhe modificara o carácter primitivo, e a certeza que lhe alicerçava a consciência de que combatia pela maior glória do Senhor, para ganhar o reino de Deus, davam-lhe a coragem que se reflete nas acções de seus grandes heróis que tombam, no campo da luta, circundados de um cheiro de santidade, como esse bravo Sepé, que o povo canoniza.

2. Serviços militares dos índios tapes.

Larga a folha de bons serviços militares, prestados pelos índios tapes, que eram logo convocados pelos governadores quando os índios bárbaros, principalmente os cavaleiros, ameaçavam o Paraguai, Buenos Aires e outras cidades, ou quando as incursões paulistas se estendiam à cata de índios. E, por isto, outorgou-lhes, em 1649, o Vice-Rei do Perú, Conde de Salvatierra, o título de «presidiários do presídio contra os portugueses», em que se erigia a região missioneira.

Onde surgia uma ameaça contra os espanhóis ou contra a própria segurança e tranquilidade das aldeias, no Paraguai ou no

7) Sobre o assunto há copiosa documentação inédita na B. N. (Col. de Âng.) Mss. I, 29, 1, 24; I, 29, 2, 12 e mais 14, 16, 31, 38, 39, 40, 46, 47, 52, 65, 66.

Prata, era logo solicitada pelos Governadores a assistência dos soldados missioneiros que, sob a direcção de Irmãos especializados na guerra, acudiam prontamente. E assim foi desde 1636 e três anos mais tarde, quando socorrem Conceição, assolada pelos calchaquis e frentones. [8]) Em 1645, a chamado do Governador, vão até Assunção, onde se assinalam graves desordens suscitadas pela acção do Bispo contra os Jesuítas; voltam no ano seguinte para combater os guaicurús que procuram apoderar-se da cidade. Em 1652 saem em defesa das reducções do Paraná e Uruguai, invadidas novamente pelos bandeirantes. Em 1655 defendem Corrientes, assaltada pelos índios hometes, e no ano seguinte vão a Santa Fé, novamente hostilizada pelos calchaquis. Acodem a Buenos Aires, ameaçada por uma flotilha de navios franceses. E são os construtores das fortificações dessa capital, no período que vai de 1663 até 1671. [9])

---

8) Mss. B. N. I, 29, 2, 10.

9) Idem, I, 29, 2, 27. Sobre os serviços prestados pelos índios das Missões, em diferentes épocas, consulte-se o doc.mss. da B. N. (Col. de Âng.) I, 29, 3, 24, além das Cartas Ânuas referentes a esse período. Sobreleva em importância a toda a documentação o depoimento, ainda inédito, prestado pelo P. Bernardo Nusdorffer, da Companhia de Jesus, em 1735, em uma justificação que, perante o Governador Bruno Maurício de Zabala, sobre serviços prestados pelos índios, manda proceder o Provincial P. Jayme de Aguilar. E' um volumoso manuscrito, original, em que depõem várias testemunhas. Tem na B. N. (Colecção de Ângelis) a indicação I-29, 4, 56 e intitula-se: "Información y certificación acerca de várlos puntos pertenecientes a los Indios guaranies, mandados hacer por el Padre Jayme de Aguilar, Provincial destas Províncias de Paraguay, etc." Os serviços dos tapes aí referidos, em ordem cronológica pelo P. Nusdorffer, consoante documentos originais existentes no Arquivo da Companhia, muitos dos quais se encontram na mesma colecção, atingem o período de um século, isto é, desde 1637 até 1735. Não obstante a extensão desse documento achamos de bom alvitre, para estudo mais detalhado sobre o assunto, aqui registrá-lo, traduzindo-o do original espanhol. Sirva ele para mais detalhar e ilustrar as nossas notas, oriundas de outras fontes documentais citadas e escritas antes de conhecer essa preciosa cronologia dos serviços prestados pelos tapes. Além das que transcrevemos, existem no documento outras notícias referentes aos índios do Paraná e observações avulsas, originais, sobre a guerra com os charruas e outras de que nos serviremos oportunamente. E' a seguinte a parte do depoimento do P. Bernardo Nusdorffer sobre os serviços prestados pelos índios tapes:

1637 — Sendo Governador de Buenos Aires D. Mendo de la Cueva y Benevides quando os índios rebelados caracarás e cupesalos queimaram a igreja do povo de Santa Lúcia que estava a cargo dos R.R.P.P. do V. P. São Francisco, matando muitos índios e espanhóis, fazendo ou-

Mas é, exactamente, na fase inicial do expansionismo português no Prata, e na defesa do território a que o gado, por eles introduzido, dera incomparável valor económico, que os índios missioneiros, sob a direcção militar de jesuítas especialistas na arte da guerra, destacam-se pela sua acção bélica. Além do português que, em sua cidadela, domina as alturas de São Gabriel, outro inimigo terrível, feroz e indomável, terá de enfrentar no guenoa, índio cavaleiro, inimigo tradicional do tape que, com suas toldarias, domina as extensas campanhas cisplatinas. A confederação dos guenoas contra os tapes, aos quais levam a guerra, por instigação dos portugueses, de quem se tornam aliados, é uma das páginas mais interessantes dessa fase histórica da fundação dos Sete Povos de Missões.

Em 1669, como historiámos detidamente, corre nas Doutrinas a notícia de que uma grande bandeira se organiza em São Paulo para a conquista definitiva das aldeias jesuíticas. «Capitão des-

---

tras atrocidades e despovoando a redução, não obstante estarem novamente reduzidos à nossa Santa Fé os índios tapes do Uruguai, dito Governador os convocou ao castigo dos rebeldes; obedeceram prontamente e baixaram em 20 embarcações suas e à sua custa e indo com eles por cabo D. Cristóvão de Garay que depois foi governador interino do Paraguai, sujeitaram ditos índios rebeldes, castigaram e os tornaram a reduzir em seu povo, com grande valor, morrendo alguns na refrega e saindo outros muitos feridos, como certifica dito cabo, louvando a obediência, fidelidade e zelo ao serviço de S. Majestade.

1638 — Havendo os mamalucos do Brasil destruído as províncias de Guairá, levado cativa a gente de 13 povos que os religiosos da Companhia haviam fundado, e outros que tinham os espanhóis de três cidades, dos quais mataram e levaram mais de 300.000 almas como consta da Cédula Real de 17 de Setembro de 1639, na qual se referem todos estes danos, tendo notícia os índios tapes do Uruguai que ditos mamelucos vinham fazer o mesmo nesta província, saíram-lhes ao encontro na paragem chamada Caaçapá-mirim, onde tiveram com eles várias refregas e ùltimamente conseguiram encerrá-los em uma paliçada alguns dias, onde, vendo a resistência que lhes faziam os ditos índios e os assaltos que lhes davam, valendo-se de um mato áspero, desampararam o forte e fugiram com grande perda, como certificam nove espanhóis, que a pedido dos religiosos da Companhia iam ajudar aos índios, mas quando chegaram já encontraram os ditos mamalucos encerrados pelos índios que, com esta acção, conservaram nos domínios do rei de Espanha esta província do Uruguai.

1639 — Querendo ditos mamalucos continuar suas invasões, preveniram-se os índios tapes para lhes sair ao encontro, e achando-se em visita ao rio Paraná o Governador do Paraguai D. Pedro de Lugo y Na-

sa jornada», impondo-se pelas suas tradições ao terror dos Jesuítas, seria Fernão Dias Pais. Outros insignes paulistas, conhecidos sobejamente nas Missões, integrariam essa poderosa força que não tardaria a descer, por via marítima, até a Lagoa dos Patos (Laguna) e daí, por terra ao Jacuí, de onde rumaria para as Doutrinas, entrando nas missões por Japejú.

A notícia levada pelos fugitivos de São Paulo não era destituída de fundamento. Em seu já citado estudo sobre o **Bandeirismo Paulista,** o Dr. Ellis Júnior registra largas referências, na década de 70, à organização de levas capitaneadas exatamente pelos capitães piratininganos referidos no depoimento prestado por esses índios perante o corregedor de São Tomé, D. Cristóvão Capiy. Entre os que tratavam da «dita jornada», além de Fernão Dias, são apontados Pedro Vaz de Barros, João Pais, João Andrade, Francisco de Camargo, José de Camargo, Bras Esteves e outros. Desviado da preia de índios, que o fizera várias vezes, rumar para o Sul, o grande Fernão Dias, a convite real, organiza

---

varra, lhe deram aviso os do Uruguai e lhe rogaram os fosse ajudar, ou enviasse socorro de alguns espanhóis; marchando o Governador ao Uruguai e chegando soube que já os índios os haviam acometido e destroçado sòzinhos matando muitos e fazendo 17 prisioneiros mamalucos e dois escravos, que trouxeram logo ao Governador para que os castigasse. Parte deles enviou o dito Governador a Buenos Aires e parte levou ao Paraguai, e libertaram os índios a todos os cativos das cadeias em que os tinham e aos demais do mesmo perigo delas, que passavam de 2.000, o que tudo consta de autos feitos sobre isso.

1640 — Havendo os índios rebeldes lagunas, homas, frentones e calchaquis, despovoado a cidade de Concepción, que foi da jurisdição de Buenos Aires, fizeram grandes danos nas fazendas de Santa Fé, matando índios e espanhóis. E querendo o Governador do Porto, que foi o sobredito D. Mendo de la Cueva y Benevides, castigá-los, convocou para este fim os índios das reduções dos Tapes que, obedecendo, baixaram logo, e não podendo o dito governador fazer nada contra os rebeldes por haverem-se já metido em seus matos e espessuras, entraram aí sòmente os tapes e castigaram os que puderem encontrar; pelo que por então, se abstiveram de ocasionar mais danos, como tudo consta dos respectivos testemunhos e autos.

1641 — Querendo o mamaluco do Brasil fazer-se novamente dono das reduções do Paraná e do Uruguai, aí apareceu com grande força no mês de Março de 1641. Eles próprios blasonavam que tinham sòmente de brancos (assim intitulavam os portugueses) 900 e 1.000 tupis, índios guerreiros do Brasil. Baixaram o rio Uruguai com 250 embarcações de canoas, piráguas e balsas; saíram-lhes ao encontro os índios das redu-

essa memorável bandeira que o imortaliza, procurando atingir a lendária Serra das Esmeraldas. Pedro Vaz de Barros e outros integram novas bandeiras que rumam para o desconhecido. Luís Castanho, António Soares Pais, Manuel de Campos Bicudo e Manuel Dias da Silva, à frente de grandes levas se internam pelos sertões, nessa mesma memorável década.

ções, ofereceram-lhes batalha e puseram ao fundo muitas canoas, mataram muitos no rio e os obrigaram a fugir por terra, deixando muitas embarcações e tudo quanto traziam. Ganhando a terra, os mamalucos se fortificaram e os índios os tiveram cercados alguns dias, dando-lhes contínuos assaltos até que, em uma noite escura de tempestade e chuva, conseguiram fugir. Foram os índios a seu encalço voltando a acometê-los e matando 83 deles. Das informações que disto se fizeram no Brasil se soube que foram 120 os mortos portugueses e que dos tupis poucos voltaram.

1641 — No mesmo ano, alguns derrotados que iam fugindo encontraram-se com socorro novo que vinha do Brasil e juntos voltaram por outra parte e com outro modo a tentar fortuna: fizeram dois fortes, no rio Uruguai, um chamado *Tobati* e outro *Apiterebi*, para sair daí, fazer guerra às Reduções e cativar índios. Descobriram os espias dos índios seu intento, saíram logo em seguida e acometendo o primeiro forte, os destroçaram, matando muitos e libertando os cativos que já tinham. Deram também sobre o segundo forte e os obrigaram a evacuá-lo, com tudo quanto tinham de provisões, munições, víveres e cativos. Tudo isto consta dos autos que fez o Governador D. Jerónimo de Cabrera, e das informações que mandou fazer o Provincial da Companhia da Província do Perú e desta, P. Francisco Lupércio Zurbano.

1655 — Rebelaram-se os índios hometes e juntos com os frentones e lagunas, tratavam de invadir a cidade de Corrientes (que pertence ao governo de Buenos Aires). Quis o Tenente dela prevenir o golpe e convocou os índios guaranis e tapes das Doutrinas que acudiram logo a seu apelo e anteciparam o inimigo, atirando-se sobre ele de improviso e fazendo nele grande castigo, inclusive muitos prisioneiros, como consta do testemunho que lhes deu dito Tenente, de seu valor e obediência.

1656 — Pretendendo os índios calchaquis rebeldes, fronteiriços a Santa Fé, e com que os espanhóis dessa cidade se achavam em guerra desde mais de 34 anos, acabar com esta cidade como haviam feito com a de Concepción, e não tendo os espanhóis forças para resistir-lhes, o governador do Porto, D. Pedro de Baygorri deu ordem aos tapes baixassem em socorro, no que foi obedecido, saindo das Reduções 350 índios armados que tinham por cabo o Mestre-de-Campo D. João Árias de Saavedra. Conseguiram sujeitá-los, acabando com essa nação, de que restaram alguns que foram afastados de suas rapinagens e levados para perto de Santa Fé como amigos e desde então não mais levantaram a cabeça. Demoraram nessa diligência cinco meses, morrendo alguns na luta e padecendo intolerável fome. Tudo isto consta das informações que deram o Governador e Cabo da tropa.

A informação dos índios fugitivos, reduzida a termo, impõe providências urgentes no sentido de acautelar as povoações missioneiras. Convinha, preliminarmente, conhecer esse trato de terra abandonado ao Oriente do Uruguai, donde surgiriam os inimigos. Convocados os doutrinantes, sob a presidência do Superior, ficou resolvido se organizasse um corpo de exército, fortemente armado e municiado, para proceder ao reconhecimento da região e prover, quanto possível, os meios de defesa que a expedição sugerisse.

Reunidos os caciques de vários povos, sob cujas ordens, já afeitos ao manejo das armas, se encontravam algumas centenas de soldados missioneiros, veteranos de outras campanhas, ficou o exército, que se dividiu em três troços, sob o comando geral do P. Jacinto Marques. Em princípios de 1670, isto é, sòmente 32 anos depois de terem abandonado as terras do Tape, vadeando o Uruguai pelo passo fronteiro a São Tomé, depois denominado

---

1656 — Neste mesmo ano veio uma bandeira de 50 portugueses com muitos índios tupis dar sobre os índios catecúmenos que estavam para reduzir-se na redução e povo de Japejú, de que foram presos alguns, fugindo outros que deram aviso. Saíram 200 índios armados e alcançaram-nos em caminho quando voltavam com as presas, e acometendo-os, no primeiro encontro lhas tiraram, metendo-se eles no mato para fugir; aí os cercaram e, embora alguns bastante maltratados, conseguissem escapar, mataram outros e prenderam cinco deles, três portugueses e dois mulatos, e os levaram presos a D. Pedro Baygorri, Governador do Porto, e havendo eles fugido os espias dos índios, que haviam saído, novamente os prenderam e os levaram ao Paraguai, entregando-os ao Sr. D. João Blázquez de Valverde, como consta do testemunho e informação que fez dito ouvidor e o Governador de Buenos Aires.

1657 — Vendo o dito Governador de Buenos Aires os danos que causava uma esquadra de navios franceses que andavam infestando aqueles mares e rio, e ameaçando aquela cidade, chamou das Reduções certa quantidade de tapes armados, que baixaram prontamente a defendê-la, acudindo por mais de oito meses a todas as funções militares com grande obediência e fidelidade e causando admiração aos estrangeiros que ali se encontravam, os quais diziam que o Rei de Espanha tinha nestes índios uma grande defesa para estas terras, e em testemunho de sua obediência e fedilidade disse dito Governador ao Capitão Luiz de Payax, em uma ordem que lhe mandou pela ação militar, o que se segue: "Use de toda diligência e cuidado com esses índios do Tape, tratando-os como se deve, pois eles nos ensinam a sermos fiéis".

1658 — No princípio do ano de 1658, havendo pedido dito Governador que da cidade de Corrientes baixasse ao Porto uma companhia de soldados para a defesa do mesmo, e não podendo essa ir nem por terra

São Borja, entraram os índios em massa nas terras que foram de seus pais e avós. Marchando para Leste percorreram larga extensão do território rio-grandense até o Jacuí, chegando às imediações da tapera da antiga redução de S. Miguel e daí, transpondo, rumo Sul, a coxilha do Tabuleiro, que dá origem às nascentes do Santa Maria e do Vacacaí, estacaram à entrada da Vacaria do Mar, que se estendia até as raias estremadas de Maldonado.

Era a primeira vez que se lhes revelava essa riqueza, opulentando o tabuleiro dos Pampas que se perdia de vista. Um gado forte, grande, quase uniforme na pelagem escura, povoava as campanhas com seus incontáveis rebanhos.

É quando, na antevisão de acontecimentos futuros, a que a cobiça dessa imensa riqueza económica dará origem, o P. Jacinto Marques, apontando aos índios o gado que se perde de vista pelas

---

devido aos caminhos difíceis, nem por mar por falta de embarcações, tiveram disso aviso os índios tapes que, em serviço de Sua Majestade, acudiram logo com suas embarcações e transportaram ditos soldados desde Santa Fé.

1663 — Mandou o Sr. Presidente e Governador do Porto, D. José Martínez de Salazar fazer 40 taipas de quatro varas de comprimento e duas de altura com suas comportas e 40 socadores de terras com seus respectivos cabos, para as obras de fortificação de Buenos Aires, trabalho que foi executado pelos índios tapes que foram ao Porto para servir com isto a Sua Majestade e a seus reais ministros.

1664 — Foram, por ordem do mesmo, 150 índios trabalhar nas fortificações da mesma cidade, onde abriram e aprofundaram os fossos e estiveram cinco meses, como consta de sua certificação.

1671 — Por ordem do mesmo foram 500 índios que trabalharam e fizeram um forte na outra banda do rio de Luján, 10 léguas distantes do Porto de Buenos Aires, e como certifica dito Governador foram pontuais e obedientes vassalos de Sua Majestade e merecedores de seu real amparo.

1673 — No ano de 1673, assolada a cidade de Corrientes pelos infiéis fronteiriços, pediu o Cabildo socorro de quatro canoas para poder sair ao castigo deles. Estas foram prontamente enviadas das Reduções dos Tapes, para se poderem defender, do que deram públicos agradecimentos em carta.

1680 — Por ordem do Sr. Governador de Buenos Aires, D. José de Garro, baixaram 3.000 índios armados para desalojar, pela primeira vez, os portugueses da Colónia do Sacramento. Baixaram das Reduções com 4.000 cavalos seus, 200 bois, 37 balsas e provisões; obraram no assalto

coxilhas do Pampa, exclama: «Estas vacas que vedes não foram postas aqui por Hernandárias», «mas, sim pelos Padres da Companhia.» E, colocando ali uma cruz, como símbolo de posse, voltou às Missões para dar notícia do que vira nessas campanhas dilatadas. «E essa cruz se conservaria ainda até o ano de 1680, em que foi encontrada pelos primeiros índios que foram vaquear ali e pelos que foram ao assédio de S. Gabriel». [10])

Além de percorrer grande parte do território hoje rio-grandense o Jesuíta explorou até o Prata a região uruguaia da antiga Banda dos Charruas, chegando até o porto e ilha de Maldonado. Encontrou aí, desarvorado e perdido, um navio estrangeiro, de que eram aliviadas artilharia e courama de que estava carregado, parecendo mesmo que prestou auxílio a esses náufragos, segundo se depreende da observação do Conselho de Índias, a cujo conhecimento chegou essa notícia. E em Carta Real de 7 de Agosto de 1679, pareceu ao Conselho advertir o Provincial da Companhia «não permita aos religiosos doutrineiros semelhantes acções», pois, «quando for necessário hacer algunas jornadas a defender los Pueblos que doctrinan, y a reconocer los inimigos con gente y

---

daquela fortaleza com não menos valor que os soldados espanhóis, assinalando-se pela lealdade e zelo no real serviço. Morreram nesta acção 33 índios e tiveram 54 feridos, ficando vencidos os portugueses. Durou a campanha mais de seis meses e para ali foram quase todos a pé, sòmente para não maltratar seus cavalos e deles se poderem servir nas acções militares. Fizeram o trajecto de 150 léguas, que distam dos Povos mais próximos, em pleno rigor do inverno, com privações e conduzindo mais de 200 índios enfermos. Consta tudo isto da certificação do Governador e Mestre-de-Campo deles, D. António de Vera.

1680 — No mesmo ano, por ordem do mesmo, foram outros 300 índios tapes armados e com seus cavalos, armas e provisões percorrer a costa do mar e prenderam no cabo de Santa Maria 24 pessoas portuguesas e entre elas o Tenente-de-Mestre-de-Campo-General D. Jorge Soares de Macedo, prisão que foi de grande importância para o desalojamento dos portugueses da Colónia, porque vinha este como segundo chefe da defesa. Consta da certificação do dito Sr. Governador o recibo que desse prisioneiro deu o mesmo. Por este e pelos serviços antecendentes mereceram se dignasse Sua Majestade dar-lhes agradecimentos em Cédula Real de 9 de Maio de 1682.

A parte seguinte do depoimento do Padre Nusdorffer. que abrange o período decorrente entre 1688 e 1735, e que se refere aos serviços prestados pelos índios dos Sete Povos, será inserta adiante, ao tratarmos pormenorizadamente sobre esses mesmos serviços.

10) B. N. Pleito cit.

armas a contingencia de pelear», será mediante licença e levando por cabo da tropa pessoa para isto designada. [11])

Nada, porém, encontrou o P. Marques que denunciasse a existência de inimigos em todo esse território. Só 10 anos mais tarde, em 1680, numa expedição regular de povoamento, sob as ordens de D. Manuel Lobo, os portugueses se fixariam no litoral cisplantino, fundando a Colónia do Sacramento.

Servira a incursão do Jesuíta para abrir caminho às vacarias que são, desde então, exploradas pelos índios tapes, ainda parcimoniosamente, em virtude das ordens dos Superiores que procuram evitar o desperdício desse valor económico. Só de dois em dois anos, afim de suprir às necessidades das Doutrinas, era facultado aos índios entrar na Vacaria, donde extraíam algumas tropas de gado escolhido para cria e corte. Provêm dessa permissão não só a vacaria do Rio Negro, formada com os gados extraviados dos lotes que são conduzidos até o rio Uruguai, como as estâncias, rodeios de pouso, que se vão erguendo no vale desse rio, cujas terras são incorporadas, por doação dos Superiores da Companhia, ao património dos Povos da Banda Ocidental que lhes são fronteiros.

Com a década de 80 em que os portugueses se estendem até às margens do Prata, fundando a Colónia do Sacramento; os paulistas, com os Brito Peixoto, lançando, na linha mais extremada de Tordesilhas, a povoação de Laguna, e os Jesuítas, reocupando com suas Doutrinas o vale do Uruguai, começa esse largo processo histórico que dará origem ao Rio Grande do Sul e ao Estado Oriental do Uruguai, que surgirão do embate secular de que esse território será o vasto cenário.

Historiámos largamente, no volume anterior, a missão de que fora incumbido o Tenente-de-Mestre-de-Campo-General Jorge Soares de Macedo, que precederia D. Manuel Lobo na expedição que deveria fundar, no Prata, em «sítio cómodo», «uma fortificação para a segurança tanto do porto, como do povoamento da terra». Em 5 de Agosto de 1678, Soares de Macedo, que se encontrava no Rio de Janeiro, daí comunica a El-Rei que se aprestava para a diligência que se lhe incumbira. Em Janeiro do ano seguinte, em

11) *Campaña del Brasil*, cit. I, 75.

São Paulo, convoca sertanistas de escol para a temerária empresa.

Célere, entretanto, a notícia, que se procura manter em grande sigilo, voa de São Paulo ao Paraguai. Prestante amigo a transmite ao Governador que por sua vez cientifica ao Superior das Doutrinas Jesuíticas, P. Cristóvão Altamirano, que os paulistas se aprestavam, por ordem real, para fundar em São Gabriel, ou no litoral do Prata, uma povoação portuguesa.

Imediatamente leva o P. Altamirano ao conhecimento de D. José de Garro, Governador de Buenos Aires, a comunicação recebida, por meio de um correio que ali chega a 25 de Novembro, confirmando outra de D. Felipe Rexe Corvalán, Governador do Paraguai, datada de 22 de Outubro, já recebida por aquela autoridade.

A fim de conhecer a exactidão da notícia, e obstar mesmo o avanço português para o Prata, D. José de Garro dá ordem ao Superior faça organizar um troço de tropa missioneira, bem armada e municiada, que percorrerá o litoral onde se presume desembarque a expedição.

Esse corpo que, segundo os documentos jesuíticos, constava de mais de 400 índios, teve como chefe os Padres Domingos Rodiles e Jerónimo Delfim, de Japejú, e era composto de soldados de todas as reduções, sob o comando geral do índio D. Cristóvão Capiy, Alcaide-Mor de São Tomé. Comandavam as diversas companhias os Capitães índios: D. Tomás Aracuye, da infantaria de S. Tomé, D. Francisco Aguara, Alcaide ordinário de Conceição; D. Luís Allerovi, de Conceição: D. Paulo Caraype, de São José; D. João Nandarepi, de Japejú; D. Bernardo Carape, de Santo Inácio, e D. Inácio Guairaye, de Santa Maria.

Organizado com toda a urgência, transpôs o exército missioneiro o Uruguai, no depois passo de São Borja, em Janeiro de 1680. Durante três meses, até 5 de Março de 1680, dia em que foi preso Jorge Soares de Macedo, percorreu esse corpo todo o litoral, até Maldonado, fazendo mais de 500 léguas. [12])

Conhecida a fundação da Colónia por D. Manuel Lobo, apela novamente D. José Garro ao auxílio dos Jesuítas na organização

12) B. N. Coleção de Ângelis. Mss. I. 31. 32. 11.

de um exército missioneiro de grandes proporções. E, como por ordem real, era vedado o comando supremo dos Padres, foi designado por chefe o Mestre-de-Campo António de Vera Mújica, a cujas ordens, sob a direcção de seus Padres, deveria o Superior P. Cristóvão Altamirano pôr 3.000 índios recrutados nas Doutrinas do Uruguai.

Para a organização dessa força remeteram: Itapua 190, Candelária 200, São Miguel 235, Mártires 80, Santana 85, Santo Inácio 150, Loreto 155, Córpus 60, São Carlos 235, São José 90, Santa Maria 235, São Xavier 160, Conceição 275, São Nicolau 275, São Tomé 275, Assunção 150, Reyes 150, perfazendo assim o total de 3.000 soldados índios, 13) Assèssoravam os catecúmenos, divididos em três corpos de exército, sob o comando geral de Vera Mújica, os Padres Pedro Jimenes, Jacinto Marques, João António de Solinas, tendo por superior o P. João de Rojas. 14)

Vera Mújica, que marchou em Agosto, deu o comando do primeiro corpo ao cacique principal de Itapua, Mestre-de-Campo Francisco Coretu, assessorado pelo Capitão espanhol Alexandre Aguirre e alguns correntinos, compondo-se este de gente de Itapua, Loreto, Córpus, La Cruz e Mártires. Comandava o segundo o cacique principal e corregedor de São Tomé Cristóvão Capiy, assistido pelos capitães espanhóis João de Aquillera e João Frutos, e era composto pela gente de São Tomé, São Nicolau, São Miguel, Santa Maria, Candelária e Conceição. E o terceiro, sob o comando do cacique principal de São José, Sargento-Mor Inácio Amandaú, assistido pelo Capitão Gabriel de Toledo e vários correntinos, compunha-se da gente de São José, Santana, São Xavier, Reyes e São Carlos. Essa força, que marchou ràpidamente, acampou uma légua distante da Colónia, pondo-a em rigoroso assédio. 15)

O depoimento do P. Nusdorffer detalha esse assédio que terminou pela derrota de D. Manuel Lobo, sua prisão e destruição da Colónia do Sacramento. Durante seis meses os soldados missioneiros estiveram nessa campanha, tendo perdido 33 mortos e

13) *Antecedentes coloniales*, cit. 57. *Campaña del Brasil.*
14) B. N. Mss. I, 31, 32, 13.
15) *Campaña del Brasil.* Antec. etc. LIII. Extracto em Correa Luna. Sobre o assunto ver *A Colónia do Sacramento*, de Jónatas do Rego Monteiro, I, página 80 e segs.

54 feridos. Seus serviços de guerra, nessa facção, estão particularizados pelo Mestre-de-Campo António de Vera Mújica, que os comandou e constam dos documentos insertos por Correa Luna, em **Campaña del Brasil.** [16])

O Tratado Provisional de 1681 manda restituir a Portugal as desmanteladas ruínas da Colónia. Em 1683 Duarte Teixeira Soares as recebe das mãos do Governador de Buenos Aires, José de Herrera Sotomayor. Trata-se então de reconstruir as suas desmanteladas fortificações. Mas, em 1705, novamente assediada pelos espanhóis, resolve Veiga Cabral, que a comandava, retirar-se a fim de evitar um sacrifício inútil ante a desproporção da força inimiga que a apertava em extremado cerco. E' novamente destruída a Colónia do Sacramento, para que, no dizer do Governador Inclán, «não fique memória do inimigo». [17])

3. Motivos predeterminantes da retrasladação dos Povos.

Essas contínuas incursões de espanhóis e índios pelo território da Banda Oriental do Uruguai; de portugueses que cruzam entre Laguna e Colónia e o conhecimento mais exacto das grandes possibilidades económicas que as vacarias apontam à cobiça de todos, determinam, naturalmente, meios mais eficientes de defesa da parte dos Padres Jesuítas, temerosos de perderem um património de inexcedível valor, já então, ante a ameaça da destruição das vacarias, onde haviam ficado remanescentes das tropas correntinas e santafecinas de Vera Mújica, e este próprio comandante com grande número de vaqueiros extraindo gados, prenunciava-se o considerável desfalque que os tapes sofreriam em seu rebanho, nessas extensas campanhas. Os povos ribeirinhos do Uruguai apropriam-se de largos campos, na margem oriental desse rio, fundando aí as suas estâncias com gados conduzidos das vacarias.

Não era sòmente a Colónia, novamente entregue aos portugueses pelo Tratado Provisional, que constituía grave perigo para as Doutrinas jesuíticas do Uruguai. Temiam-se muito mais as

---

16) *Campaña del Brasil,* LIII.
17) Rego Monteiro, *Colónia,* cit., 163.

incursões das bandeiras paulistas que ainda perlustravam terras de Espanha, alargando para Oeste a preia de índios infiéis e cristãos. A província do Paraguai e mesmo até Santa Cruz de la Sierra eram ainda taladas pelas razias bandeirantes. E o P. Diogo de Altamirano, que viera como procurador geral da Companhia, informava em 1683, «que outras esquadras de portugueses de São Paulo» se aprestavam para penetrar os sertões. [18])

Assim, para não serem tomados de improviso, era de mister uma vigilância contínua. Informa o P. Nusdorffer, em seu citado depoimento, que, todos os anos, contingentes de 80 homens armados, das respectivas povoações jesuíticas do Uruguai, percorriam, como espias, não só as regiões rio-grandenses, como as do Alto-Uruguai, até as proximidades da Laguna, donde poderiam vir os portugueses maloquear índios e atacar as reduções cristãs. [19])

Foram todas essas considerações, de ordem política, decorrente da defesa de sua própria economia vital, que induziram os Jesuítas a «remudar quatro povos», da margem ocidental para a oriental do Uruguai, o que ficaria definitivamente assentado no ano de 1686. [20]) Além da defesa natural que suas forças regulares oporiam à invasão dos mamalucos que, na Laguna, mais próximos de suas aldeias tinham um entreposto, não era de menor importância a assistência que prestariam às vacarias, que começavam a ser assoladas pelos próprios espanhóis, e o cuidado eficiente que precisavam dispensar às estâncias recém-fundadas no vale do Uruguai, que eles projectavam estender ao coração do Rio Grande do Sul, bem como a exploração intensiva dos ervais de «yerba provechosa», não só para o consumo dos índios, mas para o comércio florescente do mate, de que exportavam para Buenos Aires quantidades apreciáveis.

Assentada definitivamente a retransmigração dos quatro primeiros Povos, em 1686, por ordem do Provincial P. Tomaz Domvidas, o P. Alonso de Castillo, Superior nesse tempo de todas as

---

18) *Campaña del Brasil*. 364.
19) B. N. Mss. cit. I, 29, 4, 56.
20) Já em 1682, como veremos, havia sido fundada S. Francisco de Borja, por uma colónia de São Tomé.

Reduções do Uruguai, em companhia de outros Padres designados para fundar as novas Doutrinas, atravessou o grande rio a fim de escolher os melhores sítios em que elas deveriam ser localizadas.

Razões ponderosas, decorrentes da mútua defesa, determinaram não excedessem as respectivas distâncias, de umas para outras, de dez léguas castelhanas, de 20 ao grau, e as mais distantes de seis a quatro léguas. Haveria entre elas uma interdependência, de sorte que «as de São Nicolau, São Luís e São Miguel se corresponderiam entre si e não com outras». A de São Borja se conjugaria com a de São Tomé. 21)

São Nicolau, que se separa de Apóstolos, como chave desse novo sistema de povoações, escolhe local nas proximidades de sua antiga redução, sobre o Piratini, três léguas distantes da embocadura desse rio no Uruguai. No dia 2 de Fevereiro de 1687 retorna à Banda Oriental. Segue-se-lhe São Luís Gonzaga, no mesmo ano, ocupando o posto em que foi Candelária, no Caaçapá-mini, donde mais tarde se traslada para o local que ainda hoje ocupa. Desprendera-se de Conceição. O terceiro que se muda é o Povo de São Miguel, antiga redução do Tape, ainda no mesmo ano de 1687. Localiza-se entre o Piratinizinho e o Santa Bárbara, afluentes do rio Piratini, numa distância de dez léguas de São Luís que, por sua vez, estava à igual distância de S. Nicolau. Cinco anos antes, em 1682, uma colónia de São Tomé cruza o Uruguai e em terras de sua estância fundara São Francisco de Borja, vinte léguas ao sul de São Nicolau. São estes os quatro primeiros Povos que vêm ocupar o território rio-grandense.

Três anos depois, em 1690, os resultados promissores da mudança das primeiras Doutrinas, autorizam a aumentar o número destas no território a oriente do Uruguai. Santa Maria Maior concorre com magnífico contingente de população que toma o nome de São Lourenço Mártir e se coloca a meia distância entre os Povos de São Luís e São Miguel, sendo seu fundador o P. Bernardo de la Vega, que organiza e dirige essa missão.

---

21) *Reglamento general de Doctrinas*, etc. enviado por el Provincial P. Tomaz Domvidas y aprobado por el general P. Tirso, em 1689. Teschauer, *Hist. Rio Grande do Sul*, I, 389.

Dez anos depois da volta dos primeiros Povos, a fim de descongestionar o Povo de São Miguel, cuja população crescera, o P. António Sepp, à frente de uma grande parte dela, funda São João Baptista, que se torna um padrão para as outras povoações. Deu-se a fundação dessa doutrina a 14 de Setembro de 1697, em local que ficava a quatro léguas de S. Miguel e a vinte e quatro de São Nicolau.

O último dos Povos fundados é o de Santo Ângelo Custódio que, inicialmente, erguido entre os Ijuís, vai depois para o local que hoje ocupa a cidade desse nome, uma das mais florescentes da região missioneira do Rio Grande do Sul. A população que funda Santo Ângelo provém de nova contribuição de Conceição, encaminhada àquele posto em 1706. Com este último núcleo fecha-se o cíclo fundacional das Missões, que perdura por vinte anos, mas não o desdobramento de suas populações disseminadas por toda a parte com o estabelecimento de estâncias e postos que se desdobram por larga extensão do território rio-grandense, dando origem a grande número de povoações, que ainda subsistem.

O primeiro geógrafo que determinou a posição dos Povos e as distâncias existentes entre uns e outros, foi o sábio santafecino Padre Ventura Suárez, uma das maiores glórias da ciência jesuítica sul-americana, e de quem, mais tarde, nos ocuparemos a largos traços. Existe na Biblioteca Nacional um trabalho inte-

COORDENADAS		DISTANCIAS
Lat. S.	Long. L.	Em léguas de 20 ao grau
28° 13'	322°56'	S. Nicolau
28° 19'	323°12'	10 S. Luís
28° 22'	323°27'	16 6 S. Lourenço
28° 25'	323°45'	20 10 4 S. Miguel
28° 21'	323°51'	24 14 8 4 S. João
28° 15'	323°53'	30 20 14 10 4 S. Angelo
28° 41'	321°41'	20 30 36 40 44 48 S. Borja.

ressante da autoria do P. Ventura, de que extrairemos os dados principais a isso referentes. [22])

22) Natural de Santa Fé, Argentina, nascido em 14 de Julho de 1679, foi o P. Ventura Suárez um dos maiores matemáticos e astrónomos sul-americanos, tendo sido o primeiro a fazer observações meteorológicas nas Missões. Imprimiu um lunário para um século e comunicava-se com os maiores matemáticos do seu tempo. Fez várias observações de eclipses, emersão e imersões de satélites, dedicando-se a variadas actividades artísticas e científicas que lhe deram larga projecção entre os sábios de seu tempo. Faleceu em 1749. Existem na Biblioteca Nacional interessantes trabalhos, entre os quais a tabela de coordenadas e distâncias dos Povos, de que extraímos pequena parte. Além desta, de autoria dos demarcadores D. José Maria Cabrer e D. Félix de Azara encontram-se outros trabalhos idênticos de que nos servimos para localização das doutrinas orientais. Para esse estudo são notáveis também os elementos que nos fornecem os trabalhos dos demarcadores portugueses, entre os quais sobrelevam os do Brigadeiro Francisco João Roscio e Dr. José de Saldanha. As observações do P. Ventura Suárez constam do Ms. B. N. I. 29, 5, 30. — Cabrer — Mss. I, 29, 5, 84. — O Padre Quiroga em seu mapa de 1749 adoptou as mesmas coordenadas do Padre Ventura Suárez (*Cart.*) — Furlong — 16.

CAPÍTULO II

FUNDAÇÃO DOS SETE POVOS.

1. *São Francisco de Borja.* — 2. *São Nicolau.* 3. — *São Miguel Arcanjo.* — 4. *São Luís Gonzaga.* — 5. *São Lourenço Mártir.* — 6. *São João Baptista.* — 7. *Santo Ângelo Custódio.*

1. São Francisco de Borja.

São Francisco de Borja é o mais antigo dos Sete Povos de Missões. Teve origem em uma colónia de povoadores que São Tomé , em 1682, estabeleceu a oriente do rio Uruguai, ocupando as terras da vasta estância que, entre os rios Camaquão e Butuí, lhe haviam sido adjudicadas para a criação de gados vacuns. Desde tempos imemoriais, pelo passo de São Borja, no rio Uruguai, fazia São Tomé a penetração no território rio-grandense, não só para extracção de gados das vacarias recém-descobertas, como para o encaminhamento dos soldados que, por ocasião da fundação da Colónia do Sacramento, foram ao assédio de São Gabriel. Em 1680, conforme documentos já estudados, um exército missioneiro, custodiado pelos Padres João de Anaya e José Texedas e sob o comando geral do Corregedor de São Tomé D. Cristóvão Capiy, transpôs aquele passo e atacou D. Manuel Lobo, destruindo a praça portuguesa, fundada meses antes à margem meridional do Prata.

A fundação de São Francisco de Borja, que se verifica dois anos depois, tem origem nessas actividades militares que impõe a São Tomé a criação de um posto de emergência para a defesa do vasto território ameaçado pela expansão portuguesa, que ruma para o Prata, acrescida pelas exigências de ordem econômica que a pecuária criara com a descoberta das Vacarias do Mar.

São Tomé, lançando essa colónia, retomava posse efectiva das terras que pertenciam, por direito de hereditariedade, aos seus primitivos fundadores de origem tape.

Fundada, como vimos, nas proximidades do rio Ibicuí, pelos Padres Luís Ernot e Manuel Berthot, em 1632, São Tomé foi uma das reduções mais florescentes do Tape, contando, quando transmigrou para a margem ocidental do Uruguai, sob a pressão bandeirante, em Março de 1639, população superior a duas mil almas. Rego Monteiro lhe dá para coordenadas, no Tape, 29° 22' de Lat. S. e 11° 34' de Long. O. do Rio de Janeiro. Trasladada para a margem direita do Uruguai, aí se localizou aos 28° 32' 49" de Lat. S. e 321° 43' 17"de Long. L. da ilha do Ferro, conforme Azara. A colónia que funda São Borja, oriunda de São Tomé, se fixa, segundo o P. Ventura Suárez na Lat. S. de 28° 41' e Long. L. de 321° 41', posição que actualmente, consoante determinações precisas, se encontra a 28° 39' 44" de Lat. S. e 56° 00' 15" de Long. 0. Greenwich.

Teschauer dá para a fundação de São Borja a data de 1690. [1]) Porém documentos por nós exumados da preciosa **Colecção de Angelis**, fonte primacial deste trabalho, autorizam-nos a recuar essa data para 1682, o que dá a São Borja prerrogativas de pioneira da segunda fase de civilização jesuítica na Banda Oriental. Cinco anos depois, quando da fundação dos outros Povos, que se verifica em 1687, recebe então novo reforço de famílias que retransmigram de São Tomé, assentando assim definitivamente alicerces mais fundos de povoamento. Já também, anexo a São Borja, outro povoado, Jesus Maria dos Guenoas, congrega os índios infiéis desta nação, que a catequese integra à civilização cristã.

A primitiva população de São Borja, «desde el año de su división» de 1682, «compunha-se de 1.952 almas de índios baptizados, oriundos de São Tomé, que se radicaram ali. O documento justificativo dessa asserção refere-se a baptismos do Povo de São Borja, em cujos livros não existem notas sobre esses primeiros povoadores, que constarão dos assentos de São Tomé, solicitando

1) Teschauer. *Hist. R. G. Sul*, II, 5. Azara dá a mesma data de 1690 para a fundação de São Borja. *Descripción hist. física, polit. y geográfica de la Prov. del Parag.* Cood. Mss. B. N. I, 16, 2, 6.

o cura de São Borja, em 1732, que seu colega de São Tomé, revendo os livros respectivos, os extraia para fins estatísticos. E diz: Estes 1952 são os que vieram na divisão e vieram a São Borja não estão incluídos na lista dos párvulos nem na dos adultos, porque apenas vieram os seus nomes, mas não os anos do seu baptismo... E assim vão só desde o ano da sua transmigração de 1687, donde se começou aqui o livro novo de São Borja. Sem entrar nele os ditos 1.952 transmigrados, com que por todos os transmigrados e baptizados aqui desde o dito ano de 1687, não mais, são 12.963. [2])

Em 1687 é determinada a fundação dos Povos de São Nicolau, São Miguel e São Luís Gonzaga que vão constituir, entre o Piratini e o Ijuí, um sistema aparte de povoamento muito ao Norte de São Borja, porque então já se visava a defesa desse território mais acessível aos inimigos portugueses da capitania de São Paulo, que tentavam estender-se até a Laguna. E, na mesma ocasião, a fim de aumentar São Francisco de Borja, entreposto que se abria para o embate contra a Colónia do Sacramento, catequese dos índios infiéis do Pampa e aproveitamento dos gados das Vacarias do Mar, resolvem os Jesuítas encaminhar para ali maior número de famílias de São Tomé, dando assim definitiva organização à doutrina, fundada havia cinco anos antes.

Até então, como posto avançado de São Tomé, dependera São Borja dessa doutrina, de que se separa em 1687, constituindo um Povo à parte, com livros de assentos que lhe são peculiares e com economia própria. Anexa à povoação o P. Francisco Garcia, primeiro cura de São Borja, fundara Jesus Maria dos Guenoas, aldeia de índios cavaleiros infiéis que conseguira catequizar. E daí a explicação do asserto do P. Domingos Calvo, cura de São Borja em 1706, dizendo que «este Povo de São Francisco de Borja se pôs do outro lado do Uruguai, que já são dezanove (anos) desde o de mil seiscentos e oitenta e sete». [3]) E isto coincide com a declaração do P. Nusdorffer quando se refere à «remudança» de quatro Povos, nessa ocasião.

---

2) "Baptismos del Pueblo de S. Francisco de Borxa desde el año de su división de 1682 hasta el próximo pasado de 1732". B. N. Mss. I, 29, 1, 119.

3) *Hostilidades dos guenoas*, etc. B. N. I, 29, 3, 70.

Era São Tomé, quando da retransmigração da maior parte de sua população para a margem oriental do Uruguai, um dos Povos mais populosos da margem oposta. O contingente com que reforça a povoação de São Borja, em 1687, não excede de mil almas, divididas em mais de trezentas famílias, ficando ainda ali uma população bastante grande, como consta da Ânua de 1693, que dá para São Tomé 3.493 almas em 941 famílias. Em 1690 a população de São Borja orça por 2.396 almas, divididas em 658 famílias. E os baptismos anteriores a esse ano foram: em 1687 de 129 crianças e 1 adulto; em 1688, de 186 crianças e 10 adultos; em 1689, de 235 crianças e 46 adultos e em 1690, de 233 crianças e 19 adultos. Estes adultos são índios catequizados de Jesus Maria dos Guenoas.

O material humano com que foi fundado São Francisco de Borja era o melhor possível. São Tomé fora o núcleo inicial da cristianização do Tape, e quando os Padres penetraram nessa aldeia em 13 de Junho de 1632, encontraram aí um povo dócil, pronto para receber a fé de Cristo, a «quem não faltava senão igreja e cruz». Era cacique principal do povo um velho capitão que, perguntado pelo nome que queria receber no baptismo, respondeu que lhe dessem o de Roque, em louvor do Padre que ali estivera por amor deles. Substituiu-o no cacicado seu filho D. Roque Arazaí, já educado pelos Jesuítas, cujo nome está ligado ao desbravamento das campanhas rio-grandenses e descoberta das Vacarias do Mar, onde penetra em 1671, trazendo até o local onde seria fundado São Borja, quatrocentas cabeças «para amostra do pano» que aí foram visitadas pelo cura de São Tomé, P. Agostinho de Aragón. Outro cacique não menos notável foi D. Cristóvão Capiy, General das tropas que assediaram a Colónia, e Corregedor do Povo de São Tomé, ainda em 1687.

São esses os chefes principais de cacicados, ou grupos de famílias, que passaram para São Borja. No **Livro de Baptismos** de 1790 constam ainda como caciques de São Borja D. Félix Capiy e D. Ulderico Arazaí, seus descendentes e continuadores desses cacicados hereditários. [4])

---

4) "Libro de Baptismos de esta Parroquia de San Francisco de Borja que comienza desde el dia veinte y tres de Mayo de mil setecientos y noventa" (1790-1796). Cód. da B. N. I, 7, 2, 20. — Este livro que ficou

Na organização social dos Povos cabia aos caciques a chefia de grupos de famílias, em que eles se dividiam, direito que era transmitido de pais a filhos, por gerações consecutivas. Conforme a respectiva população, havia de vinte até quarenta caciques em cada Doutrina. E estes, com os **cabildantes** (espécie de Câmara popular), músicos, sacristães, mordomos e oficiais mecânicos, constituíam a nobreza do povo. Para os filhos dessa nobreza havia escolas de ler, escrever, música e dança religiosa, tendo como mestres índios de esmerada instrução. Cardiel, que nos dá estas notícias, acrescenta: «Aprendem a ler alguns com notável destreza e lêem línguas estrangeiras melhor do que nós. Deve ser isto da vista que têm perspicaz e da memória que é ótima. Também fazem letra muito boa e alguns que se dedicam à letra de fôrma o fazem com tal perfeição que nos enganam julgando ser a mesma de alguma boa imprensa». [5])

Foi o P. Francisco García, à sazão cura de São Tomé, o fundador da Doutrina de São Francisco de Borja. Conhecendo perfeitamente além do guarani a língua dos guenoas, que falava fluentemente, havia já feito várias entradas na Banda dos Charruas, para catequizar, como veremos, aqueles índios com que fundou, no Ibicuí, Jesus-Maria, depois anexada a São Borja. [6]) Natural da Galícia, Castrodanta, nasceu a 4 de Outubro de 1649, entrando como noviço para a Companhia em 10 de Fevereiro de 1672. Terminando a sua formação em 1679 foi logo designado para trabalhar nas Missões, onde se conservou por espaço de dez anos, aprendendo não só o guarani como, principalmente, o idioma guenoa e

---

em poder de descendentes dos conquistadores de Missões, foi oferecido ao Conde d'Eu que o fez recolher à Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Constam do mesmo referências a vinte caciques do Povo de São Borja, trazendo ainda nomes dos primitivos fundadores de São Tomé, cujos descendentes conservam cacicados hereditários. Encontram-se ai D. Felipe Santiago Abaray, descendente de D. Inácio Abaray, que foi o General das forças índias no combate de Mbororé; D. Paulo Tabacacue e dona Maria Marta Tabacambí, caciques, cujos nomes vêm de velhos troncos originários de caciques do Tape. E muitos outros a quem oportunamente faremos referências.

5) Cardiel. *Relación verídica* — Mss. da B. N. I, 5, 1, 52.

6) Gay. *Rep. Jesuítica*, 194 ss; 2ª edição p. 269-284 reproduz uma carta do P. Francisco García datada de 10 de Dezembro de 1683, em que este refere suas entradas na catequese desses índios, neste e nos anos anteriores. Essa carta vem em *Insignes Misioneros* do Dr. F. Xarque.

afins porque se dedicara com especial cuidado à catequese desse gentio, de que se tornou um grande amigo. Os índios guenoas fazem-lhe, no processo citado, várias referências. Um destes que vai a Buenos Aires, declara ali «que não é cristão, mas que o P. Francisco, de São Borja, deu-lhe o nome de Inácio», que conservou. [7]) Um outro diz ter sido baptizado «pelo P. Francisco, que já morreu». Este depoimento é de 1706; mas, o P. Francisco García deve ter falecido antes de 1701, porque o **Catalogus** desta data não registra o seu nome que se encontra nos dois anteriores, referentes a 1678 e 1681, em que consta estar já três anos nas Missões.

Durante muitos anos, não só em São Borja de que era cura, como em Jesus-Maria dos Guenoas que fundara, o P. Francisco exerceu a sua actividade apostolar. Cuidando das almas dos índios não descurou do bem temporal deles, procurando dotar esses povos de boas construções, chácaras bem providas e de uma igreja que estivesse de acordo com a importância da doutrina a que iria servir. O primeiro templo de exíguas proporções, coberto de palha, não satisfazia às exigências do culto. E foi nessa ocasião, em 1696, que o Irmão José Brazanelli, a mandado superior, foi assistir no Povo de São Borja, erguendo aí os primeiros esteios de uma igreja bem traçada, além de superintender a construção do povo. Muito demorada foi essa construção, pois, devido aos sucessos militares e guerras com os guenoas e portugueses da Colónia, em que os índios samborjenses tomaram parte activa, e dos quais participou o Irmão Brazanelli, ainda em 1705 a igreja não estava completamente pronta, como exporemos detalhadamente na parte relativa à **Arte Missioneira** que constituirá o 5º volume desta Série.

Por morte do P. Francisco García assumiu a curato de São Borja e adjunta aldeia de Jesus-Maria o P. Tomás Bruno. Nascera em Hibérnia (Irlanda) a 26 de Dezembro de 1635, tendo ingressado no noviciado da Companhia a 13 de Novembro de 1654, fazendo os 4 votos em 1695. Era formado em filosofia e teologia, e havia durante três anos exercido o cargo de Superior das Missões. Começara os seus trabalhos de catequese, possìvelmen-

7) *Hostilidades dos guenoas*, cit.

te nessa mesma Doutrina de que foi cura, no ano de 1688. Em 1717, de cujo **Catalogus** são os dados acima, estava nas Missões do Paraguai.

O Padre Tomás deixou São Borja em 1706, e, não obstante os choques contínuos da guerra contra os colonistas e guenoas confederados, durante todo esse período de administração espiritual procurou aumentar sensìvelmente a sua Doutrina, tendo por companheiro o incomparável Irmão José Brazanelli, que se desdobra em todos os sectores de sua arte, construindo o templo, erguendo o povo pelo risco que traçara, abrindo em talha magníficos altares e adornando-os de estátuas formosíssimas, pois que era notável escultor, e transmitindo a sua arte a índios que nela mais tarde se notabilizaram.

Substituiu o P. Tomás o P. Domingos Calvo que, durante quinze anos, foi cura de São Borja, e adjunto do Povo de Jesus-Maria. Natural de Tombre de Abajo, Astúrias, nasceu o P. Domingos em 4 de Agosto de 1657, tendo ingressado na Companhia, como noviço, em 18 de Junho de 1679, sendo ainda em 1681 seminarista em Assunção, como refere o **Catalogus** desse ano. Em 1689, depois de um aprendizado de línguas, foi designado, como operário missioneiro, para a catequese no Uruguai, assumindo o curato de Apóstolos que exerceu até 1706. Em 15 de Agosto de 1696 fizera a profissão dos quatro votos. Consta do **Catalogus** de 1717 que exercitava, havia 28 anos, a catequese nas Missões, o que confirma um depoimento que presta em Assunção, onde se encontra em 1722. [8])

Sob a administração do P. Domingos assinalam-se acontecimentos de vulto na vida incipiente de São Francisco de Borja. Pela sua posição, como o mais meridional dos povos jesuíticos, e aproximação das extensas campanhas em que agem os índios cavaleiros, inimigos naturais dos tapes, e contribuição de soldados para os assédios da Colónia do Sacramento, cabe a essa doutrina um ônus elevado na defesa comum aos Povos da Banda Oriental do Uruguai. Adestrados na arte da guerra e tendo como instrutor e cabo principal o Irmão Brazanelli que aliava às suas habilidades de artista o conhecimento da carreira das armas, inúmeras

8) *Tanto autorizado*, cit. B. N. I, 29, 3, 43.

vezes os samborjenses terçaram suas armas, obtendo assinaladas vitórias.

Mau grado esse período de graves perturbações na vida da comuna, com o recrutamento dos operários de mais préstimo, que são soldados de postos destacados, o povo se desenvolve, construindo suas casas de material, cobertas de telha, e terminam-se as obras da igreja que, embora não consagrada ainda, em 1708, já é aproveitada para as funções do culto, como detalhadamente se dirá.

Providência aconselhada, que importa na tranquilidade da Doutrina, a extinção da aldeia de Jesus-Maria dos Guenoas, anexa a São Borja. A luta contra os índios confederados, parentes e afins dos daquela nação, impunha essa medida que deu em resultado a mudança para N. S. de Loreto, no Paraná, dos antigos habitantes de Jesus-Maria.

Em 1708, um poderoso exército de 2.000 homens que se organizou em São Borja, sob o comando geral do P. Jerónimo Herrán, depois de uma perseguição tenaz, caiu sobre as toldarias dos índios confederados e os destroçou completamente, no dia 14 de Fevereiro. Morreram centenas de índios de todas as nações, ficando também inúmeros prisioneiros que foram levados para a Doutrina de Santo Ângelo que, dois anos antes, havia sido fundada nas longínquas paragens do Ijuí.

Pôde assim São Borja retomar o ritmo de sua evolução progressiva, tornando-se uma das mais importantes Doutrinas das Missões Orientais do Uruguai.

A população de São Borja, no período estudado, assim se discrimina, segundo as Ânuas já referidas:

Anos	Almas	Famil.	Baptism.	Óbitos		Cresci- mento	Casa- mentos	Viúvos
				Adultos	Crianças			
1690 ..	2.396	658	188	27	110	51	23	9
1694 ..	2.888	701	224	23	119	82	—	—
1698 ..	2.688	695	208	20	118	70	—	—
1702 ..	2.600	780	200	30	114	56	65	—
1705 ..	2.572	755	209	49	95	55	38	—
1707 ..	2.814	757	235	26	77	132	36	—

a) **Jesus-Maria dos Guenoas.**

Desde os tempos iniciais da catequese que abria a **Banda dos Charruas**, com a fundação de Reyes (Japejú), à sua conquista espiritual, procuraram os Jesuítas atrair os belicosos guenoas, que assim eram designados os vários ramos de guaicurús do sul que, assenhoreando-se do cavalo, depredavam as campanhas aquém e além-Uruguai.

Intenso foi o trabalho nesse sentido, ficando porém sem resultado prático todas as tentativas feitas. Indomáveis e livres, refractários à civilização, esses índios, que se dividiam em charruas, iarós, minuanos, mboanes e chanás, fugiam a todo contacto pacífico com os Padres e, principalmente, com os tapes, de quem tinham fundas queixas. E quando se aproximavam das Reduções era sempre em carácter hostil, a fim de combater os tapes, roubando-lhes gados bovinos e cavalares.

Historiámos, páginas atrás, um desses primeiros contactos com os vaqueiros tapes, nas proximidades de Japejú, em 1636. Eram os iarós que iam combater os charruas, pois, não obstante o próximo parentesco entre todas essas parcialidades, viviam em guerras contínuas, de que resultou mesmo a extinção de algumas delas.

Dez anos antes procura o Governador D. Francisco de Céspedes uma aproximação amistosa com os aborígenes que dominavam a Banda dos Charruas, cujas hostilidades contra os espanhóis retardavam o aproveitamento dessas terras. Essa missão foi confiada a Frei João de Vergara, da ordem de São Francisco, em 1625. Em companhia de outro religioso, Frei Pedro Gutiérrez, do Capitão Salvador Barbosa de Aguilar, protector geral dos índios de Buenos Aires, o Franciscano cruzou o estuário, «provàvelmente na altura de São João ou São Gabriel, e se dirigiu para o Norte até uma distância de vinte e cinco a trinta léguas da capital, onde achou duas cruzes colocadas em sítios distantes como seis léguas uma da outra, por dois espanhóis que o haviam precedido na viagem, por ordem do Governador». [9])

O erudito Azarola Gil assim hostoria essa entrada: «Bem

9) L. E. Azarola Gil. *Los orígenes de Montevideo*, cit., 37.

recebido pelos aborígenes, conseguiu o Franciscano vários centenares da baptismos e deixou estabelecidas duas Reduções que denominou São Francisco de Olivares dos Charruas e Santo António dos Chanás. Em um de seus informes à Corte, Céspedes chama esta última de São João de Céspedes. Sustenta-se que a primeira delas foi o núcleo inicial de São Domingos Soriano, em oposição às versões conhecidas até hoje, embora é evidente que o missionário não permaneceu em nenhum desses pontos, regressando a Buenos Aires em companhia de alguns índios». [10])

Em data de 4 de Julho de 1626, ainda D. Francisco de Céspedes, no intuito de dilatar a catequese, outorgou à Companhia de Jesus a conversão dos índios das províncias do Uruguai, «vendo que se abria porta para entrar nas grandes províncias de Uruguai, Tapes e Biaça...» [11])

Referem as Ânuas jesuíticas várias tentativas de aproximação, intentadas pelos Padres, que entravam nas campanhas do Uruguai, com o intuito de atrair os belicosos guenoas. Entre estas é conhecida uma entrada que, em 1674, fizeram os índios de São Tomé e Japejú, em companhia dos Padres para catequizar os guenoas que demoravam com suas toldarias, ou esteiras, ao sul do rio Ibicuí.

Conseguiram ser atendidos pelos guenoas, que prometeram constituir uma aldeia na estância de São Tomé, provàvelmente no Ibicuí, local em que mais tarde encontraremos a povoação de Jesus-Maria, que se anexa a São Borja em 1682. Nessa ocasião, além dos guenoas sempre mais acessíveis do que os outros infiéis, foi possível entrar os missioneiros em contacto com os iarós, mais belicosos e refractários à civilização. Depois de um trabalho muito intenso de catequese e de haverem sido baptizados muitos dos principais caciques do bando encontrado, ofereceram-se setenta iarós a reduzir-se junto às Doutrinas da Companhia.

Foi, porém efémera essa redução, pois, seduzidos novamente pela vida livre e selvagem, desertaram quase todos os índios, voltando às suas toldarias nas campanhas do Uruguai. A estes davam os Padres o apodo de **apóstatas, segundo as crónicas da épo-**

10) Idem, ibidem, 37.
11) Idem, Doc. 213, 214.

ca. Encontram-se assim muitos guenoas e iarós que conservaram de seu baptismo, embora voltando à vida nómade das esteiras, os nomes cristãos que os Padres lhes haviam dado. Entre estes conhecem-se os caciques guenoas Inácio, D. Gregório e D. José, que foram baptizados pelo P. Francisco García. As parcialidades de que se compunha a nação guenoa tinham como caciques os índios Jaguaretê, Cloiam, Guaiancai, Nocuibilen, Mazadar e Tomoí, ou D. José, Mazelo, D. Gregório. Estendiam-se em doze toldarias e era chefe principal de todos o cacique Zavati. Andavam em constante conflito com as outras nações, atacando também espanhóis e portugueses da Colónia que se aventuravam a fazer vacarias na campanha. Numa dessas ocasiões mataram um Frade português que estava fazendo couros, vindo daí o topónimo uruguaio de «Frayle Muerto». [12])

Foi o P. Francisco García o verdadeiro apóstolo dos guenoas. Depois de um bom curso de filosofia e de ter sido professor de gramática no seminário de Assunção, [13]) foi designado cura de S. Tomé, donde passou o Uruguai à frente da colónia desse Povo que ia fundar São Borja, em 1682. Antes, porém, já exercera a sua actividade nas campanhas da Banda Charrua, em que fez várias entradas. Dedicou-se principalmente ao estudo da língua guenoa e das outras nações, cujos dialectos pouco diferiam dessa língua. Segundo Hervás «os índios iarós são tribo da nação guenoa e se crê que também o sejam as nações dos minuanos, boanes e charruas. Os minuanos e charruas têm a língua um pouco diferente da que falavam as tribos de nação guenoa». [14]) Quando da expulsão dos Jesuítas, informa o autor do **Catálogo de línguas,** ficaram na doutrina de São Borja alguns manuscritos em língua guenoa, falada por esses índios que os Padres incorporaram à sua missão de guaranis.

Ao P. Francisco García deve-se a fundação, junto ao rio Ibicuí, da aldeia de Jesus-Maria dos Guenoas que provàvelmente precedeu por pouco à de São Francisco de Borja, fundada com índios tapes da antiga São Tomé, retransmigrados para a banda oriental, à qual depois se agrega.

---

12) *Hostilidades dos índios guenoas.* B. N. Mss. I, 29, 3, 69 e 70.
13) *Catalogus publicus,* cit., 1783.
14) Lorenzo Hervás. *Catálogo de lenguas.* Madrid. 1800. Vol. I, 197.

A Ânua de 1693 nos informa sobre as actividades do P. Francisco entre os guenoas. «Outras missões fizeram-se também este ano da Doutrina de Jesus-Maria, que é de gente nova guenoa, muito diferente das mais e de idioma mais difícil que o guaraní e a cuja conversão, há muitos anos, por saber seu idioma, se tem aplicado com não pequeno afã e fadiga o P. Francisco García, indo por dilatadas campanhas, sofrendo frios e sóis, e outras inclemências do céu a procurá-los e solicitar a sua conversão e às vezes com perigo da vida». [15])

Em todas as Ânuas desse período dão os Superiores notícias sobre o trabalho intenso dos Padres, nessa conversão, e o pouco resultado obtido. «Esta nação é vagabunda e não tem ponto permanente, vivendo em qualquer parte onde encontra a sua conveniência, debaixo de umas esteiras que quando vão de uma para outra parte, levam sobre os cavalos e com umas varas amarram logo as esteiras que lhes servem de casa e habitação». E, em 1690, dizia o Superior: «Várias saídas se fizeram em busca de infiéis, mas estes não corresponderam ao intenso trabalho e gasto, que por bem de suas almas se tem feito. N. S. se apiade de tão duros corações e os abrande, que já tantos anos avultam todas as diligências e suores de tantos Padres».

Nessa ocasião três iarós, «de nação diferente e inimiga dos guenoas, mas hoje em paz com eles», vieram ver o Povo que lhes pareceu bem. Um ficou e os outros foram dar notícias a seus parentes, havendo esperanças de que voltem. Em 1693, numa das saídas do P. Francisco, conseguiu ele trazer maior número, que teria sido mais promissor se não se tivesse dado um incidente com um tape, pelo que fugiram alguns guenoas. «Trouxe o Padre só sete infiéis e um cristão novo (apóstata) que com outros dois ou três, lembrando-se da liberdade que em sua gentilidade gozava, sem o cuidado e as obrigações de cristão, voltou aos campos. São 28 ao todo os que desta nação se trouxe este ano». [16])

Jesus-Maria havia sido fundada pelo P. Francisco com 300 almas, mais ou menos, divididas em cerca de 70 famílias. Difícil

15) B. N. Mss. I, 29, 7, 63. A carta referida de 1683, do P. García, [Gay, 198] dá o relato de suas actividades anteriores a esse ano, junto aos charruas.

16) Ânua I, 29, 7, 63, cit.

foi a conversão desses guenoas, muito contribuindo para este resultado o cacique dessa toldaria que recebeu no baptismo o nome de Xavier. Morreu o Capitão Xavier em 1691, sendo grandemente considerado pelos Padres e índios. Além de ser um cristão perfeito pelas suas virtudes e exemplos, concitava sempre os seus a perseverarem na religião. Devoto e obediente foi o elemento principal da aldeia e mereceu os maiores elogios como cristão e exemplar catecúmeno.

O cura de São Borja superentendia a aldeia de Jesus-Maria. Como vimos, substituiu ao P. Francisco o P. Tomás Bruno e, em 1706, o P. Domingos Calvo. Muito auxílio prestou também a essa povoação o Irmão José Brazanelli que, desde 1696 assistia em São Borja, não só como construtor de sua igreja, mas fazendo várias entradas nas vacarias e nos assédios contra os portugueses.

Não prosperou, como esperavam os Jesuítas, a aldeia dos guenoas. Sua população que era em 1690 de 334 almas, ao ser extinta, em 1708, não atingia a 200, pelas defecções diárias de seus habitantes. A origem principal desse insucesso encontra-se na inadaptação desses aborígenes à vida policiada dos cristãos e no trabalho feito pelos portugueses da Colónia do Sacramento que conseguiram atraí-los e associá-los às vacarias do Pampa. Todas as tribos de índios cavaleiros, principalmente os minuanos, ligaram-se logo aos colonistas, fazendo largas transacções de gados, couro, sebo, cavalos e éguas, recebendo por isto vantajosas propinas. E industriados, mais tarde, pelos seus aliados portugueses, promoveram uma confederação para destruir as aldeias dos Jesuítas e atacar os postos castelhanos.

Ao reocuparem a Colónia, restituída a Portugal, após o insucesso de D. Manuel Lobo, compreenderam os portugueses a necessidade de atrairem a si as parcialidades de selvagens que dominavam as campanhas da Banda dos Charruas. Nesse sentido envidaram todos os esforços conseguindo que os principais caciques minuanos se aproximassem do real, enchendo-os de mimos e dos presentes que eles mais apreciavam. Em 1702, organizada a confederação dos guenoas, que tinha por fim hostilizar os Padres das Doutrinas e os castelhanos, ofereceram-se minuanos, charruas, chanás, mboanes e serranos para se localizarem na Colónia e se baptizarem. Levada essa pretensão ao Conselho Ultramarino foi

este de parecer que se reduzissem no sítio denominado Riachuelo, sob a direcção de Padres portugueses da Companhia, pedindo-se ao Provincial do Brasil encarregasse dessa direcção ao P. «Luís de Amorim, sujeito digno pelo seu talento». [17])

Não se realizou essa fundação em virtude dos acontecimentos que sobrevieram com o novo ataque à praça e sua evacuação em 1705. Entre os assentos de baptismos da Colónia do Sacramento, (1690-1705) constam os de vários gentios da terra, especialmente minuanos que mais se aproximaram dos colonistas. [18]) Quando o Governador Veiga Cabral se retirou da praça portuguesa em 1705 «levou consigo para o Rio de Janeiro uma índia minuana, irmã do cacique Loya (Cloyan), que havia sido baptizada e se tornara cristã. Ao chegar o Governador Barbosa, à Colónia, em 1718, foram ter com ele os caciques Macadar, D. Francisco e Loya, este último capitão de 1.200 índios, pedindo-lhe fosse devolvida a irmã e que eles também queriam ser baptizados, tornando-se amigos dos portugueses». Informa o Governador ao Conselho que os minuanos contam mais de 5.000 índios, sendo sòmente mais avultados do que eles os Tapes das Reduções jesuíticas. Barbosa conseguiu captar-lhes as simpatias, ficando eles ainda mais amigos dos portugueses. [19])

Outros Governadores da Colónia e os lagunistas que penetravam no território em que existiam as suas toldarias continuaram essa amizade, dando-lhes mesmo, aos principais caciques, varas de autoridade, e ao chefe da nação a de capitão-mor.

Foi à instigação dos colonistas que se organizou a **Confederação dos Guenoas,** nome genérico que abrangia todas as parcialidades de índios campeiros que perambulavam pelo Pampa. Os próprios iarós, os mais selvagens de todos, aderiram à rebeldia geral e foram os primeiros que assolaram a estância de Japejú, depredando-a, matando vários índios cristãos e roubando cavalhadas e gados que vendiam na Colónia. Há sobre o assunto copiosa documentação na **Colecção de Ângelis,** da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

---

17) Inst. Hist. Bras. Livros do Cons. Ult. Vol. 23 fls. 67.

18) *Assentos de Baptismos* etc. da Colónia do Sacramento (1690-1705) 3º L. Casamentos da Sé. fls. 137. Câmara Ecles. Rio de Janeiro.

19) *Cons. Conselho Ultram.* Cod. Mss. Inst. Bras. L. 25º fls. 50 v.

Durou essa guerra oito anos, causando aos Povos jesuíticos grandes prejuízos em gados e em homens, organizando os Padres verdadeiros exércitos de catecúmenos para batê-los.

Em 1701 iniciaram os confederados as suas hostilidades, caindo sobre o povo de Japejú, onde mataram 140 catecúmenos cristãos, saquearam e queimaram a igreja, destruindo as imagens e objectos sagrados. Transpondo novamente o Uruguai, situaram-se na estância de São José, daquele Povo, que ficava ao sul do rio Ibicuí, apropriando-se dos gados que nela existiam e prejudicando a todas as Doutrinas que ali se supriam de carne para alimentação.

Ciente o Governador desses sucessos determinou aos Padres organizassem um corpo de 2.000 índios que, no ano seguinte, sob o comando do Mestre-de-Campo D. Alexandre Aguirre, saiu fortemente armado, «para castigar os infiéis iarós, mboanes, charruas e seus confederados», [20]) que talavam aquelas campanhas. Levaram os índios cristãos 4.000 cavalos seus, 2.000 mulas e 2.000 vacas. Percorreu o exército mais de 150 léguas, indo afinal encontrar o inimigo com suas esteiras nas margens do rio Yi, a 6 de Fevereiro de 1702. Renhido e sangrento foi o combate travado, retirando-se o inimigo para as matarias próximas onde se fortificou e durante cinco dias combateu valentemente o exército missioneiro. Tinha este a vantagem de armas de fogo com que pôde dominar e vencer os infiéis que em sua maior parte foram mortos, caindo em poder dos atacantes número superior a 500 mulheres e crianças que foram distribuídas pelas Reduções.

Além de grande quantidade de feridos, perderam os cristãos 12 soldados e capitães, contando-se entre os últimos um de São Tomé e outro de São Lourenço.

Em 1704 houve novamente incursões de guenoas, saindo para combatê-los uma tropa de índios e espanhóis, tendo aqueles por comandante o Irmão José Brazanelli. [21]) Coincidiu isto também com a organização de um exército de 4.000 tapes, que pôs cerco à Colónia do Sacramento, obrigando os portugueses a evacuar a

---

20) Padre Nusdorffer. *Relação de serviços*, cit.
21) *Pleito sobre Vacarias*, cit. Dep. Irmão Brazanelli.

praça. Sobre essas novas depredações «dos índios bárbaros, a que chamavam **Frentones,** e que eram compostos de guenoas, iarós, mboanes e charruas», existe na Biblioteca Nacional copiosa documentação, em volumosos autos de um processo intentado contra os mesmos índios, em data de 16 de Fevereiro de 1705. [22])

Enquanto o exército cercava a Colónia, os infiéis, fazendo diversão pela campanha, atacavam as sentinelas espanholas, matando bàrbaramente os índios que encontravam. Ainda em 1706 continuavam essas tropelias, com a morte de muitos cristãos e depredações das estâncias dos Povos. Além disso, roubaram 400 cavalos de El-Rei acusando os tapes dessa façanha. Resultou daí um longo processo contra os índios cristãos, intentado pelas autoridades de Buenos Aires.

No ano seguinte recrudece a guerra dos Confederados, tendo os cristãos um encontro com 12 toldarias, conseguindo matar o cacique Mazelo, chefe da maior parcialidade de minuanos. Dominavam os bárbaros toda a região de Japejú, cuja estância e Povo assolavam continuamente, matando índios, mulheres e crianças, e levando presos para suas toldarias muitos cristãos. Em virtude desses acontecimentos resolveu o P. Salvador de Rojas, Superior das Missões, que estava em São Borja, organizar um novo exército para exterminar definitivamente esse inimigo cruel dos tapes. Foram designados para comandá-lo o P. Jerónimo Herrán e o Irmão José Brazanelli. Acampava o corpo já nas proximidades das toldarias dos infiéis quando um parlamentário trouxe ao P. Jerónimo «uma declaração do Governador de Buenos Aires que esses infiéis estavam sob a sua protecção». [23]) Mas, inevitável foi o choque entre as duas forças e em 14 de Fevereiro de 1708 o P. Herrán comunicava ao Provincial a exterminação completa de todos os guenoas e afins, de que morreram a maior parte, ficando muitos prisioneiros. Por essa vitória mandou o Provincial se rezassem solenes **Te Deum laudamus** em todos os Povos. [24])

Em 1707 a situação não se modifica. Sob o comando do cacique Cloyan os guenoas caíram sobre os índios vaqueiros das Mis-

22) B. N. I, 29, 3, 69 a 71.
23) Ânua 1708. B. N. I. 29, 7, 83.
24) *Sobre la guerra con los guenoas,* etc. B. N. I, 29, 3, 71.

sões, que transportavam das vacarias uma tropa de 22.000 cabeças de gado, 500 cavalos e 200 mulas. Depois de desbaratá-los, matar e ferir a muitos catecúmenos, apropriaram-se desses animais que conduziram para seus campos. Por outro lado os iarós e mboanes atacaram o Povo de Japejú, matando e ferindo alguns moradores dali e aprisionando mulheres e crianças.

Procuraram os Padres pacificá-los, mandando que os guenoas cristãos de Jesus-Maria fossem falar com seus parentes e os atraíssem àquela Redução. Atendeu o cacique Cloyan, chefe principal dos índios confederados, indo à aldeia de Jesus-Maria falar ao P. Provincial Salvador de Rojas que o esperava. Tratado com todo o carinho, e cumulado de presentes, não acedeu, entretanto, às solicitações do Provincial, mas, pelo contrário, reafirmou a vontade dos índios campeiros de continuar a guerra contra os tapes e os Padres.

Isto afectou profundamente os moradores de Jesus-Maria. Muitos fugiram para se reunirem a seus parentes e outros deram a entender que essa situação havia sido criada pelos Jesuítas, que não souberam atrair os guenoas.

Temeram, então, os Padres uma revolta em Jesus-Maria, que importaria na destruição do Povo de São Borja e com habilidade procuraram extinguir aquela redução. Precedeu esse acto a declaração de que eram livres os que, rompendo com os laços da religião, quisessem voltar à vida nómade de seus parentes. Muito pequeno o número dos que abandonaram a aldeia. A maior parte, passante de 150 almas, foi removida para o Paraná, sendo Jesus-Maria dos Guenoas anexada à Doutrina de N. S. de Loreto, donde, ainda muitos anos depois, as Ânuas jesuíticas trazem referências. [25])

A população de Jesus-Maria dos Guenoas até a sua mudança para o Paraná, em 1708, foi a seguinte:

25) Ânua do Padre Salvador de Rojas. 1708. B. N. Mss. I. 29, 7, 83.

Anos	Almas	Famíl.	Baptism.	Óbitos		Cresci-mento	Casa-mentos	Viúvos
				Adultos	Crianças			
1690 ..	334	74	51	18	20	13	20	6
1694 ..	298	89	44	9	32	3	—	—
1698 ..	200	80	30	8	16	6	—	—
1702 ..	200	79	32	10	19	3	6	—
1705 ..	288	97	41	5	12	24	8	—

2 — **São Nicolau.**

Originário da própria região para que retorna, no dia 2 de Fevereiro de 1687 [26]) o Povo de São Nicolau, como historiámos, foi um dos mais prósperos e o mais antigo das reduções jesuíticas, devendo a sua fundação aos Padres Roque González e Miguel de Ampuero, em 1626, [27]) mais ou menos na situação de 28° 26' de lat. S. e a 12° 24' de long. O. do Rio de Janeiro, conforme determinação de Rego Monteiro. [28])

Em 1637, ante a iminência da invasão bandeirante, que chegou a talar os seus campos, emigrou para a banda ocidental do Uruguai, localizando-se entre as antigas reduções de Conceição e Santa Maria Maior. Em 1651 fundiu-se com a redução de Apóstolos, também procedente do Tape, antiga Santos Apóstolos São Pedro e São Paulo, que ficaria, segundo D. Félix de Azara, entre 27° 54' 43" lat. S. e 1° 51' 41" de long. Voltou para o Rio Grande do Sul, como já se disse, em 1687, indo ocupar, segundo Azara, o ponto de origem, isto é, a situação de 28° 12' 0" de lat. S. e 2° 21' 7" long. o que coincide, mais ou menos com a actual posição desse povoado, hoje pertencente ao município de São Luís.

Da data de sua fusão até trasladar-se para a banda oriental do Uruguai, conserva essa redução o nome de Apóstolos, na anti-

26) C. Teschauer. *História do Rio Grande do Sul. Biblioteca Vaticana.* Cod. vatic. ex latinis mss. 8.215. Há, nas Ânuas da Col. de Âng. uma solução de continuidade, sendo a primeira que se refere às Missões a de 1690.

27) L. G. Jaeger, *Os Três Mártires Rio-grandenses,* cap. 20.

28) *Antigas reduções,* etc., cit.

ga cartografia jesuítica, só retomando o de São Nicolau ao se fixar novamente na região missioneira do Rio Grande do Sul.

Em 1661 constava essa doutrina de 919 famílias. Sob a direcção dos Padres eram os índios aplicados, profundamente religiosos, dedicando-se à lavoura em suas chácaras, e às artes. Entre estas, como mais detidamente apreciaremos, destacavam-se a música, a escultura e a pintura, de cujas escolas saíram elementos aproveitáveis que vêm, mais tarde, constituir, na nova Missão, um núcleo artístico de grande valor. Em 1671, terminavam os índios um notável retábulo para o altar-mor «que foi feito com grande aplicação e gosto pelos oficiais deste Povo». [29]) E que esses artistas prosperaram, irradiando daí a sua arte, nos mostra o P. António Sepp, fundador de São João Baptista, em 1697, que informa ter sido construído na redução de São Nicolau um altar lateral para aquele Povo, dedicado a Santo António de Lisboa, e que custou mil pesos. Ali «se achavam os escultores mais hábeis».

Ocupando, em 1687, o antigo posto em ruínas, que havia sido a primeira S. Nicolau, à margem do rio Piratini e não muito distante do rio Uruguai, consagraram-se, imediatamente, à restauração das taperas, cinquenta anos antes abandonadas pelos seus maiores. Eram em número de 3.000 pessoas as que retransmigravam, trazendo cada família as suas carretas, móveis, roupas e utensílios, além de grande cópia de semoventes. Um ano de trabalho exaustivo, na povoação e nas lavouras, havia já dado um aspecto melhor à Doutrina que se reerguia sobre velhos escombros, quando uma desgraça caíu implacàvelmente sobre a aldeia. Um furacão desvastador «destruiu todo o povo, estragando notàvelmente a igreja, casa dos Padres que a ladeava, com morte de alguns índios, índias e crianças, que chegaram a 24». [30]) Ao furacão sucedeu a queda de granizos de tamanho descomunal que matou, nos campos, mesmo distantes, grande quantidade de gado, como informa o P. Alonso del Castillo. [31])

No ano seguinte, ainda não refeito dessa cruel provação, ex-

---

29) B. N. Mss. I, 29, 7, 50.
30) B. N. Mss. I, 29, 7, 63.
31) B. N. Mss. I, 29, 3, 43.

perimentou o povo outra mais desoladora ainda. Um grande incêndio, que teve origem numa casa coberta de palha, alastrou-se por toda parte, devorando a igreja, casa do Padre e a maior parte da povoação. Na Ânua de 1690, o provincial Padre Salvador de Rojas, dando notícias dessas duas calamidades que abateram sobre São Nicolau, informa que «com todas essas desgraças não desanimaram os índios e vão recompondo o seu povo e reduzindo-o da mélhor forma ao estado em que se encontrava antes dessas desgraças». 32)

À entrada do Povo, no caminho que conduzia para as suas chácaras e lavouras, erguia-se uma pequena ermida consagrada a Santo Isídro Lavrador, em cujo altar se via uma imagem desse protector da agricultura, lavrada em madeira pelos próprios índios. Tinham estes, pelo santo, particular devoção. Quando as secas ameaçavam destruir as suas colheitas, ou quando as intempéries as prejudicavam, ou ainda quando as pragas abatiam sobre as plantações, apelavam para Santo Isídro Lavrador, conduziam-no em procissão até à porta da igreja e rara era a vez em que o Santo não intercedesse por eles, «pois faltando por duas vezes as chuvas, levaram a imagem do Santo até à porta da igreja, rezando todos os seus rosários e logo conseguiram a graça impetrada». 33) E não só pelas colheitas o Santo intercedia. «Também tem velado pela saúde das crianças enfermas, cujas mães as levam ante a imagem do Santo, cuja ermida, à ida e volta de suas chácaras, visitam constantemente».

Em vez de desanimá-los, essas desgraças que abatiam sobre o Povo mais serviam para lhes retemperar a fé. As novas gerações, cujo carácter fora plasmado pelo Jesuíta, eram profundamente piedosas e crentes. Numa evolução constante para o bem, pela glória do Senhor, haviam contraído hábitos de trabalho, e sólidas virtudes cristãs. Trabalhavam. Lavradores, artistas, vaqueiros, soldados eram, na afirmação unânime dos Padres, admiráveis propulsores de uma civilização cristã construída sobre a primitividade de uma vida simples que lembrava as origens do

---

32) B. N. Mss. I, 29, 7, 50.
33) B. N. Mss. *Ânua* do Padre Salvador de Rojas para o ano de 1690. I, 29, 7, 63.

cristianismo. Nas páginas das Ânuas, cheias de um intenso fervor religioso e em que tudo se envolve num doce e suave encanto de fé inexaurível, respigam-se factos demonstrativos de virtudes que vão até o sacrifício. As mulheres, principalmente, revestem-se de um halo de pureza. Não cedem às tentações do pecado. Muitas e muitas, solicitadas a pecar, preferem a morte ou a serem brutalmente espancadas, como várias vezes sucedeu, antes que quebrar os laços fortes da castidade que as prendem à prática da virtude.

Reconstrói-se ràpidamente o povo de São Nicolau. Na Ânua de 1691 aparecem já largas referências ao trabalho de reedificação da Doutrina. Para isto os índios, homens, mulheres e crianças, sob a direcção dos Padres, fabricam grandes quantidades de telhas de barro com que são cobertas as casas de paredes de adobes. Os carpinteiros trabalham exaustivamente nas obras que lhes correspondem, trazendo a madeira dos matos do rio Ijuí, e até os escultores abrem, nas colunas para a igreja, ou nas traves que encimam as portas das casas, relevos de motivos religiosos.

A povoação é traçada a cordel. As ruas já são mais largas. Ocupam-nas, de lado a lado, 23 casas muito compridas, de muitos compartimentos, todas cobertas de telha. Nesse ano, já estava muito adiantado o trabalho de reconstrução, esperando o Padre que, com mais dois anos, todas as obras ficariam completamente prontas e São Nicolau uma das mais belas povoações missioneiras. A casa do Padre, que mereceu cuidado especial dos índios era, pela arquitectura e pelo conforto que apresentava, já concluída, a mais linda do povo. Compunha-se de dois lanços e estava ao lado da igreja, em frente à praça e bem aparelhada.

Erguida a igreja, que já era um templo apreciável, tratou-se logo de adorná-la de alfaias, estátuas e pinturas. Os índios artistas, cada qual no seu género, procuravam esmerar-se na execução de obras para embelezamento do templo. Um púlpito lavrado, altares de talha, grandes imagens de Santos e dois retábulos laterais, já em 1708, enriqueciam o templo, afervorando a religiosidade dos catecúmenos.

Terminara a fase fundacional das reduções com o erguimento do último dos Sete Povos, que era o de Santo Ângelo, e as Mis-

sões Orientais iniciavam os passos para atingir o fastígio de seu esplendor, como diremos, apreciando-as mais tarde em conjunto.

Dão-nos os documentos referentes a esse período sugestivas estatísticas relativas ao crescimento das populações missioneiras. Os dados referentes a São Nicolau, extraídos das respectivas Ânuas, assim podem ser resumidos:

Anos	Almas	Famíl.	Baptism.	Óbitos		Cresci-mento	Casa-mentos	Viúvos
				Adultos	Crianças			
1687 ..	3.000	—	—	—	—	—	—	—
1690 ..	3.648	870	25	49	47	80	89	10
1694 ..	5.315	1.040	243	97	102	84	56	—
1698 ..	5.819	1.066	259	52	84	123	136	—
1700 ..	5.279	1.119	315	42	117	156	85	54
1702 ..	4.699	1.216	335	74	151	110	61	—
1705 ..	4.927	1.208	350	48	124	178	13	—
1707 ..	5.386	1.262	327	61	150	116	99	—

Era Superior das Missões, em 1687, por ocasião da retransmigração dos Povos, o Padre Alonso de Castillo que, em pessoa, escolhido o local em que eles se deveriam fixar, acompanhou os colonos que fundaram São Nicolau e, mais tarde, os de São Luís até o Caaçapá-mini, onde ainda se encontravam vestígios da antiga redução de Candelária, que florescera entre o Ijuí e Piratini. Decorrem essas informações de um bilhete datado de 29 de Maio de 1699, em que esse sacerdote, no pleito de terras entre São Xavier e Conceição, faz interessantes referências à mudança dos dois primeiros Povos que cruzam o Uruguai. [34])

A primeira notícia que se tem relativamente à direcção espiritual de São Nicolau refere-se ao cura P. Anselmo de la Mata, que ali esteve até 1698. E' possível que tenha sido o fundador do Povo. Certo, entretanto, é que foi construtor da sua igreja, pois, em 1696, segundo informa o P. Avendaño, cura de São Luís,

34) *Pleito de São Xavier.* Depoimento do Padre Alonso de Castillo. B. N. I, 29, 3. 43.

o P. Anselmo tinha «no outro lado do Ijuí grande quantidade de cedros cortados e por cortar para edificar a sua igreja». [35])

Nasceu o P. Anselmo de la Mata em Sevilha, Híspalis, a 30 de Novembro de 1658, tendo ingressado na Companhia em 13 de Junho de 1673. [36]) Filho de pais nobres preferiu ao conforto do lar as gloriosas agruras das missões entre selvagens e solicitou passar da Andaluzia para o Paraguai, em cujas missões trabalhou mais de 12 anos, consagrando outros tantos aos colégios de Santa Fé e Buenos Aires, tendo sido também Reitor do colégio de Corrientes. A São Nicolau, que fundou e deu magnífica organização, dedicou o Padre as suas melhores actividades, provendo com incansável esforço não só às necessidades espirituais como as temporais, construindo-lhe igreja, delineando o povo e compartindo com seus fregueses de todas as calamidades que desencadeavam sobre a nascente povoação. Depois de uma vida de edificantes exemplos, o P. Anselmo faleceu na redução de Candelária, para onde se recolhera, no dia 10 de Dezembro de 1732, com a idade de 74 anos, 59 de Companhia e 40 de profissão de quatro votos. [37])

Deve ter substituído ao P. Anselmo que, em 1698, já se encontrava em Assunção, o P. Matias de Perea que, no primeiro lustro do século XVIII, se encontra dirigindo a curazia de São Nicolau. Nasceu o P. Perea na Beócia a 24 de Fevereiro de 1660, tendo ingressado na Companhia a 2 de Março de 1676. Tinha o curso de filosofia e teologia e fora durante muitos anos empregado na catequese do gentio. Consta seu nome ainda do **Catalogus** de 1715, que nos fornece outras indicações. Iniciara seu ministério em 1685 e no ano seguinte seguiu para as Missões onde assistia, em 1715, desde 29 anos. Fizera os quatro votos a 15 de Agosto de 1695.

3 — **São Luís Gonzaga.**

Pouco depois da fundação de São Nicolau, no mesmo ano de 1687, estabeleceu-se, 10 léguas a Oriente daquele, o segundo dos

35) Idem, ibidem. Depoimento do Padre Francisco de Avendaño.
36) *Catálogus*. 1681 e seguintes.
37) B. N. Ânua de 1735. I, 29, 7, 106.

povos missioneiros, que tomou o nome de São Luís Gonzaga. Procedia de Conceição, de que mais tarde sairia outra colónia — Santo Ângelo — que se fixaria no vale do Uruguai.

Era Conceição a mais antiga das reduções ocidentais desse rio. Fundada pelo P. Roque González de Santa Cruz, a 8 de Dezembro de 1619, estava situada a 27º 58' 44'' lat. S. e 2º 3' 47'' da long., segundo Azara. Foi daí que partiu o P. Roque, como fica historiado, para a conquista espiritual do Uruguai e do Tape. Aí nasceram os dois Nicolau Nenguirú, cujos nomes ficaram na história das Missões como símbolos de fé e de bravura, e daí partiram os pioneiros da civilização jesuítica que, ùnicamente com a cruz na mão e um alto ideal de fraternidade humana no coração, fizeram de povos infiéis esteios admiráveis de cristandade.

Conceição acolheu desde o princípio todos os outros Povos que a invasão bandeirante obrigava a desamparar as terras em que viviam. Os do Guairá, em grande parte, foram recolhidos a essa redução quando, em memorável êxodo, tiveram que baixar de suas primitivas aldeias. E assim sucedeu com os índios do Tape, em 1637, sob a pressão da bandeira de Raposo Tavares e, mais tarde, com os de Caaguaçú, em Itatines, quando também acossados pelos paulistas, que destruiram as suas Reduções. Foi assim um centro de miscigenação das duas grandes nações — tape e guarani — que dominaram os vales do Uruguai e do Paraná, aí se fundindo, em meio século de vida comum.

Contribuiu Conceição com o maior contingente de índios cristãos para o repovoamento das Missões Orientais, fundando as colónias de São Luís e de Santo Ângelo num período de 20 anos que decorre de 1687 a 1706, fornecendo para isso 5.801 almas, sendo 2.922 para São Luís e 2.879 para Santo Ângelo. Contava essa doutrina, quando mandou a primeira leva de povoadores de São Luís, 5.000 almas aproximadamente. Em todas as ocasiões em que se fazia mister destacar um corpo de tropa para a defesa das reduções e, mais tarde, para o assédio da Colónia, contribuía Conceição com os maiores destacamentos, sob o comando de chefes experimentados, como aconteceu em 1680 em que forneceu um esquadrão de 275 índios, que obedeciam às ordens do Alcaide-Mor, Capitão D. Francisco Aguara.

Foi também um centro de grandes actividades artístico-in-

dustriais e empório de tecidos, erva-mate e gados. Em 1650, o P. Pedro Cañigral estabeleceu escolas e oficinas de pintura, escultura e obras de talha, industriando nessas artes os índios que se tornam habilíssimos artistas. A música mereceu também destaque apreciável entre os índios dessa redução.

Foi, como dissemos, em 1687, que uma colónia de mais de 2.500 almas, desligando-se de Conceição, foi-se localizar no Caaçapá-mini, passando depois para o local, em ponto ameno, à margem do arroio Chimbocú, afluente do rio Piratini, a 260 metros de altitude, assinalado pelas coordenadas de 28º 23' 53" lat. S. e 54º 58' 18" long. O. Greenw., onde ainda actualmente se encontra a cidade de São Luís. Dessa colónia constavam descendentes das antigas reduções do Tape, São Joaquim e Santa Teresa, cujos retirantes haviam sido acolhidos em Conceição.

Presidiu à mudança e estabelecimento de São Luís Gonzaga o Superior das Reduções P. Alonso de Castillo, como consta do depoimento já citado, em que diz textualmente referindo-se a terras que tocavam a São Xavier: «O Padre Silvério Pastor tinha ali algumas lavouras e eu estive nelas também e com essa tenção quando se passavam os índios de São Luís ao Caaçapá-mini, 38) sempre andei eu com esse cuidado de que as terras que se lhe davam não tocassem até ali; e também soube tinham sua estância de vacas os de São Xavier em um campo detrás desses matos, por sinal que as maltratou uma furiosa tempestade que destruiu o Povo de São Nicolau recém mudado e com o granizo pereceram algumas e isto há quase 12 anos 39) de sorte que jamais ouvi tivesse outro Povo domínio algum nessas terras, matos e estância, ... torno a dizer que eu não consenti jamais que nem os índios de São Nicolau ou outros passassem seus limites além da outra banda do Ijuí». 40)

---

38) Antiga redução de Candelária, entre o Ijuí e Piratini, com as coordenadas prováveis (Rego Monteiro) de 28º 32' lat. S. e 11º 52, long. O. Rio de Janeiro. Conforme a referência, secundada por Cardiel, parece ter S. Luís sido fundado no Caaçapá-mini e transladado para o posto em que está. Em "Breve noticia de las Misiones" diz Cardiel: "Se fueron (os de São Luís) al Caaçapa-mini, despues en el sitio junto de onde hoy están", Teschauer. *Hist.* I, 396.

39) O depoimento do Padre Castillo é de 29 de Maio de 1699, coincidindo os 12 anos antes com a data de 1687, da fundação dos Povos.

40) Depoimento citado. B. N. I, 29, 3, 43. O Padre Alonso de Cas-

Acompanhou a mudança como primeiro cura de São Luís o P. Miguel Fernández, que foi também depois cura de São Lourenço. No depoimento que presta no mesmo pleito citado, depois de dizer «que foi a outra banda na ocasião da mudança do povo de São Luís», informa que, nesse tempo, «cuidando eu do Povo de São Luís, e pedindo ao P. Alonso de Castillo, Superior então das Doutrinas, me concedesse os matos da outra banda do Ijuí-guaçu, me respondeu S. R.ª que não podia dar ditos matos por serem de São Xavier, e assim só concedia aos de S. Luís pudessem tirar as madeiras de que necessitassem».

A Ânua de 1735, que consigna seu necrológio, diz que o P. Miguel «foi fundador de São Luís Gonzaga em que padeceu com muita alegria grandes trabalhos que são a colheita ordinária dessas novas fundações». 41) Nasceu o P. Miguel Fernández em Assunção do Paraguai a 1 de Julho de 1659 e tinha 18 anos quando em 12 de Julho de 1677 ingressou na Companhia como noviço. Em 1684, depois de receber o grau de formatura em filosofia e retórica, foi destinado às missões do Uruguai e estava em Conceição, quando acompanhando a colónia dessa doutrina até Caaçapá-mini, fundou ali São Luís Gonzaga. Durante mais de oito anos esteve à testa da povoação, «tratando carinhosamente os índios, e como conhecia maravilhosamente o seu idioma em que tinha notável eloquência, mereceu de todos as maiores demonstrações de amor e respeito. Por este privilégio de cativar os índios, resolveram os superiores que, de São Lourenço, para cuja curazia havia sido removido, passasse para Japejú em 1720, onde serviu 10 anos até a data de seu falecimento. Japejú, devido à peste que sobre essa redução se desencadeou, decrescera consideràvelmente, ficando quase deserta, motivo por que para essa doutrina foram mandadas muitas famílias de São Xavier que entraram logo em conflito com os japejuanos, conseguindo o P. Miguel com muito trabalho harmonizá-los, pois tinha grande caridade e paciência com

---

tillo nasceu em Granada, a 19-IV-1633 e entrou para a Companhia em 5-II-1657, formando-se como coadjutor em 2-II-1670 e fazendo os quatro votos em 15-VIII-1673. Em 1681, cf. *Catalogus,* tinha 17 anos de catequese. Foi leitor de gramática e superior das reduções do Uruguai em 1687.

41) B. N. Ânua de 1735. I, 29, 7, 107.

todos, principalmente com os infiéis, que catequizou. Vítima de uma tísica pulmonar, que havia muito lhe minava a existência, faleceu em Japejú aos 25 de Outubro de 1730 com 72 anos de idade, 53 de Companhia e 31 de incorporação». 42)

Substituiu esse sacerdote, o P. Francisco de Avendaño, que foi o segundo cura de São Luís. Também natural de Assunção, onde nascera em 3 de Maio de 1663, entrou para a Companhia em 14 de Janeiro de 1679, constando do **Catálogo** de 1681 o seu nome como seminarista no colégio de Assunção. Terminado o seu curso de filosofia foi destinado às Missões, pois também como todos os Padres sul-americanos, especialmente do Paraguai, tinha como língua materna o guarani. Em 1696 já estava o P. Francisco em São Luís, e entre os seus trabalhos avulta a melhor disposição do povo, cujas casas, conforme a Ânua de 1698, vão sendo terminadas, fabricando-se telhas de barro para sua cobertura. A construção da igreja só mais tarde se inicia, servindo ainda a primitiva, como detalhadamente estudaremos. Em 1706 já era cura de São Luís o P. Francisco Medrano 43) como consta dos depoimentos prestados no processo dos guenoas.

Das Ânuas referentes a São Luís Gonzaga, nesse período fundacional, podem-se coligir os dados estatísticos que registramos sobre seu crescimento humano. E, mais tarde, como assinala Teschauer, «tornou-se um dos mais populosos dos Sete Povos Orientais», sendo hoje uma das cidades mais importantes da região missioneira.

Anos	Almas	Famil.	Baptism.	Óbitos		Cresci-mento	Casa-mentos	Viúvos
				Adultos	Crianças			
1687 ..	2.800	—	—	—	—	—	—	—
1690 ..	2.922	840	165	44	82	32	141	5
1694 ..	3.280	886	221	48	119	54	37	—
1698 ..	3.582	920	200	34	68	98	—	—
1702 ..	3.473	943	269	58	116	95	29	—
1705 ..	3.935	998	223	43	80	100	32	—
1707 ..	3.997	1.017	263	46	72	145	77	—

42) Ânua cit. I, 29, 7, 107. *Catalogus*, 1681, 1715.
43) O P. Francisco Medrano era natural de Múrcia, onde nasceu

4 — São Miguel Arcanjo.

A volta do Povo de São Miguel ao território rio-grandense coincide, mais ou menos, com a de São Luís Gonzaga, em fins de 1687. Era esta, como vimos, uma das antigas reduções do Tape, pois foi fundada em 1632 pelos Padres Cristóvão de Mendoza e Paulo Benavides, no lugar denominado Itaiacêcó, e segundo Rego Monteiro à margem direita do Ibicuí, no rincão de S. Pedro, nas pontas da serra de São Pedro, na situação geográfica de 29° 36' lat. S. e 10° 54' long. O. Rio de Janeiro. [44])

Fugindo ante a invasão bandeirante, São Miguel passou o Uruguai, localizando-se nas imediações de Conceição, cerca de uma légua e um quarto desta, onde permaneceu até seu retorno ao vale oriental do Uruguai. Nesse novo posto levantaram os miguelistas suas casas e igreja, dedicando-se ao amanho das terras. Mas, em 1642, um vendaval destruiu completamente a aldeia, ficando a igreja em escombros. Estava ali, na ocasião, o irmão Domingos de Torres, cuja acção como soldado já estudámos detidamente, pois foi o vencedor da batalha de Mbororé. «Não sendo arquiteto, mas sempre realizador de tudo em que se empenhava, levantou outra (igreja) coberta de telhas, que ficou tão linda como as igrejas de Espanha». [44ª])

Todas as Ânuas referentes a essa redução são contestes em afirmar a obediência, devoção e contração ao trabalho dos habitantes de São Miguel, que são apontados como exemplo de civilização cristã. Bons soldados contribuiram sempre com seus contingentes disciplinados em todas as ocasiões em que eram solicitados os seus serviços.

Em 1675 contava a Doutrina 854 famílias com 3.640 almas, tendo nascido 204 e falecido 154 pessoas entre adultos e crianças. E já contava perto de 4.000 almas quando foi resolvida sua trasladação para a margem esquerda do Uruguai sendo um dos

em 19 de Janeiro de 1653, tendo entrado para a Companhia em 8 de Abril de 1672.

44) José Hansel. *A Pérola das Missões Jesuíticas*, p. 9.

44ª) B. N. I, 29, 7, 35.

principais motivos não poder mais expandir suas lavouras por falta de terras cultiváveis.

Segundo Cardiel, os de São Miguel, «depois do ano de 1687, se puseram em direcção ao Uruguai, onde estão agora.» [45]) Azara e outros historiadores confirmam a asserção que vem desautorizar a versão de que São Miguel se teria primeiro localizado nas proximidades de Jaguari, onde os demarcadores de 1750 [46]) encontraram sua tapera, «em que havia ainda laranjas». Provém esse engano do ofício datado de 19 de Abril de 1758, em que o general Gomes Freire de Andrada informa ao Marquês de Valdelírios, seu concorrente espanhol na Demarcação, «que o Povo de São Miguel era no monte em que ainda há sinais antes de fazer a sua mudança para onde hoje está». Já na concessão de terras para a estância de São Miguel, em 1698, se faz referência a esse local, pois as divisas desta iam «até o **retangué** de São Miguel, paragem bem conhecida, em que até agora há laranjas». [47]) A resposta do Marquês de Valdelírios confirma também a informação do demarcador português. O Visconde de São Leopoldo aceita também essa versão, oriunda possìvelmente dos documentos relativos à controvérsia sobre o verdadeiro rio Ibicuí, que lhe dá origem. [48])

O motivo dessa mudança de São Miguel que, das margens do Jaguari, onde teria sido fundado, passara para o posto que actualmente ocupa, antes de 1690, teria sido o aparecimento de pragas de tigres que, vindo das matarias do rio Jaguari, haviam assolado a Doutrina, pondo em contínuo perigo a vida dos catecúmenos que não se podiam afastar da aldeia para ir às suas lavouras. O Padre que dirigia a aldeia fora até a margem do rio, e, «levando seus livros esconjurou as feras», mudando o nome desse rio para Jesus-Maria-José, que não subsistiu. [49]) A versão

---

45) *Breve Notícia*, cit.

46) Controvérsia sobre o rio Ibicuí. Doc. Dem. Anais Biblioteca, Vol. LIII, 247 a 261.

47) Doação de terras de S. Miguel cit.

48) Visc. de São Leopoldo. *Anais da Prov. do R. G. de São Pedro*. 86, n. 1.

49) Jaguarí, ant. Jaguarú, Nhaguarú, provém exactamente dessas feras que infestavam as margens, assolando a redução de São Miguel. Na cartografia antiga tem êste último nome, mas é figurado como afluen-

dessa mudança, conservada na tradição de velhos índios que a transmitiram aos demarcadores, refere-se à primitiva redução de São Miguel, se bem que, em nossas demoradas pesquisas nas Ânuas daquela época nada encontrássemos a respeito, embora nelas a todo momento se façam referências às pragas de tigres que infestavam outras aldeias. Verifica-se também que, já naquele tempo, iniciavam os Padres a plantação de árvores frutíferas, que nos são reveladas pela existência de laranjais na tapera da redução de S. Miguel. E mais ainda a origem do topónimo Jaguarí, que na concessão de terras desse povo tem a designação de Jaguarú ou Nhaguarú, figurado na cartografia antiga como afluente do Toropí. [50])

Desfeito esse engano, vê-se que S. Miguel, em sua volta à bacia do Uruguai, situou-se ao Norte do rio Piratiní, em aprazível rincão formado pelo Piratinizinho e Santa Bárbara, afluentes desse rio. Ficava assim a 20 léguas de S. Nicolau, 10 de S. Luís, já fundados, e segundo o P. Ventura Suárez entre as coordenadas de 28º 21' lat. S. e 323º 45' de long. L. da Ilha do Ferro. Azara dá para este povo a localização de 28º 32' 36" de lat. S. e 323º 22' 24" de long. L. divergindo da lat. S. observada pelo demarcador José Maria Cabrer, que encontrou 28º 33' 13", e a mesma long. L. de Azara.

Realizada a mudança, consta já da Ânua do P. Salvador de Rojas, correspondente ao ano de 1690, que os índios estavam construindo uma ampla casa de seis aposentos para os Padres, estando, nessa ocasião bastante adiantadas outras 100 casas destinadas aos índios, todas cobertas de telhas de barro, que fabricavam na Doutrina. Era a mais populosa de todas as reduções, pois contava, quando se estabeleceu aí, 4.195 almas, divididas em 1.057 famílias. Sete anos depois, como veremos, procurando este povo resolver o problema de seu crescimento doméstico, funda a Colónia de São João Baptista, com 2.832 almas.

Não consta das demoradas pesquisas a que procedemos o nome do Padre que fundou São Miguel e foi seu primeiro cura. Se-

---

te do Toropí (*Tamburini,* 1722). Neste mesmo mapa S. Miguel já figura em seu posto actual. No mapa de L'Isle (1703) está à margem direita do Ibicuí, mas refere-se à redução antiga.

50) Jaguarí-guar. — Rio dos jaguares, ou dos tigres.

ria talvez o próprio director espiritual da Doutrina que se mudava integralmente de seu antigo posto à margem direita do Uruguai.

Num pleito relativo a gados da estância de São Miguel, que teriam passado para as invernadas de São Luís, contíguas àquela, em meiados do decênio de 1690, se fazem referências ao P. José de Vargas. Existe, outrossim, documento em que o mesmo, em nome do corregedor e mais oficiais do Povo, reclama contra a apropriação desses gados, exigindo providências do Superior das Reduções. [51]) Refere-se também o pleito às 42.000 vacas, já mencionadas em outra passagem, levadas pelo P. João de Yegros para as estâncias de São Luís, por várias vezes, durante o mesmo decênio. [52])

Não poderia, entretanto, ser fundador do povo de São Miguel, mas, um de seus primeiros curas o P. José de Vargas, que ali se encontrava em fins do decênio desse período primordial. Era o P. José de Vargas natural de Assunção do Paraguai, cidade que entra para a fundação dos Sete Povos do Uruguai com um largo coeficiente de sacerdotes. [53]) Nasceu o P. Vargas a 19 de Março de 1679 e entrou para a Companhia, como noviço no Colégio de Assunção, em 14 de Setembro de 1694. Formou-se em filosofia e teologia, sendo logo mandado para as Doutrinas em que iniciou seus trabalhos de catequese, pois conhecia magnìficamente a língua geral. Em 2 de Fevereiro de 1713 fez profissão de quatro votos. [54])

---

51) Documento de 1698. B. N. I, 29, 3, 32.

52) V. *Estâncias dos Povos*, no vol. anterior pág. 319.

53) Além do P. José de Vargas aparecem nesse período prestando seus serviços às Doutrinas como fundadores dos Povos ou auxiliares directos, o P. Miguel Fernández, nascido em Assunção, que foi fundador de São Luís e cura de São Lourenço; o P. Francisco de Avendaño. que foi cura de São Luís, natural de Assunção e o P. João de Yegros, soldado e tropeiro, que também prestou serviços a São Luís, sendo o primeiro introdutor do gado das Vacarias nas estâncias das Missões. Nasceu o P. Yegros em Assunção em 9 de Julho de 1651, entrando para a Companhia em 9 de Junho de 1685. Formou-se em teologia e filosofia e, em 1715, tinha 16 anos como operário e 10 como catequista. Em 15 de Agosto de 1711 foi incorporado definitivamente na Companhia.

54) *Catalogus* de 1715. E' este o primeiro *Catálogo* específico da Província jesuítica do Uruguai que compreendia 15 Povos, dos quais sete na Banda Oriental. Em 1698, segundo a respectiva Ânua, havia 14 Po-

Foi companheiro no povo de São Miguel, ou sucedeu ao P. Vargas, que ali esteve pouco tempo, o P. Bernardo Casero, ou Cubero, conforme Pastells. O P. Bernardo fez parte da leva de Jesuítas que veio da Europa em 1698 e já no ano seguinte há referência a seu nome no pleito sobre o gado de São Luís. Sòmente o índice do **Catalogus** de 1701 traz o nome do P. Bernardo Casero, que não se encontra mais nos seguintes, tendo provàvelmente falecido antes de 1715. Diz Pastells que era natural de

---

vos (pois não fora fundado Santo Ângelo) em que trabalhavam 32 sacerdotes e três irmãos coadjutores. Infelizmente os catálogos existentes são sòmente os correspondentes aos anos de 1670, 1678, 1681. Do de 1701 só se encontra o respectivo índice. Continua a colecção com os de 1715, e outros mais modernos. O de 1681, que mais se aproxima da fundação dos Povos Orientais, dá englobadamente a Província paraguaia. O Catálogo de 1715 conserva os 32 sacerdotes e 2 irmãos coadjutores, que são os célebres José Brazanelli, estatuário e escultor, que construiu o templo de São Borja, e o Irmão Pedro Montenegro, enfermeiro, o mais notável dos médicos de seu tempo. Figuram aí os Padres Sepp e Petragrazza, arquitectos e fundadores de Reduções; Diogo Claret, apóstolo entre os guenoas e profundo conhecedor das línguas dos Pampas; José de Arce e Bartolomeu Blendes, martirizados pelos índios payaguás e quase todos os fundadores dos Povos de Missões. Desses 34 sacerdotes missioneiros, 29 eram europeus e 5 americanos, dividindo-se pelas seguntes nações: espanhóis 19, italianos 4, flamengos 4, alemão 1, francês 1, paraguaios 3 e argentinos 2.

Assim os pormenoriza o *Catalogus Publicus* de 1715:

1 *Nomen* — P. Franciscus Ximenes. *Patria* — Fons mayor in Castilla. *Aetas* 4 oct. 1639. *Vires*-Debiles. *Ingres. in Societ.* 26 oct. 1656. *Studio*-casus cons. *Minist. exerc.* Operar. hispan. In Miss. 50. *Gradus in Societ* Formatus 15 aug. 1673. (D.) (*).

2 P. Joannes Ramos — *P.* Herrerudos in Cast. — *Ae.* 28 mar. 1642 — *V.* Integra. — *I.* 15 aug. 1660 — *S.* Phil. 3, Theol. 4 — *M.* Opera. 42, in Miss. Indi. 38 — *G.* Prof. 4 vot. 2. febr. 1678.

3 P. Franciscus Venzoni — *P.* Gennua — *Ae.* 16 mar. 1645 — *V.* Debiles — *I.* 25 jan. 1662. — *S.* Ph. 3, Th. 4 — *M.* Lectr. Gram. 2, Rect. 3, opera 40, in Miss. Ind. 30. *G.* Prof. 4 vot. 15 aug. 1628. (us Conf. confess.) (D.).

4 P. Blasius de Silva — *P.* Assumpt. — *Ae.* 3 febr. 1647. — V. Integra. — *I.* 30 jul. 1664. — *S.* Ph. 3 th. 4. — *M.* Prof. 3. Proc. 3, Prov. 3. Prov. 7. Op. 39. (D.).

5 P. Josephus de Arce — *P.* Palma in Canarias — *Ae.* 9 nov. 1651 — *V.* Integra — *I.* 3 jul. 1669. — *S.* Ph. 3. Th. 4, Lectr. Sem. 1, Phil. 3, Rector 3, Sup. Miss. 3, Opera. 34, in Miss. Ind. 26. — *G.* Prof. 4 votos. 15 aug. 1686. (D).

(*) Os assinalados com (D). têm os nomes riscados da lista com uma cruz, significando haverem falecido e não aparecem nas listas seguintes. Os algarismos apostos ao *estudo* e *ministério* referem-se aos anos que exercitaram cada um deles. (N. do A.).

Fresno, diocese de Tarazona, Aragão, e que tinha em 1698 a idade de 29 anos. [55])

Revelam os documentos do pleito citado que um ano antes de fundar São João Baptista, que se desprende do Povo de São Miguel e vai constituir nova doutrina modelo, estava o P. António Sepp naquela povoação, intervindo na questão do desaparecimento de milhares de cabeças de gado da estância de São Miguel e que se presumia terem passado para a de São Luís. Há mesmo, nesse sentido, acrimoniosas referências do P. Avendaño que diz, entre outras cousas, que P. Sepp e outros que alí estão (em S. Miguel) prestam mais atenção a «um índio velho, cantor, que conta o gado pelas contas dos seu rosário», do que ao P. João de Yegros, velho vaqueiro, que foi o introdutor desse mesmo gado e que o contou auxiliado por 14 cantores e índios vaqueiros práticos nesse mister. [56])

Na mesma ocasião aparece também o nome do P. Henrique Matheis, assistindo em São Miguel. Pastells o assinala entre os

6 P. Gregorius Albarez. — *P.* Santa Maria. — *Ae* 9 nov. 1657. — *V.* Integra. — *I.* 3 dec. 1684. — *G.* Formatus 3 dece. 1698.
7 P. Joannes Antonius Solalinde — *P.* Carredo in Catal. *Ae.* 24 jan. 1650. — *V.* Mediocre. — *I.* 2 mar. 1670. — *S.* Ph. 3, Th. 4, Lectr. gram. 2, Mortis 3, Operar. 35, in Miss. 21. — *G.* Prof. 4 vot. 15 aug. 1690.
8 Didacus Michael Bazan — *P.* Lucronium. in Cast. — *Ae.* 25 jan. 1654. — *V.* Debiles. — *I.* 1 aug. 1671. — *S.* Ph. 3, Th. 4, *M.* Operar. Miss. Ind. 36. — *G.* Prof. 4 vot. 15 aug. 1690. (D.).
9 Didacus Claret. — *P.* Namur in Flandre. — *Ae.* 27 sept. 1651. — *V.* Integra. *I.* 28. sept. 1672. Ph. 3, Th. 4. — *M.* Operar. in Miss. — *G.* Format. 15 aug. 1685.
10 P. Angelus Camillus Petragrazza. — *P.* Patania. — *Ae.* 6 mar. 1656. — *V.* Mediocre. — *I.* 13 april 1673. — *S.* Ph. 3. Th. 4. — *M.* Lect. gram. 4, Operar. 22, ex his in Miss. 23. — *G.* Prof. 4 vot. 15 aug.
11 P. Antonius Sepp. — *P.* Candalia in Tirol. — *Ae.* 22 nov. 1655. — *V.* Integra. *I.* 8 sept. 1674. — *S.* Ph. 3. Th. 4. — *M.* Lectr. gram. 5. — Oper. 32. — in Miss. Ind. 23. — *G.* Formatus 15 aug. 1689.
12 P. Joannes Maria Pompeyo — *P.* Benevente. — *Ae.* 24 jan. 1661. — *V.* Debiles. — *I.* 24 jan. 1676. — *S.* Ph. 3, Th. 4 — *M.* Lectr. gram. 4, — Operar. 28, in Miss. Ind. 22. — *G.* Prof. 4 vot. 15 aug. 1695. (D.).
13 P. Mathias de Perea. — *P.* Beocia in Betica — *Ae.* 24 febr. 1660. — *V.* Integra. — *I.* 2 mar. 1676. — *S.* Ph. 3, Th. 4. — *M.* Operar. 30, ex his in Miss. 29. — *G.* Prof. 4 vot. 15 aug. 1695.

55) Pastells. IV, 404.
56) B. N. Mss. I, 29, 3, 41. (A citação é duvidosa. L. G. J.).

Padres que vieram da Europa em companhia do procurador P. Diogo Altamirano, em 1684. Era o P. Matheis natural de Malinas, Flandres, e veio juntamente com seus companheiros de Missões Padres Pompeyo, Petragrazza, Sepp, e Irmão José Brazanelli. [57])

Terá sido rápida sua passagem pela Doutrina, pois seu nome, que se encontra no índice de 1701, desaparece depois dos catálogos seguintes. Deve ter falecido antes de 1715.

Em 1706 dirige São Miguel o P. José Francisco de Arce, mais tarde integrado ao martirológio da Companhia. Nasceu o P. Arce em Palmas, Canárias, a 9 de Novembro de 1651, tendo entrado para a Companhia em 3 de Julho de 1669. Formado em filosofia e

---

14 P. Josephus de Tegedas. — *P.* Perpignan in Vald.ª — *Ae.* 5 nov. 16. — *V.* Integra. — *I.* 16 dec. 1678. — *S.* Ph. 3. Th. 4. — *M.* Lectr. gram. 3, — Operar. 26, ex his in Miss. 22. — *G.* Prof. 4 vot. 27 sept. 1705.
15 P. Domenicus Calvo. — Conf. ad agrav. — Confes. — *P.* Tombrum in Asturias. — *Ae.* 4 aug. 1657. — *V.* Integra. — *I.* 18 jan. 1679. — *S.* Ph. 3, Th. 4. — *M.* Oper. in Miss. Ind. 28. — *G.* Prof. 4 vot. 15 aug. 1696.
16 P. Antonius Ximenes — Conf. ad agrav. — Confes. — *P.* Murcia. — *Ae.* 14 febr. 1662. — *V.* Integra. — *I.* 12 nov. 1679. — *S.* Ph. 3, Th. 4. — *M.* Lectr. gram. 2 Oper. 23, ex his in Miss. Ind. 19. — *G.* Prof. 4 vot. 2 febr. 1697.
17 P. Joannes Vela. — *P.* Berlanga in Cast. — *Ae.* 28 febr. 1660. — *V.* Integra. — *I.* 30 juli. 1679. — *S.* Ph. 3, Th. 4. — *M.* Operar. 24. — *G.* Prof. 4 vot. 15 aug. 1696. (D.).
18 P. Martinez de Yegros — *P.* Assumpt. in Paraq.ª — *Ae.* 1 apr. 1665. — *V.* Integra. — *I.* 21 mart. 1680. — *S.* Ph. 3, Th. 4. — *M.* Lectr. gram. 4, Operar. 26, ex his in Miss. Ind. 18. — *G.* Prof. 4 vot. 10 oct. 1698.
19 P. Gabriel Patiño — *P.* Assumpt. in Paraq.ª — *Ae.* 2 nov. 1662. — *V.* Integra 16, in Miss. Ind. — *G.* Prof. 4 vot. 15 aug. 1699.
20 P. Petrus Alvear. — *P.* Navarrete in Cast. — *Ae.* 10 oct. 1665. — *V.* Integra. — *I.* 25 oct. 1683. — *S.* Ph. 3, Th. 4. — *M.* Oper. in Miss. Ind. 21. — *G.* Formatus 4 oct. 1699.
21 P. Antonius Ligotti. — *P.* Consensa in Catal. — *Ae.* 1 sept. 1664. — *V.* Integra. — *I.* 14 nov. 1683. — *S.* Ph. 3, Th. 4. — *M.* Operar. 33, in Miss. 5. — *G.* Prof. 4 vot. 21 nov. 1700.
22 Joannes Augustus de Alamaraz. — *P.* Hispalis. — *Ae.* 30 jun. 1670. — *V.* Debiles. — *I.* 30 jun. 1685. — *S.* Ph. 3, Th. 4. — *M.* Operar. in Miss. 18. — *G.* Formatus 8 sept. 1702.
23 Didacus Garcia. — *P.* Cassa Rubeli, Regno Toletis. — *Ae.* 17 jul. 1666. — *V.* Integra. — *I.* 7 dec. 1686. — *S.* Ph. 3, Th. 4. — *M.* Operar. 19, ex his in Miss. 12. — *G.* Prof. 4 vot. 15 aug. 1712.

---

57) Pastells. III, 67. (Transcrito quase ao pé da letra para o belo livro de José Hansel, "*A Pérola das Reduções Jesuíticas*", p. 13 ss. L. G. J.)

teologia, ocupou vários cargos de destaque, entre os quais o de leitor do Seminário de Assunção, reitor do mesmo durante três anos, superior das Missões por igual tempo, sendo operário durante 34 anos, dos quais 26 empregado na catequese dos índios, segundo notas do **Catalogus** de 1715, o que induz a crer tivesse iniciado sua gestão nas Doutrinas em 1690. Em 1716, mandado catequizar os payaguás, que demoravam no alto Paraguai, em companhia de P. Bartolomeu Blendes, aí encontrou a morte, sendo martirizado por esses índios.

A Ânua de 1700, referindo-se à Doutrina de São Miguel Arcanjo informa que «o especial que há nesta Doutrina é que agora começa a abrir os alicerces de uma igreja que desejam fazer para glória e honra de Nossa Senhora e de seu santo Arcanjo, para

---

24 P. Franciscus Rivera. — *P.* Colleria in Regno Toletis. — *Ae.* 8 nov. 1668. — *V.* Integra. — *I.* 3 sept. 1690. — *S.* Ph. 3, Th. 4 — *M.* in Miss. Ind. 12. — *G.* Prof. 4 vot. 15 aug. 1711.

25 P. Didacus Valcarcel. — *P.* Villafranca. — *Ae.* 2 febr. 1670. — *V.* Integra. — *I.* 8 sept. 1693. — *S.* Ph. 3, Th. 4. — *M.* in Miss. Ind. 7. — *G.* Form. 15 aug. 1711.

26 P. Bernardus de Villanueva. — *P.* Corrientes in Argentina. — *Ae.* 20 oct. 1677. — *V.* Integra. — *I.* 14 sept. 1694. — *S.* Ph. 3, Th. 4. — *M.* in Miss. 8. — *G.* Vota bienn.

27 P. Bartolomaeus Blend. — *P.* Bruxae in Fland. — *Ae.* 24 aug. 1675. — *V.* Integra. — *I.* 1 oct. 1694. — *S.* Ph. 3, Th. 4. — *M.* In Miss. Ind. 3. — *G.* Prof. 4 vot. 4 oct. 1711. — (D.).

28 P. Petrus de Ramiña. — *P.* Boni aeris in Argentina. — *Ae.* 1 nov. 1678. — *V.* Debiles. — *I.* 7 mart. 1695. — *S.* Ph. 3, Th. 4. — *M.* Operar. 6, in Miss. Ind. 4. — *G.* Prof. 4 vot. 15 aug. 1711.

29 P. Jacobus Wancuthen. — *P.* Bruxela. — *Ae.* 7 mart. 1677. — *V.* Integra, — *I.* 3 oct. 1695. — *S.* Ph. 3, Th. 4. — *M.* In Miss. Ind. 3. — *G.* Formatus, 16 mart. 1710.

30 P. Josephus Gallardo. — *P.* Hispalis. — *Ae.* 15 jan. 1680. — *V.* Integra, — *I.* 15 jan. 1697. — *S.* Ph. 3, Th. 4. — *M.* In Miss. Ind. 4. — *G.* Vota bienn.

31 P. Josephus de Astorga. — *P.* Gades. — *Ae.* 13 sept. 1681. — *V.* Mediocre. — *I.* 15 jan. 1701. — *S.* Ph. 3, Th. 4. — *M.* Casus cons. Lectr. gram. In Miss. 3. — *G.* Vota bienn.

32 P. Onufrius Carpini — *P.* Firmum. — *Ae.* 30 nov. 1688. — *V.* Integra. — *I.* 1 sept. 1703. — *S.* Ph. 3, Th. 4. — *M.* In Miss. Ind. 3. — *G.* Vota bienn.

33 Fr. Josephus Brazanelli. — *P.* Mediolanum. — *Ae.* 6 jan. 1659. — *V.* Debiles. — *I.* 29 dec. 1680. — *S.* Coadj. — *M.* Statuarius et sculptor. — *G.* Formatus 15 aug. 1690.

34 Fr. Petrus Montenegro. — *P.* S. Marina, in Gallecia. — *Ae.* 14 mai 1663. — *V.* Mediocre. — *I.* 6 apr. 1691. — *S.* Coadj. — *M.* Infirmarius. 22. — *G.* Formatus 15 aug. 1703.

cujo fabrico se aplicam ao trabalho com grande fervor buscando os materiais necessários para isso.» [58]) Não é ainda este o monumento artístico e histórico, hoje reconstruído pelo **Serviço do Património Histórico e Artístico Nacional**, e de que foi arquitecto o inigualável Irmão João Baptista Prímoli, pois a Ânua de 1708 diz que a «igreja de São Miguel está ameaçando ruína e iniciou-se a construção de uma sala que servirá provisòriamente para as solenidades do culto. [59]) O Irmão Prímoli faz parte da missão que no ano de 1717, chefiada pelos Padres Bartolomeu Jiménez e José Aguirre, chega da Europa. Outros artistas notáveis a integram, e entre estes o admirável Domingos Zípoli, que entrara na Companhia como noviço a 1 de Julho do ano anterior, com 28 anos de idade, mas, já aureolado pela glória de ser um dos maiores compositores da época, e que havia sido organista da igreja dos Jesuítas em Roma. [60])

No período que estudamos foi o seguinte o movimento estatístico da população de São Miguel:

Anos	Almas	Famil.	Baptism.	Óbitos		Cresci-mento	Casa-mentos	Viúvos
				Adultos	Crianças			
1687 ..	3.500	—	—	—	—	—	—	—
1690 ..	4.195	1.057	165	76	65	24	47	6
1694 ..	4.592	1.290	138	47	159	68[62])	98	—
1698 ..	1.885	630[61])	138	30	88	20	—	—
1702 ..	2.197	636	197	40	95	62	27	—
1705 ..	3.107	695	192	20	79	93	40	—
1707 ..	3.100	791	145	52	78	15	65	—

---

58) Ânua de 1700. B. N. Mss. I, 29, 7, 72.
59) Ânua 1708. B. N. Mss. I, 29, 7, 83.
60) *Catalogus.* Missão 1716. — Veja-se *Domenico Zipoli.* Lauro Ayesterán. *Rev. Hist. Montevidéu,* 1941. Ano XXXV, pág. 49 a 74.
61) Diminuição devida a uma peste que assolou o povo, nesse ano.
62) No ano anterior fora fundada São João Baptista, colónia do Povo de São Miguel, para a qual contribuiu com 2.832 almas, em 765 famílias.

5 — **São Lourenço Mártir.**

Santa Maria Maior, que, com uma colónia, em 1690, funda o Povo de São Lourenço Mártir, na bacia oriental do Uruguai, fez parte das antigas reduções do Paraná, onde à margem do Iguaçu fora estabelecida em 1626 pelos Padres Diogo de Boroa e Cláudio Ruyer. Assolada pelos paulistas, em 1633, trasladou-se para as imediações do antigo Povo dos Mártires, donde passou para melhor situação, à meia légua da m. d. do Uruguai, aos 27º 53' 14" de lat. S. e 3º 14' 56" de long.

Exerceu Santa Maria notável influência na história das Missões, não só sob o aspecto económico como entreposto do gado lanar, segundo vimos, mas também cultural, pelas belas artes e indústrias em que foram exímios os seus habitantes entre os quais músicos, pintores e escultores índios que honram a civilização jesuítica, no século XVII, e que foram discípulos do insigne Irmão Luís Vergel, como detalhadamente se estudará.

Em sua Ânua de 1691 o P. António Jiménez, Superior das Doutrinas do Uruguai, diz que «no ano passado (1690) se dividiu a Doutrina de Santa Maria em duas partes, devido à sua grande multiplicação, ficando no povo antigo a parte menor que mantém o nome antigo e dando a este outro o de São Lourenço Mártir, que consta de 3.512 almas em 823 famílias». [63])

Conduziu esse Povo e fundou São Lourenço o P. Bernardo de la Vega, que foi o organizador da povoação e seu primeiro cura, como informa o P. Salvador de Rojas em Ânua de 1708. [64]) O P. Bernardo esteve em São Lourenço até 1695, tendo sido substituído pelo P. Miguel Fernández, que deixara o Povo de São Luís, de que fora o fundador e primeiro director espiritual.

Escolhido o local, numa planície, nas pontas do arroio Uruquàzinho, entre São Luís e São Miguel, ficou o Povo na situação que Cabrer determinou de 28º 27' 51" de lat. S. e 323º 14' 29" de long. [65]) a seis léguas (de 26 ½ ao gráu) de São Luís, e a três

63) Ânua de 1691. Mss. B. N. I, 29, 7, 64.
64) Ânua de 1708. Mss. B. N. I, 29, 7, 83.
65) B. N. Col. de Ângelis. Distâncias dos Povos de Missões, quadro organizado por José Maria Cabrer, na Demarcação de Limites de 1783, I, 29, 5, 54.

de São Miguel, que lhe ficava a Sudeste. Grande foi o trabalho dos lourencistas desde os primeiros dias do seu estabelecimento. Enquanto as mulheres se dedicavam afanosamente às roças, arando e plantando sementes de milho, mandioca e grãos, os homens cuidavam da edificação do Povo. A Ânua referida do P. Jiménez acrescenta que «essas roças, com um ano de trabalho, já são as melhores de todas as Doutrinas». Assim a casa, que estavam edificando para o Padre, que, terminada, «será também a melhor de todas as Doutrinas.»

A tudo preside com seu espírito organizador o P. Bernardo, que não conhece canseira nem sacrifícios. E, como em São Nicolau, no caminho para as roças, erguem os índios uma ermida a Santo Isídro, para que o protector da lavoura abençôe e multiplique os seus trabalhos. Saint-Hilaire, em sua viagem às Missões, em 1820, ainda encontrou essa ermida em «que havia uma imagem do Santo grosseiramente esculpida». [66])

Nasceu o P. Bernardo de la Vega em Castela a Velha, lugar denominado São João de Redondo, em 1649 tendo entrado como noviço para a Companhia em 2 de Janeiro de 1673. [67]) A par de seus estudos de filosofia e teologia, em que apresentou magníficos resultados, como pretendia consagrar-se à catequese do gentio estudou e praticou a língua guarani, procurando também dominar a dos infiéis, em cujas terras logo depois fez várias entradas, passando as maiores privações e trabalhos.

Em 1690 estava em Santa Maria Maior quando, pelo Superior das Missões, foi designado para acompanhar os índios dessa Doutrina que atravessavam o Uruguai para fundar o quarto dos Povos na região entre o Ijuí e o Piratiní, à meia distância entre São Luís Gonzaga e São Miguel Arcanjo, transmigrados três anos antes.

Organizado o Povo que se tornara já florescente foi o P. Bernardo escolhido, pela obediência, Superior das Doutrinas do Uruguai, cargo que desempenhou por algum tempo, indo em 1699 para a Doutrina de São Carlos, de que foi cura. Tinha 62 anos

---

66) Auguste de Saint Hilaire. *Viagem ao Rio Grande do Sul.* (1820-1821). Trad. Ariel Editora Ltda. Rio 1930. — 210.
67) *Catalogus publicus.* 1681. B. N.

quando, sentindo-se bastante doente, foi mandado recolher ao Colégio de Buenos Aires, onde faleceu a 4 de Abril de 1700. [68])

Substituiu-o o P. Miguel Fernández, fundador de São Luís, que logo teve como sucessor o P. Paulo Cano, grande amigo do P. Bernardo e cuja vida, por uma série de coincidências notáveis, está estreitamente ligada à daquele sacerdote, como observa a Ânua citada. Nasceu o P. Paulo Cano em Bienservida, Murcia, aos 25 de Novembro de 1649, entrando para a Companhia em 15 de Janeiro de 1673. Recebendo sua ordenação foi enviado às Missões, em que serviu 30 anos.

Em 1700 deixou a Doutrina de São Lourenço, indo para a de Santa Maria, onde se conservou por alguns anos, e apesar de ser solicitado pelo «cabildo» de São Nicolau para cura deste Povo, resolveu recolher-se a Japejú, onde ia para morrer, conforme respondeu aos solicitantes. Efectivamente, pouco depois de chegar a essa Doutrina, a 10 de Abril de 1707, falecia ali, seis dias após a morte do P. Bernardo, encerrando assim a sua missão na terra, cercado pelas bênçãos de seus catecúmenos e pela admiração dos outros Padres, a quem legava exemplos de sólida virtude. [69])

Sucedeu-o no curato de São Lourenço, em 1700, o P. João Maria Pompeyo, nascido em Benevente, a 24 de Janeiro de 1661, e que ingressou na Companhia de Jesus, como noviço, em 24 de Janeiro de 1676. Feito o seu curso de teologia e filosofia e aprendizado da língua guarani foi, durante quatro anos, professor de gramática no colégio de Assunção, sendo admitido aos quatro votos em 15 de Agosto de 1695. Em 1698 foi designado para a catequese do gentio, indo logo para São Lourenço. Em 1715 era Vice-Superior das Doutrinas do Uruguai, constando ainda seu nome do **Catalogus** de 1717.

Os dados estatísticos sobre a população de São Lourenço, no período que estudámos, mostra-nos a importância dessa Doutrina, que foi uma das mais florescentes entre os Povos de Missões.

---

68) B. N. Mss. I, 29, 7, 83.
69) Idem, ibidem. V. *Catal. publi.* 1681.

Anos	Almas	Famil.	Baptism.	Óbitos		Cresci-mento	Casa-mentos	Viúvos
				Adultos	Crianças			
1690 ..	3.512	823	84	27	36	21	29	—
1694 ..	3.769	896	258	19	79	160	77	—
1698 ..	4.140	953	131	35	87	9	23	6
1702 ..	4.427	990	262	46	105	112	45	—
1705 ..	4.544	1.027	196	40	110	46	85	—
1707 ..	4.519	1.022	283	25	106	152	96	—

6 — São João Baptista.

São João Baptista, desdobramento do Povo de São Miguel, fundada em 1697 pelo P. António Sepp, é a doutrina de que se conhecem mais amplas notícias legadas à história pelo seu próprio fundador, [70]) de cuja autoria se encontra também um plano do Povo, padrão pelo qual se pode reconstituir todos os outros, mais ou menos, idênticos em suas proporções arquitecturais [71]). Além desses trabalhos, fornece-nos mais elementos sobre a vida e obras do P. Sepp o elogio necrológico que, por ocasião de sua morte em 1733, lhe fez na respectiva Ânua o Padre Provincial. [72])

António Sepp von Reinegg nasceu de pais nobres em Kaltern (Candália), condado de Tirol, aos 21 de Novembro de 1655. Com 19 anos, depois de estudos preliminares, obedecendo aos impulsos de sua vocação, entrou na Companhia, na província da Germânia Superior, em 28 de Setembro de 1674. Fez magníficos estudos e, tendo recebido os graus de filosofia e teologia, professou a cadeira de retórica em vários colégios de sua Província com grande aceitação.

Mas, atraído por trabalhos apostólicos de maior vulto em que pudesse expandir seu espírito construtor, resolveu o P. Sepp passar para a América juntamente com muitos outros sacerdotes notáveis que integravam a missão levada ao Paraguai pelo P. Dio-

70) Sepp. A. *Fortsetzung* e outros. V. nota bibliográfica.
71) José Torre Revello. *Mapas y planos* (Arquivo de Simancas) Buenos Aires, 1938. Pueblo de S. Juan Bautista. Nº XI.
72) B. N. Mss. I, 29, 7, 106.

go Altamirano e de que fizeram parte elementos de escol. A missão organizou-se em 1688, mas só chegou a Buenos Aires em 1691. [73]) Em 15 de Agosto de 1689 o P. Sepp fez a incorporação definitiva na Companhia.

De chegada destinou-se às Doutrinas do Uruguai, em que, como coadjutor espiritual, trabalhou 41 anos continuados. «Foi o P. António Sepp, diz o necrológio, [74]) religioso de sólida virtude, a qual se acrisolou mais em várias atribuições que lhe permitiu o Senhor como prova. Na obediência procedeu com tanta exactidão que não se sabe houvesse proposto nunca, nem se excusado de disposição alguma, senão que, em uma ocasião, em seus últimos anos de vida, propôs não ir a uma viagem de 300 léguas por sentir-se falto de forças. Sua pobreza se manifestou bem em sua morte, pelos exemplos de sua vida, pois suas camisas e batinas se achavam tão cheias de remendos que se duvidou houvesse nelas retalho do pano primitivo. Sua pureza se revelava na modéstia de todo o seu porte... Antes do toque de levantar, ia orar ao Senhor muito devagar e o mesmo fazia durante o dia frequentìssimamente e, tendo grandes ocupações por haver sido cura de vários Povos, que governava no espiritual e no temporal, contudo, sempre, cada dia, tinha pela metade uma hora de lição espiritual e outra de oração de joelhos, prática que observava indefectìvelmente na oração da manhã, exames e prolixa acção de graças. Sua humildade bem se revelou quando, recem-vindo da Europa, quiseram os Superiores se submetesse ao segundo exame por conhecer sua grande capacidade para a profissão. Mas, o humilde Padre não compareceu a ele, dizendo que se o 4º voto era para ir às Missões já o havia conseguido e, assim, a que mais poderia aspirar? Teve a graça especial de tratar com os índios guaranís, fazendo deles o que queria. Cuidava com singular sucesso dos Povos, tendo-os sempre muito assistidos e abundantes no temporal e muito ajustados no espiritual, de sorte que causava consolo aos Padres, que por eles passavam, a frequência aos confessionários e comunhões e a assistência na igreja à missa,

73) Vieram nessa missão os Padres Pompeyo, Petragrazza, Haze, Matheis e Irmão Brazanelli, nomes que, com o do Padre Sepp, estão estreitamente ligados à vida dos Sete Povos de Missões.
74) Ânua citada.

rosário e outras funções. Foi muito devoto das almas do purgatório: todas as noites as encomendava particularmente a Nosso Senhor sem interrompê-lo qualquer embaraço. Se morria algum Padre em sua Redução, cada mês, por todo um ano, lhe rezava uma missa e nos enterros tanto de crianças como de adultos, invariàvelmente as rezava».

Ao chegar à América, foi o P. António mandado para uma das Reduções do Uruguai, provàvelmente Japejú, até onde vinham os charruas, sobre cuja catequese dá amplas notícias na carta que dirige ao P. Guilherme Stinglhaime, provincial na Alta Alemanha. [75]) Conta-nos o P. António que estando nessa redução foram mandados à catequese desses índios os Padres António Böhm, alemão e Hipólito Datilo, italiano, aos quais se oferecera para intérprete um índio cristão charrua, de nome Moreyra, que os atraiçoou, pondo em perigo a vida desses Padres. Mais tarde, este mesmo índio foi à povoação em que estava o P. Sepp que, tratando-o muito bem, conseguiu catequizá-lo e torná-lo um verdadeiro cristão. Trouxe ele depois para a Doutrina não só a sua como mais 10 famílias que o acompanharam.

Dessa redução passou o P. António para a de Nossa Senhora da Fé que ficava à margem do Paraná, indo auxiliar o cura, um velhinho de 80 anos, que o recebeu com grande demonstração de carinho. De chegada esperavam-no as maiores provações, pois foi o Povo contaminado por uma violenta peste que ceifou dezenas de vidas. Aí, organizando um hospital e atendendo a todos os enfermos, o Padre desvelou-se e tanto trabalhou que contraiu também uma grave enfermidade. Foi nessa ocasião, por ser mais saudável o clima do Uruguai, mandado para o Povo de São Xavier, onde deve ter chegado no ano de 1696.

Aí estava restabelecendo-se quando, por ordem do Provincial, passou a São Miguel para executar a árdua tarefa que este lhe destinara. E' o próprio P. António Sepp quem historia pormenorizadamente a fundação de São João Baptista, na carta citada.

«O Senhor concedendo-me a vida quando pensava estar no fim de minha carreira, me destinava para outros trabalhos. O

75) B. N. Mss. I, 29, 4, 105. Tradução espanhola do texto da mesma carta publicada em *Lettres Edifiantes*. Veja-se Nota bibliográfica adiante.

Povo de São Miguel, o mais populoso do Uruguai, chegou a ser tão grande que não cabia mais em sua missão e nem se podia instruir tantas almas. A igreja, embora de grande capacidade, não era mais suficiente para contê-las, e as terras de cultura só davam metade dos grãos necessários à manutenção do Povo. Isto deu origem à resolução de dividir a gente que ali havia, transportando uma colónia dela para outro local. Fui encarregado da execução dessa empresa, cujas dificuldades eu não ignorava. Tratava-se de levar quatro a cinco mil pessoas a um campo limpo, edificar choças para todos e aproveitar terras completamente incultas para tirar delas a subsistência do Povo. Sabia eu, por outro lado, quão apegados são os índios ao lugar em que nasceram e sua grande aversão a todo o género de trabalho.

«Sem embargo, tendo em vista sòmente a ordem de meus Superiores como se fosse do próprio Deus, quanto mais motivos tinha de desconfiar das minhas forças, tanto mais confiava no socorro do céu, e de momento se desvaneceram todas as minhas repugnâncias. Reuni os índios principais a quem chamam caciques, e que são os chefes de famílias de que dependem 40, 50 e até 100 índios, sobre os quais mandam como donos absolutos. Pus-lhes diante dos olhos a necessidade que havia de dividir o Povo, devido ao número excessivo de habitantes. Deviam sacrificar a Deus sua natural inclinação de não desejarem abandonar a pátria que amavam; nada lhes pedia senão o que eu próprio havia feito, deixando minha Pátria, meus parentes e amigos, para viver entre eles e lhes ensinar o caminho do céu e, finalmente, que poderiam estar certos de que eu não os abandonaria, e que me veriam seguir à sua frente e compartir com eles dos mais penosos trabalhos.

«Estas palavras, pronunciadas com ternura, fizeram tal impressão em seus ânimos que logo 21 caciques e 150 famílias se uniram a mim e me prometeram seguir para onde eu os quisesse levar. E quando chegou o Padre Provincial renovaram junto a ele sua promessa, dizendo-lhe em sua língua: «Payguaçú, agui, yebeti, yebi, oro enyche, angandebe». O que significa: «Pai grande (assim designam o Provincial) damos-lhe graças pela visita que nos fazeis e iremos de boa vontade para onde quiserem».

«Só mesmo Deus poderia inclinar tão prontamente o coração

dos índios para a realização do nosso projecto. Desde aquele instante tive esperança de conseguir esse intento e não pensei senão em me pôr a caminho, para procurar sítio que conviesse à nova colónia. Acompanhavam-me os principais caciques. Marchámos todo o dia para o Oriente e, por fim, ao anoitecer, descobrimos um amplo terreno, rodeado de colinas e bosques espessos. No alto das coxilhas achámos duas fontes muito claras, cujas águas, serpenteando com declividade pelos campos, baixavam a um vale profundo onde formavam um aprazível arroio. [76]) Os rios são necessários a um povo de índios, porque sentem eles muito calor e precisam banhar-se muitas vezes ao dia. Não foi pouca a estranheza quando vi que, se comiam demasiadamente, era o banho o único remédio para lhes curar a indigestão.

«Entrámos logo nos bosques, onde vimos saltar veados e outras caças. A situação da paragem era tão cómoda que ficou assentado fundássemos ali mesmo a povoação. No dia seguinte, festa da Exaltação da Santa Cruz, [77]) fomos ao ponto mais alto da colina, e plantámos ali uma cruz muito grande, tomando posse dessa terra em nome de Jesus Cristo. Adoraram-na todos os índios, prostrando-se em terra e depois cantaram o Te-Deum em acção de graças.

«Em seguida levei ao Povo de São Miguel a agradável notícia da descoberta que acabávamos de fazer. Todos os índios destinados a povoar a nova colónia se dispuseram a partir, provendo-se dos instrumentos de que podiam dispor para cortar madeiras e preparar as terras de cultivo. Conduziram também muitos bois para o trabalho. Não achei conveniente que fossem juntos suas mulheres e filhos, até que se começasse a fazer o Povo e que a terra tivesse produção com que mantê-los.

---

76) O local escolhido distava quatro léguas de São Miguel, além da serra do Urubucarú, e o arroio referido é o Ibicuá, afluente da m. e. do Ijuí. Nasce também nas proximidades o arroio do Moinho, que verte suas águas no Ijuizinho. O P. Ventura Suárez determinou para São João Baptista as coordenadas de 28º 21' lat. S. e 323º 51' de long. L. — Azara determina na posição de 28º 26' 56" de lat. S. e 323º 12' 20" de long. Cabrer dá 28º 27' 51" lat. S. e 323º 37' 22" de long. diferindo ainda de Saldanha que encontra para lat. S. de S. João 28º 28' 3".

77) A fundação de São João Baptista foi a 14 de Setembro de 1697, que é o dia da Exaltação da Cruz, cf. Teschauer. *Hist.* II, 6.

«Começaram os caciques pela repartição das terras que caberiam a cada família, semeando logo muito algodão. Dá muito bem essa planta nos campos do Paraguai...

«Quando chegou aos outros Povos a notícia de que haviam fundado uma colónia, cada qual à porfia nos quis ajudar. Uns nos mandavam bois, outros nos traziam cavalos, e alguns nos levavam milho, grãos-de-bico e favas para que as semeássemos. Veio a tempo esse socorro que aumentou o brio dos índios. Repartiram eles entre si todo o trabalho. Uma parte se dedicava à lavoura, semeadura de grãos; outra a cortar árvores para construir a igreja e as casas. Meu primeiro cuidado foi escolher terreno para a construção da igreja e casa do Padre. Daí tracei algumas linhas paralelas, que seriam as ruas nas quais se deviam edificar casas para cada família, de sorte que a igreja seria como que o centro de todo o Povo, ou o término de todas as ruas. De acordo com este plano ficava o missionário alojado no meio de seus neófitos e, por conseguinte, em melhores condições para velar sobre a conduta deles e exercer os ofícios próprios a seu ministério.

«Havia quase um ano que se ocupavam em edificar o Povo; estavam já construídas igreja e casas e a colheita excedia as melhores expectativas quando julguei conveniente transportar para ali as mulheres e crianças que haviam ficado em S. Miguel.

«Foi um espectáculo empolgante ver tão grande multidão de índias caminhar pelos campos, carregadas de filhos, que levavam às costas, e os utensílios caseiros que conduziam nas mãos. Logo que chegaram ao Povo, cada qual foi para sua casa e logo se esqueceram das fadigas padecidas para chegar à nova terra.

«Nada mais nos faltava senão dar forma de governo à nova colónia. Elegeram-se para isto os índios de maior autoridade, e experiência para administrar a justiça, e outros para os cargos militares com que se defende o país ante as correrias que, de quando em quando, fazem nestas terras os povos do Brasil. Os demais foram destinados às artes mecânicas. [78])

---

78) Carta citada. Mss. B. N. I, 29, 4, 105. — Sobre a mesma fundação veja Padre António Sepp, S. J. *Viagem às Missões Jesuíticas e Trabalhos Apostólicos*, cap. XXXI, p. 222. S. Paulo, Livraria Martins Editora. (L. G. J.).

O elogio necrológico nos revela aspectos inéditos e sugestivos da fundação de São João, que valem por um atestado da imensa fé em que esses homens admiráveis alicerçavam a sua vontade. E' dessa fé miraculosa que lhes vinha o poder extraordinário com que puderam criar uma civilização cristã que até hoje nos causa admiração e respeito.

Registemo-los na íntegra para que não percam o sabor original: «Foi (o Padre Sepp) devotíssimo da Virgem Santíssima, e de Santo António de Pádua, seu especialíssimo advogado, por cujo patrocínio lhe sucederam alguns casos mais que naturais. Estando o P. António fundando o Povo de São João Baptista aconteceu um dia prender fogo em um monte de palha recolhida para cobrir as casas dos índios, em cujas imediações se havia amontoado grande quantidade de madeira para as construções e da qual o fogo se aproximava, ameaçando gravíssimo dano. Avisado do acontecimento saiu o Padre de seu aposento, levando nas mãos uma imagem da Virgem, que havia trazido de sua província e conservava sempre diante de si. Com ela abençoou o fogo, cheio de fé, e de repente se apagou o incêndio, livrando assim a madeira. Em outra ocasião, em que fazia um pálio rico para levar o Viático aos enfermos, sucedeu que a tela não alcançava as dimensões da guarnição que devia prendê-la. O Padre companheiro mediu-a quatro vezes, juntamente com os índios que o auxiliavam, e vendo que era escassa, avisou disto ao P. António. Acudiu este prontamente e depois de medir muitas vezes o pano, chegou à conclusão de que era realmente escasso. Mas não perdeu a confiança em seu portentoso advogado; encomendou o caso a Santo António e tornando a medi-la ia dizendo em voz alta: «**S. António! S. António!**». Ao chegar ao ponto em que o Padre companheiro notara a falta da fazenda, viu o P. António que em suas mãos se multiplicara milagrosamente por intercessão do Santo, de sorte que não sòmente alcançou a medida necessária como sobrou ainda, motivo pelo que o Padre companheiro e os índios, que ali estavam, ficaram pasmados e o P. António, vendo isto, se recolheu para dar graças a seu benfeitor.

«Sucedia, algumas vezes, que faltavam alguns índios do povo que, por sua natural inconstância, procuravam fugir. Escrevia então o Padre num papel o nome de algum lugar e mandava a

outro índio que fosse àquela paragem em busca do fugitivo. Ia o índio, que anteriormente havia percorrido aquela mesma paragem sem encontrar o fugitivo, mais para cumprir a ordem do que na esperança de encontrá-lo e com grande admiração, no local que o papel designava, descobria o fugitivo, por inspiração do Santo a quem ia o negócio encomendado.

«Tinha o P. António muita confiança em alcançar de Deus, pelas orações das inocentes crianças guaranis, quanto necessitava, especialmente chuvas, quando as secas ameaçavam a perda das sementeiras. Nesse caso se dirigia às mães índias e lhes dizia dessem uns leves açoites em seus filhos inocentes, avisando-lhes antes oferecessem a N. Senhor e à Virgem Santíssima aquela mortificação, pedindo-lhes chuva. As índias obedeciam, as crianças sofriam e N. Senhor concedia pela inocência penitenciada, o que solicitavam. Um caso sucedido no Povo da Cruz foi especial e teve por testemunhas a todos os moradores daquele numeroso Povo. Havia seca que durava já muito tempo. O milho estava apendoado, que é a ocasião em que mais necessita de chuva, com cuja falta se perde infalìvelmente. Sucedeu, nesse ínterim, a morte de uma criança e o P. António convocou todos os músicos para enterrá-la com excepcional solenidade. Quando entregava o corpinho à sepultura, o tomou o Padre em suas mãos e em presença de todos começou a falar com o inocente defunto, pedindo-lhe rogasse a Deus por chuva para que se não perdessem as sementeiras. Dizia-lhe olhasse que seus irmãozinhos e irmãzinhas inocentes necessitavam de comida na terra, que não os esquecesse quando fosse gozar das delícias do céu. A estas palavras o Povo inteiro enterneceu-se e o próprio Padre não pôde represar as lágrimas, prognóstico sem dúvida de outra água mais copiosa que durou toda a noite seguinte com admiração de todos os índios.

«Era o P. António um bom músico e, quando menino, por sua boa voz, foi levado à capela imperial de Viena. Nas Missões empregou essa arte em serviço de N. Senhor, ensinando os índios a compôr em seu idioma guarani muitas canções religiosas para incutir-lhes piedade, e eles se alegravam muitíssimo com louvor a N. Senhor em sua língua nativa. Não obstante o zelo das almas o ter trazido da Europa para as Missões, estando entre os índios, em-

pregado no bem deles, não esqueceu as almas dos que ali ficaram, especialmente as dos hereges da Alemanha, pois o tempo que tinha disponível de suas muitas ocupações e alguns momentos da noite empregava em escrever vários exemplos e casos de edificação que sucederam aqui entre os índios, para que se tornassem conhecidos e lhes abrandassem a indiferença. Dedicou esses trabalhos aos hereges da Alemanha, cidade onde, antes de vir às Índias, havia ensinado Retórica, e cujos originais estão guardados na província da Germânia superior. Além disto, em língua francesa, se imprimiu uma carta sua que é a última do Tomo XI das **Lettres Edifiantes**». [79])

Delineado e construído o Povo, do que faremos, oportunamente, detalhada descrição, erguida a igreja, cuja edificação começa em 1708, é o P. António vítima de acusações infundadas que afectam a sua própria honra de sacerdote, devido a intrigas que se tecem em torno de sua acção enérgica em benefício dos índios.

E' ainda o seu necrológio que registra o acontecimento: «Os trabalhos e perseguições que por seu zelo sofreu o P. António não foram poucos, mas um excedeu a todos: foi um falsíssimo e gravíssimo testemunho com que o demónio tentou impedir o grande fruto que colhia entre estes pobres índios, tirando muitas almas de suas garras. Pôs uma mancha em sua pureza angélica, e passou o caso tão adiante que, com deshonra, foi afastado do Povo em que era cura, mas não permitiu N. Senhor que o inferno tivesse mais poder do que a verdade, que logo se descobriu, graças à prudência dos Superiores, sendo o Padre reintegrado com honra

---

79) A bibliografia do Padre António Sepp é vasta e interessantíssima. Sommervogel (*Compagnie de Jesu* — VII, verb. 1129) assinala três obras principais, havendo, entretanto, outras, que só agora estão sendo divulgadas. Consta dessa bibliografia: — 1º Brief R. Padre Antonii Sepp S. J. an dessen Bruder Herr Sepp von Reinegg geschrieben zu Japeyú in Paraquaria, der letzte zwar dem 24 jun. 1692. Dans le *Neue Welt bott*, du P. Alöcklein. Tom. II. nº 48, pág. 40-60.

2º Lettres du Padre Antonie Sepp au P. Guillaume Stinglhaim, Provincial de la même Compagnie dans la Province de la haute Allemagne; dans les *Lettres Edifiantes* — 11º recueil pág. 390-428, ed. 1843. T. II, p. 242.

3º R. R. P. P. Antonii Sepp und Antonii Böhm der Societät Jesu Priestern Teutschen Nation etc. Nürnberg. In Verlegung Joh. Hoffmans — 1697. 12º pp. 333. Passau — 1698. 12º.

ao mesmo posto de que a mentira o tirara. E neste e nos demais trabalhos teve o Padre tal resignação que nunca se lhe ouviu queixa alguma nem antes nem depois, e nem mesmo a ninguém confiou os seus padecimentos, pois a todos dizia que se sentia grato aos que haviam contribuído para as suas mortificações, porque a eles devia muito. Prosseguiu depois com a mesma aplicação ao trabalho dessa vinha do Senhor como se nada houvesse sucedido, e dizem os missionários seus confidentes que inquerido se a causa desses sofrimentos poderia modificar o seu zelo, respondeu que por nada deixaria de praticar o que parecia agradar a Deus».

Tendo deixado São João Baptista, que transformara em Povo que serviu de modelo a outros mais pela sua organização material e pelos resultados espirituais, traduzidas em fervorosa religiosidade e rígidos costumes cristãos, o P. António Sepp foi ainda prestar os seus serviços como cura do Povo da Cruz.

Após longo e dedicado sacerdócio, consagrador de uma vida de apostolado incomparável, faleceu aos 16 de Janeiro de 1733, com 77 anos de idade, 58 de Companhia e 45 de incorporação. Procurando, acima de tudo, elevar-se «até à Divina Majestade, na hora de sua morte disse, com toda verdade a um Padre que o assistia: — «Graças ao Senhor! — parece-me que todos os meus trabalhos, de qualquer espécie, nenhum outro motivo tiveram senão o amor de Deus». De sua Divina Majestade, nos persuadimos, terá recebido já o prémio de todas essas obras que são as que se puderam observar em sua vida, já que sua muita humildade nos privou da notícia de muitas outras e maiores que nos poderiam servir de exemplo». [80])

A vida do P. António Sepp é a própria história da fundação de São João Baptista. Sua actividade multiforme, sua inteligência privilegiada, suas profundas virtudes cristãs e sua fé inabalável, ficam ali assinalando as raízes da alta civilização que o seu espírito criador soube imprimir aos destinos de seu Povo, nas obras que executou.

Em São João Baptista jorra, de fornos primitivos, o primeiro ferro que se fundiu nas Missões; tempera-se o aço que vibra na sonoridade dos sinos; sobem aos céus os sons harmoniosos do

80) Anua de 1735. B. N. Mss. I, 29, 7, 107.

primeiro grão que se fabrica; edifica-se uma cidade modelar, cujo casario, alinhado e bem posto, abriga exemplares famílias cristãs ao serviço de Deus e da sociedade primitiva; ergue-se um templo majestoso, rico de alfaias e de artísticas ornamentações com seus altares de talha dourada, e um púlpito com estátuas douradas e embutidas de madrepérolas; e se estendem as vastas oficinas onde os artistas de toda a espécie burilam retábulos famosos, pintam quadros notáveis, esculturam estátuas magníficas, lavram as colunas do templo, e fabricam os mais variados instrumentos musicais, enquanto os calígrafos, prestimosos e hábeis, copistas inimitáveis, nos legam os seus trabalhos que honram a civilização jesuítica.

Por outro lado, proliferam as sementeiras, plantam-se extensos pessegueirais e laranjais, adornam-se as hortas de variadas espécies vegetais, cultivam-se ervais hortenses, e pelos campos das estâncias os gados constituem o mais alto património económico do Povo, a que fornece carne, leite e seus derivados.

Toda esta organização reflecte a actividade do P. António, as suas iniciativas em todos os sectores do trabalho material, intelectual e moral, orientadas pela fé profunda que o afasta mesmo da órbita traçada pelo tempo à acção jesuítica, o que o leva aos maiores dissabores, sofridos resignadamente por amor de Deus e desses filhos que amou carinhosamente.

Não cabe aqui detalhar a acção do Padre Sepp e sua influência para o apogeu da civilização artístico-industrial dos Povos de Missões, que serão oportunamente estudadas. Mas, de sua vida e obras ressaltam qualidades tão excepcionais de inteligência, cultura e virtudes cristãs que se o pode, nessa segunda fase da vida missioneira, erguer à altura dos grandes apóstolos Boroa, Taño, Cristóvão de Mendoza, Roque González, e outros, que constituem essa galeria que exorna de glórias e virtudes, em seus primeiros tempos, a Companhia de Jesus em terras do Rio Grande do Sul.

A população de São João Baptista, conforme as estatísticas conhecidas, durante o primeiro decénio de sua fundação, foi a seguinte:

Anos	Almas	Famil.	Baptism.	Óbitos		Cresci-mento	Casa-mentos	Viúvos
				Adultos	Crianças			
1698 ..	2.832	765	56	8	18	30	24	77
1702 ..	2.650	724	190	42	90	58	28	—
1705 ..	2.929	755	290	49	95	65	38	—
1707 ..	3.361	776	194	59	65	70	50	—

7 — Santo Ângelo Custódio.

Tem o Povo de Santo Ângelo a mesma origem como o de São Luís Gonzaga, que lhe antecede vinte anos na fundação, provindo, como este, de uma colónia que se desprende de Conceição, em 1706. O crescimento populacional de Conceição, confinada entre outras Doutrinas que lhe não permitiam a expansão devida, determinou esse novo desdobramento de seu povo, atraído pelas informações de seus parentes, havia largo tempo radicados nessa região, cujas possibilidades económicas lhe abriam maiores perspectivas de bem-estar e fartura.

Como vimos, quando da emigração das Reduções assoladas, em 1637, pelos bandeirantes, Conceição, antiga missão do Uruguai, fundada em 1619 pelo P. Roque González, recebeu a maior parte das populações de São Joaquim, São Pedro e São Paulo, Caaçapá-mini, Jesus Maria do Ibiticaraí e São Carlos do Caapi, que demoravam ao Norte da região missioneira. 81) E daí o direito que tinha às ricas terras de ervais nativos do Nhucorá até o rio Conceição, que lhe foram adjudicadas, revertendo, mais tarde à propriedade de Santo Ângelo que as irá explorar intensivamente. 82)

81) D. Felix Azara. *Descripcion hist.* cit. Mss. B. N. I, 16, 2, 6.

82) No inventário de Santo Ângelo constam os seguintes ervais que pertenciam a Conceição: no Uruguai — Nazareno, Santa Maria, Conceição, São Miguel, São João, Santos Mártires, Quirigui, Corá, Yeruati, Payndé; em Nhucorá — Santa Ana, Santo Ângelo, São José, São Pedro e São Paulo, Santo António, Santo Inácio, São Francisco Xavier; e no Ijuí — Conceição, São Miguel, São Francisco Xavier e Santa Tereza. (F. X. Brabo. *Inventários*. Madrid, 1872. Cf. Teschauer, *Hist.* II, 14.

Não obstante a contribuição de colonos com que entrara para a fundação de São Luís Gonzaga, em 1687, sua população que decrescerá até 3.000 almas, duplica nos vinte últimos anos, atingindo em 1706 a 6.449 almas, num total de 1.535 famílias. Nesse mesmo ano funda o Povo de Santo Ângelo com 737 famílias, compostas de 2.879 almas, e fica ainda com uma população de 3.334 habitantes com 781 famílias. [83])

Foi no ano de 1706 que essa nova colônia de Conceição, vadeando o rio Uruguai, depois da escolha prévia do local em que se ia estabelecer, chegou até a uma altura nas proximidades da forqueta entre os rios Ijuí Grande e Ijuìzinho, lançando aí os fundamentos do Povo de Santo Ângelo. Documento interessante da **Colecção de Ângelis**, até agora inédito, precisa mesmo a data do primeiro baptismo que ali se fez e que se pode aceitar como a da fundação dessa doutrina: 12 de Agosto de 1706. E' o que se depreende da «numeración de los baptismos assi de párvulos como de adultos que a avido en esta doctrina del San Angel de la Guardia, desde 12 de Agosto de 1706 inclusive hasta 18 de Enero de 1733 inclusive, sacados por año segun su orden como se sigue en esta lista». [84]) Nesse ano foram baptizadas 3 crianças; em 1707, 181; em 1708, 223; em 1709, 188; e em 1710, 78. [85])

O local escolhido não tinha, porém, as condições exigidas para a expansão do Povo, ficando entre dois rios copiosos e, no ano seguinte (1707), como veremos, Santo Ângelo se transporta mais para o Norte, ocupando o lugar em que ainda hoje se encontra.

Era cura de Conceição, em 1706, quando da fundação de Santo Ângelo, o P. Diogo de Haze. Em 1708 aparece novamente o nome desse sacerdote numa questão de terras e ervais que interessa aos Povos de São Miguel, São Luís e Santo Ângelo, o que induz a crer fosse nessa época o director espiritual desta última Doutrina. Pode-se, pois, presumir, com mínimas probabilidades

---

83) *Estado de las Doutrinas.* B. N. Mss. I, 29, 1, 19.
84) *Estado de las Doutrinas,* cit. B. N. I, 29, 1, 119.
85) Em 1708 recebe Santo Ângelo grande número de mulheres e crianças infiéis, minuanos, charruas, guenoas e outras, que foram aprisionadas, depois da destruição desses índios, e daí o aumento de baptismos verificados nesse ano.

de erro, tivesse sido o fundador de Santo Ângelo e seu primeiro cura. [86])

Nasceu o P. Diogo de Haze em Bruxelas, Flandres, aos 6 de Janeiro de 1655, entrando para a Companhia de Jesus em 10 de Outubro de 1675. Fez seu noviciado com óptimo aproveitamento, formando-se em filosofia e teologia. Mas, querendo consagrar-se à catequese dos índios, fez parte da missão trazida para a América pelo P. Diogo de Altamirano, já referida, que chegou a Buenos Aires em 1691. Depois de um proveitoso aprendizado da língua guarani, foi o P. Diogo mandado para as missões do Uruguai. Em 1706 encontramo-lo em Conceição, onde exerce as funções de cura. Daí passa ao Ijuí à frente da colónia que funda Santo Ângelo. Em 1715 exerce a reitoria do Colégio de Assunção, passando mais tarde ao de Santa Fé, e em 1721 está em Buenos Aires, de onde faz uma entrada na Banda Oriental, indo até São Domingos Soriano e mais Reduções do Uruguai, e no ano seguinte depõe como testemunha no **Pleito** sobre Vacarias. Conforme o **Catalogus** de 1715, havia naquela data sido professor de gramática durante quatro anos e trabalhado como operário nas Missões 21 anos, tendo feito a profissão dos 4 votos em 21 de Fevereiro de 1713. [87])

Ao transportar-se para a bacia oriental do Uruguai ocupa o Povo de Santo Ângelo Custódio um local entre o Ijuí Grande e o Ijuìzinho, logo abandonado, pois, transpondo aquele rio se radica à sua margem direita entre os arroios Taquarichim e Santa Bárbara, isto é, na posição que actualmente ocupa essa cidade. O P. Ventura Suárez encontrou para coordenadas dessa missão 28º 15' de lat. S. e 323º 53' de long. L. da Ilha do Ferro, diferindo de Cabrer que lhe dá mais 3' da lat. S. e para long. 323º 47' 15". Saldanha encontra para lat. S. a mesma de Cabrer, aproximando-a mais de 22" ½, o que quase coincide com as coordenadas actuais que situam Santo Ângelo a 28º 18' 14" de lat. S. e 54º 15' 52" de long. O. de Greenwich, [88])

Santo Ângelo prosperou grandemente tornando-se um dos Po-

---

86) Questão de terras entre São Luís e São Miguel, cit.
87) *Catalogus* de 1715.
88) Azara difere em suas coordenadas: 28º 17' 19" Lat. S. e 3º 20' 48" Long. L.

vos mais ricos de toda a região missioneira. Grande empório de erva mate, dedicou-se logo à sua industrialização, sendo o maior exportador desse precioso artigo. Ainda em 1768, consoante estatísticas da época, a produção de erva-mate era de 5.000 arrobas, superando a de todos os outros Povos. Era também o maior produtor de algodão num total de 4.000 arrobas. Pouco, porém, se dedicava à criação, pois só tinha em seus campos 2.000 vacas, 100 cavalos e 1.000 ovelhas. [89])

Congregara magníficos artistas, trazidos de Conceição que desde os primeiros tempos, em suas escolas de pintura e estatuária, criara uma plêiade notável de índios consagrados a essas artes. Azara, que visitou Santo Ângelo em fins do século XVIII, observa «ter o Povo de particular uma multidão admirável de estátuas, que encerra seu templo, mas todas com asas, não havendo uma só sem elas». [90]) Sobre esse aspecto artístico e sobre sua igreja e construções, em outro volume, se dirá com mais particularidade.

O movimento da população de Santo Ângelo de 1707 a 1720 foi o seguinte:

Anos	Almas	Famil.	Baptism.	Óbitos		Cresci-mento	Casa-mentos	Viúvos
				Adultos	Crianças			
1707 ..	2.879	737	181	50	93	38	37	—
1708 ..	3.074	740	223	37	101	75	11	—
1711 ..	3.088	632	482	39	70	373	131	—
1714 ..	2.899	683	264	77	130	47	198	—
1716 ..	3.194	765	371	48	90	233	150	—
1719 ..	3.470	881	210	25	55	130	46	—
1720 ..	3.592	911	246	66	119	61	273	—

Terminada a guerra, levada contra os guenoas e índios confederados, que, sob o comando do cacique Cabari, assolaram as Reduções de Japejú e Cruz, e feita a paz com a intercessão do P.

89) Mss. Padre Oliver, 1768. Teschauer, *Hist.* II, 38.
90) Azara, *Descripción,* cit.

José de Arce, que, arrostando a morte, conseguiu pacificar esses índios, foram distribuídos pelos Povos, em 1708, muitos prisioneiros, principalmente mulheres e crianças. Santo Ângelo, recém-fundado, recebe nessa ocasião grande reforço para sua população. Diz o historiador Bauzá, comentando o acontecimento que «desta maneira mesclava-se o sangue charrua ao dos guaranis, injectando naquelas povoações e estendendo pela zona que deviam ocupar outras, o ardimento varonil e a tenacidade persistente que herdara com o correr do tempo». [91])

---

91) Bauzá. *Hist. de la dominación española,* I, 1, 5.

CAPÍTULO III

RIO GRANDE DE SÃO PEDRO.

1. Projectos de Colonização e Povoamento do Rio Grande. — 2. Antecedentes da Fundação do Presídio. — 3. Missão do Brigadeiro Silva Pais. — 4. O Regimento de Dragões. — 5. Comandância militar.

1 — Projectos de Colonização e Povoamento do Rio Grande.

Estendido entre Laguna e Colónia do Sacramento e estreitado ante o avanço expansionista das Missões, que pouco a pouco levavam as suas estâncias até as margens ocidentais do Taquari, o Rio Grande de São Pedro cingia-se, nos albores do século XVIII, à estreita faixa territorial compreendida pelos então chamados «Campos do Viamão» ao centro e, no litoral, ao caminho aberto pelos colonistas que demandavam a Laguna, de que nos dá notícia em seu **Roteiro** já referido, de 1703, Domingos Filgueira.

Vários os projectos conhecidos de colonização do Rio Grande. O primeiro, constante dos arquivos do Conselho Ultramarino, códice manuscrito da Biblioteca Nacional, é de Manuel Jordão da Silva. Pesquisando notícias desse povoador, que se propõe colonizar o Rio Grande do Sul em 1695, chegámos à presunção de ter sido ele um dos acusados pelo assassínio do Provedor do Rio de Janeiro e, mais tarde, Administrador das Minas de Paranaguá, Pedro de Souza Pereira, ocorrido em 1686. Diz Jordão ter vasto conhecimento da terra do Rio Grande. E' provável que, para fugir à devassa, que foi rigorosamente feita naquela ocasião, se houvesse internado pelos sertões do Continente. Mas tarde, como diz, para completar esse conhecimento, gastou «muita fazenda sua».

Em 7 de Junho de 1695, Manuel Jordão da Silva dirige uma

carta ao Governador da Capitania do Rio de Janeiro, Sebastião de Castro Caldas, na qual propunha colonizar grande parte do Rio Grande de São Pedro que conhecia por ter várias vezes cruzado o seu território. Diz, nessa carta, ter muitos filhos e netos para servir a Sua Majestade. Faria o povoamento inicial, criando uma vila, para o que se lhe deveria conceder 50 casais de índios das aldeias reais de São Paulo e 30 índios solteiros. Pedia como ajuda de custo 6.000 cruzados, dando em garantia a sua fazenda e o pagamento de dois engenhos. Salvante «mar e corsário» se comprometia a levar a cabo esse intento. [1])

Os papéis referentes ao assunto, até hoje inéditos, foram, pelo Governador, encaminhados ao Conselho Ultramarino provocando uma Carta Régia, de 13 de Outubro de 1695, mandando tomasse o Conselho conhecimento da proposta.

Em sua sessão de 1 de Fevereiro de 1696, estudando o assunto, a que se referia a Carta Régia acima citada, dá o Conselho o seu parecer. Reconhecida, preliminarmente, a idoneidade de Manuel Jordão, «homem de idade, com tanto vigor e esperteza como se fosse 25 annos». Para conhecer com ampla individuação o território que se propunha colonizar, «gastara nessas deligências muita fazenda sua». «E daí o taxarem de louco, mas não tinha nada disso» e dizia que «essa ânsia e desejo de fundar colónia procedia da fertilidade que achava naquelas terras, que tinha fazenda com que assegurar o que pedia, com cuja quantia não seria dificultoso assistir-lhe, por não fazer falta com o crescimento do contrato novo, que começa em Agosto, e satisfazendo o que devia era suave e barato o modo de se fundar uma vila, e quando não satisfizesse tinha por onde pagasse, quando perdesse a quantia que pedia e os índios tirados de diversas aldeias não podiam fazer falta».

Depois de larga discussão sobre o assunto foi o Conselho de parecer que era de momento impraticável a fundação dessa colónia que poderia dar azo aos castelhanos para novas hostilidades, sendo motivo para que ali fundassem nova vila. [2])

E assim, com receio dos castelhanos e sem coragem e meios para enfrentá-los, na sua política sempre tergiversante, o Conselho

1) B. N. *Anais* — XXXIX — 227.
2) B. N. *Actas do Cons. Ultram.* Cod. mss. I, 8, 4, 17, fls. 30 v.

Ultramarino não compreendeu que a Colónia do Sacramento só poderia subsistir se tivesse a ampará-la um outro núcleo de povoamento e socorro em suas proximidades.

Só 24 anos mais tarde, quando se tratou de fundar Montevidéu, lembrou-se o Conselho da necessidade de criar uma povoação ou uma fortaleza no Rio Grande.

Em consulta de 25 de Setembro de 1720 projectou-se fundar uma povoação em Montevidéu ou Maldonado, com fortaleza, para garantir a estabilidade da Colónia. «E suposto que a edificação desta fortaleza seja já um dos remédios para o futuro, como não é o que baste, será preciso que para aquela parte se mande uma colónia com a frota que no ano que vem há de partir para o Rio, que conste de 60 casais, porque sendo aquele sítio na garganta do Rio da Prata, é preciso segurá-la e nos anos subsequentes em cada um deles mandar outros tantos casais para se estabelecerem colónias, uma em Montevidéu, dentro do mesmo Rio da Prata, e três fora dele naquela costa e nos portos do Rio de São Pedro do Rio Grande e enseada das Garoupas, porque sendo tão bons aqueles portos que se reputam pelos melhores da nossa América e o seu terreno com tanta abundância de gados e esperanças palpáveis de grandes riquezas de minas de prata e ouro é sem dúvida que se não ocuparmos por este modo aquela costa, as mais nações da Europa hão de ir ocupá-la e os casais para estas colónias se podem tirar das ilhas, onde a multidão deles serve de gravame». [3])

Daí em diante sucedem-se, nos arquivos do Conselho Ultramarino, consultas várias sobre a fortificação e povoamento do Rio Grande que só 17 anos mais tarde o Brigadeiro José da Silva Pais torna efectivos com a fundação do Presídio de São Pedro do Rio Grande, em 19 de Fevereiro de 1737.

Em fins de Outubro de 1725 parte da Laguna, para escolher sítio para uma povoação, em substituição do Capitão-Mor Francisco de Brito Peixoto, seu genro João de Magalhães, acompanhado de 30 pessoas. Em um local situado ao Sul do canal fundou povoação que serviria de entreposto do gado extraído do Pampa e

3) Inst. Hist. Bras. *Cons. Ultram.* Cópias manuscritas. Vol. 25º, fls. 280.

que ao mesmo tempo seria um marco de ocupação da terra. Aí vai, para dar calor à povoação, o Tenente-de-General David Marques Pereira, adiante ainda citado. Para velar sobre esse posto nomeou David Marques os Capitães João da Costa e Estácio Pires, que superintenderiam a passagem dos gados para o Norte. Retirou-se João de Magalhães, indo mais tarde sediar-se em Viamão, tendo o entreposto efémera duração. [4])

Em consulta de 26 de Novembro de 1728, apreciando a carta do Governador do Rio de Janeiro, de 30 de Agosto, e outra do Governador da Capitania de São Paulo, dá o Conselho o seguinte parecer:

«Vendo-se neste Conselho a carta inclusa do Governador do Rio de Janeiro Luís Vahia Monteiro, feita em 30 de Agosto deste presente anno, em que se representa a V. M. o quanto se torna preciso que se execute com a maior brevidade a resolução que V. M. terá tomado de se edificar uma Colónia do Rio Grande, pelas razões que na dita carta vinhão: Pareceo ao Consº. fazer presente a V. Magest. o que expõe o Governador do Rio de Janeiro nesta sua carta e pelo que della se mostra se reconhece, como elle insinua a conveniencia que ha de se mandar fundar a Colonia que V. M. tem determinado se faça no Rio Grande de São Pedro, o que acresce as notícias que dá o Governador da Capitania de São Paulo, como se colhe do capítulo da carta que com este sobe às reaes mãos de V. Mag. sobre o descobrimento do morro que fica no Rio Grande, de que se prometeu tão avultados interesses, os quaes se seguram com esta Colonia na foz do Rio Grande. E se vê este Conselho obrigado a representar a V. Mag. que toda a dilação em negocio tão importante, será mui prejudicial, não só em se perder, (o que pode resultar de se tardar esta expedição e edificação da dita colonia), mas tambem em não poderem se conservar as minas de Cuyabá e Paranapanema, que fição visinhas, e por estas considerações que se faz mui preciso que se escolha para este efeito uma pessoa de toda a suposição, valor e actividade, para que estabeleça a dita colonia pª. que não suceda o que aconteceo

---

4) Vejam-se para mais detalhado estudo: Aurélio Porto. *Rev. Inst. Hist. R. G. do Sul.* Ano 1926, 610 e General J. Borges Fortes. *Rev. I. H. R. G. dô Sul,* 1934. 1º Trim. 63.

em Montevideo. — Lisboa, 26 de Novembro de 1728. Costa — Azevedo — Souza — Vargas». [5])

E essa «pessoa de toda a suposição» aparece em seguida. Mandara Rodrigo César, afim de «dar calor» à povoação de que fora incumbido João de Magalhães, que o Tenente-de-General David Marques Pereira fosse ao Rio Grande. Esse oficial aí esteve e levou óptimas notícias sobre a terra que visitara e suas riquezas extraordinárias. E vendo neste negócio um magnífico emprego, fez ao Conselho circunstanciada representação. Delineia então o Conselho, em sua consulta de 19 de Abril de 1730, um largo plano de povoamento do Rio Grande. E' o seguinte, na íntegra, o inédito parecer dessa entidade que superintendia os negócios da Colónia Portuguesa, na América:

«E sendo tudo visto — Pareceu ao Conselho representar a V. Mag. que pelas razões que representa o Governador que foi da Capitania de São Paulo, Rodrigo Cezar de Menezes, e o Governador do Rio de Janeiro, e adverte o Procurador da Corôa, se mostre evidentemente o quanto é conveniente que V. Mag. se sirva mandar fortificar o porto do Rio Grande de São Pedro da banda do sul, porque por esta parte poderemos ficar senhores dos grandes campos que ha até a Serra de Maldonado, que fica na boca do Rio da Prata, o que se não conseguirá se fundarmos a Colónia da parte do Norte, nomeando V. Mag. para esta empreza ao Tenente de General David Marques Pereira, não só por ser elle o que foi estabelecer o mesmo posto, fazendo-se pratico naquellas campanhas, mas também por ser de conhecido valor e capacidade para esta expedição, fazendo V. Mag. a mercê da patente de Coronel de Infantaria, a que está a caber, e de uma ajuda de custo competente para se preparar e por logo prompto para a viagem; e porque é preciso que leve comsigo um oficial subalterno que o ajude e seja capaz de o puder substituir em sua falta, aponta o Conselho a V. Mag. para este effeito ao Capitão Jeronymo de Leiria, da Guarnição da Provincia do Algarve, dando-lhe a patente de sargento-mór e uma ajuda de custo competente, o qual official propoz o mesmo David Marques havia servido em toda a guerra com muita distincção e valor, sendo grande operario de fortifica-

---

5) Inst Hist. Bras. *Arq. Cons. Ult.* Cod. Mss. 26º, fls. 49.

ção: e por convir muito que estes officiais vão servidos, que ambos por uma carta somente, sem mais outra patente os mande V. Mag. embarcar na fragata que está para partir para o Brasil dando-lhes serradas as ordens que hão de executar, as quaes não abrirão senão no Rio de Janeiro, ordenando V. Mag. ao Governador daquela praça lhe dê um official Engenheiro com quinze peças de artilharia e um official para ella, e dois Capitães de Infantaria, com cento e oitenta soldados dos melhores que houver na mesma praça e todo o dinheiro e o mais que for necessario para esta operação e factura da fortaleza, e que o Governador de São Paulo lhe mande tambem dar vinte soldados dos melhores que tiver o Presidio de Santos por serem muito praticos naquelles caminhos e oitenta indios das Aldeias daquella capitania para fazerem a dita fortaleza, indo tudo embarcado em sumaca até á povoação da Laguna e dahi que vá a guarnição por terra até o Rio Grande, que são noventa leguas, e os mais petrechos que se conduzão por mar até o mesmo Rio Grande, com praticos que la tenhão entrado, e chegado que seja tudo ao dito porto que se fortifique nelle da banda do sul, [6]) na melhor paragem com tal brevidade que no tempo do estio, que naquellas campanhas é de Setembro até Fevereiro, estejão fortificados, e que sendo-lhe necessaria alguma gente se possão valer na que ha nas duas vilas de Laguna e Santa Catarina, que são as mais visinhas, ficando a dita fortaleza sugeita ao Governador do Rio de Janeiro, na forma que o é a praça da Nova Colonia, porque por aquella Provedoria hão de ser pagos, e por ella lhe devem ir os soccorros necessarios, emquanto o Governo de São Paulo não tiver a possibilidade necessaria para soccorrer esta colonia com gente, munições e dinheiro, a qual possibilidade não tem ao presente; e entende o Conselho que esta é a forma mais segura de fundar esta Colonia livre de todo o embaraço e impedimento que se lhe possa fazer porque se não conhecerá o intento de a fundar senão depois que estiver es-

---

6) O coronel Rego Monteiro, em seu brilhante trabalho — *Dominação espanhola no Rio Grande,* é de parecer que João de Magalhães esteve situado à margem norte do canal. Discordamos completamente desse asserto opinando que essa povoação fosse nas proximidades de Torotama. Conforma, ainda, o nosso modo de ver, a recomendação acima a David Marques.

tabelecida, e para a frota futura que tiver de ir para o mesmo Rio de Janeiro se poderão mandar os officiais que forem precisos para este novo Presidio e o mais que para elle for necessario e a todo tempo podem tambem ir os cazaes que V. Mag. tinha resoluto fossem da Ilha do Pico para povoarem a Ilha de Santa Catarina e a Nova Colonia do Sacramento, porque por este meio se pode não só segurar melhor o dito Presidio, mas tambem povoarem aquellas terras, que promettem de si tão abundantes interesses, assim para a Fazenda Real, como tambem para utilidade e beneficio dos vassallos de V. Mag. continentes naquele paiz, e de todo o Brasil, e deste Reino, na extração dos generos que delle podem sahir, podendo-se seguir outras maiores conveniencias que o tempo pode descobrir, circumstancias todas que devem fazer grande pendor na alta e soberana ponderação de V. Mag. Lisboa Occidental — 19 de Abril de 1730. Costa, Abreu, Vargas, Souza, Metello». [7])

Não obstante todo o empenho que se percebe dessa consulta, não foi posto, ainda, em execução o plano de colonização e fortificação do Rio Grande. Note-se, porém, que sete anos mais tarde, o plano delineado para fundação do Presídio, que Silva Pais leva a efeito, é o mesmo contido na consulta. Mas, o temor dos castelhanos, ainda perdurava nas resoluções reais, muito embora aconselhasse o Conselho todo o sigilo na fundação do Rio Grande. E fora também esse temor que obstara outra tentativa de colonização, a que se propusera Frei Agostinho da Trindade.

Era este religioso da Ordem de N. S. do Carmo da Província do Rio de Janeiro, natural de São Paulo. Em 1714 fora para a Ilha de Santa Catarina, onde exercera a capelania da mesma. Daí passou à Laguna, tendo feito várias entradas nos sertões do Rio Grande, afim de catequizar os índios. Em 1724 passou a atender à capela do Desterro, sendo, por solicitação dos oficiais da Câmara dessa vila, confirmado vigário da mesma, em 1730.

Em 1728 foi o P. Frei Agostinho da Trindade ao Reino solicitar a protecção real não só para seus paroquianos da Ilha, como sugerir a criação de uma colónia no Rio Grande.

Em Carta Régia de 27 de Março desse ano, El-Rei D. João

7) Inst. Hist. Bras. Cod. Mss. cit. Vol. 26°, fls. 142 v.

manda-lhe dar uma ajuda de custo para, voltando a Santa Catarina, dali se transportar ao Rio Grande, onde devia criar uma povoação que fosse o núcleo inicial da colonização que pretendia levar a efeito.

Luís Vahia Monteiro, que então governava o Rio de Janeiro, em ofício de 3 de Agosto de 1728, informa para a Corte que havia cumprido as determinações da Carta Régia. Dera a Frei Agostinho a ajuda de custo de 50$ a fim de que fosse executar a sua pretensão de povoar o Rio Grande. O Padre já partira para aquele destino, indo muitíssimo satisfeito. Sobre essa resolução real Vahia Monteiro aduz considerações que merecem registro.

Diz o governador do Rio de Janeiro que lhe «é preciso pôr na sua real notícia que esta expedição se execute com a maior brevidade, porque a campanha que corre do Rio Grande até a parte de São Miguel, e Rio de Martim Affonso é de campos dilatadíssimos e povoada de muito gado vaccum e ao meu ver tem mais gado que a campanha da Colonia. E agora entrou aqui uma sumaca que entrou pela barra adentro do Rio e vem carregada acima de 600 couros que o mestre Manuel Antonio fez naquella campanha e me declarou que nella andavam ja cousa de 30 portuguezes e 60 castelhanos e supposto diz que estes são gente criminosa em Buenos Aires e bandoleiros, comtudo será motivo para os castelhanos queiram allegar que aquella campanha lhes pertence por ser habitada por seus vassalos, sem embargo de se achar nos dominios de V. M. posto que V. M. se ache com bastantes noticias daquelle paiz, para não deixar de dizer que além de sua extensão ao longo da costa, tem 60 leguas de largo, da praia até as serras para o sertão, detraz do qual se acham situadas infinitas aldeias dos Indios Tapes, administradas pelos P. P. da Companhia, castelhanos, os quaes chegão até á altura do mesmo Rio Grande com suas aldeias de Santo Angelo, de São Lourenço, de São Miguel e de São João as quaes distão do Rio Grande, passando-se as serras, 15 dias de viagem, e como estas e muitas outras aldeias ficão nas cabeceiras do Rio da Prata e outras que se vão metter nelle nas campanhas da Colonia, entendo se poderia fazer muito negocio no Rio Grande a .... por via dos P. P. da Companhia e Indios Tapes, e por todas essas circumstancias se faz preciso que o fundador dessa Colonia seja su-

jeito de solidos fundamentos para que alguma accelerada ambição não destrua o fructo». [8])

Como todas as outras tentativas, que vimos assinalando, fracassou também a de Frei Agostinho, parecendo que o temor dos castelhanos determinasse a inexequibilidade do intento.

Outro projecto que se conhece para povoar o Rio Grande, um ano antes da fundação do Presídio, remete-o ao Conselho Ultramarino o Brigadeiro José da Silva Pais, então Governador do Rio de Janeiro. Organizara-se uma companhia povoadora que se propunha, mediante certas condições, criar núcleos de população, no Continente. Apreciando essa proposta, em sua sessão de 2 de Janeiro de 1736, em consulta dessa data, assim se pronuncia aquele órgão dos negócios de ultramar:

«Que V. Mag. se sirva passar as ordens necessarias para que este estabelecimento se faça, pois parece proprio a este fim a conjunctura presente, para que tenha effeito o que nesta materia tem o Conselho representado a V. Mag. ou a despeza seja feita pela Fazenda Real, o que faria mais prompta a execução deste projecto, o que portanto seria mais conveniente, ou por uma companhia como se propõe no papel que o dito brigadeiro remette copia.

«Os povoadores desta Colonia devem sempre ser assistidos de força necessaria para a sua defesa, no caso de serem invadidos, porque supposto os castelhanos disputavão a esta Corôa o estabelecimento da Colonia, no arbitrio dos commissarios nomeados por El-Rey de Hespanha, ficará pertencendo este sitio ao Continente de Vossa Magestade, comtudo sempre é justo precaver contra qualquer idéia que possa formar aquella nação contra este estabelecimento e que elle se acompanhe da força necessaria para sustentar-se no sitio que eleger».

Convem mandar com urgência casais das Ilhas para aquela povoação e outras que se forem erguendo na costa «porque a continuação dessas povoações será o que melhor decida a questão de limites que ha entre as duas corôas». [9])

Mas, ainda este projecto não é posto em execução. Outras

---

8) Arquivo Nacional. *Cartas Régias.* Col. 80. Livro 2º, fls. 144.
9) Inst. Hist. Bras. Cod. Mss. *Cons. Ultr.* Vol. 26º, fls. 248.

intenções presidiam à real vontade. O estabelecimento do Rio Grande não poderia ser de carácter particular. O inimigo tenaz e forte, na estacada das largas campanhas, teria destruído qualquer tentativa que, nesse sentido, sem amparo de força, ali se fizesse. O «temor do castelhano», como veremos não era simplesmente uma ameaça longínqua.

A última tentativa, de carácter particular, de que se tem notícia, no intuito de estabelecer uma colónia no Rio Grande do Sul, consta da consulta do Conselho Ultramarino, de 28 de Janeiro de 1736.

Ao Brigadeiro José da Silva Pais, que governava o Rio de Janeiro na ausência de Gomes Freire de Andrada, apresentou-se Francisco dos Santos, propondo fundar uma colónia no Rio de São Pedro. Solicitava o proponente fossem-lhe concedidas largas sesmarias que pudesse doar aos povoadores, cobrando-lhes certos impostos, como fazia a Fazenda Real. E mesmo, já passara ao Rio Grande, para «onde mandara gente e effeitos», a fim de comprar aos lagunistas o gado que eles estavam passando do Pampa para a banda do Norte. [10]) Silva Pais, que compreendia a necessidade do estabelecimento dessa povoação, «deu calor» àquela tentativa, acoroçoando as pretensões de Francisco dos Santos. [11]) Tendo, porém, conhecimento do assunto, Gomes Freire, que estava em Minas, desaprovou o acto do Governador que o substituia, sendo os papéis referentes ao assunto presentes ao Conselho Ultramarino.

E' interessante a consulta, que procura, sofisticamente, firmar jurisprudência sobre o secular assunto da jurisdição territorial das duas monarquias, além Tordesilhas.

«Ao Conselho parece que o Governador e Capitão-General Gomes Freire de Andrada obrou bem em fazer suspender o estabelecimento que algumas pessoas pretendião fazer no Rio de São Pedro, pois, entrando, como entra, na duvida de se achar este si-

10) Arq. Nacional. *Publicações*. VIII, 62.
11) Em carta de 29-X-735 diz Silva Pais a Gomes Freire que chamara Francisco dos Santos e Gaspar de Caldas propondo mandarem por sua conta algumas embarcações ao Rio Grande "com gente e effeitos para comprar os gados que os lagunistas estão passando". Arq. Nac. *Corresp. Gov.* — Vol. V. — 286.

tio no territorio que os Castelhanos nos contestão, não devia consentir nesse estabelecimento, sem ordem de V. M., nem o Brigadeiro José da Silva Paes que governa o Rio de Janeiro devia dar-lhe calor, porque além da razão referida, havia tambem a de ter ele dado conta desta materia e devia esperar pela resposta.

«Como, porém este sitio não está comprehendido no territorio que os Castelhanos nos contestão, pois no parecer que seus cosmographos derão, em virtude do tractado provisional de 7 de maio de 1681, não estendião a sua pretensão mais que até a distancia de 38 leguas ao norte do cabo de Santa Maria e o Rio de São Pedro fica em distancia de 60 leguas do mesmo Cabo, para a nossa parte não pode esta consideração embaraçar o estabelecimento desta colonia: o qual será muito util, como o Conselho mais vezes tem representado a V. M. pedindo-lhe queira ser servido ordenar se ponha em execução o que agora parece se faz quasi necessário, por terem já passado aquelle sitio alguns portuguezes o que pode despertar a cobiça dos Castelhanos para virem desalojal-os e preoccupar aquele fertil terreno que convida a muitos Portuguezes hirem estabelecer-se nele, conforme o que accuza o Brigadeiro José da Silva e assim tambem se faz conveniente não deixar esfriar o desejo com que estes Portuguezes se achão.

«Mas como não basta a notoria justiça que nos assiste para termos por certo que os Castelhanos deixem de pretender embaraçar o estabelecimento desta Colonia, vendo que com ella havemos de disfructar aquela Pampa, e podem tomar algum sofistico pretexto para desalojar della os Portuguezes: parece que as familias que passarem a estabelecer-se naquele sitio devem ir assistidas da força necessária para defender-se de qualquer violencia que se lhe intente fazer, deixando-se no arbitrio dos referidos 2 governadores, assim o numero de soldados e cabos, como a quantidade de munições de guerra e boca, de instrumentos e petrechos de guerra e mechanicos, e officiaes necessarios que se devem transportar para se fortificarem logo no sitio que for mais a proposito e em que acharem requisitos de sitio defensavel, com agua, lenha, bom porto, para communicação por agua, terreno fertil para a produção dos fructos e o mais que se requer em semelhantes casos, ou em que concorrem as circumstancias mais necessarias que se poderem achar; bem entendido que deve ser o estabelecimento

da parte do sul do Rio, porque não convem fazer-se da parte do norte, porque da parte do sul se achão as mais ferteis campanhas, as quaes são do dominio de V. M. sem que até agora se contravertesse este dominio e não seria acertado fiquem estas livres para os Castelhanos as virem reocupar, obrigando-os a uzar da força para os desalojar ou tolerar a uzurpação em os consentirmos; porque em qualquer acontecimento he mais util a reoccupação do sitio, principalmente, não sendo este, como não tem sido, terreno contestado.

«He tambem digna de attenção a circumstancia de ser o terreno da parte do sul pela sua fertilidade muito capaz de sustentar todos os moradores que ali se estabelecerem, com os fructos que produz e pela quantidade de gados e cavallos de que he provida, com o que se facilita a conservação da terra e de hum corpo de cavalaria que com pouca despeza ali se pode manter. Os armazens do Rio de Janeiro se achão sufficientemente providos de munições e petrechos de guerra e de instrumentos de mover terra, com as remessas que o Conselho, por ordem de V. M. tem feito e vae fazendo, e delle se pode tirar todo o necessário para esta expedição, sem que desta Corte se remetta mais do que o necessario para reencher os mesmos armazens, conforme os avisos que fizer o Brigadeiro que ali governa; porem será conveniente se remetta para a dita praça 40 sellas para servirem nos cavallos de que na Campana (Pampa) ha bastante quantidade, e tambem se remettam 150 ou 200 tendas de campanha, que o Conselho pode pedir para mandar o Governador Gomes Freire, a quem podem ser necessarias para a marcha que deve fazer das Minas ao Rio com os regimentos que tem formado para o socorro daquella Praça no caso de ser atacada ou invadida, pois não tem no caminho povoações em que se possão aquartelar os regimentos nas marchas. Destas tendas que se remetterem podem uzar os que passarem a estabelecer esta Colonia para se abrigarem enquanto não fizerem algum genero de casa, em que se recolhão; e sempre he preciso para a construção da fortificação, que se houver de fazer; e porque o Brigadeiro tem dado conta a V. M. de que necessita de 2 engenheiros para a fortificação do Rio de Janeiro como o Conselho tem representado a V. M. por consulta de outubro do anno passado, nesta pode V. M. resolver o que for ser-

vido, porque dos engenheiros que forem se podem os governadores valer para mandar para construir a fortificação da Colonia de São Pedro. Mas sempre convem que deste Reino va o commandante para esta Colonia, nomeado por V. M., oficial militar com talento e capacidade para saber suavizar com o seu exemplo os encommodos que hão de soffrer os primeiros habitadores, e que possa com seu respeito, inteireza, modo e rectidão impedir as desordens, que acontecem quando não há expontanea obediencia e que tenha o valor e pericia militar necessaria para instruir os seus subditos e doutrinalos para a defensa no caso de serem atacados, porque não será fácil achar-se naquellas partes sogeito destes predicados e pode V. M. escolher neste Reino emandallo com a mesma cautela com que foi para o Rio o Brigadeiro José da Silva Paes.

«Pelos avisos dos governadores das Minas, Rio de Janeiro e Nova Colonia do Sacramento, consta que este pede, como cousa precisa, maior número de tropas para a sua guarnição, como o Conselho tem representado a V. M. e entende que, para a segurança desta nova Colonia do Rio de São Pedro se faz mais preciso o augmento da do Sacramento, porque vendo os Castelhanos que nesta se acha com forças bastantes não se hão de mover a atacar a do Rio de São Pedro e a hir a huma larga distancia das suas terras deixando Montevideo exposto a ser atacado pelas tropas da guarnição da Colonia do Sacramento. E sendo V. M. servido mandar para a Colonia do Sacramento hum conveniente numero de soldados, com estes podem hir mais 200 que sirvão para a defensa do Rio de São Pedro ou para prehencher os Terços do Rio de Janeiro, dos quaes se podem tirar por destacamento os soldados que forem mais a proposito para este novo Presidio, deixando este ponto no arbitrio dos 2 governadores, os quaes pela sua capacidade, o farão com mais acerto e mais certeza do que desta corte se pode permitir, que querendo alguns soldados casados no Rio passar com suas mulheres a viver neste novo presidio lhes possão os governadores dar as ajudas de custo que entenderem, e o que aos mais se lhe prometta, que assistindo no presidio 3 annos, poderão recolher ao Rio de Janeiro. A despeza que se fizer na fortificação não será grande e pode V. M. ser servido ordenar se tire o dinheiro da 4ª caixa, que he aonde en-

trão as sobras de todo rendimento da Capitania, e quando nella se não ache todo o dinheiro necessario, se pode supprir com o rendimento da Casa da Moeda, que se tem augmentado consideravelmente pela extinção da de Minas Gerais.

«Para a despeza do transporte dos cazaes que devem povoar esta Colonia, construcção das suas casas, e provimento dos moveis mais precisos para ellas, e mais que se ha de fazer com cirurgião, boticario e sacerdotes, se pode ajustar com Francisco dos Santos, que se offerece a fazer este estabelecimento ou com qualquer outro contratador, que os governadores julgarem capaz de satisfazer ao assento que com elle se fizer, na forma que melhor parecer aos Governadores, para se evitar a larga despeza que faria a Fazenda Real, se por sua conta se transportassem estes cazaes ou das Ilhas ou do Rio de Janeiro, e se fizesse pela mesma os seus precisos commodos, ordenando-se que em seu real nome ajustem este contracto concedendo elles ao contractador algumas terras naquelle sitio, como não sejão com titulo de donatario ou Capitão dellas, nem outro com que se permitta jurisdição e concedendo-lhe alguma mercê que pretenda, excepto a de cobrar as suas dividas como se cobra a Fazenda Real, que he huma das que pede o dito Francisco dos Santos no papel do seu projecto.

«Ao commandante da guarnição se deve ordenar que reparta as terras e as dê em sesmarias aos povoadores que as pedirem, não excedendo a data de cada morador a huma legua de terra em quadro, e reservando para logradouro público a terra que bastar, que fique junto da fortificação, como tambem a que fôr necessaria para o sustento dos gados mansos e cavalhadas dos moradores, na mesma forma que tem a Colonia do Sacramento, recommendando-se-lhe que tenha particular cuidado de estabelecer huma boa harmonia com os indios Minuanes, que habitão aquellas campanhas, o que lhe não será muito difficultoso, pela inclinação que tem aos Portuguezes e aversão aos Castelhanos, por estes favorecerem os indios Tapes, irreconciliaveis inimigos dos Minuanes; e para atrahir a estes deve o mesmo commandante hir provido de generos proprios a este fim, que todos são muito pouca despeza». [12])

---

12) B. N. Anais. Vol. XLVI, 233-235.

Como se verifica da preciosa consulta, transcrita na íntegra, a Corte não poderia protelar por mais tempo o estabelecimento do Rio de São Pedro. Era uma questão de vital interesse para a estabilidade da Colónia do Sacramento. E avocava a si o intento de fundá-la. E é dentro destes mesmos ítens que, oferecendo-se oportunidade, como historiaremos, o Brigadeiro José da Silva Pais, em 19 de Fevereiro do ano seguinte, entra pela barra do Rio Grande, lançando, na margem sul, os fundamentos do Presídio.

Todas essas iniciativas particulares, que não lograram efeito, tiveram a vantagem de levar ao governo português a certeza de que se descurasse o estabelecimento que se impunha, a sua linha externa ao Sul voltaria novamente ao velho e discutível marco de Tordesilhas. E enquanto vacilava, premido pelos temores do choque castelhano, os lagunistas, heróicos e denodados, iam abrindo as veredas impérvias das matas, cruzando os rios caudalosos, e fincando os esteios das estâncias, células admiráveis dos futuros clãs que solidificariam a conquista.

2 — **Antecedentes da Fundação do Presídio.**

Precederam à escolha do local em que deveria ser erguido o estabelecimento da povoação do Rio Grande de São Pedro várias averiguações, de que nos dá notícias a correspondência copiosa e quase desconhecida dos Governadores do Rio de Janeiro, existente em códices manuscritos, no Arquivo Nacional.

Para isso muito contribuíram os «Padres matemáticos», Diogo Soares e Domingos Capassi, mandados para o Brasil, em 1730, «a fim de cartear o sertão de Minas» e levantar mapas topográficos de várias regiões da Colónia Portuguesa.

Por solicitação do governo da Colónia, ainda nesse ano, seguiram esses Padres para aquela praça a fim de levantar as suas fortificações e fazer plantas de seus arredores. Em 18 de Janeiro de 1731, em carta dirigida ao P. Diogo Soares, lembrava Vahia Monteiro a conveniência «de desembarcar em Maldonado e Laguna e na boca do Rio Grande» para fazer observações nesses lugares.

O P. Capassi teve, no entanto, uma desinteligência com seu colega «o roupeta», deixando a Colónia em Maio desse ano. Em

Dezembro do mesmo ano ambos estavam no Rio, devendo Capassi demarcar a costa dali para o Norte, e Diogo Soares seguir para as Minas. Devido a essa divergência que separou os dois geógrafos, só muito mais tarde, por determinação de Silva Pais, vai um e logo após, outro, estudar as condições topográficas do Rio Grande, sondar a barra e procurar fazer levantamentos do curso desse rio.

Entre as providências que urgiam para o estabelecimento de uma povoação no Rio Grande, achava Silva Pais imprescindível uma demorada averiguação das condições da terra, e a sinalização do local em que se pudesse assentar a futura fortaleza. E' nessa ocasião, 9 de Outubro de 1735, que se dirige ao P. Capassi, que estava em São Paulo, dizendo-lhe que «se até agora era necessaria cautela para sondar o Rio Grande e procurar segurar aquelle Passo, por geito, agora se o pudermos fazer por força nos ficará melhor visto que os Castelhanos se tem declarado, e rota a guerra pela nossa Colonia, como me diz o governador daquella praça, e o aviso ao senhor conde a quem escrevo sobre esse particular, e digo a V. R. quanto nos seria conveniente conservar a entrada do Rio naquelle rincão donde se achão alguns Portuguezes nossos e se ainda pudessemos passar a mais de lhe rebanhar para a nossa parte todos os gados que eles tiverem no Pampa, nos seria muito conveniente, não só por fertilizar a nossa terra, como por tirar a subistencia aos sitiadores e ainda a guarnição de Montevideo: eu não só procuro que vá o lanxão como V. R. me diz para sondar o Rio senão tão bem embarcações que levem gente para, por essa parte lhes fazer diversão, de tudo avisarei a V. R. e espero me responda». [13])

Em 5 de Janeiro, em carta ao Conde de Sarzedas, Governador de São Paulo, diz Silva Pais que segue a lancha para conduzir ao Rio Grande o P. Capassi, afim de «continuar as suas observações». Com a lancha remete o Brigadeiro, em data de 5 de Janeiro, a seguinte carta: «Vae a lancha que V. R. pediu e o pratico Antonio da Cunha, por mestre della. Nunca mais que agora nos são necessarias todas as averiguações que se puderem

13) Arq. Nac. *Corresp. dos Governadores do Rio de Janeiro.* Vol. V, 255.

fazer no Rio Grande, e as circunstancias todas do paiz, porque além de que os Castelhanos se acaso nos tem roto a guerra por essas partes do Pampa a hão de valer para a subsistencia do gentio com que a fazem, se acaso pudermos segurar gados e cavalhadas, passando os para a parte do Norte, lhe tiramos um grande soccorro, como tambem nos utilisamos destas vantagens». [14])

O «Padre matemático» esteve durante algum tempo fazendo observações e sondando o Rio Grande. Referindo-se a essa providência de Silva Pais, Gomes Freire a classifica «bela e inteligente ordem». Mais tarde, já em 1738, determina Silva Pais que o P. Diogo Soares siga para o Rio Grande, a fim de levantar as suas cabeceiras e fazer carta com individuação do território do Presídio. Auxiliaram grandemente nesse trabalho topográfico, de que existem mapas, que são os primeiros dessa parte, João de Távora e Francisco da Barbuda, dois desbravadores do território rio-grandense.

A Carta Régia que determina ao Brigadeiro Silva Pais passe ao Rio Grande, a fim de fundar o Presídio, tem a data de 24 de Março de 1736 e foi conhecida em Junta do Governo do Rio de Janeiro, de 9 de Junho desse mesmo ano. Essa determinação fora consequência das próprias sugestões do Brigadeiro, que bem compreendia a necessidade de se fortificar e povoar o porto do Rio de São Pedro, como se declara na Carta Régia.

Previdente, antevendo que a agressão castelhana levada à Colónia do Sacramento poderia ter repercussão fatal no território rio-grandense, conjugando seus esforços com Gomes Freire, que estava em Minas e com o conde Sarzedas, que dirigia a capitania de São Paulo, o Governador do Rio de Janeiro antecipara outras providências que se impunham para a defesa do ambicionado território.

A arma de guerra principal, com que os inimigos, aliados aos Tapes das Missões, poderiam contar, era, inegàvelmente, a quantidade enorme de cavalhadas e boiadas que povoavam a parte sul das campanhas rio-grandenses. Convinha privá-los do aproveitamento dessa vantagem. E Silva Pais procurou logo agir nesse sentido. «A passagem do gado do Pampa para a nossa terra»,

---

14) Idem. Vol. VI, 5.

diz ao conde das Gálveas, Vice-Rei do Brasil, em carta de 20 de Dezembro de 1735, «é a maior guerra que lhe poderemos fazer, para o que ha aqui particulares que disso se encarregão». E em data de 5 de Janeiro do ano seguinte, ao conde de Sarzedas: «O mais efficaz, sendo certo o rompimento, e a hostilidade que se pode fazer no Pampa pelo Rio Grande, buscando alguns paulistas aquele sertão e os Alagonistas a hostilizarem aquella campanha, roubando e regeteando os gados e cavalhadas, e aqui me seguram entraram já algumas tropas dos taes Alagonistas a arrebanharem gados e cavallos». 15) Confiava muito na acção dos lagunistas: «Sei que os Lagunezes são proprios para estas hostilidades. V. Exa. os anime, para que entrem», diz ao Conde de Sarzedas, em 23 de Janeiro, «e eu daqui mandarei alguma parte para que os ajudem».

E assim, penetrando em todas as direcções e indo até às portas de Montevidéu arrebanhar gado e conduzi-lo para a parte do Norte do Rio Grande, os lagunistas varejaram o Pampa todo perdendo, de uma feita, cinco homens que os castelhanos mataram. 16) Os gados que não podiam ser conduzidos eram regeteados, morrendo desta forma, pelos campos, milhares de reses.

Essas hostilidades obrigaram violenta reacção por parte dos castelhanos. E o Comandante Esteban del Castillo, com uma partida de dragões espanhóis, saindo de Montevidéu, teve ordem de talar os campos rio-grandenses, destroçando as partidas inimigas que aí encontrasse.

E' o primeiro choque entre portugueses e castelhanos que se registra no Pampa. Apenas referido por um ou outro historiador, tendo dado margem a controvérsias internacionais desfiguradas à feição dos interesses de ambas as nações, esse episódio não foi ainda relatado nas suas devidas proporções.

Em carta de 29 de Outubro de 1735, o Brigadeiro Silva Pais, do Rio de Janeiro, informa ao Governador de São Paulo, «que se me offerece hum Domingos Fernandes de Oliveira não só trazer os avisos por terra senão também convocar alagonistas para com alguns desertores que se poderem juntar, passarem ao Pampa e

---

15) Arquivo Nacional. *Corresp. Gov.* Vol. VI.
16) Idem. *Carta ao Conde das Gálveas,* 6-1-736.

rebanharem todos os gados a nossa parte, regetear o outro e não deixar de que se possam valer os sitiadores (da Colónia) e ainda poderem subsistir os de Montevideo; bom seria termos agora a entrada do Rio Grande occupada e ainda fortificado aquelle rincão que daqui forão a descobrir e lá se conservão algumas pessoas, e sem embargo da que eu escrevi a V. Exa. lhe dizia deviamos esperar ordens da Corte, agora me pareceu que visto romperem os castelhanos, vejamos com a maior força que pudermos se lhes podemos fazer por esta parte huma forte diversão, etc.».

Congregando os elementos que pôde conseguir, principalmente no Rio Grande, onde algumas dezenas de lagunistas e desertores já se encontravam, em fins desse ano, Domingos Fernandes de Oliveira, organizou uma pequena força com que percorreu grande parte da campanha. Quando voltava de uma das incursões que levara ao Sul do Rio Grande, nas imediações de São Miguel, encontrou a força do Comandante Esteban del Castillo. Depois de rápida escaramuça, vencido pelo número do inimigo, foi por este destroçado e aprisionado com mais 24 companheiros, segundo comunicação de D. Miguel de Salcedo a António Pedro, Governador da Colónia, datada de 3 de Janeiro de 1736. [17])

Essa pequena escaramuça é referida pelo marquês de Grimaldi em sua **Memória**, por Machado de Oliveira e pelo barão de Rio Branco, que veiculam notícias não autorizadas por documento algum dos que nos foi dado consultar em pesquisas muito demoradas sobre o assunto.

Diz o marquês de Grimaldi que «o Governador da Colónia D. António Pedro Vasconcelos, já fosse por aliviar de gente inútil a praça, já por conservar a Portugal, em caso de perder, algum estabelecimento em algumas partes, enviar em segredo ao Rio Grande de S. Pedro, em navios menores, uma porção de famílias que, unidas com os Paulistas que haviam voltado a ele, e assistidas de víveres e socorros que lhes ministravam os habitantes da Ilha de Santa Catarina e do Brasil, principiaram ali uma povoação ilegítima onde o Mestre de Campo Português Domingos Fernandes, por obrigação que fez com o Governador da Colónia, congregou 500 homens armados, que estes foram derrotados no decur-

17) Biblioteca Nacional. Mss. I, 6, 2, 6.

so daquela guerra por D. Estêvão del Castillo, que retrocedeu para contê-los, havendo ficado preso em consequência disso o caudilho português Domingos Fernandes e frustrada por sua demora a idéia de levar a um logro efetivo o estabelecimento do Rio Grande». [18]) E, ainda que, no ano de 1733, «estabelecendo-se indevidamente os paulistas ou mamelucos para a banda setentrional do Jacuí», se foram aproximando pela parte que deixa aquele nome para tomar o de Rio Grande, e por fim passaram a sua margem meridional donde foram afugentados pela partida de D. Estêvão del Castillo.

Machado de Oliveira, contrariando Grimaldi, dá outra versão datando de 1733 a entrada de famílias povoadoras, trazidas por D. Estêvão del Castillo, a que se fossem reunir alguns paulistas e portugueses, fundando «a hoje Vila de Cachoeira e doze léguas mais abaixo, a de Rio Pardo, que em 1737 já ostentava progresso em seu fundamento». [19])E o douto Rio Branco, com sua autoridade de pesquisador: «Cumpre notar que em 1735, uma colónia militar, fundada no Rio Grande em fins do ano precedente, pelo Mestre-de-Campo Domingos Fernandes, enviado da Colónia do Sacramento, fora destruída pelo comandante espanhol Estêvão del Castillo». [20])

Como vimos das cartas de Silva Pais, nada disso se deu. Domingos Fernandes de Oliveira, reunindo um pequeno corpo de lagunistas, colonistas e aventureiros, que percorriam as campanhas do Rio Grande, procurava passar para a banda do Norte do canal os gados que ia arrebanhar até às alturas de Montevidéu e Maldonado. Perseguido pelo comandante espanhol, D. Estêvão del Castillo, foi por este derrotado, nas proximidades de São Miguel.

Quando do assédio da Colónia, por D. Miguel Salcedo, em 1735, realmente, algumas famílias se retiraram daquela praça, mas foram para o Rio de Janeiro, sendo mais tarde recambiadas para a Colónia ou mandadas, depois da fundação do Presídio, como veremos, para o Rio Grande.

Domingos Fernandes de Oliveira foi o primeiro posseiro da

18) Revista Histórica de Montevidéu. Tom. V. n. 15, 18.
19) J. Machado de Oliveira. *Quadro histórico da Província de São Paulo*.
20) Barão do Rio Brando. *Efemérides Bras.* — 1918 — 116.

Estância Grande, que abrangia vasta parte do hodierno município de Viamão, onde tinha inúmeras cabeças de gado. Mais tarde fez doação desses campos a António José Pinto, também colonista casado com uma filha de António de Souza Fernando, povoador de Sapucaia. Oliveira era solteiro, nasceu em 1701, e residia ainda em 1749 na Colónia do Sacramento, onde era Sargento-Mor. Tinha também terras em Palmares, entre o rincão de Frei Sebastião e aquele arroio, lindando com Francisco Pinto Bandeira e João Diniz Álvares. E' a fazenda da Cidreira que vendeu depois a Manuel Franco e este a Manuel Jorge. Em 1763, quando da devassa da entrega do Rio Grande aos castelhanos, foi uma das testemunhas da mesma, dizendo que houvera tido grande prejuízo com a tomada daquela praça, onde tinha propriedades. Por falecimento do Sargento-Mor do Rio Grande, José Silveira de Bitencourt, em 1769, Domingos Fernandes de Oliveira, que era capitão de ordenanças foi indicado para aquele posto.

Surge, então, no cenário do Pampa, dominando-o com sua bravura e possibilitando a fundação do Presídio, a figura máscula de Cristóvão Pereira de Abreu. Maior do que todos, projectando-se na história com traços inconfundíveis; cantando a terra com suas expressões de enamorado dela; abrindo-a a todas as energias que nela pudesse brotar; cortando-a, palmo a palmo, pelas veredas íngremes da serra, ou voando pelas campanhas extensas; soldado e tropeiro, Cristóvão Pereira é o símbolo perfeito de todos os povoadores do Rio Grande. Deu-lhe larga parte da vida e, no fim dela foi ainda a essa terra, a que entregou as cinzas preciosas. Começa a lhe ser feita a justiça tardia da história, e sua vida já foi brilhantemente lembrada por um dos nossos historiadores, [21]) a quem pedimos vênia para acrescentar os dados inéditos que, sobre o herói, carinhosamente, por largo tempo, andámos colhendo.

Eram os Pereira de Abreu da mais velha linhagem portuguesa com brazões e cota darmas nos nobiliários antigos. Os Pereira, da Ponte de Lima, descendem de D. Maria Pereira, filha natural do condestável D. Nuno Álvares Pereira, da qual procede, entre outros cavaleiros que se ilustraram por feitos valorosos, a casa dos Bertiandos. O nome Cristóvão é comum nesse ramo

21) General João Borges Fortes. *Cristóvão Pereira.* Rio — 1931.

dos Pereira, vindo das mais velhas gerações. No **Nobiliário** de Afonso Torres encontram-se vários, dos quais um, D. Cristóvão Pereira, casado com uma Abreu. [22])

Outro, do mesmo nome, foi moço fidalgo da Casa Del-Rei D. João III, sendo filho de Francisco Pereira, um dos mais destacados cavaleiros de Ponte de Lima. [23]) Vinha dos mesmos troncos Cristóvão de Ornelas de Abreu, que teve, em 1681, patente de Tenente-de-Mestre-de-Campo-General para servir na Colónia do Sacramento, de que foi, em 1685, Governador, em substituição de Duarte Teixeira Chaves.

Cristóvão Pereira de Abreu, o desbravador do Rio Grande do Sul, nasceu em 1680, mais ou menos, em Ponte de Lima, donde eram também oriundos seus pais, que ali tinham velhas propriedades. Cursando os melhores colégios dessa cidade, adquiriu óptima instrução, como se verifica de suas cartas e informações que revelam muita observação e conhecimentos acima do nível comum da época. Conhecia também noções de topografia, pois, nos informa que levantou vários traçados de rios e outros mapas do Continente do Rio Grande.

Deve ter vindo bem moço para o Brasil, pois, as primeiras referências que dele se têm datam do ano de 1704, já como tratador de impostos e citado numa consulta do Conselho Ultramarino, vista em 16 de Dezembro desse ano, «sobre queixas que os oficiais da Câmara do Rio de Janeiro tinham exposto em várias representações contra diversos actos praticados pelo Governador D. Álvaro de Siqueira de Albuquerque». [24])

A Provisão Régia de 9-11-1701, concedeu a Sebastião da Veiga Cabral, governador da Colónia do Sacramento, «poderem os couros e mais mercadorias procedentes desta, ser carregados para os portos do Brasil e Reino». [25])

Essa concessão que abria amplas possibilidades ao desenvolvimento comercial da praça, intensificou, nas campanhas, a «caçada de gados» e o aumento de compras de courama feitas aos

22) *Nobiliário de Afonso Torres* — B. N. — I, 22, 1.
23) D. António Caetano de Souza. *História Gen. de Portugal*. Casa de João III.
24) B. N. *Anais*. XXXIX. Verb. 2818 a 32, 3060 e 61, 3250-52, 3316.
25) Arquivo Nacional. *Public.* XI — 211.

castelhanos e índios. Pagavam esses couros os quintos reais, de acordo com a ordem de 24-IX-1699, sendo permitido que os Governadores e outros que exploravam o negócio, «que naquele tempo era um dos maiores daquela conquista», tirassem dele, «grandes conveniências e interesses», «por V. M. lhes permitir a caçada de couros naquela campanha, pagando eles os quintos e dízima e donativos, etc.» Com a permissão dada a Veiga Cabral de serem exportados os couros, tornou-se este óptimo negócio, resolvendo a Fazenda Real «pôr por contrato a «caçada de couros» nas campanhas da Colónia. Esta «caçada» foi arrematada «por 70.000 cruzados cada ano para sua Real Fazenda». Teve lugar em 1702, sendo seu contratador Cristóvão Pereira de Abreu, que assim ficava com o monopólio de toda a courama «caçada» nas vastas campanhas do Prata. [26])

Veio isto ferir altos interesses do Governador da Colónia, que tinha como procurador no Rio de Janeiro, Manuel Mendes Pereira. Este, defendendo a causa de seu constituinte, moveu pleito contra Cristóvão Pereira de Abreu, e excedendo-se «por atrevimento», foi mandado prender pelo Governador do Rio de Janeiro. Intervindo no assunto, o Juiz de Fora, suspeito por simpatia ao Procurador, mandou prender, em represália a Cristóvão Pereira. Mas logo ambos foram soltos, e o contratador dos couros requereu a penhora de bens de Manuel Mendes, a fim de salvaguardar seus direitos, prejudicados com a atitude do Procurador. E' o que nos informa a correspondência do Governador do Rio de Janeiro, em cartas de 5 e 6 de Junho de 1704. [27])

A C. R. de 6 de Fevereiro de 1705 ordena «que se guardassem ao contratador dos couros Cristóvão Pereira de Abreu as condições de seu contrato, com declaração de que os tributos só eram devidos nas Alfândegas depois que fossem despachadas as fazendas e as partes as quisessem retirar». Diminuindo, com a evacuação da Colónia em 1705, a extração de couros, foi permitido, por C. R. de 28-II-1706, ao contratador dos couros da Nova Colónia, pelo que tocava aos que iam das capitanias de baixo e

---

26) B. N. *Anais*. XXXIX. *Cons. Ultram.* Verb. 2554, pág. 272.
27) Arquivo Nacional, *Public.* XI, 175.

das vizinhanças do Rio de Janeiro a espera de dois meses para entrega de quartéis. [28])

No ano seguinte, na queixa que o bacharel João Mendes de Almeida oferece contra o Juiz de Fora do Rio de Janeiro, Francisco Leitão de Carvalho, provàvelmente o mesmo com quem tivera atrito, aparece também citação a Cristóvão Pereira.

Decrescera, entretanto, a «caçada de couros», pelo fechamento de seu grande empório que era a Colónia do Sacramento, abandonada pelos portugueses em 1705 e reocupada em 1716. Posto em contrato o dízimo dos tabacos, arrematou-o, em 1710, o antigo contratador dos couros, como se evidencia da C. R. de 29-X-1710, e de referências a seu nome entre os contratadores de diversos impostos em uma relação de «letras e importâncias remetidas para Lisboa». A C. R. de 14 de Novembro de 1715, nos dá notícia das contas que prestara e a de 10-III-1716 fala «sobre a petição de Cristóvão Pereira de Abreu, residente no Rio de Janeiro, contratador de tabaco, relativa à execução de seu contrato». [29])

Vamos encontrá-lo, agora, figurando num dos momentos mais excepcionais da vida do Rio de Janeiro. Em 1711 o almirante francês Duguay-Trouin investe contra a cidade, dela se apossa e a saqueia, impondo para seu resgate forte soma em dinheiro. E entre os homens de mais responsabilidade e mais alta representação, que se reunem para tomar conhecimento da imposição do chefe francês, e resolver a situação criada, está o futuro desbravador do Rio Grande.

Consta da acta lavrada a 30 de Setembro desse ano, na reunião efectuada no sítio do Engenho Novo dos Padres da Companhia, «aonde se acha acampado o Governador desta Capitania Francisco de Castro Morais» que convocou «as pessoas da nobresa e comércio», que se achavam presentes, que «o general da Armada do Rey de França que tinha entrado na cidade, lhe havia feito presente a queimaria, e ao Paiz, se acaso os moradores della a não quizessem resgatar, contribuindo com o presso em que os Deputados de hua e outra parte concordassem», e os signatários da acta indicaram o «doutor Juiz de Fora Luiz Forte Bustamante

28) Arquivo Nacional. *Public.* I, 194, 200.
29) B. N. *Anais*. XXXIX. Verb. 3474.

e o Mestre de Campo João de Payva Sotto Mayor aos quaes concedião os poderes em direito necessarios para affeituar este resgate, assim da cidade como das fazendas e o mais que lhes tocasse». Assinam a acta o Governador Francisco de Castro Morais, o Juiz de Fora, Dr. Luís Forte Bustamante, Manuel Barbosa da Silva e Cristóvão Pereira de Abreu.

Novamente, em 2 de Outubro, afim de tomar conhecimento das negociações do resgate da cidade, entre as pessoas convocadas para votarem sobre as condições impostas pelo almirante francês, e que «uniformemente accentarão que pela cidade conventos Fortificações edificios monições sem reserva alguma se podia dar athé dois milhões, está Christóvão Pereira, que é um dos signatários della».

Em 10 de Outubro oferece o Governador «seiscentos mil cruzados em doze ou quinze dias», pagos com 100 caixas de açucar, 200 bois e 10.000 cruzados em dinheiro, o que é aceito por Duguay-Trouin. [30]

Não se conformando o governo português com a falta de resistência dos responsáveis pela defesa da cidade, quando da ocupação francesa, promove, em 1713, a responsabilidade dos mesmos e o sequestro dos bens do Governador Francisco de Castro Morais, e dos Mestres-de-Campo João de Paiva Souto Maior e Francisco Xavier de Castro. A devassa procedida faz várias referências ao futuro tropeiro dos campos rio-grandenses, pela sua actuação nestes acontecimentos. [31]

Recebera já, por valiosos serviços prestados e pelos seus foros de antiga nobreza, o hábito de cavaleiro professo da ordem de Cristo.

Documentos datados de 1719 ainda se referem a Cristóvão Pereira, como residindo no Rio de Janeiro.

Casara-se nessa capital, com D. Clara de Amorim, pertencente a uma das mais distintas famílias da cidade, da qual, ele, ao falecer, era viúvo, não tendo deixado filhos. Era parente muito próximo dos Távoras, pois tratava por sobrinho a Francisco Manuel de Souza e Távora, filho do fidalgo João de Távora, também

30) Arquivo Nacional. *Public*. Vol. VII — 14 a 18.
31) B. N. *Anais* — XXXIX — Verb. 3316.

seu companheiro no desbravamento do Rio Grande, e cujos serviços assinalados o distinguem entre os homens daquele tempo.

E' bem possível que a morte de sua mulher determinasse os novos rumos que daria às suas actividades no vasto campo que a Colónia do Sacramento, pela «caçada de couros», agora lhe abriria.

Em 1722, Cristóvão Pereira já está na Colónia do Sacramento. Com os casais trazidos pelo Sargento-Mor António Rodrigues Carneiro, em 1718, tomara esse estabelecimeneto um grande impulso. Tornara-se também um vasto empório de exportação de couros, suprindo largamente Lisboa e outros mercados consumidores. Em 1732, António Pedro, que governava a praça, em carta ao Conselho Ultramarino, diz «ser admirável o consumo de fazendas que de Lisboa, Pernambuco, Bahia e Rio, ali se tem dado. Em 19 navios entrados de diversos portos, foram exportados, no ano anterior 17.729 couros, «não obstante a dificuldade no transporte dos couros pela infinita distância em que se acha o gado». 32) No ano seguinte, só o bergantim «Sto. António e Almas» tinha carregado para Lisboa 5.484. E subiria essa exportação até à fantástica cifra de perto de quinhentos mil couros exportados dois anos depois pela Colónia. 33)

Uma das armas usadas pelos espanhóis contra os portugueses, que se haviam estabelecido à margem do Prata, era dificultar-lhes a subsistência. Não obstante haver também gado nas imediações da Colónia, quando de sua fundação, procuraram os castelhanos, com o auxílio dos índios afugentá-lo dali, quer tocando grandes boiadas para paragens distantes, quer prendendo fogo aos campos para que os animais deles fugissem. Era, assim, necessário penetrar pelo Pampa, dezenas de léguas, afim de fazer as vacarias para extração de couros, que eram transportados em carretas até o porto da Colónia. Às vezes, porém, castelhanos ou índios, com fortes partidas, aguardavam os portugueses, tirando-lhes os efeitos, ou destroçando-os em guerrilhas sangrentas. Eram precisos valor, coragem, desprendimento pela vida, para o exercício desse difícil comércio que tentava os génios aventureiros.

---

32) Inst. Hist. Bras. *Atas. Cons. Ultram.* Cod. Mss. Vol. 26º, 193.
33) Rego Monteiro. *Colónia do Sacramento.* Documento citado.

A primeira vez que Cristóvão Pereira nos aparece na Colónia do Sacramento, como extraidor e exportador de couros, em 1722, é num gesto heróico, demonstrativo de seu alto valor. Não queremos tirar o sabor gongórico da prosa de Simão Pereira de Sá, que, em seu livro, nos relata o acontecimento.

«256 — A prudência com que se toleravão alguns insultos foi animando o atrevimento até q cega e descomedida a ambição chegou a empreender nas vizinhanças da Praça, o delirio de nos tomarem sete carros, e quatorze escravos, q se recolhião com frutos da Campanha. Conseguirão a preza sem resistencia por um Alferes e dez Soldados, q rondavão todo aquelle districto, mas poderão de entre as maons escapar alguns negros, q chegando como fugitivos a carreira de cavallo, noticiarão a perda com todas as circumstancias sucedidas. Pertencião aquelles bens a Cristovão Pereira de Abreu o qual instigado da violencia congregou oito amigos de rezolução, e montados em suberbos brutos sahirão ao Campo (sem venia do Governador) a restaurar o furto q acharão intacto na posse dos agressores.

257 — Estavão os Castelhanos tão pouco avantejados na marcha q parecião desprezar o perigo caminhando sem receio, ou marchando sem sobresalto: mas aquella mesma ufania do valor os destinava ao precipício detendo-os com vagarosos passos para q custasse menos diligencia a pertendida restauração dos Portuguezes: os quaes com distimido impulso os investirão e carregarão de sorte que largarão a preza antes q perdessem as vidas. Com o temor da morte não duvidarão restituir os bens q havião repartido sem inventario dando-lhes os preços segundo o gosto estimando-os mais pela quantidade, q pelo valor; porem, julgando por boa partilha a mesma ambição, e sem esperança de minima controversia veio a espada do legitimo senhorio a embarassar a força, recuperar os bens.

258 — Mas como o delito não tinha vozes para o perdão senão motivos para o suplicio, forão com as espadas dando antes de receberem. Fugio o Alferes e os Soldados fizerão o mesmo por onde os levou o medo. Depois de restituidos os libertadores da preza, e passados tres dias, escreve o Alferes a Cristovão Pereira

pedindo-lhe humildemente os armamentos de que os havia despojado, e com elles juntamente a capa, e espada q havia largado no conflicto, e como témia o castigo pela fraqueza, rogava pelo q não pudera defender a cobardia.

259 — Foi atendida a suplica por não ficar dezairosa a generosidade Portugueza, tirando a honra e a capa, a quem se valia dos mesmos q havião ofendido. Excedeo o favor a petição dando se gratuitamente a liberdade a dous prizioneiros; porq nos soldados Portuguezes em cessando a peleja, cessa a ira, e não transcende o agravo, a crueldade, porquanto vestindo as armas contra os inimigos, tambem se ornão de benevolencia para os rendidos». 34)

Mais trinta e três anos que deverá viver, irá passá-los o sertanista heróico cruzando os Pampas extensos, na extracção do gado, no fogão das vacarias, ou tangendo cavalhadas, muladas, boiadas, por estradas que abriu e aperfeiçoou, levando-os a Sorocaba ou às Minas; ou, à frente de esquadrões ligeiros, escaramuçando no Rio Grande, de que é o desbravador e o fundador.

Com grande número de escravos, carros de bois e índios de que se fez amigo, Cristóvão Pereira se internava pelas campanhas da Colónia. donde trazia quantidades apreciáveis de couro, cebo e mais efeitos, para exportar por todas as embarcações que aportavam àquela praça. Travara relações de amizade com os índios minuanos, que dominavam a bacia da Lagoa Mirim e deles recebia cópia considerável de gado para abater. Mais tarde, ainda, eram esses silvícolas os fornecedores de cavalhadas que transportava para as feiras do Norte. E foi ainda quem, já na ermida de Jesus-Maria-José, do Presídio do Rio Grande, levou à pia dezenas de minuanos, que ali receberam o baptismo em 1738.

Fazendo largos negócios, era natural que seus interesses colidissem com os do fisco insaciável e arbitrário do tempo. Começam essas colisões em 1723. A Fazenda Real lhe confisca, como a outros, uma partida de couros, que tinha pronta para exportar. E dirigindo um memorial ao governo, solicita Cristóvão Pereira

---

34) Simão Pereira de Sá. *Hist. Topog. e Bélica da Nova Colónia do Sacramento*. Rio — 1900, 104-105.

permissão para tentar uma acção contra a Fazenda, o que lhe é concedido.

Proibia a legislação vigente o comércio com os estrangeiros, havendo para seus transgressores penas severas. Em 1728 aportaram à Colónia do Sacramento alguns navios ingleses, que procuraram comprar fortes partidas de couros. Cristóvão Pereira e um Frade do Carmo [35]) que também vivia pela campanha extraindo couros para exportação, venderam aos ingleses grande quantidade de couros. Chegando o facto ao conhecimento do Governador, mandou este tirar larga devassa da transação.

Resultando apurado o delito, determinou o Governador fossem presos Cristóvão Pereira e o Religioso do Carmo. O primeiro, invocando a sua qualidade de cavaleiro do hábito de Cristo, que lhe dava imunidades, obteve fosse relaxada a respectiva ordem; mas o segundo, que só tinha o «hábito do Carmo», pagou, na cadeia da praça, a contravenção cometida. Dá notícia do facto ao Governador Vahia Monteiro, do Rio de Janeiro, o da Colónia. E aquele aconselhava a António Pedro que não os prenda mas que os expulse dali, como contraventores da lei. Mas, como já havia castigado o religioso, era de estranhar, interroga, fazendo espírito: «Se um professo do hábito do Carmo pode ser castigado, por que não o pode um do hábito de Cristo?». [36])

Parece, porém, que não foi levada a efeito essa expulsão. Em Maio de 1731 ainda reside na Colónia, dedicando-se ao comércio de couros. Nessa data, o Governador mandou prender um negro, escravo de Cristóvão Pereira, fazendo depois uma oferta pela liberdade do mesmo, que o sertanista recusa. Levado o assunto ao conhecimento de Vahia Monteiro, este aprova a atitude de Cristóvão Pereira, contrariando a do Governador. No ano seguinte, em Novembro, já a serviço do Governador da Colónia, veio a Montevidéu entregar ao Governador daquela praça, Tenente-Coronel

35) O "Fraile muerto", que ficou na toponímia uruguaia, é um desses tantos religiosos que se empregavam na extracção de couros e exportação dos mesmos. No doc. Mss. da B. N. "Hostilidades dos Guenoas contra os Tapes" (I-29-3, 69), datado de 1705, existe depoimento de uma índia guenoa que diz: "Mataron los índios un frayle português que hacía cueros en la campaña". E eis aí a origem de "Frayle muerto".

36) Arq. Nac. *Corresp. dos Governadores*, cit.

D. Francisco Martin Lobato, uma cavalhada que lhe mandara António Pedro. O Governador de Montevidéu pede a Cristóvão Pereira lhe faça um presente, ao que anuiu o sertanista. Sabedor do facto, o Secretário de Estado António Guedes Pereira determina ao Brigadeiro Silva Pais, já no governo do Rio de Janeiro, que indenize Cristóvão Pereira da importância do regalo. 37)

Negócio muito melhor, porém, se lhe antolhava a condução de gado em pé, que seria colhido no Pampa e levado para os grandes mercados consumidores da capitania de São Paulo, e as bestas muares de que as Minas eram ávidas para o transporte do ouro. Mas, só se poderia realizar esse comércio vantajosíssimo mediante a melhoria dos piques quase intransitáveis que, cortando a serra, se dirigiam para os Campos Gerais, ligando as campanhas do sul às serranias do norte. E é nesse empenho, de que surgiu maior conhecimento do Rio Grande, a que veremos dedicar, desde 1727, toda a sua energia formidável o sertanista emérito, cujo nome deve merecer do Rio Grande uma gloriosa auréola de admiração.

Em 1720, com data de 23 de Maio, o paulista Bartolomeu Pais de Abreu oferece seus serviços a El-Rei para abrir uma estrada que ligasse a capitania de São Paulo ao Rio Grande. Em compensação pedia terras, a patente de Capitão-Mor do distrito do Rio Grande e Guarda-Moria das Minas que se descobrissem, tendo direito à isenção de impostos, por nove anos, para os animais que ele e seus sócios exportassem. Não obstante a carta do Cons. Ultram. de 18 de Abril de 1722, esperar se levasse a efeito a diligência, não foi ela posta em prática.

Só em 1727 iniciaria a realização do projecto Francisco de Souza de Faria, amigo e companheiro de Cristóvão Pereira e, como este, exportador de couros, tropeiro de gado e, mais tarde seu lugar-tenente na fundação do Rio Grande.

Estudando a abertura do caminho, diz Borges Fortes: «Em 20 de Setembro de 1727 o Governador Caldeira outorgava a Faria uma Carta Patente em que, atendendo aos relevantes serviços que a S. M. ia fazer, na abertura do caminho do Rio Grande de São

37) Arq. Nac. Ordens Régias. V. 228.

Pedro para os Campos Gerais da Vila de Curitiba, e as grandes utilidades que interessavam a Real Fazenda, pelos quintos dos gados e cavalgaduras que pelo dito caminho se iriam transportar para toda a capitania de São Paulo, e atendendo também aos outros muitos serviços prestados em sua carreira militar, outorgava-lhe, repito, o posto de Sargento-Mor da vizinhança do Rio Grande e seus sertões». 38)

Extenso regulamento acompanhava essa patente, e ao qual se deveria cingir Souza e Faria, para a abertura da estrada. Organizada a expedição, chegou à Laguna em fins de 1727, levando consigo 96 pessoas, para iniciar o trabalho que lhe havia sido cometido. Recebeu-o mal o Capitão-Mor Francisco de Brito Peixoto. Em sua «prática» ao P. Diogo Soares, informa, a respeito, Cristóvão Pereira, então já Capitão de Milícias: «A esta diligência foram sempre oppostos varios moradores da Villa de Santos, Paranaguá e Curityba, e da mesma sorte os da Villa da Laguna e Santa Catharina, estes porque vivendo retirados, ou por crimes ou por outros iguaes motivos, como regulos sem obediencia nem temor algum de justiça, receiosos de que com a abertura do novo caminho, perderiam as suas liberdades o fizeram impossivel; e aqueles porque sendo senhores de algumas limitadas fazendas que ha nos Campos de Curityba, temiam o ficar sem muito menos valor, e por seguirem a sua opinião publicando com arestos falsos de Paulistas antigos serem aquelles sertões impraticaveis, querendo tambem persuadir-nos por genelas aldeiados».

Dois meses depois da chegada de Souza e Faria à Laguna, ali apareceu Cristóvão Pereira, cuja presença «veio resolver as dificuldades, pois que conseguiu ele restabelecer a harmonia entre os dois chefes, o local e o da expedição, e, de tal modo agiu que pôde Faria em 11 de Fevereiro de 1728 abrir o primeiro rasgão na mata, próximo à barra do rio Araranguá, no sítio denominado dos Conventos». 39) Dois anos depois, em 8 de Fevereiro de 1730, chegava Souza e Faria, com este caminho, à vila de Curitiba.

Cristóvão Pereira, informa ainda Borges Fortes, voltara à Colónia, onde, organizando uma tropa de oitocentas cavalgaduras,

38) General J. Borges Fortes. *Cristóvão Pereira,* cit. 7.
39) General J. Borges Fortes. *Cristóvão Pereira,* cit. 9.

entre cavalos e bestas, transpôs o canal do Rio Grande, intentando, pelo novo caminho, levá-la a São Paulo. Deixando a tropa no Norte do canal, onde outros tropeiros já se achavam receiosos de seguir avante, pelo temor dos índios missioneiros, em Setembro de 1731, acompanhado de três pessoas, foi percorrer o caminho que Souza e Faria abrira. Atingiu os campos de Cima da Serra e aí se demorou dois dias, não encontrando índios.

Em seu magnífico estudo diz ainda Borges Fortes: «Cristóvão Pereira tinha consigo cartas do Provincial das Missões para o Capitão-General de São Paulo e dirigiu-se logo depois desse reconhecimento a Santos e à sede da Capitania onde obteve auxílios liberais para regressar ao Sul e os recursos que lhe permitiram melhorar as condições do nosso caminho.

«Entrou ele com um piloto e sessenta e tantas pessoas, remontando o curso do mesmo Araranguá, seguindo o trajecto do Sargento-Mor e foi aperfeiçoando o caminho que este abrira.

«Saindo, alfim, no planalto, mandou que seguissem escalonadamente as tropas de animais que haviam sido retidas no Rio Grande. Entre a sua e as dos demais tropeiros alcançavam essas tropas o número aproximado de 3.000 cavalgaduras, conduzidas por mais de cento e trinta pessoas.

«Prosseguiu em sua tarefa com inteligência e actividade e, verificando os erros com que fora traçado o primeiro caminho, ora embrenhando-se pela Serra, ora atravessando terríveis pantanais, desviou no sítio chamado Boa Vista, onde Souza e Faria se detivera por seis meses, atirando-o para Oeste, percorrendo melhores terrenos e indo muito adiante encontrar o primeiro caminhamento.

«Nesse trabalho despendeu Cristóvão Pereira treze meses e construiu mais de 300 pontes, deixando preparada uma estrada que «gente escoteira percorria em menos de um mês e em que ele levara tanto tempo para deixá-la nas melhores condições.

«Não foram sòmente esses trabalhos materiais que Cristóvão teve de enfrentar. Outros se lhe depararam. Devia ele estar assoberbado de dívidas resultantes de seus negócios e dessa empresa, pois, absorvido por tão longo tempo pela tarefa a que metera peito, embrenhado no interior do país, era-lhe impossível

atender também aos seus compromissos pecuniários, dependentes da venda de suas alimárias.

«Valeu-o nessas aperturas o Conde de Sarzedas, já novo Governador de São Paulo. Em 1732, mandou este dar-lhe a precedência na passagem da nova estrada, para que a sua tropa fosse a primeira a percorrê-la e no ano seguinte expediu uma outra ordem para que Cristóvão não fosse molestado por seus credores enquanto não se recolhesse a São Paulo, para evitar, diz a ordem, prejuízos dele, de seus credores e da Fazenda Real, pela não cobrança das entradas pela cavalaria que conduzia. Foi de dez mil cruzados o rendimento que deu à Fazenda Real a tropa de Cristóvão Pereira». [40])

Continuou o desbravador a sua vida heróica de tropeiro. Em 1733, de São Paulo, aonde chega com sua tropa, encaminha-se para as Minas Gerais. Outras tropas teria levado àquele destino, pois, quando, em 1735, a Colónia do Sacramento sofreu o assédio das forças castelhanas, Cristóvão Pereira se encontrava nas Minas.

Começa aqui a nova etapa da sua vida heróica, consagrada, durante mais vinte anos, até o dia de sua morte, à fundação e defesa do Rio Grande de São Pedro. Inicia-a já com mais de cinquenta anos de idade, dos quais uma dezena se passara palmilhando, pelos recantos todos da terra, os seus maravilhosos rincões. Conhecendo-a profundamente, acostumara-se a amá-la por tudo que ela tinha de grandioso e de belo. Ao P. Diogo Soares, que lhe pede informações do Rio Grande, expõe o que tem «visto, e palpado em onze anos que tenho de experiência destas campanhas e o que sente a rudez do meu discurso, e me ficará grande glória e desvanecimento se limitado, e aperfeiçoado no util engenho de V. Rvª. tirar delle algum proveito. Compõe-se este Paiz dum clima muito ameno, saudavel e criador de riquissimas e ferteis terras em que produz em grande maneira, e com vantagem mui crescida todos os fructos da Europa, assim Trigos, como vinhos, linho e toda a casta de fructas, que pode causar inveja aos de qualquer parte do mundo, com perto de cento e cincoenta leguas de campanha até o Rio Grande toda cruzada de rios, revestidos de

40) General J. Borges Fortes. op. cit. 13.

soberbos e vistosos arvoredos, que servem de sombra às suas correntes, compostas de riquissimas e salutiferas águas, nascidas duma serra que começando do Maldonado vai cortando a campanha, correndo ao nordeste até à altura de Castilhos, a qual com riquissimos e amenos vales por meio dá generoso lugar a que se possa cruzar, e comunicar duma e outra parte. E tornando ao Rio Grande não digo é uma das mais vistosas cousas, que criou a natureza, por não parecer encarecido, ou cair na censura de ignorante; mas expondo a sua grandeza deixei o louvor à ponderação de V. Revª.». [41])

Fracassada, como vimos, a «diversão» pelo Rio Grande, aos castelhanos, com o desbarato e prisão do Sargento-Mor Domingos Fernandes de Oliveira, infligidos pelo Comandante de Dragões D. Esteban del Castillo, cuidou o valente António Pedro que, na Colónia, resistia heròicamente de sugerir a organização de um corpo que agisse eficientemente na campanha, e conseguisse suavizar as aperturas do cerco. Um só homem se lhe apresentava capaz de levar a bom termo a difícil empresa, «por lhe conhecer agilidade e préstimo com o muito conhecimento do país e gentio, o que não haverá em nenhum dos oficiais pagos desta guarnição». [42]) Este homem era Cristóvão Pereira. E assim se dirigiu António Pedro ao Conde de Sarzedas, Governador de São Paulo, sob cuja jurisdição ficavam aquelas campanhas. E assim o reconhecia Gomes Freire de Andrada que, em carta ao Conde das Gálveas, Vice-Rei do Brasil, datada de 24 de Julho de 1736, dizia do sertanista: «Cristóvão Pereira he homem de grande espirito e posto que paisano encontro em elle admiraveis disposições para lhe encarregar o governo da Fortaleza do Rio Grande, não só pela actividade que tem, mas pelo grande tracto e amizade que conserva com os gentios minuanes». [43])

41) *Notícia* — 2ª *Pratica* — "que dá ao P. M. Diogo Soares, o capitão Cristóvão Pereira". O documento não tem data, mas, deve ter sido entregue ao Padre Diogo Soares em 1738, quando esteve no Rio Grande, fazendo levantamentos e "carteando" o sertão. Verifica-se, assim, também, que a primeira entrada de C. Pereira na campanha foi em 1727, como fica historiado.

42) Arq. S. Paulo. *Doc. Interessantes para a história e costumes de S. Paulo.* Vol. XL.

43) Arq. Nac. *Correspondência dos Gov. do Rio.* Vol. VI.

Recebendo a sugestão de António Pedro e tendo como melhor serviço que poderia prestar à defesa da Colónia a organização de um corpo para operar nas campanhas do Rio Grande, o Governador de São Paulo, que em 17 de Janeiro de 1736, conferira ao sertanista uma patente de Capitão das Ordenanças de Paranaguá, comunica ao Brigadeiro Silva Pais, Governador do Rio, e este a Gomes Freire, em data de 27 de Fevereiro do mesmo ano que «esperava chegasse das Minas Cristóvão Pereira para lhe dar uma patente maior que os outros e o comando de alguns paisanos que se pudessem juntar no Rio Grande, que é o socorro que podia dar à Colónia e ordem para que nos postos de seu governo pudessem carregar farinha». 44)

Realmente, em seguida, com a patente de Coronel de Ordenanças e já à frente de alguns amigos e dedicados companheiros sai Cristóvão Pereira de Minas com direcção ao Rio Grande, como noticia Silva Pais em carta de 13 de Abril. Quando passou por São Paulo, além de receber cartas de Silva Pais autorizando-o a comprar cavalos e fazer as despesas que fossem necessárias, entregou-lhe o Conde de Sarzedas munições e fazendas na importância de 800$0, o que foi aprovado por C. R. de 19 de Agosto de 1738.

Em todos os lugares em que passava conseguia o Comandante aumentar a sua recruta. Trazia consigo o bando, datado de 20 de Maio, do Conde de Sarzedas, que oferecia vantagens a todos os que o acompanhassem, ou com suas famílias fossem povoar o Rio Grande. «Toda a pessoa q' quizer hir em defença da referida Praça farão seus livres os saques do q' em guerra tão justa tomarem aos Inimigos, tanto de caualgaduras, boyadas, como de ouro e prata, e o mais que tudo farão seu sem controversia algua de q' conseguirão grandes. util.[des]. e couiniencias, e alem disso serão premiados com todas as honras que merecer o avultado da ação q' cada hum obrar, etc.». «E outrossim toda a pessoa q' quizer com sua familia ou por si pouoar o R[o]. Gr[de]. de S. P[o] da mesma Camp[a]. desta pte. lhe darei as sesmarias q' pedir» etc. 45)

Acrescenta Galvão, o qual ainda teve a sorte de pesquisar o

---

44) Idem, ibidem.
45) Arq. S. Paulo. *Doc. Inter.* Vol. XXII — 105.

precioso arquivo da Laguna, hoje destruído, que naquela vila levantou o Coronel grande número de pessoas, e «tanto foi assim que em 5 de Novembro, viu-se obrigada (a Câmara) a pedir ao ouvidor Santos Lobato espaçamento para a factura da cadeia, obra para a qual marcara o praso de dous annos, allegando que todas as pessoas capazes de trabalhar tinham ido soccorrer a praça da Colónia, levadas por aquelle official, ficando na freguezia só alguns homens velhos e êstes mesmos obrigados a fazer peixe e farinha para abastecimento della». [46)]

Organizando um corpo de 160 aventureiros, seguiu Cristóvão Pereira para o Rio Grande, chegando ao porto segundo documento da época, [47)] em 27 de Setembro de 1736.

«Dividiam-se em quatro companhias, de que eram Capitães Francisco Pinto, João de Mendonça, José de Mello, e Nuno Álvares Pereira, Tenentes Francisco Manuel de Souza, Valério de Mendonça, Manuel Tavares e Francisco Tavares, e Alferes Anselmo Gonçalves, Manuel Pinto, Antônio Gonçalves, e Manuel Pinto Bandeira, os quaes reconheciam por seu superior o sobredito Christóvão Pereira e seguiam as vozes do Sargento-Mor Francisco de Souza (e Faria)». [48)]

---

46) M. N. F. Galvão. *Apont. sobre a Laguna.* cit. 45.

47) Arq. Hist. R. G. do Sul. Entre os poucos livros da fundação do Presídio há um interessantíssimo, *Datas de terras*, de que extraímos várias notas, como essa data e lugares em que acampou o Cel. Cristóvão Pereira com sua gente.

48) Simão Pereira de Sá. *Hist. Top. e Bel. da Nova Col. do Sacramento*, parte inédita. Em 1900 publicou o Liceu Literário Português um códice incompleto da Biblioteca Nacional do Rio, que termina exactamente na parte em que o autor se referia à fundação do Rio Grande. Um outro códice mss. completo existia em Londres, na livraria de Magg Broters, tendo sido adquirido pelo extinto e saudoso historiador Félix Pacheco. E são desse códice inédito ainda as referências acima sobre o corpo de Cristóvão Pereira e a acção que desenvolveu na defesa do Rio Grande. Quase todos os oficiais acima nomeados ficaram no Rio Grande, como seus povoadores. O Sargento-Mor Francisco de Souza e Faria, grande amigo do Coronel, como salientámos, além de povoar um rincão de terras com gados, foi o primeiro que fez casa na povoação; o Capitão Francisco Pinto Bandeira, logo depois nomeado Tenente de Dragões e casado com Clara Maria de Oliveira, filha de António de Souza Fernando que, com a família veio da Colónia do Sacramento, é o pai do primeiro General rio-grandense, Rafael Pinto Bandeira; o Capitão José de Melo Tavares, em Junho de 1737, povoou o rincão do Mercador, juntamente com seu irmão Tenente José Tavares de Melo; o Tenente, Francisco Manuel de Souza e Távora, filho de João de Távora, e sobrinho de Cristó-

Entrando no território rio-grandense, com sua pequena força, acampou no local designado Xarqueadas, [49]) junto ao Quintão, [50]) à espera de que do Rio lhe chegariam armas e novos recrutas que pedira, «para multiplicar as tropas veteranas e alevantar outras de novo para auxiliar a surpresa de Montevidéo, comprou alguns cavallos mais domésticos e promptificando mil e quinhentos, achou numero sufficiente para talar a campanha, resistir às forças contrárias e atacar o mesmo Presídio; porem nas maiores esperanças e quando se fazia mais precisa a gente, que havia

---

vão Pereira, casou-se com outra filha de António de Souza Fernando, sendo o desbravador do Rio Pardo e tronco de uma das mais ilustres famílias rio-grandenses; o Tenente Valério de Mendonça sentou depois praça no Regimento de Dragões, era natural de Lisboa, filho de Bartolomeu Henriques, e viera da Colónia do Sacramento onde era casado, e faleceu na vila do Rio Grande, como Cabo de Dragões, em 16 de Novembro de 1751; o Tenente Manuel Tavares, que ainda o era de Ordenanças, em 1738, requereu uns chãos na povoação do Rio Grande, nesse ano, tendo ali construído casas de moradia; provavelmente irmão do precedente como aquele da Colónia do Sacramento, o Tenente Francisco Tavares casou naquela praça, em 1700, e foi um dos retirantes quando da evacuação dela, em 1705; o Alferes Anselmo Gonçalves Ribeiro, natural da Laguna, era filho de Manuel Gonçalves Ribeiro, português, povoador da Laguna e de sua mulher Maria dos Passos Duarte, e cunhado do Capitão-Mor João Rodrigues Prates, e foi casado com Josefa Rodrigues de Jesus, que faleceu na Laguna em 1819, deixando larga descendência tanto naquela vila como no Rio Grande do Sul, onde tinha sesmarias e gados; o Alferes António Gonçalves Chaves, depois Capitão de Ordenanças e Guarda-Mor, foi um dos povoadores do Rio Grande, tendo requerido sesmarias de campo em que tinha suas fazendas de gado, na borda da Mirim, o Alferes Manuel Pinto Bandeira, irmão do Capitão Francisco Pinto Bandeira, e como este natural da Laguna e filhos de José Pinto Bandeira, fundador dessa vila, teve suas fazendas de criação no Rio Grande do Sul, deixando também larga descendência. De João de Mendonça e Nuno Álvares (*) não encontrámos referência alguma em nossas notas relativas aos fundadores do Rio Grande; Manuel Pinto deve ser o colonista Manuel Pinto Santiago, povoador da Colónia, que depois, no posto de Capitão, encontramos no Rio Grande como tronco de uma das grandes famílias colonizadoras do Viamão.

(*) (Geneal. *Arq. Nac. Public. XXXIX*) Nuno Álvares Pereira do Amorim que deve ser parente da mulher de Cristóvão Pereira, segundo o livro de Expedição, era, em Dezembro de 1737, Capitão de uma companhia no Presídio.

49) O próprio designativo do local — *Xarqueadas* — anterior à entrada de Silva Pais, vem desfazer a lenda veiculada pelos nossos historiadores, de que foi um cearense o fundador da primeira xarqueada, nos princípios do século XIX, quando em princípios de 1700 Laguna já exportava xarque fabricado no Rio Grande.

50) Deve seu nome a João da Costa Quintão, que foi Almoxarife da Colónia e teve aí uma estância de criação de gados.

pedido para augmento de seus esquadrões, veiu achar-se com os companheiros que sustentava, com a lembrança da hora, com incertesa do premio». [51])

Mas, os auxílios não chegaram e o Coronel teve de se valer de seu reduzido corpo para agir contra os tapes que, sob as ordens dos Padres da Companhia talavam os campos do Rio Grande, afugentando os gados e cortando as comunicações com a Colónia, sitiada pelas forças castelhanas. O próprio Cristóvão Pereira, em carta a Gomes Freire, historia esses acontecimentos. Documento inédito de alto valor que aqui reproduzimos:

«Oficio de Christovão Pereira a Gomes Freire de Andrada, 1737.

«Tenho dado conta a V. Ex. do estado da diligencia de que estou encarregado e sem embargo do pouco que fio dos capitães mores ou mestres de campo das Villas a quem forão encarregadas, como forão repetidas, entendo chegaria alguma as mãos de V. Ex. Na ultima dizia a V. Ex. que com a chegada dos proprios que mandei a Colonia me rezolvi a mandar dar nas Tropas dos Padres da Companhia, que andavão no campo para me refazer de cavallos e gado e carregar de carnes huma lanxa que aqui se achava e mandala ao Brigadeiro, dando-lhe conta do Estabelecimento e forças com que me achava por escripto e para que verbalmente o fizesse melhor mandei nella hum sobrinho meu e duas pessoas praticas na Campanha para que com maior brevidade me trouxessem por terra a resposta, que fiquei esperando em hum rincão da parte do Sul, com a melhor providencia que era possivel, no caso que o inimigo me buscasse e huma guarda de 12 homens avançada adonde chamão Chuy todos os dias sahem espias emthé Castilhos. Passados 15 dias da sahida da lanxa me rezolvi a hir 2 mais para diante assim por falta de pastos e agoadas como por me avizinhar mais, e passado hum mez, vendo não chegavão os proprios passei a guarda a despachar outros que me prometterão de entrar na Colonia dentro de 4 ou 5 dias.

51) Simão Pereira de Sá. *Hist. Top. e Bel. da Nova Colónia do Sacramento.* Parte inédita cit.

No gado que se tomou ao inimigo se acharão menos 400 cabeças, ou por engano na conta ou por perdido e como delle se fez a carga da lanxa e como a gente, me pareceo mandar 30 pessoas ao Campo colher mais algum emquanto voltavão os proprios em cuja diligencia gastarão 21 dias e se recolherão com 1260 vacas somente, assim por terem hum susto em que perderão 500, como por faltas de cavalgaduras, porque por não aniquilar a cavalhada levarão a maior parte egoas. No mesmo dia em que chegarão entrou tambem neste porto huma lanxa ou sumaca com carta de José da Silva Pais que logo se me remetteo, em que me diz que as cousas da Colonia e Monte vidio com a chegada das naus de Espanha tinhão tomado differente côr do que tinhamos premeditado em Santa Catharina, encarregando-me a carga da dita sumaca com toda a brevidade, e a de outra que partiria logo e cuidasse muito em refazer-me de gados e cavalhadas e conservar-me em parte segura athé o dito chegar ou ordem sua, para que com o dezengano de que os socorros do mar não conduzião o fim que dezejamos sem os da terra. Nestes termos pela pouca confiança que faço da gente que aqui se acha, tomei por melhor acordo retirar-me outra vez ao passo deste Rio e fortificar-me no porto da parte do Sul, com trincheira e 4 pessas cavalgadas por segurar o posto que hé o unico para passar animaes e por a cavalhada e gado da parte do Norte, deixando só ficar o que baste para a carga desta sumaca a que hoje se dá principio para se continuar com a brevidade que for possivel e tãobem alguns cavallos para a guarda que sempre conservo e para mandar colher mais gado, depois de despachada a sumaca.

Tãobem tomei a rezolução de despachar gente às estancias com ordem para reconduzir assim a que se me ocultou, como todos os cavallos mansos que se acharem e tomar por lista os potros que estiverem capazes de amansar e seos donos obrigados a dar conta delles quando se lhe pedirem.

Como a ociosidade hé baze de novidades tem havido algumas nesta gente principalmente quando virão a tardança dos avizos da Colonia, que assim por estarem serenados com a chegada da sumaca como por não ser enfadonho deixo em silencio o que só me não permitte a dezerção de alguns e o dezembaraço com que andão passeando na prezença do mestre de campo da Laguna e fal-

lando descomedidamente contra as ordens do Conde e contra mim sem mais culpa que ser executor dellas, de que tãobem conta ao dito e ao Governador de Santos para que na sua ausencia faça executar as suas ordens e castigar aos que o merecerem e vivem sem conhecimento de Deus, nem d'El Rey.

Tãobem fico na diligencia de mandar fundar a Barra, e o Canal do meio que ainda se não vio, e fazer hum mapa della e do Rio athé o passo donde me estou fortificando, que mandarei a V. Ex. brevemente.

Como aqui não há farinha, nem pão, nem outro genero de legume mais que a carne se estraie muita o que podia suprir a muita abundância de peixe que ha neste Rio se houvesse meios de o pescar pelo que mando a Laguna comprar huma rêde mas sempre se faz precizo alguma providencia de forma principalmente quando chegar a gente, porque o peixe não soffre tanto a falta della como a carne.

Se a V. Ex. lhe parecer pode mandar ordem a qualquer das Villas para que se conduza aqui alguma embarcação, o que se pode conseguir tomando pratico na Ilha de Santa Catharina.

A Martinho de Mendonça não escrevo o que farei depois e no entanto peço a V. Ex. se digne de fazer-lhe prezente o que tenho obrado com a copia desta.

Deus Guarde a pessoa de V. Ex., como todos os seos creados desejamos. Rio Grande de São Pedro. A esta hora chegão os ultimos proprios que mandei a Colonia, que não entrarão por serem sentidos das sentinellas e rondas e se virão obrigados a tirar os freios aos cavallos e largal-os com os lombilhos, para poderem escapar a pé por entre massegas donde estiverão hum dia e dizem virão chegar ao Arrayal hum corpo de cousa de 50 homens e pegar-se em armas e tocar caixa, como se fosse cabo mayor que vinhão da parte de Montevidéo. Ainda a pé sempre se refizerão de cavallos e trouxerão 50». [52])

---

52) Esta carta de Cristóvão Pereira a Gomes Freire, que é a única encontrada, foi exumada da B. N. pelo pesquisador emérito General Rego Monteiro, a quem devemos cópia. Tem ela sòmente indicação do ano, mas, pelos sucessos que narra e referências a Silva Pais, pode-se assegurar que é de fins de Janeiro de 1737. António Pedro em carta de 19-1-37 refere-se a esse sucesso: "Esta madrugada apanharão 7 bons

Refere-se Cristóvão Pereira às hostilidades que promovera contra os tapes. Um desses encontros é relatado por Simão Pereira de Sá:

«717 — Os Tapes mais escandalizados que temerosos entrarão por vingança a afugentar e debandar o gado vaccum, que cobria a fertilissima campanha, mas por êste insulto consultando Christovão Pereira com o valor o castigo, mandou justiçar a barbara nação por 16 alentados companheiros, os quaes achando preoccupados os indios no denunciado trabalho, começarão de perto a intimal-os com as armas, e com tanta fortuna que cabendo mais de cem Tapes a cada portuguez, largarão de mão a tarefa e desampararão o campo; imaginando que à sombra daquelles poucos soldados havia outros de escolta para os passaram, à espada, porem cahindo depois no engano a que precipitadamente os levava a temida phantasia, tornarão a procurar o lugar para nos fazer na resistencia, mais decorosa victoria: reputando o valor por injuria o retirar-se da multidão, aceitando o desafio e se prometterão huns aos outros morrer antes que fugir.

718 — Abalizarão meia legua de terra a seu costume barbaro para a escaramuça, e com todas as vantagens, brandindo as lanças, entrarão na peleja, que não foi refutada dos nossos, por não perderem fugindo, o que havião ganho pelejando. Depois de durar largas horas a batalha, perderão o terreno e, feridos das nossas espadas, conhecerão o perigo e se retirarão com tanto medo e confusão que nos deixarão com os mortos hum importante despojo de cavallos, gado e bestas muares, o que tudo foi conduzido com muitos prisioneiros ao alojamento do coronel, o qual honrou o valor com boas palavras e estimou a victoria por nos custar o excesso, e desigualdade, só sete feridos e nenhum morto.

719 — Não quiz o coronel seguir a lisongeira fortuna con estes tropheus, temendo que, como varia e inconstante, virasse o rosto a tantas felicidades, offuscando as adquiridas glorias entre as surprezas e poderosas armas do inimigo. Quando experi-

---

cavallos no Passo do Rosario, arreados por 2 homens que fugirão da partida que deo sobre elles, porém não se pôde averiguar se era gente nossa, que julgo traria noticia ou aviso de Christovão Pereira". B. N. *Anais* XLVI, 287.

mentava os sucessos mais prosperos acautelou-se para os desgraçados, porque sustentando-se a mesma fortuna na paz e guerra, sobre globos de vidros, ao mesmo passo que felicita, desapparece; negando-se sem fixar o pé em lugar algum, considerou-se por esta causa pouca gente para offender e sustentar a honra, e bastante para se conservar onde os barbaros receassem chegar com as forças. Com os alentados paisanos se intrincheirou no porto do Rio Grande de São Pedro, tres leguas distantes da barra, mantendo para maior respeito da debil fortificação quatro peças de artilharia de pequeno calibre.

720 — Para maior segurança das vidas avançou duas guardas nos suspeitos e estreitos passos, por onde os espanhóes e barbaros podião facilmente accomettel-o, e disputar o esquecido dominio da nossa indissoluvel geografia. Assentou numa distancia de duas leguas e outra de 60; aquella no logar do Arroio com hum Tenente e dez soldados e esta em São Miguel, com hum capitão e quarenta homens. Com esta singular e militar disposição logrou respeitosa immunidade sem jámais o inimigo atrever-se a disbaratàrem fôrças pequenas, espiritos tamanhos. Merecia com a fortaleza do braço o socego da paz, a tempo que mais brandos os accidentes da campanha, podia o soberbo castelhano virar as armas contra quem havia descoberto e adjudicado hum Imperio à Corôa Portugueza, franqueando juntamente a mais admirável porta para futuras felicidades e subsistencia da Nova Colonia do Sacramento». [53])

Estava Cristóvão Pereira sediado na parte Sul do canal do Rio Grande, como detalharemos oportunamente, quando o Brigadeiro José da Silva Pais entrou à barra, em 19 de Fevereiro de 1737, lançando, naquele local, os fundamentos do Presídio.

Facilitando o êxito da missão de Silva Pais, tornara-se o Coronel um benemérito soldado. Gomes Freire, em carta de 28 de Abril, a Silva Pais, reconhece esses serviços: «Foi grande felicidade encontrar V. S. sem opposição o estabelecimento da parte do sul, e sempre o trabalho e zelo de Christovão Pereira é muito apreciavel e a sua conservação de essa parte, maiormente quando

53) S. P. de Sá. *Hist. Topog. e Bel.*, parte inédita, cit.

os homens que o acompanharão estavão tão arrumados, ainda que se lhes pague pelo justo preço o que elle despendeu, e disso tirasse alguma conveniencia por ter trazido generos que vender aos paisanos, sempre he digno da Real attenção de S. Magestade». 54)

E a Cristóvão Pereira escrevia em 21 de Março de 1737 o futuro Conde de Bobadela: «Snr. Meu. Querendo dizer a V. M. mais do que agora posso me falta o tempo para a quantidade de materias que aqui ocorrem; assim muito breve direi a V. Mce. a grande satisfação que eu tenho do bom serviço que V. M. tem feito a S. M. o que eu puz na sua Real Presença e creio hade attender ao requerimento de V. M. recommendando a fidelidade e o zelo com que o serve». Inúmeras outras referências atestam o reconhecimento de Gomes Freire e Silva Pais aos serviços de Cristovão Pereira.

E eles não param aí com a fundação do Presídio. Mais quinze anos que lhe restam de vida serão consagrados ao Rio Grande do Sul. Estabelecido o Presídio, sempre à frente de seus veteranos, ou mesmo só, Cristóvão Pereira penetra nos Pampas, ora arrebanhando gados, ora tangendo tropas, ora entretendo guerrilhas com os tapes, ora vivendo a trocar com os minuanos, seus leais e devotados amigos, o «amargo» da amizade. Acompanhado pelo Cabo Manuel Saraiva e por Francisco de Barbuda Maldonado, que faleceu no Rio Grande, levanta um mapa de recôncavo do Rio. Com Silva Pais vai estabelecer a fortaleza de S. Miguel, além da Guarda do Chuí. Costeia a Lagoa Mirim, de que faz reconhecimentos e descobre magnífica cal de mariscos, nos sambaquis da costa. Multiplica-se em actividades. Escreve a Silva Pais, que já regressara ao Rio, dando exacta notícia dos espanhóis; que trouxera de uma excursão feita a Montevidéo. Remedeia o posto de Taím, tornando defensável o passo desse arroio.

Em 16 de Março de 1738 escreve-lhe Silva Pais: «Agora é preciso passar para a parte do Norte todos os gados do Pampa e V. M. pode passar todas quantas vaccas quizer para sua estancia, pagando os quintos de S. Mag. e aproveitarmo-nos dessa grande

---

54) *Corresp. dos Gov.* Arq. Nac. Livro VI-1737.

vantagem em que deixei esse terreno». Em Junho desse ano Cristóvão Pereira empreende uma viagem de amizade e de negócio aos minuanos, com que faz transações de avultadas tropas de cavalos, muares e bovinos. A Silva Pais, que lhe escreve em 9 de Julho, «dava-lhe cuidado a demora, e é com prazer que sabe da amizade daquelles barbaros que chegão a convir que se lhes baptizem os filhos. Essa amizade convem tambem muito ao commercio de eguas e gados». Queria Cristovão Pereira passar às Minas com uma tropa de cavalos, mas Gomes Freire informa a Silva Pais não ser conveniente, pela falta que há de animais para o Regimento de Dragões.

Tendo o Comissário da Expedição se excusado do serviço, em 15 de Setembro de 1738 é Cristóvão Pereira designado para exercer esse cargo. Pouco, porém, nele se demora, para atender a outros encargos.

Povoara suas duas estâncias de grandes quantidades de gado que, regularmente, fazia subir para as feiras de Sorocaba e para as Minas. A' primeira dessas fazendas estava localizada entre os rios Tainha e Camizas, no rio das Antas. Essa fazenda tinha o designativo de Menino Diabo. A outra ficava no rincão que depois tomou o seu nome, no hodierno município de S. José do Norte.

Quando da demarcação de limites da América Meridional, de que foi comissário o General Gomes Freire, apelou este para o seu velho amigo e leal servidor Coronel Cristóvão Pereira. Desenvolvendo larga actividade organizou o sertanista um corpo de 200 homens, quase todos paulistas, que se foi postar nas alturas do Rio Pardo, depois de ter percorrido largo trecho da linha a demarcar, até a Colónia do Sacramento, em 1752. Até 1754 grandes foram os serviços prestados pelo velho desbravador à Demarcação de Limites.

No ano seguinte recolheu-se ao Rio Grande. Estava velho, cansado de tanto esforço heróico, devendo orçar pelos seus 75 anos de idade. E ali na «Cidade» que fundara, cercado de todo o conforto espiritual, entregou a alma ao Criador, a 22 de Novembro de 1755. Seu assento de óbito que nos foi dado encontrar no bispado de Pelotas, nas pesquisas que ali realizámos, diz o seguinte:

«Aos vinte e dois dias do mez de novembro do anno mil setecentos e cincoenta e cinco faleceo da vida presente com todos os

Sacramentos Christóvão Pereyra de Abreo natural da Villa de Ponte de Lima e casado que foy com Dona Clara de Amorim da qual ficou viuvo. Fez seu Testamento e deixou por testamenteiros a Manuel Lobo dos Santos, a Manuel de Araujo Gomes e ao coronel Francisco Antonio Cardoso de Menezes e Souza. Sepultou-se na Capella de N. S. da Lapa desta Freguezia do Rio Grande de São Pedro se lhe fez por sua alma os suffragios costumados e hum officio de Corpo presente. Por ser verdade de tudo fiz este assento. O Vigrº. **Manuel Francº. da Silva».** [55])

Como recompensa de seus grandes serviços recebera mercê de D. João V «da metade dos direitos que pagam os gados e cavalgaduras que entram na capitania de São Paulo, pelo Registro de Coritiba, por tempo de doze annos, que seriam cobrados pela Provedoria de Santos, tributo de Christovão Pereira receberia trimestralmente». [56]) E não obstante isso morreu pobre, crivado de dívidas, e quase ignorado pelo Rio Grande, «Imperio» que adjudicara «à Coroa Portuguesa».

3. — Missão do Brigadeiro Silva Pais.

Era o Brigadeiro José da Silva Pais homem de qualidades excepcionais, «bom commandante de notoria capacidade, sciencia e experiência, [1]) sendo um dos oficiais mais ilustres de seu tempo. Tendo sido designado para governar Minas Gerais, temporàriamente, o General Gomes Freire de Andrada, Governador do Rio de Janeiro, foi Silva Pais, por Carta Régia de 14 de Janeiro de 1735, incumbido de substituí-lo em seu impedimento. Assumiu o governo da Capitania em 12 de Março deste mesmo ano. [2])

Em momento de extrema responsabilidade coube-lhe a gestão dos negócios da Capitania. Superintendia o Governo do Rio de Janeiro os assuntos da Colónia do Sacramento que, não obstante ter direcção governamental própria, prestava obediência à daquela Capitania. Com o rompimento das relações entre Por-

---

55) Lº 1º de Óbitos-Jesus-Maria-José, (1738-1763). Fls. 69.
56) Gen. Borges Fortes. *Crist. Per.* cit. 30.
1) Arq. Nac. *Public.* Vol. VII, 138.
2) Idem, 57.

tugal e Espanha, sentiria a Colónia, como sempre, o reflexo das dissenções peninsulares. E nesse ano repetir-se-ia, como soía acontecer, a tragédia sangrenta de um novo assédio posto àquela praça pelo Governador castelhano de Buenos Aires, D. Miguel de Salcedo.

Em fins do ano de 1735, no intuito de socorrer a Colónia, que se via em sérias aperturas, apesar do valor incontrastável e da heróica resistência de seu Governador António Pedro de Vasconcelos, que multiplicava actividades defensivas, organizou Silva Pais o primeiro socorro àquela praça, lutando com dificuldades de toda ordem pela carência absoluta de meios. E ao mesmo tempo, com notável previsão dos acontecimentos, compreendendo a eficiência da defesa, pelos Pampas do Rio Grande, determinava às providências já historiadas, que teriam por complemento necessário a fundação de um núcleo de povoamento no litoral rio-grandense.

Repercutiram logo na Corte portuguesa os acontecimentos que se desenrolavam no Prata. Compreendendo a gravidade da situação, e a perda fatal da Colónia e territórios circunvizinhos, resolveu o Governo de Portugal organizar eficiente socorro, determinando partisse sem demora uma esquadra, sob o comando do Capitão-de-Mar-e-Guerra Luís de Abreu Prego, conduzindo gente de desembarque que deveria obedecer ao mando do Brigadeiro José da Silva Pais, tendo por imediato ao Mestre-de-Campo André Ribeiro Coutinho.

Tinha a expedição, por móvel principal, atacar Montevidéu, mas, «ainda que se não faz criuel q' o Governo Espanhol reconhecendo a justiça e má fé com que deo principio as hostelidades, as procure suspender, comtudo como he precizo prevenir todos os casos vos advirto, que se no tempo em que chegardes ao Rio de Janeiro constar que com efeito tem os Espanhoes suspendido as ditas hostelidades, restituhido os navios que reprezarão, e reparado inteiramente qualquer outro damno, que hajão causado aos meus vassalos, se não deve intentar couza algua contra elles, mas só tratar-se da expedição do Rio grande de São Pedro pelas rezõens q' ficão ponderadas». [3])

Resolvia-se, finalmente, condicionando-se às circunstâncias do

3) Idem, 144.

momento, e ao critério de Silva Pais, a execução de uma fundação no Rio Grande de São Pedro, afim de sustar o avanço castelhano e erigir ali um posto permanente de defesa daquelas vastas campanhas que começavam a ser povoadas de estâncias portuguesas.

A Carta Régia citada dava providências no caso dessa realização: «Da mesma forma nomeareis outro Official para ficar por Governador do Rio Grande de São Pedro, no cazo q' se execute o projecto desta noua Colonia, e da Fortaleza à qual deveis mandar levantar da parte do sul no sitio que se julgar mais vantajoso, e por ella mandareis a Artelharia, armas, barracas e mais moniçoens e petrechos necessarios, algum dinheiro miudo para pagamento dos Officiaes, que trabalharem na Obra, hum Engenheiro para assistir a ella, e dous Religiosos Barbadinhos dos que se achão no Rio de Janeiro, e na falta destes quaesquer outros sacerdotes de vida exemplar, q' possão celebrar Missa, e administrar os Sacramentos aos nouos Pouadores, aos quaes mandareis tambem prover de instromentos q' se vos remetem para cortar e laurar madeiras, mover terra, manter gado, e cultivar os Campos, como tambem das sementes necessárias, pa. a dita cultura, e de viveres, e tudo mais que se julgar precizo, para o estabelecimento de huma nova Colonia, segundo as informações q' facilmente podereis adquirir de pessoas praticas». [4])

Seguiu o socorro da Colónia, sob o comando de Silva Pais, que ia a bordo da nau capitânea, N. S. da Vitória e em 5 de Janeiro de 1737, reunido um conselho de guerra, ficou resolvido não fosse levado a efeito o projectado ataque a Montevidéu, pela incerteza de êxito, não só pelas condições climatéricas impróprias, como pelo fortalecimento do inimigo. E assim, resolveu Silva Pais fazer um desembarque em Maldonado, afim de fortificar aquele posto, e, deixando ali o Mestre-de-Campo André Ribeiro Coutinho, «passar ao Rio Grande, diz, com a gente que me restar, pois chegou já a da Bahia, e ver se posso montar 300 homens, com mais 100 de pé, fazendo corpo suficiente, tentar que vão a esta praça (Colónia) com cavalhada, donde se lhe pode unir mais gente, ou arrimar-se a Maldonado e ali fazerem as suas entradas, a ver se por qualquer destas partes se pode meter hum lote de

4) Idem, 139.

gado que nos faça commodidade ou ao menos diversão». [5]) E pedia, na mesma carta de 15 de Janeiro a António Pedro, que fizesse embarcar na galera **Bonita**, alguns carros para a condução de munições, do que teria necessidade, nas campanhas do Rio Grande.

Na execução desse projecto demandou a barra do Rio de São Pedro, onde chegou dias depois.

Compunha-se a expedição da galera capitânea **Leão Dourado**, por invocação N. S. de Nazareth, de que era mestre o Capitão Pedro de Siqueira Abreu, que trouxe o Brigadeiro, oficiais e alguns soldados, e que chegou à barra a 10 de Fevereiro, ficando ali ancorada nove dias; galera **Bonita**, por invocação N. S. das Mercês sob o comando do Capitão-de-Mar-e-Guerra António Carvalho da Silva, trazendo oficiais e soldados, e que ficou ancorada fora da barra 36 dias; bergantim **Bella Cadela**, por invocação N. S. da Piedade, do Mestre António Ferreira de Carvalho, que trouxe soldados, petrechos de guerra e ficou ancorada, até entrar à barra, 12 dias; e a balandra del-rei, por invocação **N. S. da Conceição,** do Mestre-João Rodrigues do Nascimento.

Vieram nessas embarcações: Brigadeiro José da Silva Pais, Comandante geral das tropas e chefe da expedição; Comissário de mostras António de Noronha da Câmara; Tesoureiro da Fazenda Real, Pedro Jacques da Silva; Ajudante Tenente Manuel dos Santos e Parreiras; Capitão João de Almeida e Souza, do Rio de Janeiro; Capitão Manuel do Vale Pereira, da Bahia; Ajudante Pedro de Matos, da infantaria do Rio de Janeiro; Alferes João Baptista Ferreira, do Rio de Janeiro; Alferes Domingos Borges de Barros, da Bahia; Alferes António de Morais, da Bahia. Faziam parte da tropa dois Sargentos de número do Rio de Janeiro, e um da Bahia; dois Sargentos supra e um da Bahia; 90 soldados de infantaria do Rio de Janeiro, 56 soldados de infantaria da Bahia, 37 soldados dragões, 1 soldado de Pernambuco, 1 soldado da Armada, 1 condestável da artilharia do Rio de Janeiro, 16 soldados artilheiros, 21 artilheiros da Bahia, 8 tambores, 3 pagens,

5) B. N. *Anais*, XLVI, 285-286.

2 embandeiradores. Ficaram ainda mais 5 marinheiros, e escravos de oficiais e soldados, num total de 260 pessoas. [6])

Esse número é logo acrescido com a entrada de outras embarcações que, desgarradas da esquadra, só mais tarde entram à barra do Rio Grande. São elas: a sumaca **N. S. da Conceição,** de que era Mestre José da Costa, com diversos petrechos de guerra, que entrou a 27 de Fevereiro, tendo-se desgarrado da esquadra; no mesmo dia entrou também a balandra del-Rei, por invocação **N. S. da Conceição,** de que era Mestre João Rodrigues do Nascimento, que viera na conserva do Brigadeiro Pais e que, partindo do Rio com a esquadra, fora à Colónia e tornou ao Rio Grande. Em 9 de Abril entram as últimas embarcações componentes da esquadra: corveta del-Rei, por invocação **São Francisco Xavier** e **Sant'Ana,** do Mestre Manuel Gonçalves Ramos, que acompanhou a esquadra à Colónia e voltando desgarrou da barra a 19 de Fevereiro, indo até Santa Catarina. Trazia alguma infantaria. No mesmo dia chegou o iate del-Rrei, **Assunção de N. Senhora, Santo António** e **Almas** e **N. S. da Abadia,** do comando do Capitão António Teles de Bittencourt, trazendo infantaria e víveres. Não consta, porém, que fizesse parte da esquadra.

Devemos ao precioso Simão Pereira de Sá, na parte inédita citada, pormenores muito interessantes da fundação do Presídio. Copiemo-los na íntegra:

«722 — Averiguada finalmente a penosa e desconhecida barra, que pelos grandes parceis de areias tem tres differentes en-

---

6) *Arq. Hist. R. G. do Sul — Livro de Mostras da Expedição.* Simão P. de Sá na Parte cit. da Hist. Top. diz que Silva Pais chegou ao Rio Grande com 420 homens, entre oficiais e soldados; o Visconde de São Leopoldo, que aliás faz referências ao *Livro de Mostras,* que consultou, diz que o Brigadeiro "pojou na praia ao Sul della em o dia 19 de fevereiro de 1737, com uma companhia de dragões de Minas Gerais, e alguma infantaria, que ao todo montavão a duzentos homens, além de povoadores". — *Anais da Prov. de S. Pedro.* 2ª ed. 43. E' do próprio *Livro de Mostras* a relação acima que nos dá 260 pessoas, além de alguns escravos e mais algumas pessoas". Nessa ocasião, como se dirá mais detalhadamente, não veio povoador algum o que só se dá com outras embarcações que entram depois à barra. Há, no mesmo Livro, como assinala S. Leopoldo, uma certidão de Silva Pais de ter desembarcado a 10 de Fevereiro. E' a data, como vimos, em que o *Leão Dourado,* capitânia da Expedição, chegou à barra, ficando aí ancorado nove dias, isto é, até 19 de Fevereiro em que pôde entrar, desembarcando o Comandante.

tradas, huma ao sul e outras ao norte e suéste, derão fundo neste por mais capaz, e segura, mandando o brigadeiro que o ajudante Pedro de Matos saltasse na costa com a gente de sua embarcação e marchasse por terra, buscando na distância de tres leguas o alojamento do coronel. Com alguns officiaes embarcou no escaler da Náu e passou o banco com notavel risco, chegando perto da noite à estacada, onde foi recebido com a descarga de tres peças de campanha e trinta e seis armas, que unicamente existiam com Cristovão Pereira naquelle sitio.

723 — Bastou o resto da noite para descançar, e se informar das operações que havia feito o coronel na defença do dominio; e sem admittir mais treguas ao descanço, montou no dia seguinte a cavallo, examinou o circuito de tres leguas os estreitos passos da Mangueira e do arroio; achando entre os mares só 270 braças de terra para communicação do amplissimo territorio. Rompendo toda a comitiva os trabalhos e silvados caminhos para conhecimento do paiz, admiraram nelle o simples encanto e toda a variedade de caças silvestre e volatil, que nunca perseguida e acossada dos destros e importunos caçadores, parece que amavão o racional pelo instincto, sem fugirem de outro genero mais nobre que a sua especie.

724 — Approvadas todas as disposições de Christovão Pereira, como se das armas fosse antigo professor, mandou o Brigadeiro reforçar com mais gente os mesmos passos, pondo em outros que estabeleceu de novo avantajadas guardas, ordenando juntamente aos paisanos que com fouces e outros instrumentos de cultivar alimpassem da erva e mattos os terrenos assinalados para as delineadas fortificações, as quaes todas postas nas margens de crystalino ribeiro, para commodidade dos homens, guarneceu huma com trinta infantes e outra com vinte, intrincheirando os cavallinhos de frisa, emquanto se não levantavão os parapeitos de faxina.

725 — Com esta precisa segurança entrou com maior actividade a fortificar o posto com o titulo de Jesus-Maria-José, fabricou uma fortaleza regular com fossos, pontes levadiças, e quarteis, para a gente paga de sua guarnição; nelles se aquartelou toda a soldadesca sem detrimento nos commodos. Levantou na Mangueira um reducto e outros mais no sitio do Arroio e Taim,

dando ao mesmo tempo principio à importante fortificação do Estreito, meia legua distante do Porto, para residencia das Tropas e governador do Presidio. E todos estes fortes montou sufficiente artilharia com destacamentos competentes a defender e conservar o que já fazia temor aos índios e ciumes aos castelhanos.

726 — Para mostrar que era tão soldado como catholico, sem embaraçarem as operações militares os exercicios divinos, erigiu para os actos da christandade templo dedicado à Senhora Sant'Anna, ministrando nelle os sacramentos, por ordem real, os padres capuchinhos missionarios, frei Francisco de Prussa e frei Anselmo do Monte Vecterano, os quaes lançarão a primeira pedra a este edificio e exerceram as obrigações parochiaes emquanto o exmo. Bispo do Rio de Janeiro, D. frei Antonio de Guadalupe não deu pastor a estas novas ovelhas, que se estabeleciam e criavão em terras de sua jurisdição episcopal, mas constando que careciam já de cura proprio, posto que summamente contente o povo da caridade e zelo dos religiosos, fez eleição no padre José Carlos da Silva, que aceitou o emprego, estimou o benefício.

727 — Não foi menos util para guia dos navegantes levantar nos pontaes da barra dois madeiros de extrema ordinaria grandesa com cataventos nos remates para conhecimento dos rumos e facilitar com estas balizas o perigoso e quotidiano ingresso das embarcações ligeiras, evitando-se por este modo o naufragio e precipicio que ameaçavão os grandes parceis, os quaes antes de singulares metas intimidavão ainda mais os praticos pilotos daquella costa. Com esta advertencia hoje tanto parece aos discretos como aos ignorantes maritimos, que fora sonho aquele risco, que tantas vezes fez naufragar a uns e recear a todos.»

Largos meses ficou o Presídio sem comunicações marítimas, escassamente recebendo da Laguna, por terra, minguado auxílio. Havia já falta de coisas essenciais à subsistência. Acabando-se a farinha de guerra via-se a tropa na iminência de dias de fome, porque a carne só a que ainda se não acostumaram, causava doenças em grande parte do pessoal. Mesmo assim, apesar do mal que ocasionava, o churrasco rio-grandense, imposto pelas circunstâncias e introduzido pelos tropeiros de gado e antigos aventureiros da campanha, ia ganhando os foros que o tornaram o prato regional. Já havia desespero quando, no dia 1 de Novembro sur-

ge na barra do Rio Grande a sumaca del-rei Santo António e Almas, que trazia víveres, petrechos de guerra e alguns casais.

Uma carta que, em Junho, Silva Pais dirigira a Gomes Freire, dá uma ideia precisa das aperturas em que se teria visto aquela gente:

«Rendo a V. Exa. as graças pelas remessas que me dis faz de tudo que lhe pedi para a subsistencia desses pobres soldados, que estão todos miseraveis de roupas, e a não os ter eu remediado com algumas baetas, andariam nús porque as repetidas passagens, mudanças e precipitados desembarques que tem tido, fez com que fossem roubados muitos uns dos outros, e os marinheiros nestas aguas envoltas fizeram o que costumam; eu os tenho modificado fazendo-lhes promptos os seus pagamentos, e o que ganham no serviço da fortificação ganhavam nessa praça, por menos, pois lhes não dou mais que um tostão por dia de trabalho vou os animando a que brevemente teremos farinha, que é pelo que suspiram». [7])

A Santo António e Almas sucedem-se, até Dezembro, outras embarcações, segundo o **Livro de Mostra.** Em 2 de Novembro entra a barra a sumaca **N. Senhora da Conceição,** do Mestre Manuel Pestana dos Santos, com petrechos de guerra e soldados vindos de Santa Catarina; em 28, o barco latino **d'El-Rei** [8]) **N. S. do Bom Sucesso,** do Mestre Romualdo dos Santos, com petrechos de guerra e casais, vindo do Rio de Janeiro; em 29, a sumaca **S. António e Almas,** do Mestre João Baptista Grau, com alguns soldados de infantaria e víveres de Santa Catarina. Em Dezembro, 24, entra o bergantim **N. S. de Nazareth,** do Mestre António Pereira da Silva, vindo do Rio, com alguns negócios de particulares, [9]) petrechos e víveres, e a 30 a balandra del-Rei **N. S. do Ro-**

---

7) Arq. Nac. *Corresp. dos Governadores.* Livro VII.

8) Esse "barco latino del-Rei", destacado, depois, para fazer sondagens na Lagoa Mirim, pelo próprio Silva Pais, encalhou em um dos bancos de areia que formam ali, aos 32º 45 lat. S. e 9º 56' 29" long. O. o pontal também conhecido por Fanfa. Muitos anos ficou ali encalhado o Latino, provindo desse facto a denominação local que tem.

9) Em 1738 existiam os seguintes negociantes no Presídio: António Vieira de Mendonça, vindo do Rio de Janeiro; José Ribeiro Gomes, Manuel Jorge, Jerónimo Ferreira, Manuel da Silva Thomé, Domingos Pereira, José Pinheiro Soares, Paulino da Costa, Manuel Francisco Dias, José de Freitas Guimarães, Lourenço António e Bernardo Furtado de Vasconcelos.

sário, S. António e Almas, do Mestre João Rodrigues do Nascimento, trazendo também víveres.

Vinham, como vimos, os primeiros casais povoadores. Muito se interessara por isto o previdente Silva Pais. Em carta a Gomes Freire rogava que fossem remetidos alguns para povoarem a terra, pois, eram, dizia, «as mais fortes raizes para a sua conservação e ainda para delles se tirarem recrutas para o Regimento de Dragões». Gomes Freire atendera à justa solicitação, conseguindo no Rio e nas aldeias de São Gonçalo e outras próximas vários casais que quisessem povoar o nascente estabelecimento que, em 1738, já chamavam «a Cidade».

Confiantes na força que constitui o Presídio, [10]) começam os povoadores a se estender pelos rincões da terra, com suas estâncias de gado, ao mesmo tempo que se vai erguendo, com suas casas em volta da capela erecta, a incipente povoação. O Brigadeiro concede vários chãos para a construção de casas e, em 1738, avultados eram já os «casais de número», ali estabelecidos. O primeiro templo para as necessidades espirituais dos povoadores foi construído no Porto, com a invocação de Jesus-Maria-José e outro no Estreito, dedicado a Senhora Santana, de especial devoção do fundador. Atendem-no os Padres Capuchinhos (barbadinhos) Freis Francisco da Prússia e Anselmo do Monte Veterano que chegaram no dia 6 de Abril. Funda-se mais tarde a de N. S. da Lapa. Mas, os Frades Barbónios, ainda em 37, começam a «promover desordens» não atendendo devidamente aos seus fregueses, pedindo Silva Pais que sejam retirados, e mandado para o estabelecimento um Padre secular. E' escolhido o Padre José Carlos da Silva que, em 8 de Janeiro de 1738, pede guizamentos e passagens para si e para os escravos que o acompanham. E' este quem realmente instala a paróquia de Jesus-Maria-José, pois o primeiro assento dos livros dela é de um óbito de Rosa, filha dos povoadores António Pinto e Isabel de Lima, casal da Colónia do Sacramento, e lançado em 3 de Maio desse ano. O primeiro baptismo é de 16 de Junho, do párvulo Albano, filho de António

10) Segundo a acepção da época. Presídio não era um lugar de prisão, desterro, etc. Morais Silva, em seu Dicionário informa: "Gente de guarnição de uma praça", "socorro, auxílio, etc.", "o que serve de guarda, apoio e de conservar".

Coelho e Maria do Rosário, casal do Rio de Janeiro. Não existe, no Bispado de Pelotas, onde se encontram os outros livros, o 2 de casamentos; mas, por carta de Silva Pais a Gomes Freire, datada de 18 de Junho de 1738, sabe-se que «aquelle porto já está mui povoado, e cada vez mais augmentado e abundante e já se vão fazendo alguns casamentos».

Em carta de 15 de Setembro o Coronel Ribeiro Coutinho também se queixa do novo vigário. O Padre José Carlos, que ali chega, procura tratar mais dos seus próprios interesses do que das obrigações do sacerdócio. Requer terras para estância, povoa-a de gados, e faz largos negócios. «Parece infelicidade daquela terra, diz Silva Pais, que os Ecclesiasticos perturbem o socego della».

Em Julho desse ano encontramos também, baptizando na ermida do Porto, o Padre Manuel Henriques. José Carlos tratava de sua estância. Comprara larga sesmaria de que se apossara José de Andrade Batalha, em Santo António da Guarda Velha (Patrulha), e que mais tarde vendeu ao Capitão António Teixeira da Cunha, e nela criava gados, que eram vendidos para Laguna e outros pontos. Quando os espanhóis entraram no Rio Grande, em 1763, o P. José Carlos desertou para eles não mais voltando ao Rio Grande do Sul.

Manuel Francisco da Costa, casal da Colónia, foi o primeiro que, em 1737, construiu casa no Estreito, perto da ermida de Santana. Os primeiros povoadores chegam, como vimos, a 1 de Novembro. Eram retirantes da Colónia que tinham ido ao Rio de Janeiro e voltam com escala por Santa Catarina, ao todo 67 pessoas, em que entram 12 escravos.

Em carta de 11 de Maio de 1737, encaminhando-os diz Gomes Freire a Silva Pais que seguem «as familias que contem a lista junta e na segunda expedição irão mais; vão providas do que lhe consta e por ajuste feito comigo lhe hade V. S. continuar com ração de farinha até fazerem a primeira colheita, sendo esta a forma que se praticou com os povoadores da Colonia, e dar-lhe alguns bois para principiarem as suas lavouras; fazem viagem à Ilha de Santa Catarina de adonde seguirão ás ordens de V. S. ou passarão logo se o sargento-mór entenda conveniente. Em esta praça tenho feito alguma diligencia e não tenho descoberto logo moradores que queiram ir com estes da Colonia, assim é bom que

se por essa se encontraram os que V. S. me diz... pois serão mais uteis e de menor despeza. Aos novos povoadores mandará V. S. dar grãos, lentilhas e feijão que remeto para suas proximas semeaduras e a S. Paulo aviso remetam á ordem de V. S. alguns moyos de trigo para se repartirem na mesma forma». Acompanhava o ofício a seguinte «Lista dos Officiaes e Soldados que se acham com guia passada para o Rio Grande e numero de casaes que para elle vão:Dragões de Minas — 1 capitão, 1 alferes, 1 tambor e 38 soldados. Desta praça — 56 soldados e 31 de artilharia — Total 128. Casaes — 67 pessoas em que entram 12 escravos e receberão: 2 machados, 1 enchó de ribeira, 1 enchó de mão, 3 enchadas, 2 verrumas, 1 trado, 1 martelo, 1 goiva, 1 serra de mão, 2 escalpelos, 2 ferros de arado, 1 compasso, 1 plaina, 2 alqueires de cal, e 12$000 rs. de ajuda de custo a cada um». [11])

Com o casco do Regimento de Dragões, que vinha de Minas, chegaram algumas famílias de oficiais e soldados, entre os quais a de João Carneiro da Fontoura, tronco dos deste nome no Rio Grande do Sul.

Até fins de 1738 haviam sido distribuidos chãos para construção de casas, na povoação, aos seguintes casais de número, provenientes, em sua quase totalidade, da Colónia do Sacramento e que, por ocasião do assédio da praça, se haviam retirado para o Rio de Janeiro: Luiza Fernandes, viúva; Lucas Fernandes da Costa, Maria Coelho, viúva de Valentim Quaresma; Maria de Assunção, viúva de Teodósio Soares, António de Souza Fernando, Manuel Moreira Belo, vindo de Minas; António Pinto, da Colónia; Miguel Moreira, Alexandre de Magalhães, Manuel Jorge, Manuel Gonçalves da Costa, Miguel da Costa, Álvaro Pessoa de Carvalho, Jorge de Souza Costa, Gervásio Dias, Manuel da Silva Vargas, Ana da Fonseca, vinda do Rio com 5 filhos; António de Araujo Vilela, João Gonçalves Francês, vindo da Laguna; Inácia da Silva, do Rio de Janeiro; Maria da Encarnação com seu filho Felipe de Abreu, da Colónia; Ana Maria da Conceição, Francisco de Seixas, espanhol, vindo da Laguna; António Pais Sardinha, Inácia Maria de Ramos, do Rio; João Garcia Dutra, da Colónia; Vicente Avogado, Miguel Cardoso Ferreira, Bartolomeu dos Santos, Se-

11) Arq. Nac. *Corresp. Govern.* L. VI. Col. 84.

bastião do Canto Ribeiro, José da Costa, José da Cruz Cabral, Pedro da Costa Neves, da Bahia; Francisco Manuel de Souza e Távora, Manuel Duarte, da Laguna; Manuel de Jesus, Dionísio do Couto, Francisco Xavier Luís, Alexandre Francisco de Campos.

Em Abril de 38, manda Silva Pais, que já está no governo do Rio de Janeiro, «varias marzuelas que vão ahy buscar estado e aqui o tinham de desenvoltas». [12]) Deu este informe margem à célebre citação de São Leopoldo, em sua 1ª edição dos **Anais**, quanto à procedência menos digna dos primitivos povoadores do Rio Grande, asserção rebatida por Gonçalves Chaves, em sua **Memória-Ecónomo-Política**. Em nossas demoradas pesquisas, nas concessões de chãos e nos assentos eclesiásticos, encontramos sòmente 10 dessas «marzuelas». Ao princípio, no Presídio, aparecem com filhos naturais, que logo são legitimados por casarem-se elas, depois, constituindo, assim, família regular.

Muitos oficiais e soldados vindos com Silva Pais e outros que vão chegando, até 1738, em chãos que lhes são concedidos, fazem as suas casas de moradia. Em sua petição, diz o cirurgião do presídio Sebastião Gomes de Carvalho, ter sido ele o primeiro povoador da «cidade». Entre esses povoadores encontramos: José da Cunha, Sargento supra do Terço de artilharia do Rio de Janeiro, e oficial de curtidor; José da Silva Pacheco, Cabo do destacamento da Bahia; Inácio da Costa, soldado dragão e carpinteiro; Estêvão Ferreira, idem; João Carneiro da Fontoura, inferior de dragões; Tenente José Mascarenhas Figueiredo, Tenente Francisco Barreto Pereira Pinto, dragões; José da Silveira Bittencourt, soldado; Inácio Pereira da Rosa, soldado; Sargento-mor Francisco de Souza e Faria; José Machado, soldado; Manuel da Silva, soldado de dragões; António Gonçalves, soldado de dragões; Pedro de Almeida, soldado de dragões da Colónia; Tenente Manuel Tavares de ordenanças; José de Souza, condestável; Elias do Amaral Pereira, soldado de artilharia; Manuel dos Santos, marinheiro; Alferes de cavalaria Manuel Saraiva Cabral; Alferes de dragões Manuel Pereira Roriz; João Nogueira Beya, furriel de dragões; António Francisco de Aguiar, soldado do destacamento da Bahia; António Pires, cozinheiro de Silva Pais; Manuel do Rego, oficial

---

12) Arq. Nac. *Corresp. dos Gov.* Vol. VII.

de ferreiro; Pantaleão Pedroso, peão do Cap. João de Tavora; Marcos Pereira Machado, capataz dos carros; Silvestre Domingues, mestre calafate; António Gomes Homem, marítimo; João Coelho, mestre carpinteiro; Manuel Costa, oficial de carpinteiro; Pedro Jaques da Silva, tesoureiro da Fazenda Real.

No litoral, até o Chuí, foram concedidos vários rincões para criação de gados, sendo estabelecidas as estâncias seguintes: António Rodrigues Sardinha; rincão no Estreito; Manuel Francisco, entre Frei António e José da Silva; Capitão José de Mello Tavares e Tenente José Tavares de Melo, rincão do Mercador; José Ferreira Chaves, junto a Francisco de Souza e Faria, Tenente António Gonçalves Chaves, capão junto a Francisco Xavier Luís; Padre Manuel Henriques, capão de mato junto à Olaria; Domingos Martins, rincão; João Diniz Álvares, rincão dos Palmares; Manuel de Souza, lagoa de Cuiabá; Sargento-mor Francisco de Souza e Faria, rincão do Albardão; João da Silva Souza, na Torotama; António Coelho, rincão no Estreito; João Carneiro da Fontoura, rincão; José da Silva Valadares e Lucas Fernandes da Costa, na borda da Mirim; Domingos Fernandes de Oliveira, Palmares; Antonio de Souza Fernando, rincão do Carro, junto a João Rodrigues Prates; Gervásio Dias, na Torotama; José dos Santos, junto a Souza e Faria; Coronel Cristóvão Pereira de Abreu; Gaspar dos Santos, capão na boca da Mangueira; Francisco Ribeiro Gomes, rincão dos Palmares; capitão António Gonçalves dos Anjos, Ilha dos Marinheiros; João Antunes da Porciúncula, capão; Manuel Jorge , estância da Xarqueada Velha (Agosto de 1738); tenente António José de Figueirôa e capitão António José da Gama Lobo, 3 léguas na Xarqueada junto à João da Costa Quintão; José Ferreira Chaves, no Pontal; João Garcia Dutra, capão e Capitão João de Távora, um rincão. [13])

Coube ao Capitão João de Távora, que presumimos ser cunhado de Cristóvão Pereira, importante coparticipação no desbravamento e fundação do Presídio de Jesus-Maria-José. Depois de ter percorrido, por diversas vezes, largos trechos do território riograndense com o Coronel, foi designado para ir à Laguna buscar

13) Arq. Hist. R. G. do Sul. *Datas de chãos.* Registros de Sesmarias.

índios e brancos, destinados a trabalharem nas obras de fortificação da barra. Em 4 de Dezembro de 1737 desobrigou-se dessa missão, trazendo duas dezenas de homens que foram aplicados naquele trabalho. Mais tarde, por ordem de Ribeiro Coutinho, vai a Santos, trazendo de S. Paulo perto de 200 índios casados das aldeias del-rei.

Estando na ilha de S. Catarina, quando do desembarque, ali, de marinheiros e soldados castelhanos que se sublevaram, não querendo seguir para os domínios de Castela, agiu João de Távora com energia. O mesmo sucedeu em Laguna, por outra ocasião, quando os próprios dirigentes da Vila se atemorizaram, ante nova sublevação, o povo o elegeu por Capitão-Mor, cargo que ocupou, depois, por determinação do Governador de São Paulo.

Alguns desses espanhóis sublevados na Laguna foram, por Silva Pais, mandados internar no Rio Grande, constituindo, desse modo, troncos da família rio-grandense.

E' incalculável o esforço despendido por Silva Pais na organização do Presídio. Sua larga correspondência existente no Arquivo Nacional é um copioso repositório de informes sobre a sua acção admirável de estadista, soldado e organizador. «Atendendo pessoalmente a tudo, prevendo tudo, quase sem meios de subsistência; percorrendo largos trechos da terra, de tremedais, donde milagrosamente se safava, numa região deserta e desconhecida; atento aos manejos dos castelhanos, às incursões dos tapes e minuanos; desfalcado de gente, sentindo latente, quase a irromper a desordem e a insubordinação do pessoal, o Brigadeiro José da Silva Pais deve ter tido uma força moral fora do comum, para conter essa pequena tropa sem disciplina, sem soldo, sem mantimentos, quase nua, enfrentando a grandeza soberana do mar, entre a verdura exuberante dos capões rio-grandenses e a extensa planura dos areais candentes». [14])

Depois de ter permanecido nove meses no Rio Grande e de ter realizado esse projecto havia largos anos alimentado por todos quantos se interessavam pelo povoamento do Sul, Silva Pais seguiu, em 11 de Dezembro de 1737, para a Laguna, onde também tratou de

14) Aurélio Porto. *Regimento de Dragões*. Rev. Inst. Hist. Ano IV. Trim. IV.

reparar as suas fortificações, dando várias providências para a defesa e administração daquela vila. Em 5 de Março de 1738, chegando ao Rio de Janeiro, reassumiu o cargo de Governador daquela Capitania. De lá, atendendo a tudo quanto se referia ao Rio Grande do Sul e voltando mesmo a ele num momento crítico para a sua vida, quando do levante dos dragões, o fundador do Presídio jamais esqueceu a sua obra.

4. — O Regimento de Dragões.

Numa admirável antevisão que lhe sugeriram a terra e os primitivos habitantes do Pampa, correndo pelas vastas planícies povoadas de gado, nos cavalos velozes, o Brigadeiro José da Silva Pais, desde o primeiro contacto com o Rio Grande, compreendeu a necessidade de entregar a defesa do Presídio a tropas de cavalaria, únicas eficientes para agir na campanha. «Emquanto não estiverem acostumados todos como se serve a cavallaria naquellas partes, diz, que é muito differente do que nas outras, por mais infantaria que tenhamos não poderemos empreender ação nenhuma que nos seja favorável».

Foi atendendo a esse critério que teve lugar a organização do Regimento de Dragões do Rio Grande, que vai ser, durante um século, a grande escola formadora dos heroismos gaúchos e a antemural formidável em que serão aniquilados todos os embates da bravura castelhana, na contínua competição em que vai-se constituir a existência do próprio Rio Grande do Sul.

Depois de fazer a campanha demarcadora de 1752, sob a directa inspecção desse soldado ilustre que foi o General Gomes Freire de Andrada, o Regimento de Dragões ficará definitivamente sediado no Rio Pardo, como núcleo constitutivo de toda a organização militar do Continente. Por sua tarimba passarão todos os heróis. Oficiais e soldados, disciplinados ou desertores, receberão aí o seu baptismo de fogo e de sangue. Serão, mais tarde, os fronteiros intimoratos, os gaúchos audazes, os integradores da terra.

Com o Brigadeiro Silva Pais, como vimos, vem o casco do Regimento. São os primeiros 37 dragões que, procedentes do Regimento das Minas Gerais, pisam a terra rio-grandense. Desti-

navam-se à Colónia do Sacramento, onde se pretendia organizar esse corpo. Mas, em vista dos acontecimentos supervenientes que determinaram a fundação do Rio Grande, resolveu o Brigadeiro sediá-lo em o novo Presídio, embora destinando-o a agir e socorrer àquela praça. Em carta dirigida a António Pedro, datada de 29 de Agosto de 1737, o General Gomes Freire dá disso ciência ao Governador da Colónia:

«E como o principal instrumento da campanha he o novo Regimento de Dragões, pelas cartas e copias que seu coronel Diogo Osorio Cardoso entregaria a V. S. ficaria sciente da real determinação de S. M. e da prevenção que foi servido tomar na formatura do dito Regimento no Rio Grande de São Pedro, considerando a dificuldade com que ao presente se poderão introduzir e conservar os cavallos em essa praça, pelo que não encontrando V. S. alguma razão que me participe por adonde seja mais conveniente formar-se o Regimento em essa praça, que levantal-o no Rio Grande, mandará V. S. embarcar em tres transportes ou nos que a V. S. melhor parecer o dito coronel, armamento, officiaes, munições e fardas para as tres companhias, para que passando áquella fortaleza, se unão com o sargento-mór Manuel de Barros e com os officiaes que ali se achão a acabar de as formar, de setenta soldados cada hua e no tempo que se faz preciso para esta execução discorrerá V. S. pelo que D. Miguel de Salcedo obrar se se pode introduzir as companhias em essa praça com cavallos para montar as duas que ahy estão, ou comprarem-se aos castelhanos e tambem encontrar a forma de se conservarem ainda estando embaraçada a campanha». [15]).

As duas companhias que já existiam na Colónia, mas que não podiam agir eficientemente por falta de cavalhada, haviam sido para ali mandadas, também de Minas, em Dezembro de 1735, no socorro saído do Rio no dia 15. Fora por cabo dessa gente o Capitão Domingos da Luz. Silva Pais, que passara revista a esse destacamento que seria o casco dos Dragões do Sul, informa a Gomes Freire: «O corpo de Dragões de 45 homens, todos bem fardados e de boa idade, com seus corriões largos de anta fingida e cartucheiras em bandoleiras, boas espingardas, bayonetas e es-

15) Arq. Nac. *Correspond. Gov.* Livro VII (1737-38).

padas largas, alem de seu par de pistolas que levam quando montarem os officiaes, dos destacamentos com boa cara e tudo boa gente pelo que parece».

O corpo a ser formado no Rio Grande seria de oito companhias de setenta cavalos, cada uma, tendo sido nomeado para seu Tenente-Coronel José de Morais e Sargento-Mor Manuel de Barros Guedes. Este traria 40 dragões de Minas a que se juntariam mais 66, tirados dos três batalhões do Rio, «capazes de se exercitarem na cavallaria; estes soldados darão corpo ao Regimento». [16])

Com os elementos que estavam na Colónia teve o Regimento organização em Agosto de 1737. Compunha-se esse casco dos seguintes oficiais e inferiores: Coronel Diogo Osório Cardoso, [17]) Capitão Tomaz Luís Osório, Capitão António de Sá Pereira, Ajudante Francisco António Cardoso de Menezes [18]), Tenente José Freire de Andrada [19]), Tenente António José Cardoso, Alferes Manuel de Vidigal, Alferes António Nunes, Alferes Joaquim Francisco, Alferes António Borges Figueirôa, Sargento Manuel da Cunha [20]), Sargento Felipe Teixeira, Sargento José Vaz, Sargento Gaspar Nunes de Miranda [21]), Sargento João Nogueira Beya,

---

16) Idem. Todas as notas e citações são da *Corresp. dos Governadores do Rio de Janeiro*, vol. VII. Col. Arq. Nac. 84.

17) A família Osório, que se perpetua no Rio Grande do Sul, assinalada por fastos heróicos de sua história, tem aí os seus troncos. Era o coronel Diogo Osório, natural de Cartaxo, Portugal, Capitão de Dragões no Reino quando foi designado para servir no Brasil. Vêm com ele os três irmãos, seus sobrinhos, Capitão Tomaz Luís Osório, que entregou a praça do Rio Grande aos castelhanos, sofrendo por isso justiçamento em Lisboa, e que deixou descendência no Rio Grande; Francisco Coelho Osório, que foi depois Capitão-Mor do Rio Grande, e o Tenente António José Cardoso. Deste último é filho Tomaz José Luís Osório, avô materno do General Manuel Luís Osório, glorioso Marquês do Herval.

18) Mais tarde General e Governador de Santa Catarina. Era solteiro, mas teve, no Presídio, de uma lagunense, filhos naturais reconhecidos, que ocuparam posições de destaque, sendo troncos de importantes famílias rio-grandenses.

19) Sobrinho de Gomes Freire. Casou-se no Rio Grande, tendo algumas filhas que foram em Rio Pardo e Cachoeira ramos de ilustres famílias daquelas cidades.

20) Manuel da Cunha e Souza casou-se com Maria Gomes Ferreira, natural da Colónia do Sacramento, tendo filhos que se constituiram troncos de famílias de Cachoeira.

21) Casou-se com uma descendente de Nunes Miranda o Coronel Demétrio Ribeiro, de Alegrete, provindo, daí, essa conhecida família.

e Cabo de esquadra Luís de Figueiredo. Ainda em 1737, foi o Regimento acrescido com a nomeação dos Tenentes Francisco Barreto e Francisco Pinto Bandeira, lagunista, que já encontrámos, entre os oficiais de Cristóvão Pereira, com patente da mesma data; do Alferes António Pinto Carneiro, também dos Dragões de Minas e Alferes Manuel Pereira Roriz, furriel de Minas e Alferes António José da Gama, que estivera prisioneiro dos castelhanos.

A organização definitiva do Regimento no Rio Grande teve lugar por Portaria datada de 9 de Dezembro de 1737, mas só em Março do ano seguinte, com a chegada do Coronel Diogo Osório Cardoso, vindo da Colónia, com efectivo completo de oficiais, se lhe dá definitiva organização. Nesse mesmo mês chegara, com o Sargento-Mor Manuel de Barros Guedes, mais um destacamento de 130 praças.

Destinado ao serviço de fronteiras, depois de ter servido na Demarcação de Limites e guerra subsequente, destacou o Regimento em Castilhos e Chuí, sendo daí retirado com a invasão do Rio Grande, em 1762. E' quando vai, definitivamente, se integrar ao destacamento sediado em Rio Pardo, onde fica até sua extinção.

Uma página que reproduzimos dar-nos-á ideia dos trabalhos que presidiram à formação dessa célula fundamental da vida heróica do Rio Grande:

«Não é difícil fazer uma ideia dos sacrifícios impostos àqueles homens, atirados num recanto da terra deserta, privados até do próprio alimento, desacostumados como estavam de comer carne, sem outro qualquer condimento. Lá, de ano em ano, e às vezes mais, aparecia na barra uma sumaca tardia, trazendo parcos mantimentos que mal davam para minguados dias de subsistência. Em fardamento, nem era bom pensar. Em 1742, três anos havia que os pobres soldados não recebiam roupa alguma. Pelo trabalho exaustivo das guardas, pelos serviços das rondas, pelo arrebanhamento de gados, que era o seu sustento único, as fardetas recebidas, logo depois da organização do Regimento, estavam em farrapos, muitos havendo que cobriam sua quase nudez com trapos conseguidos a muito custo».

«Faltando pão de monição pela pouca prevenção que houve se mandarão dar a cada soldado 15 espigas de milho para 15 dias,

e uma abobra para outros tantos assegurando-se-lhe na frente do Regimento que em chegando farinhas se lhe inteiraria tudo sem desconto, e se lhe faltou inteiramente, e querendo entrar nesse requerimento não se lhe admitiu mas se passarão ordens para se dar com um páo a morrer no que falasse nisso». Era esse o regime do Presídio. Além das privações de fome, dos serviços dobrados, sob as invernias cruéis, e do castigo imediato pela mínima falta, e de vinte meses de soldo atrasado, ainda o azorrague aviltante, as maiores afrontas, os maiores doestos. «Escandalizados também de serem maltratados (dizem eles em sua representação ao Comandante da praça), com palavras injuriosas, acotilados como succedeo ao cabo de esquadra José da Costa de Vasconcellos, ficando aleijado das mãos, e ao soldado João Vaz da Silva e Antonio da Costa Soeiro, ficando tambem um de um pé e outro de uma mão, estes promovidos pelo alferes Antonio José da Gama Lobo, e affrontados como succedeo ao soldado Ignacio da Costa, sendo chamado à casa do capitão Thomaz Luiz Osorio donde a portas fechadas por dois mascarados com saccos de areia e calabrotes foi tão maltratado que o levarão para o hospital. Na mesma forma o alferes Rodrigo de Mendonça Furtado que comandava a guarda do corpo mandou abordoar o soldado infante Christovão de Albuquerque rodeado de soldados com baunetas caladas e ao soldado Sebastião Ruiz Pina fechando-o no corpo da guarda e com páo fez o mesmo».

Pela simples exposição desses factos, cuja lista longe iria, se o espaço nos permitisse, é de ver que seriam necessários muita dedicação, muito espírito de sacrifício, muita disciplina, para que não irrompessem em justa revolta esses homens, dos quais muitos haviam sido enganados que iriam sòmente para a Colónia, por poucos meses, voltando para os seus lares, onde vários deixaram família.

A revolta estalou, no Presídio, em 5 de Janeiro de 1742. Encebeçou-a o Regimento de Dragões. Entre si nomearam oficiais, continuando a fazer regularmente os serviços da praça e sem molestar a nenhum dos chefes, dos quais tinham amargas queixas. Foi um gesto de alta nobreza que honra os revoltosos. Debalde o Coronel Diogo Osório Cardoso, comandante do Presídio, quis chamá-los à ordem. A nada atenderam, mantendo-se firmes no

propósito de repulsa a seus legítimos oficiais. Ouçamos o que a esse respeito escreveu a Gomes Freire o próprio Diogo Osório, referindo-se à primeira guarda que, com oficiais seus, deram os revoltosos:

«Chegada que foy a guarda hua vista composta de 40 homens e 3 officiaes, mandou pedir licença ao seu nomeado ajudante ao qual preguntey si trazia premissão do corpo para montar a guarda, com seus verdadeiros officiaes, respondeume que não pois a guarda trazia capitão, alferez e sargentos nomeados pelo seo corpo e vinha tambem o sargento mayor nomeado por elle mandou com o mesmo ajudante, o alferes de dragões Francisco Barreto dizer aquella guarda fizesse alto emquanto passava ao corpo representar-lhe daminha parte quizesse aceitar os seus legitimos officiaes para governar a guarda como dantes que era só o que lhe estava bem visto ter determinado continuar o serviço como delle se esperava, respondeo que a guarda se havia de metter com os officiaes que levava elegidos pelo mesmo corpo, e como o não poude despresuadir mandey dizer adita guarda marchasse, e chegando alvorada e a cavallo ao pé do corpo da guarda refiz as preguntas, quem eram, responderam que portuguezes, que eu muito bem conhecia que queriam, responderam tornar entregue daquella guarda, si eram vassalos del Rey Nosso Senhor responderam q' sim; se estavam promptos a dar a vida pelo mesmo Sr. Na defeza desta fortaleza, e de seu continente, responderam anciosos, que assim o promettiam fazer athe a ultima pinga de seu sangue, o que lhe agradeci muito, advertindoos e segurando que pa. o mesmo fim estavamos todos os officiaes da guarn. que presentes se achavam e dando as tres vezes de viva El Rey as repetíram tanto de coração q' foy o unico alivio que tive nesse laberinto de pezares que me serviam a vista das promessas e das resoluções que tinhamos tomado no conc.º que fizemos, encarreguey o corpo de defença daquella moralha e chaves de seu portão e me recolhi com os meus officiaes ao meu quartel adonde mandaram buscar a senha ahora costumada, depois de fechada a porta trazer as chaves e buscar o santo, e o amanhecer buscar as chaves tudo na forma costumada».

Dando imediatas providências, por ter reconhecido a justiça das pretensões dos infelizes comandados, o Coronel Diogo Osório

Cardoso conseguiu na praça algum dinheiro com que atendeu ao pagamento de alguns meses de soldo, propondo espontâneamente, à Junta do Governo do Rio de Janeiro, a confirmação do perdão que dera aos revoltosos. Essa confirmação não se fez esperar. Em Junta presidida por Gomes Freire, em 16 de Fevereiro desse mesmo ano, considerando a impossibilidade de enviar tropas para reduzir os amotinados, foi acordado se ratificasse o perdão dado pelo Comandante do Presídio.

Essa ratificação foi levada pessoalmente aos amotinados pelo Brigadeiro Silva Pais, em Março». [22])

5. — A Comandância Militar.

Retirando-se Silva Pais, assumiu a 11 de Dezembro de 1737 a Comandância do Presídio o Mestre-de-Campo André Ribeiro Coutinho. Era este homem de grandes méritos intelectuais, versando elegantemente a língua, quer em prosa, quer em verso. Existem na Biblioteca Nacional diversos trabalhos seus, que lhe atestam as qualidades literárias.

Uma das primeiras preocupações do novo Comandante foi tornar mais eficiente a defesa do Rio Grande. Fundou o estabelecimento do Estreito, onde erigiu a capela de Santana, e erguendo novas fortificações, em torno dele, para lá transportou guarnição e artilharia. Silva Pais, já do Rio, manda-lhe as suas sugestões: «Já deve estar arrojado aquelle pedaço de cortina que servia de padrasto ao Baluarte de Bandeira, que procurasse com alguns torrões o segurar para ficar como o baluarte do Arroio». Manda-lhe tabuado para as fortificações e plataformas, não esquecendo a feitura de uma ponte levadiça, devendo aproveitar as figueiras que são admiráveis. E remete artilharia, reparos, munições e gente para aumentar a povoação.

Esta vai crescendo com novas levas de povoadores que chegam do Rio, da Laguna e da Colónia. Coutinho procura incrementar a incipiente indústria de carnes. Aos tropeiros que fazem pelas campanhas grandes arreadas de gado, paga, para o consumo das tropas, 800 réis por cabeça de vaca. E a Manuel Gomes Pereira,

---

22) Aurélio Porto. *Regimento de Dragões*, cit. 617.

que estabelece uma xarqueada, compra, por ordem de Silva Pais, toda a produção para municio da força. Como reserva imprescindível ao sustento da praça havia-se fundado a Estância Real de Bojurú. Em 1738 contavam-se já nesse estabelecimento, que abrangia larga área de campos, mais de 1.500 éguas, de 2.000 vacas «que já se achavam corridas», e mais de 8.000 para completar as 45.000 cabeças de gado que deveria ter a estância. Era considerável a quantidade de couros que anualmente exportava o Bojurú, enchendo todas as embarcações que demandavam a barra do Rio Grande. Não obstante Gomes Freire apostrofá-la de «barra diabólica», dos últimos dias de Novembro de 1737 aos últimos de 38 «por ela haviam entrado 26 embarcações de vários portos, o que basta para provar a sua bondade», dizia o Brigadeiro Silva Pais, em carta de 30-VII-1738.

Pelo Brigadeiro havia sido nomeado Administrador da Estância Real do Bojurú, Cosme da Silveira e Ávila. Interessante a figura desse aventureiro, tão pouco conhecido ainda, a quem os historiadores, como também a Cristóvão Pereira, dão a naturalidade de São Paulo, quando, como este, era português.

Nasceu Cosme da Silveira na Vila Nova de Tousso, ilha de São Jorge, Açores, sendo filho legítimo do Capitão-Mor da mesma Vila, António da Silveira e Ávila e de sua mulher Catarina Machado de Azevedo. Vindo muito moço para o Brasil, depois de permanecer pouco tempo na Laguna, internou-se nas campanhas rio-grandenses, dedicando-se, como outros aventureiros, à passagem de gados para aquela vila. Quando o Brigadeiro Silva Pais penetrou a barra, fundando o Presídio, travou conhecimento com o tropeiro e apreciou-lhe as qualidades que o distinguiam, a sua energia e espírito de iniciativa. Organizada a Estância de Bojurú escolheu-o o Brigadeiro para dirigi-la. Aí fabricou Cosme da Silveira os primeiros queijos de que mandou amostras muito apreciadas a Silva Pais. André Ribeiro Coutinho, não estando de acordo com providências tomadas no estabelecimento, pelo Administrador, mandou prender Cosme da Silveira. Este leva sua queixa ao Brigadeiro que, em expressiva carta, lhe responde dizendo-lhe do grau de consideração em que o tem: «Recebo sua carta e sinto muito que o M^e^. de campo André Rib^o^. tivesse causa para o metter em prisão tão apertada, pois estou certo que elle obraria com

justiça e não com seg. tenção como imagina, eu lhe escrevo e lhe peço attenda em o que for de just., e me persuado (caso tenha peccado) sobre daqui por diante de sorte q' o mesmo M^e. de campo que agora o castiga venha depois a ser seu mayor amigo. Vejo que ainda não tem passado todo o gado que eu desejava houvesse em Bojurú, como tambem as Egoas, mas me persuado que em Turiritama já se acham mais de mil para passarem e completarem as duas mil que é o menos que deve andar no rincão do Carro. Espero que sempre que haja ocasião me avise do gado e Egoas que vão passando, pois tenho disto muito gosto. Agradeço-lhe muito os queijos que são admiraveis e com elles regalei a algumas pessoas que não podião crer se fizesse lá tão bons. Ao M^e. de campo escrevo que o favoreça em tudo quanto couber na Just^a. com que obra e tenho por sem duvida não deixará de attender e em mim achará sempre hua boa vontade para o servir. Deus guarde etc. Rio, 22 de agosto de 1738». [23])

Deve-se também a Cosme da Silveira os primeiros ensaios da cultura do trigo, com resultados magníficos. Descontente com o procedimento de Ribeiro Coutinho, deixa o açoriano a Estância de Bojurú e interna-se pela campanha de Viamão, ocupando campos com gados que traz dos Pampas e é um dos fundadores daquela capela, em 1747. Quando da penetração para Rio Pardo, onde é também um dos primeiros que ali se estabelece com estância de criação de animais vacuns, é Cosme da Silveira encarregado da «Estancia do Rincão del-Rei», onde se juntam as cavalhadas reúnas.

Em Rio Pardo, de que foi um dos fundadores, casou-se com D. Rita Josefa da Silveira, também açoriana, viúva do Capitão Francisco Machado Fagundes, dos casais povoadores dessa vila. Teve Cosme da Silveira duas filhas nascidas no Rio Pardo, Joana e Inocência. Cosme faleceu ali, com testamento, em 1767.

Profícua e afanosa foi a administração do Coronel André Ribeiro Coutinho na obra de consolidar a fundação do Presídio. E um dos trabalhos em que mais se empenhou foi a organização da defesa no caso de ataque dos castelhanos, ameaça constante que lhe vinha por notícias da Colónia e da campanha. Nesse intuito,

23) Arq. Nac. *Correspond. dos Gov.* Livro VIII, 97 v.

além de fortificar o porto e o Estreito, dotando-os de obras darte e artilharia, estendeu sua acção ao Taim, tendo muito em conta também vigiar pelo forte de São Miguel, nas proximidades do Chuí. Os passos dos arroios foram tomados por guardas vigilantes. Por intermédio de Cristóvão Pereira, grande amigo dos minuanos, conseguiu o comandante militar que esses índios se fossem situar nas proximidades de São Miguel, para ocorrer à defesa dessa fortaleza. Tinham, ao mesmo tempo, a incumbência de correrem gados e cavalhadas pelo Pampa, os quais eram comprados pelos portugueses.

O comércio de couros tinha tomado um forte incremento. Havia milhares de couros depositados à borda da Mirim, esperando que houvesse água para subir. Vários povoadores estabeleceram xarqueadas.

Durante três anos, até 22 de Dezembro de 1740, em que esteve comandando o Pesídio, dedicou Ribeiro Coutinho toda a sua actividade a esse empreendimento, dando todas as providências cabíveis afim de consolidar a obra de Silva Pais. Não obstante as grandes dificuldades que teve de enfrentar para levar a cabo a sua missão, fez um governo digno de suas altas qualidades de homem culto, tendo deixado de si, no Rio Grande, mais do que a lembrança de sua acção. [24])

Substituiu-o, naquela data, o coronel Diogo Osório Cardoso, Comandante do Regimento de Dragões.

Cheio de contrariedades e sem brilho algum se apresenta esse período de 12 anos, que assinala o governo de Diogo Osório. Foi durante a sua gestão, como já historiámos, que se deu a sublevação dos Dragões devido aos maus tratos dos oficiais de seu Regimento, principalmente aos do Capitão Tomaz Luiz Osório, seu sobrinho, que foi preso por esse facto.

Em 1742 aportou ao Rio Grande uma armada inglesa que se destinava aos mares do Sul. Estava no Presídio o Brigadeiro

20) Consta do L° 1° de nascimentos do Rio Grande o assento de baptismo de uma filha de André Ribeiro Coutinho, registrado a 29 de Março de 1740. "Eufrazia — filha natural do Mestre-de-Campo André Ribeiro Coutinho e de Ana Maria da Conceição, chamada a Mineira, casada com Manuel de Almeida. O dito Mestre-de-Campo é casado em Lisboa. Padrinhos licenciado Sebastião José de Carvalho e sua mulher D. Maria de Oliveira".

Silva Pais que viera expressamente tomar várias providências para sanar as consequências da sublevação.

Vinham nessa armada muitos casais, cujos filhos foram baptizados na igreja de Jesus-Maria-José, segundo assentos constantes do Lº 1º de Baptismos do Rio Grande. Em 20 de Maio recebeu o baptismo, Roberto Elias, filho de João Elias e sua mulher Sara Cuff, natural de Londres, sendo padrinhos o brigadeiro J. da Silva Pais e D. Eufrásia de Oliveira; em 27, António Edmunds, filho de Roberto Edmunds e Joana Pax, de Inglaterra; em 27, João Guilherme, filho de Mateus Guislioor e de Penelope Barber, naturais de New-York, do reino de Inglaterra; em 27, Manuel Carter, filho de João Carter e sua mulher Marta Daubsch, naturais de... Ingl.; Diogo Lomax, filho de Tomaz Lomax e sua mulher Fuies Ley, de Manchester; em 3 de Junho, Guilherme Low, filho de Tomaz Low e sua mulher Maria Sonicz, da Ingl. e Diogo Buter, filho de João Buter e sua mulher Maria Tute, naturais de Dublin.

Mais tarde, em 1744, na praia da Xarqueada, naufragou uma nau francesa, a **Duc de Chartres**, em que vinham, além de outros passageiros, 30 Jesuítas, de várias nacionalidades, que se destinavam às províncias do Paraguai e do Chile. Destes morreram 24, sendo os que se salvaram levados pelo Padre Melchor Strasser, alemão, a pé, até o Presídio, onde receberam socorros do Governador. Esse naufrágio traz consequências, de que resulta o vilamento do Rio Grande.

Em carta do P. Strasser encontram-se informes muito interessantes sobre o Rio Grande. [25]) O Jesuíta e seus cinco companheiros salvos do naufrágio, depois de uma caminhada de muitos dias, com sérias privações, chegaram ao porto de São Pedro, a 28 de Janeiro. «Em São Pedro, diz, nos recebeu cavalheirescamente o Comandante do Porto, dando muitas mostras de comiseração por nossos náufragos, e nos ofereceu generosamente albergue durante a noite. Como manifestássemos o grande desejo que tínhamos de visitar aquele dia o Governador Diogo Osório Cardoso, que vivia a meia légua portuguesa dali, um carro ti-

25) A carta do Padre Strasser é datada de Buenos Aires, 15-IX-1744. Foi-nos sua cópia gentilmente mandada pelo ilustre e provecto historiador uruguaio, Dr. Felipe Ferreiro, que a encontrou no Arquivo do Instituto Histórico do Uruguai.

rado por bois nos conduziu ao Governador que, com incrível alegria, carinho e afabilidade, nos obsequiou como aos melhores hóspedes.

Para que pudéssemos descansar e recobrar as forças perdidas, nos destinou uma casa que havia sido habitada antes por dois Padres Capuchinos, e em que havia, na ocasião, um capelão castrense com dois soldados. Todos os dias se nos punha na mesa carne fresca e bom peixe que comíamos com apetite, mas não nos fartavam, porque quanto mais comíamos mais fome sentíamos. A causa disso poderá ser o clima, ou que a comida daqui não seja tão nutritiva como a de Espanha.

Devemos essa boa acolhida, em parte á liberalidade de S. M., o Rei de Portugal e, em parte, à do Governador daqui. S. M. tem ordenado a todos os seus oficiais destas regiões, que a todo o náufrago se dê gratuitamente carne, farinha e peixe, como sucedeu conosco e antes com uns ingleses que há dois anos naufragaram no Estreito de Magalhães, cabo de Hornos, os quais, depois do naufrágio, construindo com os restos de sua nave uma embarcação, arribaram aqui em extrema necessidade, sendo socorridos com abundância de toda a espécie de víveres.

Ao Governador, entretanto, devemos agradecer tão amplo e cortez acolhimento, porque com bondosa solicitude para com nossa Companhia nos enchia todos os dias, especialmente aos missionários, com exquisitas gentilezas e dádivas, sem olhar as ordens reais. Pouco depois de nossa partida para Buenos Aires nos adiantou 500 pesos para que pudéssemos nos refazer de vestimentas e provisões necessárias para a viagem. Interpôs também seu valimento por nosoutros junto ao Visitador Episcopal que, por sorte nossa, se achava em São Pedro, afim de que nos permitisse celebrar missa, o que em vão havíamos solicitado ao pároco da povoação. Sob severas penas eclesiásticas havia sido proibido, pela Senhoria Ilustríssima de seu Bispo do Rio de Janeiro, permitir a sacerdote algum estranho, religioso ou secular, a celebração do santo sacrifício em sua igreja, sem licença escrita do Bispo.

Foi a 1 de Fevereiro, sábado, o ditoso dia em que pela vez primeira, na América, subi a um altar, o que não esquecerei jamais na vida. Como a nossa partida daqui se atrasou ainda mais, enviámos dois dos nossos companheiros ao sítio do naufrágio para

ver se as ondas haviam arrojado à praia todo o carregamento, especialmente o que estava encerrado no porão, que se destinava à missão do Chile. Voltaram, porém, eles com a triste notícia de que, provàvelmente, jazia, na desventurada nave, no fundo do mar. Bendito seja o nome do Senhor! Ainda mais lutadores expeditos, continuaremos agora nossa viagem.

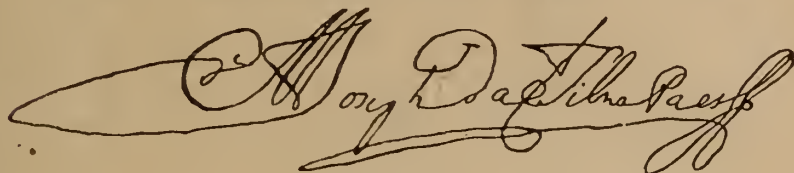
Enquanto nossos dois expedicionários iam e voltavam do local do naufrágio, entretive-me em estudar com exactidão, com informes de pessoas entendidas, o Rio Grande, as povoações e tribos situadas em suas margens e toda a costa que se estende desde os 30º até ali; e sinto imensamente ter perdido a oportunidade que tive de copiar um mapa novo e perfeito de todos os dois rios: Rio Grande e Rio de Janeiro, que tive o prazer de ver na casa do senhor Governador. As cartas que escrevi para a Europa nos primeiros dias depois de minha chegada, tiraram-me o tempo que necessitava para copiar esse formoso mapa e acondicioná-lo para remetê-lo a Lisboa, não me sobrando depois o tempo para isso. Oxalá a Corte portuguesa publique esse mapa em benefício de todos os navegantes.

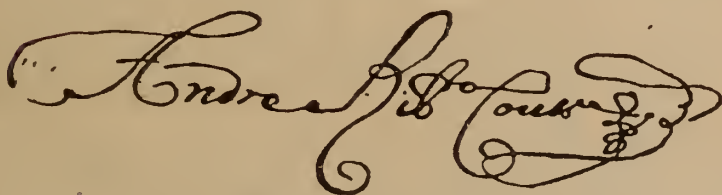
Os habitantes da povoação de São Pedro contaram-me que a região em que vivem actualmente era, há sete anos, uma clareira de mato emaranhado, em que se refugiavam atém de inumeráveis papagaios, grande número de ferocíssimos tigres. Os primeiros aninham ainda nas copas das altas árvores; os tigres refugiaram-se terra adentro, e em quase todas as casas, dos moradores encontram-se uma ou duas peles de tigres, que colocam em suas cadeiras e assentos.

Junto a este Rio Grande, para o Norte, há mais outra povoação, mas formada toda de gente pobre, a qual sendo sòmente de cristãos, e não podendo, por sua pobreza, manter um pároco, é atendida no espiritual pelo sacerdote de São Pedro; este ouve anualmente, durante a quaresma, suas confissões, trasladando-se para ali, com uma viagem de oito dias, à moda portuguesa, isto é, a todo o galope do cavalo.

Do outro lado dessa povoação estão os limites das Reduções do Paraguai, das quais a mais próxima é a de São Miguel. Mas elas não têm comércio algum entre si, porque tudo o que passa de um lado para outro lado do rio é considerado por ambos como

uma hostilidade. Para o Sul há outro São Miguel, chamado também Chuí, que dista sòmente três léguas da povoação espanhola de Castilhos. Desse ponto até Montevidéu, que está na parte do Rio da Prata, há uma distância de quase 100 léguas; na outra parte, a umas 40 léguas de distância, está Buenos Aires, para onde, se Deus quiser, seguiremos breve em uma caravana de carretas, tiradas por bois.

A cidade de São Pedro, chamada também Rio Grande de São Pedro, devido ao rio sobre o qual está, foi recém-fundada há uns sete anos, e por ocasião da guerra entre portugueses e espanhóis, que combateram nestas regiões, foi fortificada com baluartes, paliçada e canhões. Conta 1.400 almas e da embocadura do rio ao mar distam duas léguas. O sítio é saudável, a terra fecunda, e tudo cresce fácil e ligeiro, sem grande trabalho do lavrador. Encontrámos uvas maduras, melões, e outros muitos frutos americanos que comemos todos os dias, sem perigo algum de contrair febre ou outra qualquer enfermidade. As casas são muito miseráveis, e piores que as das aldeias da Baviera, e quer o palácio do Senhor Governador, como a nossa capela, são todas cobertas ùnicamente de palha. Seus infelizes moradores, mesmo nelas não estão seguros, por serem quase sepultados pela grande quantidade de areia que o vento forte acumula em derredor.

Toda a costa entre este Rio Grande e o sítio em que naufragámos não tem denominação alguma nos mapas terrestres ou marítimos, por ser desconhecida, mas sem ofensa alguma se poderia chamar Costa Brava e Desastrosa, por ser em todo o tempo mui borrascosa, e haver posto a pique muitas naves. Em São Pedro ouvíamos o rugir e o bramir do mar, não obstante estarmos a duas léguas de sua costa». Até aqui a relação do P. Strasser.

Foi durante o governo do coronel Diogo Osório Cardoso que o Rio Grande do Sul recebeu as primeiras levas de casais açorianos, que nos vieram das ilhas. De 1749 a 1751, encontram-se já, nos livros de baptismos, assentos de um ou outro filho de casal. Mas, é exactamente no ano de 1752 que se registram baptismos em grande escala, começando do mês de Janeiro. Nesse ano baptizam-se, na igreja de Jesus-Maria-José, 25 filhos de açorianos. O primeiro baptismo é o do párvulo Inácio, filho do casal António Francisco Xavier e Maria Teresa de Jesus, naturais de São

Miguel. Em 1753 já sobem a 40; em 1754, 82; em 1755, 87; em 1756, 124, e assim por diante. Apurámos, em pesquisas detidas que realizámos nos livros paroquiais, que entraram no Rio Grande (vila), de 1749 a 1763, 446 casais, predominando os de São Jorge, Faial e Terceira respectivamente em 167, 94 e 78 casais. Para o Porto dos Casais, (Porto Alegre) que fundaram, entraram, de 1752 a 1774, 104 casais.

Pelos livros de assentos de baptismos, com exclusão dos 5º e 6º de nascimentos do Rio Grande, de que não tomámos notas, (1777 a 1800), encontrámos a entrada, em todo o Continente, até 1800, de 814 casais açorianos, que baptizaram, como melhor detalhámos em outro trabalho, nas 12 povoações em que se disseminaram, 2.449 filhos. Esses dados referem-se só aos casais vindos das Ilhas, estando excluidos da relação os solteiros, embora ilheus que, no Continente, tomaram estado. Faltando mais de 20 anos, correspondentes aos livros de baptimos, 5º e 6º do Rio Grande, para onde voltaram, depois da expulsão dos espanhóis, os casais que ali tinham interesses e os que foram prisioneiros para Maldonado, pode-se elevar a 1.000 o número dos originários dos Açores, entrados no Rio Grande do Sul. E pela média de crescimento natural, de 3 unidades encontradas no cômputo anterior, pode-se também elevar a 3.000 o número de nascimentos de filhos de casais. Os que se encontram ainda procriando atingem a soma de 2.000 indivíduos, mas vieram também centenas de casais velhos, combalidos, estropeados, segundo se verifica pelos documentos da época, e que poderá representar um terço dos válidos. Cada um destes já traria, em média, dois filhos, o que representa, pelo menos, mais 2.000 indivíduos. Por estas razões, parece-nos poder assegurar que, de 1752 a 1800, recebeu o Rio Grande do Sul mais de 2.000 casais açorianos, que com 3.000 indivíduos de seu crescimento natural, dão-lhe um aumento de mais de 8.000 unidades à sua população. Esta não atingiria a 2.000 almas em 1744, tendo em vista que o único núcleo maior de população era o Rio Grande (porto) com 1.400 almas. Em 1746, numa atestação, declara o P. Mateus Pereira da Silva que «nos campos de Viamão há 50 fogos com 200 moradores, e 82 pessoas com 9 fogos, no Tramandaí». Demonstra isto o que foi, para o Rio Grande do Sul, o coeficiente açoriano, classificado por muitos dos nos-

FAC-SÍMILES DE ASSINATURAS DOS COMANDANTES DO PRESÍDIO DE JESUS-MARIA-JOSÉ DO RIO GRANDE DE SÃO PEDRO.

Jose da Silva Paes

André Ribeiro Coutinho

Diogo Osório Cardoso

Paschoal de Azevedo

sos historiadores de quase nulo! Em 1804, a população do Continente já orçava por 36.721, e dez anos depois em 70.656.

Em Casais, magnífico trabalho com que enriqueceu as letras históricas do Rio Grande, o provecto General Borges Fortes estuda detidamente a entrada dos primeiros açorianos que se estabeleceram no Continente. Foram, diz, 106 famílias das 263 que chegaram até Abril de 1752, à Laguna. A estas se agregam mais 75 que, em 26 de Agosto, perfaziam o total de 181 famílias com 833 pessoas. [26]) Mas, já anteriormente, em 1749, como verificámos, assinalam os livros de baptismos, casais, procedentes dos Açores, no Presídio do Rio Grande. Neste ano houve dois baptismos de filhos de terceirenses; no de 1750, um casal do Pico; em 1751, um, de casal da Terceira. Em 1752, em Janeiro, houve 2 baptismos; em Fevereiro, 2; em Abril, 3; em Maio, 1; em Junho, 4; em Julho, 5; em Agosto, 6; em Setembro, 1 e em Novembro, 2, num total de 25.

Pelo Tratado de 1750 deveriam os Povos de Missões passar à Coroa Portuguesa, em troca da Colónia do Sacramento. Para povoá-los vieram das Ilhas muitos casais que ficaram no Rio Grande, na mais cruel das misérias. Sòmente com a chegada de Gomes Freire foram esses infelizes destinados ao Porto do Dorneles, posteriormente Porto dos Casais (Porto Alegre). À proporção da penetração que a Demarcação de Limites possibilitou, eram estes e outros casais que chegavam, contìnnuamente, designados para povoarem novos pontos ocupados pelos portugueses. Passando todos pelo Rio Grande, em 1752, estabeleciam-se em Porto Alegre; em 1755, os destinados às Missões estacionavam em Rio Pardo; em 1757, são arranchados em Santo Amaro. Com a invasão espanhola em Rio Grande, são, os daquela vila, internados pelo Continente. O Porto dos Casais recebe grande incremento de novos povoadores. Os primeiros retirantes vão-se estabelecer no Estreito, em 1763; Triunfo, em 64, Taquari, em 66, recebem fundadores açorianos. Só mais tarde, em 1772, funda-se Santana das Lombas, perto de Porto Alegre, que tem vida efémera; e no ano seguinte os livros de baptismo de Santo António da Patrulha e de Mostardas acusam a existência de casais açorianos.

---

26) General Borges Fortes. *Casais. Ed., Cent. Farroupilha.* 1932.

De Rio Pardo eles se espalham pela Encruzilhada e Cachoeira, mas já não são lavradores. Estendem-se em largas sesmarias de campos e criam gados. Pequeno número se destina à lavoura e esse pequeno número consegue realizar o milagre de uma intensiva produção de trigo que opulenta a campanha nos fins de século XVIII.

Ainda no governo do Coronel Diogo Osório Cardoso põe-se em execução o Tratado de 1750 que virá mudar a face do Continente, dando-lhe novos horizontes, com a penetração das forças desse soldado e estadista emérito que foi Gomes Freire de Andrada, futuro Conde de Bobadela. E com o vilamento do Rio Grande e fundação de novas povoações, inicia-se a fase do municipalismo rio-grandense.

Substituiu ao Coronel Diogo Osório Cardoso o Tenente-Coronel Pascoal Azevedo, nomeado Comandante do Presídio por Carta Régia de 28 de Junho de 1752.

Segundo o registro de óbito, que encontrámos, faleceu o Coronel Diogo Osório Cardoso a 4 de Outubro de 1752 nas proximidades do Chuí, onde se encontrava, depois de rápida enfermidade, e com todos os sacramentos. Era solteiro, natural de Pero de Régua, bispado do Porto, e seu corpo transportado dali para o Rio Grande teve sepultura condigna na capela de Santana. [27]

OBSERVAÇÃO. José Honório Rodrigues, em seu nupérrimo opúsculo O CONTINENTE DO RIO GRANDE, Rio, 1954, tratando magistralmente da procedência dos povoadores iniciais do nosso Rio Grande do Sul, escreve à página 45: «O povoamento do Rio Grande se faz no período colonial com mazombos de vária origem e açorianos. Dominaram o açoriano e o lagunista, de origem paulista, mas influi também o carioca de origem minhota. Em proporções equivalentes menos significativos, indígenas e negros. A ligação com a índia é dos primeiros tempos, mas o negro também aparece desde Silva Pais.» Posteriormente, o mesmo J. H. Rodrigues, pelas colunas de «O Jornal», do Rio, transcrito em «Província de São Pedro», n.º 19, 1954, p. 181-183, prova, contra A. Porto, que a contribuição carioca para o povoamento gaúcho foi bem maior do que a baiana. (L. G. J.)

27) L° 1° de óbitos de Jesus-Maria-José (1738-1763). Bispado de Pelotas.

CAPÍTULO IV

FLORESCIMENTO DOS SETE POVOS.

1. Serviços prestados pelos índios dos Sete Povos. — 2. Organização social e religiosa. — 3. Expansão económica das Missões. — 4. Desdobramento das Populações Missioneiras.

1. — Serviços prestados pelos índios dos Sete Povos.

Cumprindo os imperativos de ordem política e económica que determinaram a sua retransmigração para a bacia do Uruguai, caberia aos Sete Povos, desde a hora de sua fundação, o ónus integral da defesa da extensa região circunscrita entre o Uruguai, o Prata e o litoral atlântico.

O gado, factor precípuo de sua economia, exercendo alta função civilizadora, criara novas modalidades de vida social, com a sua expansão geográfica, atraindo homens de toda a parte, para a fácil e proveitosa extracção de seus efeitos. E não só os portugueses, que se fixam nos lindes extremos do grande estuário, como outros povos europeus, notadamente franceses, dinamarqueses, ingleses e outros, abicam para essas praias as naus de suas esquadras, na factura de grandes provisões de courama, graxa, sebo, charque e línguas. O «gado, cevo e ciñuelo» [1]) das ambições dos povos mais distantes e diversos, chamando o homem, que o abatia nas próprias margens do Prata ou o recebia, nas arreadas dos índios infiéis, teria de impor elevados sacrifícios aos índios missioneiros, seus primitivos e naturais detentores.

Feita a mudança dos Povos, ainda não bem fixados em seu

1) Cevo = engôdo; ciñuelo = cincerro. (L. G. J.)

novo **habitat**, movimentam-se contingentes armados que percorrem em reconhecimento «toda a costa até Castilhos», onde se presumia houvesse estrangeiros em «faenas de Vacarias». E' ainda o P. Bernardo Nusdorffer quem nos fornece, em sua exposição inédita, os dados principais sobre a actuação dos tapes, em mais de cinquenta anos de constante vigilância e luta. [1ª])

A defesa do território contra os portugueses e índios infiéis e a vigilância constante exigida pela ameaça de novas bandeiras paulistas; a contribuição, em outros sectores da governação do Prata e mesmo da do Paraguai, ameaçadas por contínuas desordens, que tinham de prestar, com homens, armas e animais, enchem de lutas esse meio século de vida missioneira. Além disto, os trabalhos de fortificação exigidos pela defesa de Buenos Aires, e depois pela de Montevidéu, em que os índios são os artífices, enchem largas páginas da vida das Doutrinas do Uruguai, quer

---

1º) Ver cap. I nota 9 deste volume: *Serviços dos índios*. Depoimento do P. Bernardo Nusdorffer, em 1735, B. N. Mss. I, 29, 4, 56, (1637-1680), que aqui se termina com as informações relativas a outros serviços — (1688-1735):

1688 — Por ordem do Sr. Governador de Buenos Aires, D. Joseph de Herrera y Sottomayor, foram 150 índios com uma pessoa de sua confiança, que veio de Buenos Aires, revistar toda a costa e litoral até Castilhos, com seus cavalos, armas e víveres, o que executaram com indizível carinho, e vontade ao serviço real, sem olhar o trabalho e a fragosidade dos caminhos, nos quais padeceram muitas privações", como consta das próprias palavras do certificado do dito Governador.

1688 — Certifica o mesmo que, nessa ocasião, os índios tapes fizeram a S. M. um donativo gratuito de duzentos e cinquenta cavalos para a Guarda de São João, o que naquelas circunstância por falta de animais cavalares foi serviço de inestimável valor.

1698 — Neste ano, o Governador do Porto, D. André Augustín de Robles, chamou dois mil índios armados para a defesa do Porto e cidade de Buenos Aires contra uma esquadra de navios franceses e certificou a S. M. que de suas doutrinas, em suas próprias embarcações, quinze dias após terem recebido o aviso, chegaram àquele Porto vencendo incríveis dificuldades e contratempos. Consta do certificado e Cédula Real de 12 de Nov. de 1716.

1698 — Consta da mesma Cédula haverem cedido com liberalidade, em benefício da Fazenda Real, noventa mil pesos que era o que lhes tocaria de soldo, correspondente a um real e meio por dia.

1700 — Neste ano, por ordem de D. Manuel do Prado, baixaram 2.000 índios armados para a defesa de Buenos Aires, contra uma esquadra de navios dinamarqueses e estiveram tanto tempo nas cercanias do rio de Hurtado que fizeram ali suas sementeiras, até que o dito Sr. Governador lhes deu licença para voltar às suas casas, louvando sua fidelidade e constância no tocante ao real serviço, tendo eles se conservado fora de suas casas mais de oito meses.

de uma quer de outra banda, pesando, porém, mais fortemente sobre os índios dos Sete Povos, mais próximos do local em que se desdobravam as suas actividades de toda espécie. Sem remuneração de qualquer forma, agindo ùnicamente por obediência a seus Padres, maltratados pelos espanhóis, sem roupas de agasalho e muitas vezes com fome, tudo provendo à sua própria custa, os serviços por eles prestados têm uma grande significação na vida missioneira. Muitas vezes, para atender essas contínuas solicitações, abandonavam meses a fio e anos inteiros as suas casas, as suas mulheres e seus filhos, perturbando também consideràvelmente a vida económica dos Povos, de que se arrancavam os melhores braços das lavouras. As casas e os templos ficavam, como

---

1700 — Em tempo do mesmo Sr. D. Manuel do Prado Maldonado, foram 154 índios tapes espiar os portugueses e correram até às cercanias de São Paulo, caminhando mais de quinhentas léguas e vencendo imensas dificuldades de bosques, pântanos e serranias, em cuja diligência levaram cinco meses.

1702 — Por ordem do Governador de Buenos Aires e sob o comando de D. Alexandre de Aguirre foram dois mil índios armados guerrear e castigar os infiéis jarós, mboanes, charruas e seus confederados, e levaram 4.000 cavalos, 2.000 mulas e 2.000 vacas de sua propriedade. Caminharam quase dois meses até encontrá-los, por rios caudalosos e pântanos penosíssimos, e brigaram cinco dias prendendo mais de quinhentos infiéis. Morreram dois índios entre capitães e soldados 12 e houve grande número de feridos.

1704 — Por ordem do Governador do Porto de Buenos Aires, D. J. Alonso Valdez y Inclan, baixaram no ano de 1704 para o segundo desalojamento dos portugueses da Colónia 4.000 índios armados e levaram 6.000 cavalos, 2.000 mulas e muitas embarcações em que conduziram seus víveres de grãos, erva e tabaco para ida, estadia e volta, tudo por sua conta. e trouxeram ao real, enquanto durou o cerco, com seus cavalos mais de 30.000 vacas, para sustento de todos, quer índios, quer espanhóis. Durou a facção oito meses, nos quais perseveraram com muita constância, fazendo suas guardas nos ataques e trincheiras e como os demais trazendo fachinas e artilharia a força de braços. Nessas acções ficaram 130 índios mortos e 200 gravemente feridos, até que os portugueses desampararam a praça em 15 de Março. Caminharam desde seus Povos à sobredita paragem uns 150, outros 200 e outros 300 léguas em caminhos penosos e tempo de grande seca. Consta tudo isto dos certificados e informações do mesmo Governador e dos do cabo principal de todo o exército, D. Baltazar García Ros, e da Cédula Real de 12 de Novembro de 1716.

1704 — Da mesma certificação consta que depois de tantos e afanosos trabalhos, libertos de qualquer interesse, reconhecendo o alcance em que estava a Caixa Real, fizeram graciosa e livre cessão de todo o soldo ou estipêndio que lhes cabia em virtude da Cédula Real de 29 de Novembro de 1679, soldo que importava só desta vez em mais de 80.000 pesos em prata.

vimos, paralisados longos períodos em suas construções. E é de admirar que, não obstante esse ónus elevado imposto aos índios, tivessem as Missões Orientais atingido nesse período o fastígio de seu florescimento económico, cultural e religioso.

Outro aspecto prejudicialíssimo, sob o ponto de vista moral e religioso, resultava dessas longas ausências dos índios, pela quebra de disciplina e maus exemplos que os espanhóis e outros lhes davam, nos lugares em que exerciam a sua actividade. Muitas vezes o Padre, que sempre os acompanhava, tornava-se impoten-

---

1704 — No mesmo ano ainda estiveram trabalhando no forte de Buenos Aires outros 300 índios, como consta das cartas do mesmo governador D. Alonso. Nos anos seguintes, trabalharam no mesmo forte, outros 400 índios, como consta de informações apresentadas ao Real Conselho em 1705.

1718 — Neste ano, por ordem do Governador D. Bruno de Zavalla, foram com suas armas, cavalos e avios 500 índios a uma correria pelas campanhas da Vacaria para a Colónia, a fim de expulsar delas os portugueses que se aproveitavam ali com grande exploração de courama, graxa, charque e línguas; queimaram nessas correrias milhares de couros pertencentes aos portugueses, tendo nessa ocasião morrido alguns índios e foi ferido e preso pelos portugueses um irmão leigo que andava com eles. Nestas correrias demoraram três meses.

1721 — Por ordem do mesmo Governador foram às mesmas campanhas mais 200 índios armados para conter os portugueses nos limites assinalados que haviam passado. Foram munidos de armas, cavalos e víveres de seus Povos.

1721 — Achando-se infestada a cidade de Corrientes de infiéis paiaguás, que pelo rio, fiados na velocidade de suas canoas, cometiam roubos e mortes nos cristãos, tanto índios como espanhóis, seu Tenente-de-General, D. Francisco de Noguera, pediu socorro às Doutrinas de guaranis e tapes que logo baixaram em oito chalupas com 163 índios bem armados, e achando-se a cidade sem uma carga de pólvora para municiar aos soldados espanhóis, os índios socorreram a estes com um quintal, conseguindo-se com este socorro livrar do perigo em que se achavam, afugentando os inimigos que por muito tempo não mais o molestaram.

1724 — Por ordem do dito Governador D. Bruno de Zavalla alistaram-se 4.000 índios tapes para expulsar os portugueses que queriam povoar Montevidéu. Começaram a marchar esses 4.000, mas os portugueses desistiram do intento, em vista desse contingente de reforço. Por ordem do mesmo Governador, retornaram, então, 2.000 desses índios a seus Povos, no que gastaram um mês entre ida e volta. Os outros 2.000 com suas armas, cavalos e víveres, foram até Montevidéu para erguer um forte, como fizeram, trazendo com seus cavalos e mulas, fachinas e sustento de todos eles e lenha para seu uso, de distância de seis léguas, com grande trabalho. Levaram esses 2.000 índios um ano entre ida, estadia e volta aos seus Povos. A eles não se deu mais do que tabaco e erva, tendo sido considerável a perda de cavalos e mulas que sofreram. Depois destes foram para ali mais 400 índios que se revezaram com outros 400 que os substituíram e, ainda por duas vezes, mais 200 de cada

te para coibir certos abusos e vícios que prejudicavam todo o trabalho de catequese jesuítica. Muitos índios, imbuídos de um certo espírito de rebeldia, que sentiam na desorganização moral da colónia, voltavam aos seus Povos, tornando-se aí verdadeiros díscolos.

De um deles, o índio Mbaiguá que tivera largo contacto com

---

vez, de sorte que esse trabalho se estendeu até o ano de 1729, revezando-se sempre por novos contingentes de índios. A este se deu, no fim do ano, apenas seis varas de pano para roupa. Sobre essa fortaleza diz o Governador em seu informe: "Se não tivéssemos os índios (das Doutrinas) seria impossível prosseguir o trabalho começado para acautelamento e defesa de Montevidéu".

1724 — Neste mesmo ano e seguintes (1725 e 1726) estiveram outros 160 índios trabalhando no forte e castelo de Buenos Aires por alguns anos, revezando-se os índios por diversas vezes como é notório em toda a cidade. Assistiu-os nesse trabalho o Capitão D. Inácio Gari.

1724 — No mesmo ano, por ordem do Sr. Vice-Rei destes Reinos, tomou conta do governo do Paraguai D. Baltazar García Ros. Levou por ordem de s. exa. mais de 3.000 índios armados, com seus cavalos e à sua custa, quando D. José de Antiquera, resistindo à dita entrada acometeu traiçoeiramente com os do Paraguai ditos índios, estando a maior parte desarmados e não tendo os cavalos consigo. Foi no dia 25 de Agosto festa de São Luís, quando estavam desarmados em uma festa militar comemorando o aniversário del rei D. Luís I, que Deus haja. Pereceram nessa refrega e se afogaram no rio Tibiquari 300 índios. Perderam-se também nessa infeliz acção mais de 3.000 animais entre cavalos e mulas e muitas armas, que foram levados pelos paraguaios. Depois disto se alistaram mais 4.000 índios que iam para ali se encaminhando quando a imediata retirada dos paraguaios para suas terras não tornou mais necessário e os índios não passaram dos rios Paraná e Uruguai.

1725 — Neste ano estiveram os índios empenhados no cerco da cidade de Santa Fé, para atender o pedido que lhes fez o Tenente desta cidade, em nome de Sua Majestade para defendê-la dos índios infiéis abipones e mocobis que a tinham em cerco. Aí estiveram por espaço de um mês.

1732 — Neste ano os infiéis guenoas insurgiram-se contra os espanhóis de Buenos Aires e haviam já morto 50 moradores no Porto, além de outros que procuraram contê-los. Foi no tempo do Exmo. Sr. D. Bruno de Zavalla que, para castigá-los e apaziguá-los convocou os índios guaranís. Vendo, porém, o perigo decorrente dessa guerra, o Padre Miguel Ximénez, cura da doutrina de São Borja, com alguns caciques guenoas, parentes dos infiéis insurrectos, que estão no dito Povo, e outros índios cristãos, que eram por todos 87, adiantaram-se e foram com propostas de paz aos infiéis, apresentando fortes razões para que se conservassem em paz com os espanhóis. Resistiram por espaço de seis dias, mas, por fim, vendo que forçosamente os tapes, de quem tinham muito receio e a quem muito temem pela experiência que eles têm da guerra, iriam cair sobre eles, renderam-se e baixaram a Montedivéu para celebrar paz, motivo que levou o Governador a agradecer aos índios guenoas cristãos e ao Provincial da Companhia. Nesta empresa caminharam mais de 200 léguas, nela se demorando por espaço de dois meses.

os espanhóis de Buenos Aires, ficou notícia, relativa a uma conspiração para sacudir o domínio jesuítico das Reduções do Uruguai. Alastrou-se a revolta, pondo em perigo a vida dos Padres. Só com muito trabalho e persuasão, depois de ter sido fortemente castigado o revoltoso e expulsos os seus cúmplices, consegui-

---

1732 — Neste ano, para defender os Povos da invasão dos comuneros de Paraguai que ameaçavam levar a efeito depois de se apoderar do Pântano de Neembocu, impossibilitando houvesse ordem na província, alistaram-se novamente os índios que à sua custa se aprestaram para a luta, com armas, cavalos, marchando cerca de 6.000 para o rio Tibiquari, onde estiveram quase oito meses. E depois, em Santo António, pouco distante do Tibiquari, se mantiveram por ordem de seu Governador e o Sr. Vice-Rei de Lima e espera do Sr. Ouvidor Mirones e depois do Sr. Governador Rui Loba, ficando ali ainda depois da morte deste até Fevereiro de 1734, mais de 3.000 índios. Perderam-se nestes dois anos 2.500 cabeças entre cavalos e mulas e gastaram as Doutrinas para manutenção desses índios em campanha a importância de 78.850 pesos.

1734 — No fim deste ano e princípios de 1735 foram pedidos pelo Sr. D. Bruno de Zavalla 12.000 índios armados para a pacificação do Paraguai, sendo 6.000 para o Tibiquari e outros 6.000 para qualquer emergência. Saíram de seus Povos os 6.000 que foram para o Tibiquari, embora 600 destes tivessem voltado das cercanias daquele rio, sem ter chegado a ele, obedecendo assim a ordens de D. Bruno de Zavalla que achou isso desnecessário. Caminharam eles muitas centenas de léguas e perderam nessa ocasião mais de 2.000 cavalos e mulas, devido à peste originada em contínuas chuvas. Acrescente-se que nessa expedição quase tudo quanto executaram os soldados do Presídio, trazidos por S. Exa. de Buenos Aires, se fazia com os cavalos dos índios, pois os que trouxe D. Bruno, pertencentes a El-Rei não puderam servir, porque vinham de muito longe, por maus caminhos, rios crescidos, enfraquecendo logo. Gastaram os povos nessa ocasião, 37.941 pesos e dois reais, como consta das respectivas contas.

1735 — Estando o Sr. D. Bruno na campanha do Tibiquari, neste mesmo ano, despachou S. Exa. quatro espanhóis presos no Paraguai que passariam às Doutrinas afim de serem custodiados pelos índios em cuja lealdade confiava. Foram com quatro soldados espanhóis e índios e os corregedores a quem exortara os receberam em serviço de sua majestade e ficaram ali os espanhóis durante seis meses, sendo mantidos pelos índios com tudo quanto era necessário.

1735 — Nesse mesmo ano, ainda não bem concluída a campanha do Tibiquari, quando o Governador de Buenos Aires, D. Miguel de Salcedo, pediu 3.000 índios armados para as cercanias de São João. Saíram em Agosto no cumprimento dessa ordem, não obstante a grande miséria que os Povos padeciam pela fome e falta de cavalos, que era tal que a maior parte teve de marchar a pé para servir El-Rei Nosso Senhor. Saem agora outros 1.000 a pedido do mesmo Governador para que juntos com os 3.000 primeiros ponham sítio à Colónia dos portugueses.

Além do que acima fica referido, tem-se mandado espias pelos lugares por onde podem vir os portugueses de São Paulo, como também para as campanhas do mar do Brasil, rio Uruguai acima. Isto se fez e se faz todos os anos, remudando-se quatro povos do mesmo rio e outros quatro

ram os Padres restabelecer a ordem e manter o prestígio que sentiam já fortemente abalado. [2])

Além do relatório do P. Bernardo Nusdorffer, que alcança até o ano de 1735, há ainda, referentes aos serviços prestados pelos índios do Uruguai, centenas de outros documentos na Colecção de Ângelis, da Biblioteca Nacional de que procuraremos fazer sintética exposição.

Pode-se afirmar, sem receio de contestação, que, ùnicamente, aos índios missioneiros devem os espanhóis, na fase inicial da conquista, a posse e manutenção dos vastos territórios que ocuparam na banda oriental do Prata, onde hoje floresce a república irmã do Uruguai. Coube aos tapes, que fundaram os Sete Povos, a maior parcela de esforços no choque terrível levado contra os portugueses em sua expansão e fixação no Prata. Os Governadores de Buenos Aires, por várias vezes, apelaram a este decisivo reforço, sem o qual não poderiam fazer face à invasão portuguesa. E temerosos mesmo de que outras nações, tentadas pela riqueza da terra, nela estabelecessem colónias, vezes sem conta solicitaram a assistência dos Missioneiros, quer como soldados, quer como operários, em suas obras de fortificação. Convinha mesmo que se localizassem em posto mais próximo da sua cidade, onde poderiam melhor atender às necessidades que a defesa impunha, ante a fundação da Colónia do Sacramento.

Deu isto origem à carta do Governador D. José de Garro, ao Superior dos Jesuítas, datada de 12 de Agosto de 1681, em que solicitava determinasse a remessa para as imediações de Buenos Aires de 1.000 índios com suas famílias para fundar uma aldeia. Deveriam esses índios encontrar-se nas proximidades do Porto em Janeiro de 1682. Ao mesmo tempo seriam destacados mais 500 índios destinados a trabalhar nas fortificações daquela praça. [3]) Não foi atendida essa requisição pelos inconvenientes que resultariam à própria religião e disciplina dos catecúmenos, mas como o objectivo principal seria vigilância mais efectiva contra

---

por outra espia que vai rio Paraná acima. Estas espias se compõem de 80 índios, cada ano e caminham pelo menos 50 léguas. São estes os serviços dos nossos índios no tocante ao governo de Buenos Aires".

2) B. N. Mss. I, 29,7, 49.

3) B. N. Mss. I, 29, 3, 10.

os inimigos comuns, ficou assentado ocupassem 2.000 índios, [4]) tirados da doutrina de São Tomé, como sucedeu, um posto avançado, aquém Uruguai, de onde procedeu São Francisco de Borja, que seria também um núcleo de catequese para atrair os infiéis guenoas.

Além dos Padres que dirigem espiritualmente esse reduto inicial de defesa missioneira assiste aí, permanentemente, um Irmão leigo, a quem fica afecta a instrução militar dos índios, disciplina e manejo das armas. Em São Borja, por muitos anos, com este encargo, residiu o Irmão José Brazanelli, que aliava aos seus grandes méritos de escultor e arquitecto conhecimentos de técnica militar.

Sob a ameaça de ataques de uma esquadra francesa, em 1698, e de uma dinamarquesa, em 1700, o Governador de Buenos Aires requisitou a assistência dos exércitos missioneiros, que com presteza acudiram àquela praça. Da primeira vez foram 2.000 em 33 balsas, cabendo às Doutrinas do Uruguai mandar 1.000 homens sob o comando do P. Domingos Rodiles e às do Paraná mais outros 1.000 dirigidos pelo P. Francisco Acevedo. Em contínuos exercícios militares, à moda da Europa, haviam os Padres disciplinado de tal forma esse contingente que, passado em revista pelo Governador e autoridades portenhas, causaram admiração invulgar. [5]) O mesmo aconteceu em 1700 quando sob a direcção do P. Bernardo de la Vega, cura de S. Lourenço, outros 1.000 índios dos Povos, que obedeciam ao comando de seu instrutor Irmão Egídio Estais, foram estacionar em São Domingos Soriano, donde acorreriam em defesa de Buenos Aires. [6])

Uma das maiores preocupações no assédio contra os portugueses, que se haviam situado nas ilhas de São Gabriel, fundando a Colónia do Sacramento, foi privá-los de elementos de subsistência que encontravam fàcilmennte nas campanhas circunvizinhas, onde o gado proliferava, e também no auxílio que, como vimos, lhe era prestado pelos índos cavaleiros do Pampa. Evitar, de qualquer modo, essas facilidades, foi a providência tomada pelas

4) Doc. cit. I, 29, 1, 119. Compunha-se essa colónia de 1.952 almas.
5) B. N. I, 29, 7, 69.
6) B. N. I, 29, 7, 71.

autoridades espanholas, incumbindo aos Padres a organização de fortes patrulhas e de vaqueiros que afastassem quanto possível das imediações da Colónia os gados que ali existiam. Essa determinação remonta aos primeiros dias da fundação do presídio português, como se verifica de documentação já estudada. E as ordens nesse sentido se repetem. Ainda em 1701, por mandado do Governador D. Manuel do Prado Maldonado, de 4 de Março, se determina que «os Padres saiam com o maior número de índios e se encaminhem, revistem, e vão às terras comarcãs das ditas Reduções, cujas campanhas consecutivamente andam conjuntas em terra firme e incorporadas sobre a costa do rio da Prata, e paragens de São Gabriel, povoação dos portugueses, rio de Santa Luzia, São Francisco, e ilhas de Maldonado, cabo de Santa Maria e Lagoa dos Patos, e seu território e campanhas tão distantes da terra firme, sem impedimentos de embaraço de rios caudalosos, e promovam a reunião e incorporação de gados vacuns uns com outros e de todos os que acharem nessas paragens, terra firme e costa do mar, disponham e solicitem tudo quanto lhes for possível e ditos índios das ditas Doutrinas os retirem das ditas costas e os examinem e conduzam às terras imediatas e povoadas de sua assistência e reduções, para que domestiquem ditos gados vacuns e sirvam às suas mulheres, filhos, etc.». [7])

Dez anos mais tarde repetem-se as mesmas ordens, mandando-se afastar do litoral os gados que ali existiam, a fim de que não servissem aos portugueses que os recebiam por intercessão dos índios infiéis confederados. E, nesse sentido, são contínuas as referências dos documentos portugueses da Colónia, obrigando a seus povoadores a tomá-los, nas amplas campanhas do Sul, à força de armas, para sustento da praça. Mas não obstante os entraves opostos, os portugueses, como Cristóvão Pereira e outros, estabeleciam em plena campanha entrepostos de industrialização pecuária, extraindo couros, cebo, línguas, etc. de gados que caçavam a tiros de mosquete.

Nas lutas que se sucedem desde a fase inicial das investidas bandeirantes, expugnação da Colónia do Sacramento, até os dias últimos de entrechoques com os rio-grandenses, todas as vezes

---

7) B. N. I, 29, 3, 51.

que era quebrada a paz entre portugueses e castelhanos, coube sempre aos índios missioneiros a maior parcela de esforços e um tributo elevado de sangue.

A história da Colónia do Sacramento, toda feita de sacrifícios de vidas, quer de uma parte quer de outra, está estreitamente ligada à história das Missões Orientais, até esse momento último que marca a decadência da civilização jesuítica com a chacina de Caibaté. Assim sucede com a história do Rio Grande, que se sedimenta na economia missioneira e se entrechoca com os índios dos Sete Povos e, mais tarde, os integra à sua própria civilização, não só pelo contingente que recebe dos Povos, em meados do século XVIII, como pela integração territorial dos mesmos ao alvorecer do século XIX.

Montevidéu, e com ela todo o território oriental do Uruguai, tem origem nessa defesa dos índios das Missões, em seu trabalho de fortificações e em sua assistência pronta e decisiva em todas as ocasiões em que eram chamados para defendê-la, erguendo-lhe as fortificações, ou construir as suas primeiras casas.

Aí ficam nessas páginas os serviços prestados pelos índios de que o Padre Nusdorffer nos dá suas preciosas e documentadas notas.

Não termina com a expulsão dos Jesuítas, em 1768, a contribuição nos serviços de paz e guerra dos índios missioneiros. Nos 32 anos que decorrem até a conquista das Missões, muitos outros prestaram aos governos espanhóis, avultando entre eles:

1772 — Construção do forte de Santa Teresa por 300 índios tirados de todos os Povos, substituídos, no ano seguinte por 600 que ali se conservaram até 1778. Neste ano dispôs o Governador D. Pedro de Cevallos «que regressassem estes naturais a seus estabelecimentos, o que só se verificou com uma parte deles, por haverem morrido muitos enquanto estavam no Real Serviço, e outros se dispersaram tomando novos rumos diferentes de seus Povos». [8])

1772 — Ainda neste ano um novo contingente tirado dos Povos foi mandado a construir a fortaleza de Santa Tecla, asse-

8) Relatório do Administrador Geral dos Povos, em 28 de Setembro de 1796. B. N. Mss. I, 29, 5, 80.

diada e tomada pelos portugueses. Continuando a guerra, no campo de São Miguel foi organizado um exército sob o mando do Governador D. Francisco Bruno de Zavalla, de que faziam parte 2.000 índios. Em outro campo volante, na estância de São Borja, sob as ordens de D. Juan de San Martin, mais de 250 índios formaram um corpo especial.

1775 — Com a invasão dos portugueses, pela guarda de São Martinho, sofreram as Missões prejuízos de monta, perdendo também muitos habitantes em várias refregas.

1779 — Por ocasião da guerra com a Inglaterra foram mobilizados 600 índios de guerra e mais 300 para serviços de reparo das defesas de Montevidéu.

Outros sacrifícios e trabalhos de menor monta, afastando-os de suas casas em detrimento da produção económica de seus Povos, assinalam a vida missioneira nestes últimos anos de sua decadência.

2. — **Organização social e religiosa.**

Desde os primeiros momentos de organização de suas Reduções, nos tempos iniciais da catequese, procuraram os Jesuítas dar-lhes as linhas fundamentais da sociedade humana. Vindo de terras policiadas, de grandes centros de cultura e detentores, eles próprios, do mais alto saber do tempo, intentaram estabelecer, nesses aglomerados selvagens, uma civilização quase impossível de atingir com o elemento de que dispunham. O índio tape, já sedentário e agricultor, com que fundam as suas primitivas Reduções, estava ainda numa escala muito baixa na civilização aborígene do Continente Sul-Americano; porém, ainda assim, sobrelevava a outros pelas suas condições de docilidade e submissão à catequese jesuítica. «São eles», diz Cardiel, «de génio humilde, pueril e apoucado. Reconhecem-se por inferiores a todas as demais castas».

Recebem os primeiros Padres sem grandes hostilidades, salvo algumas revoltas promovidas pelos seus pagés e feiticeiros, numa defesa natural contra os homens que lhes vinham modificar os seus costumes e as práticas de feitiçaria que constituíam seus ritos religiosos. Mesmo assim, ante a serena atitude dos Padres,

que traçam para suas directrizes linhas seguras de virtudes cristãs, de que se não afastam, os índios vão pouco a pouco aceitando essa dominação espiritual, que estão longe de compreender em suas finalidades precípuas. Incutir no espírito dessas velhas gerações arrancadas à barbaria uma leve noção dos princípios cristãos, de dogmas religiosos, de concepções abstractas, e criar-lhes na consciência um ambiente de fé, deve ter sido trabalho sobre-humano para esses apóstolos admiráveis que formaram os primeiros núcleos cristãos.

Mais fácil se lhes tornou a empresa com as gerações que sucediam. Como passo inicial para o angariamento de almas ao redil de Cristo, junto a cada igreja que se elevava, os Padres fundavam uma escola de ler, contar, música e danças religiosas, formando, destarte, almas mais aptas a recepção da fé. Maravilhosos pricólogos compreenderam, desde o primeiro instante, o valor das artes na penetração dessas consciências simples a que se impunham pelas melodias de instrumentos musicais que eles próprios fabricavem, ou com as danças litúrgicas que empregavam em suas festas religiosas. Difundindo esses conhecimentos, embora rudimentarmente, abriam ao génio imitativo dos índios magníficas oportunidades a concretização do sentimento de religiosidade que se intensifica nas gerações porvindouras. Auxiliares admiráveis da catequese, as artes jesuíticas exerceram acção preponderante na formação cultural e cristã dos ameríndios.

Erguendo suas aldeias, procuraram os Padres dar-lhes, em linhas fundamentais, a organização social, política e religiosa, de que era padrão a família cristã da época. E não faltou mesmo, a essas incipentes sociedades humanas, divisão das castas que compunham, no século, os aglomerados sociais. Encontram, para isto, na própria organização das tribos primitivas os elementos iniciais para a formação de uma nobreza hereditária, que parte dos caciques e se desdobra por gerações continuadas através de tempos imemoriais. Nos últimos anos ainda, como já salientámos, encontram-se nos livros de baptismos de São Borja nomes de vários caciques, que são descendentes directos de outros, fundadores das reduções do Tape. A esses, como a outros que mais se distinguem por acções relevantes, concedem os governadores espanhóis, em nome Del-Rei, o uso do designativo de **Dom,** que

lhes antecede os nomes. Cabe-lhes, principalmente, a direcção pessoal de um grupo de famílias, de que são os chefes naturais.[9] São também, na organização político-administrativa dos Povos, os elementos representativos que ocupam as mais salientes posições, ou cabos de guerra, como essa família dos Nenguirú, que enchem século e meio da história das Missões, como Capitães-Generais, em seus fastos guerreiros.

Cardiel, em sua preciosa **Relación Verídica**, nos dá um punhado de interessantes informes sobre a organização social, política e religiosa dos Povos, com cujos elementos jogaremos nesta exposição.

Os Povos eram governados por autoridades civis recrutadas entre os índios de mais merecimento e prestígio. A administração de cada Povo compunha-se de um Corregedor, dois Alcaides-Mores, de 1º e 2º votos, um Tenente de Corregedor, um Alferes Real, quatro Regedores, um Aguazil-Mor, um Alcaide da Irmandade, Procurador e Escrivão, os quais constituíam o Cabildo ou Ajuntamento. Os Cabildos eram electivos, procedendo-se à escolha no primeiro dia de cada ano, sob a direcção do Cura que dirigia os respectivos trabalhos e examinava as conveniências de sua organização, com o aproveitamento dos melhores elementos da povoação. Realizada a eleição era a acta respectiva remetida ao Governador que a aprovava, confirmando assim o voto popular.

Revestia-se de excepcional solenidade a posse dos cargos de administração da comuna. Em dia determinado toda a população se reunia junto ao pórtico da igreja, onde se colocava uma cadeira para o Padre e uma grande mesa, sobre a qual se viam o bastão do Corregedor, as varas dos Alcaides e as mais insígnias dos outros membros do Cabildo. Figuravam ainda sobre a mesa o simbólico compasso do Mestre da Música em uma bandeirinha de seda, as chaves da porta da igreja que pertencem ao Sacristão, as dos armazéns que cabem ao Mordomo e outras insígnias de ofi-

---

9) Ainda no Livro de Baptismos de São Borja (1790-1796), encontram-se os pais dos baptizandos como pertencentes aos cacicados de D. Estanislao Ayarú, D. Ulderico Arazaí, D. Felipe Santiago Abaray, D. Amâncio Abaeraquá, D. Inácio Abaverá, D. Henrique Apaguay e mais quatorze caciques entre os quais figura dona Maria Marta Tabacambi, cujo nome vem do cacique que recebeu no Tape, em 1627, o Padre Roque González e foi um dos pioneiros da catequese jesuítica.

ciais económicos, além das bandeiras, bastões e outros distintivos dos oficiais de guerra, que todos também são confirmados em cada ano ou mudados, como os componentes do Cabildo. Em duas filas de bancos, que ficam fronteiros aos lados da mesa, à proporção que vão sendo chamados, tomam assento os membros da administração e cabos militares que foram eleitos.

A tudo preside o Cura com seu Companheiro e outros Padres que se encontram no Povo, porque em cada um há dois ou mais conforme a necessidade. Faz aquele uma prelecção, depois de ler textos do Evangelho, em que explica a significação do acto, e os males que advirão da falta de cumprimento desses deveres funcionais, e termina por chamar o primeiro dos eleitos, isto é, o Corregedor para que tome posse de seu cargo. A cada posse os músicos com suas charamelas e clarins tocam alguns compassos de uma marcha festiva, enquanto os chamados vão tomando assento nos bancos que lhes são destinados. A tudo preside o contentamento do povo em geral. A estes sucedem na chamada os que fazem parte da administração da igreja, sacristão, etc., e por último os cabos e mais oficiais militares, componentes da milícia missioneira, aos quais, como aos primeiros, são entregues os seus distintivos.

Todos os Povos dividem-se em classes, tendo cada uma delas os seus Alcaides privativos. Assim os tecedores, os ferreiros, os carpinteiros, pedreiros e mais ofícios de monta e de maior necessidade. As mulheres têm também os seus Alcaides: são velhos de conduta exemplar e de grande devoção, que cuidam de todos os seus trabalhos e avisam em suas desordens. O mesmo acontece com os rapazes de sete anos para cima, cujos alcaides os obrigam a ir juntos para a doutrina, actos de devoção, e outros que importam em seu bem espiritual e temporal, assim como trabalhar nas lavouras do Povo, para que desde pequenos aprendam a prover a sua subsistência e se acostumem ao trabalho. As mulheres, desde sete até quinze anos, idade em que costumam casar, têm também as suas aias, espécie de Alcaides, que as acompanham à igreja, ensinam e fiscalizam os trabalhos que lhes são peculiares.

Cada Povo está dividido em várias parcialidades que levam nomes de santos: Santa Maria, São José, Santo Inácio, etc., e que

constam de oito a dez, conforme a população de cada Doutrina, e cada uma dessas parcialidades têm quatro a seis cacicados, de que são chefes membros do Cabildo. Os caciques constituem a casta nobre do Povo, reconhecidos pelo Rei e têm o tratamento de Dom. Cada cacique tem trinta, quarenta ou mais vassalos, que o acompanham ao trabalho, prestando-lhe obediência e respeito, auxiliando-o a fazer a sua casa, lavouras e serviços da comunidade, mas não prestam vassalagem de tributos especiais, porque os caciques, embora considerados como nobres, não se eximem de trabalhar como qualquer um de seus vassalos. Os índios que se destacam pela prática de qualquer ofício, como sucede com os carpinteiros, estatuários, pintores e outros, ficam logo colocados em plano superior, que lhes dá certas prerrogativas de nobreza.

Desde o Corregedor até o último vassado se confundem no trabalho. Cultivando as terras da comunidade ou as suas próprias; fazendo as colheitas que são ali de Junho a Dezembro de cada ano; beneficiando a erva do Paraguai, ou carregando, para transportar madeiras dos matos a fim de fazer as construções de casas, etc. e em todos os mais trabalhos vão sempre conduzidos pelo seu chefe ou maioral.

Há todo génere de ofícios mecânicos necessários a uma povoação de boa cultura. Vêem-se ali ferreiros, carpinteiros, tecedores, estatuários, pintores, decoradores, fabricantes de rosários, torneiros, **mateiros** (que são os que fabricam o mate), cuias (vasilha em que se toma a erva do Paraguai), e até fabricantes de sinos e chapeleiros existem em alguns Povos. Alfaiates o são todos os índios para sua própria roupa. Mas, para os ornamentos da igreja, vestidos de gala dos «cabildantes», cabos militares, etc. são os sacristães, havendo também sapateiros especiais para fabricar o calçado destes. O índio, pròpriamente, de pouco necessita para si, porque como a terra é quente e só nos meses de Junho e Julho há algum frio, usam pouca roupa e nada ajustada ao corpo. Esta se compõe de camisa, colete de cor ou branco, de algodão, ceroulas e calções, e um poncho que, no inverno, é de lã e no verão (que é quase todo o ano), de algodão. Poncho é uma peça de duas varas e meia de comprimento por duas de largura, com uma abertura no centro por onde enfiam a cabeça, e

que lhes serve de capa. Seu uso está generalizado por toda parte, principalmente no Chile e Perú até pelos espanhóis que não se desdenham de tê-los dos mais ricos, cheios de bordados e adornos, chegando a atingir a mais de trezentos a quatrocentos pesos o seu preço. Os índios, em sua pobreza, usam os mais simples. Na cabeça trazem comumente um gorro, e outros, de mais posses, dão-se ao luxo de usar chapéu, sendo frequente também o uso de um lenço com que cobrem a cabeça. Não suportam meias, nem sapatos, e quando calçam aquelas trazem-nas sempre caídas, sem atar; mas, sapatos, por mais que se lhos recomendem não há forma de que os ponham nos pés. Sòmente nas festividades ou funções públicas, quando compreendem que o calçado faz parte da indumentária de gala, é que se animam a calçá-lo. [10])

A instrução de fundo religioso foi, desde os primeiros tempos, uma das grandes preocupações dos Padres da Companhia, vendo nela a base de toda a sua organização social e religiosa. Já salientámos, no primeiro volume deste trabalho, a fundação de escolas de ler, escrever e contar com que os Jesuítas dotavam as suas primitivas Reduções, na fase inicial da catequese. Era por meio da infância, educada em princípios rigorosos da moral cristã, que os fundadores dessas aldeias ainda selvagens procuravam penetrar no coração dos índios. E eram as crianças, como se disse que, ao retornar à casa, levavam aos pais uma pequena parcela do que haviam aprendido nessas escolas em que a par de outras disciplinas ensinava-se o catecismo na própria língua materna.

Já citámos o testemunho do P. Berthot que foi um dos fundadores de São Tomé, em 1632, informando que essa redução em pouco tempo «atingiu a 1.400 e mais famílias e entraram para a escola 900 crianças». E a todas as outras sucede o mesmo, pois, juntamente com a igreja que atendia às necessidades do culto, os Padres faziam erguer um amplo aposento para a escola, cuja frequência era obrigatória para as crianças com idade escolar. O exemplo de S. Tomé, que apresenta para matrícula de crianças em sua escola uma percentagem de 1,5%, sobre a população da aldeia é bastante sugestivo, advertindo «um escritor moderno que

10) Cardiel. *Relación Verídica*, cit.

esta é uma admirável percentagem que seria uma ilusão para um Ministro de Instrução Pública». [11])

Na organização dos Sete Povos as escolas de ler, escrever e de música ocupam um lugar de destaque na praça principal, ao lado dos aposentos dos Padres. Ficam elas no primèiro pátio, que é o dos Padres, a fim de que possam ser melhor fiscalizados. Não são os Padres os seus mestres, porque têm de atender a outros múltiplos afazeres e ministérios, mas, sim, alguns índios especializados no ensino que conseguiram cultura superior à comum, e demonstram notável vocação para o ensino. Frequentam essas escolas em que, além de ler, escrever e contar, ensinam-se música e dança religiosa, principalmente aos filhos dos Caciques, dos Vereadores (cabildantes), dos Músicos, dos Sacristães, dos Mordomos, e dos Oficiais Mecânicos, que constituem a nobreza do Povo, e também aos mais índios, quando solicitados pelos pais.

Com seu génio imitativo principalmente na recópia caligráfica essas crianças são inimitáveis. Há trabalhos inexcedíveis em letras de forma, de que existem originais na Colecção de Ângelis, de que reproduzimos algumas páginas que demonstram a perfeição com que são feitos. E note-se que esses originais são de ex-alunos dos Padres, feitos muitos anos depois da expulsão dos Jesuítas. Admirando esses trabalhos dizia o P. Cardiel que faziam tão boa letra de forma e com tal perfeição que levavam os Padres, muitas vezes, a julgar que se tratasse de algum trabalho tipográfico de alguma boa imprensa.

Além do guarani, que os Padres reduziram a língua escrita, organizando gramática e vocabulários, aprendiam as crianças o espanhol e muitos o latim, o que levou Cardiel a afirmar que «alguns lêem com notável destreza língua estranha melhor do que nós». Exímios na imitação, não tinham, no entanto, qualidades criadoras. Os que tinham melhor registro de voz eram, desde a escola, destinados à música e ao canto. Mas toda a sua perícia estava em ler a música que se lhes dava, o que faziam com incrível destreza e precisão absoluta. Não iam, porém, além das expres-

11) F. Lérida. *Cartas y datos.* B. Aires, 1919, pág. 13. Cf. Guillermo Furlong. *Los Jesuitas y la Cultura rioplatense,* nueva edición, Buenos Aires, pág. 228.

sões musicais que a pauta traduzia. E pela mesma razão de não terem génio criador, jamais se conseguiu que se dedicassem à poesia. Tocavam, entretanto, com execução perfeita, vários instrumentos, entre os quais se destacavam o órgão e o violino.

Notáveis as bandas e orquestras que tinham em cada Povo, constituídas de trinta, quarenta e mais figuras, executando em todos os instrumentos da época. Eram os mais comuns aos Povos: violinos, de que havia, em cada um, quatro ou seis; baixos e chirimias (uma espécie de oboé), seis ou oito; violões, dois ou três; harpas, três ou quatro; clarins, dois ou três, e um ou dois órgãos.

«Em todas as missas de cada dia», informa ainda Cardiel, «sempre estão os músicos cantando e tocando até o fim, sob grande silêncio e veneração do povo. Ao princípio, até o evangelho, tocam órgão, chirimias, harpas e violinos. Do evangelho até à consagração cantam algum salmo das vésperas com todos os instrumentos juntos. Depois cantam qualquer motivo em latim, ou castelhano, ou em seu próprio idioma, ou algum hino, variando todos os dias a letra ou a composição. E isso até o fim, em que tangem os seus instrumentos».

Complexa e difícil, ao princípio, a organização religiosa das Reduções. Só a larga experiência no convívio diário com os índios, o conhecimento exacto de suas tendências nativas e a compreensão dos meios mais eficazes para chegar até a consciência rudimentar que se lhes formava com o exemplo, poderiam conseguir atraí-los e iniciá-los nos mistérios da Fé. Formando esse ambiente muito superficial, a que a menor contrariedade poderia desfazer, pela sua ingénita incompreensão das coisas imateriais, mister era mantê-lo e alimentá-lo para que não se perdesse o trabalho precioso da catequese. Mesmo as crianças, já de formação jesuítica, mais acessíveis, portanto, à percepção dos ensinamentos religiosos, pelo seu baixo nível de inteligência criadora, e pelo seu carácter, em que predominavam traços acentuados de indolência e apatia, não constituíam material humano fácil de amoldamento intelectual.

E' ainda o precioso P. José Cardiel, que tinha sido, nos dias tempestuosos da Demarcação, Cura de São Nicolau, quem nos fornece dados muito precisos e interessantes sobre a capacidade do

índio em confronto com as outras raças, por mais baixas que fossem as suas origens.

Conta-nos Cardiel que conheceu um mulato, filho de espanhol e de uma preta, que sendo muito moço foi para as Missões. Numa das Doutrinas casou-se com uma cacique, cujo cacicado perdera a linha varonil. Parece que o caso era único nas Missões, porque os índios nunca se casam senão com os seus semelhantes. [12]) Ficou ele residindo no Povo para cuidar dos seus vassalos. Sabia ler e escrever e portava-se muito bem e por isto foi mordomo da casa dos Padres, o que é o mesmo que ser de todo o Povo. Logo não só os Padres, como os administradores de outros Povos o chamavam para visitar as estâncias, que é encargo de monta, valendo-se dele como de um irmão coadjutor. Num rincão da estância tinha esse mulato grande criação de vacas, cavalos e mulas, de sua própria casa, de que cuidava com muito acerto. Fez ainda uma boa lavoura de fumo, tinha canavial fazendo algumas arrobas de tabaco e açúcar que vendia, por intermédio do Irmão procurador da Companhia, para Buenos Aires, ou para as próprias necessidades do Povo. E assim tinha vida próspera e farta. Reconhecia-se nele capacidade, espírito económico, e honra de espanhol de mediano entendimento. Seu cura e demais Padres o judavam para que sempre assim se mantivesse. Mas, esse exemplo de nada servia aos índios, que jamais o imitavam.

Os filhos desse mulato, que viveu longos anos, saíram mais capazes e económicos do que os demais índios, mas, ainda inferiores a seu pai. E' o que sucede com essas gerações. Casa-se uma índia, das que fogem aos espanhóis, com um índio de sua nação e ainda que os filhos e netos vivam no meio dos espanhóis, não se

---

12) Parece isto demonstrar a inferioridade dos tapes sobre os guaranis, cujo entrelaçamento com espanhóis se deu largamente nas origens do povoamento do Paraguai e do Prata, criando uma raça forte de conquistadores e sendo a origem das famílias de grande projecção continental. O mesmo sucedeu no Brasil que nos mamalucos tem origens nobilíssimas trazendo de grandes caciques, no Norte e no Centro, um sangue magnífico que enche de fulgor, bravura e inteligência largas páginas da nossa história. E, mais modernamente na formação primitiva do Rio Grande, é exactamente o carijó, nessa grande família dos Brito Peixoto, que se desdobra e funda os alicerces da genealogia rio-grandense. Vêm daí os Pintos Bandeiras, os Guterres, e os troncos mais notáveis da família gaúcha.

erguem de seu nível de incapacidade, incúria, estupidez e falta de habilidade para a vida prática. Casa-se com um espanhol, o que raras vezes sucede, por circunstâncias especiais, e seus filhos saem mais hábeis, pelo que participam de seu pai. Os netos são ainda melhores e os bisnetos já não se distinguem dos outros espanhóis. Esse entrelaçamento seria a única solução para levantar o nível intelectual e de capacidade de trabalho para os índios, mas o espanhol considera o índio tão vil e baixo que mais fàcilmente se casará com uma bastarda, com uma mulata ou uma negra do que com uma índia. Erra nessa apreciação, porque o índio é tão livre como o branco e pelo que concerne ao sangue não tem ele impedimento para função política ou eclesiástica, mas o bastardo, o mulato e o negro, são incompatíveis para todos os cargos. Mas, como vêem a pobreza dos índios, insistem os espanhóis em perseverar nesse erro. [13])

Como se deduz da demonstração, deveria ter sido bastante difícil a missão a que se propusera o Jesuíta para trazer à civilização e incutir no ânimo desses pobres indígenas, de uma primitividade infantil, princípios abstractos que consubstanciavam a sua fé imensa. De muito lhes valeram para isto, como meios mais práticos, as exterioridades do culto. Vêm daí as festas suntuosas, que causavam admiração e respeito; as grandes catedrais que se erguiam, impondo, às suas consciências em formação um sentimento quase inexplicável de beleza, e as artes, todas elas, tocando uma sensibilidade que despertava para a vida. Admirável o trabalho desses homens que teriam de fazer de um barro quase, inamoldável, entes humanos tocados pela fé divina, que só se percebe e recebe pela inteligência e pela formação moral.

O Cura de cada aldeia, o seu Companheiro e os Irmãos que o assistiam, deveriam ter qualidades excepcionais e altas virtudes cristãs. Um deslize, um pequeno senão moral, uma falha de carácter e tudo estaria perdido pela tendência natural dos catecúmenos, a quem só poderia refrear a vida ilibada e exemplar dos seus Padres. Sem grande fiscalização directa eles só tinham para guiá-los, ao princípio, a fé e a consciência de que tudo, sem medir

---

13) Cardiel. *Relación Verídica,* Cod. Mss. cit. fls. 50.

sacrifícios de qualquer espécie, era feito pela glória do Senhor. E excederam-se a si próprios, na consecução de colherem os frutos mais sazonados da vinha que cultivavam.

Mais tarde, além das regras em que enquadravam as suas acções, dentro dos postulados gerais da Companhia, e das prescrições indeclináveis da mesma religião, baixou o P. Tomaz Donvidas, em 1689, um Regulamento Geral das Doutrinas, aprovado pelo Geral Padre Tirso González. Estão nele codificados os preceitos de ordem espiritual e temporal que presidem à acção dos Padres doutrineiros e de seus Companheiros, em cada um dos Povos dirigidos pela Companhia. Traçam-se em linhas gerais, normas rígidas de conduta moral, de assistência e de fiscalização mútua, entre os Padres, e dependência de seus Superiores. Além do Provincial, que superintendia os negócios de toda a Província, havia no Paraná um Superior auxiliado por quatro Consultores, e o Vice-Superior no Uruguai, por outros quatro, tendo cada um dos Superiores um Monitor. «Para os casos urgentes de guerra havia quatro Superintendentes nomeados pelo Padre Provincial: um no Uruguai acima, outro no mesmo rio para baixo, outro na outra banda (oriental) do Uruguai e outro no Paraná acima. E cada um deles terá dois Consultores para as coisas da guerra». [14])

Em cada Povo assistiriam dois Padres sendo um o Cura e outro o Companheiro, subordinado àquele, como também os Irmãos Coadjutores que se tornassem de mister, encarregados da assistência temporal da Doutrina. O Regulamento, que é extenso, prevê todos os casos relativos ao trabalho dos índios, suas obrigações para com os Padres e o Povo, estipêndio quando em serviços de outras Doutrinas, laços de família, e castigos pelas faltas cometidas que iam da reclusão em cárcere, com grilhetas, até três mêses, aplicando-se-lhes nesse espaço de tempo «quatro vueltas de azotes de a veinte e cinco por cada vez». Os crimes de homicídio importavam na pena de prisão perpétua. Os Caciques, Corregedores e Alcaides não poderiam ser castigados sem ordem expressa do Superior e isto mesmo sòmente com admoestações em carácter particular. Atende o Regulamento aos mais variados

---

14) Padre Tomaz Donvidas. *Reglamento general.* Tesch. I, 389.

aspectos da vida administrativa, económica e espiritual das Reduções, e deveres dos sacerdotes e dos índios.

Não tinha residência fixa o Vice-Superior dos 7 Povos de Missões, mas durante anos o encontramos em São Borja. Aí esteve muito tempo o P. Salvador de Rojas, que exerceu esse cargo. Ao tempo da fundação dos Povos era Vice-Superior do Uruguai o P. Alonso de Castillo, a quem sucede o P. António Ximénez. Mais tarde, em 1730, aparece o nome do P. Jerónimo Herrán, como Superior.

Poucas são as indicações sobre os Padres que dirigiram os Povos, como Curas e Companheiros, desde a sua fundação até o início de sua decadência com a guerra da Demarcação. Em pesquisa assaz trabalhosa foi possível dar, mais ou menos, os nomes dos seus fundadores. Muitos outros vultos de alta significação da Companhia passaram por ali, deixando magníficos atestados de virtude cristã e de afanosos trabalhos. Humildes e desconhecidos seus nomes desapareceram na voragem do tempo. Apensa ao **Catalogus** de 1744 ficou, no entanto, uma relação preciosa sobre os Jesuítas ,que nesse ano dirigiam os 7 Povos, que são os seguintes

1º — São Nicolau — Cura, P. Rafael Genestar, professo; Companheiro, P. Miguel Starimon;

2º — São Luís — P. Sigismundo Aperger, prof.: Companheiro, P. Lourenço Daff, prof.;

3º — S. Lourenço — Cura, P. Francisco Xavier Limp, prof.; Comp. P. Jerónimo Zacarias, prof.;

4º — São Miguel — Cura, P. Diogo Palácios, form.; Comp. P. Francisco Rivera, prof.;

5º — São João Baptista — Cura, P. Luís Charlet, prof.; Comp. P. João Baptista Marquesetti, prof.;

6º — Santo Ângelo Custódio — Cura, P. José Martin, prof.; Comp. P. André Fernández, prof.;

7º — São Francisco de Borja — Cura, P. José Guinet, form.; Comp. P. Jacob Tankuntsen, form.

3. Expansão Económica das Missões.

A criação de gados constituiu uma das maiores preocupações dos Jesuítas na fase inicial de fundação dos Sete Povos. Organizadas as estâncias, depois de destruídas as vacarias, é delas que os Padres vão tirar os elementos essenciais à subsistência de seus catecúmenos. À profissão de vaqueiro dão desde logo uma grande importância, considerando-a uma das primeiras entre as diversas classes em que se divide a organização social das Missões. Ao princípio, o custeio do gado estava a cargo de índios que, acompanhados de Padres ou de Irmãos leigos, iam às estâncias fazer rodeios, trabalho que consistia em reunir o gado em lugares predeterminados, a que depois se acostumava. Citámos já várias vezes o nome do P. João de Yegros que foi o fundador da estância de S. Luís e um dos primeiros vaqueiros dos Povos, conseguindo transportar para aquela estância, em duas vezes, quarenta mil vacas. A contagem do gado cabia aos índios cantores, havendo alguns, como um velho já citado anteriormente, que o contava pelas contas do rosário.

Mais tarde, a necessidade de maior vigilância e efectiva assistência determinou a fundação de postos nas diversas invernadas em que se dividia cada estância, além da própria sede, que se tornou residência de um Padre e um Irmão, que nelas assistiam. Como já dissemos têm origem nessas estâncias e postos as mais antigas povoações do Rio Grande do Sul. São fundações dessa época, São Pedro, Tupãciretã, Santa Maria, Santa Tecla, e grande número de cidades e vilas que hoje florescem no território riograndense.

No esboço de geografia económica atrás inserto vê-se a extensão que abrangiam essas estâncias desde a actual Vacaria, que foi primitivamente estância de São Luís, Rio Pardo, até o Camaquão, a entestar com a Vacaria do Mar.

No apogeu de seu florescimento chegaram os Povos a contar em suas estâncias número aproximado a um milhão de cabeças de gado de toda a espécie, principalmente bovinos. Duas estâncias, as de Japejú e São Miguel, pela sua grande extensão territorial, substituíam as vacarias que haviam sido extintas devido à desordenada exploração de seus incontáveis rebanhos. Além dis-

to, as constantes arreadas de espanhóis, portugueses e índios contribuíam para completar essa destruição.

Em 1725, com o estabelecimento do Capitão João de Magalhães, que ao Sul do canal do Rio Grande ergueu um entreposto para a passagem dos gados do Pampa, intensificou-se grandemente a extracção de tropas de animais vacuns que subiam para a Laguna pelos caminhos do litoral a fim de abastecer não só esta vila como Curitiba, São Paulo e Rio. Antes mesmo dessa data já os espanhóis, que exploravam as campanhas das vacarias, mantinham largo comércio de gado com Laguna. Em carta datada de 22 de Janeiro de 1723, o Capitão-Mor Francisco de Brito Peixoto comunica ao Governador de S. Paulo que, nessa data, alguns espanhóis, trazendo 800 cabeças de gado para serem vendidas naquela povoação, aguardavam na parte Sul do canal a licença respectiva. [15]) Além desse fornecimento, como já vimos, não era menos notável a contribuição de Cristóvão Pereira, o grande desbravador das campanhas do Rio Grande do Sul.

Fundado o entreposto de João de Magalhães acorrem logo João da Costa e Estácio Pires, Capitães das campanhas da Vacaria que, com mais oito companheiros, perante o Tenente-de-General David Marques, no sítio em que estava localizado João de Magalhães, assinam uma obrigação de «fazer com cavalos nossos todo o gado vacum e cavalar que pudermos no Pampa da Vacaria, o qual amansaremos e conduziremos a este Porto do Rio Grande de São Pedro e o passaremos o dito rio e depois marcado o deitaremos nas campanhas desta parte para S. M. que Deus Guarde e pela Páscoa faremos a primeira entrada e chegados que sejamos dali um mez faremos outra e nesta forma iremos seguindo as mais, etc.». Assinam a obrigação feita pelo Escrivão Lázaro de Lemos, além desses dois Capitães, Inácio Duarte, Custódio Pedroso, Inácio Valhacari, Aniceto de Brito Gaspar, índio tape, Hilário Machado, José Varire e Francisco Medina, a que logo se reúnem Francsco Pinto (Bandeira) e a Manuel Braz (Lopes), mais tarde fundadores de Viamão. [16])

João de Magalhães, cumprindo determinações que recebera,

---

15) *Documentos Interessantes para a História de São Paulo.* Vol. 32.
16) Arq. Nac. Col. 453-1º. *Ordens régias de São Paulo.*

secundava «o trato e amizade com os índios minuanos», dos quais recebia grande quantidade de gado que esses selvagens iam arrebanhar nas estâncias das Missões.

Poucos anos depois, esgotados os campos da Vacaria dos Pinhais, onde se apossam de perto de uma centena de milhar de cabeças de gado vacum, os tropeiros lagunistas estendem os seus currais nos campos de Viamão, indo até às alturas de Sapucaia, quase a entestar com a Serra. Em 1734, três anos antes da fundação do Presídio, entre os rios Tramandaí e Rio Grande, já se contavam 27 estâncias «assim de éguas como de vacas», que representavam enormes latifúndios. [17])

No ano seguinte, novamente os castelhanos assediam a Colónia do Sacramento, de cujas proximidades haviam retirado todo o gado, com o intuito de privar essa praça de meios de subsistência. Apela a Colónia ao socorro dos criadores rio-grandenses, que fornecem 850 cabeças de gado vacum, além de 500 que são retiradas das estâncias d'El-Rei. [18])

Em pesquisas realizadas no Arquivo de S. Paulo o General João Borges Fortes encontrou interessantes documentos sobre a actividade dos primeiros tropeiros que exploraram as campanhas rio-grandenses. É uma «Lista dos Fronteiros que se acham no Distrito desta Vila da Laguna, nas campanhas do Rio Grande». Constam dela sessenta e quatro nomes, um terço dos quais iremos mais tarde encontrar entre os grandes troncos genealógicos da família rio-grandense. [19])

Além dos minuanos, que são os grandes fornecedores de gado aos tropeiros e estancieiros do Continente, aparecem também inúmeros tapes, egressos das Reduções, que mantêm largo comércio de tropas não só com a Colónia do Sacramento como também com os primitivos povoadores do Rio Grande. Êstes últimos se integram definitivamente às origens do nosso povoamento e os vamos encontrar, quando, fundado o Presídio, registrando ali os primeiros baptismos, em 1737, de «filhos de tapes das Missões da Companhia».

---

17) Borges Fortes. *Povoamento do R. G. do Sul*, 124.
18) Fonseca Galvão. *Notas geográficas e históricas sobre a Laguna*. Pág. 45.
19) Gen. Borges Fortes. *Tropeiros*. Sep. Anais II Congres. Hist., 8.

O avanço dos tropeiros no território até então ocupado pelas estâncias dos Sete Povos determina o recuo dos Jesuítas, que estremam a exploração da sua pecuária a linhas menos acessíveis à invasão dos portugueses. Além da Vacaria dos Pinhais, de que os tropeiros extraem inúmeras tropas que vão constituir o núcleo das primitivas estâncias que se estendem do Nordeste até os campos do Viamão, vadeando o Rio Grande, entram na Terra dos Tapes, onde ficam as grandes estâncias de S. Luís e S. Lourenço, de que retiram numerosos rebanhos. E à pressão, cada vez mais forte dos tropeiros, recuam os Jesuítas os seus estabelecimentos de criação até a parte ocidental do Jacuí e Vacacaí, linha que tàcitamente demarca, pela expansão portuguesa, os limites entre o Continente e as Missões. Pelo mesmo motivo de insegurança os ervais de São Borja, que se estendem até às margens ocidentais da Lagoa dos Patos são completamente abandonados pelos índios missioneiros.

Não obstante as contínuas depredações dos índios infiéis, que iam até às proximidades dos Povos fazer grandes arrebanhamentos de gado para vender aos portugueses, tal era a quantidade existente nas estâncias das Doutrinas que a quebra era logo compensada pela produção. Entre as maiores, a estância de Japejú que ocupava extenso trato de terra estendido entre os rios Ibicuí, Uruguai e Quaraí dentro do actual território rio-grandense e deste último até o Arapeí, no Estado Oriental, ainda em 1768, quando da expulsão da Companhia, segundo inventário da época, contava em suas extensas invernadas quantidade superior a 500.000 cabeças de gado vacum, 4.000 cavalos e 70.000 ovelhas. E a da Cruz que lhe ficava contígua, tinha 40.000 vacas e 60.000 cavalos. São Miguel, em cuja estância, por ser mais próxima da raia portuguesa mais se fazia sentir a pressão dos tropeiros do Rio Grande, ainda tinha em suas invernadas 30.000 vacas e 300 cavalos. [20]) Excluindo a estância de São Borja, cuja população pecuária não consta da citada estatística, mas que outra [21]) orça em 11.962 cabeças, vemos que o gado existente, segundo aqueles dados nas estâncias das Missões, era o seguinte: vacas, 605.148; cavalos,

20) Invent. cit. Teschauer, I, 38.
21) Estatística dos Povos. 1768. B. Mss. I, 29, 5, 42.

70.484 e ovelhas 85.083. Mais completo e especificado o inventário, existente na **Colecção de Angelis**, do Administrador geral espanhol que recebe dos Jesuítas, em 1768, os Povos de Missões.

Consta aí que havia nas estâncias dos 7 Povos 967 vacas leiteiras, 65.083 cabeças de gado de rodeio, 7.859 bois, 3.307 éguas, 58 potros, 3.419 cavalos, 1.037 mulas, 67 burros e 37.930 ovelhas,

Pelos respectivos Povos assim se discriminam essas quantidades:

Povos	Vacum	Cavalar	Muar	Ovelhum
São Nicolau	20.376	1.031	195	18.471
São Luís	7.579	838	174	1.966
São Lourenço	4.824	441	67	1.056
São Miguel	20.288	2.095	164	1.691
São João	4.235	313	200	713
Santo Ângelo	.3.685	436	138	408
São Borja	11.922	1.630	166	13.245

Não estão aí incluídas as grandes estâncias de Japejú e La Cruz, ainda em território rio-grandense e respectivamente com: Japejú: vacum, 62.679; cavalar, 8.998; muar, 2.140 e ovelhum, 46.118. Cruz: vacum, 33.600; cavalar, 5.800; muar, 140; ovelhum, 2.700 e caprino, 340.

Mau grado a incúria e a natural indolência dos índios, a lavoura e a exploração dos ervais dos Povos representam-se na estatística citada com 16.300 arrobas de algodão e 14.700 arrobas de erva-mate, cabendo a Santo Ângelo respectivamente com 4.000 arrobas de algodão e 5.000 de mate a maior produção. E isto se verifica quanto ao mate porque, enquanto os outros Povos exploravam ervais que ficavam distantes e os hortenses plantados junto às povoações, Santo Ângelo era detentor dos antigos ervais nativos de Concepción, no Nhucorá e Conceição, que ficavam próximos à sua sede.

Mas, não era sem grande esforço que os Jesuítas conseguiam esse resultado. Com mais de um século de educação e de exemplos, não haviam conseguido modificar a tendência dos índios à indolência fundamental da raça. Trabalhavam porque se viam

compelidos a isso pela vigilância contínua dos Padres e pelo temor de castigos corporais que lhes eram aplicados se não atingiam as tarefas designadas. E jamais excediam aos limites em que estas se enquadravam.

Observa o Padre Cardiel «que se conseguissem trabalhar quatro semanas teriam o suficiente para comer todo o ano, como sucede com os mais capazes e diligentes. A terra é muito fértil, mas geralmente é tal a desídia do índio que para os amanhos da lavoura se marcam seis meses para preparar a terra, semear, limpar e fazer a colheita. Com tudo isto o maior trabalho que têm os Curas é obrigá-los a que lavrem e semeiem o necessário para o sustento, todo o ano, de sua família, e é preciso com muitos usar de castigo para que o façam, para seu próprio bem. Procuram os Curas visitar com frequência as suas lavouras e mandam também a elas índios fiéis que lhes dão conta de tudo. Muitos marcam mesmo com um cordel o terreno que o índio deve lavrar e plantar a fim de que consiga colher o suficiente para a subsistência de sua casa, durante um ano, impondo-lhe penas de um certo número de açoites se não cumprir essa tarefa. O índio se cifra ao dia que transcorre, porque seu espírito acanhado e percepção limitada não alcança o futuro. Não há razão que o convença, nem mesmo a experiência da fome que experimentou no ano anterior, por haver lavrado e colhido pouco. Outros Padres tomam o alvitre de fazer lavrar o terreno por turmas, isto é, todos os índios que estão sob a direcção de um cacique, ou os de uma parcialidade inteira. 22)

As suas principais lavouras consistem em milho, batatas, mandioca e legumes e outros grãos em menor escala. A mandioca, de que fazem uma espécie de pão, é o seu principal alimento.

«Não se dedicam muito ao plantio do trigo, e poucos são os que o semeiam e comem cozido ou moído, e uma espécie de torta sem levedo, como sucede com os pratos que preparam com o milho. Alguns sabem fazer um bom pão, porque foram padeiros na casa dos Padres onde se faz pão para eles e para os enfermos, duas ou três vezes por semana. A esses padeiros substituem outros que se aplicam ao fabrico do pão e assim há muitos que o

---

22) Cardiel. *Relación*, cit.

sabem fazer, mas para si só o fazem em suas festas principais. E' muito trabalho para o índio plantar o trigo, colhê-lo, prepará-lo, deitar o sal, o levedo, e esperar que esteja em condições de levá-lo ao forno, etc.

Não faz isto senão obrigado. Plantam também canas de açúcar, em pequena quantidade e algumas árvores frutíferas. Muito custa conseguir que cada um plante o algodão necessário para vestir-se. O linho dá bem nestes terras, mas seu preparo exige muito trabalho e cuidado, de sorte que excede a capacidade dos índios.

Além da lavoura particular de cada família que denominavam **ambabae** (aba-índio, mbae-coisa), havia também a lavoura da comunidade, o **tupambae** (coisa, propriedade de Deus). E a esta organização pertenciam também as grandes estâncias dos Povos e os ervais nativos que exploravam em conjunto.

E' ainda Cardiel quem informa sobre o assunto.

A maior colheita conseguida pelos índios não ultrapassava de 3 a 4 fanegas de milho, (fanega = 55,5 litros) quando seria possível colher mais de vinte se trabalhassem como era devido. Mesmo, assim, apesar de colher tão pouca quantidade, se a leva para a casa, desperdiça sem cuidado tudo quanto tem, comendo sem regra, presenteando aos outros os grãos que colheu, ou «vendendo aos outros por um o que realmente vale dez». Para evitar isto obrigam-nos os Padres a guardar nos celeiros da comunidade, em sacos rotulados com seus nomes, o excesso de um saco que fica em sua casa. À proporção que esta vai acabando se lhe fornece outro e assim por diante, dentro da mais rigorosa fiscalização de consumo, o que se impõe devido à sua incalculável desídia.

Estas e outras providências sobre a economia temporal dos índios dão aos Padres maior trabalho do que as de ordem espiritual. E' necessário ter muito cuidado com ela, porque depende do bem-estar material do povo, maior facilidade para as coisas espirituais, pois, quando bem providos e alimentados, assistem com alegria e maior fervor às obrigações do culto, frequentando a igreja e assistindo com pontualidade aos sacramentos. Mas, se têm fome ou outro trabalho, descuram eles também de Deus e de seus deveres religiosos, ao contrário do que sucede com a gente culta.

Nessas ocasiões deserta o Povo, fugindo para os matos, onde vão procurar o que comer, ou dando sobre os rebanhos, nos pastoreios ou campos de criação a que chamam estâncias, matando vacas e bezerros novos, pelos quais têm especial predilecção.

Em vista dessa incapacidade económica para se abastar a si próprio com o produto de suas lavouras, organizaram os Jesuítas o **tupambae**, ou lavoura da comunidade. Plantam-se aí mandioca, milho, feijões, algodão e várias espécies de leguminosas. O mesmo sucede com os gados maiores e menores que têm suas grandes estâncias, dando-se, porém, a cada família uma junta de bois para lavrar as suas terras particulares, aos quais matam, muitas vezes, para comer.

Durante seis meses são obrigados a trabalhar nas lavouras da comunidade às segundas e sábados, estando disto isentos os tecedores, ferreiros e outros oficiais mecânicos, durante o ano inteiro, revezando-se por outros quando é necessário mandá-los às suas roças particulares. Estes oficiais não trabalham em suas casas e sim nas oficinas que ficam nos pátios junto à casa dos Padres, e o seu pagamento é feito em produtos retirados dos bens comuns.

Os frutos da comunidade são destinados à distribuição de sementes aos que não as têm, quer por haver consumido toda a sua produção ou por haver perdido, devido a causas independentes de sua própria vontade; às recolhidas, que são mulheres abandonadas pelos maridos, ou outras que numa casa especial ficam sob a guarda da comunidade; aos que viajam em benefício da Doutrina; às crianças, e aos transeuntes e hóspedes que a todos de qualquer nação ou cor se dá guarida e facilita todos os meios de transporte, sem indenização por estes serviços.

Os algodoais comuns concorrem com a sua produção para vestir os jovens de um e outro sexo, o que é feito pelo Padre, porque sem esta providência andariam todos nus. Serve o algodão também para estipendiar os que vão extrair e preparar a erva, como para as roupas das viúvas, recolhidas, velhos e impedidos, e é o prémio comumente conferido, nas festas, aos que melhores serviços de carácter militar ou político prestam ao Povo. Grande parte da produção do algodão é vendida em Buenos Aires e

Santa Fé e com o resultado da venda se adquirem utilidades necessárias como ferro, panos, ferramentas para uso comum, e sedas e adornos para as igrejas.

Fazem-se tecidos de algodão branco e de cores, fios de toda a qualidade e panos de listras coloridas. O processo adotado é o seguinte: A cada índia se dá meia libra de algodão no sábado para que traga preparado na quarta-feira seguinte uma terça parte desse peso, porque dois terços são levados à conta de semente. Neste dia se lhe dá mais meia libra para que a traga no sábado seguinte. Nos dias designados todas essas mulheres se apresentam no corredor externo da casa do Padre e ali seus Alcaides velhos recebem e pesam as tarefas que todas trazem em novelos, pondo em cada um deles um pequeno pedaço de cana em que escrevem o nome da fiandeira. Feito isto vão dispondo em lotes de cem novelos, que são pesados mais uma vez em conjunto. Se houve fraude no peso, é imposta à índia uma penitência correspondente à sua falta. O Padre a quem é entregue toda essa produção manda-a ao Mordomo por escrito a fim de ser armazenada. Não assistem os Padres a essa reunião, devido ao recato que guardam nas relações com o outro sexo.

Diz Cardiel que, em Japejú, onde assistiu como Cura, tinha sob as suas ordens, diàriamente 38 tecelões, havendo mais ainda em outros Povos. Destes, oito eram especializados na tecedura de panos listrados. Dava-se a cada um quatro arrobas de fio que correspondia a 200 varas de pano com uma de largura. Pelo seu trabalho cada tecedor ganha seis varas de pano. Sucede às vezes encontrar no trabalho alguns novelos de fio em que ardilosamente as índias puseram pequenos pedaços de pedra ou terra, procurando aumentar o peso para diminuir a tarefa. Pelo nome que identifica o novelo de fio é conhecida a fraudadora que recebe a adequada penitência. O algodão produzido nas lavouras particulares, depois de fiado pelas índias, era mandado para a tecelagem por intermédio do Mordomo, que o devolvia em pano aos agricultores.

4. Desdobramento das Populações Missioneiras.

A copiosa documentação estatística do movimento das populações dos Sete Povos Orientais do Uruguai, que abrange o século que medeia entre sua fundação e a expulsão dos Jesuítas, existente na **Colecção de Ângelis**, [23]) e de que adiante se inscreve detalhado quadro, servir-nos-á de base para a apreciação do florescimento e decadência dos Povos missioneiros. Outros elementos completarão esse estudo.

No primeiro meio século, que decorre desde a fundação de São Francisco de Borja, em 1682, até o apogeu do florescimento das Missões, em 1732, a curva ascensional do crescimento humano não apresenta soluções de continuidade. Foram, como vimos, em número de 1.952 índios, oriundos de São Tomé, os primeiros que, naquela data, transpondo o rio Uruguai, se fixaram em sua margem oriental, para fundar São Borja. Cinco anos mais tarde, resolvida a transladação de mais três Povos, São Nicolau, São Luís e São Miguel, que vão repovoar a região do Piratiní, recebe também São Borja novo contingente de colonos, que não excede de mil almas. Os outros Povos, como se refere, teriam sido fundados com três mil índios, em média, cada um, dando assim para o povoamento inicial dessas fundações uma população máxima de dez mil almas que, em 1690, com o crescimento vegetativo já se eleva a 16.673 almas desdobradas em 4.284 famílias. Para dar uma idéia desse crescimento assinale-se que o total dos baptismos realizados no período de 1690 a 1707, nos seis Povos então fundados, atinge a 7.578, cabendo a maior parcela a São Nicolau com 2.054 baptismos. Seguem-se São Luís com 1.341, São Borja, 1.264, São Lourenço, 1.218 e São Miguel, que concorre com parte de sua população para fundar São João, 975 e este último com 730.

O decénio de 90 marca acontecimentos de monta que influem directamente sobre o movimento das populações missioneiras. Entre eles avultam a contribuição dos Povos para a defesa do porto de Buenos Aires, e uma peste de varíola que dizimou, em 1698, as Doutrinas do Uruguai, fazendo-se sentir com mais intensidade

23) B. N. Mss. I, 29, 1, 119.

em São Nicolau, cuja população ainda quatro anos depois acusava o decrescimento de 1.200 almas; São Luís e São Miguel que mostram no balanço entre nascimentos e óbitos uma diferença para menos de 68 unidades. A população nesse ano já era de 20.946 almas e o obituário registra 632 unidades, correspondendo a 5% de seu total. Quatro anos depois, em 1702, ainda se faz sentir esse decréscimo, pois a cifra da população deste ano, 20.086, ainda não atingira a daquele, sendo de notar que só neste último ano os baptismos se elevam a 1.453.

Santo Ângelo, fundado em 1706, concorre já para a estatística da população do ano seguinte com 2.879 almas, correspondentes a 737 famílias, elevando o total da população para 26.126. Desta data em diante até 1732, ponto culminante da curva ascensional, não obstante serviços de guerra, trabalhos de campo, obras de fortificações e outros, que desviam momentâneamente os índios, acentua-se o aumento gradativo dos Povos missioneiros.

E' exactamente neste ano que as Missões atingem o máximo de florescimento de sua estatística demográfica, industrial e artística. Contam então com uma população de 39.343 almas, sendo São Nicolau o mais populoso dos Sete Povos com 7.751 habitantes, seguindo-se São Lourenço com 6.513, São Luís com 6.182, São João com 5.274, Santo Ângelo com 5.085, São Miguel com 4.859 e, finalmente, São Borja com 3.679 habitantes.

Quase um decénio de paz, de trabalho, de recolhimento aos seus lares, cuidando de suas lavouras, dedicando-se à indústria e às artes em que eram exímios, assinalaram os índios com o aumento da população dos Povos, uma era de riqueza e bem-estar geral. Mas não tarda lhe sejam impostos novos sacrifícios que vão influir, de forma decisiva, sobre o estado geral de sua população. Em 1733 começa o declínio [24]) que se acentua fase por fase da vida dos Sete Povos. Nos documentos referidos encontram-se os dados estatísticos que limitam o apogeu do crescimento e que aqui se registram para estudo mais circunstanciado:

---

24) *Estado dos Povos.* B. N. I, 29, 5, 42.

Em 1731: 8.274 famílias com 37.896 almas;
em 1732: 9.835 famílias com 39.343 almas;
em 1733: 8.083 famílias com 37.151 almas.

E' exactamente no ano de 32, quando as Missões se preparavam para atingir etapas de mais alto desenvolvimento que começa a série de sacrifícios que lhe são impostos por acontecimentos imprevisíveis de profunda repercussão na vida missioneira. Nesse mesmo ano, os minuanos sublevados, que atacaram Montevidéu, tiveram para combatê-los, até obrigá-los a aceitar a paz, um forte contingente de índios dos Sete Povos que, por espaço de dois meses, foram mobilizados. Para a guerra dos **Comuneros,** no Paraguai, são destacados quase dois mil índios, durante oito meses, ficando destes um apreciável reforço que só recolheu em 1734. Nesse ano, ainda para a pacificação do Paraguai, solicitou o Governador 12.000 soldados, metade dos quais foi recrutada nos Sete Povos. Ficaram ali até o ano seguinte de 1735. E' quando se dá o novo assédio da Colónia, em que mais 3.000 índios tomam parte destacada, além de outros contingentes que permanentemente percorrem as campanhas rio-grandenses, e «lugares por onde podem vir os portugueses de São Paulo». Em 1740 a população das Missões Orientais baixara para 21.106 almas, isto é, menos 18.237 almas, apenas em oito anos. [24ª])

Essa primeira fase vai até a guerra das Missões que culmina no ano de 1757. Dezessete anos de paz refaziam já as populações missioneiras que haviam crescido de 26.403 habitantes em 1745 para 29.305 em 1753. A Demarcação de Limites corta novamente o surto ascensional da população que, em 1757, baixa a 20.350 almas. Conhecidas as causas determinantes desse decréscimo que referiremos com maior minúcia. E entre elas avultam: a tentativa de mudança dos Povos para que fossem ocupados pelos portugueses, de acordo com as cláusulas do Tratado de 1750; a guerra contra os demarcadores até a batalha de Caibaté,

---

24ª) Segundo a Relação oficial do Provincial da Paraguai, P. Manuel Querini, em 1750 numeravam os Sete Povos 26.374 habitantes. (*Missionalia Hispanica,* Madrid, 1949, nº 18 p. 547/48, publicado por F. Mateos). (L. J. G.)

em 1756, em que são trucidados, aproximadamente, 1.500 índios, e, finalmente, a passagem para o território do Rio Grande de 600 famílias que, aldeadas junto ao Butucaraí, vão mais tarde constituir a Aldeia dos Anjos, nas proximidades de Viamão. A Demarcação de 1750 marca o início dessa fase de decadência, de que não mais se refazem os Povos missioneiros. E' quando também começa a destruição dos monumentos artísticos, como essa admirável igreja de São Miguel, a que os próprios índios lançam fogo, num gesto de desespero e de protesto.

Anulado o Tratado de 1750, há ainda um surto de vida nas Missões até a extinção da Companhia em 1768, quando a população já atingira 22,349 almas. Daí, para diante, confiados a administradores leigos, e Frades de diversas ordens, que não tinham a força moral e autoridade dos Jesuítas, as Missões entram em franca dissolução, revivendo todos os vícios, principalmente, a embriaguez, a desordem, a relaxação dos costumes cristãos, e dura escravização dos índios compelidos a trabalhar em proveito dos espanhóis. Em 1801, quando por própria solicitação dos mais influentes elementos dos Povos são, pela Conquista, integrados à Colónia Portuguesa, contavam as Missões ùnicamente 14.010 habitantes. Os mesmos males e, quiçá, mais corrupção e desmedida ganância, encontraram os índios sob o regime português. Ao ser proclamada a independência do Brasil, a população das Missões orçava por 2.350 almas e, em 1827, quando o seu último administrador brasileiro nos dá um quadro geral de sua população, verifica-se que esta não passa de 1.874 habitantes índios. São Luís e São Nicolau, com mais de 400 habitantes, eram ainda os mais populosos, seguindo-se São Miguel com 271, São Lourenço com 258, São João com 212, e São Borja e Santo Ângelo com 180 e 103, respectivamente.

Além do péssimo regime administrativo, por várias vezes, neste último período, viu-se a região missioneira talada por forças orientais e brasileiras, nas contendas de que foi teatro durante mais de vinte anos. Andresito Artigas, Rivera e outros, carregados de despojos e levando grande número de índios, contribuíram para a extinção dessas populações aborígenes. Mais tarde, Chagas Santos e outros completam a destruição, e as riquezas artísticas dos Povos, alfaias, pratarias custosas, sinos e adornos

das igrejas, levados em carretas, vão constituir patrimônio de outras terras nacionais e estrangeiras. Algumas índias velhas, remanescentes das antigas civilizações jesuíticas, às escondidas, como um roubo, conseguem ocultar imagens e adornos, em ranchos quase abandonados, a que montam guarda, como se fossem preciosos tesouros.

Foi este o fim melancólico do ciclo bissecular da civilização jesuítica das Missões Orientais do Uruguai. Sentiu-o Saint-Hilaire que visita todos os Povos em 1820 e nos dá, através de sua dolorosa impressão, no seu livro admirável, um reflexo da melancolia de suas ruínas, atestadoras de uma grandeza extinta.

CAPÍTULO V

DECADÊNCIA DA CIVILIZAÇÃO JESUÍTICA [1]

1. O Tratado de Limites de 1750. — 2. A Guerra das Missões. — 3. Expulsão dos Jesuítas. — 4. A Nova Administração dos Sete Povos. — 5. Decadência das Missões Orientais do Uruguai.

1. O Tratado de Limites de 1750.

O Tratado de Madrid, celebrado a 13 de Janeiro de 1750 entre as Cortes de Portugal e Espanha, assinala o início da fase de decadência da civilização jesuítica nas Missões Orientais do Uruguai. Necessário se tornava às duas potências detentoras das vastas colónias sul-americanas dirimir os conflitos que as linhas imprecisas de Tordesilhas e os avanços ulteriores da penetração do povoamento haviam originado. Vinha ele consolidar, em parte, o princípio do **uti possidetis**, determinando «que cada parte há de ficar com o que actualmente possui», revogando-se «então todos os actos que no convénio inicial tinham fundamento: a escritura de venda outorgada em Saragoça, de 22 de Abril de 1529, o Tra-

1) Sobre este tão importante assunto publicou o P. Francisco Mateos. S. J., abalizado continuador da festejada "Historia de la Compañía de Jesús en la Provincia del Paraguay", do P. Pablo Pastells, S. J., um admirável trabalho de 59 páginas na MISSIONALIA HISPANICA, de Madrid. 1949, Nº 17, p. 319 - 378. E' a última palavra acerca dessa questão. Teremos oportunidade de nos referirmos diversas vezes a esse escrito. Esta mesma História de Pastells - Mateos é uma das fontes mais ricas e puras de história do antigo Rio Grande do tempo das Missões. Sobre o mesmo assunto publica o Prof. Manoelito de Ornelas um notável artigo, subornado ao título *"O Tratado de Madrid e a Companhia de Jesus"*, em ESTUDOS, Portó Alegre, nº 3, 1953, pág. 75 - 100. (L. G. J.)

MISSÕES ORIENTAIS DO URUGUAI

ESTATÍSTICA DA POPULAÇÃO DOS SETE POVOS DE MISSÕES DE 1690 A 1827

ANOS	TOTAL DOS 7 POVOS		S. BORJA		S. NICOLAU		S. LUÍS		S. LOURENÇO		S. MIGUEL		S. JOÃO BATISTA		SANTO ÂNGELO	
	Familias	Almas	Familias	Almas	Familias	Almas	Familias	Almas	Familias	Almas	Familias	Almas	Familias	Almas	Familias	Almas
1690	1.248	16.673	658	2.396	870	3.648	840	2.922	823	3.512	1.057	4.195	—	—	—	—
1691	1.813	19.844	701	2.888	1.040	5.315	886	3.280	896	3.769	1.290	4.592	—	—	—	—
1698	5.031	20.916	697	2.688	1.066	5.890	920	3.582	953	4.140	630	1.885	765	2.832	—	—
1702	5.289	20.086	780	2.600	1.216	4.699	943	3.473	990	4.427	636	2.197	724	2.690	—	—
1707	6.286	26.126	757	2.884	1.262	5.386	1.017	3.997	1.022	4.519	715	3.100	776	3.361	737	2.879
1711	5.810	27.365	771	4.284	1.366	5.969	787	3.339	992	4.271	673	3.254	589	3.088	632	3.160
1715	6.596	28.338	834	3.391	1.523	6.658	900	3.830	1.085	4.760	697	2.823	825	3.850	732	3.026
1719	6.148	28.407	524	2.673	1.228	5.729	1.043	4.532	1.015	4.880	835	3.111	892	3.722	881	3.470
1724	7.200	32.495	574	2.906	1.455	6.667	1.141	5.045	1.246	5.224	890	3.972	967	4.629	924	1.052
1729	7.583	35.287	609	3.297	1.310	5.984	1.380	6.215	1.388	6.225	993	4.710	965	1.111	938	1.745
1732 [25]	9.835	39.343	919	3.679	1.938	7.751	1.545	6.182	1.628	6.513	1.211	4.859	1.319	5.271	1.272	5.085
1735	6.538	32.867	549	3.277	1.113	6.594	1.010	4.689	939	4.548	940	1.073	1.012	5.129	945	1.557
1740	4.736	21.106	570	3.291	546	2.194	504	2.390	242	1.173	1.122	4.710	184	2.171	1.268	5.228
1745	5.947	26.403	728	3.924	916	3.530	738	2.968	464	1.563	1.311	6.675	688	2.925	1.099	1.818
1749	6.129	27.254	630	3.541	986	3.913	812	3.351	486	1.642	1.335	6.695	803	3.271	1.122	4.838
1753	6.556	29.305	622	3.232	1.028	4.724	841	3.783	510	2.091	1.372	6.229	900	3.892	1.180	5.117
1757	3.512	20.350	160	1.934	542	2.542	832	3.802	387	1.852	444	2.972	796	3.880	351	3.368
1762	4.530	25.083	298	2.714	624	4.429	859	4.239	344	1.782	1.020	4.038	940	1.017	415	3.863
1766	4.747	20.417	499	2.546	843	3.939	843	3.177	276	1.205	716	3.011	912	3.829	658	2.710
1868 [26]	4.766	22.349	420	2.761	768	4.194	828	3.500	324	1.112	786	3.556	930	1.106	710	2.820
1781 [27]	4.183	16.731	485	1.942	917	3.667	877	3.500	318	1.275	493	1.973	597	2.388	496	1.986
1791 [28]	3.968	15.421	619	2.154	797	2.984	791	3.312	324	1.171	585	2.334	481	2.018	341	1.448
1801 [29]	3.477	14.010	325	1.300	985	3.940	587	2.350	240	960	500	1.900	400	1.600	440	1.960
1811 [30]	1.614	6.395	356	1.424	386	1.545	370	1.412	108	134	176	706	138	554	80	320
1822 [31]	586	2.350	100	400	62	250	50	200	62	250	150	600	75	300	50	350
1827 [32]	467	1.874	45	180	101	404	111	446	64	258	68	271	53	212	25	103

25) Esta população consta de Teschauer, *Hist. II*, 14, que dá só o número de almas, sendo o das famílias calculado pelo indice da média geral. Outros dados encontram-se na Col. de Ângelis, B. N. Mss. 1, 29, 1, 119.
26) *Estado dos Povos*. 1768. Quadro estatístico. B. N. Mss. 1, 29, 5, 42.
27) Azara. *Geograf. fisica*, cit. Cálculo médio quanto às famílias.
28) Estados dos Povos· Mss. 1, 29, 1, 119.
29) Gonçalves Chaves. *Memórias ecónomo-políticas*. Rev. Ins. R. G. S. 1932. 100.
30) S. Leopoldo. *Anais*. 2.ª ed. 262.
31) G. Chaves. *Mem.* cit. Esta é a lista de famílias, de 1801, calculadas pela média conhecida de 4 pessoas por família.
32) Mapa geral dos bens dos Povos, em 26-VII-1827. Última estatística conhecida da Administração Geral das Missões. *Rev. Arquivo Público R. G. Sul*, 1 pág. 76. Pôrto Alegre, 1921.

tado de Lisboa, de 13 de Fevereiro de 1668, e o de Utrecht, de 6 de Fevereiro de 1715». [1a])

Estipulava o Tratado de 1750 que a demarcação tivesse «por balizas as paragens mais conhecidas, para que em nenhum tempo se confundam, nem dêem ocasião a disputas, como são a origem, e curso dos rios, e os montes mais notáveis». «Na aplicação dessa regra, observa o Dr. Rodolfo Garcia, os diversos artigos do Tratado estipularam, entre outras disposições, que a bacia do Prata ficava pertencendo à Espanha, emquanto a do Amazonas permanecia com Portugal. Do lado do Brasil, a fronteira devia buscar em linha recta os cumes dos montes, cujas vertentes descessem por uma parte para a costa, que corre ao Norte do regato, ao pé do monte de Castilhos Grande, ou para a Lagoa Mirim; e pela outra parte para a costa, que corre do mesmo regato ao Sul, ou para o Rio da Prata, de sorte que as cumieiras dos montes servissem de raia dos domínios das duas Coroas. Todas as vertentes que descessem para a Lagoa Mirim, ou para o Rio Grande de São Pedro ficavam para Portugal e para a Espanha as que baixassem aos rios tributários do Prata. O mesmo sistema vigorava com relação ao Amazonas: «pertencerá à Coroa de Portugal tudo o que tem ocupado pelo rio das Amazonas, ou Marañón acima e o terreno de ambas as margens deste rio». No que respeita à demarcação mais precisa desse território do lado das possessões espanholas, estipulou-se que a fronteira descesse o Javari até sua junção com o Amazonas e prosseguisse por este rio abaixo até a boca mais ocidental do Japurá, que nele deságua pela margem setentrional; que continuasse a fronteira pelo álveo do rio Japurá e pelos demais rios que a ele se juntam e que mais se chegam ao rumo Norte, até encontrar o alto da cordilheira de montes, que medeiam entre o rio Orinoco e o Amazonas; e prosseguisse pelo cume desses montes para o Oriente, até onde se esten-

---

1a) Rodolfo Garcia — *Documentos sobre o Tratado de 1750.* I, 3. *Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.* L II. 1930. Precede essa preciosa colectânea de documentos mandados copiar por Francisco Adolfo de Varnhagen no Arquivo de Simancas, e que se encontram no Arquivo do Itamarati, magnífica introdução do douto historiador e mestre Dr. Rodolfo Garcia, de quem são também as notas preciosas que ilustram a parte documental. Deste trabalho nos socorreremos bastas vezes, fazendo de sua documentação e notas os fundamentos deste capítulo.

desse o domínio de uma e outra Monarquia. Ainda quanto à bacia do Amazonas mais especialmente, como território português, devia abranger todas as vertentes que baixassem para o grande rio, entre ele e o Orinoco: «pelo que toca aos cumes da Cordilheira que hão de servir de raia entre o rio das Amazonas e o Orinoco, pertencerão à Espanha todas as vertentes que caírem para o Orinoco e a Portugal todas as que caírem para o rio das Amazonas ou Marañón». [2])

Três artigos do Tratado de 1750 interessam especialmente este estudo, e merecem transcrição integral:

«Art. XIV — Sua Majestade Católica em seu nome e de seus Herdeiros e Sucessores cede para sempre à Coroa de Portugal... todas e quaisquer povoações e estabelecimentos, que se tenham feito por parte de Espanha no ângulo de terras compreendido entre a margem setentrional do rio Ibicuí e a oriental do Uruguai.

Art. XVI — Das Povoações ou Aldeias que cede Sua Majestade Católica na margem oriental do Uruguai, sairão os Missionários com todos os móveis, e efeitos, levando consigo os Índios para aldear em outras terras de Espanha; e os referidos Índios poderão levar também todos os seus bens móveis e semoventes, e as Armas, Pólvora e Munições, que tiverem; em cuja forma se entregarão as Povoações à Coroa de Portugal, com todas as suas Casas, Igrejas e Edifícios e a propriedade e posse do terreno...

Art. XXII — Determinar-se-á entre as duas Majestades o dia em que se hão de fazer as mútuas entregas da Colónia do Sacramento com o Território adjacente, e das Terras e Povoações compreendidas na cessão, que faz Sua Majestade Católica na margem oriental do rio Uruguai; o qual não passará do ano, depois de se firmar este Tratado...»

Como se vê, em troca da Colónia do Sacramento, que sempre fora um peso morto na expansão portuguesa para o Prata e a causa originária de secular conflito, dava-se a Portugal o território missioneiro onde floresciam os Sete Povos com suas «trinta mil

---

2) Idem, ibidem, 5.

almas, velhos, mulheres, crianças, e setecentas mil cabeças de gado», [3]) cujo êxodo deveria ter lugar dentro de um ano. «O ódio originário — escreve Capistrano de Abreu — tornara-se hereditário; e era a estes inimigos de mais de três gerações que ingénua ou perversamente se entregavam, não a terra e a gente, mas a terra sem a gente? A gente havia de deixar as suas igrejas que ainda hoje causam a admiração dos viajantes, suas lavouras, suas casas, suas chácaras fertilizadas indefessamente em labuta secular; tinha de emigrar em condições muito piores que da primeira vez, quando fugiram dos mamalucos, pois ao menos então estavam atreitos ao viver no mato e andavam alheios às comodidades da cultura...?» [4])

Feita, dentro de um ano, a mudança dos Tapes de seus Povos de Missões para outras terras pertencentes à Espanha, iriam ocupar as terras dos mencionados Povos os moradores da Colónia do Sacramento e um certo número de casais açorianos, cuja remessa se intensificou com esse intuito para o Presídio do Rio Grande.

«Ratificado o convênio por parte de Portugal, em 26 de Janeiro, e por parte de Espanha em 8 de Fevereiro, foram em 17 de Janeiro de 1751 assinados três outros Tratados, em Madrid, pelos quais, respectivamente, se regulavam as instruções dos Comissários que deviam passar ao Sul da América, se formulavam artigos separados sobre as mesmas instruções, e se prorrogava o termo das entregas mútuas para se estenderem por todo o ano de 1751. Para presidirem à execução do pactuado a Corte de Lisboa nomeou Comissários principais Gomes Freire de Andrada, Governador e Capitão-General do Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo para a divisão do Sul, e Francisco Xavier de Mendonça Furtado, Governador do Estado do Maranhão, para a divisão do Norte, este substituído depois por D. António Rolim de Moura, Governador de Mato Grosso. A Corte de Madrid, por sua vez, nomeou seus Comissários principais para a divisão do Sul o Marquês de Valdelírios, D. Gaspar de Munive León Garabito Telo y

3) Capistrano de Abreu. *Nova Colónia do Sacramento.* XXX.
4) C. Abreu. *Nova Colónia,* XXX.

Espinosa, natural do Perú, e para a divisão do Norte o Chefe de Esquadra, D. José de Iturriaga». [5])

Para assumir suas funções o General Gomes Freire de Andrada deixou o Rio de Janeiro em 10 de Fevereiro de 1752, chegando ao Presídio do Rio Grande de São Pedro a 6 de Abril; mas só em 9 de Outubro encontrava-se pela primeira vez com o Marquês de Valdelírios em Castilhos Grande.

Antes mesmo de deixar o Rio de Janeiro, entre os vários aprestos para boa execução de suas funções, determinou o General Gomes Freire que o Coronel Cristóvão Pereira de Abreu passasse a São Paulo onde deveria recrutar duzentos paulistas escolhidos para constituir um corpo de batedores que precedesse no conhecimento prático do terreno a Comissão Demarcadora. Satisfez Cristóvão Pereira o encargo e em 1752 ia-se reunir a esse alto Comissário à frente do contingente que trouxera. E foi um de seus aventureiros o paulista João Pais Floriano «o primeiro que penetrou e descobriu o Rio Grande (Jacuí)», segundo Simão Pereira de Sá. [6]) Foi este em companhia de Luís Garambeu, também paulista e tronco, mais tarde, de uma das famílias rio-grandenses. Descoberta a navegação desse rio que aproximava Viamão das Missões, determinou Gomes Freire que Cristóvão Pereira à frente de seus soldados fosse ocupar posição estremada nas proximidades dos Povos de Missões, indo este situar-se em Rio Pardo, antiga estância do Povo de São Luís. [7])

---

5) R. Garcia. Anais B. N. Tratado de 1750. I, 8.

6) *Nova Colónia do Sacramento*. Parte inédita, cód. mss. hoje pertencente ao *Museu Paulista* adquirido em Londres pelo Dr. Félix Pacheco. Parece ser cópia feita pelo Coronel Sá e Faria. Sobre a primeira exploração do Rio Pardo, "que penetra na Gaíba coisa de trinta léguas acima da barra", e que foi levada a efeito pelo furriel Francisco Manuel de Sousa e Távora, filho de João de Távora, com alguns paulistas, veja-se o verb. 19.224, *Inventário de Documentos*. Anais da B. N. Vol. L. 514. Rio Pardo, logo ocupado por um destacamento de Dragões, será daí em diante o extremo ocidental da raia portuguesa e terá definitiva actuação no avanço para as Missões e povoamento do Rio Grande do Sul, conhecida pela designação de *Tranqueira do Rio Pardo*.

7) Encontram-se no *Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul*, (Museu Júlio de Castilhos) as *Folhas de mostra* desse corpo de paulistas organizado por Cristóvão Pereira, dos quais muitos ficaram no Rio Pardo, constituindo troncos da família rio-grandense. Pertencem, em sua maior parte, a antigas famílias bandeirantes, cujos nomes figuram entre os mais assinalados da Era das Bandeiras.

Ficara acordado na conferência preliminar dos dois altos Comissários que caberia aos portugueses presidir à evacuação de três e aos espanhóis a de quatro dos Sete Povos, sendo Rio Pardo, como mais próximo das Missões, o ponto escolhido para concentração das forças portuguesas.

A Demarcação de Limites de 1750, se por um lado assinala o início da decadência da civilização jesuítica, com os primeiros assomos da rebeldia dos índios em defesa de suas terras, por outro, marca a fase estrutural da vida rio-grandense. «Este tratado de 1750 e esta guerra das Missões, que custaram ao Estado mais de vinte e seis milhões de cruzados, encarados pelo lado político não trouxeram resultados favoráveis aos dois povos europeus. Mas, forçoso é reconhecer que o Rio Grande retirou benefícios reais desses dois factos. O Tratado, por intermédio das Comissões Demarcadoras, tornou conhecido o interior do país, determinou em cartas geográficas a posição e direcção de todos os acidentes físicos do seu solo e desbastou o terreno que mais tarde tinha de ser percorrido por outras comissões. A guerra, por intermédio das marchas do exército, abriu e aplanou as primeiras estradas da campanha, desenvolveu o comércio pela necessidade do fornecimento às tropas e finalmente iniciou o povoamento dos campos criadores mediante os soldados que pediam baixa e que por lá se estabeleceram». [8]

Do Tratado de 1750 decorrem as fundações do Porto dos Casais (Porto Alegre), em Novembro de 1752; [9] Rio Pardo e Santo

8) Alcides Lima. *História Popular do Rio Grande.* Rio, 1882.

9) A fundação de Porto Alegre se dá com o estabelecimento, no Porto de Dorneles, dos primeiros casais açorianos que o povoam. Comemorou-se o segundo centenário da concessão oficial da sesmaria de Jerónimol de Ornelas de Meneses e Vasconcelos em cujos campos foi estabelecida a actual cidade, mas não a sua fundação que decorre da data do início do povoamento. A 28 de outubro de 1752 determina Gomes Freire, de Castilhos Grande, passe o cirurgião do Regimento de Dragões "a escoltar as famílias que vão para as Missões". (Doc. 6, Exp. *Arq. Hist. R. G. do Sul.*) Em 28 de Novembro de 1752, em Viamão, registra-se o óbito de Josefa Maria, ocorrido no Porto de Dorneles, de um pau que lhe caiu em cima, estando o marido (Manuel Cardoso, casal açoriano) cortando o mesmo pau". (Óbitos de Viamão. 1752.) Fica, assim, determinada precisamente a data em que chegaram ao Porto do Dorneles os primeiros casais, que pode ser fixada em meados de Novembro de 1752. O primeiro filho de ilhéu baptizado em Viamão e nascido no Porto do Dorneles é Mateus,

Amaro, que recebem, em 1755, os seus primeiros povoadores açorianos. Eram todos destinados às Missões.

Para cumprir as determinações do Tratado, junto aos Padres da Companhia, designara o Rei de Espanha, por indicação do Geral Inácio Visconti, o Padre Lope Luís Altamirano que veio para a América juntamente com o Comissário Marquês de Valdelírios. Difícil e profundamente antipática a missão que fora confiada a esse sacerdote, logo recebido em meio da desconfiança geral que o impopularizou não só nas Doutrinas que deveriam sofrer o duro golpe da evacuação de seus Povos, como em toda a região missioneira até o Paraguai.

Sentindo a repugnância latente que se exteriorizava em várias representações de Cabildos e Governadores sobre a inexequibilidade do Tratado, o Padre Altamirano procurou cercar-se da influência do Padre Bernardo Nusdorffer, [10]) sacerdote provecto, cuja actuação entre os índios, como Cura e como Provincial, lhe havia dado inigualável prestígio. Seria o P. Bernardo o coordenador principal das diligências concernentes à escolha de terreno para novas instalações de aldeias e o encarregado de dirigir a trasladação dos respectivos Povos. Mais tarde, também com esse objectivo, o Padre José Cardiel, [11]) cujo nome está profundamente vinculado à história das Missões, é mandado à região ao Sul do Ibicuí, onde deveriam ser sediados alguns Povos, legando-nos desse trabalho um interessante mapa. [12])

Ao mesmo tempo, por intermédio do Padre Nusdorffer, diri-

---

filho de Manuel Pereira Soares e Mariana da Silveira, naturais de São Jorge. Foi levado à pia em 8 de Dezembro desse ano e tem como padrinhos Manuel e Teresa de Ornelas, filhos do sesmeiro Jerónimo de Ornelas.

10) Bernardo Nusdorffer nasceu em Plattling, Baviera, em 17 de Agosto de 1686, entrando para a Companhia em 17 de Outubro de 1704. Professo de 4 votos em 2 de Fevereiro de 1722, partiu para o Paraguai em 1730. Foi Reitor, Superior do Paraná e Provincial do Paraguai, conhecedor profundo da língua e alma dos guaranis. (F. Mateos em *Missionalia Hispanica*, 1949, nº 17, pág. 321.)

11) José Cardiel. Nasceu em La Guardia, Rioja, em 8 de Março de 1704, e entrou na Companhia em 8 de Abril de 1720. Em 1730 foi enviado ao Paraguai. Fez os 4 votos em 15 de Agosto de 1737. Prestou relevantes serviços às Missões. Escreveu vários trabalhos de alto valor, cujos originais se encontram na B. N. e deles nos temos amplamente servido. Expulso em 1768, foi para Faenza, onde em 1772 escreveu a *Relación Veridica*. Ver G. Furlong, José Cardiel y su Carta-Relación (1747). B.A. 1953.

12) Furlong. *Cartografia.*

giu-se o Comissário a todos os Curas dos Sete Povos, mostrando-lhes a conveniência de cumprir as determinações reais, e estranhando «o zelo indiscreto» que os movia na obstinação que alguns mostravam antepondo-se ao cumprimento dessas ordens.

Embora demonstrando grande descontentamento e protestando mesmo contra os inconvenientes da mudança como fez o P. Cardiel, em carta que dirigiu ao P. Altamirano, 13) os Curas dos Povos, curvando a cabeça à obediência, procuraram convencer os seus catecúmenos que cumprissem com essa determinação. Era Superior das Missões o P. Matias Strobel, 14) que percorreu os Sete Povos e escreveu ao Comissário que «nem em cinco anos seria possível fazer a mudança». E acrescentava que a trasladação dos índios não se faria sem um milagre, dada a indisposição que havia notado nas Missões.

Não obstante o P. Altamirano, em fins de Novembro de 1752, já conseguira que os três Curas de São Lourenço, São Luís e São Borja «saíssem com parte de seu povo antes do dia assinalado 3 de Novembro para formar ranchos em seus respectivos e escolhidos terrenos». 15) Mas, os outros protelavam qualquer providência nesse sentido, sendo duas as causas principais da oposição a essa mudança na opinião do suspeito Altamirano: «A primeira sua demasiada e cega confiança, fundada em muitas representações, que o Tratado não será efectivado», e a segunda «o errado preceito» de que não os obrigam as ordens do Padre Geral, «porque elas mandam cooperar para uma notória injustiça, pois julgam e dizem que é grave o prejuízo que padeceriam os índios com sua mudança e perda de suas igrejas e Povos, não se lhes dando como não se lhes dá igual recompensa». 16)

Por ocasião da execução do Tratado, dirigiam os Sete Povos, como Curas, Companheiros e Auxiliares os seguintes Padres: São

13) Anais B. N. Vol. LII. p. 211.
14) P. Matias Strobel. Nasceu em Murberg, em 18 de Fevereiro de 1694 entrando para a Companhia em 28 de Outubro de 1713. Fez os 4 votos em 19 de Abril de 1733. Durante 50 anos trabalhou nas missões do Paraguai. (*Cat. publ.*).
15) Anais cit. LII, 215. — Furlong, J. Cardiel y su Carta-Relación, p. 28 ss.
16) Idem, ibidem, 225.

Borja, P. Miguel Amengual, [17]) e os Companheiros Padres António Planes [18]) e P. Jaime Mascaró; [19]) São Nicolau, os Padres Carlos Tux, [20]) e João Gilge; [21]) São Luís, os Padres Inocêncio Erber [22]) e Jacinto Marques; [23]) São Lourenço, os Padres Tadeu Enis, [24]) Francisco Xavier Limp [25]) e José Unger; [26]) São Miguel, os Padres Lourenço Balda, [27]) Miguel de Sotto [28]) e Diogo Palácios; [29]) São João, os Padres Luís Charlet, [30]) Pedro Vied-

---

17) Miguel Amengual. Nasceu na ilha Maiorca em 12 de Maio de 1716 e entrou na Companhia em 6 de Outubro de 1740. (*Cat. publ.*).

18) António Planes, natural de Palma, Maiorca, nasceu em 21 de Novembro de 1713, entrou na Companhia em 24 de Setembro de 1732, e fez os 4 votos em 1 de Novembro de 1745. (*Catal. cit.*). Veja também *Notas* do dr. R. Garcia sobre *Doc. Tratado.* Anais LII e LIII.

19) Jaime Mascaró. Natural de Palma, na Maiorca, nasceu em 17 de julho de 1717 e entrou na Companhia em 6 de Outubro de 1740. (*Cat.* cit.).

20) Carlos Tux, natural de Peters Walden, na Silésia, nasceu em 13 de Agosto de 1700, entrou na Companhia em 24 de Outubro de 1718; professo de 4 votos em 23 de Junho de 1736. (*Cat. cit.*).

21) João Gilge, natural de Schwiebussen, Silésia, nascido em 20 de Agosto de 1713, entrou na Companhia em 20 de Outubro de 1738; professo de 4 votos em 28 de Outubro de 1755. (*Cot. cit.*).

22) Inocêncio Erber, natural de Leibach, na Áustria, nasceu em 8 de Outubro de 1694 e entrou para a Companhia em 6 de Janeiro de 1715. Professo dos 4 votos em 19 de Abril de 1733. Morreu em 1766. (*Cat. cit.*).

23) O Padre Jacinto não consta do catálogo respectivo.

24) Tadeu Xavier Enis, natural da Boêmia, nasceu em 29 de Julho de 1711, entrou na Companhia em 20 de Outubro de 1732; professo dos 4 votos em 15 de Agosto de 1747. (*Cat. cit.*).

25) Francisco Xavier Limp, natural de Buda, na Hungria, nasceu em 25 de Maio de 1695, entrou na Companhia em 18 de Outubro de 1713. Professo dos 4 votos em 15 de Agosto de 1739. Faleceu em 1768. (*Cat. cit.*).

26) José Unger, natural da Boêmia, nasceu em 24 de Maio de 1717, entrou na Companhia em 9 de Outubro de 1737; professo dos 4 votos em 24 de Junho de 1752. (*Cat. cit.*).

27) Lourenço Balda, natural de Pamplona, nasceu em 16 de Julho de 1704, entrou na Companhia em 7 de Novembro de 1726; professo dos 4 votos em 5 de Fevereiro de 1744. (*Cat. cit.*).

28) Miguel de Sotto, natural de Madrid, nasceu em 8 de Maio de 1718, entrou na Companhia em 8 de Maio de 1733; professo dos 4 votos em 25 de Agosto de 1752. (*Cat. cit.*).

29) Diogo Palácios, natural de Tarazona, Espanha, nasceu em 11 de Maio de 1705, entrou na Companhia em 13 de Maio de 1720, professo dos 4 votos em 1736. (*Cat. cit.*).

30) Luís Charlet, natural de Sabóia, nasceu a 15 de Setembro de 1694, entrou na Companhia em 1 de Julho de 1716; professo dos 4 votos em 14 de Maio de 1734. Servia de Provincial em 1752. (*Cat. cit.*).

ma [31] e Adolfo Skal; [32]) Santo Ângelo, os Padres Bartolomeu Pisa [33]) e José Garcia. [34]) Muitos outros aparecem dirigindo momentâneamente os Povos ou sendo capelães de suas estâncias.

Logo que chegou ao conhecimento dos Jesuítas a ordem para a mudança dos Povos, trataram eles de procurar terrenos em condições de alojar as novas aldeias. Uma das grandes dificuldades que se opunham a isto estava na escassez de localidades próprias para estabelecer as suas grandes estâncias de criação de gados, que acarretaria aos Povos da Banda Ocidental a perda das suas, que seriam ocupadas pelos transmigrados.

Mesmo assim fizeram-se os preparativos iniciais para a mudança. «Ordenou-se», diz Teschauer, «nos Povos de São Xavier e Santa Maria Maior se fizesse em cada um 50 carretas para ajudar o transporte da fazenda dos Sete Povos; semelhante ordem se deu a Conceição e Apóstolos, que todos tivessem prontas suas canoas e quantas carretas pudessem preparar aos Povos que deviam transmigrar.

«Só o Povo de São Miguel possuía território para mudar-se em uma distância de duzentas léguas ao Norte de Queguai, mas, sem uma venda nem pousada e ainda em cima com grande parte da área duvidosa, se era terra realenga ou de um cidadão de Buenos Aires, porque poucos anos antes tivera ali gado como em terreno próprio.

«Fizeram-se sair outros exploradores e para a outra banda, onde se descobriram sítios que, se não eram muito bons, ofereciam ao menos os requisitos indispensáveis a estes estabelecimentos.

«Concordou-se que o Povo de São Luís se retirasse para a região entre a lagoa Iberá, o Mirinaí e o rio Santa Lúcia.

---

31) Pedro Viedma, natural de Jaén, Andaluzia, nasceu em 11 de Janeiro de 1718 e entrou para a Companhia em 8 de Maio de 1740; professo dos 4 votos em 15 de Agosto de 1754. (*Cat. cit.*).

32) Adolfo Skal, natural de Grosskunzendorf, em Silésia, nasceu em 27 de Junho de 1700, entrou na Companhia em 27 de Setembro de 1719; professo dos 4 votos em 13 de Junho de 1736. (*Cat. cit.*).

33) Bartolomeu Pisa, natural de Palma, na Maiorca, nasceu em 24 de Fevereiro de 1710, entrou na Companhia em 23 de Fevereiro de 1733; professo dos 4 votos em 15 de Agosto de 1743. (*Cat. cit.*).

34) José Garcia, natural de Andaluzia, nasceu em 19 de Março de 1710, entrou na Companhia em 31 de Março de 1726; professo dos 4 votos em 4 de Março de 1745. (*Cat. cit.*).

«Para o Povo de São Lourenço propôs-se uma ilha grande do Paraná que principiando acima das cachoeiras estendia-se até abaixo delas; mas ele preferiu volver a Santa Maria Maior donde se tinha antigamente desmembrado como colónia.

«O de São João obteve terras entre o Paraná e o Paraguai, perto do pantanal de Nembucú.

«Ao Povo de Santo Ângelo designou-se um distrito ao Norte do Povo de Córpus, e aos demais marcaram-se distritos; um era evidentemente insalubre, os outros expostos às correrias dos charruas, cujas depredações de gado seriam maiores do que as hostilidades directas.

«Logo que o Cura de São Miguel foi cientificado de que os borjistas queriam mudar-se para o rio Queguai, escreveu ao Superior P. Nusdorffer, segundo este mesmo relata, protestando contra tais vizinhos; o mesmo fez o Cura de Japejú, porque ninguém gostava de tê-los perto e eles haviam feito contínuos danos na estância de Japejú». [35])

Como se vê deram-se todas as providências no intuito de cumprir as determinações do Tratado de 1750, se bem que iníquo, preferindo os índios passar com suas terras ao domínio da coroa portuguesa, conforme solicitação feita, de que nos dão notícia os documentos do Tratado. [36])

Mais tarde, ante a impossibilidade da mudança de alguns Povos que retornaram das proximidades dos lugares em que se iam estabelecer, resolveram os Padres, com anuência das Autoridades, escolher terrenos ao Sul do Ibicuí, ocupado pelas estâncias de Japejú, São Miguel e São Nicolau, em que se deveriam erigir novas povoações. Fez o levantamento do terreno o P. José Cardiel, que nos deixou desse trabalho um interessante mapa. [37])

Tratavam os Povos de efeituar a mudança e muitas famílias haviam já transposto o Uruguai para tomar conta de suas novas terras, quando surgiu um movimento de rebeldia, que partiu dos

---

35) Teschauer. *Hist. R. G. S.* Vol. II. 211. Nusdorffer. B. N. Mss. F. Mateos, em *Mission. Hisp.* 1949, nº 17, p. 323 ss.
36) Anais B. N. LII.
37) Cartografia jesuítica.

índios de São Nicolau. Um índio ladino, Cristóvão Paicá, que havia estado longos anos fugido entre os portugueses do Brasil, contrariando as insinuações dos Padres para que cumprissem a ordem real, lhes fez ver a injustiça que se lhes fazia, arrancando-os de suas casas. Lavrou logo a rebeldia que se comunicou a outros Povos. 37ª).

Em 27 de Fevereiro de 1753 o P. Comissário Luís Altamirano, que tinha a sua sede em Japejú, sentindo-se até ameaçado em sua vida, pois crescera o boato de que «estava a serviço dos portugueses» e que era objecto do ódio que lavrara nos Povos, resolveu seguir para Buenos Aires, incumbindo ao P. Francisco Xavier Limp, Cura de São Lourenço, para proceder à mudança dos Sete Povos. Segundo comunicação do P! Lourenço Balda, Cura de São Miguel, os índios alvorotados estavam convencidos que o P. Altamirano «não era sacerdote e sim português disfarçado de padre» e que iriam expulsá-lo de suas terras «y asy que lo echaran rio abajo». 38)

OBSERVAÇÃO. Após a fuga de Altamirano, Andonaegui fez promulgar em Buenos Aires a sua próxima ida aos 7 Povos para lhes impor a obediência se não fosse por meios pacíficos seria pelas armas. Antes, porém, tentou ainda amedrontá-los com ameaças mediante uma carta que enviou ao P. Strobel para ser transmitida aos 7 Povos. (Missionalia Hispanica. Nº 23, p. 245 ss.). Mas os guaranis mais se obstinaram, dando um resultado contraproducente.

Recorreu Altamirano a novo expediente: tirar os curas dos 7 Povos afim de privá-los de toda assistência espiritual. Calculavam os senhores lá de Buenos Aires que os índios cederiam, sendo quase certo que não os deixariam partir. Mas nem o Bispo de Buenos Aires, nem Andonaegui aceitaram esse alvitre.

Os Superiores da Companhia fizeram tudo para evitar a guerra que haveria de ser funesta. Escreveram ao Rei da Espanha. Mas o ministro Carvajal confiscava cuidadosamente toda a correspondência jesuítica, mantendo ao monarca numa total ignorância da realidade missioneira.

Alvitrou o P. Comissário um «assalto teatral», em que os missionários mostrassem patèticamente a seus neófitos a necessidade de transmigrarem. Mas todos os Curas votaram unânimemente contra essa medida. Então Altamirano ordenou que todos os Padres abandonassem os 7 Povos, levando apenas o breviário. Para este efeito passou toda a sua autoridade ao P. Alonso Fernández, Reitor do Colégio de Buenos Aires, como Vice-Comissário. O prazo marcado para a fuga dos missionários devia ser o dia 15 de Agosto de 1753. Partiu Fernández, acompanhado de mais dois padres jesuítas com faculdade de até expulsar da Companhia ao missionário que de qualquer forma se opusesse às ordens reais, ou então de suspendê-lo das ordens sacras.

37ª) F. Mateos, *Mission. Hisp.* cit. p. 349 ss.
38) Doc. Trat. Vol. LII, 362.

Mau grado todo o sigilo, os índios, por seus espiões, já sabiam em Julho de 1753 da aproximação do P. Fernández e seus companheiros, sobre os quais foram informados que eles eram vendilhões dos 7 Povos aos portugueses, e que lhes vinham tirar os venerados Curas. Resolveram pois os de São Miguel, os mais exaltados, apoderar-se dos 3 forasteiros já em São Tomé, antes de terem atravessado o Uruguai. Os Padres porém lhes escaparam. Rigorosa vigilância foi posta em todos os passos do rio, impedindo sem consideração a entrada de qualquer pessoa suspeita e de todo e qualquer escrito ou carta, que eram queimados sem piedade. Mais ainda: Fizeram saber a todos os Missionários dos 7 Povos que ninguém deles se atrevesse a arredar o pé do lugar onde estavam, que Deus os fizera Padres e os tinha enviado para assistí-los, como o haviam feito os velhos missionários do século passado.

O empenho de Fernández de ele mesmo penetrar nos 7 Povos, como ainda 14 tentames de ao menos avisar aos Curas por escrito e lhes impor os seus preceitos, se desmoronaram perante a fiscalização dos guaranis. Uma única carta que chegou ardilosamente às mãos do P. Tux, Cura de São Nicolau, foi arrancada das mãos do Padre ao começar a lê-la, com grave desrespeito a sua pessoa. (Mateos, Mission. Hisp. Nº 23, p. 270). A suspensão da Missa não só escandalizou aos indígenas como ainda os irritou mais, sabendo-se quanto estimavam o Santo Sacrifício. A tal ponto já lavrava o facho do descontentamento que chegaram a incitar à rebeldia os próprios irmãos de raça da Banda Ocidental, onde de facto começou a reinar a oposição. Como fracassara a missão de Altamirano, não foi mais feliz o P. Fernández, perseguido de morte pelos índios. Os próprios Padres dos 7 Povos começaram a ser tão rigorosamente custodiados que não lhes foi possivel fugir e nem sequer comunicar-se com os outros Curas. Um deles, manifestando que já não podia rezar missa, ouviu que, neste caso, nem lhe davam mais nada de comer. Os meios pacíficos estavam esgotados.

Onde esteve a culpa? O P. Mateos, que estudou a fundo toda a documentação relativa a todos esses sucessos, reduz todo o fracasso a três erros fundamentais: 1.º ignorância absoluta da realidade americana nas cortes europeias; 2.º falta total do necessário tacto para realizar a transmigração; 3.º o incrível atropelo e pressa na execução. Houvesse mais tacto, mais calma e o tempo indispensável, os Jesuítas teriam levado a bom termo a mudança. Mas como os culpados não quiseram reconhecer o seu erro, os governantes luso-hispanos limparam as mãos à parede, lançando a culpa aos Jesuítas. (Pastels-Mateos, VIII, 2.ª parte, p. 1065-1081, carta do P. João de Escandón, testemunha ocular e autor da maior parte dos sucessos que refere; — Mateos, apud Mission. Hisp. n.º 23, p. 290). Também a ideia alvitrada de deixar os índios dos 7 Povos onde estavam, mudando apenas de soberano, teve pronta repulsa da parte espanhola porque não lhes convinha ter na vizinhança um núcleo tão poderoso. — Toda essa documentação ainda não era conhecida ao autor da primeira edição desta obra. (L. G. J.)

E' quando surge, no cenário das Missões, a figura malsinada do P. Lourenço Balda, sobre cuja memória pesam responsabilidades tremendas pelo trágico desenvolvimento dos negócios missioneiros. Louvaminheiro e injusto, entre outros, dominados pelo ódio que a muitos inspirou a Companhia, Basílio da Gama, no poema **Uraguai**, anatematiza a memória do Padre, insinuando mes-

mo que um índio, a quem «chamaram Baldetta por memória, [39]) seria filho desse sacerdote, porque «os Jesuítas da América não eram tão escrupulosos como afectavam ser os da Europa». [40]) Em nota ao **Uraguai** o douto Rodolfo Garcia observa ser «calúnia que a **resposta Apologética,** págs. 121-124, rebate com justa indignação». [41])

Os «Documentos sobre o Tratado de 1750», publicados nos dois magníficos volumes dos **Anais da Biblioteca,** lançam luz sobre os acontecimentos da época. Ante a insurreição geral dos índios, que não se importavam de pertencer a esta ou aquela Coroa, mas que agiam em legítima defesa de suas terras e bens, os Padres dos Sete Povos nada mais fizeram do que reproduzir o gesto antigo de seus predecessores e tudo arriscar para os socorrer, material e espiritualmente, nessas horas de sofrimento, em que jogavam os destinos de sua secular organização.

Não há duvidar do empenho que puseram na mudança dos Povos, embora isto lhes fosse o mais cruel de todos os sacrifícios. Mas, sentindo-se desprestigiados, quase anulados ante a desconfiança dos índios, quando estes se organizaram para combater forças disciplinadas e superiores, num acto de desespero, não os abandonam à mercê da própria sorte e, num gesto que não os deprime, preferem assistir a seus filhos e com eles receber o peso

---

39) Basílio da Gama. *O Uraguay.* Publ. da Academia Brasileira Rio de Janeiro. 1941. Os versos referidos são os seguintes:

> "Gentil mancebo, presumido e nescio,
> a quem a popular lisonja engana,
> vaidoso, pelo campo discorria,
> fazendo ostentação de seus penachos.
> Impertinente, e de família escura,
> mas que tinha o favor dos santos padres.
> Contam, não sei se é certo, que o tivera
> a estéril mãe por orações de Balda.
> Chamaram-no Baldetta por memória." (Pág. 37-38)

40) *Uraguay.* Nota pág. 38.

41) Idem. Nota de Rodolfo Garcia, pág. 138. Quem conhece a organização jesuítica das Missões e o fundo moral que preside em todos os tempos a acção desses Padres, não pode absolutamente dar guarida à falsidade e à infâmia que distilam versos tão belos. Os documentos da *Colecção de Ângelis* nos revelam a austeridade moral desses homens, que eram advertidos, castigados e mesmo expulsos da Companhia, pelos menores deslises que praticavam.

do golpe tremendo. Além do P. Balda, considerado a alma da resistência, os Padres Adolfo Skal, Tadeo Enis e Miguel de Sotto assumem maiores responsabilidades. Acusam-nos os documentos, inspirados em ódio aos Jesuítas, de serem os organizadores da resistência armada, «y especialmente Balda y Enis, mandaron hacer las baterias y les enseñaban la formación». [42]) Conhecida

---

42) Doc. sobre o Tratado. *Anais*. LII. 444.

OBSERVAÇÃO. Entrementes, conforme F. Mateos, no artigo citado de MISSIONALIA HISPANICA, 1949, N.º 17, página 364 e seguintes, num lugarejo denominado S. Antônio, distante 70 léguas de São Miguel, alguns miguelistas toparam com 4 portugueses, que os confirmaram na mentira de os lusitanos virem brevemente tirar-lhes as viúvas, os meninos e as meninas e todos os gados dos 7 Povos, porque os Padres lhos haviam vendido a eles, como provava uma carta que mostraram aos índios. Foi suficiente essa balela para os missionários jesuítas perderam o resto de influência sobre os seus neófitos. Em São Miguel o furor cresceu ao ponto de o tão caluniado P. Lourenço Balda se ver impotente para conter a ira de mais de 600 homens dispostos a matar a «esse português disfarçado», o Comissário Altamirano, que demorava então em São Tomé, na outra margem do Uruguai. Conseguiu Balda avisar a toda a pressa aos Curas dos Povos e ao próprio Comissário. Por fortuna, pôde o P. Altamirano pôr-se a salvo, saindo imediatamente de São Tomé em 28 de Janeiro de 1753, descendo até Japejú, donde, bem escoltado, alcançou são e salvo a capital portenha. A impressão causada por essa retirada foi péssima nas autoridades luso-castelhanas. Significava o fracasso total de realizar a transmigração por meios pacíficos e só restava ainda a ameaça da guerra para intimidar os indígenas.

Foi o que tentou Andonaegui, Governador de Buenos Aires, segundo as instruções secretas recebidas de Madrid. Neste sentido escreveu uma carta veemente, em 12 de Maio de 1753, dirigida ao P. Matias Strobel, Superior das Missões, para ser lida e explicada nas igrejas das Doutrinas em sua própria língua. (Aparece na «Historia de la Compañia de Jesús de la Provincia del Paraguay» de Pastells-Mateos, VIII, Prim. Parte, N.º 4659, p. 81).

Inicialmente manda dizer aos índios que o Rei da Espanha daria a cada um dos Sete Povos terras e o adjutório de 4 mil pesos; louva a seguir os sanborjenses que já haviam começado a mudança. Logo, tomando um tom enérgico, qualifica os renitentes como réus de lesa majestade, rebeldes e traidores; intima-lhes uma guerra de extermínio, asseverando que procederá contra eles com todo o rigor das armas; que fará quantos danos puder em suas vidas e fazendas até exterminá-los e acabar com eles inteiramente para que não fique memória de uma gente tão perversa, e que marchará contra eles com força capaz de destruir não apenas 6 e sim até 600 Povos, sobretudo aliando-se com as tropas portuguesas.

Apesar de não ser semelhante ofício de molde a socegar ânimos descontentes e exaltados, os missionários jesuítas deram-lhe a necessária promulgação.

Responderam por escrito seis Povos, salvo o de São Borja, mais Nicolau Nenguirú, chefe da Conceição, em cartas redigidas em guarani, mandadas traduzir por Andonaegui e remetidas à Corte de Madrid. Ali, porém, estavam de atalaia dois inimigos figadais da Companhia, os ministros Carvajal e Wall,

a organização militar das Doutrinas, ver-se-á que esses aprestos guerreiros vinham de épocas bastante remotas... Santos como Cristóvão de Mendoza, Boroa, Romero e outros haviam resistido, à mão armada, em defesa dos seus pobres catecúmenos, ante a agressão das bandeiras. Outros, mais tarde, a serviço dos espanhóis, haviam defendido a terra contra a expansão portuguesa. A história reproduzia-se, agora, em proporções maiores. Diz o P. Tadeo Enis, em uma declaração, jurando **in verbo sacerdotis**, «que habia procurado la transmigración del mismo modo que los

---

que arquivaram cuidadosamente esses papéis sem que Fernando VI chegasse a conhecer o seu conteúdo, como tão pouco as demais justificações e informações dos missionários dos Sete Povos. Tentaram estes renunciar diversas vezes aos seus cargos de Curas, sobretudo para desfazer a perniciosa fábula do fantástico «Império Jesuítico do Paraguai», fabricado pelo libelo antijesuítico «Relação abreviada», espalhado pela Europa por Pombal e seus comparsas voltereanos e jansenistas.

Nessas sete cartas, descobertas e publicadas em primeira mão pelo P. Mateos, em MISSIONALIA HISPANICA, Madrid 1949, N.º 18, p. 547 a 572 em castelhano, redigidas por caciques em linguagem primitiva e por vezes misturadas com erros históricos, resplandece antes de tudo mais o grau de cultura que já haviam atingido os Sete Povos. Suas expressões acham-se repassadas de profunda fé e boa vida cristã. Lembram ao Governador que eles são cristãos e não causaram mal aos espanhóis. Mas se a Providência dispôs que eles pereçam na guerra morrerão de bom grado junto dos seus missionários, aos pés do Santíssimo Sacramento nas suas igrejas. Revelam que essa transmigração é pura trama de portugueses, seus inimigos seculares. Recordam claramente ao destinatário que eles têm repetidas promessas dos «santos reis» da Espanha, de que não seriam incomodados nem despojados dos seus territórios como o estava a provar a recente «Cédula Grande» de Felipe V de 28 de Dez. de 1743 (publicada na íntegra por Pablo Hernández, «Organización Social de las Doctrinas Guaranies, Barcelona 1913, I, 445-495); advertem que eles, os índios missioneiros, não haviam sido subjugados pelos espanhóis por meio das armas, mas que se tinham submetido voluntàriamente ao Evangelho e o domínio dos Reis da Espanha; chamam à memória de Andonaegui os grandes serviços prestados por eles às forças castelhanas durante longos anos; dizem que lhes era muito duro abandonar seus Povos, suas magníficas igrejas, levantadas por suas próprias mãos, as suas ricas estâncias e fazendas e ser jogados à ventura das selvas e montes para procurar novo lar. Se o Rei queria dar terra aos portugueses tinha muitas por Corrientes, Santa Fe e ao sul de Buenos Aires. Portanto não podiam crer que o «santo Rei», sem delito deles, os expulsasse dos seus Povos e lhes arrebatasse sem a devida indenização os seus bens. O Rei devia de estar mal informado e o Governador tinha a obrigação de lhe abrir os olhos e conceder-lhes a devida protecção. Finalmente, num arrebatamento de explicável altivez, levantam a luva que lhes atirara com a intimação da guerra e respondem que aceitam a guerra e lembram que até os animais atacam quando alguém os quer expulsar das suas querências. Quanto mais o farão eles, pobres índios. — (Como espécime, publicaremos no Apêndice as cartas de Santo Ângelo e São Luís.) (L. G. J.)

santos padres y verdaderos pastores de los rebaños de Cristo en la primitiva Iglesia, licita y santamente animaban a los cristianos a desamparar sus tierras y haciendas, irse a los desiertos y sufrir con paciencia la pérdida de sus bienes por los mandatos de los Emperadores». [43])

Em fins de 1753 já todos os Povos, mesmo os da Banda Ocidental, davam mostras de sua rebelião, não atendendo mais às próprias determinações de seus Curas. Abalava-se o prestígio dos Padres e alguns mesmo tiveram de fugir, como o Vice-Comissário e alguns Curas que se viram em perigo de vida. A desordem lavrou por toda a parte. E a resistência armada, que não tardaria, iria socavar os velhos alicerces da civilização jesuítica das Missões. [43ª])

Enquanto nos Sete Povos sucediam-se esses acontecimentos, prosseguiam os trabalhos da Demarcação que tiveram início a 9 de Outubro de 1752 com a primeira conferência entre os altos representantes das duas Nações, realizada junto ao monte de Castilhos, em que foi chantado o primeiro marco. O segundo ficou junto ao local **India Muerta**, [44]) e o terceiro, que foi levantado a 6 de Janeiro de 1753, recebeu a designação de **Reis**. Desse ponto em diante foi incumbida a primeira partida de Demarcação, chefiada por parte dos portugueses pelo Coronel Francisco António Cardoso de Menezes, e pela dos espanhóis por D. Juan de Echevarría, que deveria fazer a demarcação até a foz do Ibicuí. Os Comissários chefes, General Gomes Freire de Andrada e Marquês de Valdelírios recolheram-se, respectivamente, à Colónia do Sacramento e Montevidéu.

Prosseguiam esses trabalhos, e a 27 de Fevereiro encontrava-se a partida demarcadora nas proximidades de Santa Tecla, quando apareceram ali alguns índios intimando-os a não entrarem nas terras de suas aldeias, sob pena de serem atacados por 8.000 homens armados que tinham já mobilizados. E no dia 1 de Março, à frente de um troço de soldados, apresentou-se, renovando a intimação, o Alferes real do Povo de São Miguel José Tiarayú, o

---

43) Idem, ibidem.
43ª) F. Mateos, *Mission. Hisp.*, cit. p. 358 ss. e 367 ss.
44) Provém essa designação toponímica de uma "india morta", meio devorada por um tigre, que os demarcadores aí encontraram.

lendário Capitão Sepé, que também disse não consentiria passassem adiante. Ante essa ameaça de rebelião e vendo que iriam faltar mantimentos, devido à hostilidade dos índios, em Junta de Oficiais ficou resolvido sustar os respectivos trabalhos até ulterior deliberação, retirando-se os demarcadores para Montevidéu e Colónia do Sacramento. [44a])

A 15 de Julho de 1753, reunidos os altos Comissários na ilha de Martim García, resolveram se levasse a guerra às Missões, se dentro de um mês não fosse dado início à mudança dos Povos. Para isso D. José Andonaegui, Comandante do exército espanhol, ocuparia o Povo de São Borja e o português, sob as ordens do General Gomes Freire, marcharia para Santo Ângelo. Dando cumprimento a esta parte, o Comissário português, que já se havia recolhido à vila do Rio Grande, em 28 de Julho de 1754, iniciou a marcha de seu exército para Rio Pardo, donde deveria atingir o Povo de Santo Ângelo. Mas, o Comandante espanhol, protelando a execução do convénio de Martim García, estacionara com seu exército a mais de sessenta léguas de São Borja, no salto grande do Uruguai, desanimado pelo intenso frio e as repetidas chuvas. [45]) E assim se passou todo o ano de 1755, em que as forças estiveram recolhidas a quartéis. Sòmente em 16 de Janeiro do ano seguinte, depois de várias marchas, uniram-se os dois exércitos no campo das Mercês, que ficava nas cabeceiras do Rio Negro.

Cessado o interregno da campanha contra os índios que foram totalmente batidos e subjugados, reiniciam-se os trabalhos da Demarcação em Maio de 1758. Nesse ínterim o Comissário espanhol fora substituído por D. Pedro de Cevallos que se mostrou hostil ao cumprimento do Tratado, tomando o partido dos Jesuítas. Vendo Gomes Freire que seria inútil continuar esse trabalho, re-

---

44a) F. Mateos, *Mission. Hisp.*, cit. p. 367. Nesse encontro de S. Tecla, Echevarria, quiçá no intuito de acalmar a irritação dos índios missioneiros, lhes revelou que cada um dos 7 Povos seria indenizado com 4 mil pesos, e que o rei Fernando VI já havia mandado pagar os 28.000 pesos aos Jesuítas de Buenos Aires. Esta revelação foi desastrosa: convenceram-se os indígenas de que o boato que se espalhara entre eles de os seus Curas os tererem traído, vendendo os seus Povos aos portugueses, era verdadeiro. Daí se explicava toda a insistência desse "português camuflado" Altamirano e do velho Nusdorffer de transmigrarem quanto antes. F. Mateos, cit. p. 371. (L. G. J.).

45) F Mateos, *Mission. Hisp.* nº 23, p. 295 ss.

gressou ao Rio de Janeiro em 20 de Abril de 1759. Foi substituído pelo Tenente-Coronel José Custódio de Sá e Faria, na ausência do Coronel Cardoso de Menezes. O Tratado de 12 de Fevereiro de 1761 anulou o de 1750, terminando assim a Demarcação de Limites na América Meridional.

2. A Guerra das Missões. [1]

A Guerra das Missões, se assim pode ser classificada essa sequência de bárbaras chacinas, em que dois exércitos disciplinados e aparelhados com as melhores armas do tempo se atiram contra chusmas de índios quase indefesos, é uma das páginas mais dolorosas da história das Missões.

Não se pode ainda, de sã consciência, pesar a responsabilidade que cabe aos Jesuítas nesse transe que destrói a sua própria obra e arrasta, consequentemente, à queda a mesma Companhia. Conforme Capistrano de Abreu, a maior culpa que pesaria sobre os Padres seria a de «acreditarem-se poderosos» para ajudarem as duas Cortes a «consumar fàcilmente esse ultraje à humanidade» e «bem caro pagaram este excesso de fraqueza ou de vaidade: quando os índios se levantaram, desmentindo ou antes engrandecendo seus Padres, mostrando que a catequese não fora mera domesticação e a vida interior vibrava-lhes na consciência, aos Jesuítas foi atribuída a responsabilidade exclusiva em um movimento natural, humano e por isto mesmo irresistível» [1a])

O relato dos encontros e combates que se seguem até à chacina de Caaibaté, em que tombam milhar e meio de índios, é um atestado vivo da incúria desses infelizes, que lavram com o seu sangue um dos maiores protestos da história sul-americana contra a iniquidade que pesou sobre os seus destinos. Acompanharam-nos os Padres. Ingénuos, ou intencionalmente votando-se a um sacrifício que seria superior às suas forças, não poderiam desertar

1) Remetemos o leitor a um novo trabalho *"La Guerra Guaranítica y las Misiones de Paraguay"*. Primera Campaña (1753-1754), publicado em *Missionalia Hispanica*, Madrid, 1951, nº 23, p. 241 - 316, do especialista em história sul-americana, R. P. Francisco Mateos, S. J.

1a) Capistrano de Abreu. *Capítulos*, cit. 204.

nessas horas amargas que lembravam as primeiras arremetidas dos bandeirantes sobre as primitivas aldeias cristãs do Tape.

Mais interessante, porém, do que essa sucessão de refregas, que é a Guerra das Missões, será a fixação dos dois caudilhos, cujos nomes ficam aureolados pela lenda: Sepé e Nenguirú.

Nicolau Nenguirú, o primeiro de nome, era cacique principal, no Uruguai e no Tape, quando até ali, em princípio do século XVII, chega notícia da acção dos Padres e dos trabalhos de catequese que o P. Roque González de Santa Cruz iniciava junto aos índios do Paraná. E logo, reunindo outros caciques e índios, à frente deles, em Setembro de 1619, vai a N. S. da Encarnação de Itapúa, onde o P. Diogo de Boroa tinha o seu assento. Recebidos com mostras de muito carinho, levou-os o P. Boroa à igreja, onde se maravilharam e ficaram como absortos vendo os ornamentos e imagens, e a que mais lhes causou admiração foi a imagem dos quatro Novíssimos, de autoria do Irmão Luís Berger. Ficou assentado que, dentro de poucos dias, o P. Roque, que estava em Jaguapoa, iria às terras do Uruguai. Foi a 25 de Outubro que o Padre partiu para o Uruguai, em cuja vinha seria o primeiro a trabalhar. [2])

Nenguirú o esperava à frente dos caciques do Uruguai. E é pela sua mão que o Padre Roque atravessa o grande rio e pisa, pela vez primeira, as terras em que mais tarde seriam plantados os marcos da acção civilizadora dos Jesuítas, no hoje território rio-grandense. E «foi ele quem ajudou os Padres a levar o primeiro Evangelho às Reduções de Piratini, Caaçapamini e Caró; foi ele quem os levou por todo este Uruguai; foi ele a cujas palavras se abriu a porta da estendida província do Tape e da Serra e por quem os índios daquelas províncias pediram Padres e os alcançaram.» Dele dizia o capitão Guaimica, que foi, na província do Tape, um dos mais assinalados caciques cristãos: «Todo bem que gozamos devemos nós ao Capitão Nenguirú: por suas palavras temos Padres e por suas palavras somos cristãos. [3])

2) Ânua do Padre Boroa, 16-X-1619. Mss. B. N. I, 29, 7, 9. Jaeger *Os Bem-aventurados...* cap. 15.

3) Ânua de 1643. *Morte do Capitão-General Nicolau Nenguirú*. Mss. B. N. I, 29, 7, 37.

Quando o P. Roque fundou São Nicolau do Piratiní, depois de apreciar largamente as virtudes, a ação e a fé de Nenguirú, levou-o à água do baptismo, dando-lhe o nome de Nicolau.

E nunca um só momento periclitou a fé no coração desse índio, pois até o dia de sua morte acompanhou os Padres em seus trabalhos, em seus sofrimentos, ora combatendo heròicamente contra índios infiéis, ora contra os bandeirantes e sempre aconselhando para o bem e praticando as mais altas virtudes cristãs.

Quando o P. Roque e seus companheiros são martirizados em Caró, e toda a terra se rebela contra os Padres é Nicolau Nenguirú quem consegue socegá-la, aquietando os selvagens; e quando os paulistas cairam com suas bandeiras sobre as reduções do Tape é ainda ele que, à frente de um milhar de índios, que houvera industriado na arte da guerra, que as socorre e protege os sacerdotes que se retiram com as suas chusmas inermes; e é, finalmente, como Capitão-General de todos os índios, por patente dos Governadores de Buenos Aires, quem comanda, na batalha de Mbororé, e vence a última bandeira que penetra no território das Missões.

Morre dois anos depois, 1643, na redução da Conceição, para onde se havia transladado com seu povo. E muitas cousas «se poderiam dele dizer como no dia de seu enterro em que pregou um Padre que o havia conhecido bem e outro Padre que o havia tratado muito e sido seu assistente alguns anos. Quis o Senhor que passassem em trânsito por ali e lhe cantassem missa seis religiosos da Companhia; compareceram a seu enterro dois Capitães do Povo de São Miguel e outros muitos Caciques e se o soubessem em outros Povos, de todos acorreria muita gente a honrá-lo, como era de justiça. Fez-se-lhe o enterro mais solene que era possível fazer por aqui, e tudo bem o mereceu o bom Capitão, quer por sua boa vida, como por sua boa morte, que foi com todos os Sacramentos e com grandes mostras de Predestinado». [4])

Chorou-o largamente o povo, que bem o merecia. Era misericordioso com todos, dando-lhes tudo quanto tinha; por suas boas palavras se compunham, fundavam e remediavam povos inteiros; sob a sua sombra e amparo consolavam-se Caciques e Capitães e

---

4) Ânua cit. I, 29, 7, 37.

não se enganavam porque a todos ajudou, a muitos povos deu de comer.

Conhecendo «o bom coração de que Deus o havia dotado, todos os índios do Uruguai e demais Reduções, embora distantes, vinham a Conceição trazidos pela grande fama de Nenguirú, que a todos agasalhava com extraordinário agrado e lhaneza, humilhando-se ainda ante os índios mais humildes. Dava quanto tinha, e tinha muito como índio, porque trabalhava contìnuamente com suas mãos todos os dias e até na velhice e, assim, armazenara muitos mantimentos e tinha muitas canoas. Em matéria de honestidade, nestes oito anos em que o conheci, jamais se lhe notou falta grave, nem leve por mais informações que se tivesse de sua vida e modo de proceder. Nunca de sua boca saiu uma palavra menos digna e vários Padres, que o confessaram muitos anos, afirmam que não lhe achavam pecados para absolver. [5]) Bom, caritativo, humano, valente e digno, foi Nicolau Nenguirú um exemplo admirável de afirmação de capacidade do índio para receber, compreender e praticar as virtudes cristãs.

Nicolau Nenguirú, o terceiro, que aparece um século depois. nas Missões Orientais do Uruguai, e se torna notável pela intriga que se tece em torno de seu nome, e pela bravura que demonstra como Capitão dos índios que vão até a chacina de Caaibaté, deve ser descendente do primeiro. [6])

Conheceu-o P. José Cardiel, que dele nos dá notícia, pois foi seu freguês, em Conceição, onde viveu, depois de expulsos os Padres pelos bandeirantes, e morreu o primeiro Nenguirú.

Uma das acusações que pesaram sobre os Jesuítas era a de

5) Ânuá cit.
6) A Ânua de 1708, de Conceição, (B. N. I, 29, 3, 69) faz referência a Nicolau Nenguirú, segundo, e provàvelmente pai do terceiro, que recebeu, nesse ano, a patente de mestre-de-campo, que lhe foi conferida pelo governador de Buenos Aires.

OBSERVAÇÃO: É certo que Nicolau Neenguirú, ou melhor Nenguirú, era neto do primeiro, como êle próprio o afirma no final duma carta que dirigiu em Julho de 1753 a José de Andonaegui, Governador de Buenos Aires, representando enèrgicamente contra a iniqua transmigração dos Sete Povos. Foi publicada em primeira mão pelo P. F. Mateos, S. J. continuador da História de la Compañia de Jesús en la Província del Paraguay, de P. Pastells, na revista «Missionalia Hispanica», Madrid, 1949, N.º 18, p. 569 ss. (L.G.J.)

que haviam fundado um império teocrático, na antiga província do Paraguai, e que o soberano desse vasto domínio seria o índio Nicolau Nenguirú. O império, dizia-se, contava com riquezas fabulosas e minas de prata e ouro, que os Padres defenderiam com seus exércitos aguerridos, negando, assim, o preito que deviam ao Rei de Espanha. E, para que não faltasse uma prova concreta dessa afirmativa, até moeda se fez cunhar, com a efígie do imperador Nicolau I que, na Europa, era apresentada aos governos interessados. Diz, entretanto, o Padre Carlos Gervasoni, Procurador do Paraguai, em Madrid, em carta ao Procurador Geral da Companhia, na Itália que, por mais diligências que fizesse, não conseguiu ver tal moeda. «Não tivemos a sorte de encontrá-la, nem sequer a quem dissesse que a viu, senão que só dizem, que tal e qual a hão visto: assim serão as que o Papa e outros em Roma dizem ter...» 7) E mais adiante: «Finalmente, consegui ter em minhas mãos uma que pela parte n. 1 tem o Jesus com a coroa encimada e pela outra n. 2, tem as armas de Espanha; mas é batida no ano de 1632, e está tão gasta que não se distingue toda, como V. Rma. pode examinar nos dois selos juntos que com toda a diligência procurei imprimir com dita moeda para lhe remeter pelo menos sua efígie. Este é o único cunho que de Sua Majestade Nicolau I se há espalhado até agora, e havendo-me informado destes Padres para que servia este cunho, no século passado em Espanha, me responderam que era para colocar nos alicerces das nossas igrejas quando se edificavam». 8)

E tal era a crença que se espalhara pela Europa da existência desse império e o terror que infundia o imperador Nicolau que o próprio General Pedro Cevallos quando, em 1756, trouxe tropas em sua expedição, não permitiu que estas desembarcassem sem, antes, «averiguar se estaria o rei Nicolau de posse da cidade. 9) Mas, logo se desfez o temor do General castelhano. Esse rei poderoso, de cujas acções corriam lendas maravilhosas, nada mais era do que um índio valente, Corregedor do Povo da Conceição a quem o próprio General Ceballos, em 1753, encontrara, trabalhan-

---

7) Madrid. Janeiro 1756. *"Anais da Biblioteca Nacional — Documentos sobre o Tratado de 1750"*. Vol. LII, 323.
8) Idem, ibidem.
9) P. Carlos Teschauer. *Hist. do Rio Grande do Sul.* I, 350.

do na horta da redução, onde era Cura o P. Tux, sem recear-se de algum risco que só na imaginação poderia existir».

O P. José Cardiel, que conheceu o pretenso rei, em seu magnífico trabalho, de que muitas vezes nos serviremos, conta-nos como se originou a fábula do rei Nicolau.

E não foi este o primeiro rei que se atribuiu ao Império Jesuítico que se dizia pretenderem os Padres da Companhia fundar no Paraguai. No século anterior (XVII), ao P. João António Marguiondo, Procurador no Paraguai, que agiu no pleito contra o Bispo Cárdenas, em libelo que mandaram ao Perú, atribuiram os inimigos da Companhia a mesma lenda. Nesse libelo se acusava ao P. Marguiondo de se proclamar Rei do Paraguai, estando à frente de um grande exército de índios, e que tendo casado sacrìlegamente com uma cacica que repudiara, convolara a outras núpcias com u'a monja paraguaia. Mandou o Vice-Rei proceder a averiguações, desfazendo-se o embuste, pois o Padre era um varão apostólico de inigualáveis virtudes cristãs.

«A origem do rei Nicolau foi esta: Era Corregedor do Povo da Conceição um índio chamado Nicolau Nenguirú, que havia sido um grande músico. Era loquaz e de grande facilidade em fazer arengas e de muita capacidade. Nomearam-no Comissário-General da praça do Povo de São João, no tempo em que os índios resistiram aos espanhóis. Isto me afirmou o Major-General do exército espanhol, que tomou informações de uns índios prisioneiros, assegurando que não testemunharam que havia sido Rei, mas simplesmente Comissário General. Ele jamais foi meu Capitão-General, nem ainda Comissário-General em exercício, porque, na resistência que fizeram, que foram índios de seis ou sete Povos, só obedeciam os de cada Povo a seu próprio chefe e não a outro. E assim houve grande desordem e desconcerto, sem ter uma cabeça para todos, senão muitas e bastante más.

Os espanhóis que entendiam um pouco da língua dos índios, que era a gente mais baixa do exército, perguntar-lhes-iam com instância pelo que se havia rebelado como rei. E, como os índios viam que se desejava tanto que lhes dissesse que havia um rei, e o índio geralmente diz o que o espanhol deseja que ele diga, porque, sendo de génio infantil, pouco lhes importa mentir, e como o dito Nicolau tinha fama e algum séquito, lhes teriam dito que este

era o Rei. Estes diriam aos Capitães e a outros oficiais que os prisioneiros asseveravam a existência de um Rei chamado Nicolau Nenguirú, e daí a notícia voou à Espanha. Não sabemos que de outra causa haja nascido essa fábula. Depois de ter entrado o exército e deixado os índios dos Sete Povos, Nicolau ficou quieto e sossegado no seu, que não pertence à Linha Divisória, e assim perseverou por 10 anos até a expulsão dos Padres. Neste tempo, tive-o eu quatro anos por meu freguês. Quanto às moedas de ouro, e que o rei era um Jesuíta, foram imposturas urdidas em Espanha, que na América jamais se disse isto. O que cunhou as moedas, na Espanha, para mais caluniar os Jesuítas, ouvimos dizer que foi preso em Toledo e que por solicitação dos Jesuítas, que perdoaram a injúria, o soltaram». [10])

Quando, ante o Tratado de Madrid, se rebelam os índios e organizam a resistência armada, à frente deles, concitando-os por carta, impondo-se com seu prestígio, aparece D. Nicolau Nenguirú. Para se opor à rebelião, a que aderem quase todos os índios, marcham as tropas aliadas para dar cumprimento às determinações reais, e o chefe missioneiro à frente do exército que aprestara, composto de elementos de todas as Reduções, morto Sepé, dá combate ao exército, na coxilha de Caaibaté. Sem disciplina, sem organização eficiente, foram logo «vencidos e desfeitos sem ter combatido», pois, conforme Teschauer, «então se viu que os guaranis, desprovidos de comandantes europeus não eram pròpriamente tropas mas antes uma multidão indisciplinada de meninos que resistiam porfiadamente a abandonar seus lares» [11])

Pouco durou a batalha, que melhor se pode classificar de chacina, pois ao terminar se contaram no campo cerca de 1.500 mortos. Os aliados tiveram quatro mortos e alguns feridos!

D. Nicolau Nenguirú, que conseguiu se salvar, voltou a seu Povo da Conceição, não sendo inquietado pelos vencedores. Só, mais tarde, quando se executa a ordem de expulsão dos Jesuítas é que seu nome torna a aparecer nas crónicas missioneiras.

Ao Governador de Buenos Aires, Tenente-General D. Francisco de Paula Bucarelli y Orsua, coube a execução dessa ordem. E

---

10) José Cardiel. *Relación Verídica.* Cód. Mss. B. N. I, 5, 1, 52.
11) Teschauer. Hist. cit. II, 267.

até ele chegou a notícia do prestígio do famoso pretenso imperador dos Mamalucos. Receoso de que Nenguirú, novamente, se opusesse às determinações reais, mandou chamá-lo, e «sabendo este que Bucarelli desejava vê-lo, fugiu de sua redução, apresentando-se ao Governador; este escreveu uma carta a Aranda sobre o incidente, e ao ver que Nenguirú levava criado para lhe segurar o cavalo e que outros morubixabas o tratavam com respeito, chegou a formar a ideia receiosa que talvez pudesse suceder algo desagradável ou perigoso, se tal homem continuasse em liberdade; por isso o associou aos demais morubixabas que se achavam na honrada prisão, dando-lhe como aos outros trajo de cavaleiro à usança espanhola». [12])

E assim termina a história do imperador Nicolau I. À dinastia dos Nenguirús estava reservada a glória de presidir os destinos das Missões, que o primeiro fundara, e o último assistira nos derradeiros momentos. [12a])

José Tiarayú, o Capitão Sepé, Alferes-Real e Corregedor do Povo de São Miguel, deixou o nome ligado aos acontecimentos da Guerra da Demarcação. A lenda que se forma em torno de seu nome o consagra popularmente como santo: **São Sepé** fica assinalando um rio, afluente do Vacacaí Grande, em cujas proximidades foi morto o herói missioneiro. Sepé, ou **Çapé,** como escreve o brigadeiro Roscio, é um designativo de «condutor de homens» ou caudilho. Encontram-se na história das Missões outros dois **Sepés,** índios valentes, que foram chefes guerreiros. A própria etimologia está indicando: sapé **(ça-pé)**, **cf.** Batista Caetano [13]), tem no guarani duas significações, pois é gramínea que serve para cobrir casas (**saccharum sapê**), ou para fazer fachos (o que alu-

---

12a) A Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro reeditou, fascimilar-
12) Idem, ibidem. II, 35.
mente, em 1944, a "Histoire De Nicolas I Roy Du Paraguay Et Empereur des Mamelus" com prefácios de Rubens Borba de Morais e Augusto Meyer (Livraria-Editora Zelio Valverde, Rio de Janeiro). À base desta edição facsimilar foi feita por Arnaldo Bruxel (Colégio Anchieta, Porto Alegre) uma investigação e crítica interna sôbre a identidade do autor anônimo da Histoire, e sua atitude frente aos problemas essenciais da história das Reduções, chegando-se com surpresa a conclusões bem diversas das que geralmente seguem os autores amigos e inimigos da Companhia de Jesus. Oportunamente se dará publicidade a estes resultados interessantes.

13) Batista Caetano. *Vocabulário.* Anais da B. N. Vol. VII. 1879.

mia), donde lhe vem a verdadeira origem porque, originàriamente, é o verbo **alumiar, esclarecer, deitar luz sobre, fazer ver,** e outros significados correlatos (**teçapé**).

Em torno do valente índio, morto num recontro com espanhóis, forma-se logo a lenda santificadora. Dezoito anos depois desse acontecimento, isto é, em 1774, quando Roscio escreve o **Compêndio,** já o rio é designado por **São Sepé** [14]).. Cantam-no, envolto nesse halo de santidade, os poetas anónimos do folclore gaúcho. **O Lunar de Sepé** e outras modalidades de lenda vêm desses dias longínquos do martírio dos pobres missioneiros expulsos de suas terras e casas, e da destruição de seus Povos. São Sepé, o valente Capitão Sepé, como o designam os Jesuitas contemporâneos, [15]) seria o intercessor pelas almas dessas 1.500 vítimas que tombaram, trucidadas, na chacina de Caaibaté. [16])

A história é simples. Nada de sobrenatural no homem santificado por um processo de canonização popular, nem nos sucessos que deram lugar à sua morte.

Foi a 26 de Fevereiro de 1753 que as Partidas avançadas da Demarcação de Limites da América Meridional tiveram, transposto o rio Camaquão, o primeiro contacto com os índios das Missões. Avistaram, ao longe, alguns ranchos abandonados e, mais adiante, maior número de habitações em que se encontrava gente. Era um posto avançado de Santa Tecla, denominado São Tiago, da estância de Santo António, pertencente ao Povo de São Miguel. No dia seguinte vieram ao acampamento 20 homens armados, perguntando pelo Capitão de Dragões espanhol Francisco Bruno de Zavala, que um deles já conhecia. Foi o Capitão ter com os índios, voltando desanimado pela resistência que neles encontrou, pois informaram-lhe que tinham ordens para embargarem os passos, não consentindo que entrassem as partidas demarcadoras em suas terras. No dia 28, tornaram ao acampamento 8 índios acompanhados do Cacique principal e Alcaide-Mor de São Miguel, não tendo vindo o Alferes-Real (Capitão Sepé), Corregedor daquele povo, por estar enfermo. Apesar de todo o empenho feito pelos demar-

---

14) F. J. Roscio. *Compêndio noticioso.* Mss. B. N. I, 5, 2, 3. — Antigo Guacacaigua.

15) Anais da Bibliot. Nacional. Vol. LII. 377, *pass.*

16) Idem, ibidem, *passim.*

cadores, de mimos com que tentaram obsequiá-lo, a nada atendeu o Alferes-Real que, no dia seguinte, ali se apresenta em companhia de 80 índios armados. Disse ter ordem de não deixar ninguém passar àquelas terras que pertenciam aos índios, encontrando os demarcadores forte hostilidade se tentassem ir adiante. Compreendendo que seria impossível demovê-los desse propósito, e que já lhes escasseavam a carne e outros víveres, resolveu a Partida Demarcadora retroceder, voltando às suas bases a 3 de Fevereiro de 1753. [17])

Vendo que impossível seria cumprir as determinações do Tratado de Madrid, em face da resistência formal dos índios das Missões, resolveram os altos comissários das duas potências declarar-lhes guerra, apresentando para isto um exército, e ocupando o General Gomes Freire o passo do Jacuí, com as forças sob seu mando.

Com a notícia de que as duas Coroas iam-lhe fazer guerra, José Tiarayú que, como D. Nicolau Nenguirú, gozava de largo prestigio entre os índios, e que tinha indiscutíveis qualidades de mando, congregou os seus bisonhos jurisdicionados e com eles intentou opor-se à marcha do exército.

Como ardil de guerra, para atrair os inimigos, fez conduzir algum gado até à margem direita do Jacuí, o que, visto pelos soldados do exército, tentou-os a irem repontar o mesmo. Caindo sobre eles, por várias vezes, destroçou pequenos grupos que se aventuravam a essas incursões. E' nessa ocasião, que, mandado chamar por Gomes Freire, o Capitão Sepé a ele se dirige, tendo lugar a entrevista que, já revestida de fantasia, é relatada por Teschauer. [18]) Mais tarde, novamente atraído a campo português, Sepé é preso com outros índios que o acompanham, conseguindo evadir-se.

Crescia a audácia dos guerrilheiros de Sepé e, para castigá-los, determinou o comando do exército aliado, passasse àquela margem

---

17) *Diário de Demarcación.* 1752. Cód. Mss. B. N. I, 1, 1, 20.

18) Teschauer. *Hist. R. G. do Sul.* II, 249. Foi intérprete dessa entrevista o P. Tomaz Clarque, Capelão da Demarcação e depois vigário do Rio Pardo que relatou o facto, em documento existente na B. N., Mss. sem o aparato e fantasias em que se ressalta o orgulho com que Sepé teria tratado a Gomes Freire.

do rio, com 300 homens de ambas as nações, o Governador de Montevidéu D. J. J. Viana. Mais tarde, constando ser numerosa a força das Missões, determinou o mesmo comando fosse enviado um destacamento composto de 500 homens.

Este último, porém, não havia chegado, quando se deu o choque com os índios. À primeira escaramuça, estes, desorientados, procuram retirar, perseguindo-os o comandante Viana, a todo galope, ao princípio com 75 homens e, depois com 20, ao que se reduzira a sua escolta, e assim atingiu o capão em que os índios haviam feito alto. Aí estava José Tiarayú, o Capitão Sepé, que chamava atenção pelo seu belo porte e pela atitude garbosa de seu natural. Um cavaleiro português, armado de lança o atingiu, e o derrubou juntamente com o cavalo, depois de um rápido combate em que também ficou ferido. Sepé, mal ferido, procurava erguer-se quando o Governador D. J. J. Viana, alvejou-o com sua pistola, matando-o. Novo contingente de índios vem reforçar a partida missioneira, cujo chefe jazia morto à beira do capão, e neste choque 8 índios mais perdem a vida e dos aliados ficam, no campo, 2 mortos e 2 feridos. Isto se deu a 7 de Fevereiro de 1756. [18a])

A 10 do mesmo mês, sob o comando de Nicolau Nenguirú, como se disse, dá-se o encontro e a chacina de Caaibaté, em que perdem a vida 1.500 índios pertencentes aos Sete Povos e a mais dois da margem ocidental do Uruguai, que haviam acorrido ao chamamento de Nenguirú.

A fundação do Rio Pardo, tranqueira [19]) que, na foz desse rio, a cavaleiro do Jacuí, é mandada construir pelo Capitão de Dragões Francisco Barreto Pereira Pinto, Comandante de Viamão, e para cuja defesa é destacado o Tenente Francisco Pinto Bandeira, decorre não só da necessidade de defesa desse ponto avançado, lindeiro às Missões, como também do aproveitamento das tropas que por aí deveriam transitar para atingir os Povos.

Para essa diligência foi designado o Cabo João Gomes de

18a) Os episódios de José Tiarayú foram aproveitados literàriamente por Manoelito de Ornellas na bela epopéia "Tiarajú", Livraria do Globo, Porto Alegre, 1945.

19) *Tranqueira*. Cerca de madeira para fortificar e fazer defensável algum posto, ou para corro, estacada. "Moraes Silva. *Dic. Port.*"

Melo, engenheiro, que construiu na eminência, depois chamada **Alto da Fortaleza,** um forte que mais tarde recebeu o nome de Jesus-Maria-José. Constava de 60 praças, paulistas e aventureiros, esse destacamento, de que um terço ficou guarnecendo Rio Pardo, enquanto o restante, 40 praças, acampara na forqueta do Jacuí.

Passando o rio para a outra margem, um dos paulistas foi atacado por dois índios tapes que ali estavam de alcateia, no último dia de Janeiro de 1754. E isto determinou se procedesse com maior cautela, pois era certo que o pequeno destacamento seria atacado pelos indígenas, recolhendo-se assim à Tranqueira os quarenta soldados que estavam destacados na forqueta.

«Passados 23 dias do encontro dos paulistas e os 2 tapes na madrugada do dia 23 de Fevereiro foram os nossos atacados por um grande número de índios que, segundo se julgou, passavam de 1.000 ,e persuadidos talvez a nos apanharem descuidados, com efeito nos investiram, mas com tão mau sucesso, que depois de um combate vigoroso, que durou até às nove horas da manhã, se retiraram deixando 19 mortos e à proporção muitos feridos, cujo número se não pode até o presente averiguar... [20]) dos portugueses morreu tão sòmente um paulista, ficando feridos o Tenente de Dragões (Pinto Bandeira) de uma flecha em um braço, um Cabo de esquadra de infantaria passado por ambas as nadegas com uma bala e mais dois paulistas de flechas». [21])

Segundo o P. Enis compunha-se a força missioneira de 110 índios de São Luís, e quase 200 de São João. Conseguiram entrar no povoado de surpresa e entregavam-se já ao saque quando os portugueses, refeitos, voltaram a atacar, inflingindo-lhes uma derrota.

Tendo ciência desses acontecimentos destacou o General Gomes Freire para Rio Pardo o Regimento de Dragões, sob o comando do Tenente-Coronel Tomaz Luís Osório, que se transferiu para aquele posto em Março de 1754. Impunha-se essa providência

---

20) Diz o P. Tadeo Enis, em seu *Diário,* que dos índios morreram vinte e dois, e entre eles o alferes real do povo de S. Luís, além de 26 que ficaram feridos. *Anais.* B. N. Vol. LII, 478 — F. Mateos, *Mission. Hisp.* 1951, nº 23, p. 305 ss.

21) *Invent. de documentos.* Anais da B. N. Vol. L. Verb. 19.224, pág. 514.

porque, já sob a direcção de um Padre Jesuíta, os índios não tardariam a voltar para nova facção, com melhor organização e maior número de combatentes.

Os documentos portugueses e jesuítico-espanhóis, principalmente o precioso **Diário** do P. Tadeo Enis, historiam detalhadamente esse encontro, que procuraremos resumir.

A 9 de Abril, o primeiro esquadrão de índios que se organizara, em princípios de Março, acampou entre os rios Vacacaí-grande e mirim, nas proximidades do rio Jacuí. Havia uma certa dissenção entre os Povos, que procurou se dirimir para que todos unidos acorressem à defesa de suas terras, ameaçadas pela invasão do inimigo. Estender-se-ia a confederação de todos os Povos até os que ficavam à margem direita do Uruguai, convidados a participar da acção. Os primeiros que se incorporaram ao esquadrão inicial foram os de São Miguel, tendo à frente o seu Tenente-de-Governador e mais o Alferes Real do mesmo Povo, José Tiarayú, um de seus mais famosos Capitães. A 17 de Abril, depois de concertar vários dissídios que haviam surgido, finalmente a tropa, composta mais ou menos de 400 índios e quatro peças de artilharia, se pôs em marcha, atingindo o Araricá (Guacacaí-mirim), e no dia 20 começou a vadear o rio Jacuí. A 27 de Abril todo o exército estava à frente do rio Azul, [22]) próximo à forqueta que faz com o dos Faisões, [23]) onde se encontrou um vau que deveria ser transposto, e no seguinte, que era domingo, todos os soldados se ocuparam em lançar uma ponte.

A 29, o índio Alexandre, Capitão-General de todo o exército, mandou que, pela madrugada, a força investisse contra a fortaleza, favorecida pela cerração. Pressentidos os índios, travou-se duro combate e «por espaço de quase duas horas sofreram (os índios) mais de 1.000 tiros de fuzil e 100 de oito peças de artilharia, duas delas de grande calibre, embora sem receber notável dano, pois nunca avançaram de todo, porque como o Capitão-General de todos, Alexandre, do Povo de São Miguel, à frente dos seus os comandasse destramente e os animasse, sairam de repente, por

22) Rio *Yobí*, guar. *Verde*, ou *Azul*, como traduz o Padre Enis. Os portugueses deram-lhe mais pròpriamente o designativo de *Pardo*, devido à cor de suas águas. Mais conhecido por *Yequi*, rio sujo.
23) *Jacuí*, rio dos *faisões* ou *jacús*.

um oculto paredão de terra três negros, dos quais um feriu o Comandante no peito. Mas dois dos matadores pagaram com a morte sua ousadia».[24]) Ante o ímpeto dos portugueses, retrocederam os índios e o inimigo saiu da fortaleza em número de 200 homens, trazendo consigo duas peças de artilharia, o que aumentou a confusão entre os sitiantes que fugiram, deixando no campo uma peça de artilharia. Concertou-se, em seguida, uma conferência em que procuraram os chefes da fortaleza convencer os índios desistissem dessa resistência armada que só lhes poderia ser prejudicial, e que devolvessem os cavalos que haviam tirado. [25])

Nessa ocasião, José Tiarayú, o Capitão Sepé, que comandava a artilharia dos índios, composta principalmente de peças de taquarussú recobertas de couro, foi preso e recolhido à fortaleza do Rio Pardo, donde dias depois, a título de procurar cavalos que haviam sido roubados aos portugueses, saiu com uma escolta de soldados, conseguindo fugir e incorporar-se à sua gente. Pretenderam os índios, para a defesa da terra, levantar uma fortaleza nas proximidades do Rio Pardo, o que não levaram a efeito. Acossados pelos soldados portugueses, repassaram o Jacuí a primeiro de Maio e no dia oito já se encontravam de volta ao Povo de São Miguel.

Certos de que encontrariam obstinada resistência dos índios, que se oporiam, à mão armada, à continuação dos trabalhos da Demarcação, acordaram os dois chefes levar a guerra às Missões. Aprestaram-se para isto os respectivos exércitos. O português, sob o comando de Gomes Freire, contava 1633 homens, 10 peças de artilharia de campo, 40 barris de pólvora e grande trem de guerra e transporte. A 24 de Agosto se pôs em marcha para Rio Pardo, donde deveria atingir o Povo de Santo Ângelo. Andonaegui, à frente do exército espanhol, deveria entrar pelo Povo de São Borja, conseguindo atingir as alturas de Daymã. Aí se lhe opuseram 300 índios de Japejú e de La Cruz, armados de lanças, flechas, espadas e três canhões de taquarussú, que obedeciam ao mando do Cacique D. Rafael Paracatú. Contra estes mandou Ando-

---

24) *Diário* do Padre Enis, cit. Foi este Padre quem acompanhou o exército índio nesse assédio do Rio Pardo.

25) *Diário* cit. Doc. sobre o Trat. *Anais Bibliot. Nacional,* Rio. LII, 489.

naegui um destacamento de 400 homens, sob o comando do Coronel Hilson. Empenhado o combate, perderam os índios 230 mortos, 72 prisioneiros, 8 estandartes, 1 bandeira, os canhões e grande cópia de armamento, munições e cavalhadas.

Com a acção de Daymã compreendeu Andonaegui a gravidade da situação e convocando conselho de guerra achou este mais prudente retirar para o antigo acampamento do Rio Negro, o que foi logo levado a efeito.

No acampamento do Jacuí, onde chegara a 7 de Setembro, via-se o exército de Gomes Freire assediado a todos os momentos pelos índios, que escondidos na mataria caçavam os soldados, obrigando-os a se refugiarem junto às árvores para não serem atingidos pela fuzilaria certeira dos índios.

Foi nesta ocasião que o General português recebeu comunicação de Andonaegui, participando-lhe que sustara a marcha do seu exército e que o português se retirasse para Rio Pardo até ulterior deliberação. Não era das melhores a situação a que ficava exposto o exército de Gomes Freire. Assediado contìnuamente por pequenas partidas de índios, mal sediado em várzeas inundáveis, sentindo mesmo dificuldades sérias no aprovisionamento de suas forças, procurou o General português entrar em entendimentos com os índios, com a assinatura do armistício de 18 de Novembro de 1754, que constava de dois itens: 1º — que nenhuma parte faria dano à outra, enquanto o exército português não voltasse à campanha, e 2º — que ambas as partes voltariam a ocupar as suas terras e que nenhuma nem outra passasse o Jacuí, que seria o limite natural entre as Missões e o Rio Grande.

Retiraram-se assim Gomes Freire para o Rio Pardo e os índios para as suas Reduções.

No ano seguinte, 1755, nada fizeram os dois exércitos, recolhidos a quartéis, ou destacados em vários pontos, entregues a absoluto ócio. Aproveitou-o Gomes Freire para firmar a posse portuguesa até o São Gonçalo, mandando erigir ali um forte, a título de armazenar víveres para a segunda expedição que seria levada a efeito. Por sua parte, Andonaegui procurava recompor seu exército que fora licenciado nesse interregno, convocando para uma consulta de guerra o Governador de Montevidéu, D. José Joaquim Viana, a quem apresentou um plano de campanha, convidan-

do-o para assumir o comando de 400 homens, destinados a ocupar a estância de S. Tecla.

Só em fins deste ano, refeitos, os dois exércitos começaram a se mover de suas bases para levar a guerra às Missões. O espanhol, que se pôs em marcha em direcção a Aceguá, ponto de junção combinado com o comandante português, constava de 1.670 homens de tropa regular, 500 gastadores, [26]) 9 canhões de campanha e um parque bem provido de víveres e munições. E o português, que levantou seus quartéis do Rio Grande, contava 1.606 homens, 10 bocas de fogo, 152 carretas, 14 carros manchegos para condução de palamenta e munições, 3 carros de pólvora, 3.670 cavalos, 2.823 rezes de abasto, 1.816 bois para tracção e 375 bestas muares.

Totalizavam essas forças mais de 3.700 combatentes que se iam enfrentar com menos de 1.700 índios, mal armados, incapazes de arrostar a terrível máquina de guerra movida pelo inimigo, que entrava em acção com 19 canhões dos mais aperfeiçoados do tempo.

Incorporados os dois exércitos nas imediações do Sarandi, cabeceiras do Rio Negro, em 16 de janeiro de 1756, romperam a marcha seis dias depois. No dia 21 foi assinalado um destacamento de índios, mais ou menos 200, que se retiravam entre S. Tecla e S. António Velho. No dia seguinte, preso, é remetido ao General Gomes Freire um espião dos índios que declarou «que os Sete Povos unidos aos da costa do Uruguai estavam prontos para a resistência; pois o índio D. Nicolau, natural do Povo da Conceição, os tinha convocado com a notícia de se acharem próximos os espanhóis para sair à campanha; e também que na estância de S. António estava o índio Sepé fortificado com quatro canhões e 400 homens de guarda e desde este posto despachava os bombeiros a correr o campo». [27])

Entre os índios dos Sete Povos e mesmo entre estes e os da Banda Ocidental lavraram contínuas discórdias. D. Nicolau Nenguirú, Corregedor da Conceição, que assume o comando dos índios, como Superior-Maior de todos eles, «por mandamento do Re-

26) Gastador = gente de serviço que trabalha na fortificação.
27) *Diário da Demarcação*. R. da Cunha. B. N. I, 1, 1, 20.

verendo Padre Provincial e Superior das Doutrinas (P. Teodoro Valenchana), foi obedecido, reconhecido e admitido neste (São Lourenço) e nos demais Povos por corregedores, cabidos e caciques ao exercício e uso do dito superiorado, e com a missão de súditos, todos desde então, obedeceram ao citado Nenguirú, e que acabada esta junta os caciques acompanharam ao dito Nenguirú até o seu Povo (Conceição) e passados alguns dias escreveu cartas a todos os Povos desta banda, assinalando a gente que de cada um devia sair para formar exército e opor-se ao do Rei Nosso Senhor, e como já o tinham reconhecido por Superior lhe obedeceram em tudo». [28])

Voltando a Conceição, recrutou Nicolau Nenguirú 400 índios dos Povos da Banda Ocidental do Uruguai, à frente dos quais transpôs esse rio, indo sediar-se no Povo de São João onde se deveria dar a concentração de todos os mais, já convocados. Mas, os infiéis aliados (charruas, minuanos, etc.) bem como os índios de São Tomé, La Cruz e São Borja, contingente do Sul, deveriam marchar para a paragem de Santa Catarina [29]) afim de se incorporarem ao grosso do exército. Mais demorada a organização do contingente que deveria ser fornecido pelos Sete Povos, «que umas vezes queriam marchar, outras não», devido à dissenção que entre eles havia. Mas, «assim que se teve notícia exacta» de que o exército hispano-português se avizinhava de suas terras, aprestaram-se os missioneiros para marchar. E assim, no dia 21 (Janeiro), depois de realizada uma prece na igreja de Nossa Senhora de Loreto, «sairam do Povo de São Miguel 350 homens de cavalaria que, juntos aos que estavam de guarda, passariam de 400. No

---

28) Doc. sobre o Tratado. *Anais*, LII, 415. Depoimento de índios prisioneiros em Caaibaté. Como já salientámos, páginas atrás, D. Nicolau Nenguirú, por direito de hereditariedade, reconhecido pelos Governadores de Buenos Aires, era como seu pai e avô, Capitão-General de todos os índios tapes das duas bandas do Uruguai. Não poderia, pois, o título a que se refere o depoimento provir da designação do Superior das Missões. Descendente de nobres avós, dotado de inteligência, músico notável e de grande loquacidade, como afirma Cardiel, Nenguirú se impôs a todos os índios que o reconheceram por chefe, com o beneplácito dos Padres. Daí também a lenda, já referida, de D. Nicolau I, imperador das Missões.

29) Proximidades do actual arroio de Santa Catarina, afluente do Vacacaí, extremo norte do município de São Gabriel. Foram convidados também os índios das reduções do Paraná. Cf. Enis.

mesmo dia sairam do Povo de Santo Ângelo 200 e de São Lourenço, 50. Um dia antes haviam saído de São Luís 150, e 200 de São Nicolau e um dia depois 150 de São João e 200 da Conceição». [30]) O total desses contingentes não excederia de 2.150 homens, armados de lanças, espadas e de um pequeno número de armas de fogo, além de duas peças de ferro e algumas outras de taquarussú recobertas de couro que ao primeiro disparo se tornavam inservíveis.

Não ignoravam os chefes missioneiros o poderio do exército inimigo que lhes era revelado pelos seus «bombeiros». Mas, ingénuos e confiantes, esperavam que suas orações e ladainhas e os santos que carregavam processionalmente, até no fragor dos combates, os protegessem, conduzindo-os à vitória.

Mais inteligente e precavido do que os outros comandantes indígenas, o Capitão José Tiarayú, Alferes Real do Povo de São Miguel, que foi mandado pelo Comando em chefe fazer o reconhecimento das forças inimigas, compreendeu desde logo a inutilidade de um choque definitivo contra o exército aliado que esmagaria inevitàvelmente as forças das Missões. E recomendou com insistência que fosse sustada qualquer acção até que melhor se aparelhassem para evitar uma derrota fatal. «Prevaleceu, não obstante, a opinião do novo Capitão Nicolau que votou que se havia de combater em caso forçado e de nenhum modo retroceder», [31]) ou organizar guerrilhas, para inquietar o inimigo, segundo opinara Sepé.

Em 7 de Fevereiro, depois de algumas escaramuças em que o Capitão José Tiarayú, por duas vezes acometeu os espanhóis «matando dezesseis com seu Alferes, que sairam a reconhecer a terra» e de outra feita mais 20 nas proximidades de Batovi, «acometeu com os seus, que eram poucos, uma partida de soldados espanhóis, cujo grosso estava emboscado nas matarias das nascentes do rio Guacacaí-igua, que depois foi denominado pelos próprios índios de **São Sepé.** Comandava o troço espanhol o Governador de Montevidéu D. J. J. Viana que perseguiu, ao princípio com 75 homens e depois com 20, os índios da escolta de Sepé. O chefe missioneiro, cujo cavalo tropeçara em «uma toca de tatú, de que

30) Diário do P. Enis. Doc. Anais LII, 524.
31) Idem, ibidem, 525.

há muitas naqueles campos», foi derrubado por um golpe de lança que lhe deu um cavaleiro rio-grandense, e morto, finalmente, com um tiro de pistola pelo próprio Comandante Viana. Conseguiram os companheiros do Capitão missioneiro fugir, ficando no campo sòmente um morto e outro ferido.

O corpo de Sepé foi atirado ao mato que margina o rio. À noite, voltaram os índios que o acompanhavam para dar sepultura ao cadáver. Cavaram junto ao rio uma sepultura e o «enterraram com a dor correspondente ao amor que lhe devotavam, celebrando suas exéquias com os hinos e cânticos que acostuma a Igreja, embora sem assistência de sacerdotes». [32])

> «E o lunar de sua testa
> tomou no céu posição». [33])

Morto Sepé, «em cuja prudência, valor e habilidade» tinham os índios «posta toda a sua esperança», depois de pequena escaramuça «que travaram no outro lado do rio Vacacaí (Guacacaí) e

---

32) Diário do P. Enis, cit. 258.

33) O *Lunar de Sepé* é uma das gemas do folclore rio-grandense. Simões Lopes Neto recolheu-o, em 1902, numa picada que atravessa o rio Camaquão, da boca de velha mestiça missioneira. E' longa a rapsódia, publicada em *Lendas do Sul,* de que reproduzimos as últimas estrofes:

> "E já rodavam ginetes
> sobre os corpos dos infantes
> das Sete Santas Missões,
> que pareciam gigantes!
> Na peleja tão sòzinhos...
> Na morte tão confiantes...
>
> Mas, o lunar de Sepé
> era o rastro procurado
> pelos vassalos dos Reis,
> que o haviam condenado:
> ficando o povo vencido...
> e seu haver... conquistado...
>
> Então Sepé foi erguido
> pela mão de Deus,Senhor
> que lhe marcara na testa
> o sinal de seu penhor:
> o corpo ficou na terra...
> a alma subiu em flor...

que durou até a noite, retiraram, reconhecendo a inferioridade de suas forças, e seguindo a idéia de seu defunto Capitão». [34])

No dia seguinte, o exército missioneiro retirou para acampar nas proximidades da lagoa do Crocodilo, lugar que chamam de Yacarapitú, onde havia algumas sangas formadas pelas chuvas. Para maior segurança começaram a cavar um fosso e erguer trincheiras que não conseguiram concluir. «Ao romper do dia 10 de Fevereiro, marchou (o exército aliado), formado em batalha contra os índios que, tomando as armas e passando o fosso, se opuseram com denodo ao contrário, embora não estivessem bastante prevenidos, pois todos, à excepção de uns cinquenta estavam a pé, e enganados pela última expedição, pensavam que a solução se daria mais por palavras escritas do que pelas armas». [35])

Mandaram os índios à presença do exército, que avançava, um parlamentário, um tal Fernando, natural de São Miguel, com a incumbência de solicitar ao General espanhol retrocedesse, pois do contrário os índios iriam ao extremo de brigar «para defender o que era seu». Nessa ocasião o emissário dos missioneiros expôs ao General «o que seus Padres e seus patrícios haviam já padecido» e quanto já haviam «arriscado a vida para cumprir» em todos os tempos, «as ordens de El-Rei». Respondeu o General que, a despeito de tudo, marcharia para ocupar os Povos, e que «sabia muito bem que em certo lugar da freguesia de São Miguel esta-

---

E subindo para as nuvens,
mandou aos povos — benção!
que mandava o Deus-Senhor
por meio de seu clarão...
E o lunar de sua testa
tomou no céu posição...

Eram armas de Castela
que vinham do mar de além,
De Portugal também vinham,
dizendo por nosso bem:
Sepé Tiarayu ficou santo
Amen! Amen! Amen!

34) P. Enis. *Diário*, cit. Nusdorffer. Diário da Demarcação, cit.
35) P. Enis. *Diário*, cit. 528.

vam três Padres [36]) e que fosse até eles e lhes dissesse que dentro de três dias» viessem eles pessoalmente, com as Justiças de seu lugar, render obediência a ele, General, que fazia as vezes Del-Rei e se sujeitassem à sua determinação. Saiu Fernando e foi directamente» até o lugar de São Xavier, onde se achavam os ditos três Padres, em parte para precaver os danos dos gados e em parte especialmente para cuidar do bem das almas dos soldados que se dispunham a combater.»

Suspeitaram os índios, que já haviam perdido a fé em seus Padres, e com eles os Capitães dos outros Povos, que a missão de Fernando seria uma traição maquinada pelos Sacerdotes, e mais os índios de São Miguel, e mandaram quatro soldados em perseguição de Fernando, ameaçando-o de morte, se cumprisse essa comissão. A muito custo, depois de quatro dias de viagem, conseguiu o emissário chegar a Santiago, onde estavam os Padres. Era tarde demais, pois, mal saira esse emissário do campo aliado, aprestava-se o exército para marchar contra os índios se lhe disputassem a passagem, que «quatro Capitães a cavalo» intimavam deixassem livre, para os exércitos espanhol e português.

Estavam os índios, desprezando os mais elementares preceitos de táctica, aglomerados no alto da colina de Caaibaté, exposto de todos os lados, e mal defendidos pelas sangas circunjacentes, cuja entrada não tinham conseguido fortificar.

Ante essa intimação alguns se dispunham a retirar, outros concitavam a resistir, dizendo os mais animosos que não poderiam mais retroceder e mais «valia morrer brigando que fugindo».

«Por isto, sem obedecer a ninguém, segundo costume de sua nação, retrocedem uns, outros persistem firmes, e havendo um destes disparado seu fuzil feriu a bala, passando-o de lado a lado, a um dos quatro Capitães. Dado o sinal, começam então os espanhóis a batalha, disparando seis canhões carregados de metralha, embora com pouco resultado, porque alguns índios, ao primeiro disparo, vendo que a corpo descoberto não estavam bem resguardados, se arrojaram aos fossos que haviam feito o dia antes, en-

---

36) Os Padres de São Miguel eram o celebrizado Lourenço Balda, dado como principal culpado desses acontecimentos, e os seus Companheiros Miguel de Sotto e Diogo Palácios.

quanto outros retrocederam. Então a cavalaria inimiga, vendo o exército dos índios dividido em três corpos, separou com um movimento rápido o que retrocedia do outro que combatia, e uma parte dela perseguiu, pôs em fuga, e passou à espada os que retrocediam, e a outra acometeu pela retaguarda os que brigavam com a infantaria, fazendo neles uma cruel carnificina, e enfim detidos com dificuldade pelo seu General, fizeram prisioneiros cento e cinquenta índios, que ficaram dos que brigavam. Reputaram-se por quase seiscentos os que ficaram no campo. Os restantes, postos em fuga, se derramaram por todas as partes». [37])

Célere corre a notícia dolorosa entre os Povos mais próximos. Em São Xavier, onde estavam os Padres, convocam uma Junta em que se determina fugir ao inimigo que avança, pois a fama «que cresce com o medo» proclamava a aproximação de um esquadrão com dois canhões para levar à força os Padres. O povo resolveu também seguir os sacerdotes a que outros se juntaram. Chegando a Santiago, onde resolveram aguardar mais precisas notícias dos acontecimentos, foram aí os Padres mal recebidos por um grande número de índios de São Paulo e outros lugares que os increparam de os trair para entregar aquelas terras aos portugueses. Outros que vêm chegando, fugidos do campo de batalha, como alguns de São Luís, nem sequer cumprimentam os Padres, a quem também acusam de traição.

---

37) Seguimos nessa exposição da chacina de Caaibaté o relato do P. Tadeo Enis, no *Diário* citado. Os diários da Demarcação trazem o relato da pretensa batalha. São Leopoldo, nos *Anais,* como todos os autores antigos, portugueses e espanhóis, emprestam cores de epopéia a essa matança de pobres índios; Basílio da Gama deturpa os factos, pondo seus versos admiráveis a serviço da mentira louvaminheira e ingrata; São Leopoldo diz que "acende-se porfiadíssima batalha, sem que a vitória quisesse por largo tempo propender para este ou para aquele lado", e acrescenta que "em poucas horas ficaram juncadas (as planícies) de mil e duzentos destes malfadados e de infinidade de lanças, flechas, arcos e prisioneiros cento e vinte e sete." O Padre Tadeo diz que foram "quase seiscentos" os que ficaram no campo, no que é confirmado pelo Padre Nusdorffer e Escandón que baixa esse número para 400 mortos. Rectifica porém Nusdorffer essas baixas que os espanhóis disseram ser mais de 1.000, elevando o Governador para 1.700. O *Diário* de R. Cunha dá 1.400. Mas, Southey eleva esse número para 1.500 e Bauzá precisa-o em 1.511. Dos portugueses houve um morto e um ferido e dos espanhóis três mortos e dez feridos, o que perfaz o total de quatro mortos e onze feridos. E isto confirma a observação de Escandón: — "Vencidos e desfeitos sem ter combatido."

Novos contingentes de índios que haviam sido convocados e que vão aparecendo, ao princípio, meio receosos por não saber o destino que tomaram as forças inimigas, que se dirigiam para São Luís, vão até os campos de Caaibaté. Os primeiros que chegam são os guenoas, gentios confederados, em número de 130, que, vendo o campo semeado de seus parentes, prorrompem em choro e gemidos; tropas de São Tomé e de São Borja, e de quase todos os Povos do Uruguai, em número considerável que atingiria a quase 4.000 combatentes, vão até ali, para enterrar os mortos. E D. Miguel Mayrá, novo Corregedor do Povo de São Miguel, faz erguer sobre o campo, a 4 de Março, uma grande cruz que os soldados haviam feito. Nela se lia esta inscrição: «Ano de 1756. — A 7 de Fevereiro morreu o Corregedor José Tyarayu em uma batalha que houve em dia de sábado. A 10 do mesmo, em uma terça, houve uma grande batalha em que morreram, neste lugar, 1.500 soldados e seus oficiais, pertencentes aos 9 Povos do Uruguai. A 4 de Março mandou D. Miguel Mayrá, fazer esta cruz pelos soldados». [38])

Com este grande reforço de índios, que vão até o campo de Caaibaté, julgavam todos ser possível reorganizar um forte exército afim de se contrapor ao avanço dos aliados que seguiam já para as Missões. Mas, a discórdia lavrava entre eles e a desconfiança entre uns e outros Povos não permitia se unissem novamente para combater o inimigo comum. Sem a assistência imediata de seus Padres, a quem não mais obedeciam e trabalhados pelo espírito de intriga que fervilhava em suas hostes e terror pânico de contemplar a grande mortandade de irmãos estendidos pelo campo da carnificina, os pobres índios regrediam a esse estado de consciência colectiva que lhes era peculiar. O assomo de liberdade que, por momentos, os congregou para a luta, desvaneceu-se de pronto. Nascidos para escravos, pouco lhes importava agora fosse o Rei de Espanha, os Padres, ou outra qualquer entidade o senhor a quem obedeceriam. Logo que não abandonassem suas terras, melhor fora ficarem, juntamente com elas, pertencen-

---

38) Diário da Demarcação citado. B. N. I, 1, 1, 20. Ayres de Casal, na *Corografia Brasílica*, pág. 100, reproduz meio em caracteres latinos, meio em guaraní, essa inscrição.

do também à Coroa de Portugal. Famílias de todos os Povos, em número superior a 500, entram em acordo com Gomes Freire, passando ao domínio de Portugal, como veremos depois.

Os primeiros que abandonam o campo são os de São Borja, juntamente com os seus vizinhos de São Tomé. Os de Santo Ângelo, inimigos dos de São Miguel, onde encontram estes últimos os despojam de armas e cavalos, para vingar antigos agravos, se recusam a combater ao lado de seus desafectos. Procuram destruir tudo quanto encontram, matando ovelhas, roubando e destruindo a casa do Padre, única que no Povo ainda se encontrava intacta por ser construída de pedra e telhas de barro. Os de São Miguel irritados atacam os seus vizinhos de Santo Ângelo, ferindo alguns num encontro que tiveram. Os moradores dos demais Povos, retiram-se para as suas aldeias, depois de dar sepultura aos seus mortos, em Caaibaté.

A Corte Espanhola e os Superiores Jesuítas reiteram, entrementes, aos Padres Curas dos Povos, novas determinações no sentido de promoverem de qualquer modo a mudança dos índios. Acusa-se, mesmo, os Padres de serem culpados da matança de 10 de Fevereiro, «porque havendo, em outras ocasiões conseguido dos índios quanto queriam, nesta que interessava à palavra e fazenda real, nada haviam feito». [39]) Ante essa acusação procuraram os Padres demover os seus fregueses. Conseguiram de alguns Povos a promessa de se mudarem para novos postos. São Luís, São Lourenço, Santo Ângelo já se dispunham a isto quando «dez moradores nobres de Conceição», indo a eles novamente os induziram à resistência.

Uma deputação dos Povos foi ao Governador solicitar a liberdade dos presos, não sendo atendida, o que alvorotou os índios. «Voltaram eles à sua primeira obstinação, diz o P. Enis, mobilizaram logo novas tropas contra o inimigo, que chegaram a quatro mil homens». Construiu-se um forte que ficou logo guarnecido pelos soldados de Santo Ângelo, enquanto os de São Lourenço, amedrontados pelas notícias que lhes trouxeram os seus patrícios que haviam estado em Caaibaté, recuaram da nova empreitada.

O exército aliado achava-se então nos campos de São Luís,

---

39) Doc. Demarcação cit. *Anais*. B. N.

donde procurava atingir os Povos. Algumas escaramuças de menor importância detinham, às vezes, a marcha. Duas de maiores consequências assinalaram-se: a primeira, ao transpor um pequeno bosque, uma fuzilaria inesperada dos índios, que numa paliçada se opunham à penetração dos aliados; a segunda, a investida de um índio a cavalo que atacou um esquadrão de vanguarda, e não obstante cerradas descargas de fuzilaria, conseguiu voltar indene para junto dos seus.

Em três de Maio de 1756, nas proximidades de Santo Inácio, jurisdição de São Miguel, mais de 2.000 índios, que ali estavam emboscados, apareceram pelas colinas e, numa formação de meia lua, tendo ao centro a infantaria, acometeram o exército invasor. A cavalaria, sob o comando dos capitães gentios (charruas e minuanos confederados) despejou-se a toda brida sobre as forças da vanguarda que formou quadrado, resguardando seus carros e os recebeu a tiros de fuzilaria e artilharia. O combate se reduziu a escaramuças, e durou até o anoitecer. Morreram alguns espanhóis e dos índios perderam a vida seis de Santo Ângelo, um de São Nicolau e outro de São Miguel. À noite ainda tentaram dar sobre os aprovisionamentos e carros do inimigo, mas, pressentidos logo, foram rechaçados, ficando morto sòmente um charrua.

A 10 de Maio junto ao arroio Churieví, a cinco léguas de São Miguel, dá-se o último recontro. Haviam os índios fortificado o passo do arroio com algumas paliçadas, transportando para ali dois pequenos canhões de ferro existentes em São Miguel, e mais cinco «que fizeram apressadamente com uma madeira muito dura chamada **Taxivo** e pelos índios **Tay** (tagiba)», defendendo o posto os moradores de São Miguel. Recebidos a tiro de canhão os aliados, não obstante as perdas que tiveram, conseguiram o imediato desbarato dos inimigos.

Apreciando este último capítulo da resistência dos missioneiros, diz o **Diário da Demarcação**: «Se o espaço deste rio fora defendido por tropas regulares, como as nossas, e tivessem aquelas trincheiras, que suposto eram toscas e mal obradas, não foram mal ideadas, bastavam 100 homens de armas e duas peças de artilharia para que ninguém chegasse a passar por semelhante pa-

ragem, pois a mesma natureza o defende com bem pouco artifício». [40])

Sempre assediados pelos soldados missioneiros, em pequenas escaramuças, avançou o exército aliado ocupando o Povo de São Miguel, em 17 de Maio. Os índios, movidos pela desesperação, haviam ateado fogo à maior parte de suas casas e ao magnífico templo, que felizmente escapou às chamas. Outros que haviam entrado na povoação quase abandonada pelos seus moradores, puseram-na a saque, levando até o próprio sino. E observa Southey que se não «fosse a característica morosidade dos espanhóis, fácil seria obstar essa destruição, pois bastaria um só cavaleiro para evitá-la». [41])

Ante o avanço das tropas fugiram também os Padres atemorizados. Mais tarde, os Padres Tadeo e Xavier Limp foram presos e conduzidos ao exército. Os outros, de quase todos os Povos, foram se apresentar ao comando de exército alguns dias depois.

Terminava assim a Guerra das Missões. Os índios, abandonando os seus Povos, as suas casas, dispersavam-se, fugindo por todas as direções. Os campos talados, os rebanhos desfalcados, as colheitas perdidas, as alfaias dos templos e até os sinos roubados, eram o atestado do declínio de uma civilização que desabava nas ruínas das próprias aldeias desertas e destruídas em parte.

E tudo isto sem um resultado prático, porque, nas Cortes longínquas procurava-se resolver sobre a fixação de fronteiras indecisas de que se enxotavam os donos primitivos da terra, contra todas as leis da humanidade e da própria economia das incipientes povoações que floresciam, sobre os alicerces da vida cristã. Sejam quais forem as culpas que cabem aos Padres das Missões nessa dolorosa tragédia, pela resistência dos índios, o que parece não apurado ainda, apreciando com serenidade essa sequência de desastrosos acontecimentos, pode-se afirmar com isenção de ânimo que, se houve réus passíveis da pena que a História, tribunal inflexível e justo, deve cominar, estes serão os fautores do Tratado de 1750 e jamais os Padres dos Sete Povos, julgados ainda hoje pelo

40) B. N. Diário cit. I, 1, 1, 20.
41) *Hist. do Brasil.*

travor das paixões, do ódio e da injustiça. Sabiam que seriam vencidos pelo poder do inimigo, mas preferiram cair com seus filhos porque certamente ressurgiriam nas alvoradas da Posteridade, quando a justiça da História, como a de Deus, os tivesse de julgar definitivamente.

3. Expulsão dos Jesuítas.

Não comporta este trabalho estudo mais detido sobre as causas predeterminantes da extinção da Companhia de Jesus, notabilizada na América por dois longos séculos de catequese, de civilização cristã e de trabalhos apostólicos.

Mesmo antes de deflagar a insubordinação dos índios missioneiros contra a injusta aplicação do Tratado de 1750, uma trama insidiosa se tecia na Europa para envolver em suas malhas o que a política reacionária da época chamava de «poderio jesuítico». E, realmente, dominando grande número de países, especialmente os da Península Ibérica, detentores da América do Sul, os Jesuítas exerciam a maior influência política e social, que já foi dada observar, partida de uma comunidade religiosa. E isto afectava até o próprio clero, repercutindo nos príncipes da igreja católica, que se julgavam diminuídos em sua mesma autoridade eclesiástica.

Por outro lado, ainda tímido e indeciso, mas fundando suas raízes numa consciência malsã, abria-se para a humanidade um horizonte mais largo onde se adivinhavam já os primeiros albores do liberalismo, cuja eclosão não tardaria. A Companhia de Jesus, pela sua própria essência e pela rigidez de seus princípios, estava destinada a colidir com a nova ordem, que a evolução dos destinos humanos impunha às sociedades que deveriam surgir desse embate formidável de que se adivinhavam os primeiros fragores. E todas as causas, ocultas ou ostensivas, que se possam enumerar como determinantes da extinção da Companhia, cifram-se ùnicamente nessa «alta razão de estado», que impeliram Espanha e Portugal à acção de que resultou esse golpe injusto, mas determinado por um imperativo da própria evolução social.

Carlos III e Pombal não são mais do que executores implacáveis de uma sentença irrevogável das tendências modernas que iriam modificar a fisionomia do mundo. E as suas vítimas, os

Jesuítas, cujas acções eram afeadas pelos contemporâneos, deveriam ser expulsos e extintos, não porque tivessem cometido crimes que os tornassem passíveis de pena, mas porque eram ainda os esteios já meio abalados de uma época, cuja transição se processava.

A tragédia das Missões, na América, e outras causas ostensivas e secretas, forneceram o material explosivo, cuja deflagração consumiria a Companhia de Jesus. Em vários países se fariam sentir de diversas formas, que Teschauer procura sentetizar: «Em Portugal, foi o suposto atentado contra o rei, que se fez crer ao débil José I; na França, a influência de uma cortezã; em Nápoles, a política do rei de Espanha; em Roma, o receio de um cisma; na Espanha, em tempo de Fernando VI, foi o reino jesuítico do Paraguai, ameaçando a soberania das colónias espanholas, e ao tempo de Carlos III, a nota de infâmia assacada à pessoa de El-Rei pelos Jesuítas na carta supositicia», [1]) isto é, em carta em que se dizia ser Carlos III fruto de adultério da rainha D. Isabel de Farnésio e, por conseguinte, intruso no trono de Espanha, de que seria legítimo herdeiro seu irmão, o infante D. Luís.

Precisava a Espanha de um forte motivo para coonestar a sua acção tendente à expulsão da Companhia de seus domínios coloniais. E este seria a participação dos Jesuítas na insurbordinação dos índios missioneiros. Nesse sentido determina a Corte ao Governador D. Pedro de Cevallos instaure processo para apurar a culpa desses sacerdotes. Foi encarregado de organizar o pleito D. Florêncio Moreira, que desistiu de o encaminhar, sendo substituído por Diogo de Salas. Provecto historiador moderno, Enrique M. Borba, biografando D. Pedro de Cevallos, à luz de copiosos documentos inéditos, nos dá notícia desse processo.

«Para comprazer o ministro e calar a garrulice de seus detractores, deu (Cevallos) a mencionada comissão a Diogo de Salas, que iniciou sua tarefa em São Borja. Tomou o processo proporções gigantescas — o que não assombra dado o complexo mecanismo de burocracia de então — e as declarações favoreceram

1) Teschauer. *Hist.* II, 338. — Veja ainda ESTUDIOS, nº 349 e 350, p. 35 e 125 ss. (Julio y Agosto de 1940), onde A Gordillo Gómez, publicou dois magníficos artigos, subordinados ao título: Los *"Crímenes" Jesuíticos.* -- P. Pablo Hernández, S. J.: *El Extrañamiento de los Jesuítas del Rio de la Plata y de las Misiones del Paraguay."* Madrid, 1908, pág. 23 ss. (L.G.J.)

os Jesuítas. Uma das testemunhas, o engenheiro João Francisco Sobrecasas, respondendo ao formulário de perguntas, disse que não viu sinal algum de que os missionários houvessem concorrido com os índios à oposição que estes fizeram às tropas de Sua Majestade. Que as operações dos indígenas «foram umas bobices e asneiras», pelo que considerava que nenhum homem de juízo podia dirigi-los.

Em essência coincidiam todas as declarações. Por isto Cevallos comunicava a Ricardo Wall em 30 de Dezembro de 1759 que, «havendo-se concluido o processo, vi por ele que não sòmente não resulta que algum dos Padres da Companhia, ainda os onze nomeados em minha Instrução, haja tido parte alguma, nem influído de qualquer modo na desobediência dos índios, antes, pelo contrário, consta dos depoimentos de todos estes que os Padres fizeram quantos esforços lhes foram possíveis para contê-los na devida obediência, e fidelidade às ordens de S. M.». [2])

Cevallos foi acoimado de parcial no julgamento dos Jesuítas. Nada fez que lhes fosse prejudicial. «Assim, em 7 de Outubro de 1758, dirigindo-se a Ricardo Wall, passa em revista sua actuação pessoal desde que chegou a Buenos Aires, pondo em evidência quanto devia seu êxito aos Padres da Companhia de Jesus. Agregava que, chegando a São Pedro, pôde observar a paixão com que alguns oficiais da tropa discorriam acerca da conduta dos Padres. Que havia observado nestes as mostras mais inequívocas de um profundo respeito, amor e fidelidade a Sua Majestade, que se confirmaram ainda mais quando viu o zelo e pontualidade com que deram as ordens concernentes ao abastecimento e subsistência do exército. Ao exortar naquele Povo os índios para que passassem à Banda Ocidental do Uruguai, censurando-lhes não havê-lo feito antes, responderam submissamente que reconheciam sua culpa e que se não o haviam executado, desobedecendo ao pedido de seus Missionários, foi por amor ao solo natal». [3]) Não interessava à política de Cevallos comprometer os Jesuítas, caso não fosse sincero o seu modo de ver. Anos depois, o próprio Diogo de Salas que presidiu o processo, declara a Valdelírios que recebera com

---

2) Enrique M. Barba. *Don Pedro de Cevallos*. Bibliot. Humanidades. T. XIX. La Plata. 1937. 85.
3) E. Barba. Op. cit.

repugnância essa missão, «pois lhe constava que os Jesuítas eram os únicos responsáveis pelo levante guaraní». [4]) Para Cevallos o único inimigo era o português. E seria contra este e não contra os Jesuítas que se deveria proceder. A culpa de não se executar o Tratado estaria no modo de proceder de Gomes Freire, «que tratava de ficar com o maior número de índios, com todo o terreno que reconhecia ser mais útil a seu monarca e, por último, não entregar jamais a Colónia». [5]) E descarregava também sobre Valdelírios o peso de tremendas responsabilidades.

O Tratado de Madrid, de 12 de Fevereiro de 1761, e os acontecimentos dos anos subsequentes, em que esse chefe espanhol aparelha um exército para reconquistar os terrenos que estão em poder dos portugueses, desde Rio Pardo até a Colónia do Sacramento, que assedia e toma, bem como o Rio Grande de São Pedro, mostram claramente a intenção de restringir a acção portuguesa em sua expansão para o Prata. Pelo «Pacto de Família», que se firmou em Paris em 10 de Fevereiro de 1763, em que se determinava que a Espanha restituiria a Portugal todas as praças conquistadas na Europa, América e Āfrica, ou Īndias Orientais, voltava a Colónia do Sacramento ao domínio da Coroa lusitana. O mesmo não sucedeu com o Rio Grande, que só em 2 de Abril de 1776 foi reconquistado, à força de armas, pelos exércitos portugueses. [6])

Não obstante, porém, o empenho de Cevallos de inocentar por completo os Jesuítas da pecha de promotores da insubordinação dos índios missioneiros, a sorte da Companhia periclitava na Espanha. Inimigos poderosos e fortes esperavam o momento oportuno em que sobre a sua cabeça cairia a clava pesada do extermínio. Cevallos sobrestara o golpe.

Em Portugal não era melhor a situação. O caso do P. Malagrida, a quem se inculpava injustamente de conivência na conjuração dos Távoras, condenado e queimado pelo Santo Ofício, em 20 Setembro de 1761; os acontecimentos anteriores, resultantes

---

4) Idem. Nota à pág. 85.
5) Idem, 29.
6) Sobre esse período da nossa história veja-se o brilhante trabalho de pesquisa documental de Jonas da Costa Rego Monteiro. *A dominação espanhola do Rio Grande do Sul.*

da Demarcação, cujo fracasso era atribuído ùnicamente aos Jesuítas que haviam promovido o levante dos índios missioneiros, e obstado o prosseguimento dos trabalhos da comissão demarcadora do Norte, e a campanha, larga e intensiva, em panfletos e acusações, que se fazia aos Jesuítas, inspirada pelo próprio Pombal, induziram o Rei D. José I a tomar decisiva deliberação.

«Na lei da abolição da Ordem El-Rei refere o facto de haverem os Jesuítas ousado atentar contra sua fama a cara descoberta, maquinando e difundindo por toda a Europa, em causa comum com seus sócios de outras regiões, os infames agregados de disformes e manifestas imposturas». [7]) E a 3 de Setembro de 1759 abolia Portugal de seus domínios a Companhia de Jesus.

Só oito anos mais tarde, Carlos III, conformando-se com o parecer em consulta do Conselho Extraordinário, expediu o Real Decreto de expulsão, que é datado de 27 de Fevereiro de 1767.

Cabe a execução da lei, nas Missões Jesuíticas, ao Tenente-General D. Francisco de Paula Bucareli y Orsua, que substituira como Governador de Buenos Aires a D. Pedro de Cevallos, tomando posse do governo em Agosto de 1766.

Em 7 de Junho do ano seguinte recebia o Governador a ordem de expulsão dos Jesuítas, que deveria transmitir às outras Governações espanholas da América do Sul, tendo marcado o dia 21 de Julho para a publicação do Decreto Real em todas as cidades de seu Governo. Antes disso, porém, a tripulação de um navio que aportou a Montevidéu divulgou a notícia, obrigando Bucareli a agir com mais presteza na execução dessa ordem.

Na madrugada do dia 3, numa noite tormentosa, o Governador, à frente de um forte contingente de tropas, assaltou o Colégio de Santo Inácio, de Buenos Aires, e pôs todos os Padres sob custódia, na casa de exercícios do mesmo, cominando pena de morte aos que tentassem romper a incomunicabilidade dos Jesuítas. Processou-se a expulsão sem acontecimentos dignos de nota. Os Padres submetiam-se às determinações reais com o alto espírito de

7) Visconde de Porto Seguro. *Hist. Geral*, 3ª ed. IV. 174. — Veja-se ainda sobre o assunto o brilhante artigo de A. Gordillo Gómez, in ESTUDIOS, Buenos Aires, Julio y Agosto de 1940, nº 349 e 350, intitulado *Los "Crímenes" Jesuíticos*. (L. G. J.)

resignação e sacrifício que fora o apanágio, durante dois séculos, na América, da poderosa Companhia de Jesus.

Em 12 de Outubro, em alguns transportes capitaneados pelo **Vênus**, deixa as costas americanas, destino ao Velho Mundo, a primeira turma atingida pelo decreto. O P. Gaspar Suárez, um dos expulsos, depois de historiar detidamente todos esses acontecimentos, tem ainda um grito de ámor pelos seus índios e uma vibração melancólica de saudade da terra: «O dia 12 de Outubro, consagrado pela Igreja à festa da Rainha dos Céus e Terra, N. S. a Virgem do Pilar, soltaram todas as velas ao vento os cinco transportes que conduziam os Jesuítas desterrados, à vista de Montevidéu que foi a última terra da América que perdemos de vista, mas não do coração, nem da memória, porque temos sempre presente toda a América para amá-la como centro das ápostólicas fadigas da Companhia de Jesus, e como o evangélico campo onde está escondido o tesouro de memoráveis almas em cuja redenção entrou o sangue do próprio Deus e por cuja salvação todos os Jesuítas estamos prontos a derramar o nosso». [8])

Os Povos das Missões do Uruguai, de uma e outra banda, são os últimos a ser atingidos pela expulsão. Em Maio de 1768, em toda a vasta Província do Paraguai estava terminada a expulsão. Um ano transcorrera já quando os Padres dos Sete Povos receberam ordem de abandonar os seus índios e se aprestarem para seguir o destino de seus sócios.

Determinara a demora o receio, manifestado pelas autoridades espanholas, de que os índios se rebelassem e reagissem contra a ordem de expulsão. Não longe estava o exemplo dessa atitude nos acontecimentos sangrentos por ocasião da execução do Tratado de 1750. Compreendeu Bucareli o perigo que disso poderia resultar. Escreveu cartas ao Provincial P. Manuel Vergara, solicitando se dirigisse aos Padres das Missões afim de que estes em seus sermões e conselhos preparassem o ânimo de seus fregueses, e que obedecessem aos Padres que viriam substituir os Jesuítas. Era então Superior das Missões o P. Lourenço Balda, cujo nome

---

8) B. N. Mss. I, 29, 5, 48. "Relación de la expatriación de los Jesuitas escrita en Roma por el padre Gaspar Suárez, uno de los expulsos". Original e autógrafo.

se celebrizara na guerra da Demarcação. Escreve-lhe o Governador determinando que faça ir a Buenos Aires os caciques de mais prestígio de cada um dos 30 Povos. Queria, assim, Bucareli experimentar o P. Balda, conhecer-lhe os intuitos e ao mesmo tempo reter como refens esses índios, que ali ficaram detidos um ano inteiro. Acompanharam esses caciques outros índios nobres dos Povos, de sorte que, em vez de 30, foi de 60 o número dos que Bucareli tinha em suas mãos.

Entre estes, sabendo que era procurado, apresentou-se também, pondo-se às ordens do Governador, o famoso Capitão-General D. Nicolau Nenguirú, Corregedor de Conceição. Traçando-lhe o perfil, páginas atrás, referimos o receio que suas atitudes de chefe prestigioso incutiram no ânimo de Bucareli, que o reteve e «deu-lhe como aos outros trajos de cavaleiro, à usança espanhola».

À época da expulsão dirigiam os Sete Povos os seguintes Padres:

São Nicolau — **Cura** — P. Domingos Perfetti, natural de Roma, nascido em 7 de Agosto de 1725. Entrou para a Companhia em 23 de Abril de 1740 e professou em 15 de Agosto de 1758. Formado em filosofia e teologia; havia nove anos trabalhava como missionário entre os índios. **Companheiro** — P. Felipe Árias, natural de Madrid, onde nasceu em 1 de Maio de 1705, entrou para a Companhia em 23 de Setembro de 1728 e professou a 2 de Fevereiro de 1745. Era formado em filosofia e teologia e havia 28 anos que trabalhava como missionário.

São Lourenço — **Cura** — P. João Caetano Ibarguren, natural de Salta, Tucumã, nascido em 7 de Agosto de 1715, tendo entrado para a Companhia em 14 de Novembro de 1734 e ficou professo dos quatro votos em 2 de Fevereiro de 1749. Servia como operário nas Missões havia 11 anos e fora professor de gramática dois anos, filosofia três e teologia quatro anos. **Companheiro**: P. André Balquerai [9]) e coadjutor Irmão leigo Wenceslau Kosqui, [10]) natural da Alemanha, de 45 anos de idade, boticário.

9) Teschauer dá-lhe o nome de Botelre, natural de Ellwanger, na Alemanha, com 62 anos. (Hist. II, 357). O documento de que nos servi-

São Luís — Cura — P. João Fabrer, natural de Maiorca, nascido em 19 de Março de 1721, entrou para a Companhia em 6 de Outubro de 1740, professo dos quatro votos em 28 de Outubro de 1753. Formado em filosofia e teologia. **Companheiro:** P. Matias Cano, natural de Orizie, na Sardenha, nascido em 9 de Agosto de 1726, entrou para a Companhia em 12 de Junho de 1752, professo dos quatro votos em 15 de Agosto de 1759. Era formado em filosofia e teologia e exercia a catequese nas Missões havia 28 anos, em 1763. [11])

São Miguel — Cura: — P. José Inácio Umeras, natural de Santa Fé, Argentina, nascido em 10 de Agosto de 1724, entrou para a Companhia em 8 de Fevereiro de 1747, tendo sòmente votos de biénio. Era formado em filosofia e havia 10 anos estava nas Missões. **Companheiro:** P. Isidro de Rojas, natural do Paraguai, com 38 anos, e coadjutor P. José Rivarola, natural de Santa Fé, na Argentina, nascido em 13 de Abril de 1696 e tendo entrado para a Companhia em 6 de Junho de 1712. Professo dos quatro votos em 19 de Abril de 1733, havia já 32 anos que servia nas Missões.

São João — Cura: — Pedro Biedma. [12]) **Companheiro:** Miguel de Sotto, [13]) que já se encontravam nas Missões por ocasião da execução do Tratado de 1750, em que eram respectivamente Curas de São João e São Miguel.

Santo Ângelo — Cura: — P. João Baptista Gilde, que em 1752 era Cura de São Nicolau. [14])

São Borja — Cura: — P. Carlos Pérez, natural de Mora, Castela, nascido em 10 de Abril de 1715, entrou para a Companhia em 20 de Dezembro de 1732, formando-se em 2 de Fevereiro de

---

mos é o quadro de *Estatística dos Povos* em que vêm os nomes dos Padres expulsos em 1768 e seus substitutos franciscanos, capuchinhos e mercedários (Mss. B. N. I, 29, 5, 42). Os dados biográficos são do *Catalogus publicus* de 1763.

10) Teschauer dá o Irmão Kosqui em São Nicolau, mas consta estar em São Luís.

11) Catalogus de 1763.

12) Dados biográficos em nota anterior.

13) Idem, ibidem.

14) Dados biográficos em nota anterior.

1750. Em 1763 havia 14 anos que exercia a catequese nas Missões. **Companheiro:** P. António Planes, que desde 1752 servia nesse mesmo Povo. [15])

Pelas suas nacionalidades eram esses Padres: espanhóis 5, alemães 4, americanos 4 e italianos 2. [16])

Não obstante o receio que tinha o Governador Bucareli de que os índios dos Sete Povos se opusessem a mão armada contra a expulsão de seus Padres, nenhum acontecimento digno de nota se registrou nas Missões ao chegar ali o conhecimento dessa notícia. Sòmente o Povo de São Luís Gonzaga fez ao Governador uma representação, em termos respeitosos, mostrando a injustiça desse acto, pois estavam acostumados a ser dirigidos pelos Jesuítas, os únicos Padres que haviam conhecido e respeitado.

Essa representação aumentou os receios do Governador de que os índios promovessem uma insurreição geral nas Missões. E para executar as determinações do Decreto de expulsão organizou um exército que marchou em direcção ao salto do Uruguai a 24 de Maio de 1768, ali chegando em 16 de Junho. «Dali destacou Bucareli dois corpos de exército sob o comando de dois Capitães que tinham de executar a expulsão nos extremos das Reduções: D. J. Francisco Herrera, no Tebiquari, onde tinha ordem de incorporar-se ao destacamento de milícias do Paraguai; e D. Francisco Bruno de Zavala nas Sete Missões, onde também tinha ordem de reunir-se ao destacamento da fronteira do Rio Grande do Sul, nas vizinhanças de São Miguel. Bucareli em pessoa reservou-se o centro». [17])

Antes de marchar havia solicitado ao Superior das Missões que lhe mandasse, ao Salto, um certo número de carretas com provisão de víveres, e em vez do exército missioneiro que pensava ali encontrar para se opor à sua penetração, sòmente achou, no lugar determinado, as provisões que pedira e que excediam à própria solicitação. Saiu dali em 27 de Junho a primeira divisão, em 28 a segunda, e a terceira em que ia o Governador a 29, chegando em 15 de Julho à vista de Japejú.

Desta Doutrina foi enviado o Dr. António Aldao com um des-

---

15) Idem, ibidem.
16) Eram os americanos três argentinos e um paraguaio.
17) Teschauer. Hist. II, 351.

tacamento comandado pelo Capitão D. Nicolau Elordouy, para cientificar os Jesuítas de sua expulsão. Convocados estes, depois de lido o respectivo Decreto, perguntou o Comissário ao Padre Provincial qual a atitude dos Jesuítas ante essa ordem, ao que respondeu o interpelado: «Em meu e em nome dos missionários, meus subordinados, declaro sujeitar-me absolutamente a esse preceito real que acato e ponho sobre minha cabeça». Comovido, o Dr. Aldao respondeu-lhe que não esperava menos do Padre Provincial. [18])

Consumava-se, assim, sem perturbações nem revoltas por parte dos índios, a expulsão dos Jesuítas dos Sete Povos de Missões. Anteriormente haviam eles procedido a inventários circunstanciados de todos os bens pertencentes às Reduções que deveriam ser entregues a seus substitutos, escolhidos entre Frades de diversas ordens, principalmente os que conheciam o guarani.

E com os últimos Jesuítas que se afastavam das costas americanas, abandonando definitivamente os seus índios, e levando a consciência de tudo terem sacrificado no cumprimento de sua missão admirável, começaria a decadência das Reduções e abaixamento do nível moral dos catecúmenos jesuítas, pois sòmente os Padres da Companhia sabiam entendê-los e guiá-los para o bem e para a civilização.

4. A nova Administração dos Sete Povos.

A expulsão dos Jesuítas das Missões criou para estas um sério problema de difícil solução. O Governador Bucareli, a quem estava afecta a implantação de um novo regime, em 14 de Outubro de 1768, em carta ao Conde de Aranda, acusava os Jesuítas de se terem durante um século locupletado com o suor dos índios sem, todavia, «tê-los catequizado ou convertido». E, expondo longamente as razões dessa acusação, informa que os Jesuítas reduziam os índios à escravidão, e à miséria «dando-lhes uma escassa ração de carne e um pouco de milho». Por outro lado «constante foi o despotismo com que os dominaram sem permitir-lhes conhe-

18) Padre Manuel Vergara.

cer mais Deus, rei nem santos que os da Companhia». [19]) E os próprios sacramentos eles os administravam de «modo contrário à ordem que pratica a igreja católica». E, assim sendo, o ponto capital da reforma que o Governador se propunha fazer seria «implantar nesses índios um verdadeiro conhecimento dos adoráveis mistérios da nossa santa fé».

Não há necessidade de nos alongarmos em razões para defender o sistema colonizador do regime jesuítico. Toda a história das Missões, o conhecimento do carácter indolente dos índios, a sua inaptidão para a liberdade, e a incompreensão dos princípios abstractos da fé, poderiam justificar essas acusações que pesavam sobre o regime de catequese dos Padres da Companhia de Jesus, aos quais não é possível negar, de sã consciência, a incalculável soma de benefícios de que lhes é devedora a civilização sul-americana.

E, não obstante, a nova organização que Bucareli e seus sucessores procuraram dar às reduções, mostra-nos a história que, nos 60 anos que decorrem da expulsão dos Jesuítas até a extinção total das Missões, já sob o domínio português, cada vez mais se acentuou a decadência das populações missioneiras. Sem o regime moral e religioso dos Jesuítas, sem os elos sociais por eles impostos à família cristã que fundaram, os pobres índios resvalaram pelo plano inclinado dos vícios, espoliados pelos espanhóis que mais os escravizaram e, mais tarde, pelos portugueses, que completaram a obra de destruição iniciada por aqueles.

Tomando posse do território missioneiro, em Agosto de 1768, o Governador Bucareli procurou dar-lhe nova organização administrativa. Para isto dividiu as Missões em duas administrações gerais, cabendo à primeira 20 Povos da mesopotâmia párano-uruguaia, para que foi designado D. João Francisco de la Riva Herrera, como Administrador Geral, e a segunda, que se compunha dos Sete Povos da Banda Oriental e mais três da ocidental, foi posta sob a administração de D. Francisco Bruno de Zavala. A estes funcionários deu o Governador uma **Instrução** que, em original, se encontra na Biblioteca Nacional, Colecção de Ângelis. Era um novo plano de governo, complexo e difícil, cujos resultados práti-

---

19) Teschauer. Hist. II, 359.

cos provaram ser inexequível, ameaçando logo de ruína total os Povos sob esse regime. E compreendendo isto o próprio Bucareli dá nova instrução, intitulada **Adição,** que tem a data de 15 de Janeiro de 1770. Mas, de nada valeu o novo regulamento. O mal não advinha das leis, mesmo inadequadas à situação dos índios, e sim da voracidade de rapina dos Administradores, do choque que se estabelece com os curas, que não têm autoridade alguma e mesmo da imoralidade com que a maior parte desses ministros agem junto aos índios, perdendo toda a força para dirigi-los espiritualmente.

Além de um Administrador especial de cada Povo, que dava obediência ao Administrador Geral da região, havia neles dois ou mais Padres de diversas ordens religiosas.

Substituiram os Jesuitas, nos Sete Povos, os seguintes Administradores e Padres:

São Nicolau: Administrador, Lucas Cano; Curas, Frei Pasqual Ernández e Frei José Gaona, Dominicanos;

São Luís: Administrador António Quirós; Curas, Frei Manuel Ernández e Frei Pedro Ernández, Franciscanos;

São Lourenço: Administrador João Flores; Curas, Frei Román Aquino e Frei João Aquino, Mercedários;

São Miguel: Administrador Esteban Vergara; Curas, Frei Sebastião Mareco e Frei Pedro Mayan, Dominicanos;

São João: Administrador Eugénio Mesa; Curas, Frei João Fretes e Santiago Encinas, Franciscanos;

Santo Ângelo: Administrador João Berón; Curas, Frei I. Martin e Frei João Espinosa, Mercedários;

São Borja: Administrador António Ávila; Curas, Frei José Aguero e Lorenzo Echenique, Franciscanos. [20])

Pela nova organização que dera em 1770, ante a inexequibili-

---

20) B. N. Mss. *Estatística dos Povos.* I, 29, 5, 42.

dade da anterior, resolveu o Governador Bucareli dividir todo o território missioneiro em quatro departamentos, ficando o de São Miguel como cabeça das Reduções rio-grandenses. Por essa ocasião, descobrindo várias irregularidades, Bucareli demitiu todos os Administradores, substituindo-os por outros que continuaram, da mesma forma, os processos da rapacidade e brutalidade de seus antecessores.

D. Francisco Bruno de Zavala que, reunidos os dois governos, ficara como Administrador Geral das Missões, logo em seguida tem vários atritos com os Padres, em virtude de um conflito de jurisdição de poderes, «e veio a confusão que se seguiu provar quão acertadamente haviam obrado os Jesuítas, reunindo a autoridade temporal à espiritual». [21]) Formaram-se, então, correntes de opinião, dividindo os Povos; mas, os índios, em sua quase totalidade, tomaram o partido dos Padres que, embora maus e sem moral, eram, no entanto, melhores do que os tiranos civis que tudo lhes roubavam, e constantemente os castigavam pelas menores ocorrências.

Southey, numa página vibrante, estuda esse período da dolorosa história das Missões. «Terminou, assim, diz, a prosperidade desses celebrados aldeamentos, acabando-se a tranquilidade e o bem-estar dos guaranís. Famintos velhacos do Prata ou recém-chegados da Espanha, nem conheciam os Administradores a língua indígena, nem tinham paciência para aprendê-la, bastando-lhes para intérprete de suas ordens o chicote». [22])

Copiosa a documentação que sobre o assunto se encontra na Colecção de Ângelis. Representações dos Curas, processos, queixas dos Corregedores, assomos de rebeldias dos índios, e muita miséria, muita desumanidade, latrocínios, e o relaxamento completo das velhas tradições cristãs que os Jesuítas haviam imposto com o sèu exemplo, o seu desinteresse e o seu amor a gerações e gerações de índios.

Começa o êxodo das populações missioneiras. Famílias e famílias, que tinham parentes no Rio Grande, em cujas aldeias os

---

21) Southey. *Hist. do Brasil.* Cap. 42.
22) Idem, ibidem.

índios recebiam melhor tratamento, fugiam das Missões, internando-se nos domínios portugueses.

Em 1772, em vista da desorganização que lavrava por toda a parte e a decadência sensível dos Povos, foi feita nova substituição de Administradores. E são de um destes as observações que tarnscrevemos, registadas por Teschauer: «Entregou-se-me o Povo, faz agora um ano, um mês e vinte dias, só com o nome de Povo, porque na realidade estava despovoado, as estâncias desertas e abandonadas; os armazens com o nome, porém o interior com uns quartos e uns vestidos velhos e uma pouca de roupa... Até os Curas apenas podem sustentar-se; também o Sacramento fica muitas vezes sem luz porque não voltam mais ao Povo...» [23])

Dando cumprimento a uma ordem do governo no sentido de informar sobre a sua gestão na administração geral dos Sete Povos, no período decorrido de 1776 a 1784, relata um desses administradores interessante relatório existente na Colecção de Ângelis. [24]) Começa o Administrador fazendo o histórico dos sacrifícios impostos aos índios com serviços de guerra, já por nós referidos em outro capítulo e que abrangem todo o lapso de tempo em que administrou os Povos. Deviam estes sòmente de tributos reais, que não puderam satisfazer, quantia superior a 66.604 pesos. Refere a seguir os prejuízos decorrentes do decréscimo das populações desviadas para os domínios de Portugal e para serviços e construções militares, que haviam privado os índios de atender às suas lavouras, artes e manufacturas, com que mantinham as suas famílias e pagavam outros tributos, como o adorno do culto divino, soldo do Administrador, mestre de primeiras letras «e demais ocorrências precisas que origina e prepara a subsistência e permanência de um povo».

Há sobre esse período um punhado de documentos interessantes que longo fora recapitular. Todos eles nos mostram a decadência em que vão se submergindo os Povos de Missões. As deserções já se dão quase em massa. Os índios abandonam as povoações e vão perambular pelas estâncias quer de rio-grandenses, quer de correntinos e paraguaios. «Em 1772 eles já estavam acos-

23) Teschauer. *História,* II, 369.
24) B. N. Mss. I, 29, 5, 80.

tumados a uma vida tão independente que começaram as deserções que até agora não têm parado; pois vão-se e voltam quando e como lhes parece, trazendo quanta miséria e maus costumes podem adqùirir na província de Paraguai e Corrientes, onde os aquerenciam e ainda os vendem como escravos». 25)

Parte considerável das populações abandonando os Povos iam para as estâncias, onde tinha assegurada a alimentação na grande quantidade de animais vacuns que ali havia. Mas, esta mesma ia aos poucos se consumindo, de sorte que estâncias povoadíssimas em pouco tempo estavam quase desertas. Informa um Administrador, em 1776, que «o Corregedor do Povo, Cabildo e Morubixabas... começaram a dar nas estâncias, consumiram quarenta mil cabeças de gado no tempo de quatro anos». 26)

Sem mais assistência e entregues à sua própria sorte, recairam na indolência primitiva, roubando gados e outros produtos da lavoura para vender em troca de bebidas alcoólicas, vício a que se entregaram. Quatorze algodoais, dos mais preciosos e ricos dos Povos, que os Jesuítas haviam deixado, perderam-se completamente.

O Administrador Geral Cassero, em seu relatório, informa que, em pouco tempo, abandonada a indústria e a agricultura, consumiram o que com desvelo produziram seus antecessores, destruiram as estâncias de gado, aniquilaram os ervais de cultivo». 27)

A decadência moral dos índios acompanhou de perto a queda de sua economia. Vícios de toda ordem, embriaguez, prostituição, roubo, insolência, transformaram o caráter antes dócil dos índios. Os Administradores referem factos de toda ordem, reveladores do abastardamento em que se afundava a vida social, religiosa e moral desses infelizes. O de São Miguel, J. Gramajo, informa que «também este Corregedor, Cabildo e Caciques abandonaram a prática da religião, perdendo os bons costumes que os expulsos incondicionalmente mantinham». Outro Administrador, D. Colodrero, observa que «disto se segue a ruína das casas, os roubos, não entrar na igreja à missa, nem ao rosário, não fazer caso do que se

25) Teschauer. *Hist.* cit. II, 370.
26) Idem, ibidem, 370.
27) Idem, ibidem, 371.

lhes manda, porque não acodem ao trabalho da comunidade, nem cuidam de suas chácaras particulares; entregues à ociosidade e tramando para destruir de uma vez o que ainda existe».

Desde os primeiros momentos da implantação desse regime, começaram os atritos entre os Administradores e os Curas. Com poucas excepções, quer uns quer outros, só tinham em vista explorar os índios e tirar do trabalho desses infelizes o maior proveito. Vindos do regime jesuítico, em que nada faziam sem consultar o Padre, procuravam em seus novos mentores espirituais encontrar o mesmo conforto e o mesmo conselho amigo. Mas, se o faziam, atentavam contra a autoridade dos Administradores a quem cabia atender, no temporal, às necessidades do Povo. Daí os atritos contínuos entre os Curas e os Administradores. Mas, quem levava a pior parte era o índio. Tentara o Governador Bucareli abolir a pena de açoite com que os Jesuítas, dentro da sua autoridade moral e justiça, castigavam os faltosos. Mas, «agora vinha o açoite de três partes: açoitava o Administrador quando se obedecia ao Cura; açoitava o Cura porque se obedecia ao Administrador, e açoitava o Corregedor ou qualquer do Cabildo... quando o índio não lhe fazia roça a seu gosto». [28])

A intriga lavrava entre os habitantes dos Povos, os Curas e as autoridades civis. À pressão dos espanhóis que invadiam as Missões e se locupletavam com o trabalho dos índios, explorando-os a troco de ninharias, de tabaco e de álcool, e se apropriando de suas chácaras, obrigavam estes infelizes a fugir de seus Povos, abandonar suas famílias e quebrar os laços morais com que os Jesuítas os haviam ligado na comunhão social.

O mal era geral. Havia nos 30 Povos guaranis, segundo documento da época, [29]) em 1763, uma população de 98.879 almas, quatro anos depois, em 1767, baixara para 88.796 almas e em 1799 estava esta reduzida a 40.000 almas. A dos Sete Povos, de que se insere detalhada estatística, baixara de 25.000 para 14.000 que era a população indígena integrada ao Brasil pela Conquista das Missões.

O Tenente de Governador, D. Gonzalo Doblas, em interessante

28) Ugarte. Informe. Cit. Teschauer. *Hist.* II, 380.
29) B. N. Mss. I, 29, 5, 42.

memória, publicada por D. Pedro Ângelis, informa que «os bens dos índios são tratados como suas pessoas; distribuem-se aqueles com a maior escassez entre os índios necessitados e até enfermos, enquanto se gastam com a maior profusão, não tão sòmente entre os empregados espanhóis, senão também com quantos passageiros chegam e se detêm talvez sem motivo algum, os dias que querem, facilitando-lhes quantas comodidades se lhes antolham e recebendo-as estes como coisa a que têm direito e que se lhes deve... e ainda que o governo tenha dado algumas ordens sobre isto, nenhum efeito tem surtido». [30])

Por sua vez, muitos Curas, recrutados entre elementos menos escolhidos, completavam com o exemplo de uma moral duvidosa e com a cupidez de bens terrenos, o quadro do aviltamento geral dos índios. Outros, entanto, mais virtuosos e dignos, reagiam, mas o resultado era contraproducente, pois ou teriam de fugir das suas curazias ou se tornarem vítimas da intriga insidiosa, da perseguição e dos maus tratos que lhes eram infligidos pelos espanhóis e pelos próprios índios, cujo relaxamento de costumes profligavam com palavras e até com castigos corporais.

A Colecção de Ângelis, da Biblioteca Nacional, está cheia de reclamações, representações, e azedas controvérsias desses curas sobre questões de dinheiro e outras deprimentes do carácter e da moral desses Sacerdotes.

---

30) Public. Ângelis. Documentos. 1836. Tesch. *História,* II, 380.

CAPÍTULO VI

INTEGRAÇÃO TERRITORIAL DAS MISSÕES

1. A Conquista das Missões. — 2. Os conquistadores. — 3. Administração dos Sete Povos.

1. A Conquista das Missões.

A conquista das Missões, levada a efeito em 1801 pelos rio-grandenses, e consequentemente integração de seu vasto território ao património nacional, restabelecendo e ampliando as antigas fronteiras traçadas pelo Tratado de 1750, não está ainda bem esclarecida em suas origens.

O Tratado de 12 de Fevereiro de 1761 anula o de 1750, destrói a soma enorme de sacrifícios que ele representa, porque este «tem dado e daria no futuro muito e muitos frequentes motivos de controvérsia e de contestações opostas a tão louváveis fins», ficando estabelecido «que todas as coisas pertencentes aos limites da América e da Ásia se restituam aos termos dos Tratados, Pactos, e Convenções» existentes antes de 1750. [1])

Fica assim recuada a raia portuguesa outra vez até o Jacuí. Não se conformam com isto os espanhóis, que querem impor limites mais extremados, levando suas pretensões à desocupação de todo o território além dos antigos campos de Viamão. Decorre daí a dominação espanhola de 1763 a 1777, no Rio Grande, e os assédios consecutivos a Rio Pardo, que se defende galhardamente, sob o comando do Coronel José Marcelino de Figueiredo. Este

1) Tratado de 1761.

período da nossa história está magnìficamente estudada pelo Coronel Jônatas da Costa Rego Monteiro. [2])

O Tratado de S. Ildefonso, de 1 de Outubro de 1777, procura então dirimir as dificuldades oriundas dos pactos anteriores, que não consultavam os interesses gerais, assinalando em seu artigo IV que «para evitar outro motivo de discórdias entre as duas monarquias qual tem sido a entrada da Lagoa dos Patos ou Rio Grande de São Pedro, seguindo depois por suas vertentes até o rio Jacuí, cujas duas margens têm pretendido pertencer-lhes ambas as coroas convieram agora em que a dita navegação e entrada fiquem privativamente para a de Portugal» e que «continuará o domínio de Portugal pelas cabeceiras dos rios que correm até o mencionado Rio Grande e Jacuí até que passando por cima das dos rios Araricá e Coiaquí que ficarão da parte de Portugal, e as dos rios Piratiní e Abimini que ficarão da parte da Espanha, se tirará uma linha que cubra os estabelecimentos portugueses até o desembocadouro do rio Peperi-guaçú, no Uruguai». [3])

Consequência imediata deste Tratado, na região que defronta as Missões Orientais, é a penetração que fazem os primitivos povoadores de Rio Pardo e Cachoeira, povoado que tem por origem uma aldeia de índios das Missões, para o sul e oeste do Jacuí, excedendo mesmo com seus estabelecimentos de criação as raias prefixadas.

Para a ocupação desses campos acrescidos pelo novo Tratado, o Comandante do Rio Pardo, Coronel Patrício José Correia da Câmara, dá instruções declarando que os limites indicados «são da Guarda do Jacuí, do último Irapuá até sua foz no Jacuí, e das vertentes do mesmo Irapuá a rumo directo até encontrar no Camaquã e deste e da serra que custeia a Lagoa para a parte da Campanha». [4])

São assim acrescidas para o Sul, tendo como limite extremo a Oeste o rio Jacuí e o rio Irapuá, as raias da fronteira, que eram as mesmas da freguezia de N. S. da Conceição da Cachoeira, erecta

---

2) J. C. Rego Monteiro, *Dominação espanhola no Rio Grande do Sul*. Imprensa do Estado Maior do Exército. Rio, 1937.

3) Tratado de 1777.

4) Arq. Públ. R. G. Sul. *Instruções do Coronel Patrício*, de 4-8-1780.

em 10 de Julho de 1779. O alargamento para Oeste só se dá dois anos depois, isto é, em 1782, com a concessão oficial de sesmarias de campos entre os Vacacaís, Santa Bárbara e Irapuá, antigo território em que ficavam as estâncias jesuíticas de S. Luís, S. Lourenço e parte da de S. Miguel.

Nessa ocasião se estabelece mais íntimo contacto entre os pioneiros da penetração rio-grandense, que aí têm as suas estâncias e os índios das Missões que lhes veem vender gados e ajudá-los como peões no amanho dos campos. Inicia-se, então, uma fase de deserção de inúmeras famílias dos Povos, que vêm aumentar a população das estâncias rurais, criando-se, assim, do confronto entre o trabalho livre o das Missões, uma tendência forte no sentido de se libertarem da tutela dos gananciosos administradores que sucederam aos jesuítas.

A conquista dos Sete Povos, levada a efeito pelo soldado desertor de dragões José Borges do Canto e logo secundada pelo estancieiro Manuel dos Santos Pedroso teve como inspirador o Tenente-Coronel Patrício da Câmara. Não há documento que autorize afirmar houvesse Patrício recebido qualquer sugestão nesse sentido. Entretanto, parece, que além de um entendimento prévio com os principais caciques missioneiros para não se oporem à conquista dos Povos, recebera o Comandante do Rio Pardo, por intermédio de Xavier da Veiga Cabral da Câmara, Governador do Continente, instruções sobre o plano de expulsão dos espanhóis de toda a região compreendida pelo rio Uruguai e rio da Prata. A curta duração da guerra não permitiu a execução completa do plano, sendo sòmente anexado à coroa de Portugal o território missioneiro. Só quinze anos mais tarde, culminando a política expansionista do Prata, os exércitos veteranos do General Carlos Frederico de Lecor, ocupando Montevidéo, proclamam a anexação da Cisplatina, complemento necessário da conquista das Missões.

A idéia da expansão do império americano, que as gerações anteriores não souberam consolidar com a manutenção da posse da Colónia do Sacramento, ao dealbar do século XIX estava viva na consciência dos estadistas portugueses que a associavam, sob a pressão dos acontecimentos da Europa, à trasladação da monarquia para a América.

Ante o descalabro da guerra de 1801, que seccionara o território da Metrópole com a perda de Olivença e se reflectira na América com a de parte da Guiana, essa ideia tomara maior consistência sendo mesmo enunciada pelo Marquês de Alorna que, nestes termos, se dirigia ao Príncipe, em carta de 10 de Maio de 1801: «V. A. R. tem um grande império no Brasil e o mesmo inimigo que ataca agora com tanta vantagem talvez que trema e mude de projecto se V. A. R. o ameaçar de que dispõe a ir ser imperador naquele vasto território, adonde pode fàcilmente conquistar as colónias espanholas e aterrar em pouco tempo as de todas as potências da Europa». [5])

Houve, não há duvidar, conjugando a documentação hoje conhecida, uma insinuação partida do alto, que tinha em vista anexar às possessões portuguesas do Brasil o território de Missões e quiçá a própria região depois denominada Província Cisplatina, ao menor choque entre Portugal e Espanha. Os acontecimentos anteriores que se desenrolavam na Península Ibérica, reflexo da tormenta que se desencadeara na França e ameaçava convulsionar as duas Monarquias, já dera motivo a um demorado inquérito, dois anos antes, sobre as possibilidades de defesa do Vice-Reinado do Prata.

Dois nomes, que mais tarde encontraremos ligados à execução do expansionismo português no Prata, inspirando um, executando outro, parecem se ligar à cadeia dos acontecimentos que se vão desenrolar na América, nos albores do século XIX: D. Rodrigo de Souza Coutinho, Ministro do Príncipe Regente, e o Tenente-Coronel, depois Brigadeiro, Joaquim Xavier Curado, cujas missões ao Prata merecem pormenorizado destaque.

Estarão talvez aí os fios iniciais dessa teia invisível que se desdobra largamente desde a conquista das Missões, até envolver de todo. em suas malhas pacientemente tecidas, a Província Cisplatina quando a ela chegam as luzidas e aparatosas tropas veteranas de Lecor.

Historiemos os acontecimentos consoante documentação original da época.

5) Oliveira Lima. *D. João VI no Brasil.* Rio, 1908, I vol. 40.

O panorama político da Europa, nos fins do século XVIII, ameaçava desencadear sobre Portugal a cólera francesa, que se faria sentir através da Espanha, não obstante os esforços de António Araújo, que tudo envidou no intuito de que fosse ratificado por Portugal o tratado de Paris, de 20 de Agosto de 1797. Opunha-se, porém, a essa ratificação a Inglaterra, que declarara considerar semelhante ajuste um acto de hostilidade, ante o qual, por previsão, a esquadra britânica ocupou o forte de São Julião da Barra.

Rumou, então, Portugal, definitivamente para a corrente inglesa, destacando a Inglaterra para Portugal seis mil soldados, em 1797, e, por outro lado, parte da esquadra lusitana foi combater ao lado da esquadra inglesa, tomando parte na batalha naval de São Vicente, em que os ingleses derrotaram os espanhóis. Era, assim, fatal o desencadeamento de uma guerra com a Espanha, muitos anos antes de 1801.

Qualquer hostilidade na Europa deveria, naturalmente, reflectir-se na América, havendo necessidade de se conhecer com toda a individuação os elementos de que pudessem dispor ali os naturais inimigos do Prata.

Com a vitória da influência inglesa nos negócios políticos do reino, é remodelado o gabinete português, entrando para o ministério D. Rodrigo de Souza Coutinho, ministro em Turim, que ocupa a pasta da marinha em substituição a Martinho de Melo, que havia falecido. E em 1799 passa D. Rodrigo para a fazenda.

Em ofício de 2 de Janeiro de 1799, ratificado pelo de 30 do mesmo mês e ano, dirige-se o futuro Conde de Linhares ao vice-rei do Brasil, Conde de Rezende, recomendando-lhe que escolha um oficial capaz de desempenhar importante missão no Rio da Prata. O motivo ostensivo da missão seria a entrega de uma carta ao Vice-Rei do Prata, Marquês de Avilez, sobre o transporte para Lisboa de cabedais pertencentes a S. M. C. que, conforme ajuste feito pelas duas cortes, deveriam ser, por navios de guerra portugueses, comboiados àquele destino. Para evitar o ataque dos piratas franceses conviria que as naus de guerra comboiassem a frota de navios mercantes que iriam ao Prata a título de transportar artigos de comércio. Mas o objectivo principal, secretíssi-

mo, da missão, estaria na indagação minuciosa dos elementos que contavam as colónias espanholas em caso de guerra. Em carta de 20 de Abril de 1800, do Conde de Rezende a D. Rodrigo de Souza Coutinho, dando solução ao assunto, diz aquele que usou de todos os meios para satisfazer os vários objectos da comissão, «sendo um deles o segredo, e outro o reconhecimento das forças de mar e terra do Rio da Prata, indagação tão necessária para a combinação das nossas forças com as dos Espanhóis».

Foi escolhido pelo Vice-Rei, para o desempenho dessa missão, o Tenente-Coronel Joaquim Xavier Curado, oficial ilustre, cujo nome mais tarde se ligará indelèvelmente aos negócios da Cisplatina, como se verá do decorrer destas notas.

A incumbência levada pelo Tenente-Coronel Curado é cercada de absoluto sigilo. Em 7 de Junho o Conde de Rezende oficia ao Governador de Santa Catarina dizendo que passa àquela ilha e dali ao Rio Grande um oficial que não deve ser visto na cidade e nem sequer identificado. A horas insólitas, sòmente, quando a embarcação estiver atracada no porto, deverá ser conduzido ao quartel de residência do Governador, com quem tratará de assuntos que dizem respeito a essa comissão. Para o Governador do Rio Grande, Brigadeiro Sebastião da Veiga Cabral da Câmara, em carta de 28 de Julho, faz o Vice-Rei as mesmas recomendações, acrescentando que não deve ser ali conhecida a graduação do oficial que segue em serviço secreto. Mas era de absoluta necessidade que esse oficial se avistasse com o Governador, pois, não obstante demorar de muitos dias a volta que teria de dar para ir a Porto Alegre, residência do Governador, o emissário foi até aquela cidade porque, como diz, «contudo era preciso dar essa volta».

Curado chegou à ilha de Santa Catarina a 10 de Agosto e com pouca demora seguiu para o governo do Rio Grande e, depois de conferir em Porto Alegre, com o Governador, os assuntos de sua missão, seguiu sempre por terra para a cidade do Rio Grande, chegando a 18 de Setembro ao forte espanhol de Santa Teresa, de onde se dirigiu a Montevidéo e Buenos Aires.

Levava o oficial português, para seu governo, as seguintes instruções secretas que lhe haviam sido entregues pelo Vice-Rei:

«Em todo o decurso da viagem até o lugar de seu destino

deve procurar todos os meios que forem possíveis para deixar de ser visto, ocultando constantemente àquelles a quem de necessidade deve apparecer qual he o paiz a que se dirige, e o objeto da sua diligencia.

No paiz a que se destina deve evitar todas as ocasiões de figurar ou de representar, procurando por em prática todos os mêios imaginaveis para se conseguir o seu disfarce. Para este fim será muito conveniente dizer somente que he hu official de quem se faz toda a confidencia e por isso se lhe encarregou a entrega daquelle officio, occultando a sua graduação. Igualmente será muito util não andar effectivamente fardado nem tão bem vestido sempre de particular, mas conservar nesta parte hua tal regularidade que ao mesmo tempo que consiga o seo disfarce, se evite toda a ocasião de suspeita, ou desconfiança.

Logo que entre no paiz a que se dirige deve com a maior cautela e segredo tomar sobre o Rio da Prata e estado de seus portos todos os conhecimentos, que for possivel conseguir, afim de adquirir todas as noções necessarias a qualquer projecto.

Deve examinar se há embarcações de Guerra, quantas são e a sua força distinctamente. A quanto tempo alí se achão e se effectivamente se conservão naquelles Portos ou se ha alguas que de novo viessem e quando chegarão. Se se esperão mais alguas da Europa, quantas são, a sua força e em que tempo pouco mais ou menos poderão chegar, e se com a sua chegada se retirarão para a Europa alguas das que ali se achem, ou se todas deverão ficar existindo no sobredito Rio. Do mesmo modo deve averiguar se fora dos Portos andão alguas embarcações de Guerra cruzando, quantas são e sua força.

Da mesma forma examinará as Fortificaçoens que ha, o seu Estado e sua Artilharia, as suas Guarniçoens e os Portos em que se achão, tudo com a maior distincção, clareza que seja possivel. Que quantidade de Tropas ha assim de Infantaria, Artilharia e Cavalaria, como Milicias, e o estado de sua disciplina, declarando distintamente, o mesmo de cada Corpo. Igualmente deve averiguar que numero de pessoas se poderão ajuntar em cada hua das Fortificaçoens, ou Portos quando seja preciso. Se ha noticia de que se esperem da Europa mais alguns Regimentos e se com a

chegada destes se retirarão outros ou se ficarão todos ali existindo. E finalmentte tudo mais que possa concorrer pará completa satisfação deste importante objecto». [6])

O Coronel Curado demorou seis meses nessa comissão, só voltando ao Rio de Janeiro a 7 de Fevereiro de 1800. Entregou, então, ao Vice-Rei o memorial a que adiante nos referiremos, em que faz um estudo completo sobre as possibilidades de defesa do Rio da Prata.

Mas, o objectivo de carácter ostensivo da comissão não foi realizado, dando-se como motivo o receio do ataque de piratas franceses à frota que conduzisse para Lisboa os cabedais de S. M. C., como se verifica da documentação referida, existente no Arquivo Nacional. O Conde de Rezende, em ofício ao Ministro D. Rodrigo de Souza Coutinho, datado de 20 de Abril desse ano, comunica que usou dos meios necessários para satisfazer os vários objectos da comissão, «sendo um deles o segredo e outro o reconhecimento das Forças de Mar e Terra dos Portos do Rio da Prata, indagação tão necessária para a combinação das nossas Forças com as dos Espanhóis».

Encontra-se na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro a «Informação» do Coronel Joaquim Xavier Curado «sobre a povoação e Forças dos Estabelecimentos espanhóis». [7]) Nesse longo e minucioso documento estuda esse oficial a situação de Buenos Aires, de Montevidéo e outras povoações da Banda Oriental, meios de transporte, fortes, baterias e baluartes que defendem essas cidades, sua eficiência e número de peças que os guarnecem. Estende-se longamente sobre o povo dessas cidades, suas inclinações, carácter e pontos vulneráveis. No fim dessa detalhada exposição chega à conclusão de que existem 19.000 homens aptos a pegar em armas, sendo 15.000 em Buenos Aires, 3.000 em Montevidéo e 1.000 em S. Fernando e S. Carlos.

---

6) Arquivo Nacional. Col. 107. *Santa Catarina*, 176-180. (Documentos Anexos. *Primeira missão Curado*), 1799-1800.

7) B. N. Cod. Mss. I, 4, 3, 23. Contém 20 fls. sem data nem assinatura formato 32x24 em papel de linho. Acompanham vários quadros estatísticos sobre forças das povoações, população, embarcações, e distâncias entre essas povoações. Traz as seguintes plantas: Forte de Buenos Aires, Forte de S. José (Montevidéu), Maldorado e Santa Tereza.

Essa «Informação» de que foi remetida cópia a D. Rodrigo de Souza Coutinho e a outros interessados, entre os quais o Governador do Rio Grande de São Pedro, Sebastião X. da Veiga Cabral da Câmara, orientou, naturalmente, um ano depois, os promotores da Conquista das Missões e o avanço para as fronteiras da Banda Oriental, o que anteciparia, provàvelmente, de 15 anos a anexação da Cisplatina, se as operações não fossem sustadas pela notícia do Tratado de Paz de Badajoz.

Complemento natural da anexação dos Sete Povos, que a conquista realiza em 1801, seria o domínio sobre a vasta extensão territorial que morria no estuário do Prata. A trasladação da família real para o Brasil reaviva a idéia expansionista que viria completar, no Sul, aquela conquista.

Chegou o Príncipe D. João ao Rio de Janeiro a 8 de Março de 1808, e ao organizar o seu primeiro ministério no Brasil confiou o regente a D. Rodrigo de Souza Coutinho, mais tarde Conde de Linhares, as pastas de estrangeiros e da guerra. A política expansionista na América, onde se vinha fundar um grande império, tinha no ministro do Príncipe Regente um dos mais decididos e fervorosos apóstolos. Inspirador da conquista das Missões, que fora um fácil episódio da história colonial, sugerira mesmo, em 1803, que «em caso de hostilidades na Europa, se desenvolva no Sul do Brasil «um ataque que possa expelir de toda a margem setentrional do Prata os Espanhóis». [8])

Sete dias depois da chegada da família real ao Rio de Janeiro, isto é, a 15 de Março de 1808, dando-se a uma pressa verdadeiramente notável, D. Rodrigo de Souza Coutinho incumbia novamente ao brigadeiro Joaquim Xavier Curado, de missão idêntica à que já desempenhara no Rio da Prata.

Três objectivos, o primeiro de carácter ostensivo e os dois últimos secretos, eram confiados à argúcia e à inteligência do prestimoso oficial brasileiro. O primeiro dizia com «a continuação do comércio que se está praticando com bandeiras simuladas das duas nações» e pela maior aproximação dos dois países «que se deseja

8) B. N. *Col. Linhares.* I, 29, 13, 22.

continuem em boa harmonia». O segundo seria «tentar os governadores para o fim de unir aqueles países ao Real Domínio, o que seria muito feliz, pois evitaria toda e qualquer ulterior contenda». O terceiro seria «o exame, e conhecimento do verdadeiro voto da nação espanhola e da opinião pública sobre entregarem-se ao governo português e em qualquer caso o conhecimento do estado da Força Pública, em soldados, oficiais e munições, que tem e ocupa o Rio da Prata, pois é muito essencial se desgraçadamente se houver de chegar a vias de facto, que se conheça a força real dos espanhóis sobre todos os pontos do Rio da Prata». [9])

Deu cumprimento o Brigadeiro Curado a essa árdua missão, de que não cabe aqui pormenorizado estudo. O Relatório que apresenta, peça inédita e valiosa existente no Arquivo do Itamarati, é um admirável atestado de sua capacidade de soldado e de diplomata. Estuda a situação do Prata, os seus homens, virtudes e defeitos, traços íntimos de seu carácter o modo de interessá-los a favor da coroa portuguesa, chegando à conclusão de que «entre as dificuldades de obter um consentimento voluntário do povo de Buenos Aires para unir-se com os portugueses», sobrelevavam os seguintes ítens:

«1º — A infinidade de empregados que absorvem todo o produto do Estado e que essa «união» faria perder os proventos de sua subsistência;

2º — O comércio do Rio da Prata sem o Perú não é comparável com o do Rio Grande, e a união, interceptando esse comércio, reduziria a cidade à miséria. Porém, uma cidade de 70.000 almas não pode sujeitar-se voluntàriamente a uma nulidade absoluta;

3º — A classe dos militares que têm altos soldos, e que é muito orgulhosa da supremacia que exerce e que preferirá a luta, pois o resulutado em todo o caso não pode ser outro para eles senão aqueles se lhes ofereça não pelejando;

4º — Mais de 5.000 famílias que vivem dos gastos e desperdí-

---

9) Memória sem data nem assinatura, mas fàcilmente identificável como sendo do brigadeiro Curado, relativa à sua missão ao Prata em 1808. Inédita e desconhecida dos nossos historiadores, encontrava-se entre *Velhos Papéis* relativos ao Prata, no Arquivo do Itamaratí e será reproduzida na íntegra nos *Anais do Itamaratí*, vol. V, em elaboração.

cios dos negociantes, militares e empregados que com a desgraça destes ficarão reduzidas à fome».

Mas, entre as «circunstâncias que poderiam favorecer a união», estava a da existência de «um partido da Independência, francês no fundo, e republicano, porém que pode unir-se aos nossos interesses mudando a idéia da democracia na de um Estado monárquico, separado do Brasil».

O autor da **Memória**, depois de uma larga exposição de motivos, chega à conclusão da inexequibilidade de «uma união voluntária». E faz um esboço de projecto de que resulta, esgotados os meios persuasivos, só restar um recurso: o emprego da Força. Impunha-se, para isto, a «necessidade de fazer ocupar pelo seu exército uma posição que assegure a obediência» dessa província. Com 6.000 homens poder-se-ia «tomar Montevidéo e guardar todo o país compreendido entre Maldonado e arroio da China, até a fronteira de Portugal».

E será esta, oito anos depois, ainda, a solução única para a incorporação da Cisplatina ao Brasil. Consegue-a Lecor mais com sua política de sedução do que com a própria força, abatido o único espírito revel que se levantou com a bandeira da liberdade na mão em defesa da Pátria e dos altos ideais de americanismo, de que foi um dos maiores precursores — D. José Artigas.

Precedeu à conquista das Missões um entendimento prévio com os principais caciques dessa região, cansados já da desorganização administrativa e social desses infelizes povos. Espoliados em seus haveres, trabalhando como escravos, padecendo tormentos e fome, ouviam de seus parentes do Rio Grande, com quem tinham contacto muito assíduo, que sorte melhor lhes estaria reservada sob o domínio português. E era o próprio Vice-Rei, Marquês de Avilez, que, em sua «Relación de Gobierno», reconhecia esse estado de coisas quando informava que «todos se julgam com direito de oprimir (os índios), chegando a tal estado que a parte oriental do Uruguai, que é indiscutìvelmente sua, vão os espanhóis se apoderando dela, porque nestes só reina o espírito de cobiça». [10)]

10) Marquês de Avilez. *Relación de Gobierno*. 1801. B. N. Mss. I, 15, 5, 5.

Noticiando ter empreendido a execução da comissão que recebera, Borges do Canto escreve ao Coronel Patrício, em data de 12 de Agosto: «Respeitavel Sr. axeime em Çaõ Martinho pª adeligencia q' vmce., medetreminou Con Cuarenta Omenis» etc. Em carta de 21 do mesmo mês, dirigindo-se aos corregedores e Cabildos dos Povos, o Coronel Patrício informa que «tendo chegado amª. prezª. por differentes partes avoluntaria saptisfação comq' vomces. ecada hum de seus Povos sequerem sugeitar aobediencia do Principe Regente Fmo. emeu Sor. protestando guardarem fidelidade em união com os Vassalos Portuguezes domesmo Soberano esacudindo o jugo em q' athe opresente se tem concervado debaixo das Leys de S. Mag. C. separando consequentem. esses Dominios da Auctoridade q' nelles tinha aquelle memo. Monarca:» etc., o que induz a crer que houvesse da parte dos Povos um entendimento anterior com o comandante do Rio Pardo. [11]) Noticiando o resultado obtido com a invasão dos Povos, ao Governador Sebastião Xavier da Veiga Cabral da Câmara, Patrício nos abre uma ponta do véu misterioso, em ofício datado de 23 de Agosto: «Correspondendo os meus dezos. ao bom desempenho das emprezas para com toda a gloria, e satisfação comonicar a V. Exa. depoder contar no seo felis Governo com os sette Povos da Ribeira Oriental do Rº. Uruguay rendidos voluntariamente aobdiencia do Principe Regente N. Sr. epor conseguinte sugtos. ao Comando desta Frontrª. q' V. Exa. me confiou. **Não me adiantei Exmoº. Sr. em alterar Ords. de que inda não me achava munido por V. Exª. mas seguindo o Spirito, eobdiencia dellas fiz entrar naquelles Povos os Sugtos.** q' se me aprezentavão para hostilizar oinimigo eseguraram aCavalhada q' fosse possivel pa. o emprego do Rl. Servº. Entre os ditos Sug.tos foi hu delles o Soldº. dezertor do Regmo. do meo Comando Joze Borgs. do Canto q' premeditando na sua ideia, valor, e desembarasso os progectos mais acertados em vantagem dos Dominios, e servº. donosso Augusto Principe e Sr. aventura o favoreceo com a boa proteção q' teve da fiel, **eanciosa vontade com q' estavão aquelles Povos de Sacudirem as Leys, etributario jugo da Sugeição q' prestavão a S. M. C.»** etc.

---

11) Rev. Arq. Hist. R. G. do Sul — 1º — 21.

Os dois períodos que acima grifamos melhor esclarecem as origens dessa conquista. Houve um trabalho prévio de entendimento com os povos para sacudirem o jugo espanhol, o que justifica a facilidade com que foi realizada a tomada das Missões. «O Spirito eobdiencia» das ordens do governador do Continente sugeriam e autorizavam esse procedimento.

Referindo-se a Borges do Canto, acentua Patrício que «elle guiando-se com espirito das minhas ordens soube tambem respeitalas que quando me achava vacilante em algua falta dellas pelo seu discurço as não poder combinar executou deforma, q' athe as fez aumentar no ponto mais elevado, eenteressante ao servº. do Principe N. Sr.»

Quando, mais tarde, em carta de 2 de Fevereiro de 1802, o comandante de Missões, sargento-mor Joaquim Félix da Fonseca, atribui ao Tenente Francisco Barreto o mérito da iniciativa da conquista, o Coronel Patrício, restabelecendo a verdade dos factos, diz que Barreto agiu com as instruções «q' eu lhe havia dado para a mencionada empreza», sendo, entretanto, que a seu zelo e actividade se deve a facilidade com que foi a mesma realizada, «apoiado já da ampla vontade com que aqueles naturais se achavam dispostos para uma rebelião, com a qual procuravam a sua prenaturalidade e insurreição às leis, e obediência da S. M. C. apenas fossem socorridos». 12)

Incumbido de parlamentar com os índios das Missões a passarem para o domínio português, Manuel dos Santos Pedroso nos informa, em sua **Memória**, que, após o ataque que levou à guarda de São Martinho, fazendo retirar os espanhóis que ali se achavam, levou a notícia ao Capitão Comandante, Francisco Barreto, o qual «me ordenou que visto falar eu o idioma guarani me avançasse com os mesmos vinte homens, para os estabelecimentos dos índios das

---

12) *Rev. do Arq. Púb. do Rio Grande do Sul* — Nº 1 — Janeiro, 1921, 21-75. Capistrano de Abreu desconhecia essa documentação quando, em *Capítulos da Hist. Col.* 212, diz que "José Borges do Canto, desertor do Regimento de Dragões, e Manuel dos Santos Pedroso, sem ordem de ninguém, congregaram um troço de aventureiros e atiraram-se contra os Sete Povos do Uruguai".

Missões, afim de os persuadir a que se revoltassem em nosso favor, e serem vassalos portugueses, para o que nós os auxiliaríamos. Passei às estâncias dos Povos de São Lourenço e São Miguel nas quais falei aos índios que, além de me auxiliarem com as cavalgaduras de que precisei, me asseguraram que todos desejavam passar ao Domínio Português, para o que necessitavam o nosso socorro, e participando eles os meus avisos aos seus respectivos Corregedores, escreveram estes, sem demora, ao mesmo Capitão Comandante, assegurando-lhe o desejo e boa vontade que todos tinham do nosso socorro para serem vassalos de Sua Alteza Real». [12a])

Informa «**Noticia abreviada**» que no caminho para Missões «encontrou José Borges do Canto hum indio de seo conhecimento, que fugindo da Espanha, se passava a Portugal: com elle se informou o Canto, e soube o estado das Missões, e que os indios sabendo da guerra, nenhuma dúvida tinhão de dar obediência a Portugal. Capacitou-o Canto, a que voltasse com êle, para persuadir melhor os seus Patriotas a que deixassem o jugo que os opprimia pelo suave governo que elle lhes oferecia. Com effeito, voltou o indio e foram caminhando juntos até quasi à vista da Missão de São Miguel», mandando de madrugada «Canto adeantar o seu Lingua por desvio» para o dito Povo. [13])

Por uma embarcação procedente da Baía, que chegou ao Rio Grande em 15 de Junho de 1801, soube-se que a Espanha havia declarado guerra a Portugal. Sete dias mais tarde um navio de Pernambuco trouxe a confirmação da declaração de guerra, que já havia sido publicada oficialmente naquela cidade. Antes mesmo de ter recebido comunicação oficial, o Tenente-General Governador do Continente Sebastião Xavier da Veiga Cabral da Câmara mandou tornar público, por um edital afixado no Corpo da Guarda, «se reconhecesse por inimiga aquela nação, enquanto não fazia es-

---

12a) *Relação dos Serviços que pratiquei na Conquista dos Sete Povos...* Manuel dos Santos Pedroso — Bibliot. Nacional — I, 31, 26, 2.

13) *Notícia abreviada dos principais sucessos da guerra de* 1801... Col. Linhares, 311 — B. N. Mss. I, 29, 13, 29. Sem nome de autor, mas podendo-se identificar como sendo escrita pelo Dr. José de Saldanha.

sa declaração com as devidas formalidades», [14]) o que dependia do aviso que esperava da Corte.

Pelo espírito incendido de ardor marcial dos rio-grandenses, que não se conformavam com tal estado de coisas, passou célere a idéia de arrancar a zona missioneira da posse dos espanhóis. «Não há palavras com que se explique o alvoroço de todos os habitantes daquela capitania, na esperança de imporem, com as armas na mão, uma demarcação de limites mais vantajosa», informa Gabriel Ribeiro de Almeida. [15])

O Governador da Capitania do Rio Grande providenciou logo no sentido de aparelhar o exército para entrar imediatamente em campanha, apelando para o patriotismo dos rio-grandenses. Indo ao encontro desse chamamento, dentro em breve, de todos os recantos do território, surgiram elementos combatentes, e o «espírito de patriotismo», de que se achavam os continentinos animados, «fez com que, em poucos dias, se vestisse a tropa, pois os que não podiam dar dinheiro davam panos, bois, cavalos, carros, escravos, oferecendo tudo em benefício da tropa e do Estado, e isto continuaram a praticar em toda a guerra». [16])

Organizado o exército, Veiga Cabral da Câmara o dividiu em dois corpos, sob o comando, respectivamente, do Coronel Manuel Marques de Souza e do Tenente-Coronel Patrício José Corrêa da Câmara. O primeiro marchou para a fronteira do Rio Grande e o segundo foi guarnecer a do Rio Pardo. [17])

Antes mesmo do início das hostilidades, várias pessoas se apresentaram às autoridades com o intuito de, à sua custa, organizarem partidas para combater o inimigo. Entre estes salienta-se, como veremos, o estancieiro Manuel dos Santos Pedroso que, com 40 homens, investiu contra a guarda espanhola de São Martinho, tomando-a depois de ligeira escaramuça.

---

14) *Notícia abreviada dos principais sucessos da guerra de* 1801... — B. N. Mss. I, 29, 13, 29. Publ. em Varnhagen — V vol. em nota do Dr. R. Garcia.

15) *Memória sobre a tomada dos Sete Povos de Missões.* Gabriel Ribeiro de Almeida. Hemetério Velloso. *As Missões Orientais.* 87. Porto Alegre, 1910. Rev. Inst. Hist. Bras. T. VII-1.

16) Gabriel R. de Almeida. *Memória,* cit. 4.

17) Idem, ibidem.

«José Borges do Canto e eu, com 40 homens, fizemos a grande conquista dos Sete Povos de Missões», diz Gabriel Ribeiro de Almeida. Sabendo que havia perdão geral aos desertores, se apresentou (Canto) ao Tenente-Coronel Patrício José Corrêa da Camara, e pediu licença para sair a fazer alguma hostilidade ao inimigo e, obtida que foi esta, saiu por entre as fazendas, convocando alguns seus conhecidos, e encorporou consigo 14 homens» [18]) a que se agregaram outros, completando o número de 40.

A primeira etapa foi longa e penosa. Dez léguas de percurso, sob o rigor de um frio intenso e, à calada da noite, de inopino, caíram esses valentes sobre a guarda de S. Pedro, comandada por um oficial espanhol, que tinha às suas ordens trinta índios. Desbaratados os inimigos, o posto foi tomado pela força de Canto.

Sobre ser o mais preparado e inteligente de todos, Gabriel Ribeiro aliava a essas qualidades a vantagem de conhecer perfeitamente a língua guarani. Borges do Canto, com desprendimento digno de nota. investe este companheiro do comando da expedição, combinando se consultassem mùtuamente sobre as dificuldades que surgissem de momento.

Depois de surpreenderem e tomarem alguns redutos fortificados, Santo Inácio e São João Mirim, este último comandado por D. José Manoel de las Canas, que nesta acção perdeu quatorze homens dos 100 castelhanos e 300 índios que guarneciam a praça, conseguiram Canto e Gabriel que estes índios se lhes juntassem, e com esse reforço se dirigiram para S. Miguel, a velha capital das Missões, a que puseram sítio em 8 de Agosto.

«Cinco dias depois que tinha principiado o sítio, capitulou o Tenente Governador [19]), saindo ele e a guarnição da praça com as honras de guerra, levando a artilharia, armamento e equipagens; mas o cabo português se empenhava, principalmente, em apoderar-se do armamento e dos armazens, nos quais ainda achou cento e sessenta espingardas, nove pistolas, um parque de dez peças de calibre um e trez, cento e noventa lanças, etc. Óptima

18) Idem, ibidem, 6.
19) D. Francisco Rodrigo.

aquisição nessa circunstância. Isso se passava em 13 de Agosto de 1801». [20])

«Ao formalizar os artigos da capitulação», diz Ayres de Cazal, «ficou perplexo o comandante, quando Canto, perguntado pela graduação de sua patente, lhe respondeu que era o menor soldado da tropa portuguesa». [21])

Depois da tomada de São Miguel, Canto, como já o fizera anteriormente, deu parte dos acontecimentos ao capitão Francisco Barreto Pereira Pinto e ao tenente-coronel Patrício, pedindo reforços que eram necessários ao prosseguimento da acção. [22])

Atendendo prontamente à solicitação, o comandante Corrêa da Câmara determinou, em 21 de Agosto, que seguisse para Missões, com valiosos socorros, o Sargento-Mor de Dragões José de Castro Morais e o Capitão José Anchieta de Mendonça, comandante da Cavalaria Auxiliar (milicianos), de Cachoeira. Comandando um esquadrão de oitenta homens, marchou com o mesmo destino o valente Francisco Carvalho da Silva que, com seus irmãos Felipe Carvalho e Luiz Carvalho, todos filhos de Cachoeira, teriam larga actuação na conquista e acontecimentos posteriores que se desenrolaram nas Missões.

Antes mesmo da chegada dessas forças mandadas pelo Tenente-Coronel Patrício, Canto e Almeida, com admirável actividade, tinham acrescentado à já valiosa folha de serviços a conquista de outros Povos.

Gabriel Ribeiro, com vinte homens, tomara posse dos Povos de São Lourenço, São João, São Luís Gonzaga e Santo Ângelo, nos quais arrecadou grande cópia de armamento e munições, estandartes dos cabildos, troféus estes que mais tarde, pessoalmente, entregou ao Governador do Continente.

Com a partida de quarenta homens que comandava, entrara

---

20) J. P. Gay. *Rep. Jes.* cit. 276.

21) Ayres de Cazal. *Corografia Brasílica.* Vol. I, 173.

22) Diz Hemetério V. da Silveira. *Miss. Orien.* n. 3. 94, que "foi baldado esse apelo, pois o chefe português não se capacitava de que esses aventureiros voltassem com vida dessa empresa". Destroem essa asserção documentos existentes no Arquivo Público do R. G. do Sul, pelos quais se vê que Patrício, oito dias depois da tomada de S. Miguel, mandou forças de Cachoeira para Missões.

nessa ocasião em Missões o Capitão Manuel dos Santos Pedroso. Sabendo este que Canto havia aceitado a capitulação do Comandante espanhol de São Miguel, que saira da praça com as honras de guerra, pôs-se com a sua gente de alcateia e, surpreendendo o ex-governador da Província de Missões, desbaratou a força que levava, aprisionando-o. Os valores conduzidos pelo comandante espanhol foram distribuídos pelos soldados de Pedroso. [23]) Em seguida, marchou este para S. Miguel, onde já estavam os reforços capitaneados pelo Sargento-Mor José de Castro Morais e Canto, aquartelados com seus homens.

Ecoou mal entre aqueles valentes a insólita acção de Pedroso. O Capitão Manoel Carneiro da Fontoura e o Tenente-Francisco Carvalho conseguiram, entretanto, fossem devolvidos ao ex-governador os objectos que lhes haviam sido tirados pelos soldados do cabo de guerra miliciano.

Com a chegada a S. Miguel do Sargento-Mor Castro Morais, que assumiu o comando das forças ali estacionadas e a direcção do governo militar, começaram, dentro em breve, pequenos dissídios entre os conquistadores e esse comandante. Almeida formula amargas queixas contra Morais, que quisera empanar o brilho da empresa e escurecer o valor dos serviços prestados por Canto e seus companheiros. O Sargento-Mor, «lembrando-se de ser Canto soldado de seu regimento, quis puxá-lo para o esquadrão e tirá-lo do comando daquela conquista», informa Gabriel Ribeiro. Em vista dessa atitude injustificável do Comandante, Canto quis reagir a mão armada, mas Gabriel, previdente, obstou o golpe, seguindo para Porto Alegre, onde foi inteirar o governo do Continente dos serviços relevantes prestados pelo ex-soldado desertor.

Levava também uma carta do ex-governador castelhano, preso por Pedroso, na qual aquele se queixava amargamente do modo por que se conduzira o chefe miliciano, não respeitando as condições da capitulação aceitas por Canto.

---

23) "Retirando-se os capituladores", diz Ayres de Cazal, *Cor. Bras.*, experimentaram o infortúnio de cair nas mãos de outra partida semelhante, que os aprisionou com tudo o que se lhes concedera; por mais que o comandante protestasse pelo cumprimento da capitulação".

Ciente do que se passava, Veiga Cabral nomeou a José Borges do Canto, Capitão de milícias, a Gabriel Ribeiro de Almeida Tenente da mesma companhia, determinando que fosse escolhido Alferes o que, entre os companheiros de Canto, tivesse maior soma de serviços de guerra. Foi eleito para esse posto Francisco Gomes de Matos que, mais tarde, é promovido a capitão de milícias.

Pedroso foi mandado recolher preso a Porto Alegre pelo procedimento que tivera para com D. Francisco Rodrigo, sendo, mais tarde, nomeado capitão de milícias.

A conquista tinha sido relativamente fácil. O heroismo dos aventureiros de Canto suprira a deficiência do número resumido de valentes que haviam integrado ao território brasileiro a vasta Província de Missões.

Entre os poucos oficiais espanhóis que reagiram, não se conformando com o facto consumado, tem notável destaque o valente Rúbio Dulce, Tenente das forças castelhanas, que deu ensejo a podermos hoje registar alguns feitos heróicos.

Em fins de Agosto de 1801, o Tenente Francisco Carvalho da Silva, que fazia parte das forças de Cachoeira, com nove companheiros, desalojou os inimigos do Passo da Cruz, em que tinham uma guarnição de 150 praças, comandadas pelo tenente Rúbio Dulce. Completamente batidos, debandaram os espanhóis, deixando como presa dos nossos 414 cavalos mansos. Francisco Carvalho teve um soldado ferido. Voltando, mais tarde, o esforçado tenente castelhano, com dois saveiros, cada um com oitenta praças, para atacar o passo de S. Borja, encontrou ainda pela frente o bravo Francisco Carvalho que, com 30 companheiros, lhe opôs tenaz resistência. Sabendo, ainda, o intrépido miliciano que Rúbio Dulce forçara o passo de Butuí, foi encontrá-lo em retirada no passo de Itacuim e atacou-o de madrugada, derrotando-o. Rúbio Dulce teve de lamentar a morte de sete de seus soldados e onze feridos. Dos nossos ficaram um morto e outro levemente ferido. [24])

Coube ao Tenente Felipe Carvalho da Silva a glória de ter sido o comandante da partida que deu o último combate pondo fim à

---

24) Visconde de São Leopoldo, *Anais da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul*.

conquista das Missões. Em 23 de Novembro de 1801, [25]) com 30 praças, desbaratou uma partida de Rúbio Dulce, que perdeu sete homens. Os brasileiros tiveram um homem morto e vários feridos. Acudindo o Capitão José Borges do Canto, Tenente Gabriel Ribeiro de Almeida e outros oficiais elevaram a pequena força a 110 homens e esperaram o embate de Rúbio, que reconstituira sua partida.

«Às dez horas da manhã», diz Souza Docca, [26]) «foi o combate iniciado pelos nossos que, em número de 40, às ordens do Tenente Gabriel Ribeiro de Almeida atacaram o flanco esquerdo do inimigo, que foi ao mesmo tempo atacado pela frente, por frações de forças rio-grandenses, às ordens dos Alferes João Machado e André Ferreira e pelo flanco direito por 30 cavalarianos ao mando dos Alferes Felipe Carvalho, Manoel Carvalho e João António da Silveira».

Fugindo à impetuosidade do ataque, deixaram os castelhanos no campo da luta 60 mortos, 73 prisioneiros, 200 armas de fogo, espadas e grande cópia de munição. Os rio-grandenses tiveram três mortos e quatro feridos. E assim terminou a conquista das Missões.

2. Os Conquistadores.

Tendo por inspirador o Tenente-Coronel Patrício José Corrêa da Câmara que, à sazão, comandava o Regimento de Dragões, no Rio Pardo, a conquista das Missões é levada a efeito por partidas irregulares de civis a que se agregam alguns milicianos. «Homens campeões», os cognomina o governador Francisco João Róscio, ao apreciar os feitos de José Borges do Canto e Manuel dos Santos Pedroso, que são as figuras centrais da façanhuda empresa. «Os soldados, tanto pagos como auxiliares, acrescenta, representam uma coragem extraordinária; vão contentes avistar-se com o inimigo, mas há falta de quem os comande com acerto». [1]) Daí o valor

---

25) V.S. Leopoldo. *Ann.* cit.
26) *Conquista das Missões.* Último Combate. Almanaque, 1914.
1) Arquivo Nacional. *Correspondência dos governadores do R. G. do Sul.* Vol. XIV, (1803-1806). Ofício do governador F. J. Roscio.

desses «homens campeões», obscuros heróis que, nos momentos de exaltação patriótica, coordenam as energias vitais do povo e se sobrepõem às tropas regulares. É para que, em todo o tempo, constassem notícias de seus feitos, fez Róscio «com que todos os principais conquistadores de Missões escrevessem ou ditassem memórias circunstanciadas delas». [2])

Mas, não obstante essas páginas que ficam assinalando uma

---

2) Arquivo Nacional. Col. 104 — *Corresp. dos Gov. do Rio G. do Sul.* Vol. 13º 1801, fls. 164 seg. Constam dessa Col. as seguintes *Memórias*, ditadas ou escritas pelos conquistadores:

1ª "Relação dos acontecimentos mais notáveis da Guerra próximo passada, na entrada e conquista dos Sete Povos de Missões Orientais do Rio Uruguai, por José Borges do Canto e Manuel dos Santos Pedroso". Datada de Porto Alegre, 8 de Maio de 1802. De *José Borges do Canto*, com o cf. de F. J. Róscio. Publ. no Vol. 77, 2ª P. Rev. Inst. Hist. Bras.

2ª "Relação dos serviços que pratiquei na Conquista dos Sete Povos Guaranís das Missões Orientais do Uruguai, desde o princípio até o fim da guerra próximo passada". Datada de Porto Alegre, 9 de Setembro de 1802. (Ass.) *Manuel dos Santos Pedroso*. Cf. de F. J. Róscio.

3ª "Instrução dos ataques mais notáveis que na próxima pretérita guerra foram praticados no Departamento de Missões na Costa do Uruguai, e Povo de São Borges, entre o Espanhol e Portugueses, oferecido ao Brigadeiro governador interino Francisco João Róscio, pelo tenente de Auxiliares Francisco Carvalho da Silva, efetivo comandante da Partida Portuguesa que actualmente cruzava aquele campo, depois da retirada dos capitães". Sem data, (ass.) Tenente *Francisco Carvalho da Silva*.

4ª "Noticia abreviada dos principais sucessos da Guerra de 1801, na campanha do Rio Grande de São Pedro, na América Meridional". Esta Memória, sem data nem assinatura, consta também da mesma Colecção referida, havendo cópia na B. N. (I, 29, 13, 29) e foi publicada modernamente pelo Dr. Rodolfo Garcia em nota ao 5º vol. da *Hist. Geral*, de Varnhagen. Parece se poder identificar como de autoria do Dr. José Saldanha, não só pelo estilo como prinpalmente pelas notas que, com as mesmas palavras, ocorrem no *Diário Resumido*. *Anais* da B. N. cit.

5ª A Memória mais interessante é, sem dúvida, a de Gabriel Ribeiro de Almeida, escrita em Lisboa em 18 de Setembro de 1806 e oferecida ao Príncipe Regente, a quem queria fazer patente os seus e os serviços de seus companheiros, já espoliados da própria glória de seus feitos. Foi publicada pelo Inst. Hist. Bras. Vol. V. Fasc. 17, de Abril de 1843, pág. 3, do original existente no Instituto. (Cat. Hist. 10.823) Intitula-se: "Memória da tomada dos Sete Povos de Missões da América de Espanha, que hoje se acham anexos aos Domínios do Príncipe Regente de Portugal. Nosso Senhor; escrita em Lisboa, no ano de 1806, por Gabriel Ribeiro de Almeida".

Os volumes 13 e 14 da *Corresp. dos Govern.* trazem ainda, além das

época, em que se sucedem acções gloriosas e acontecimentos transcendentais que desviam o curso da história do Brasil, ficam esses pobres «homens campeões» relegados ao esquecimento, e tão mal conhecidos que um dos nossos historiadores clássicos, referindo-se a Canto, tem dúvidas quanto ao seu próprio nome. [3])

Traçar-lhe o perfil, inédito ainda, é obra que tenta a quem se propõe estudar as Missões Orientais que esses precursores heróicos integraram ao Brasil, num dos gestos mais audaciosos que registam as crónicas antigas, José Borges do Canto, Manuel dos Santos Pedroso, Gabriel Ribeiro de Almeida e Francisco Carvalho da Silva, principais executores da empresa e outros de menor projecção histórica, cujos nomes ressaltam dessas páginas, ficarão aqui, neste rápido esboço biográfico, ressurgindo, mais gloriosos ainda, da obscuridade em que largo tempo jazeram.

a) JOSÉ BORGES DO CANTO

Nasceu José Borges do Canto no Rio Pardo, sendo baptizado, na igreja matriz dessa vila, aos 17 de Fevereiro de 1775, como consta do respectivo assento. [4]) Foram seus pais Francisco Borges do Canto, natural da ilha de São Miguel, Açores, e Eugênia Francisca de Souza, natural da Colónia do Sacramento, sendo aquele filho legítimo de José Caetano Pereira, também natural da ilha de São Miguel, filho legítimo de João Botelho e Josefa do Canto,

---

memórias citadas, larga cópia de documentos, informações e partes relativos à Campanha de Missões, tão pouco ainda estudada pelos nossos historiadores.

3) Rocha Pombo. *História do Brasil.* Vol. VI, 564 n. 1.

4) Liv. 3º de Baptismos do Rio Pardo. (1774-1783) Bispado de Santa Maria. Fls. 12. "JOSÉ — Aos dezessete dias do mês de Fevereiro de mil setecentos e setenta e cinco, nesta Matriz de Nossa Senhora do Rosário do Rio Pardo, Bispado do Rio de Janeiro; baptizei e pus os Santos Óleos a José filho legítimo de Francisco do Canto natural da cidade e ilha de São Miguel, bispado de Angra: e de sua mulher Eugénia Francisca, natural e baptizada na freguesia da Vila de São Pedro do Rio Grande do Sul, neto pela parte paterna de José Caetano e de sua mulher Eugenia Maria, e não ouve mais notícias. E forão padrinhos José Bernardes de Meireles e sua mulher Josefa Maria de Aguiar, por seus procuradores por procuração que me apresentaram Manuel Inácio Bessa e Eugênia Maria todos... moradores nesta freguesia e para constar fiz êste assento, que assino. O Padre *José Antonio de Mesquita*".

ilhéus, que foi casado com Maria Eugênia de Figueiredo, natural de Lisboa. Além de Francisco, teve o casal de José Caetano Pereira, na Laguna, de onde se transportou para Rio Pardo, vários filhos, entre os quais se destacam Joaquina Perpétua, que casou no Rio Pardo com o português Alexandre Manuel da Cunha, tronco da família Cunha e Souza; Josefa Bernarda, casada com José Bernardo de Meireles; Miguel Inácio do Canto que, casado com Catarina da Câmara Corte Real, é tronco da família Câmara Canto; João Inácio do Canto, casado com Francisca Rosa Gomes, que são pais do Padre-mestre João de Santa Bárbara (João Inácio Pereira) notável professor e primeiro deputado rio-grandense às Cortes Constituintes, e de Ana Joaquina Gomes, casada com António Gonçalves Borges, avós maternos do Dr. António Augusto Borges de Medeiros que foi presidente do Estado do Rio Grande do Sul. [5])

Quando, em 1777, o brigadeiro José Casimiro Roncali, comandante do Rio Pardo, autorizou fossem os campos que se estendiam ao Sul do Jacuí éntre Pequerí, Capané e Irapuá, no actual município de Cachoeira, ocupados por indivíduos que quisessem dedicar-se à criação de gados, entre outros apresentou-se àquele comandante Francisco Borges do Canto, que tomou posse de uma sesmaria, junto ao Capané. Esse campo em que se construiram casa de moradia, currais, lavouras e mais bemfeitorias, tinha duas léguas de comprimento por uma de largura, e foi-lhe concedido por despacho de José Marcelino, de 3 de Abril de 1780. Nessa estância, tinha Francisco do Canto, em 1784, para mais de 650 animais de cria. Vendeu, mais tarde, essa propriedade a Francisco de Oliveira Porto, retirando-se para Rio Pardo, em cuja povoação tinha casa, residindo aí em 1801. [6])

Em Viamão casou Francisco Borges do Canto com Eugénia Fancisca de Souza, nascida na Colónia do Sacramento e filha legítima de José da Costa Luís, natural do Valongo, bispado de Lamego, filho legítimo de Manuel Luís e Izabel Simões, e de sua mulher Inocência Francisca Pereira, filha legítima de Silvestre Do-

---

5) V. Public. Arquivo Nacional. Vol. XXXI, pág. 529. Notas de Aurélio Porto ao "Processo dos Farrapos". Rio, 1935.

6) Distribuição de terras. *Correspondência dos Governadores.* Arq. Nac. cit. Arq. Hist. R. G. do Sul. *Terras.*

mingues, português, e de sua mulher Antónia Pereira, da Colônia do Sacramento. Teve o casal de Borges do Canto, além de José, mais os filhos: Rosaura Francisca, que foi casada com Manuel José de Azevedo e por morte deste com Plácido Rodrigues Souto; Bernardo José do Canto, Francisco Margarida, casada com José Maria da Silveira Peixoto; Joaquina Francisca, casada com Joaquim José Ferreira Guimarães; Esméria, casada, com José Luís da Silva; Francisco Borges do Canto, nascido em 1782, mais tarde estancieiro em São Borja; [7]) João Borges do Canto, nascido em 1785; Manuel Borges do Canto, nascido em 1786; Vicente Borges do Canto, nascido em 1789; Manuel, Ana e Maria Francisca, casada com Albino Francisco de Bem, cujos filhos Gaspar, Belchior e Baltazar, constituiram ramos da família Bem, muito conhecida no Estado. [8]) Faleceu Eugênia Francisca no Rio Pardo em 1801, tendo, no ano seguinte, Borges do Canto convolado a segundas núpcias com Feliciana Rosa de Jesus, de cujo matrimônio houve uma filha: Alexandrina. Faleceu Francisco Borges do Canto, no Rio Pardo, em 1809. [9])

Como a maior parte dos rapazes de seu tempo, José Borges do Canto não tivera, pela escassez de meios educativos, nem sequer uma instrução rudimentar. Diz mesmo Gabriel Ribeiro que

---

7) O Dr. Alfredo Varela (*Duas grandes intrigas* — II, 162) referindo-se a Francisco Borges do Canto que, em São Borja, no ano de 1829, presidira uma assembleia convocada pelo general Frutuoso Rivera, para "efetuar o solene ato declaratório de separação e reptura com o Brasil", da Província das Missões, estranha que presidisse os trabalhos do congresso "pessoa cujo nome é idêntico ao de um dos famosos conquistadores da zona que se destacava de nós". Era o próprio irmão do conquistador que, com um grupo de brasileiros, como se dirá aderira a Rivera, na luta para a emancipação da futura República Oriental do Uruguai, a que pretendia anexar as Missões. Francisco devia sua situação de estancieiro, em São Borja, ao próprio irmão que, "com seus companheiros conquistadores, tinham sido remunerados por S. M. Fidelíssima que lhes mandou o título do grande rincão chamado Camaquã, sito entre o rio do mesmo nome, o Uruguai e o Piratini, até às estâncias que pertenciam aos Povos Orientais, "mais tarde 3º distrito de São Borja, como refere J. P. Gay — *Rep. Jes.* 279. Por morte de Canto essas terras passaram a seu irmão Francisco.

8) Inventário de Eugênia Francisco. Arq. Públ. R. G. do Sul, 1801.

9) Inventário de F. B. do Canto. Rio Pardo, idem. 1909. Assentos ecles. do Rio Pardo. Bisp. de Santa Maria.

«nem ler nem escrever sabia», [10]) o que parece não se confirmar, pois existe de seu próprio punho a carta autógrafa, cujo fac-simile publicamos. Entretanto, releva notar que a **Memória** por ele ditada e conferida pelo Brigadeiro Róscio traz a sua assinatura de cruz. A primeira notícia que se tem do futuro conquistador de Missões data de 1791, quando deveria ter 16 anos. [11]) Seu nome consta, nessa data, da plana da 8ª Companhia do Regimento de Dragões, do Rio Pardo como soldado da mesma. [12]) Pouco tempo, porém, aí serviu, pois, dois anos depois, desaparece seu nome das relações de praças dessa companhia, por ter desertado para as campanhas do Rio Grande. «Viveu, diz Gabriel Ribeiro, muitos anos naquela vasta campanha, povoada de gentios charrúas e minuanos, couto e refúgio de criminosos de ambas as nações. O dito José do Canto ora entrava na capitania do Rio Grande de São Pedro, donde era natural, ora nas terras dos espanhóis, a traficar contrabandos: em uma e outra parte passeava oculto, pois se tinha feito célebre com a sua vida extravagante e odiosa a ambas as nações». [13]) E mais adiante, completando o perfil de Canto, acrescenta o cronista: «Eu e meus camaradas bem conhecíamos a José do Canto, que era homem intrépido e valoroso; porém, há muitos anos, desertor, e por consequência indisciplinado, não sabia do terreno, ignorava a língua, embaraçado em manobra, e era destes homens determinados, mas sem deliberação em ação; contudo a fama que tinha adquirido nas suas extravagâncias fez com que o preferíssimos no comando, porque tambem não tínhamos assaz conhecimento de suas qualidades, pois, nem ler, nem escrever sabia, e assim o tenente [14]) e eu não duvidamos ceder-lhe, para evitar desordens, e ultimar o fim de nossa carreira». [15])

Muito comuns eram as deserções nesse tempo. As planas das companhias de Dragões estão cheias de observações nesse sentido.

10) *Memória* cit. 12.
11) Consta do inventário de 1801 ter 26 anos, e na *Memória* citada (Sald.) se diz "que entre os desertores veio Canto, rapaz de 26 anos".
12) Arq. Hist. R. G. do Sul. Reg. de Dragões. *Planas de Companhias*. 1791.
13) *Memória*, cit. 5.
14) António de Almeida Lara, paulista, parente de Gabriel Ribeiro.
15) *Memória*, cit. 12.

Tentava-os a vida aventurosa das fronteiras, onde dominavam os indios minuanos, em cujos toldos eram acolhidos indistintamente portugueses e espanhóis. O contrabando de gado, ou a extração de seus sub-produtos, isto é, couro, língua, graxa, etc. constituia rendoso negócio de contrabando. O fumo, a erva-mate, a aguardente eram outros artigos apreciadíssimos, de que se fazia largo comércio. Companheiro de Canto, na 8ª Companhia do Regimento, o porta-estandarte Alexandre Luís de Queiroz e Vasconcelos, cuja bravura vai até a raias inconcebíveis, nas suas revoltas contínuas, assinala a primeira deserção em Janeiro de 1796. [16]) Longa a nominata desses desertores, em todos os tempos coloniais. Movidos por interesses, pela misteriosa aventura da vida heróica das Campanhas, entre índios e lutas; por ideologias em formação; seguindo, nas auroras do pan-americanismo, os pendões revéis de Artigas, ou contribuindo com Lavalleja e Rivera, para a formação da Banda Oriental, sob a forma republicana, encontram-se dezenas de nomes de rio-grandenses entre esses desertores. E até o velho autor da **Memória**, esse admirável Gabriel Ribeiro de Almeira, inteligente, patriota, que fora a alma da Conquista das Missões, um dia, seduzido pela liberdade, que via surgir das promessas de Artigas, pela confraternização dos povos americanos, deserta também a sua bandeira e vai-se incorporar às hostes livres do caudilho...

Em suas correrias de contrabandista, nas campanhas, assinala-se Canto entre os **gaúches**, de que nos fala o Dr. José de Saldanha. [17]) Em 17 de Dezembro de 1797 o comandante do Regimento de Dragões faz baixar uma portaria, mandando levantar a nota de deserção de José Borges do Canto, por ter-se apresentado voluntàriamente ao mesmo Regimento, sendo incorporado à 1ª Companhia, sob o comando do sargento-mor José de Castro Morais. [18])

---

16) Aurélio Porto. *Processo dos Farrapos.* Notas. Publ. Arq. Nac. Vol. XXIX, pág. 510.

17) *Diário Resumido,* cit. 181 — *"Gaúches"* — palavra espanhola, usada neste país para expressar os vagabundos, ou ladrões do campo, quais vaqueiros, costumados a matar os touros chimarrões e sacar-lhes os couros e a levá-los ocultamente às povoações, para a sua venda ou troca por outros gêneros." *Gaudérios,* em outros documentos.

18) Arq. Hist. Rio Grande do Sul. Pasta cit. 1791.

E fossem os maus tratos recebidos no quartel, ou a sua própria insubordinação e costumes não mais afeitos à vida disciplinar da tropa, certo é que meses depois José Borges do Canto desertava de novo, reunindo-se aos seus antigos companheiros de aventuras nas largas fronteiras de Espanha. Viveu, assim, mais três anos até que um acontecimento de ordem afectiva o trouxe ao Rio Pardo, onde vivia oculto e disfarçado. Sua mãe, D. Eugênia Francisca, enfermando gravemente, faleceu em Janeiro de 1801. [19]) E Canto ainda se encontrava nessa vila quando, ante a ameaça de guerra, faz-se públicar o decreto de anistia aos desertores, datado de 27 de Fevereiro de 1801.

Diz a tradição oral, recolhida de recordações de família, que o tenente-coronel Patrício Corrêa da Câmara, conhecendo a vida extravagante de Canto, mandara-o chamar à própria casa, insinuando-lhe o meio de se tornar célebre nas diversões que poderia fazer nas Missões, se bem que não julgasse possível a conquista integral daquele território. Não assumia, porém, a responsabilidade daquela empresa. José Borges do Canto, sem auxílio oficial, com os meios próprios de que pudesse dispor, intentaria a empresa. Sòmente lhe daria certa quantidade de pólvora, balas e armas.

E' significativo o facto de no título de herdeiros do inventário procedido por morte de sua mãe, D. Eugênia Francisca de Figueiredo, iniciado em 19 de Agosto de 1801, figurar já «o capitão José Borges do Canto, soldado de Dragões», seis dias depois da tomada de São Miguel (13 de Agosto), o que faz presumir que Patrício antecipadamente houvera-lhe conferido esse posto de comando, para a organização dos elementos de que se serviria.

Antes da declaração oficial da guerra, que só chega ao Rio Grande em 16 de Agosto, já em 15 de Junho, por notícias particulares, vindas da Baía, era conhecida a quebra da paz com a coroa de Espanha. Agia, pois, Patrício, antes da comunicação oficial, atirando para os ombros de Canto as responsabilidades da facção. Recebidas as instruções do comandante, seguiu Canto imediatamente para a campanha de Cachoeira, em cujas estâncias tinha

19) Arq. Publ. R. G. do Sul. Invent. de Eugênia Francisca. Rio Pardo. 1801.

companheiros dedicados e, possìvelmente, sócios em suas arreadas de gado e tráfico de contrabando. Congregou aí um pugilo de homens valentes e dispostos, formando logo um pequeno destacamento de 13 cavalarianos, de que assumiu o comando. Foram esses companheiros, que o autor das **Missões Orientais** conseguiu identificar: João do Cabo Frias, mais tarde capitão; José Gomes Centurião, José Joaquim Barbosa, António Lopes Pacheco, José Joaquim Domingues, [20]) Raimundo Santiago, José da Silva Ávila, Francisco Fernandes, Joaquim Ferreira Machado, Januário Barbosa, e Manuel Gomes Leite de Siqueira. [21]) Faltam nessa relação mais dois que pudemos identificar em declarações que fizeram de terem sido companheiros de Canto, desde a primeira hora: Francisco Gomes de Matos e José Agostinho dos Santos. [22])

Em caminho para São Martinho se encontra Canto com o tenente de capitania de São Paulo António de Almeida Lara «que por seu negócio vivia naquela capitania», e que trazia consigo 12 homens. Dizendo-lhe o conquistador qual a intenção que levava, Lara se lhe incorporou com sua gente, chegando assim a São Martinho, entrada das Missões, onde havia uma guarda sob as ordens do alferes André Ferreira de Andrade [23]) pertencente ao destacamento de que era comandante o capitão Francisco Barreto Pereira Pinto, composto de milicianos. Estava nessa guarda como furriel

---

20) José Joaquim Domingues nasceu no Rio Pardo, em 21 de Março de 1774, sendo filho legítimo de Euzébio Domingues da Silva, natural de São Paulo, e de sua mulher Josefa Maria, nascida em Viamão. Neto pat. de João da Silva Ribeiro e de sua mulher Mariana Domingues e n. m. de Manuel Caetano da Fonseca e s-m. Ana Maria Branca, todos de São Paulo. Casado com Ana Antónia da Silveira, filha do Tenente João António da Silveira, outro herói das Missões, teve vários filhos, entre os quais Prudenciana Maria Branca, casada com João da Fonseca e Souza, natural de Minas, e foram pais de Josefina Felisbina da Fonseca, casada com o Sargento-mor José Plácido de Castro. Filho desse casal é o Capitão Prudente da Fonseca e Castro que, casado em segundas núpcias com D. Zeferina de Oliveira, são os pais de outro heróico conquistador rio-grandense, o coronel José Plácido de Castro, o integrador do Acre.

21) Hemetério Veloso. *As Missões Orientais*, 310.

22) Arq. Hist. R. G. do Sul. *Requerimentos*. 1800.

23) André Ferreira de Andrade, pai de Vicente Ferreira de Andrade, o *Andrade da Tipografia*, que teve grande actuação na Revolução *Farroupilha*. V. Public. Arq. Nac. Vol. XXX. *O Colono Alemão*. Aurélio Porto. Rio. 1934, 59.

da mesma Gabriel Ribeiro de Almeida que, seduzido pela aventura, resolveu com mais seis homens de seu comando integrar-se àquela força. No dia 3 de Agosto, saindo de São Martinho com destino às Missões, encontraram «8 homens, comandados por António dos Santos, que andavam explorando a campanha, e unindo-se também a nós, com estes completaram 40 homens de armas, com as quais se fez a conquista que vou descrevendo», diz Gabriel Ribeiro.

Historiadas ficam as etapas principais dessa marcha vitoriosa de Canto, «que achou os índios muito favoráveis, oferecendo cavalos, mantimentos e suas próprias pessoas». [24]) Tomado São João-mirim por Gabriel Ribeiro, ali também os índios seguiram em companhia dos invasores, e, assim, quando marchou para a capital, que era o Povo de São Miguel, onde estava D. Francisco Rodrigo, tenente de governador espanhol das Missões, contava o cabo rio-grandense com número superior a 300 índios, engrossando a sua força.

No dia 10 de Agosto, refere Canto em sua Memória: «fiz montar a cavalo 400 índios, à frente dos quais marchei com a nossa Partida uma pequena distância e mandei intimar por escrito ao sobredito tenente de governador que se evacuasse quanto antes o Povo eu lhe admitiria uma favorável capitulação, e que, do contrário, sofreria o rigor da guerra; respondeu-me que se lhe concedesse três dias para resolver no que convinha. Ao seguinte dia encarreguei ao furriel Gabriel Ribeiro de patrulhar com 10 homens para a estrada de São Lourenço em cuja diligência aprisionou um correio mandado pelo governador de Missões, para o referido tenente de governador; ao qual recomendava em uma carta, fizesse toda a diligência por se defender, entretanto que ele próprio governador o socorria com a maior brevidade. Com esta nota enviei as cartas ao tenente de governador fazendo-lhe saber que eu não podia já convir na espera dos três dias e que se não capitulasse sem demora, o atacava; respondeu-me que logo na manhã do dia seguinte me remeteria as condições da capitulação, pedindo-me que o não atacasse antes». [25])

24) *Memórias* de Canto, cit. Arq. Nac. Col. 104, Corresp. Vol. 13ª, 164.
25) Idem, ibidem.

No dia 15, depois da retirada de D. Francisco Rodrigo, com 160 espanhóis, armamento e petrechos de guerra, conforme os ítens da capitulação, fez Canto saber aos Povos circunvizinhos de São João e Santo Ângelo que se deviam submeter à obediência de S. A. Real, o que aceitaram sem repugnância.

Ante esses sucessos de Canto, que recebe também a ajuda de Manuel dos Santos Pedroso, o capitão Francisco Barreto comandante de São Martinho, manda «um dos cadetes seus filhos», [26]) com um capitão de cavalaria miliciana, [27]) que com 15 homens se juntassem ao comandante e seguissem as suas disposições». Foram estes mandados ao Povo de São Borja que também se entregou. Em fins de Agosto dá-se a heróica resistência de Rúbio Dulce, mas a conquista das Missões estava pràticamente feita e incorporada ao Rio Grande do Sul uma das maiores partes de seu território.

José Borges do Canto, que a realizara, sofre perseguições e injustiças. O major de dragões José de Castro Morais, «que olhava tudo com refinada política, estudando os meios de escurecer os nossos serviços, diz Gabriel Ribeiro, e lembrando-se ser o Canto soldado de seu Regimento, quis puxá-lo ao esquadrão e tirá-lo do comando daquela conquista, não fazendo apreço dos nossos serviços». Canto quis reagir e se não fora Gabriel Ribeiro, que interveio na ocasião, dar-se-ia um conflito de consequências imprevisíveis.

Para dar conhecimento ao governador, da conquista realizada, Gabriel vaí ao Rio Grande, onde estava Cabral da Câmara que, reconhecendo o valor e os serviços daqueles bravos, confere a Canto o posto de capitão de milícias, a Gabriel Ribeiro de Almeida o de tenente daquela companhia, ficando o de alferes para que Borges do Canto galardoasse aquele de seus 40 companheiros que, a

---

26) Sebastião Barreto Pereira Pinto, nascido no Rio Pardo em 14 de Setembro de 1780, cadete de dragões e mais tarde Marechal do Império. Seus pais foram o Coronel Francisco Barreto Pereira Pinto, filho do Coronel do mesmo nome, fundador do Rio Pardo, e D. Eulália Joaquina de Oliveira, filha do Tenente Manuel Pereira Roriz, português e de Brigida de Oliveira, da Colónia.

27) José de Anchieta Furtado de Mendonça, de Cachoeira.

seu critério, tivesse prestado mais serviços na campanha, com o qual foi galardoado Francisco Gomes de Matos.

Terminada a conquista e feita a paz, foi, como vimos, adjudicado aos conquistadores o rincão de Camaquã, em São Borja, tocando a José Borges do Canto uma sesmaria de terras.

Não se haviam, entretanto, delimitado exactas fronteiras ao Sul, havendo vários entrechoques de patrulhas espanholas e portuguesas, que percorriam essas alturas. Mas, tàcitamente, deconheciam os primeiros o domínio português até às campanhas do Jarau, que ficavam a Oriente do Quarupá, afluente do rio Quaraí. Em uma informação datada de 20 de Outubro de 1805, o Dr. José de Saldanha, depois de historiar o avanço português até aí, achava que essa linha divisória deveria ser mantida, pois era respeitada pelas patrulhas espanholas que percorriam as campanhas adjacentes. Houvera, é certo, um encontro entre forças comandadas pelo tenente Francisco Barreto, dos dragões, e D. José Rondeau, que saira a castigar os índios infiéis, um ano antes, mas, «nem a desordenada peleja com a nossa partida foi motivada pela violação de terrenos, nem oficialmente a estribam nesta causa como primária e fundamental».

«À vista do referido, acrescenta, me persuado que temos todo o direito de conquista na fronteira do Sul de Missões pelo menos até à serra dos infiéis, inclusos todos os terrenos entre a dita serra e o Ibicuí-guaçú, estâncias de São Luís e Santo Ângelo; aos intermédios desde o arroio Issaca até o Santa Maria, transitados quase diàriamente, no tempo da guerra, pelos nossos combatentes, destacamentos e patrulhas, e na paz pelos nossos viajantes e comerciantes, além de estabelecimentos portugueses que logo ali se colocaram. E ao Ocidente do Ibirapuitã com um jus de preferência, em que ficámos, desde a mesma guerra, a toda a campanha, que estendeu da barra do próprio Ibicuí-guaçú, até o Jarau, ponta ocidental da mencionada serra». 28) Mais tarde, um pouco acrescidas ao Sul, isto é, até o rio Quaraí e contrafortes da coxilha de

28) Aurélio Porto, Biog. do Dr. J. Saldanha. *Diário Resumido.* Anais da B. N. Vol. LI, pág. 156.

Haedo, foram as linhas definitivas dos nossos limites com a República Oriental do Uruguai.

Sòmente dentro dessas divisas permitiam os comandantes de Missões que «os naturais, auxiliados dos portugueses», penetrassem «com o fim de se utilizarem dos gados alçados, oriundos de suas antigas fazendas».

Mas, transpondo essa linha, ao Sul, os missioneiros internavam-se pelas campanhas além Quaraí, ricas de gados alçados, que pertenciam às antigas estâncias de Japejú. Por várias ocasiões o governador de Montevidéu, em ofício dirigido ao do Rio Grande, levou-lhe queixa da invasão desse território, em que habitavam índios minuanos e churruas, por portugueses que, associados a estes, depredavam a campanha, cometendo vários insultos.

Ainda, em comunicação de 17 de Julho de 1804, esse governador levava ao conhecimento de Paulo da Gama, governador do Continente, que «uma patrulha espanhola» havia preso seis homens que tomavam parte em «quatro vacarias estabelecidas doutro lado do Rio Negro para faina, ou faturas de couros, cebo, graxa, cujas vacarias, segundo os ditos dos referidos presos, entre eles três portugueses, pertencendo ou sendo formadas destes e dos índios dos Povos de São Nicolau, São Borja e São Lourenço, era uma delas mandada pelo capitão José do Canto, com cem homens também portugueses, os quais, pela declaração das referidas testemunhas, diziam ter saído com as correspondentes licenças». [29])

Saíra, realmente, Canto com mais cem companheiros e índios amigos, com licença do Comandante Dr. José de Saldanha, que governava as Missões, para «vaquear» dentro dos limites considerados portugueses. Transpondo os mesmos, invadira o território além Quaraí. E, por este motivo, mandava o governo, em data de 6 de Agosto que, por exorbitar a concessão, fosse o Capitão Canto recolhido preso ao quartel do Rio Pardo, juntamente «com todos os sujeitos que se achassem como ele compreendidos na queixa dos espanhóis». Ao mesmo tempo mandava-se abrir a respectiva devassa.

---

29) Arq. Hist. R. G. do Sul. Carta do ajudante José Inácio da Silva ao Tenente Coronel Patrício. Doc. Pasta Missões, 1804.

Não poderiam, infelizmente, ser cumpridas essas providências. Surpreendidos por uma patrulha de forças do comando do Ten. Cel. espanhol D. Roque Moira, o Capitão José Borges do Canto, que estava nas imediações dos Arapeís, foi com seus companheiros preso, sem poder opor resistência de qualquer espécie, pelo descuido com que estavam entregues aos trabalhos da vacaria. Cinco dias depois, marchando, custodiados pela força, procuraram fugir, à noite, para um pequeno capão, mas, foram novamente capturados, com excepção de dois homens que, ocultando-se em ocos de paus, conseguiram atingir São Luís, levando ao governador a notícia desses sucessos. 30)

Procurou o Dr. Saldanha libertá-los «por meios amigáveis e políticos, pois que, sendo apreendidos em tais alturas, se reputariam por vagabundos e gaúchos do campo, comboiados com os infiéis». Por outro lado aproveitando «o revmo. cura que foi de São Loureço, frei Bernardino Montanhez, que regressou estes dias, e passa a Buenos Aires, faço praticar este assunto, para o qual ele mesmo se ofereceu, pelo afecto e obrigações que devia ao dito Capitão Canto». 31)

Não havia, porém, o Comandante das Missões, no primeiro informe, tido pleno conhecimento dos factos. Na ocasião da fuga que intentavam os presos, o Capitão José Borges do Canto tentou resistir, sendo morto nessa emergência por um dos soldados espanhois. O acontecimento teria tido lugar em princípios de Julho de 1804. Tinha Canto vinte e nove anos de idade.

30) "Confirmou-se ser certa, diz o Dr. Saldanha, a apreensão do Capitão de milícias José Borges do Canto pelos espanhóis que tinham saído em partida contra os charruas, do acampamento do Tenente-Coronel D. Roque de Moira, sito nos galhos dos Irapeís, distante daqui mais de cem léguas, em frente às extremidades meridionais da fronteira do Rio Grande. A dita apreensão foi feita na costa dos referidos Arapéis, para o norte da barra no Uruguai, a igual distância daqui, até onde se resolveu seguir o mencionado Capitão e a gente do serviço que o acompanhava, contra as insinuações e faculdades que eu lhe havia dado, as quais só se limitavam até às cabeceiras do Jarau, sete léguas ao Sul do Ibicuí, e à distância de coisa de cinquenta léguas deste Povo, porém, sòmente vinte e duas de São Borja".

31) Ofício acima, datado de São Luís, 16 de Agosto de 1804, ao ajudante de ordens do Governo Sargento-mor José Inácio da Silva, assinado pelo Dr. José de Saldanha, Major e comandante das Missões. Arquivo Hist. do Rio Grande do Sul. Pasta Missões, 1804.

Desaparecia assim o Conquistador. Seu nome, relegado à penumbra do esquecimento, só era conhecido por um ou outro estudioso da História, que perquiria esse longínquo passado. Integrara, no entanto, à Pátria, uma das mais belas porções de seu território.

«Soldado desertor, capitão de dragões!
À terra do minuano, aos seus verdes rincões,
onde amaste e sofreste, o teu corpo pertence.
Tu foste o integrador da gleba rio-grandense,
em que passou, qual sopro forte do pampeiro,
teu gaúcho valor de campeão guerrilheiro.
Morre, sim, pouco importa, humílimo soldado!
Ressurgirá teu nome, um dia, aureolado
de glória. Fundador de uma estirpe de eleitos,
teus filhos cercarão com muralhas de peitos
a Pátria que alargaste. E tua alma, a pairar
no alto, ficará luminosa, a marcar
a porta que se abriu como um jacto de luz
à civilização jesuítica da Cruz.
Renovarás também as bravuras de antanho
dos ginetes gentis, com teu poder estranho,
de heroismo, de amor, pelos pagos sagrados
no grande coração dos gaúchos soldados.

Soldado desertor, capitão de dragões!
À terra do minuano, em seus verdes rincões
banhados de luar, o teu corpo amortalha.
Mas tua alma pertence aos campos de batalha,
será som nos clarins anunciando alvoradas,
ou vento sacudindo as bandeiras rasgadas,
a golpes de metralha, erguidas para o céu
com um grito de glória». [32])

Tardiamente lembrou-se o Príncipe Regente de galardoar os

---

32) Aurélio Porto. *A morte do Conquistador. Farrapíada.* Rio. 1938.

serviços relevantes de José Borges do Canto. Por decreto de 20 de Fevereiro de 1809, determinou fosse adjudicada à pessoa do pai do glorioso miliciano o soldo do posto de Capitão de dragões a que seria ele promovido se não houvesse falecido. Era também, tarde, porque o velho Francisco Borges do Canto, em princípios de 1809, havia falecido no Rio Pardo.

Mandando executar o decreto de 18 de Fevereiro, baixou o Governo da Capitania o seguinte acto, em 30 de Maio: «Que o Príncipe Regente Nosso Senhor, em atenção à Memória dos serviços que lhe havia feito o falecido José Borges do Cantos, Capitão de Milícias desta Capitania; Houve por bem verificando em seu Pai a remuneração dos ditos serviços: Fazer-lhe mercê, na conformidade do Decreto de cópia inclusa, assinado por António Mariano de Azevedo, Contador Geral da Segunda Repartição do mesmo Real Erário da metade do soldo do Posto de Capitão de Dragões a que teria sido promovido o dito seu filho se não falecesse. Porto Alegre, 30 de Maio de 1809». [33])

No ano seguinte, Vicente Borges do Canto, um dos irmãos mais moços do Capitão, requereu lhe fosse adjudicado o posto e soldo do irmão falecido, informando D. Diogo de Souza para a Corte, em resposta à consulta do Príncipe Regente, que o peticionário não era merecedor dessa regalia. [34])

José Borges do Canto não foi casado, mas de uma índia teve um filho, de igual nome, cuja descendência ainda existe no Rio Grande do Sul, honrando a memória heróica do Conquistador.

b) MANUEL DOS SANTOS PEDROSO

Manuel dos Santos Pedroso, pai do Conquistador das Missões, nasceu em 1738, na vila de N. S. da Luz de Curitiba, sendo filho legítimo de Miguel Luís Correia e de sua mulher Maria Alves Pedroso [35]). Muito moço, ainda, como grande número de curiti-

---

33) Arquivo Hist. do R. G. do Sul. *Pasta Missões*. 1809.
34) Idem, ibidem. Corresp. de D. Diogo de Souza. Ofício de 28 de Abril de 1810.
35) Test. de Manuel dos Santos Pedroso. 1º Liv. de Óbitos de Cachoeira. (1779-1826) Cam. Ecl. do Bisp. de Santa Maria.

banos de seu tempo, transferiu-se para o Rio Grande, em cujas campanhas, como tropeiro, exerceu a sua actividade. Percorrendo esse vasto território, adquiriu grande conhecimento prático do Continente, sendo, por este motivo, quando da Demarcação do Tratado de Santo Ildefonso, em 1783, designado com o posto de alferes de milícias, juntamente com Bernardo Antunes Maciel, para o lugar de prático, ou vaqueano, da 1ª divisão demarcadora de que era comissário o Brigadeiro Sebastião Xavier da Veiga Cabral da Câmara.

Manuel dos Santos, que acompanhou toda a campanha da Demarcação, iniciada em 5 de Fevereiro de 1784, junto ao arroio Chuí, fez parte da 1ª Partida que, sob a direcção do Dr. José de Saldanha, ficou incumbida de «reconhecer a linha divisória desde Monte Grande até à entrada do rio Peperi-guaçú, no Uurguai». [36])

Determinado pelos demarcadores de 1750, depois de exaustiva controvérsia, que deu lugar a dúvidas sobre sua localização exacta, foi o Peperi-guaçú descoberto e localizado por Manuel dos Santos Pedroso, que prestou com isto relevante serviço à Demarcação, por ser esse o limite, no rio Uruguai, entre as possessões portuguesas e espanholas, de acordo com o artigo oitavo do respectivo Tratado.

Terminada a Demarcação, pelos serviços relevantes que prestara, foi-lhe concedida uma sesmaria de terras, no distrito do Acampamento de Santa Maria da Boca do Monte, erguido em 1787. Nessas terras teve Manuel dos Santos uma estância grandemente povoada de gado, tornando-se um dos estancieiros mais ricos da região. Faleceu em 18 de Maio de 1798, com 60 anos de idade, deixando testamento transcrito no livro citado. Diz, nesse testamento, ser solteiro, mas que deixava «por herdeiros os três rapazes António, Manuel e Salvador, filhos de uma mulher por nome Isabel Maria, aos quais se deve entregar o que ficar, depois de cumprido o testamento; os constitui por herdeiros por haver criado em sua casa, e eles o terem acompanhado e feito as suas vontades. [37]) Como se vê, não os reconhecia por filhos; mas, nos di-

36) *Diário Resumido*. Dr. José de Saldanha. 147, *Diário Geral*. cit.
37) Test. cit. 1º L. de óbitos de Cachoeira.

versos assentos de baptismo dos filhos do conquistador Manuel dos Santos Pedroso, existentes nos livros respectivos de Cachoeira, encontra-se a filiação deste, como no de «Isabel, nascida a 25 de Setembro de 1804, filha do Tenente Manuel dos Santos Pedroso e de Micaela Maria, guarani, neta paterna de Manuel dos Santos Pedroso e de Isabel Maria, china das Missões». [38])

Três anos após a morte do pai, Maneco Pedroso, como era conhecido, sabendo que fora declarada guerra contra os espanhóis, à frente de 20 homens, na maior parte peões de sua própria estância, apresentou-se «voluntàriamente na guarda avançada de S. Pedro ao Capitão de Dragões Comandante Francisco Barreto Pereira Pinto, oferecendo-se para o serviço de guerra». Sendo por este mandado «atacar a guarda fronteira de São Martinho», o executou prontamente «fazendo retirar os espanhóis que ali se achavam». [39]) Expulsos os inimigos daquele posto, mandou o capitão Barreto ocupar a mesma guarda por um destacamento português. E como Pedroso falasse correntemente o guarani, incumbiu-o ainda o capitão Barreto que, com os mesmos 20 homens de sua partida, seguisse até Missões, para persuadir os índios se revoltassem, tornando-se vassalos portugueses. Indo a vários povos, conseguiu que se manifestassem favoráveis a esse projecto até os próprios corregedores que hipotecaram sua adesão, por cartas, ao Capitão Francisco Barreto.

Terminadas essas diligências, Maneco Pedroso voltou à sua estância, tendo deixado de patrulha na estância de São Pedro, sete de seus companheiros. Aliciando mais gente, quatro dias depois, em princípios de Agosto, voltou à guarda de São Pedro, tendo aí o Capitão Barreto posto sob o seu comando uma partida de 40 homens com a qual deveria auxiliar José Borges do Canto, que marchara para a conquista de Missões.. Ao chegar ali, já Canto, no dia anterior, havia tomado o acampamento espanhol, esperando a capitulação do Tenente de Governador, D. Francisco Rodrigo, que se deu no dia 13 de Agosto. Não sendo necessários os seus serviços, mandou Canto que Maneco Pedroso, com sua gente fos-

38) 2º Liv. de baptismos de Cachoeira. (1799-1810) Bisp. S. Maria.
39) Memórias de M. dos Santos Pedroso. B. N. I, 31, 26, 2, nº 3.

se guarnecer os passos do Rio Uruguai, não só para forçar essa capitulação, como para evitar viessem ao governador recursos que, em carta interceptada do governador geral de Missões, eram prometidos a D. Rodrigo.

Evitou Pedroso fossem enviados esses auxílios, apreendendo algumas carretas carregadas de alfaias da igreja de São Nicolau e gêneros dos armazens que o administrador do Povo pretendera passar para a margem ocidental do Uruguai.

Nesse meio tempo, tendo capitulado, com todas as honras da guerra, e levando consigo «140 espanhóis de armas, 10 peças de artilharia e uma carreta com petrechos de guerra», seguia D. Rodrigo para o Uruguai, tendo-se a ele já incorporado um grande número de espanhóis de outros Povos. Temendo, o que era muito provável, «que este corpo de gente armada chegasse ao Uruguai e se reunisse a outro número de espanhóis, cuja passagem para o lado de cá poderia favorecer, abusando do indulto da mesma capitulação», e que «seríamos obrigados a evacuar as Missões e perdermos o trabalho desta conquista, que tínhamos conseguido com tanta felicidade, visto a pouca gente nossa que então lá havia, diz Maneco Pedroso em sua **Memória** [40]) «me pus em marcha com 20 homens, afim de lhe tomar o armamento e fazê-lo retroceder, o que pratiquei no Povo de São Luís, aonde a encontrei, sem embargo da capitulação, que alegava o mencionado Tenente-de-Governador haver ajustado com o citado José Borges do Canto».

Doeu aos bravos de Canto esse gesto de Pedroso, aliás fundado em justos receios, que vinha quebrar a palavra empenhada «pelo dragão desertor, capitão da conquista». «Esta acção, diz Gabriel Ribeiro, nos foi muito sensível». D. Rodrigo, conduzido prisioneiro até São Miguel, onde já se achava o Sargento-Mor Castro Morais, teve a sua prisão confirmada, «porque quem tinha feito aquela capitulação não eram os oficiais, e por consequência o dito Santos mandava preso para o Rio Pardo ao dito Tenente-Coronel». [41]) Dando parte da conquista e levando uma carta de D.

---

40) *Memória,* cit. B. N. — I, 37, 2, nº 3º Arq. Nac. Corresp. Gov.
41) *Memória,* cit. Gabriel Ribeiro de Almeida. Rev. Inst. H. Bras. Vol. V.

Rodrigo para o Governador Cabral da Câmara, seguiu Gabriel Ribeiro para o Rio Grande, onde encontrou já doente o Governador, que faleceu meses depois. Mesmo assim, mandou este «que fosse preso Manuel dos Santos Pedroso pelo insulto feito ao dito D. Francisco, Governador que tinha sido daqueles Povos, o que não se efetuou com a morte do dito Governador, que foi dali a poucos dias; mas antes, depois de ter dado esta ordem, o mesmo Governador o condecorou com o posto de Tenente de Milícias, «conforme proposta de Patrício da Câmara, em reconhecimento aos relevantes serviços prestados por Maneco Pedroso. [42])

Tomou o Tenente Pedroso a defesa do sector do rio Uruguai, destacando em São Borja, de onde socorria a toda a região, tendo vários encontros com os espanhóis. Numa série sucessiva de combates, ora num, ora noutro ponto da costa e, passando mesmo para a margem oposta, a combater os inimigos, Pedroso até o fim da guerra foi um dos mais fortes elementos para a consolidação da conquista. Terminada a guerra e publicada a 24 de Dezembro a proclamação da paz, voltou à sua estância, entregando-se à criação de gados, em que se tornou abastado. Fora promovido a Capitão de Milícias.

Na campanha de 1811-1812, já com o posto de Sargento-Mor de Milícias, Manuel dos Santos Pedroso, que organiza uma partida de veteranos da guerra das Missões, põe-se à disposição do Marechal Joaquim Xavier Curado, que comanda as forças brasileiras, e que a 1º de Janeiro de 1811 se encontra no acampamento de São Diogo, à margem direita do rio Ibirapuitã. Pedroso é designado pelo Comando Geral para fazer parte do corpo do Coronel Francisco das Chagas Santos, que chefia as Missões Orientais, tendo seu quartel-general em São Borja. Da partida de Pedroso fazem parte seu irmão Tenente António dos Santos Pedroso, Manuel Carvalho da Silva e Bento Manuel Ribeiro, então Furriel e depois Marechal do Império, e irmão de Gabriel Ribeiro de Almeida. [43])

---

42) Idem, ibidem.

43) Seguimos no relato dos acontecimentos da campanha a documentação publicada pela Rev. do Arq. Públ. do Rio Grande do Sul. (24 volumes). Celso Schroeder, operoso pesquisador rio-grandense, servindo-se dos mesmos elementos, assina interessantes efemérides dessa campanha,

A 7 de Agosto acampou Pedroso com a sua força em São Xavier, costa do Quaraí, e 10 dias depois ocupava a praça de Belém, sem grande resistência. Deste posto mandou várias patrulhas assolar o território do inimigo. Bento Manuel, com cinco homens, vai à coxilha do Lunarejo e toma 400 cavalos aos platinos, mas perseguido por força superior, abandona a presa e regressa ao acampamento. António dos Santos, irmão do Sargento-Mor, em 24 de Agosto, segue até as proximidades de Corrientes, onde comete várias depredações, e o Capitão Joaquim Félix da Fonseca, da mesma partida, ocupa Mandizobí.

A 30 de Agosto, o Furriel Bento Manuel e o Ajudante Manuel Carvalho, mandados por Pedroso, atacam a praça de Paisandú, que é heròicamente defendida pelo Capitão Francisco Bicudo, natural do Rio-Pardo, e mestiço de paulista e de índia de Missões. Levam consigo 55 homens, entre os quais António Padilha, cognominado, pelos chefes, de «Valentão». Contava a praça 200 uruguaios, sob o comando de Bicudo que, depois de uma hora de defesa verdadeiramente heróica, foi morto por Padilha. Perderam os defensores de Paisandú 30 mortos e 30 feridos e a partida de Bento Manuel três mortos e um ferido, apreendendo quatro canhões, 50 clavinas e cavalhada.

Em Setembro, ainda em Belém, manda Pedroso destacamentos seus que atacam Curuzú-quatiá, e que, não obstante uma guarnição argentina de 600 homens, foi tomada, pela segunda vez, pela força desse Sargento-Mor. No dia 19 «os 72 homens que ocupam Curuzú-quatiá são atacados por 700 argentinos e dois canhões e entrincheiram-se num forte, onde lutam 1 1/2 hora, repelindo os assaltantes e fazendo-lhes vinte e tantos mortos, com a perda sòmente de três mortos; os atacantes retiram-se a uma légua de distância da vila. O Major Pedroso, sabendo dessas ocorrências, passa nesta mesma data o rio Uruguai com o Tenente Polycarpo Pires Machado e 50 e tantos homens para socorrer os sitiados, porém no mesmo dia 19 já os encontra de regresso. Com a retirada

---

que facilitam a pesquisa. Celso Schroder. *A Campanha do Uruguai.* (1811-1812) Rev. Inst. Hist. R. G. Sul. Ano XIV. 1º Trim. 1934, pág. 115.

dos brasileiros a força argentina, reforçada por mais 300 homens, reocupa Curuzú-quatiá». [44])

Pedroso, em 28 de Setembro, ocupa Paissandú, com uma força de 200 homens. Voltando novamente a Belém, deixa aquela praça sob o comando do Tenente-Coronel uruguaio Benito Chain, que a abandona à aproximação de 1.500 argentinos, que a ocupam.

Em 20 de Outubro é assinada uma convenção de paz em Montevidéu, entre o governo argentino e os delegados do Vice-Rei Elio, que declara que o auxílio português fora prestado por solicitação sua. Não concorda, porém, com a convenção, o Conde de Rio Pardo, Comandante em Chefe da forças brasileiras, que ocupa Maldonado.

Entre os oficiais gravemente feridos no ataque de Curuzú-quatiá contava-se o Tenente António dos Santos Pedroso, irmão de Maneco Pedroso, que ficou prisioneiro dos argentinos. Quando estes souberam que era irmão do Sargento-Mor, o degolaram em Corrientes. [45])

Vários acontecimentos de vulto, centralizados pela acção de Pedroso transcorrem ainda em 1811. O valente D. José Artigas que, daí em diante, encarnará a alma livre de seu povo, procurando lançar os alicerces de uma Pátria, realiza o êxodo histórico, tentando passar o Uruguai com 1.900 famílias, com que fundará Purificación. No Salto, Pedroso tenta impedir essa passagem, mas diante da superioridade do inimigo retira-se sem combater. Dias depois, em 19 de Dezembro, Manuel Pinto Carneiro da Fontoura, [46]) rio-grandense, ao serviço de Artigas, ataca no Arapeí

---

44) Celso Schroeder. *Campanha*, cit.

45) Rev. Arq. Públ. R. G. do Sul. Vol. 19, pág. 94.

46) O Capitão Manuel Pinto Carneiro da Fontoura nasceu no Triunfo, em 20 de Setembro de 1771, sendo filho legítimo do Capitão Miguel Pedroso Leite, natural de São Paulo, um dos quatro Capitães paulistas da leva de 1762, e de Inocência Pereira Pinto, filha legítima do Coronel Francisco Barreto Pereira Pinto, Comandante do Rio Pardo. Grande amigo e compadre do chefe dos Orientais, Manuel Pinto combateu sob suas ordens, comandando uma coluna de orientais em que havia grande número de riograndenses, entrando em vários combates, entre os quais o acima referido. Mais tarde deshouve-se com Artigas, de cujo exército era Tenente-Coronel, e foi degolado, por ordem do chefe dos Orientais, a 22 de Fevereiro de 1814. Era casado com Ana Joaquim de Jesus, natural de Santa Catarina e deixou uma filha de nome Inocência, nascida no Rio Pardo a 2 de Março de 1802.

o Capitão Joaquim Félix da Fonseca, que é socorrido por Pedroso. Contava Carneiro da Fontoura 952 homens e a força brasileira só dispunha de 190. Situando-se no passo de Itapevi foi aí Pedroso atacado pelos uruguaios que o transpõem depois de duas horas de luta. O Major Pedroso, procurando observar o armistício, parlamentou com os atacantes. Nessa ocasião foi assinada uma convenção em que se estatuia que as forças uruguaias acampassem em Belém, até passarem à outra margem do Uruguai, enquanto as brasileiras se situariam junto ao arroio do Espinilho. Não obstante essa convenção, foi Pedroso novamente atacado, mas depois de um hora e meia de luta, ficou senhor do campo com a retirada do inimigo, que teve 40 homens mortos. Pedroso teve seis mortos e nove feridos, retirando depois da acção para as cercanias do Jarau, onde estabeleceu o seu quartel.

Destacado ora em um, ora em outro ponto, onde eram exigidas a sua assistência e vigilância, Pedroso esteve muito tempo guarnecendo Paissandú, de onde em Junho de 1812 se retirou fazendo junção com o Coronel Joaquim de Oliveira Álvares, no arroio de Santo António. Publicado o convênio de paz, a que se seguiu o armistício Rademaker, assinado a 26 de Maio de 1812, contra a vontade do D. Diogo de Souza, que não queria reconhecê-lo, por haver aquele emissário, na própria opinião de Dom João VI, exorbitado das ordens que recebera, quando seu exército se preparava para obter decisiva vitória, acatando, no entanto, a deliberação do conselho de oficiais generais, retirou a 13 de Julho. Dividido em duas colunas de observação, as tropas portuguesas foram postar-se parte em Bagé e outra em Conceição.

Terminada a campanha, Manuel dos Santos Pedroso, cujos feitos se tornaram memoráveis, e que foi citado com os maiores louvores em ordens do dia do quartel general do exército, teve a sua promoção a Tenente-Coronel de milícias. Voltando novamente à sua estância de criação, ali estava quando, em 1816, é chamado pelo governador do Rio Grande, marquês de Alegrete, para a campanha levada contra D. José Artigas, de que resultou a incorporação da Cisplatina.

Em fins de 1815, convocado pelo Tenente-General Patrício da Câmara, Pedroso apresta-se para a nova campanha, mobilizando

seus veteranos companheiros de milícias que, nas folgas da paz, eram licenciados para entregar-se aos amanhos do campo e da lavoura. Recebe para isto grande cópia de armamento e munições. E' designado para auxiliar imediato o Capitão Gabriel Ribeiro de Almeida que, em princípios de Março de 1816, juntamente com Pedroso, que se encontra em Porto Alegre, recebem ordens do próprio Marquês de Alegrete. Em caminho, quando se dirigia a seu acampamento, contraiu varíola, falecendo poucos dias depois, isto é, em meados de Março de 1816. 47)

Maneco Pedroso não foi casado, mas deixou nove filhos naturais que houvera, em sua estância, de várias índias guaranis, «chinas das Missões», com quem convivera. Constam os respectivos batismos dos livros de Rio Pardo, Cachoeira e Santa Maria. De Manuela Francisca Noghay, guarani, são filhos: Maria, baptizada em Santa Maria em 10-1-1801, e Maria, em 6-10-806; de mãe incógnita: Manuela, baptizada no Rio Pardo, em 8-7-1801; de Micaela Maria, guarani: Isabel, baptizada em Cachoeira, em 25-9-804; de Maria Simão, guarani: Manuel dos Santos Pedroso, de conhecida descendência no Estado, baptizado em S. Maria em 8-8-806, e outro Manuel baptizado em Cachoeira em 15-7-809; de Tomasia Maria, guarani. as filhas: Maria, baptizada em 10-9-807, Emerenciana, em 15-8-808 e Maria em 15-7-809, todas em Santa Maria. 48)

c) GABRIEL RIBEIRO DE ALMEIDA

Os livros de assentos eclesiásticos do bispado de Santa Maria, referentes a Cachoeira, fornecem elementos que, conjugados

47) Em *Efemérides Brasileiras*, pelo Barão do Rio Branco, ed. revista pelo prof. Basílio de Magalhães, Rio, 1938, registra-se a morte de Pedroso a 5 de Abril de 1816. Em nota manuscrita do punho do próprio Rio Branco, em poder do erudito mestre Dr. Rodolfo Garcia, consta que o falecimento se deu em 26 de Abril. A carta acima referida de Gabriel Ribeiro a Patrício (Arq. Públ. R. G. do Sul, pasta 1816), é datada da freguesia da Cachoeira em 24 de Março desse ano. Diz Gabriel que "marchei de Porto Alegre a servir na partida de que era Comandante o falecido Tenente-Coronel Manuel dos Santos, e por vir por outro caminho diferente do que ele seguiu, nesta freguesia é que vim a saber de seu falecimento". Pode-se, assim retificar as datas acima.

48) Cam. Ecl. do bispado de Santa Maria. 2º Livro de baptismos de Cachoeira (1799-1810).

à **Genealogia Paulistana,** [49]) serviram para identificar as origens de Gabriel Ribeiro de Almeida.

A Demarcação de 1750, que fixou as raias do Continente até as margens orientais do Jacuí, possibilitando o aproveitamento de campos extensos para a criação de gados, intensificou o comércio de tropas que se destinavam aos mercados e feiras paulistas, principalmente à de Sorocaba, que logo se tornou um grande entreposto da pecuária do sul.

Entre os tropeiros que vão até aí, na década de 1760, contam-se os irmãos Euzébio Pedroso de Almeida [50]) e Manuel Ribeiro de Almeida, naturais de S. Paulo, filhos legítimos do capitão Inácio Taques de Almeida e de sua mulher Margarida da Silva, filha legítima do capitão José Martins Leme e de sua mulher Antónia Ribeiro da Silva. [51]) .Era o Capitão Inácio Taques filho legítimo do Capitão Lourenço Castanho Taques, nobre cidadão de São Paulo, «herdeiro das virtudes de seu pai» Lourenço Castanho Taques, (o moço) «varão santo por antonomásia», filho de outro de igual nome, cujo pai Pedro Taques foi o fundador dessa nobre família, em São Paulo. [52])

Manuel Ribeiro de Almeida nasceu na freguesia de Juqueri, São Paulo, e era muito moço ainda quando em companhia de seu irmão Euzébio Pedroso iniciou, nas campanhas do Sul, a vida de tropeiro. Em suas contínuas viagens, na povoação de Santa Ana

---

49) Silva Leme. *Genealogia Paulistana.* Vol. IV, 237.

50) Euzébio Pedroso não consta da *Gen. Paul.*, onde aparecem seus irmãos José Pompeu de Almeida, Ana de Arruda Coutinho e Manuel Ribeiro de Almeida, pai de Gabriel Ribeiro. Euzébio Pedroso casou em 3 de Março de 1772, no Rio Pardo, com Clara Maria dos Santos, filha legítima de Romualdo Correia, natural de Faro, e de sua mulher Euzébia Pires Monteiro, natural da Laguna, filha de José Pires Monteiro, um dos fundadores dessa vila. Outra filha de Romualdo Correia, Faustina Correa, como veremos, casou com Manuel Carvalho da Silva, e são pais de Francisco Carvalho e outros valentes conquistadores de Missões. Teve Euzébio Pedroso, baptizados em Rio Pardo e Cachoeira, os filhos: João Pedroso de Almeida, nascido em 1773; Escolástica, em 1775; Ana, em 1778; José Pedroso de Almeida, em 1781, e Maria que consta do livro de óbitos ter falecido em Cachoeira em 1784. Euzébio Pedroso faleceu em 1785 e sua mulher, com 40 anos, em 1794, ambos em Cachoeira.

51) *Gen. Paul.* Veja-se a ascendência no título Martins Bonilha. Vol. VII, pág. 259.

52) *Gen. Paul.* Título Taques Pompeo. Vol. IV. pág. 222 e seg.

do Yapó, Vila Nova de Castro, dos Campos de Curitiba, mais ou menos em 1764, teve de Maria da Silva, natural daquela aldeia, e «índia da terra», o filho Gabriel Ribeiro de Almeida, que ali passou os primeiros anos de sua infância, sendo em tenra idade trazido pelo pai para a povoação de Cachoeira, onde aprendeu as primeiras letras. Acompanhava-o em suas viagens de tropeiro até Sorocaba.

Em 1781, nesta vila, casou Manuel Ribeiro de Almeida com Ana Maria Bueno, filha legítima de Pasqual Delgado de Morais e de Maria de Almeida Bueno [53]) naturais, respectivamente, de Itú e de Sorocaba. Desse consórcio, em Sorocaba, tem os filhos Bento Manuel Ribeiro, nascido em 1782, e que pelo seu valor se eleva até a Marechal do exército brasileiro, e Maximiliano Ribeiro de Almeida. [54])

Antes de 1788 já havia transferido residência para Cachoeira, onde nasce e é baptizado o filho José Ribeiro de Almeida, em 17 de Julho de 1788, o qual, em 1839, na Revolução Farroupilha, Coronel de legião, é assassinado em Alegrete por uma partida republicana. Tem ainda o casal de Manuel Ribeiro de Almeida, todos nascidos em Cachoeira, os filhos Manuel, em 1790, Escolástica em 1793 e Auristela em 1796.

Em 1788, Gabriel Ribeiro de Almeida, com 24 anos de idade, casou com Florinda Rodrigues de Aguiar, natural de Mogi das Cruzes, São Paulo, filha legítima de Manuel Rodrigues de Aguiar, natural de Mogi e de Isabel Maria Cardoso, de Mariana, Minas, residentes, em 1756, na fazenda de Mascarenhas, rio Caí, hoje cidade de Montenegro. Teve desse consórcio dez filhos, sendo quatro homens e seis mulheres, entre as quais se contam Luzia Maria de Almeida, nascida em Cachoeira em 19 de Fevereiro de 1792 e que, em 12 de Agosto de 1813, na mesma vila, casou com José

---

53) Idem. Título Morais. Cap. II, § 5º.

54) Conta a tradição que Bento Manuel, com 5 anos, e seu irmão Maximiliano, foram trazidos pelos pais em umas bruacas, pendentes de *cangalhas*, em muar, que era conduzido por Gabriel Ribeiro. Daí decorre o apodo com que os farroupilhas brindaram, no período revolucionário, a Bento Manuel, de *Cangalheiro*. (*O Povo*).

Gomes Porto, Tenente de Milícias, [55]) Ana Florinda de Almeida, casada com António Rodrigues Penteado; Manuela Joaquina de Almeida, casada com o Sargento-Mor Germano Severiano da Silva; Felicidade, Maurícia e Teresa, solteiras, falecidas em avançada idade, em Cachoeira. Foram os homens: Leonel Ribeiro de Almeida, Francisco Ribeiro de Almeida, Lourenço Ribeiro de Almeida e Tristão Ribeiro de Almeida, que se destacaram na política provincial e na guerra contra o Paraguai.

Organizado o Regimento de Milícias do Rio Grande do Sul, e criada a Companhia, que teve Cachoeira por sede, e de que era Comandante o Capitão Manuel Carneiro da Silva e Fontoura, que depois foi Marechal de Campo, nela se alistou como soldado Gabriel Ribeiro de Almeida. Em 1796 era Furriel dessa Companhia, [56]) de que faziam parte Manuel dos Santos Pedroso, os irmãos Carvalho, e muitos outros conquistadores de Missões.

Ao se declarar a guerra, em 1801, tendo Pedroso atacado e posto em fuga a guarda de São Martinho, posto avançado das Missões, mandou o Capitão Francisco Barreto Pereira Pinto des-

---

55) José Gomes Porto era filho do alferes de cavalaria paga Manuel Gomes da Fonseca, que adotou o nome de Porto, por ser natural dessa cidade, e esteve na guerra da Demarcação, tomada do forte de Santa Tecla e Rio Grande. Era filho legítimo de Amaro da Fonseca e de Maria Gomes, naturais do Porto. Casou Manuel Gomes Porto em Viamão, em 1763 com Teresa Antunes Maciel, filha de Francisco Rodrigues Machado, de Santo Amaro, São Paulo e de sua mulher Ana Barbosa Maciel, natural de Sorocaba e filha do capitão Gabriel Antunes Maciel, bandeirante paulista. De seu consórcio com Luiza Maria de Almeida, teve o Capitão José Gomes Porto vários filhos, entre os quais José Gomes Porto Filho, mais tarde, José Gomes Portinho, que foi insigne farroupilha e brigadeiro do exército brasileiro, na campanha do Paraguai, e o Capitão Delfino Gomes Porto, também notável farroupilha que casou com Delfina Mariana de Carvalho, filha do capitão Luís Carvalho da Silva e de sua mulher Maria Francisca de Aragão, adiante referidos. E' filho de Delfino Gomes Porto e de Delfina Mariana, que viveram em Cachoeira, Júlio Gomes Porto, que casou com Aurélia Guedes da Luz, filha legítima do Capitão Faustino Guedes da Luz e Joaquina de Moura, neta paterna do Coronel Jacinto Guedes da Luz. Do casal de Júlio Porto é filho o autor deste trabalho, trineto do Sargento-mor Gabriel Ribeiro de Almeida, e bisneto do Capitão Luís Carvalho da Silva, conquistadores das Missões, a cujas memórias rende seu tributo de admiração que vem do fundo de antigas tradições avoengas, engrandecidas pela lenda consagradora, nos velhos serões de distante torrão gaúcho.

56) B. N. Verbete biográfico. 548, 10. Gabriel Ribeiro de Almeida.

tacar ali o Alferes André Ferreira de Andrade com um contingente de milicianos de Cachoeira e de que fazia parte como Furriel Gabriel de Almeida. Foi nessa ocasião, fins de Julho, que José Borges do Canto, com seus treze companheiros, a que já se incorporara o Tenente António de Almeida Lara [57]) com mais 12 homens, apareceu na guarda de São Martinho, de onde seguiria para conquistar os Sete Povos de Missões, a eles se reunindo Gabriel com mais seis homens de sua guarda. No primeiro dia da marcha, 3 de Agosto, encontram os conquistadores a António dos Santos [58]) que, com 8 homens que andavam explorando a campanha, integra-se à força que totaliza assim «quarenta homens de armas, com os quais se fez a conquista». [59])

Desse momento em diante torna-se o furriel miliciano a alma da temerária expedição. Impõe-se logo pelas suas qualidades de soldado já veterano, pelo conhecimento que tem da língua dos aborígenes, desconhecida por Borges do Canto, e mais ainda pelos seus dotes de inteligência, energia e decisão. Por várias vezes Canto quis confiar-lhe o comando, a que Gabriel não anuia por conhecer o valor do bravo companheiro. Ao iniciar a campanha pediu-lhe Canto «que houvesse de tomar parte no comando e direcções daquela empresa, pois se confundia com o não entender a língua daqueles índios, e eu os entendia perfeitamente; consenti na proposição, diz Gabriel, e tratamos consultar mutuamente em tudo quanto nos fosse preciso». Dando público testemunho do que devia a Gabriel Ribeiro, em sua Memória, diz Canto: «Não posso deixar de confessar que o feliz sucesso de tudo quanto eu

---

57) O tenente António de Almeida Lara era filho do Capitão Lourenço Castanho de Araujo, natural de Itú, e de sua segunda mulher Maria de Almeida de Siqueira, neto paterno do Capitão Lourenço Castanho Taques, já referido, irmão de Inácio Taques de Almeida, avô paterno de Gabriel Ribeiro. (*Gen. Paul.* 4º, 236). "O Tenente Lara, diz Gabriel, apesar de suas virtudes não tinha nascido para a guerra: a sua constituição e talvez educação o desviavam da campanha: essa a razão porque não aparece nos combates, e se oculta nesta Memória".

58) Não é possível identificar com exactidão esse António dos Santos, mas de demoradas pesquisas genealógicas chega-se quase à conclusão de que seria António dos Santos Pedroso, irmão de Maneco Pedroso, de heróica actuação nas campanhas de 1811, ferido e degolado após o combate de Curuzú-quatiá, já referido.

59) Gabriel Ribeiro, *Memória*, 14.

pratiquei devo ao notório valor, acerto e atividade do referido Gabriel Ribeiro, meu Tenente que muito me ajudou».

Não é necessário detalhar os serviços que prestou nessa campanha, de que foi, sem escurecer os de Canto, o cabo principal. Eles ressaltam de todas as páginas dessa história memorável, de todas as Memórias escritas pelos combatentes e principalmente desse relato admirável, conciso e precioso, que é a sua própria Memória, em que revela qualidades de cronista e de escritor.

Tomados os primeiros Povos, até a capital, São Miguel, em que capitulou D. Francisco Rodrigo, cuidou logo Gabriel de prover à administração dos mesmos. Maneiroso e político, o Conquistador «falava um dia em cada Povo e fazia por contentar o público, assistindo aos seus festejos, empenhando-se em contentar os reverendos Curas das Igrejas, mostrando-lhes muita benignidade, e capacitando-os de que seriam respeitados das nossas tropas; roguei-lhes juntamente que não desamparassem as suas igrejas». Conseguiu, assim, que os Curas espanhóis ali se conservassem até 1805, quando se retirou das Missões.

Depois de realizada a conquista dos Povos determina o Coronel Patrício que, com sua força de dragões, se deslocava de Rio Pardo para a Coxilha da Linha Divisória, na Estância de São Pedro, em data de 21 de Agôsto, que o Sargento-Mor de Dragões José de Castro Morais seguisse para as Missões, afim de assumir o comando geral daquela conquista. E, em seguida, destaca o Capitão José de Anchieta Furtado de Mendonça, Capitão da companhia de auxiliares do distrito de Santa Vitória, Cima da Serra, para com o maior número de homens e armas que pudesse juntar, incorporasse sua companhia àquele Sargento-Mor. (60)

Nesse ínterim, em São Miguel, reuniam-se Gabriel Ribeiro, que tomara posse dos Povos; Pedroso que trazia preso o governador espanhol, desrespeitando a capitulação assinada por Canto; o Sargento-Mor Castro Morais, que assumira o comando da con-

60) José de Anchieta nasceu no Rio de Janeiro, sendo filho de Antônio Furtado de Mendonça e sua mulher Maria Jacinta da Trindade. Casou com Maria Cândida da Fontoura, filha do brigadeiro Francisco Pinto de Souza e Angélica Veloso da Fontoura. E' José de Anchieta bisavô paterno do Dr. João Neves da Fontoura.

quista, perante o qual Canto e Gabriel protestaram contra o acto de Maneco Pedroso que assim desrespeitara todas as leis da guerra. «Examinada a causa daquela prisão, foi respondido que quem tinha feito aquela capitulação não eram os oficiais e por consequência o dito Santos mandava preso para o Rio Pardo ao dito Tenente-Coronel». [61] Canto protestou enèrgicamente contra essa decisão e Castro Morais, para diminuir o valor do Conquistador, que fora soldado de dragões, e desertor de sua companhia, quis incorporá-lo novamente ao seu esquadrão; mas, Canto, com energia, pondo-se à frente de seus homens, se dispôs a atacar o Comandante, cujo insólito procedimento ecoou mal entre aqueles bravos. Interpôs-se Gabriel, prudentemente, evitando as consequências desastrosas desse choque. E para dar a conhecer ao governador Cabral da Câmara os serviços prestados na conquista, em fins de Agosto seguiu para o Rio Grande, onde se encontrava aquela autoridade. Além de uma carta de D. Francisco Rodrigo, protestando quanto à quebra da capitulação, levava o furriel de milícias os estandartes que tomara dos Povos de Santo Ângelo, São João, São Lourenço e São Luís, chaves dos arquivos e padrões dos Povos e remates dos ditos estandartes. O governador se encontrava gravemente doente, vindo a falecer poucos meses depois. [62] Reconhecendo os serviços desses valentes, em seu leito de morte, assinou portarias promovendo Canto a Capitão e Gabriel Ribeiro a Tenente de Milícias.

Voltando às Missões, assume o Tenente Gabriel Ribeiro o comando do destacamento de Canto, que se encontrava doente, e sai em socorro do Furriel Vitor Nogueira da Silva [63] que se contrapunha no passo de São Marcos ao valente Rúbio Dulce, que encarnou nesse momento a honra castelhana na defesa das Missões.

---

61) Gabriel Ribeiro de Almeida, *Memórias*, cit.

62) Sebastião Xavier da Veiga Cabral da Câmara faleceu em 5 de Novembro de 1801, na vila do Rio Grande, sendo substituído pelo Brigadeiro Francisco João Róscio.

63) Vitor Nogueira da Silva, furriel e valente conquistador das Missões, era natural de Minas Gerais e filho legítimo de Aleixo da Silva Barros, de S. João del-Rei e de Maria da Conceição, de Ouro Preto. Casou com Maria Francisca Cardoso, natural do Rio Pardo, e filha de João Manuel Cardoso e sua mulher Luzia Francisca.

Em 23 de Novembro, 150 homens, transpondo o passo nas imediações do Camaquão, tentaram envolver a força de Gabriel que ali organizara «um serviço de segurança, afim de evitar surpresa por parte do inimigo, que do outro lado dispunha de um reduto com artilharia e forte guarnição». [64]) Recebendo reforços solicitados urgentemente a São Borja, onde estava Canto, acudiu este elevando a força a 112 homens. Acharam-se presentes à acção, além de José Borges do Canto, que assumiu o Comando, os Tenentes João Machado e Felipe Carvalho e os Alferes André Ferreira de Andrade, Manuel Carvalho e João António da Silveira. [65]) Reunido um conselho de guerra, ficou resolvido que o ataque, «por proposta de Ribeiro de Almeida, consistiria numa acção frontal de fixação com um mínimo de homens sob João Machado, um ataque envolvente sobre a retaguarda dos 150 inimigos, onde o proponente exerceria o esforço principal, após se ter reunido ao flanco direito amigo e destruído as embarcações contrárias». [66])

Decisiva foi a acção de Gabriel Ribeiro nessa emergência. Diz o Coronel José de Abreu, em um atestado que «no ato de Camaquão, donde se achavam os espanhóis emboscados em um grande mato», o tenente Gabriel Ribeiro nele entrou e atacando os inimigos, determinou «o bom êxito do ataque, livrando os portugueses do grande risco da emboscada». [67])

---

64) Tenente H. O. Wiederspahn. *A Conquista das Missões.* Rev. Inst. Hist. R. G. do Sul. Ano XIV. 1º Trim. 1934. pág. 108.

65) O Alferes João António da Silveira, um dos consolidadores da Conquista, nasceu na povoação do Rio Grande, em 18-VI-1758, e era filho legítimo do casal de açorianos António da Silveira e Ávila, falecido no Rio Pardo, e sua mulher Angélica Rosa, sendo neto paterno de António d'Ávila e de Paula de Santo António, e materno de Francisco da Costa Matos e Rosa Maria. Casou João António com Rosa Angélica do Nascimento e teve um filho Severino António da Silveira, notável farroupilha, que casou com Felisberta da Costa Prates, irmã do 1º bispo de Rio Grande do Sul, D. Feliciano. João António assentou praça na 1ª companhia de dragões em 6-X-1773, sendo promovido a cabo em 6-VIII-1780, a furriel em 1-II-1791 e a alferes em 22-X-1801. Em outro trabalho (Publ. Arq. Nac. Vol. XXXI, 467) publicámos interessante carta em que agradece a promoção e detalha o combate acima referido. Teve ainda as promoções seguintes: Tenente de dragões, em 14-XI-1802; Capitão, em 25-VII-1808; Sargento-mor, em 5-VII-1812, reformado em 20-I-1813, reverteu ao serviço activo, sendo promovido a Tenente-Coronel e reformado em 1843.

66) Wiederspahn. *Conquista,* cit.

67) Arq. Hist. R. G. do Sul. Doc. 70-A. Pasta 1814. Atestado de

«Acabada esta gloriosa acção, recolhemo-nos para São Borja, diz Gabriel Ribeiro, com 73 prisioneiros, ficando no campo de batalha 60 mortos, e da nossa parte houve três mortos e quatro feridos: o despojo consistiu em 200 armas de fogo, algumas espadas, bastante munição de guerra. Este foi o último ataque que tivemos naquela fronteira de Missões; logo depois nos chegou a paz, e na declaração dela vi grande sentimento e desgosto das tropas. Desta forma ficaram aqueles Sete Povos e o seu grande território anexo ao domínio de S. A. R., ficando por divisa o rio Uruguai, tomados e defendidos sem despesa do Estado; mas sim à custa de seus vassalos, não obstante ter-se reunido naquela fronteira mais de dois mil homens, comandados pelo Coronel Espíndola vindos da cidade de Assunção de Paraguai». [68])

Terminada a campanha, ficou o Tenente Gabriel Ribeiro prestando serviços às Missões, para onde fez trasladar a sua família. Comandou o Povo de São Nicolau, onde nasceu um de seus filhos, Lourenço Ribeiro de Almeida, passando depois para o de São Borja, em cujo distrito, juntamente com outros conquistadores, recebeu uma sesmaria de campos, cuja doação foi confirmada por D. Diogo de Souza, em 1814. [69]) Nasceu aí sua filha Felicidade e casou-se em 1805, outra filha, Maria, com o Tenente Germano Severiano da Silva. [70])

Não obstante os serviços relevantes que prestara, preterido pelos adventícios, que obtinham os melhores quinhões e os mais

---

José de Abreu sobre os serviços de Gabriel Ribeiro de Almeida, datado de P. Alegre, 9 de Dezembro de 1814.

68) Gabriel Ribeiro. *Memória,* cit. 20.

69) A sesmaria concedida a Gabriel Ribeiro de Almeida tinha a extensão de uma légua de frente por três de fundo e estava sita no distrito de São Borja, nos campos denominados São João. Dividiam-se esses campos pelo Norte com o rio Ibicuí e parte com os campos que povoou Raimundo Santiago, também conquistador; pelo Sul com um banhado que deságua no Uruguai, dividindo com os de José de Abreu; pelo Leste com a estrada que passa do Povo de São Borja para o Passo da Cruz e pelo Oeste com o dito Uruguai". (Rev. Arq. Públ. R. G. do Sul. 4º, 156). Não aproveitou esses campos por não ter meios de povoá-los, vendendo-os mais tarde. Na mesma ocasião, como fica referido, no rincão de Camaquão, recebem sesmarias, em que o mesmo foi dividido, os 13 companheiros com que Borges do Canto iniciou a campanha das Missões.

70) Assentos de baptismos e casamentos de São Borja. Bisp. Uruguaiana. (1º Bapt., 1797-1816, 1º Cas. 1790-1820).

rendosos empregos, ficara o Tenente miliciano relegado à plana inferior, esquecido de todo, e apenas com um soldo miserável, que nem sempre lhe era pago, não podendo assim prover às necessidades da família. Estava na miséria quando, em 1805, quis, pessoalmente, apresentar seus requerimentos de serviços ao Príncipe Regente. Paulo da Gama, que governava a Capitania, anuiu à pretensão, sem ónus para os cofres públicos. E lembrou-se de que os quatro estandartes dos Povos, tomados por Gabriel Ribeiro, que se achavam na Secretaria do Governo, desde 1801, deveriam ser remetidos ao Ministro de Estado do governo português, encarregando de sua entrega ao Conquistador. [71])

Em fins de 1805, conseguindo algum dinheiro para a longa viagem [72]) Gabriel seguiu para Lisboa, onde na Corte, recebido pelo Príncipe, entregou com solenidade os estandartes da Conquista. Interpôs vários requerimentos e escreveu a **Memória da Tomadia dos Sete Povos,** que tem a data de 18 de Setembro de 1806. [73]) Retorna em fins desse ano, tendo alcançado ali o posto de Tenente efectivo com o soldo de sua patente, passando ao serviço activo, adido à 1ª Linha.

Em São Borja, onde passou a residir, por ordem do Brigadeiro João de Deus Mena Barreto, chefe do 1º Regimento de Cavalaria Miliciana da Província, assumiu e desempenhou, durante dez meses, o comando «de todos os milicianos portugueses da Província de Missões», e estava no exercício desse comando quando «marchando o Exército Pacificador a fazer a primeira campanha, ele

---

71) Consta do ofício de Paulo da Gama a remessa para o reino desses estandartes, cf. doc. Arq. Hist. R. G. do Sul, Maço 3, 46.

72) Ficou nas tradições da família, envolta em lenda, essa viagem de Gabriel à Corte de Lisboa. Conseguiu com vários amigos e à força de economias reunir oito doblas de ouro e com esse dinheiro fez a sua viagem a Lisboa, onde permaneceu mais de ano.

73) O original da *Memória* conserva-se nos arquivos portugueses, e uma cópia, trazida por Gabriel, foi doada ao Instituto Histórico Brasileiro, e publicada no Vol. V, da Revista Trimensal fasc. 17, de Abril de 1843, tendo figurado no Catal. de Hist. sob o n. 10.823. Hemetério Veloso publicou em *Missões Orientais* outra cópia que pertenceu ao coronel Paixão. Estudo fundamental para o conhecimento exacto dessa fase interessante da história nacional, seria interessante, reeditar essa e todas as mais Memórias e documentos relativos à Conquista das Missões, ainda não estudados devidamente.

se ofereceu voluntàriamente vendo que ficavam os milicianos daquela Província que naquela ocasião se desmembravam de meu Regimento», [74]) atesta o mesmo brigadeiro. Nessa ocasião, «tive ordem, acrescenta esse chefe, do Ilmo. e Exmo. Sr. General para o empregar debaixo do meu comando, e serviu com muita exatidão até Maldonado; pela actividade e zelo do Real Serviço lhe dei exercício de mandante em Saboatí por ter dado parte de doente o Sargent-Mór e deu inteiro cumprimento às ordens no tempo desse exercício. Voltando de Maldonado para o Acampamento de São Diogo, tendo licenciado alguns oficiais que se me apresentaram no dito Acampamento, quando o governo de Buenos Aires declarou guerra. E' bem constante o sobredito Capitão ter-se distinguido no Real Serviço em operações perigosas contra o inimigo, e não fez a segunda campanha debaixo de meu comando pelo valor intrépido que tem, pois vendo a guerra declarada se ofereceu no dito Acampamento para ir servir na fronteira de Missões pois supunha naquela fronteira haver alguns choques, despachei-o com cartas ao Brigadeiro Comandante daquela Província e foi assistir ao ataque do Povo de São Tomé». [75])

Por decreto de El-Rei de 26 de Outubro de 1808, havia sido Gabriel Ribeiro de Almeida promovido a Capitão de Milícias, com meio soldo de Capitão de Dragões, a razão de 16$000 mensais. [76]) E quando, por proposta do coronel Francisco das Chagas Santos, Comandante das Missões, for reorganizado um corpo composto de três companhias de portugueses dessa Província, de 64 praças cada uma, foi Gabriel Ribeiro nomeado Capitão da 1ª companhia. [77])

Feita a campanha de 1811, voltou o Capitão Gabriel Ribeiro às Missões, onde se apresentou ao Coronel Francisco das Chagas Santos que, em ofício de 13 de Maio de 1812, dirigido de São Borja a D. Diogo de Souza, assim historia a parte que nesses sucessos coube ao veterano oficial:

---

74) Atestado do brig. João de Deus. Doc. 70 B. 1814. Arq. Hist. Rio Grande do Sul.
75) Idem, ibidem.
76) B. N. Verb. biog. cit. 548-10.
77) Rev. Arq. Publ. R. G. do Sul. Vol. IV, 64.

«Reunindo eu aqui 100 Melicianos Portuguezes Cassadores, aos quaes armei de Clavina, e Espada, encarreguei ao Capitão Gabriel Ribeiro a 2 do corrente que marchasse com 150 homens incluzos 100 Lanceiros a passar o Uruguay no Passo de Sta. Anna, e que deixando no Passo do Arroyo Quay 5 legoas abaixo do d°. Povo huma Patrulha, afim de obstar a communicação para o da Cruz marchasse pela Costa do Uruguay a surprehender as Goardas, que encontrasse até a de S. Borja, fazendo sinal no Passo que elegi abaixo desta 1/2 legoa, para onde marchei com 260 homens, 6 pessas de 1, e 10 Canoas ao anoitecer do mmo. dia. Na madrugada do dia 4 chegou o dito Capitão com 100 homens à margem oposta, para a qual principiei logo a passar, não obst^e^. a enchente do R°. que retardava a passagem dos Cavalos. Ás 3 horas da tarde deixando o Porto e canôas com huma boa goarnição, me puz em marcha com 4 das ditas pessas, e 300 homens incluzos 80 Cassadores, e 52 Artilheiros para o Povo de Sto. Thomé 1 legoa distante. O Inimigo pretendia atrahir nos a huma emboscada por meio de varias pequenas Partidas acavalo; mas vendo que nos desviamos, derão 1 tiro de pessa; seguimos aproximando-nos ao Povo, para o qual mandei fazer fogo d'Artilharia,e dando-nos outro tiro de pessa em menor distancia, ordenei ao Capitão Ribr°. que huma partida de Cassadores a fosse tomar; o q' prontam^te^. se executou; mas com tal excesso, que forão quase todos os Cassadores, e deixando a pessa que devião condúzir, perseguirão os Hespanhoes a tiros de Clavina pela Praça, Colegio, Orta em cujo conflito assegurão todos, q' matarão mais 30 Hespanhoes incluzos 1 Capitão, q' hera portuguez, e desertor da Legião, alem dos feridos; mas dos nossos morrerão 4, e houverão 6 feridos; cujos nomes vão declarados na Relação junta: fiz então reunir os Cassadores, e tendo os Hespanhoes ganhado a Igreja onde se achava muita gente, nos fazião d'ali grande fogo de Clavina, e d'outros lugares encobertos; portanto mandei sem demora acestar em hú dos cantos da praça duas pessas dirigidas pelo Capitão Franc°. de Castro, e o Cadete João Franc°. portador d'esta; os quaes se destinguirão pela coragem com que fizerão o mais acertado e violento fogo que logo fez cessar o dos Hespanhoes, cauzando-lhe grande estrago, e mor-

tandade e sendo já quase noite, me puz em retirada para o nosso Porto das Canôas, sem a menor opozição. No dia segte. mandei para rodeio, e arrebanhar os animais vacuns, e cavalares dos suburbios d'aquele Povo, e se lançarão mais de 2$000 no Uruguay. No dia 6 tornei ao mesmo Povo com 300 homens tendo feito antes trocar 2 pessas de 1 por duas de 4 com as quaes batemos o Quartel q'estava cheio de gente, e matamos dous de seus Artilheiros. Os muros da Quinta onde havia algum gado estavão goarnecidos de Hespanhoes armados de Clavina; os quaes fazião baste. fogo sobre os q' se aproximavão ao d°. muro donde sahirão feridos dous milicianos nossos: pela parte da mmª. Quinta batemos o Colegio, no qual parece que se achava muita gente pela gritaria, e confuzão cauzada pelo nosso fogo: mandei queimar todas as chacaras, cazas de campo, e de goardas desde o Povo até o Uruguay, e juntamte. apanhar o gado e cavalos, que ainda restava para se lançar no Uruguay; o que logo se poz em execução, e voltei vagarozamte. para o nosso Porto das Canôas, dando lugar a q' se ajuntassem os ditos animais. Tendo-se apanhado hum espia do Inimigo, dice: que no Povo Sto. Thomé havião 200 Hespanhoes d'Armas, e 150 de Lanças, e que esperavão socorro de gente que havião pedido. Nesta noite huma Partida de 20 homens continuou a queimar as cazas, e carretas que houvessem para baixo na Costa do Uruguay; o qual passamos a 7 e me regressei a este Quartel, deixando d'outro lado 80 homens com o Capitão Gabriel Ribr°. encarregado de se reunir a nossa Patrulha do Quay, fazendo queimar no seu tranzito todas as chacaras, e Estancias, e ajuntar os cavalos q' encontrasse, o que havendo executado chegou a este Povo no dia 10 do corrte. com todos os Melicianos restantes, tendo-se queimado no territorio Hespanhol 11 Carretas mais de 150 estabelicimtos. alguns com mtos. mantimtos. entre chacaras, estancias, e cazas de Goardas na extenção de 5 legoas de campanha da qual se ajuntarão 3$000 animaes cavalares, e vacuns pouco mais ou menos, que se botarão no Uruguay, onde morrerão a maior parte em razão da grande cheia e corrente do Rio, alem dos estragos referidos e mortandade em S. Thomé: A canôa do Passo

do Quay sendo mui pezada se fez em pedaços, e chegando a 22 o nº dos prizioneiros mandei-os repartir pelos Povos do interior». [78]

Voltando dessa campanha em que procedera como sempre com lealdade e bravura, Gabriel deixa-se arrastar na onda envolvente da ideologia americanista de Artigas. E como dezenas de outros rio-grandenses, que servem às ordens da Pátria, fascinados pelos princípios de liberdade pregados pelo caudilho, o Conquistador, à frente de um grupo de «8 ou 9 paulistas ou curitibanos, todos armados e mais um paulista com 2 cargueiros de fazenda, «ia-se unir a Artigas, pois, dizia, «que havendo S. A. Real perdoado o crime de deserção, não fora atentado» o acto que praticava. [79]

Estava Gabriel com parte de doente, em sua casa de São Borja, quando no dia 20 de Agosto de 1812, em companhia de dois milicianos: José Gomes Porto, que um ano depois seria seu genro e Manuel Correa de Carvalho, desertou, passando a 23 pelo distrito de São Francisco, onde o Capitão Joaquim Cardoso, a quem declarou que ia desertado, deu-lhe voz de preso, que não poude tornar efectiva pela reação que encontrou da parte do Capitão de Milícias. «Pouco antes dessa notícia, informa Chagas Santos a D. Diogo de Souza, [80] ouvi dizer em São Borja que o mesmo Gabriel Ribeiro tinha ido apresentar-se a Artigas e que sendo por este ou por um Coronel da Campanha bem recebido, lhe dissera que voltasse a levar consigo os portugueses, que pudesse ajuntar ou reduzir; e que a ele Gabriel se lhe daria uma estância em Belem».

Durante um ano esteve Gabriel Ribeiro nos arraiais de Artigas. Em 12 de Agosto de 1813, na vila de Cachoeira, realizava-se o consórcio de sua filha Luzia Maria de Almeida com José Gomes Porto, miliciano, que fora seu companheiro de deserção. Nessa ocasião volta Gabriel Ribeiro, e sendo preso em Cachoeira é recolhido à Prisão Militar de Porto Alegre, em 30 de Setembro. Em

---

78) Rev. Museu e Arq. Públ. R. G. do Sul. 1927. N. 19, pág. 177.
79) Arq. Publ. R. G. S. Ofício de Chagas Santos a D. Diogo de Souza, datado de São Luís, 16 de Setembro de 1813.
80) Idem, ibidem.

22 de Fevereiro do ano seguinte é mandado para o hospital militar daquela guarnição, tendo alta em 17 de Outubro de 1814. [81]) Nessa mesma data informava o General Curado ao Governador D. Diogo de Souza que não obstante ter este determinado a formação de «processo verbal militar ao Capitão de Milícias Gabriel Ribeiro de Almeida, «até então nada se havia feito pela dificuldade de conduzir até ali as respectivas testemunhas e outras diligências necessárias para a organização do processo. Não consta dos documentos do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, nem de outros, tenha-se ultimado esse processo de deserção. Em 9 de Dezembro de 1814 o coronel José de Abreu, como em data anterior o brigadeiro João de Deus Mena Barreto, (26 de Junho) em atestados apensos ao ofício do General Curado, fazem as mais elogiosas referências ao Capitão Gabriel Ribeiro e aos serviços que prestou quer na Conquista das Missões, quer nas campanhas que se sucederam. [82])

Em princípios de 1816 encontramo-lo novamente em serviço activo do Exército, sendo designado por ordem do General Curado para fazer parte do corpo de milícias que sob o Comando do Tenente-Coronel Manuel dos Santos Pedroso estava em organização em Cachoeira. Ao chegar à freguesia, [83]) em 24 de Março, tendo notícia do falecimento de Maneco Pedroso, em ofício ao Tenente-General Patrício Correia da Câmara, solicitando providências para recolher o armamento que fora distribuído pelos milicianos, de que algum já se perdeu. «Marchei de Porto Alegre, diz, a servir na Partida de que era comandante o falecido Tenente-Coronel Manuel dos Santos, e por vir por outro caminho diferente do que ele seguiu, nesta freguesia é que vim a saber de seu falecimento; esperava a chegada do Exmo. Tenente-General Joaquim Xavier Curado que foi quem me ordenou a minha vinda para a dita Par-

---

81) Arq. Hist. R. G. do Sul. Doc. 429.
82) Idem, ibidem. Doc. 70 e anexos A e B. Pasta 1814.
83) Primitivamente uma capela e aldeia de índios, que tomou o nome de São Nicolau, pela procedência missioneira dos seus habitantes, foi criada freguesia, no Passo do Fandango, por carta de José Marcelino, de 10 de Julho de 1779. Por alvará de 26 de Abril de 1819, foi criada vila, solenidade que teve lugar a 5 de Agosto de 1820. Em 15 de Dezembro de 1859 é elevada à cidade, inaugurando-se em 10 de Janeiro de 1860.

tida, agora me dizem que já não vem por estar a fronteira em mais socego». [84])

Em 15 de Novembro desse mesmo ano, foi o Capitão Gabriel Ribeiro nomeado pelo General Curado comissário de transportes do exército, com 32$000 rs. por mês, cargo que exerceu até 1º de Outubro de 1818, recolhendo-se ao Acampamento da Real Bragança, no Rincão de Haedo. Adoecendo gravemente, foi recolhido ao hospital do Acampamento, onde veio a falecer no dia 28 de Junho de 1819. Pouco depois de falecer chegava sua promoção a Major de Milícias do Rio Grande do Sul, pelos serviços extraordinários que prestara. [85])

Deixou a família na mais extrema miséria. Só em 1822 conseguiu a viúva D. Florinda Rodrigues de Aguiar lhe fosse adjudicada metade do soldo do marido, que percebeu até seu falecimento em 10 de Abril de 1831, deixando ainda três filhas solteiras: Felicidade, Cândida e Teresa, que morreram em Cachoeira em avançada idade.

d) FRANCISCO CARVALHO DA SILVA

A família Carvalho da Silva, cujo nome está estreitamente ligado à Conquista de Missões e lutas subsequentes, tem origem em Cachoeira, em Manuel Carvalho da Silva, que nasceu em 1733, na freguesia de São Nicolau, cidade do Porto, sendo filho legítimo de Domingos Carvalho da Silva e sua mulher Escolástica da Silva Carvalhaes. Foi para Rio Pardo onde, em 2 de Julho de 1760, casou com Faustina Correia Pires, irmã de Clara Maria dos Santos, já referida, que casara com Euzébio Pedroso de Almeida, irmão de Manuel Ribeiro de Almeida, pai de Gabriel Ribeiro de Almeida. Era Faustina Correa filha legítima de Romualdo Correa e de sua mulher Euzébia Pires e por esta neta de José Pires Monteiro, fundador da Laguna, e de sua mulher Custódia Lopes. [86])

Foi Manuel Carvalho da Silva o sesmeiro das terras em que se

84) Arq. Hist. R. G. do Sul. Pasta 1816.
85) B. N. Verb. biog. 548, 10.
86) Aurélio Porto. *Genealogia Rio-grandense.* Em preparo.

fundou a cidade de Cachoeira, sendo um dos maiores criadores de gado da região, e como Tenente de auxiliares prestou assinalados serviços de guerra. Nascidos em sua estância e baptizados no Rio Pardo, teve o casal de Manuel Carvalho nove filhos, dos quais sete homens e duas mulheres. Todos os homens pertenceram aos corpos de auxiliares e milicianos, chegando a oficiais pelos serviços de guerra que prestaram, mas entre eles, particularmente na Conquista das Missões e campanhas que tem por teatro esse território, destacam-se o Capitão Carvalho da Silva, o Sargento-Mor Felipe Carvalho da Silva, o Tenente Manuel Carvalho da Silva e o Capitão Luís Carvalho da Silva.

Francisco Carvalho da Silva nasceu em 1767, sendo baptizado no Rio Pardo. Dedicou-se como todos os homens de seu tempo aos trabalhos de campo e aos de guerra, no Regimento de Milícias de Rio Pardo, em que era Alferes, sendo promovido a Tenente em data de 21 de Julho de 1801, na mesma ocasião em que era promovido a Alferes, em sua vaga o soldado Manuel Carvalho da Silva, outro irmão, Felipe Carvalho da Silva, nascido em Cachoeira a 20 de Julho de 1769, era Alferes da companhia de cavalaria auxiliar do distrito de Pequeri (Cachoeira), tendo sido promovido a Tenente em 18 de Junho de 1799. E, finalmente, Luís Carvalho da Silva, nascido em Cachoeira a 13 de Novembro de 1773, sentou praça em 1792, passando de soldado de milícias a Tenente de ordenanças, posto que exercia por ocasião da Conquista.

Em fins de Agosto de 1801, o Tenente Francisco Carvalho, convocando seus irmãos e amigos, organizou uma partida de nove homens com a determinação de atacar o Passo da Cruz, no Uruguai, ordenando a Raimundo Santiago, [87]) um de seus mais valentes soldados que, com 14 homens dos muitos que em caminho se haviam agregado à partida, marchasse para o Passo de São Borja, afim de impedir a passagem do inimigo. Enquanto isto, Carva-

87) Raimundo Santiago é natural da Cachoeira e um dos mais assinalados conquistadores. Foi promovido, na organização do corpo de cavalaria miliciana de Missões, em 1811, a Alferes da 1ª companhia, de que era Capitão Gabriel Ribeiro de Almeida. Na campanha desse ano, no primeiro ataque ao Povo de Santo Tomé, recebeu um ferimento de que faleceu em São Borja, em Agosto de 1812, conforme comunicação de Chagas Santos. (Rev. Arq. Rio Grande do Sul. 17º, 115).

lho, que avançara até o Passo da Cruz, aí atacou 150 homens que rechaçou, não tendo perdido, na ocasião, mais do que um soldado ferido, conseguido a presa de 417 cavalos mansos. Por sua vez, Raimundo Santiago, que atravessara o rio, indo até Santo Tomé, pressentido pelo inimigo travou combate, retirando, depois de matar cinco e ferir três espanhóis.

Nesse entretanto o valente Rúbio Dulce, com dois saveiros e 80 homens em cada um, tenta desembarcar no Passo de São Borja, no que é impedido pelo Furriel Vitor Nogueira da Silva, que ali se encontra com alguns soldados e que é prontamente socorrido pelo Tenente Francisco Carvalho. «Sendo o dito Rúbio Dulce assim rechaçado, passou ao outro lado do rio com 80 homens de cavalo, e veio atacar a pequena guarda que o dito Tenente Carvalho havia deixado no dito Passo de Batoví, cuja guarda constava de sete homens: sendo comandante dela o Furriel de auxiliares Joaquim Ferreira, em cujo ataque foi tanto o fogo e durou este mais de três horas, morrendo quatro espanhóis e feridos sete. Dos portugueses só um baleado, do que veio a morrer; e retirando-se a partida espanhola esta conduziu todos os animais dos naturais que havia naquele circuito. Tendo o dito Tenente Francisco Carvalho notícia do sucesso pelo mesmo Furriel, logo se pôs em marcha com 30 homens para o Passo da Cruz, para onde se encaminhavam os espanhóis e animais que haviam caído no precedente ataque e encontrou-os no Passo do Taquari, imediato ao da Cruz os atacou de madrugada, com a pouca gente que continha a sua Partida e elevou a vitória tomando outra vez todos os animais que logo que chegou ao lugar de seu destino fez entregar a seus respectivos donos; morreram sete espanhóis e baleados 11, e os mais ganharam a costa do dito rio por onde se poderam escapar, não consentindo o dito Tenente que seus camaradas se utilizassem de alguma cousa dos prisioneiros e mortos». [88]

Tendo o Sargento-Mór Joaquim Félix assumido o comando da conquista e Povos, o Tenente Francisco Carvalho foi a São Nicolau receber ordens, deixando a partida sob o comando do Te-

88) Instruções dos ataques mais notáveis, etc. Francisco Carvalho, *Memória* cf. brig. F. J. Róscio. Arq. Nac. Col. 104.

nente Felipe Carvalho. Nessa ocasião intentou uma força castelhana cair sobre a guarda de São Nicolau, numèricamente inferior e a teria desbaratado se providencialmente, no momento, não tivesse chegado o Tenente Carvalho com 30 homens de socorro.

No encontro já referido do Passo de São Borja, coube ao Tenente Francisco Carvalho, com 17 homens, prestar assinalados serviços. Nesse encontro já referido, em que cabem a Gabriel Ribeiro as honras do dia, e em que estavam presentes todos os principais conquistadores, deixaram os inimigos no campo 84 mortos e 75 feridos, não havendo baixas da parte portuguesa.

Depois desse ataque foi publicada a paz. Foram vultosas as presas feitas ao inimigo, principalmente em gado pelo Tenente Francisco Carvalho, as quais se elevaram a 7.700 cabeças de animais de toda espécie, que foram conduzidos para a Boca do Monte e postos sob a administração de um capataz. Além do gado foi mais aprezado o seguinte: 6 carretas, mil e tantas varas de pano de algodão, 12 terços de erva mate, e mais 4.000 reses, que entregou no Povo de São Borja para munício das tropas e 4.000 éguas que o Tenente Carvalho entregou ao Capitão José do Canto e Raimundo Santiago, para que as distribuissem com sua gente.

Terminada a campanha das Missões, Francisco Carvalho tornou à freguesia de Cachoeira, afim de cuidar de seus interesses particulares. Pelos seus serviços de guerra foi promovido a capitão de milícias. Residia na estância que, em sobras de terras de Manuel e José Carvalho da Silva e Nicolau Inácio, lhe fora concedida em 1781, entre os rios Capané e Irapuá, ao Sul do Jacuí. Aí faleceu Francisco Carvalho da Silva em 10 de Julho de 1810, com 43 anos de idade. Fora casado com Tomásia António de Aquino, filha legítima de Francisco António Ramos de Oliveira e sua mulher Gertrudes Maria de Jesus, na freguesia de Cachoeira, e deixou desse consórcio seis filhos, sendo quatro homens e duas mulheres.

Felipe Carvalho da Silva, terminada a campanha, teve sua promoção a Capitão de Milícias de Cachoeira, de cuja freguesia foi Comandante. Chegou a Sargento-Mor de Milícias, tendo feito as campanhas de 1811-1812. Casou em Cachoeira com Josefa Maria Branca, viúva de Euzébio Domingues da Silva, já referido, pai do Conquistador de Missões, José Joaquim Domingues, companhei-

ro de José Borges do Canto. O major Felipe Carvalho faleceu em 10 de Fevereiro de 1827, não deixando descendência.

Manuel Carvalho da Silva, cujos serviços militares se estendem pelas campanhas de 1811-1812, casou com Flaubiana Fausta da Costa Prates, em 31 de Julho de 1809, sendo tronco da família Carvalho Prates, do Rio Grande do Sul.

Luís Carvalho da Silva, que sentou praça em 1792, com 19 anos de idade, [89]) tendo nascido em Cachoeira a 13 de Novembro de 1773, excede a todos os seus irmãos em relevantes serviços de guerra, prestados durante as campanhas que se sucedem. Recebeu seu baptismo de sangue na guerra da Conquista das Missões, fazendo parte das forças comandadas por Francisco Carvalho. Terminada a campanha passou de soldado de milícias a Tenente de ordenanças, e em 1809 comandava a freguesia de Cachoeira.

Rompidas as hostilidades da guerra de 1811-1812, Luís Carvalho foi destacado para as Missões, onde assistiu, tomando parte com apreciável destaque, a vários encontros com os inimigos.

Mas é na campanha subsequente, que vai de 1816 a 1820, em que se realçam as suas qualidades de bravo soldado, estando as ordens do dia dessa guerra cheias de referências a seus feitos, verdadeiramente heróicos. No sítio de São Borja e em outros recontros, em que se empenha é assombroso de coragem, de decisão, cabendo-lhe sempre os postos de mais destaque.

Em 19 de Janeiro de 1817 é mandado com um pequeno destacamento cobrir a passagem das forços do General Chagas Santos, no Uruguai. Pressentido pelo inimigo e atacado por forças muito superiores em número, trava combate, conseguindo apreciável vantagem que se transforma em vitória à chegada de um reforço de infantaria, que lhe manda o General, pondo o inimigo em fuga

---

89) Fé de ofício do cap. Luís Carvalho. Certidão datada de São Borja, 12 de Janeiro de 1822; "Capitão Luiz Carvalho da Silva, filho de Manuel Carvalho da Silva. Idade dezenove anos ao sentar praça. Altura cinco pés e quatro polegadas. Cabelos pretos, olhos pardos. Natural da vila do Rio Pardo. Casado. Passou de soldado de milícias a Tenente de ordenanças e a Tenente da terceira companhia deste Regimento (Reg. n. 4 de Cav. de Milícias) em 12 de Agosto de 1819. A Capitão na dita por despacho de S. Exa. no mesmo dia. Achou-se em dez ataques e quatorze destacamentos de Fronteira". (Arq. Hist. R. G. do Sul. Pasta 1822).

desordenada. No dia seguinte, com 50 homens, sai em reconhecimento das posições contrárias e regressa a 10 de Fevereiro com a presa de 600 animais, além de gado vacum, tendo atacado várias partidas do inimigo, que desbaratou e embaraçou que se reunissem às tropas de André Artigas, no dizer de um seu contemporâneo, o Capitão Diogo Arouche. [90]) Em 2 de Fevereiro retorna ao campo com 125 homens, destroçando todas as partidas que encontra entre as quais, em combate travado no dia 8, uma força inimiga que põe fora de acção 38 homens. Na noite desse mesmo dia marcha 25 léguas e na madrugada de 9 surpreende outra partida de insurgentes que desbarata.

Chegam esses sucessos ao conhecimento do valente chefe missioneiro Mbaivé, que resolve atacar Luís Carvalho à frente de um destacamento de 100 homens. O choque foi violento. Depois de meia hora de combate, o inimigo é posto em fuga, ficando no campo de acção 33 mortos, inclusive dois oficiais. Luís Carvalho os persegue ainda cinco léguas. Mbaivé se refaz e reune no acampamento de Ybiratingaí 270 homens para enfrentar a reduzida força do heróico brasileiro. «Neste lugar, diz Diogo Arouche, o valor do Tenente Carvalho excedeu a tudo quanto havia praticado, e não hesitando, principiou a meter-se em ordem para atacá-lo. Então Mbaivé, desanimado à vista da temerária resolução que o ameaçava, empreendeu a retirada e começou a fazê-la; mas o Tenente Carvalho atacou-o tão vigorosamente que logo se decidiu o inimigo à completa fuga, e dispersão, na qual foram perseguidos pelos portugueses que lhes mataram 72 e finalmente foram essas tropas de Mbaivé completamente dispersas e atropeladas por várias direções, e o comandante salvou-se com poucos dos seus no território de Corrientes, sendo perseguidos até as guardas correntinas de Ybiratingaí e Santa Luiza. [91])

O valente cabo, depois de acossar e destruir as partidas inimigas, que infestavam as Missões ocidentais, desde o Uruguai até o Paraná; retirou-se para São Tomé onde se reuniu ao General

---

90) Diogo Arouche de Morais Lara. *Campanha de* 1816. Rev. I. H. B., Vol. 7º.
91) Idem, ibidem.

Chagas Santos, em 26 de Fevereiro com um acervo tomado ao inimigo, de 714 cavalos, 130 mulas, e 308 cabeças de gado vacum. São ainda do Tenente-Coronel Diogo Arouche de Moraes Lara as palavras que reproduzimos de sua **Memória**: «O extraordinário comportamento, a valorosa conduta do referido Tenente de Milícias Luís Carvalho, nesta campanha, foi superior a tudo quanto pode haver de acerto, valor e prudência e não se precisa para prova disto mais do que os seus mesmos feitos gloriosos: feliz o General a cujas ordens numa campanha existe um oficial de tão extensa capacidade como este; e ainda mais feliz se sabendo aproveitar-se de tanto préstimo (como praticou o Brigadeiro Chagas Santos) que dêle resulte todo o proveito e vantagem do soberano e do Estado». 92)

Nas campanhas seguintes avultam mais e mais os memoráveis serviços de Luís Carvalho. Nos principais recontros que se sucedem, na região missioneira, até 1820, é o seu heróico esforço que centraliza a vitória.

Em 1817, à frente de um destacamento de cavalaria miliciana, juntamente com o major Gama Lobo d'Eça, que comanda um contingente de granadeiros de Santa Catarina, Luís Carvalho encontra, à margem direita do Uruguai, ao passo do Itaqui, onde é hoje a cidade argentina de Alvear, uma força de Artigas, comandada pelo valente Capitão Vicente Tiraparé, que, na organização do Regimento de Milícias guaranis, fora nomeado Capitão da Companhia de São Borja. Deu-se o encontro no dia 19 de Janeiro e depois de um duro combate foi derrotado o inimigo, com grande perda de vidas e de um canhão tomado pelos brasileiros.

No ano seguinte, em Abril, depois de quatro dias de assédio, as forças do General Chagas Santos, de que fazia parte o Tenente Luís Carvalho da Silva, investem contra a igreja e o colégio de São Carlos, onde o inimigo estava entrincheirado, rendendo-se, quando a infantaria começava a derrubar o telhado da igreja, 323 oficiais e soldados correntinos que ficaram prisioneiros. Neste assédio, que teve lugar no dia 3 de Abril e no combate do dia

---

92) Diogo Arouche. ***Memória Histórica da Campanha de 1816. Rev.*** Inst. Bras.

anterior, que juntamente com o esquadrão do Tenente-Coronel Joaquim Ferreira Braga, levou Luís Carvalho contra Aranda, que conduzia um reforço de 300 correntinos, com que esperava romper o cerco de São Carlos, o valente miliciano obrou prodígios de valor, e foi em pessoa quem, terçando armas com o valoroso caudilho artiguenho, matou Aranda, em plena acção.

Em 1819, nos combates de 1 e 9 de Maio, Luís Carvalho tem destacada actuação, combatendo junto às forças do Tenente-Coronel Arouche. Nesse último combate, que se dá em São Nicolau, em cujo ataque é repelido o General Chagas Santos, Luís Carvalho estava ao lado de Arouche, a quem recomendava tivesse cuidado, pois o silêncio que se observava nas trincheiras inimigas era de mau preságio. Valente e disposto o jovem oficial paulista expôs-se de tal sorte à frente de seus soldados que uma das primeiras descargas inimigas atingiu-o de cheio, vitimando-o. [93])

Comandava Luís Carvalho em toda a campanha uma ala do regimento de milícias guaranis, obedecendo outra ao comando do Capitão Manuel José de Melo. Citado em várias ordens do dia, do comando em chefe do Exército, então exercido pelo conde da Figueira, Luís Carvalho é promovido a Tenente de Milícias para a 3ª Companhia, do 4º Regimento de Cavalaria, em 12 de Agosto de 1819, e, no mesmo dia, a Capitão dessa mesma companhia e regimento de milícias. Em 1820 recolhe-se às Missões, tendo tomado parte em 10 combates e 14 destacamentos na fronteira.

Foi Luís Carvalho administrador do Povo de São Miguel, cargo que ocupou durante cinco anos e nove meses, não recebendo três anos de vencimentos a que tinha direito e de cuja dívida, em seu testamento, perdoa a Fazenda Real. Faleceu Luís Carvalho em 1836, em Cachoeira, onde residia, ocupando cargos de destaque político e social e sendo um dos chefes do partido liberal que, em

93) O Tenente-Coronel Diogo Arouche de Moraes Lara, natural de São Paulo, foi um dos heróis das campanhas platinas. Casou em Porto Alegre com Maria Angélica Sampaio, filha legítima de Francisco José Sampaio e Ursula Maria das Dores. Deixou o casal filhos menores: Maria, Francisca, Joana e Ursula. A primeira foi casada com Francisco de Azambuja Cidade, deixando um filho, Diogo Arouche Cidade.

1835 deflagrara a Revolução Farroupilha, em que tomou ainda parte ativa.

Fora casado em primeiras núpcias com Rosa Joaquina da Encarnação, natural da ilha de Santa Catarina, filha do capitão Manuel José Machado e de sua mulher Maria Antónia da Encarnação, e viúva do Tenente José Francisco da Cunha. Faleceu a primeira mulher em 3 de Julho de 1802, deixando dois filhos, também falecidos em tenra idade. Convolou a segundas núpcias, em Cachoeira, a 13 de Maio de 1803, com D. Maria Francisca de Aragão, filha legítima de D. José de Aragão, último governador espanhol do Povo de São Nicolau, natural de Cádix, e de sua mulher D. Teresa de Subiurra, natural do Povo de São Cosme e S. Damião, das Missões do Paraguai. Teve Luís Carvalho desse consórcio os filhos Manuel Carvalho de Aragão e Silva (Manduca Carvalho) um dos grandes heróis da Revolução Farroupilha, [94]) Maria Delfina, casada com Delfino Gomes Porto, neto de Gabriel Ribeiro de Almeida, já referido [95]) e Teresa, Josefa, Maria José, Francisca, José e Luís, ramos de várias famílias com descendentes na cidade de Cachoeira.

3. Administração da Província de Missões.

Integrada à colónia portuguesa, pela conquista, a considerável região missioneira, cujo território aumentava de um terço o Rio Grande do Sul, surge de momento para o governo do Continente o problema de organização administrativa. Além de sua complexidade e dos abusos que esse acto, pela sua própria origem, deveria determinar, coincidiu a conquista com a enfermidade e morte do governador Sebastião Xavier da Veiga Cabral da Câmara, falecido na vila do Rio Grande no dia 5 de Novembro de 1801. Substituiu-o, interinamente, nesse alto posto, o brigadeiro Francisco João Róscio, carácter ilibado e austero, que dirigiu os destinos do Rio Grande de São Pedro até a chegada do chefe-de-es-

94) Aurélio Porto. Notas ao Processo dos Farrapos. Arq. Nac. XXXI e seguintes. *Farroupilha*. Rio, 1938.
95) Nota anterior. Avós paternos do autor.

quadra Paulo José da Silva Gama, governador do Continente de 1803 a 1809.

Tomando conhecimento do que se passava em Missões ainda sob a devastação da mais desenfreada cobiça, profliga o governador a rapina que ali houve determinando o estado miserável a que chegaram aqueles Povos. Em Maio de 1802, denunciando abusos praticados naquela província, diz que foram os dragões e os auxiliares que os praticaram. Fizeram ali verdadeiras devastações. Mas, ao tomar conta do governo, em Fevereiro, não era mais oportuno impor-lhes o merecido castigo. Melhorou a situação com a ida para ali dos Majores José de Saldanha e Joaquim Félix, porque o Major que ali comandava, pela sua avareza, cometeu graves desatinos. [1])

E a Paulo da Gama, que vem assumir o governo, Róscio, procurando orientar nos negócios públicos do Continente, verbera ainda a «desbragada rapina» que atirou à miséria a região missioneira. «Difícil seria desmaranhar tal e tão intrincado e espinhoso labirinto com que em poucas semanas ou em breves dias, um certo número de indivíduos, com obrigação de proceder honesta e honradamente, transmutaram aqueles Sete Povos, e a todos os espanhóis ali encontrados, da fartura, abundância e tráfico vantajoso em que viviam, ao mais desgraçado estado e infeliz miséria, que não é fácil compreender e menos fazer-se crivel em maior distância, sem que por isto seus autores e cúmplices representassem grandes vantagens». [2])

À conquista das Missões presidiu a acção de duas correntes perfeitamente distintas que ali se vão chocar. Canto, Gabriel Ribeiro e seus companheiros, impelidos por um idealismo patriótico, ou por um espírito aventureiro que foi o substratum da sub-raça heróica que surgia do Pampa ao fragor dos árduos entrechoques fronteiros, — dragão desertor e miliciano humilde, com seus bandos de peões de estâncias, não trabalhados pela cobiça, — aspiravam, quiçá, a modestas recompensas compatíveis com suas posi-

---

1) Carta de F. J. Róscio ao Sargento-mor Joaquim Félix, de 15 de Maio de 1802. Arq. Nac. Col. 104. Corresp. Gov. Vol. XIII.
2) Ofício de Róscio a Paulo da Gama, de 28 de Dezembro de 1802. Col. 104. Arq. Nac. Vol. 13.

ções sociais. A outra, que se integra à conquista, que não a realiza, pròpriamente, mas que se locupleta de seus benefícios, é constituída pelos estancieiros que avançam e que, procurando deprimir os verdadeiros conquistadores, estendem as farsas ávidas e interesseiras a todos os bens de qualquer espécie que lhes ficam ao alcance. Manuel dos Santos Pedroso, estancieiro, com a dirimente do heroismo com que combateu e, depois, Castro Morais, «que por sua avareza comete graves desatinos», todos procurando aumentar as suas fazendas de criação com os gados que arrebanham em Missões, integram a corrente dos que se atiram à conquista por interesses individuais. Pedroso, depois de atacar e tomar São Martinho, «passou a saquear algumas fazendas», e voltou para a sua estância «com mais de 100 animais vacum e cavalar, deixando em abandono aquele». [3]) E foi, novamente, o desejo de aumentar a sua fazenda depois da conquista realizada por Canto, que o fez voltar, atacar o governador espanhol D. Francisco Rodrigo, «ficando senhor de toda a equipagem», tirando-lhe quanto trazia de precioso.

De 1801 a 1828, ano em que pràticamente se extinguem as Missões Orientais do Uruguai, com a despovoação completa de seus Povos, cujos moradores acompanham D. Frutuoso Rivera e fundam **Bela Unión,** dirigiram as Missões, como governadores militares e administradores gerais, vários oficiais de tropas regulares ou de milícias.

Entre os primeiros contam-se oficiais brilhantes, de elevada cultura técnica, engenheiros que terminavam os trabalhos da Demarcação de Limites, com Joaquim Félix, José de Saldanha e Chagas Santos, que poderiam ter dado rumos precisos à reorganização daquelas desmanteladas aldeias. Mas, os dois primeiros, passando ligeiramente pela administração, procuraram dela se afastar ante a avalanche de interesses particulares que iam destruindo a vida económica dos pobres índios, cujas propriedades, imóveis e semoventes, constituiam já apreciável patrimônio de exploradores sem consciência. Chagas Santos foi, durante mais de um de-

3) Gabriel Ribeiro de Almeida. *Memória*. 5.

cénio, com incontrastável autoridade, o senhor absoluto das Missões. Não lhe faltavam cultura, inteligência, prestígio para a execução de um programa de governo que pudesse elevar a vasta e rica região que lhe fora entregue. Mas, é exactamente em seu período administrativo que se processa a grande revolução emancipadora, que mudará a face política das antigas colónias ibéro-americanas. E o seu reflexo fatal nas Missões transformará as suas aldeias, os seus campos em cenários sangrentos de lutas. Surge aí, iluminado pelos clarões de uma nova idade, a figura singular de Artigas. E os índios das Missões recebem de seu irmão Andresito a faisca com que se procura reacender a chama de energias já quase mortas pelo servilismo, pelos vícios e pela apatia da própria raça.

Durante esse período governaram as Missões, como comandantes militares e administradores gerais, os seguintes oficiais:

a) Sargento-Mor de Dragões **José de Castro Morais** — Filho legítimo do Brigadeiro Gregório de Morais Castro Pimentel, que fez parte da Demarcação de Limites de 1750 sob as ordens de Gomes Freire, nascido no Rio de Janeiro. Consta da respectiva **Folha de Serviços** [4]) que, em 1789, era «casado, sem filhos, 43 anos e 8 meses de idade, e de serviço 29 anos. Serviu em Alferes e Tenente na cidade do Rio de Janeiro, neste último posto passou para o Regimento da Ilha de Santa Catarina, e no mesmo posto para o meu Regimento (Dragões do R. G. Sul), onde foi nomeado Capitão a 23 de Agosto de 1775 e Sargento-mor a 13 de Maio de 1789».

Em data de 21 de Agosto de 1801, o Coronel Patrício, comandante do Regimento de Dragões e da fronteira do Rio Pardo, recebendo notícias da conquista dos Povos determinou a esse Sargento-mor que seguisse para São Miguel, afim de regularizar a capitulação do ex-governador espanhol, arrecadar armas e munições, respeitando as bagagens, etc. e que assumisse o comando dos diversos grupos irregulares que ali se encontravam, para tornar efectiva assim a defesa dos terrenos conquistados. Devia

4) B. N. Cod. Mss. I, 5, 4, 17. Vol. X. Folha de serviços do Regimento de Dragões do R. G. do Sul, 30 de Setembro de 1789.

também dar organização eficiente à administração, conservando os Cabildos e Corregedores e Curas que quisesse submeter-se ao novo regime português.

Foi de pouca duração o comando desse oficial. De chegada a São Miguel, procurou diminuir o valor de Canto e seus companheiros de conquista, tentando «puxá-lo» para a sua companhia, a que antes da última deserção pertencia o valente soldado. Ia isto determinando um choque à mão armada entre os aventureiros de Canto e os dragões do Sargento-Mor, o que foi evitado pela calma e ponderação de Gabriel Ribeiro.

Castro Morais é acusado não só pelos conquistadores, em suas Memórias, como pelos próprios chefes, como Patrício Câmara e Róscio, de haver-se aproveitado da oportunidade afim de se locupletar com os bens dos Povos e presas feitas ao governador D. Francisco Rodrigo, a quem foram restituídos alguns objectos, graças à intercessão do Tenente Francisco Carvalho e Manuel Carneiro junto a Maneco Pedroso.

Para a sua estância, entre os Capanés, distrito de Cachoeira, mandou o Sargento-mor grandes tropas de gado.

Ao se apresentar ao governo, Gabriel Ribeiro levou ao conhecimento das autoridades o procedimento desse comandante que, em Setembro, era destituído e mandado recolher ao regimento pelo Coronel Patrício. Em Rio Pardo, onde se encontrava servindo, faleceu o Sargento-mor Morais Castro no dia 13 de Novembro de 1803. Não deixou descendência de legítimo matrimónio e sòmente uma filha natural, Francisca de Castro de Morais, nascida de mãe incógnita no acampamento do Boqueirão, e baptizada em Cachoeira a 17 de Dezembro de 1798.

b) Sargento-mor **Joaquim Félix da Fonseca.** Em 30 de Agosto, do Rio Grande determinou o governador Cabral da Câmara, ao ter conhecimento, naquela vila, da anexação dos Sete Povos ao domínio português, que o Sargento-mor Joaquim Félix da Fonseca, mandado recolher a Porto Alegre com a partida de demarcação que chefiava, seguisse para as Missões. Lembrava o governador que «ninguém melhor que Vme. pelos seus conhecimentos e larga experiência dos ditos Povos, é capaz de os comandar e re-

duzir ao estado tranquilo e de bom regime de que assaz necessitam infundindo-lhes o amor e fidelidade que devem prestar ao Principe Regente N. Senhor...» etc. 5)

Em 23 de Setembro chegava Joaquim Félix da Fonseca 6) às Missões, tomando o comando das mesmas das mãos do Sargento-mor Castro Morais. Oficial culto e inteligente, tendo vivido nessa região, como chefe de serviço da Demarcação de Limites, estaria o novo comandante em condições de atender às necessidades que lhe seriam impostas pela hora presente.

Mas teve ao chegar uma impressão decepcionadora. Além dos espanhóis expulsos, os portugueses haviam cometido ali os maiores excessos. Os Povos estavam exauridos, as suas estâncias desbaratadas e despovoadas de gados, falta que «se entrou desde logo a experimentar, sendo difícil de remediar». 7)

Mas o momento não admitia outras providências senão as de carácter militar, dada a escassez da tropa que ali estava e dos ataques que os espanhóis, refeitos da surpresa, intentavam, transpondo o Uruguai. «Desde que eu cheguei até o dia 8 do corrente, diz Joaquim Félix, em ofício de 22 de Novembro, em que êles deram um último assalto a uma capela, abaixo do Povo de São Borja, onde eu então estava, tem havido cinco sucessivamente: a saber, no Passo da Conceição, no de São Lucas, no de São Marcos, que fica fronteiro ao de S. Tomé, no de Santa Maria e o último naquela capela».

Para enfrentar esses ataques de um inimigo que agora trazia

---

5) Arq. R. G. S. Rev. 1921. N. 1. 35.

6) Joaquim Félix da Fonseca Manso nasceu na freguesia do S. S. Sacramento de Lisboa, e era filho de Francisco António da Fonseca e de sua mulher Joana Joaquina Vieira da Silva, ambos naturais daquela cidade. Sentou praça, destinando-se à escola de Bombeiros, de onde saiu Tenente, depois de um curso distinto. Promovido a Capitão de artilharia foi designado para servir na Demarcação de Limites do Sul, iniciada em 1783. Em 1801, recolhia com sua partida a Porto Alegre, quando foi designado Comandante das Missões. Casou com D. Eulália Joaquina Pereira Pinto, filha do Coronel Francisco Barreto Pinto. Teve desse consórcio os filhos: Francisco Félix Pereira Pinto, que foi Marechal do Exército Brasileiro, João, Joaquim e José. Atingiu o posto de Coronel, falecendo no Rio de Janeiro em 12 de Maio de 1814. Teve um filho natural, o Capitão Joaquim Félix, que faleceu em 11-IV-1820.

7) Rev. Arq. Publ. R. G. S. Vol. I, 50.

à frente um bravo espanhol, o Tenente Rúbio Dulce, escassa era a gente de que dispunha o Comandante. Marchara «com 18 praças militares, que havia de resto no Acampamento donde saí, para este destino, no qual toda tropa que havia pouco excedia a 120 homens de todas as classes, isto é, de dragões, auxiliares e aventureiros, e perto de um mês depois chegaram 33 praças de granadeiros e artilheiros». Havia promessa de mais gente, principalmente de Cima da Serra, que já estava em marcha, e depois de muita espera, nos primeiros dias de Novembro chegaram o Tenente João Machado da Silva com 47 auxiliares, e a gente de Cima da Serra, que formava um corpo de 120 homens entre auxiliares e aventureiros, comandados pelo Capitão de Cavalaria Auxiliar João da Costa Varela e cinco subalternos.

Dando uma nova organização à tropa que ali se encontrava, resolveu o Coronel Patrício Câmara, comandante da fronteira do Rio Pardo, determinar a ida para as Missões do Sargento-mor José de Saldanha, que assumiria o comando geral, e que chegou a São Nicolau a 26 de Novembro. Encontrou ali pouco mais de 350 homens, número irrisório de combatentes, em sua maior parte milicianos, «muito poucos nesta conjuntura para guarnecer e defender uma Província tão extensa». [8])

Ficava ao cuidado do Dr. José de Saldanha a parte militar, encargo que exerceu até 5 de Março de 1802, quando foi mandado recolher ao quartel de Rio Pardo [9]), cabendo a Joaquim Félix a administração, pròpriamente dita, dos Povos de Missões, tendo designado para sede, civil e militar, o Povo de São Borja, mais exposto às incursões inimigas.

Proclamada a paz a 25 de Dezembro, procurou Joaquim Félix, empenhadamente, restituir aos Povos a sua tranquilidade e antigo progresso. Mas, tudo foi baldado. A desorganização lavrava em toda a parte; o latrocínio campeava, despovoando as estâncias de gados; a lavoura sofrera as consequências da guerra e os índios entregues a si mesmos caíam no relaxamento e nos vícios.

Além de pouco numerosa e mal paga, a tropa, segundo comu-

---

8) Rev. Arq. Publ. Vol. I, 50.
9) A. Porto. *Diário Resumido.* Anais B. N. Vol. LI, 152.

nicação de Joaquim Félix ao governador, havia cinco meses não recebia vencimentos. O comandante, para atenuar um pouco essa situação, mandara entregar aos soldados, principalmente auxiliares, algumas varas de algodão. No ano seguinte, 1803, a situação se agravara, por falta de farinha nas Missões, não obstante custar a carne, que já escasseava devido às grandes arreadas feitas, duzentos réis a arroba. Mais sensível ainda a escassez de couro para surrões, o que determinara a demora na remessa das farinhas.

Aumentavam diàriamente as deserções de milicianos e até de dragões, que se internavam pelas campanhas, entregando-se à caça de gados chimarrões e invadindo mesmo as estâncias espanholas sitas além da linha divisória ainda não fixada ao sul do Ibicuí. Felizmente parecia, no ano que seguira ao da conquista, que os espanhóis, conformados com a situação, acatavam a paz estabelecida. Em Fevereiro de 1802, o sargento-mor comandante Joaquim Félix, tendo conhecimento de que os espanhóis haviam deixado ùnicamente poucas guardas nos passos, e que o próprio governador das Missões Ocidentais se havia retirado para Candelária, resolveu licenciar os milicianos, ficando ùnicamente com a tropa paga, aliás diminuta. Em Abril, com a ordem de se recolher, recebida pelo sagento-mor José de Saldanha, ficava a praça sem comandante militar, urgindo viesse para substituí-lo um oficial competente. Saldanha merecia os maiores elogios pela sua acção, «tanto nas funções de seu cargo, como também no suprir eficazmente a falta de facultativo, dos quais não há nenhum nestes povos». [10]) Em Maio, Saldanha é substituído pelo alferes de dragões João António da Silveira que, como já vimos, fora também um dos bravos conquistadores das Missões. Manda Joaquim Félix que se transporte para São Borja onde reunirá as praças destacadas em vários lugares.

No ano seguinte, porém, chegam às Missões certos rumores de guerra. A título de atacar os índios minuanos e churruas, que têm os seus toldos ao Sul do Ibicuí, preparam-se fortes contingen-

---

10) Rev. Arq. Publ. R. G. do Sul. 3º Cat. Doc. Hist. (1801-1803) 90 a 172.

tes espanhóis que, segundo voz corrente, ao mando do novo governador das Missões, substituto de D. Bernardo Lecocq, aproveitaria a ocasião de intentar a reconquista dos Sete Povos.

Joaquim Félix, ao ter conhecimento, em Janeiro de 1803, dessas notícias, não obstante estar seu comando directamente subordinado ao governador do Continente, apela para o comandante da fronteira do Rio Pardo, coronel Patrício da Câmara, afim de que lhe forneça auxílio, «pedindo o maior número de tropa, ainda que de todas as classes», com cavalhada, armamento e cartuchame.

Manda ao mesmo tempo chamar os capitães José Borges do Canto, Manuel dos Santos Pedroso e tenente Gabriel Ribeiro de Almeida, os quais, com os companheiros que os assistiram na última guerra, assumem a defesa das Missões. E a Maneco Pedroso e Gabriel Ribeiro incumbe de irem a Rio Pardo trazer os reforços ali já arregimentados pelo coronel Patrício. Felizmente, não se realizaram as previsões de um ataque por parte dos espanhóis que se limitaram a levar a guerra aos índios infiéis.

Em meados de 1803, ante a desordem que lavrara nas Missões, por falta de auxílio do governo, e compreendendo ser inútil todo o seu esforço, solicitara Joaquim Félix da Fonseca sua retirada desse comando. Atendido em Agosto desse ano, é designado para substituí-lo o sargento-mor José de Saldanha, que só em Outubro, por falta de condução e devido às grandes enchentes que tornavam invadeáveis os rios, pôde seguir do Rio Pardo, onde se encontrava.

Joaquim Félix, dentro das possibilidades do momento, fizera um governo honesto e digno, e fora o consolidador da conquista pelas providências de ordem militar com que procurara evitar, com os recursos miseráveis de que dispunha, uma invasão dos espanhóis, que com forças consideráveis se conservavam a espreita de ocasião oportuna para reconquistar os Sete Povos.

c) Sargento-mor **José de Saldanha**. [11]) Assumindo o coman-

---

11) Nasceu José de Saldanha em Lisboa, presumivelmente em 1758, sendo seus pais o Dr. Duarte Rebelo de Saldanha e sua mulher Leonor Teresa da Silva. Ingressou, depois de completa sua instrução preliminar, na Universidade de Coimbra, bacharelando-se em filosofia e matemática e

do das Missões, solicitara Joaquim Félix da Fonseca, ao governador do Continente, «para ajudá-lo nesse trabalhoso exercício um oficial inteligente que lhe foi remetido na pessoa do major engenheiro José de Saldanha». [12]) Chega este ali a 26 de Novembro de 1801, a título de comandar a tropa, revelando nessa difícil tarefa qualidades de verdadeiro soldado que se aliavam aos seus altos conhecimentos profissionais como engenheiro. Além de prover às necessidades de defesa daquelas vastas fronteiras, Saldanha percorreu quase todo o território missioneiro, afim de coligir elementos para um estudo sobre a delimitação de suas raias extensas.

Por motivo de ordem pessoal, expostos em outro trabalho, [13]) é mandado, em Abril do ano seguinte, recolher a Rio Pardo, onde chega em Setembro, apresentando-se ao comandante da fronteira de quem recebe os mais calorosos elogios não só pelos serviços de guerra que prestara, como pelos seus trabalhos de geógrafo. Nessa vila, onde se conservou um ano, entregou-se Saldanha a seus estudos de gabinete, aperfeiçoando a carta geográfica do Rio Grande do Sul, já acrescida da parte missioneira, para a qual fizera trabalhos de levantamento em suas excursões pela nova província anexada à colónia portuguesa.

Para substituir o sargento-mor Joaquim Félix, que solicitara, por enfermo, sua retirada do comando geral das Missões, o gonernador Paula da Gama designou a Saldanha, em Agôsto de 1803.

---

especializando-se em geografia e astronomia, que praticou na fragata S. João Baptista, onde realizou valiosas determinações de coordenadas geográficas e observações inerentes à sua profissão. Escolhido para fazer parte da Demarcação resultante do tratado de S. Ildefonso, veio para a América em 1782 e no ano seguinte iniciava no Rio Grande os trabalhos de Demarcação, chefiando a 1ª Partida em companhia do engenheiro Eloi Porteli, ficando a 2ª a cargo de Joaquim Félix e Chagas Santos, cujos nomes estão também ligados à vida das Missões. Saldanha casou no Rio Pardo com Ana Joaquina Tomázia, filha do Tenente Joaquim Tomaz de Andrade e Siqueira, não obstante ser casado em Lisboa com D. Mariana Efigénia da Fonseca (*Diário Resumido*). Do consórcio com Ana Joaquina teve três filhos, só subsistindo Leonor Quirina, casada com Vasco Pereira de Macedo, de onde procede a família Saldanha Pereira de Macedo, do Rio Grande do Sul. Faleceu o Dr. José de Saldanha em Porto Alegre, em 28 de Maio de 1808, no posto de sargento-mor do Real Corpo de Engenheiros.

12) Carta de Elói a seu irmão Joaquim Porteli B. N. I, 29, 13, 20.

13) Aurélio Porto. *Diário Resumido*. Biog. Anais B. N., 157.

E ao mesmo tempo, para evitar os inconvenientes de subordinação desse comando ao governo do Continente, determinou que as Missões fossem atendidas pelo comando de Rio Pardo, do qual ficariam dependentes.

O Dr. Saldanha, que fez seu quartel general em São Luís, governou Missões pouco mais do que um ano. Não obstante todas as suas solicitações, nada conseguia para a desolada província. Ali faltava tudo. Soldados, armas, munições, até víveres. Havia, mesmo, dias de fome e de privações, porque a lavoura fora abandonada, a carne escasseava e as farinhas, cujo transporte era difícil, não chegavam a tempo. O estado de saúde não era bom. E conseguiu então que fosse para ali o cirurgião Félix Joaquim, para atender aos Povos em casos de emergência.

Em vista de precariedade da situação, autorizou o comandante saissem os índios pelas campanhas, sob as ordens até de oficiais, para fazer «vacarias», dentro das raias indecisas dos «campos avançados», que se estendiam até as coxilhas do Jarau. Mas, transpondo os limites, supostamente portugueses, essas partidas, a que se ligavam os índios minuanos e charruas, entravam além, originando queixas das autoridades espanholas. Em 1804, havia «quatro vacarias estabelecidas do outro lado do Rio Negro para faenas ou faturas de couros, cebo, graxa, «de índios dos Povos de São Nicolau, São Borja e São Lourenço, sendo «uma delas mandada pelo capitão José do Canto, com 100 homens também portugueses» que haviam saído com licença do comandante de Missões. [14])

Mandou o governo fossem presos Canto e seus companheiros, o que não se chegou a executar porque, colhidos de surpresa pelos castelhanos, como já historiámos, foram presos e, mais tarde, querendo fugir, foram novamente atacados, contando-se entre os mortos o conquistador.

A falta de individuação da linha divisória era causa constante de choques e atritos que punham em perigo a própria paz entre castelhanos e portugueses. Cita-se mesmo um encontro sangren-

---

14) Arq. Hist. R. G. S. Doc. Carta ao Coronel Patrício do ajudante de ordens do governo, J. Inácio da Silva, 6-VIII-1804. Pasta, 1804.

to entre partidas comandadas pelos tenentes Rondeau, castelhano e Francisco Barreto, brasileiro, que se chocaram em território que cada um julgava pertencer à sua nação.

Por outro lado, estendendo as suas estâncias pela região conquistada, os rio-grandenses, militares e civis, transpunham com seus estabelecimentos as raias tàcitamente aceitas e tomavam posse dos chamados «campos avançados», povoando assim larga extensão, que mais tarde se ampliou além Quaraí, indo até o rio Arapeí.

Para obviar as desvantagens daí provindas, o governador Paulo da Gama determina ao Dr. Saldanha «informe por escrito até que sitios e lugares se possa pròpriamente dizer conquistaram nossas armas na fronteira de Missões». E em resposta, em Porto Alegre, onde se achava em 15 de Outubro de 1805, apresentou Saldanha extenso memorial ao governador. Depois de historiar as várias fases da conquista, sua defesa e consolidação, e assinalar as providências tomadas para manter o território conquistado, assinala as linhas já anteriormente referidas quando relatámos a morte do capitão José Borges do Canto.

São essas, acrescidas mais tarde até o Quaraí, as fronteiras que se tornarão definitivas entre o Brasil e o Estado Oriental do Uruguai, com a paz de 1828.

Doente, e vendo a improficuidade de todos os seus esforços no intuito de dar às Missões uma administração condicente aos desejos que alimentava, pediu o Dr. José de Saldanha sua retirada das Missões, no que foi atendido por ordem do governador, datada de 18 de Abril de 1805.

d) Capitão **João de Deus Mena Barreto.** Substituiu o Dr. José de Saldanha, no governo geral das Missões, o capitão de dragões João de Deus Mena Barreto, [15]) que exerceu esse cargo de 18 de Abril de 1805 a 4 de Abril de 1807.

---

15) João de Deus Mena Barreto nasceu no Rio Pardo em 2 de Julho de 1769, sendo filho legítimo do Coronel Francisco Barreto Pereira Pinto, Coronel de dragões, e de sua mulher D. Francisca Veloso da Fontoura, neto paterno do Capitão-mor Manuel dos Santos Barreto e de D. Madalena Maria Pereira Pinto, ambos naturais de Feira, Portugal; e neto materno

A administração do bravo capitão de dragões, que terá singular destaque na história do Rio Grande do Sul, não apresenta nada de notável, nessa gestão de dois anos, para a vida das Missões, senão uma tentativa de reconstruir o templo de S. Nicolau. Dela só fica um facto de ordem passional, relegado para as crónicas galantes da vida aventureira e romântica do tempo.

Desde a conquista lutou a administração com a falta de sacerdotes para atender às necessidades espirituais, não só dos antigos catecúmenos jesuíticos, como dos brancos, espanhóis e portugueses, que viviam nas Missões.

Conseguiu, a princípio, Gabriel Ribeiro que os frades espanhóis, curas dos Povos, ali, ficassem ainda sob o domínio português, o que se justificava plenamente, pois só, alguns anos depois, passou essa província eclesiástica, que pertencia ao bispado de Buenos Aires, à jurisdição do Vigário Geral do Rio Grande do Sul. 16) Alguns Padres ficaram mesmo até 1803 dirigindo a curazia de seus Povos. Urgia, porém, dar uma providência pela falta de Padres que se fazia sentir.

Conseguiu o Dr. José de Saldanha levar para São Borja, afim de assumir a administração espiritual das Missões, o Padre Euzébio de Magalhães Rangel e Silva, que fora capelão de dragões e acompanhara durante toda a campanha da Demarcação de limites de 1783 a partida chefiada por aquele facultativo, sendo o fundador da capela do Acampamento da Boca do Monte, hoje cidade de Santa Maria.

---

de João Carneiro da Fontoura e Francisca Veloso, naturais de Chaves, Portugal. Sentando praça no Regimento de Dragões, João de Deus vê transcorrer ai, entre feitos de épica bravura, toda sua carreira militar. Atinge todos os postos, eleva-se às mais altas condições sociais, sendo tronco de uma larga progênie de heróis e de soldados valorosos e dignos. Marechal de exército, barão e visconde de São Gabriel, com grandeza, conselheiro do Império, detentor das mais altas dignidades das ordens portuguesas e brasileiras, lega à posteridade um dos maiores nomes entre os maiores soldados brasileiros. Faleceu em 27 de Agosto de 1849. Foi casado com D. Rita Bernarda Cortes de Figueiredo Mena, deixando desse consórcio treze filhos entre os quais José Luís, Gaspar Francisco e João Propício Mena Barreto, o 2º visconde de São Gabriel, e quatro ilegítimos em que sobressai o heróico João Manuel Mena Barreto.

16) Só em 1813 o Bispo D. José Caetano criou o Vigariado Geral, entregando sua administração ao P. António Vieira do Soledade.

Em 18 de Maio de 1803 lança o Padre Euzébio os primeiros assentos eclesiásticos nos livros de casamentos e baptizados de São Borja. [17]) Bondoso e indulgente, fez o Padre Euzébio, nesse meio difícil de administrar espiritualmente, quer os índios já em decadência, quer os brancos de toda a espécie que vinham das lutas da conquista, boa e profícua gestão religiosa. Faleceu em Junho de 1806, em São Borja, cercado do respeito e do amor de seus paroquianos.

Em princípios de 1807 vai para as Missões, em substituição ao Padre Euzébio, Frei João Baptista dos Prazeres, mandado pelo Vigário Geral que, de chegada, se indispõe com João de Deus. Resulta dessa indisposição a denúncia que, deixando as Missões, apresenta ao governo contra o capitão João de Deus Mena Barreto pelo irregular procedimento como comandante daqueles Povos. Recebida esta pelo governador Paulo da Gama, determina este, em 10 de Agosto de 1808, se proceda inquirição de testemunhas a respeito dessas acusações feitas por Frei Prazeres. [18])

Dizia o cura em sua representação que o comandante João de Deus, cuja família não estava nas Missões, mantinha em São Nicolau, sede do governo missioneiro, relações ilícitas com a «china» Maria Salomé, moça, bastante formosa, e filha de uma das antigas famílias nobres daquele Povo. Para servi-la e cercá-la de todo conforto, determinara o comandante que os índios levassem para a casa de Salomé tudo quanto havia de melhor, para ela trabalhando, sem remuneração de espécie alguma. Nas festas religiosas, missas e outras solenidades que se realizavam no templo, com escândalo geral, fazia a «china» sentar em uma grande cadeira de espaldar, reservada às autoridades e pessoas gradas, que mandara colocar debaixo do arco central do templo. E outras acusações do mesmo teor fazia ao capitão comandante. As testemunhas inquiridas confirmaram as acusações de Frei Prazeres.

---

17) Bisp. de Uruguaiana. Livros de assentos de casamentos, baptizados e óbitos de São Borja (1790-1820). O 1º de bapt. abrange os anos de 1797 a 1816 e o anterior, já referido, até 1797, está na Biblioteca Nacional, e foi oferecido ao Conde d'Eu.

18) Arq. Hist. R. G. do Sul. Volumoso processo com vários apensos. Pasta 1808. Doc. 69 e 70.

Desse romance de João de Deus procede mais um valente soldado mestiço que ele doa à defesa da Pátria: o capitão João Baptista Barreto, «havido em estado de casado com mulher desempedida e reconhecido na Côrte do Rio de Janeiro e Desembargo do Paço». [19]) O capitão João Batista já era falecido quando o visconde de São Gabriel fez seu testamento, em data de 23 de Fevereiro de 1845. Casado com Claudina Arminda Freire, filha de José Paim de Azevedo, João Baptista deixara duas filhas de legítimo matrimónio: Maria de Deus e Deolinda e uma ilegítima: Maria Salomé, em memória da índia missioneira, que fora sua mãe.

e) Tenente-coronel **Tomaz da Costa Correia Rabelo e Silva.** Pela sua importância, principalmente estratégica, como região fronteiriça sempre ameaçada, impunha-se a necessidade de confiar o comando das Missões a oficiais superiores de comprovados méritos. Foi essa sugestão do brigadeiro Patrício da Câmara, a quem estava afecto o comando do Rio Pardo, aprovada pelo governo do Continente que, desde então, designou, para essas funções, oficiais de patente elevada. Iniciou essa série de administradores militares de Missões o tenente-coronel Tomaz da Costa Correia Rabelo e Silva, mais tarde elevado ao generalato no Exército brasileiro. [20])

Em Maio de 1808 assumiu o tenente-coronel Tomaz da Costa o comando das Missões, que exerceu durante cinco meses, isto é, até Outubro do mesmo ano. Oficial inteligente, com a visão precisa das excelências da terra e da penúria que sobre ela baixara, tenta Tomaz da Costa fazer alguma coisa pelas Missões, dirigindo

---

19) Testamento do Visconde de São Gabriel. Rio Pardo. 23-II-1845. Arq. Publ. Rio Grande do Sul.

20) Tomaz da Costa Correia Rabelo e Silva era filho de Belchior da Costa Correia Rabelo e de sua mulher D. Ana Joaquina da Silva. Em 8 de Julho de 1805, sendo Sargento-mor da brigada de artilharia da legião dos Voluntários Reais de São Paulo, e lente da mesma legião, foi promovido a Tenente-Coronel agregado ao Regimento de Dragões e lente das tropas, que se encontravam no Rio Pardo. Em 22 de Setembro de 1810 teve sua promoção a Coronel; em 13 de Maio de 1813, a Brigadeiro graduado, e em 6 de Fevereiro de 1818 a Brigadeiro efectivo. Faleceu no Rio de Janeiro em 21-XII-1818. (Leurênio Lago. *Brigadeiros e Generais... no Brasil.* 146).

ao governo vários relatórios em que propunha os meios de melhorar a precaríssima condição dos índios e dos Povos. E, além desses relatórios, escreveu interessantíssima **Memória** em que expõe suas adiantadas observações, oferecendo-a ao conde de Linhares. [21])

«Em cinco meses do meu comando, diz, quis examinar os meios de tirar estes desgraçados da miséria em que viviam. Pretendi conhecer as coisas na sua origem, e não existindo nos arquivos dos Cabildos assentos, nem o mais pequeno apontamento sobre os negócios e bens dos Povos, pois que com a invasão dos portugueses nem os papéis escaparam, recorri à tradição e por ela me regulei nos meus detalhes e em tudo quanto escrevi e se acha na Secretaria deste governo. Vi com satisfação os naturais principiarem a levantar a cabeça, porém tão curto espaço de tempo não deu lugar ao desenvolvimento de minhas ideias». [22])

Nessa interessante Memória traça Tomaz da Costa em linhas fortes e precisas o panorama da miséria que envolvia as Missões, cujos «principais povoadores, os índios guaranis, são por todos os princípios os entes mais desgraçados: e de tão dilatado espaço de terreno não resulta ao Estado a mais pequena utilidade». Para conhecer as causas dessa decadência estuda detidamente as três fases principais da vida das Missões: o florescimento da civilização jesuítica, cujos atestados se impunham nas ruínas ainda cheias de beleza de seus templos e casas, nas artes, nas indústrias, na lavoura e na pecuária que promoveram a felicidade dos índios; a decadência que começa com as administrações espanholas, rapaces e aviltadoras do carácter desses infelizes, escravizados a administradores insaciáveis e corruptos; e a «terceira época, a mais desgraçada dos Sete Povos orientais». Fora esta conquista, «feita por gente sem disciplina», de que «teve princípio a destruição dos Povos». A boa fé dos comandantes, a má escolha dos administradores e a gente de toda espécie que afluiu àquela província, foram

21) *Memória sobre a Província de Missões.* Oferecida ao Exmo. Sr. Conde de Linhares por Tomaz da Costa Correia e Silva. Sem data, mas presumìvelmente escrita em Missões em 1808. Publicada na Rev. Inst. Hist. Bras, Vol. II, 1840, pág. 155.

22) *Memória*, cit. Rev. Inst. Hist. II, 164.

as causas essenciais dessa desordem. As suas grandes estâncias foram taladas e os gados desapareceram, ficando reduzidos a nada esses estabelecimentos, «os campos, que eram seus bens patrimoniais foram uns, concedidos e outros, mal vendidos aos portugueses. [23])

Para reerguer a província deveria aproveitar-se a indústria de seus moradores, pois «sendo os guaranis hábeis para se empregarem com sistema aos diferentes serviços da agricultura e artes, está claro que nenhuma parte deste Continente, ou talvez do Brasil, seja mais própria para o estabelecimento de fábricas. As suas vastas campanhas nos oferecem a facilidade das lãs; as muitas águas que banham aquela província, as suas muitas matas, os seus naturais, mui hábeis para todas as manufacturas, dão todas as proporções para esses estabelecimentos. Logo que mais há que desejar? O anil é fácil fabricar-se neste país, acham-se outras muitas tintas, pois que vejo obras de lã feitas naquela província com boas e fixas cores. O linho ordinário e o cânhamo podem ser objectos de consideração, logo é fácil o estabelecimento de fábricas de lanifícios, de panos de linho e algodão, uma vez que estes estabelecimentos tenham a fortuna de ser apoiados por V. Exa.» [24]) Esboça Tomaz da Costa um plano admirável de progresso, que atinge a todos os ramos da agricultura, da indústria, da pecuária, nada escapando à sua observação acurada e ao seu elevado desejo de acertar. Organiza uma estatística dos dízimos que poderiam resultar à Fazenda Real, em seu plano de aproveitamento das actividades dos naturais.

Infelizmente, as suas conclusões são relegadas aos arquivos. Pesava sobre as Missões a mão impiedosa da fatalidade. Não tardam as convulsões políticas do Prata e a sequência dolorosa de acontecimentos que irão até à destruição completa da civilização jesuítica. Artigas, Chagas Santos, Rivera serão os demolidores sombrios dessa obra admirável que de seus próprios escombros avulta, impondo à Posteridade a glorificação de seus fundadores. Na galeria de seus administradores contam as Missões, entre ho-

---

23) Idem, 162.
24) *Memória*, cit.

mens ilustres que muito poderiam ter feito, Tomaz da Costa, que se destaca pela visão de altos ideais de progresso para a infeliz terra missioneira.

f) Tenente-coronel **Joaquim Félix da Fonseca Manso.** Substituiu o tenente-coronel Tomaz da Costa, no comando das Missões, o tenente-coronel Joaquim Félix que, pela segunda vez, ia gerir a administração daquela província. Poucos meses aí se demorou, sendo logo substituído pelo coronel Francisco das Chagas Santos que, em 4 de Agosto de 1809, assumia em São Luís aquele comando.

g) Coronel **Francisco das Chagas Santos.** [25]) Foi a administração do coronel Chagas Santos a mais demorada que teve a província de Missões. Nomeado em Maio para exercer essas funções chegava a São Luís a 4 de Agosto de 1809, tendo governado aqueles Povos até fins de 1820. Oficial ilustre, companheiro de Joaquim Félix e Saldanha, nos trabalhos da Demarcação, servido por uma inteligência e uma cultura superiores, poderia Chagas Santos, nesse lapso de dilatado de tempo, ter promovido o engrandecimento material e social da terra a que servia.

---

25) Francisco das Chagas Santos nasceu no Rio de Janeiro em 17 de Setembro de 1763, sendo seus pais António Manuel dos Santos e D. Joaquina Maria de Jesus. Destinou-se ao estudo de matemáticas, concluindo o seu curso em Lisboa. Foi promovido a ajudante de infantaria em 5-II-1781, a Capitão em 12-XII-1791, a Sargento-mor de engenheiros em 9-I-1800, a Tenente-Coronel em 25-VIII-1804, a Coronel graduado em .... 13-V-1808, a Coronel efectivo em 4-VIII 1809, a Brigadeiro grad. em 20-VIII-1813, a Brigadeiro efectivo em 24-VI-1817, a Marechal de campo grad. 6-II-1818 e a Marechal de campo 8-XI-1822. Serviu na Demarcação de limites de 1781 até 1790, ocupando mais tarde os cargos de maior destaque, tendo sido presidente da província do Rio Grande do Sul, em 1837. Solicitou reforma no posto de Tenente-General, em 11-IX-1832, a qual foi melhorada no posto de Marechal do Exército em 5-XII-1837. Faleceu em 12 de Outubro de 1840, no Rio de Janeiro. Chagas Santos casou em Porto Alegre com Joana Matilde, filha de Tomaz José da Costa e Sousa e sua mulher D. Ana Joaquina da Costa. Deixou desse matrimónio seis filhos, dois homens e quatro mulheres: Capitães Francisco de Assis Chagas e Sebastião Francisco de Oliveira; Francisca Cândida, casada com o cons. Manuel Felizardo de Sousa e Melo; Ana Matilde, com o cons. Cândido Baptista de Oliveira; Maria José com Francisco Xavier Bomtempo e Joaquina Matilde, com João Hipólito Fernandes Lima.

Infelizmente, porém, tal não sucedeu. Premido pelas circunstâncias, entre as guerras que se desencadeiam, de que as Missões serão o teatro principal, nada mais lhe é dado fazer, senão defender as suas fronteiras e levar também a destruição e a morte às Missões ocidentais do Uruguai.

Desde o dia de sua chegada às Missões preocupou-se o coronel Chagas Santos com a defesa desse vasto território, cujo limite ao Sul, tàcitamente aceito pelos espanhóis, se estendia do Quaraí até a sua desembocadura no Uruguai. Mas, os platinos não esqueceriam nunca a conquista das Missões. E os movimentos de Artigas, que talava os campos orientais, era uma ameaça constante à tranquilidade da região. Urgia, pois, promover meios de repelir pelas armas o embate dos inimigos que se aproximavam das raias da conquista.

Em Julho de 1810, ante a iminência de um choque com a invasão da fronteira de Missões pelos castelhanos, foi mandado destacar ali, com as tropas da Legião de São Paulo, o marechal Joaquim Xavier Curado. Fora designado para esse acampamento o Povo de São Luís que, por ser central demais, não convinha aos interesses da defesa, escolhendo-se então o Ibirapuitã, onde depois foi a Capela Queimada (Alegrete). Em Janeiro de 1811 chegava ali o marechal Curado com um contingente de mil homens que em Março se elevava a 1.437, contando a infantaria e artilharia de São Paulo, o Regimento de dragões e cavalaria de milícias.

No mês seguinte o capitão-general D. Diogo de Souza, que vai até o acampamento, já designado por São Diogo, em sua atenção, informa que há ali «uma companhia de guaranis a cavalo que guerreiam com lanças» e que já pode ser empregada. Em Maio, ampliando o concurso dos índios missioneiros à defesa da província, organiza D. Diogo um regimento de guaranis a cavalo, e mais três companhias de milícias formadas pelos moradores brancos dos Povos. [26]) Do regimento e companhias foram providos os postos até capitão, constando do mesmo ofício os figurinos de seus uniformes.

---

26) Rev. Arq. Publ. R. G. S. Vol. XI, 50.

O regimento composto pelos naturais teve a seguinte organização:

1ª Companhia no Povo de São Borja:

Capitão Vicente Tiraparé que, mais tarde, aderindo a Andresito Artigas, com toda a sua companhia, será um dos mais temíveis e valentes guerreiros contra os portugueses; tenente Ismael Baré e alferes Pasqual Chucuí.

2ª Companhia no Povo de São Borja:

Capitão João da Cruz, tenente António Prepi e alferes Felipe Santiago.

3ª Companhia no Povo de São Nicolau:

Capitão Francisco Bairupá, tenente Lourenço Curapá e alferes Domingos Barijú.

4ª Companhia no Povo de São Luís:

Capitão Estêvão Aramani, tenente Pedro Crisóstomo Aramani e alferes Salvador Cabuçú.

5ª Companhia nos Povos de São Nicolau, São Luís e São Lourenço:

Capitão Evaristo Jaguarí, natural de São Nicolau; tenente João José, natural de São Luís e alferes João da Cruz Jangói, natural de São Lourenço.

6ª Companhia no Povo de São Miguel:

Capitão José Límaco Boroné, tenente Pedro Arassage e alferes Miguel Ibarí.

7ª Companhia no Povo de São João:

Capitão Miguel António, tenente Isidro Tanhuma e alferes João Francisco Ibage.

8ª Companhia no Povo de Santo Ângelo:

Capitão José Guarupuí, tenente João Boti e alferes Francisco Xavier Baraja.

Quartel mestre: Ventura Cabuçú. [27])

As três companhias de Cavalaria miliciana, compostas de 64 praças cada uma e formadas por brasileiros moradores nas Missões tinham os seguintes oficiais, veteranos da conquista:

1ª Companhia:

Capitão Gabriel Ribeiro de Almeida, tenente Joaquim Ferreira Braga [28]) e alferes Raymundo Santiago.

2ª Companhia:

Capitão Joaquim Cardoso de Souza, [29]) tenente Francisco de Paula Monteiro e alferes Manuel Marques Viana.

3ª Companhia:

Capitão Vítor Nogueira da Silva, tenente Jacinto José de Oliveira e alferes João José Amado. [30])

Mais tarde, como havia excesso de praças arroladas, organizou-se outro regimento de cavalaria miliciana. São ambos os 24º e 25º regimentos milicianos de Missões, que irão sob o comando do coronel José Luís Mena Barreto até o combate do Rincão das Galinhas e com o marechal José de Abreu sofrer o embate formidável na batalha do Passo do Rosário. Esses regimentos de guaranis, pela sua bravura, escreveram páginas admiráveis na história das nossas campanhas platinas. Na campanha de 1816, se-

---

27) Rev. cit. IV, 62.

28) Ferreira Braga, que atinge o posto de Coronel de milícias, será mais tarde, como veremos, Governador da Província de Missões.

29) Cardoso de Souza fez parte da conquista e presta nas guerras platinas serviços de alta valia.

30) Rev. Arq. Públ. R. G. do Sul. Vol. IV. 64.

duzidos por Andresito, heróico samborjense, ao serviço de Artigas, grande parte do primeiro desertará com o capitão Vicente Tiraparé à frente, e será, nas Missões, um núcleo de forte resistência contra os brasileiros.

Dando notícia da organização desse regimento, o coronel Chagas Santos, em ofício de 14 de Agosto informava a D. Diogo de Sousa que «além das evoluções de cavalaria em que se exercitam os milicianos, duas ou três vezes por semana as primeiras três companhias se vão também adestrando no exercício da Artilharia que muito bem o aprendem, assim como as praças que aqui ficaram da Legião, às quais tenho agregado 25 rapazes guaranís, solteiros, de 18 anos pouco mais ou menos, bons recrutas e estão a chegar mais vinte afim de formar um corpo de 70 até 100 artilheiros a cavalo, para os quais se estão fazendo aqui os arreios competentes». 31)

A campanha de 1811-12 repercutiu fundamente no território missioneiro, a cujos soldados, sob o comando geral do coronel Chagas Santos, foram impostos duros ónus de guerra. Ora guarnecendo as extensas fronteiras, ora travando sangrentos combates ou se entrechocando nas guerrilhas, os índios dos regimentos aí organizados, tiveram larga participação nos acontecimentos da campanha. Ficam historiados, além de outros encontros, o de 4 de Maio de 1812, transposto o Uruguai, no Passo de São Borja, pelas forças de Chagas Santos, e o ataque de São Tomé, em que se distinguiram os oficiais missioneiros Gabriel Ribeiro, Joaquim Cardoso e Raimundo Santiago, este último morto dias depois em consequência de ferimentos recebidos. O ataque de São Tomé, em que é ferido o alferes Manuel Marques Viana, do mesmo regimento.

Segue-se um interregno de paz que vai até 1816. Em 13 de Novembro de 1814 assumia o governo da capitania, em substituição a D. Diogo de Souza, conde de Rio Pardo, o general Luís Teles da Silva, marquês de Alegrete, que governou até 18 de Outubro de 1818, quando foi substituído pelo conde da Figueira, D. José de Castelo Branco.

Quatro anos de lutas terríveis ensanguentaram os campos missioneiros, levando seus Povos à destruição e à morte.

---

31) Rev. Arq. Públ. R. G. do Sul. Vol. IV, 85.

Em 1815 era proclamada a independência das Províncias Unidas do Rio da Prata, tendo Buenos Aires como capital. Mas, a Banda Oriental, em que se levantou D. José Artigas, insurgindo-se contra o governo de Buenos Aires, proclamou a vontade de se constituir em país livre, gesto que repercutiu entre os orientais, tendo o cabildo de Montevidéu, em data de 22 de Julho de 1816, secundado o grito de liberdade de Artigas.

Por outro lado, coonestando sua atitude com esse movimento libertador que surgia da revolução platina, o governo português, que jamais abandonara a ideia do domínio do Prata, pondo em execução as sugestões já referidas do general Curado, mandou organizar uma divisão de forças veteranas que, sob o comando do general Carlos Frederico de Lecor, em 20 de Janeiro de 1816, deixava Portugal com destino ao Brasil. Denominara-se inicialmente **Divisão de Voluntários Reais do Príncipe**, recebendo por ocasião do falecimento de D. Maria I, por dec. de 13 de Maio, a designação de **Voluntários Reais del Rei.**

Depois de demorar algum tempo no Rio de Janeiro, a divisão demandou o Sul em 12 de Julho de 1816, chegando a Santa Catarina a 25, e fazendo por terra o percurso até o Rio Grande, após uma lenta travessia e de um encontro em **Índia Muerta,** com Frutuoso Rivera, a quem derrotou; ocupou, em princípios de Janeiro de 1817, a praça de Maldonado. Em 20 de Janeiro entrava o general Lecor em Montevidéu. Estava assim realizada a ocupação da Cisplatina.

Abre-se então para a região missioneira esse largo e sangrento período de lutas, desumanas e bárbaras, que enche o resto do governo de Chagas Santos, pois é exactamente nesse território onde se irão entrechocar, em combates consecutivos e arremetidas heróicas, os próprios índios que se dividem em correntes antagónicas. E surge então essa expressão formidável de bravura, de tenacidade, que lembra os índios antigos, os Nenguirús e os Tyarayús, nesse heróico índio samborjense, capitão de blandéngues, Dom Andrés Guacurarí, mais conhecido por Andresito Artigas. [32]

---

32) De Maria e outros historiadores platinos e brasileiros dão-lhe também a designação de *Taquari*, que nunca assinou, por confusão de Guacurarí. Era mais conhecido por Andresito, Artiguinhas, etc.

Encherá todo o período dessa luta gigantesca em que revela qualidades de um grande general, combatendo sob as ordens de Artigas, pela liberdade de seu povo.

Nasceu André Guacurarí em São Borja, provàvelmente antes de 1790. [33]) D. José Artigas conheceu-o em 1811 quando, nessa campanha, se aproximou da fronteira rio-grandense, tendo o futuro caudilho dele se acercado. «Herdara de seus maiores o ódio à dominação portuguesa, e desde muito jovem, por sua vivacidade e instintos belicosos, cercou-se de uma aura de prestígio entre os missioneiros. Órfão de pai, vivia em sua terra sujeito ao trabalho que os portugueses impunham aos índios reduzidos e do qual tiveram ele e sua mãe os recursos imprescindíveis para se manterem, quando a aproximação de Artigas à fronteira de Missões, em 1811, lhe deu a oportunidade de apresentar-se. Artigas se impressionou pela sua vivacidade e adesão, adotou-o por filho, permitindo que usasse seu apelido e incutiu em seu ânimo a ideia de libertar aquele pedaço da pátria comum, tão violentamente arrancada aos orientais». [34])

Acompanhando Artigas e recebendo lições do chefe dos orientais, Andresito torna-se dentro de pouco tempo a figura central em torno da qual giraram os acontecimentos da época, no território das Missões. Em Março de 1815, D. José Artigas o investe do cargo de comandante das Missões de um e de outro lado do Uruguai. Em comunicação de 13 desse mês e ano, recomenda-lhe que, como «comandante de las Misiones» exerça «severa vigilância com o fim de evitar um avanço das tropas portuguesas», e bem assim que reforce os Povos de La Cruz e São Tomé, situados na banda ocidental do Uruguai, na fronteira das Missões.

Nessa ocasião dando a conhecer aos índios a intenção de libertar as Missões, Artigas lança uma proclamação que é subscrita

---

33) No L° de baptismos de S. Borja, que começa em 1790, encontra-se um Andrés, nascido em 30-XII-1792, filho de pai desconhecido e de Cecília Cuyay, viúva, do cacicado de D. Maria Marta Tabacacue. (Assento 564, pág. 55). Caso fosse este o futuro caudilho, teria ele 19 anos quando foi adotado por Artigas; mas na incerteza, preferimos recuar o seu nascimento para antes de 1790.

34) Setembrino Pereda. *Artigas*. Montevidéu, 1931. Tomo V, 8. Veja-se também Bauzá. *Hist. de la Dominación Hesp.* Tomo III.

por Andresito: «Andres Guacurarí y Artigas ciudadano capitán de blandengues y Comandante general de la Provincia de Misiones por el supremo gobierno de la Libertad, a todos los naturales de la Banda Oriental, etc.» Subscrevem também a mesma proclamação os irmãos Vicente, Cecílio e Inácio Tiraparé, [35]) Justo e Fernando Tuebay.

Andresito organiza ràpidamente uma força ponderável, composta de missioneiros de todos os Povos e de uma e outra banda do Uruguai. A companhia do capitão Tiraparé, de veteranos das campanhas de 1811-1812, adere em massa ao caudilho. Como mentor espiritual e sub-chefe desse exército surge uma figura interessante de sacerdote, a quem Andresito chama de «mi compañero»: é o Padre Frei José Acevedo. «Prestigiado por seu hábito, comovia a fibra patriótica dos indígenas, assegurando-lhes que era sacrifício digno da recompensa divina combater pela Pátria e morrer pela sua liberdade; enquanto Andresito, disciplinando aqueles recrutas imbuídos de fervor por seu capelão e companheiro, constituia um núcleo militar que, durante muito tempo, seria incontrastável». [36])

Durante todo o ano de 1815 e parte do de 1816, Andresito Artigas não hostilizou a Banda Oriental, operando nas Missões ocidentais, contra os paraguaios, com os quais teve vários encontros. Aconselhava-o Artigas que, em vez de atacar São Borja, procurasse atrair os seus índios. «Mas atacá-los não convem, em quanto não façam movimentos mais ofensivos. Aproveite-se da boa disposição desses ânimos para tirar disto todas as vantagens possíveis». [37])

Inicia-se essa campanha que durante quatro anos irá ensan-

---

35) Os Tiraparé pertenciam a uma das mais importantes famílias indígenas de São Borja. Vicente Tiraparé, pelo seu valor e prestígio, fora como vimos nomeado, em 1811, Capitão da 1ª companhia do Regimento de Missões. Era casado com Justa Teubay, sendo assim os outros subscritores da proclamação seus parentes próximos por cunhadio. Pertencia ao cacicado de D. Félix Capiy e em 5-IV-1791 registrara no Lº de São Borja o baptismo de uma filha: Vicência. Foi um dos mais valentes comandantes de Andresito, morrendo mais tarde em combate contra os brasileiros.

36) Bauzá. *Dominación*. Pereda. *Artigas*, V. 9.

37) S. Pereda. *Artigas*, V. 39.

guentar o solo missioneiro, principalmente, com a proclamação de Artigas, datada de 22 de Julho de 1816, concitando a população da Banda Oriental a reagir com as armas na mão contra a ocupação iminente da Cisplatina, cujo fim se propunha o exército do general Carlos Frederico Lecor.

Ao brigadeiro Francisco das Chagas Santos cabe a defesa das Missões, onde irá repercutir com mais intensidade esse choque formidável das forças organizadas por Artigas e em que o valente Andresito centraliza a resistência missioneira.

Estudando a vida heróica de Luís Carvalho da Silva, que se destaca nesses acontecimentos de modo notável, fizemos já largo esboço dessa campanha. A invasão das Missões pelo exército de André Artigas, forte de dois mil homens de armas, ao qual se deveria juntar o de Sotel, que passaria o Uruguai no distrito de Entre-Rios, e mais tarde os de Artigas e Verdum, deu-se pelo Passo de Itaqui, em Setembro de 1816.

O primeiro contacto com os brasileiros tem Andresito, a 12 desse mês, na estância de São João Velho, onde se entricheirara o furriel Atanásio Lopes e mais 13 milicianos, que recusam render-se e morrem todos combatendo. No dia 16, à frente de 200 homens, destacado para um reconhecimento no Rincão da Cruz, o major Joaquim Ferreira Braga empenha-se em combate com Andresito, sendo destroçado pela sua força, composta de 1.000 homens.

No dia 21 de Setembro, Andresito Artigas, à frente de 2.000 correntinos e guaranis, avançara até São Borja, cercando esta praça que estava sob o comando do general Chagas Santos, apoiado em 10 peças de artilharia e 220 homens, dos quais 130 milicianos rio-grandenses e guaranis e 90 homens do Regimento de Sta. Catarina. O cerco durou até 3 de Outubro com vários assaltos do caudilho missioneiro e heróica resistência dos sitiados. Tendo conhecimento da situação de São Borja, o general Curado determinara ao coronel José de Abreu que, com as forças de que dispunha, marchasse em defesa da praça. Depois de dois encontros que teve com o inimigo, em 21 na foz do Ibicuí, com a divisão Pantaleão Sotelo, e em 27 do Itapuraí, chegou José de Abreu, na manhã de 3 de Outubro, à vista de São Borja. Dispunha o oficial brasileiro de 693 homens das três armas, rio-grandenses e paulistas e

duas peças de artilharia. Investindo contra os sitiantes, sob o comando de Andresito, desbaratou-os completamente. Deixaram eles no campo de acção 470 mortos e prisioneiros, duas peças de artilharia, toda a bagagem e mais 2.000 cavalos. Os inimigos fugiram, uns pelo passo de São Borja e outros em direcção ao Butuí. Perseguiu-os uma coluna de cavalaria, sob o comando do capitão Paula Prestes. Mandou também Chagas Santos que alguma artilharia, sob o comando do tenente Luz, de São Paulo, afugentasse as canhoneiras que tentavam atravessar o rio. Com esse combate e expulsão do inimigo do território missioneiro, em menos de um mês, estavam as Missões completamente limpas de invasores. [38])

Em 19 de Outubro, o general João de Deus Mena Barreto, no Ibirocaí, destroçava as forças do coronel José António Verdum, um dos oficiais mais distintos de Artigas e no dia 27 do mesmo mês, no combate de Carumbé, contra o próprio D. José Artigas, assinalou o brigadeiro Joaquim de Oliveira Álvares notável vitória.

Em Janeiro do ano seguinte, por ordem do marquês de Alegrete, capitão-general do Rio Grande do Sul e comandante em chefe do exército, o brigadeiro Francisco das Chagas Santos invade o território ocidental das Missões para hostilizar o inimigo e destruir as suas povoações.

Em 14 de Janeiro de 1817, com 550 homens e 5 bocas de fogo, saiu esse general de São Borja e dirigiu-se a La Cruz, tendo vadeado o Uruguai em 11 canoas. No dia 19 destacou o comandante um corpo avançado sob o mando do tenente Luís Carvalho da Silva, cuja actividade já estudámos em páginas anteriores. Centraliza Luís Carvalho toda a acção dessa coluna, em combates consecutivos que se contam por verdadeiros rasgos de heroismo.

No dia 20, o brigadeiro Chagas Santos, que transpusera o Uruguai no dia anterior, marchou com sua força em direcção ao passo da Cruz que os artiguenhos em número de 400 haviam abandonado no dia anterior com destino a Japejú. Destacou para ali

38) Diogo Arouche. *Campanha de* 1816. Rev. Inst. Hist. Bras. Tomo VII, 145. Rio Branco. *Efemérides*.

o capitão Gama Lobo que também não mais encontrou o inimigo, em franca retirada.

Inicia, então, o brigadeiro, em La Cruz, esse bárbaro processo de destruição integral dos povos jesuíticos da margem ocidental do Uruguai, como represália às hostilidades de Andresito. Nada escapou a essa destruição, que pesa sobre a memória de Chagas Santos, aliás um oficial de elevada cultura e engenheiro de mérito. Além de La Cruz, destruída à sua vista, são saqueadas e demolidas até os alicerces as povoações de Jepejú, São Tomé, Santa Maria, São Xavier, Mártires e Conceição, sitas à margem direita do Uruguai, e saqueados os Povos de São José, Apóstoles e São Carlos. «Saqueada e talada toda a campanha na distância de mais de oitenta léguas, de que resultou a rica presa de sessenta arrobas de prata, muitos e riquíssimos ornamentos das igrejas, muitos sinos, 6.000 cavalos e éguas, e outros géneros, importando tudo pelos valores ínfimos, em cincoenta contos de réis». [39]

Em 13 de Março de 1817 estava Chagas Santos de volta de sua excursão às Missões ocidentais, findando assim essa campanha, em que, a título de tirar ao inimigo elementos de acção, destruiu aqueles infelizes Povos.

A perda total do exército brasileiro em toda a campanha não ultrapassou de 135 mortos e 267 feridos, contra 3.190 mortos e 360 prisioneiros feitos ao inimigo.

Ainda nesse ano, em 2 de Julho de 1817, comandando as forças missioneiras, empenha-se o brigadeiro Chagas Santos em combate contra o coronel correntino Aranda, que defendia a praça de Apóstoles. Enquanto se empenhava nesse combate, o major Lobo d'Eça destroçava alguns esquadrões que, sob o comando de Andresito, procuravam levar socorro a Aranda. Depois de muitas horas de fogo contra os inimigos que se haviam entrincheirado na igreja e no colégio, às 11 horas da manhã seguinte, ordenou o general Chagas Santos a retirada, feita em ordem. Chagas Santos foi ferido nesse combate.

Novas actividades militares enchem o ano de 1818. Em 31

39) Diogo Arouche. *Campanha de* 1816. Rev. Inst. Hist. Bras. Vol. VII, 175.

de Março, as forças missioneiras, sob o comando do general Chagas põem cerco e atacam o Povo de São Carlos, nas Missões ocidentais, defendido pelo coronel Serápio Rodríguez à frente de tropas correntinas. No dia 2 de Abril trava-se um combate de cavalaria, entre o tenente-coronel Joaquim Ferreira Braga e o coronel Aranda, que trazia aos sitiados um reforço de 300 correntinos, com o qual contava levantar o cerco. Nessa ocasião, como já historiámos, depois de praticar inexcedíveis actos de bravura, o tenente Luís Carvalho da Silva, em combate singular, mata o comandante Aranda. No dia seguinte, quarto do assédio a São Carlos, «o general Chagas Santos ordenou o ataque da igreja e colégio onde o inimigo estava entrincheirado. Tendo nossa infantaria começado a derrubar o telhado da igreja, renderam-se os contrários, ficando prisioneiros 323 oficiais e soldados correntinos, entre os quais o tenente-coronel Serápio Rodríguez. [40]) Morreu, em consequência de ferimentos recebidos nesse combate, o major Camilo Machado de Bittencourt, do Regimento de Santa Catarina. Foi tomada uma bandeira e a povoação incendiada. Em 20 de Abril, com as tropas que haviam tomado parte no combate de São Carlos, o general Francisco das Chagas Santos regressava novamente a São Borja, estabelecendo aí os seus quartéis de inverno.

O ano de 1819 encerra as actividades do valente Andresito Artigas que, em 25 de Abril, passa novamente o Uruguai com o intento de invadir a região missioneira à frente de suas forças. Entrando pelo Norte, o chefe missioneiro vai-se sediar junto ao rio Piratiní, nas imediações do Povo de São Nicolau, onde se fortifica e em 1º de Maio tem contacto com as forças brasileiras, sob o comando do tenente-coronel Diogo Arouche de Morais Lara.

Determinara Chagas Santos que Diogo Arouche, à frente de 600 homens de cavalaria, fosse impedir o progresso da invasão do cabo missioneiro, que talava os campos dos Sete Povos. Andresito, com mais de 1.200 homens, depois de entreter algumas guerrilhas e dar um combate em Piratini, no dia 1º, recuou para S. Nicolau, em cuja praça se entrincheirou fortemente. Em 9 de

---

40) Rio Branco. *Efemérides*. 269.

Maio, à frente de seu regimento de milícias de Missões, reforçado por mais cem homens, resolveu Arouche investir contra essa praça. Tinha junto a sí o tenente Luís Carvalho, que o aconselhava tivesse a necessária prudência, pois era enganador o silêncio que se guardava nas trincheiras inimigas. Moço, valente e audacioso, Diogo Arouche, num ímpeto de intrépido valor, pôs-se à frente de seus homens, a pé, de espada em punho, e investiu, seguido pelos seus, contra o Povo, em que penetrou sem resistência, ocupando a praça. Mas neste instante, quando parecia ter-se ultimado esse feito de armas «cairam sobre ela (coluna de Arouche) fortes descargas de fuzilaria partidas dos curralões e um chuveiro de balas que a muitos derribou e fez sucumbir, sendo do número destes o bravo tenente-coronel Arouche, que conduzido dali ao campo de exército ainda pôde abraçar o seu general e fazer-lhe importantes advertências que foram profícuas para o bom êxito daquela campanha». [41])

Em 11 de Junho, parte dessas forças que se conservavam em São Nicolau o abandonaram à aproximação do exército comandado pelo conde da Figueira, capitão general do Rio Grande do Sul. Entrou este no dia seguinte em São Nicolau, mandando perseguir os fugitivos pelo major José Maria da Gama Lobo, que alcançou e destroçou no passo de Santo Isidro a retaguarda das forças correntinas, que deixaram em poder dos brasileiros uma peça, 54 mortos e muitos feridos. Outra partida ao mando do tenente Fabiano Pinto encontrou em Santo Cristo outra força comandada por Vicente Tiraparé, já referido, destroçou-a e matou o seu comandante, um dos mais valentes companheiros e chefes das forças de Artigas.

Andresito Artigas, que se dirigia com sua divisão ao Itacurubi, é aí encontrado no dia 6 de Junho pelo tenente-coronel José de Abreu, que o derrota fragorosamente. Além de Andresito, que é gravemente ferido, mas consegue fugir, ficam no campo da acção 430 correntinos mortos e prisioneiros, constando entre os últimos o segundo comandante tenente-coronel Pedro Sánchez. E, assim,

---

41) Arouche. *Memória*, cit.

com esta e a consequente derrota infligida por Gama Lobo no encontro de Santo Isidro os inimigos evacuam as Missões.

O coronel André Guacurarí y Artigas, cujo nome enchera esses tempos agitados das Missões, procurou fugir pelo passo de São Lucas, que julgava não guarnecido, ali chegando a 24 de Junho. Mas, havia ali uma guarda comandada pelo sargento Joaquim António Santiago, que o prendeu, entregando-o depois ao conde da Figueira, sendo por este conservado preso até seu regresso a Porto Alegre. Em Outubro de 1819 foi Andresito remetido para o Rio de Janeiro e recolhido à fortaleza de Santa Cruz, onde morreu algus meses depois. [42])

Com a batalha de Taquarembó, dada pelo conde da Figueira em 22 de Janeiro de 1820, no território da Banda Oriental, proximidades da fronteira de Santana do Livramento, contra forças de D. José Artigas, que são vencidas e desbaratadas, termina a guerra de quatro anos, desde 1816, em que o chefe dos orientais se empenhara contra o Brasil. Vencido aí, mais tarde, tendo contra si os próprios companheiros que se rebelam, Artigas vai-se acolher à protecção de Francia, ditador do Paraguai, onde termina seus dias.

Cifram-se nessas lutas tremendas que convulsionaram as Missões, sacrificando milhares de índios que acompanharam quer uns, quer outros contendores, a longa administração do general Francisco das Chagas Santos. Pelo próprio carácter dessas lutas que atirou irmãos contra irmãos, dividindo a população indígena das Missões; pela devastação cruel com que destruiu os Povos ocidentais levando a eles o incêndio, o saque, a morte, Chagas Santos criou em torno de si uma atmosfera de ódios e de malsinações à sua memória. Mas não se lhe pode negar a heróica resistência com que amparou e defendeu o território que lhe fora confiado. Foi, nessas horas amargas, o consolidador do domínio português no território missioneiro, graças à sua bravura, tenacidade e qualidades excepcionais de soldado intrépido e valoroso.

---

42) Não obstante as mais acuradas pesquisas que foram procedidas, nada se conseguiu sobre a data exacta da morte de Andresito na fortaleza de Santa Cruz. Parece ter sobre esse valente General samborgense descido um véu impenetrável de mistério que cerca seus últimos dias...

Uma das preocupações administrativas do general Chagas Santos, em seu govèrno nas Missões, consistiu em atender às necessidades do culto, com a conservação de sacerdotes que pudessem desempenhar dignamente ali as suas funções. Não havia mesmo uma delimitação das diversas freguesias acrescidas com a conquista desse vasto território missioneiro, que ficara eclesiàsticamente, ainda por muito tempo, subordinado ao bispado de Buenos Aires, e os Povos dirigidos por Padres espanhóis ali conservados a instâncias dos conquistadores. Como vimos, porém, já em 1803, tendo passado a jurisdição eclesiástica das Missões ao bispado do Rio de Janeiro, se encontrava como pároco de São Borja o Padre Euzébio de Magalhães e Silva.

Com a elevação do Rio Grande a Capitania Geral, sob a designação de — Capitania de São Pedro do Sul — por decreto de 25 de Fevereiro de 1807 e nomeação de D. Diogo de Sousa, que tomou posse, em Porto Alegre, a 9 de Outubro de 1809, foi baixado a 27 de Abril deste mesmo ano um decreto real que dividia a capitania em quatro municípios que foram Porto Alegre, Rio Grande, Santo Antônio da Patrulha e Rio Pardo. As Missões Orientais do Uruguai, ficaram compreendidas dentro do extensíssimo território do município do Rio Pardo.

Quando o coronel Chagas Santos assumiu a administração das Missões, e antes mesmo de seguir para o seu posto, já de Porto Alegre, em data de 29 de Março de 1809, se dirigia ao governo solicitando Padres para aqueles Povos, onde se fazia sentir grandemente essa falta, e bem assim uma divisão mais precisa entre as sete freguesias que deveriam constituir a região missioneira. Atendeu essa solicitação a provisão do Vigário Geral do Rio Grande do Sul, datada de 8 de Março de 1816, que dividia a **Província das Missões,** designação por que era conhecido esse território, em sete freguesias. Estava a Província das Missões entre os limites compreendidos, ao Norte, pelo sertão do Uruguai; a Leste, pelo rio Jacuí; ao Sul, o rio Ibicuí, e a Oeste, o rio Uruguai. E eram as sete frequesias constituídas pelos Sete Povos de Missões, cujos limites são traçados nessa provisão.

Era, porém, necessário erigir uma capital que fosse a sede do governo administrativo e militar da dilatada província, propondo

o general Chagas Santos para esse fim o Povo de São Luís Gonzaga que, pela sua posição e importância e por ter mesmo sido quase exclusivamente a residência dos administradores, estaria em condições magníficas como cabeça de governo.

Essa exigência foi atendida pelo alvará de 13 de Outubro de 1817, que criava a vila de São Luís da Leal Bragança, cuja jurisdição abrangia todo o território missioneiro. A guerra que se seguiu, abrangendo o período de 1816 a 1820, não permitiu fosse instalada essa vila. Bem assim as necessidades da defesa aconselhavam a mudança da sede do governo administrativo e militar para ponto mais estratégico e daí o aproveitamento de São Francisco de Borja, que ficou sendo cabeça das Missões. E o Conselho Geral da Província, efectivando essa mudança, criou a vila de São Borja, que foi instalada em 21 de Maio de 1834.

Em 1820, depois de prestar relevantes serviços às Missões, por espaço de quase 12 anos ininterruptos e de ter sabido defender com heróico e abnegado esforço esse património territorial do Brasil, o já marechal de campo graduado Francisco das Chagas Santos recolheu-se a Porto Alegre e daí, ao ano seguinte, era designado para comandar o porto, vila e fronteira do Rio Grande.

h) Coronel **António José da Silva Paulet.** Como oitavo comandante das Missões, em substituição ao marechal Chagas Santos, ocupou esse cargo, administrativo e militar, o coronel António José da Silva Paulet que, por pouco tempo, permaneceu ali. Em 1º de Agosto de 1822 era o coronel Paulet nomeado pelo governo do Rio Grande do Sul intendente interino da Marinha e deputado da Junta de Fazenda Nacional. [43])

O coronel Paulet fora oficial de marinha e servira, no Ceará, como ajudante de campo do brigadeiro Manuel Inácio Sampaio, visconde de Lançada, que fora governador daquela capitania e mais tarde, em 1820, da de Goiaz.

Nada pôde fazer em seu curto período administrativo, de que se tem, no entanto, notícias no livro admirável de Saint-Hilaire

---

43) *Rev. Arq. Públ R. G. do Sul,* VII, 150.

que precisamente nessa época visitou as Missões. [44]) O provecto botânico-historiador informa, em 19 de Fevereiro de 1821, «que nessa data apresentara seu passaporte ao coronel Paulet, na povoação de São Borja. E acrescenta que «descontente com a administração do marechal Chagas, pela sua fraqueza e apatia», o conde da Figueira mandou substituí-lo pelo coronel Paulet, «reconhecido como mais capaz». Estava ali havia pouco tempo, não conhecendo ainda a região. «Pareceu-me frio, diz Saint-Hilaire. Entretanto, recebeu-me muito bem, mandando-me reservar um quarto junto ao seu, no velho convento dos jesuítas. Fez conduzir meus animais a uma estância das vizinhanças, convidou-me a fazer refeições em sua companhia, prometeu mandar fazer novo eixo e nova coberta para minha carruagem, além de mandar fornecer carne aos meus empregados». [45])

Em 1º de Março de 1821 Saint-Hilaire deixava São Borja, levando do coronel Paulet as melhores impressões. Conhecera-o mais intimamente, apreciara o seu carácter, a justeza de seus conceitos, a ideia que formava sobre os índios e as providências de ordem administrativa que pretendia tomar no interesse das Missões. De suas palestras com o administrador concluiu o botânico ser este «homem sensato, inteligente e de nobres sentimentos». Durante a permanência de Saint-Hilaire em São Borja o administrador estabelecera um correio, o primeiro que houve entre Missões e Porto Alegre.

Tem o viajante francês, em contacto com as Missões, interessantíssimas observações sobre os índios que «acha comparáveis às crianças da nossa raça», com a diferença ainda de que jamais despertara desse estado de ingenuidade infantil. Reproduz, nesse sentido, várias considerações do coronel Paulet:

«Sabemos, dizia-me o Sr. Paulette, como a Província das Missões era florescente sob o governo dos jesuitas, e que sòmente sob a égide desses Padres ela podia florescer. Se quisermos esperar bons resultados teremos de procurar imitá-los na medida do possí-

---

44) Auguste de Saint-Hilaire. *Viagem ao Rio Grande do Sul.* (1820-1821). Trad., Rio, 1935.

45) Idem, ibidem, 173.

vel. Mas na prática as coisas mudam. O sistema jesuítico formava um todo, do qual não é possível que se conservem umas partes suprimindo-se outras. Era apoiado sobre bases não mais existentes e por conseguinte impraticáveis. Tais bases eram as poucas ideias que os índios tinham do resto do mundo, sua separação de todos os brancos que não pertencessem à Ordem dos Jesuítas e enfim a profunda veneração que tinham pelos Padres, olhados como seres de uma espécie superior, enviados de Deus especialmente para governá-los.

«Sob a égide jesuítica os índios viviam em comunidade, mas não se acredita que trabalhassem para gozar um dia. Trabalhavam porque tal era a vontade dos Padres. Os interesses desses confundiam-se com os dos guaranis e por isso eles deviam procurar torná-los felizes. O espírito previdente dos sacerdotes de Cristo supria o que a natureza recusara aos índios. Eles eram para os selvagens o que são os pais para os filhos — a tribo guarani formava um corpo do qual os jesuítas eram a alma.

«Se os guaranis pertencessem a uma tribo possuidora de entusiasmo pela virtude, o regime de comunidade talvez fosse ainda possível, mas onde achar entre os portugueses homens capazes de desinteressadamente aceitar o encargo de dirigir um povo semi-bárbaro, em região distante das cidades, onde nada se faz senão a peso de ouro? O cidadão encarregado de administrar os índios sòmente o fará com intenção de se enriquecer à custa dos selvagens, como tem acontecido até agora, e os índios trabalharão de má vontade, visto reconhecer estarem trabalhando para os outros. Além disso, eles sabem que nas estâncias serão recebidos como peões, tendo abundância de carne e recebendo algum salário. Como, pois, não preferirem esse último estado de coisas, muito menos fatigante que um trabalho regular, repetido diàriamente, sob a guarda de um feitor que os castiga a cada falta.

«Hoje eles sabem que o mundo não se limita às suas aldeias; contrariados, nada os impede fugir e um grande número deles dispersando-se, já, pela capitania, constitui forte exemplo a ser seguido por outros mais.

«À saída dos índios das Missões corresponde a entrada de novos brancos; as raças confundem-se e mestiços sem virtudes e sem

amor ao trabalho terminarão por tomar o lugar dos brancos e dos índios. Mas os primeiros serão em parte renovados pela chegada de europeus, de paulistas e mineiros, sendo possível o desaparecimento dos guaranis ao fim de uma ou duas gerações. Dando-se aos índios a mesma liberdade auferida pelos brancos eles continuarão a se dispersar, mas evitar-se-á constrangê-los». 46)

O naturalista francês viu as Missões com seus olhos de observador atento. Há em suas observações aqui e ali uma nota flagrante de vida, um subsídio de interesse histórico, um traço de psicologia, catalogados, cuidadosamente, como as espécies botânicas que enumera. Ora nos dá uma paisagem familiar à região missioneira, os seus campos, a riqueza pecuária, a variedade de suas produções, o regime de suas águas, de sua orografia, de tudo enfim que constitui o fácies físico dessa terra, em contraste absoluto com a miséria, a destruição, e decadência dos Povos em ruínas.

Entrando nas Missões, por São Borja, Auguste de Saint-Hilaire atravessa, em 1821, a região missioneira. Visita os templos, percorre as ruínas, entra em contacto com índios e com os brancos, que vão avassalando as estâncias e as povoações. Mais tarde, quando tratarmos mais demoradamente da arte das Missões e das realizações jusuíticas, esse trabalho magnífico nos servirá de guia para estudo mais detido.

Em São Borja tem ocasião de observar o soldado miliciano do regimento dos guaranis. Formado havia 12 anos esse corpo, que contava 500 praças, era, à excepção do coronel e do major, todo composto de índios, inclusive a oficialidade. Bom soldado, valente, sóbrio, devia-lhe o país assinalados serviços de guerra, e «parte dos sucessos obtidos na batalha de Taquarembó». A música exercia sobre eles uma sedução extraordinária e pode-se atribuir às marchas militares o garbo e disciplina com que se apresentam. Achou o conde da Figueira que se assemelhavam muito aos cossacos do Don, e «admirado dessa semelhança, melho-

46) Obra cit., 176.

rou-a dando-lhes uniforme azul com golas vermelhas, mais ou menos do feitio do dos cossacos». 47)

Trata o viajante de estudar as condições económicas e de produção da zona que vai atravessando. Quando a província puder gozar de paz, é possível que o trabalho se desenvolva e novamente a terra possa prosperar. No algodão consistia antigamente uma das principais culturas da região. Mas tudo foi destruído pelas invasões espanholas. Os homens, mobilizados no exército, e as mulheres, privadas de meios para desenvolver esse trabalho, haviam-no abandonado quase completamente. Também o gado das estâncias mal dava, pela destruição dos rebanhos, para prover às necessidades locais. «As terras estão incultas e os moços são hoje estranhos aos trabalhos do campo, não aprendendo nenhum ofício». Já não havia em São Borja senão um pequeno número de índios descendentes dos que outrora compunham essa aldeia.

De São Borja dirigiu-se Saint-Hilaire a São Nicolau, onde chegou a 10 de Março. Achou o Povo, pela sua localização, mais alegre do que o de São Borja, apreciando também as suas construções jesuíticas. Três dias depois estava em São Luís. E' aí que completa as suas notas sobre São Nicolau. A regularidade da aldeia causara-lhe «admiração e respeito» quando considerou que tudo aquilo era obra de um povo semi-selvagem, guiado por alguns religiosos. «Mas, quanto amargor invadia tal sentimento ao deparar ruínas onde, há pouco demorava numerosa população». São Nicolau estava em deplorável estado de decadência, quando em 1819 os insurgentes ali entraram e acabaram de destruí-la. Os habitantes fugiram, dispersaram e, em sua maior parte, não mais voltaram à sua terra. Poucos índios encontrou ali o viajante e estes mesmos na maior indigência. O número de casas habitadas não excedia de duas dúzias, e estas constituídas de velhos, mulheres e crianças.

Em São Luís tem o naturalista a mesma impressão dolorosa que lhe causam suas ruínas e decadência. Visita depois São Lourenço, São Miguel, São João Baptista e Santo Ângelo, dando-nos

47) *Viagem*, cit., 183.

as características de cada povoação, um traço interessante de seus últimos remanescentes de população aborígene. São Miguel era a mais conservada das aldeias até o momento visitadas. Encontravam-se aí várias ruas. A Igreja, cuja torre fora abatida por um raio, ainda se conservava, tendo o capitão João de Deus, quando governador das Missões, reunido material e gasto algumas somas para sua reconstrução; mas, afastado do cargo, ficaram as obras paralisadas, não levando seu sucessor avante esse projecto. A praça, ou **curralão,** ainda estava em boas condições. Havia ali alguns tecelões, um curtidor, um serralheiro, cada qual com seu aprendiz, entregues a seus ofícios. Em São João percorre as plantações, que são imensas, e feitas exclusivamente por velhos e mulheres. Servem-se de uma charrua primitiva, tirada a bois, e produzem trigo, mandioca, milho, algodão, feijão, favas e outras espécies de legumes. São João é uma aldeia diferente das demais pelo seu aspecto material. Santo Ângelo é a última das povoações visitadas por Saint-Hilaire, no dia 22 de Março. «Os jesuítas, observa, parece terem querido demonstrar, de modo simbólico, a sua intenção de não ir mais longe, pois sendo as igrejas de todas as aldeias voltadas para o norte, a de Santo Ângelo olha para o sul». Tudo está em ruínas e das numerosas habitações do Povo, apenas seis estão em condições de habitabilidade. A população não excede de 80 pessoas, e dessas sòmente 10 homens estão em condições de trabalhar, dedicando-se a fazer erva-mate para o que caminham diàriamente quatro léguas de ida e volta aos ervais.

Augusto de Saint-Hilaire deixa as Missões, levando do que vira uns traços acentuados de melancolia. Assistira aos últimos momentos dessa velha civilização jesuítica que falava ainda das suas ruínas majestosas, dos templos derruídos, e pelos restos de uma moral cristã, relegada à idolatria das imagens, nesse aviltamento do carácter dos índios que os Padres haviam elevado até os limites da possibilidade de seu esforço, mas que os homens, cúpidos e sem moral, pela força de seus interesses, tinham compelido à baixeza , ao despudor e aos vícios mais degradantes.

O coronel Paulet, administrador das Missões, pouco tempo mais teve para pôr em execução as boas ideias de que estava ani-

mado. Em fins desse mesmo ano deixava essa administração, entregando-a ao marechal José de Abreu, que comandava aquela fronteira. Em Porto Alegre, para onde se transfere, é em seguida aproveitado nos cargos de intendente de Marinha e deputado à Junta da Fazenda Nacional.

i) Marechal **José de Abreu.** Exercia o marechal José de Abreu o comando geral das forças da fronteira quando, em substituição do coronel Paulet, determinou o governo da província assumisse o comando das Missões. Foi rápida a passagem de Abreu nessa missão, pois, os acontecimentos da Independência, que se desenrolaram logo após, exigiram os seus serviços em sector de maior importância para os destinos do País.

Em 20 de Agosto de 1821, sucedendo ao governo interino do triunvirato [48]) que assumiu as rédeas da capitania, em substituição ao conde da Figueira, tomava posse do governo do Rio Grande do Sul o brigadeiro João Carlos de Saldanha Oliveira e Daum, nomeado por Carta Régia de 26 de Março desse ano. O movimento nacional pela independência do Brasil extinguiu as capitanias, sendo criado, por decreto de 1º de Outubro de 1821, um governo provisório, que, tendo por presidente ainda o brigadeiro Saldanha, tomou posse, em Porto Alegre, em 25 de Fevereiro de 1822. Em virtude, porém, de se conservar fiel a Portugal, renunciou o brigadeiro Saldanhá, sendo eleito para substituí-lo o marechal João de Deus Mena Barreto, que assumiu essas funções em 29 de Agosto do mesmo ano.

Deu-se o choque inevitável entre os nacionalistas e os portugueses, sendo o brigadeiro Saldanha preso e remetido para a Corte. Exercia também o cargo de governador das armas da província, de que foi destituído. E' nessa ocasião que a Junta Governativa, procurando cercar-se de elementos de prestígio e comprovado patriotismo, solicita a nomeação do marechal José de

48) Compunha-se o triunvirato dos seguintes cidadãos: Tenente General Manuel Marques de Sousa, ouvidor Joaquim Bernardino de Sena Ribeiro da Costa e vereador António José Rodrigues Ferreira. Assumiu o governo em 26 de Setembro de 1820.

Abreu, que, por Carta Régia de 8 de Agosto, é nomeado general das armas interino, cargo que assume em Setembro seguinte, sendo efectivado em 12 de Outubro de 1824.

j) Tenente-coronel de milícias **Joaquim Ferreira Braga.** Natural do Rio Pardo e filho de Manuel Ferreira Braga e sua mulher Sebastiana das Cândeas, Joaquim Ferreira Braga foi um dos conquistadores das Missões. Por valorosos serviços de guerra atingiu todos os postos da milícia, passando de furriel, em 1811, a tenente da Companhia de Milicianos Guaranis, de que era comandante o capitão Gabriel Ribeiro de Almeida. Várias vezes citado neste trabalho, em todas as campanhas platinas, era, ao assumir o comando das Missões, interinamente, tenente-coronel, «oficial honrado, hábil e de conhecimentos práticos daquela fronteira», diz a portaria que o nomeou, em 25 de Agosto de 1822, para aquele comando. [49])

Exerceu esse cargo ùnicamente três meses, pois, por ordem do governo da Província, datada de 8 de Novembro do mesmo ano era substituído na administração das Missões pelo coronel José Pedro Cesar.

k) Coronel **José Pedro Cesar.** Natural de Leiria, Portugal, era filho legítimo de José Pedro Cesar de Azevedo e de sua mulher D. Ana Joaquina Rosa de Almeida, neto paterno do desembargador Félix da Fonseca de Azevedo Cesar e de sua mulher D. Ana Teresa do Nascimento, e bisneto paterno do conde de Valadares, D. Miguel Luís de Menezes, de quem era filho natural o desembargador Félix da Fonseca Cesar.

José Pedro Cesar, depois de um curso distinto na Academia Militar, veio para o Brasil, onde em 1812 era sargento-mor de milícias da capitania do Piauí, tendo nessa ocasião, por serviços já prestados, recebido uma tença de 12$000 e um hábito de Cristo, por decreto de 10 de Setembro. Em 1815 está no Rio de Janeiro, onde empresta ao governo, sem juros, a importância de 400$000. Apresenta nessa ocasião um projecto de balizamento

49) Arq. Públ. R. G. do Sul. Rev. n. 7, 81.

do rio Guaíba e Lagoa dos Patos e de abertura dos canais de Canguçú e Estreito, na capitania do Rio Grande do Sul, afim de melhorar as condições de navegabilidade daquele estuário. Aceito pelo governo, inicia os respectivos trabalhos que seriam feitos sem ónus para o Estado e mediante uma quota das embarcações que demandassem a barra e vice-versa. Houve, no entanto, um desentendimento com o capitão-general da capitania marquês de Alegrete, ficando assim sustados os trabalhos.

Por decreto de 24 de Setembro de 1817 era José Pedro Cesar encarregado de organizar e administrar a primeira linha de correios que se estabelecia entre o Rio Grande do Sul, Santa Catarina e a Corte, o que levou logo a efeito, instalando esse serviço em 1º de Janeiro de 1818.

Neste mesmo ano, o conde da Figueira, novo capitão-general, apreciando a competência desse oficial, encarrega-o de vários serviços de levantamento, urbanização, abertura de ruas, praças e construção do trapiche de Porto Alegre. Deve-se-lhe a abertura da rua da Várzea até o riacho e o alinhamento de outras da capital do Estado.

Por decreto de 22 de Dezembro de 1820, era José Pedro Cesar designado para servir às ordens do governo da capitania, sendo promovido, no ano seguinte, a coronel graduado do Regimento de Milícias de Porto Alegre.

Ao assumir o governo das Missões, em 1821, desejando ter junto a si um oficial competente que o auxiliasse naquela comissão, solicitou o marechal José de Abreu fosse para ali o coronel José Pedro Cesar, designado por ordem de 15 de Julho de 1822. Os acontecimentos subsequentes e a retirada de Abreu sustaram a ida desse auxiliar que, no entanto, é designado efectivamente em 8 de Novembro de 1822 para substituir o tenente-coronel Joaquim Ferreira Braga, no comando das Missões.

Procurou o coronel Cesar administrar de modo inteligente aquela província, caída no mais cruel abandono e decadência, não poupando os maiores esforços, afim de atender às necessidades prementes de seu reerguimento. Em Fevereiro de 1823 procura estabelecer, por terra, comunicações com o Paraguai, conseguindo enviar uma mensagem, que foi bem recebida pelo ditador Dr.

Francia. Mas seus serviços foram novamente reclamados pelo governo, em outro sector de actividade; e em 8 de Março de 1823 deixa o comando das Missões.

Indo para Porto Alegre dedica-se a vários trabalhos de engenharia. E' designado para comandar a vila da Cachoeira e, em 1826, recebe ordens para levantar o campo de acampamento do exército em Bagé. Pelo presidente Gordilho de Barbuda, nesse mesmo ano, a 16 de Março, é designado para dirigir a Repartição de Estatística do Rio Grande do Sul, organizando trabalhos notáveis, entre os quais se destaca o mapa topográfico da província que termina nesse ano. [50] Esse mapa é o que, reduzido pelo autor, acompanha a 1ª edição dos **Anais da Província de São Pedro,** do visconde de São Leopoldo, e impresso por Th. Duvotenay, geog. Paris.

Depois de uma vida de trabalho inteligente e de prestar relevantes serviços ao Rio Grande do Sul, faleceu o coronel José Pedro Cesar em 27 de Abril de 1831, em Porto Alegre. Casara nesta cidade com Maria Bernardina, filha legítima de Francisco José da Costa e de sua mulher Bernardina de Jesus Pinto, natural da Aldeia dos Anjos (Gravataí), deixando vários filhos e descendentes de grande projecção nas letras da província. Procede do coronel José Pedro Cesar essa conhecida família rio-grandense que até hoje tem seus representantes em vários Estados do Brasil.

l) Coronel **João José Palmeiro.** Em 8 de Março de 1823, em substituição ao coronel Cesar, era nomeado comandante das Missões e seu administrador geral, o coronel João José Palmeiro. [51]

Esse oficial, que foi tronco da grande família desse apelido, no Rio Grande do Sul, nasceu na vila Franca de Xira, patriarcado de Lisboa, em 31 de Março de 1774, sendo filho legítimo de Luís José da Silva Pereira e de D. Maria Herculana Margarida da Silveira; neto paterno de Manuel da Silva Pereira e de Maria de Je-

---

50) B. N. Verb. biog. 512, 8-769, 13-739, 9.
51) Rev. Arq. Públ. R. G. do Sul. Vol. 7º.

sus e materno do capitão-mor Diogo José Palmeiro e de D. Maria Caetana de Oliveira. Seguiu a carreira naval, sendo promovido a aspirante em 6 de Maio de 1796, guarda-marinha a 22 de Outubro do mesmo ano, 2º tenente a 19 de Dezembro de 1798. Era oficial da armada portuguesa quando em 1801 vai ao Rio Grande do Sul e em São José do Norte conhece D. Maria José da Fontoura, com quem se casa, conseguindo para isto transferência para o Regimento de dragões em que vai servir como capitão por patente de 10 de Setembro de 1801.

Oficial de valor, inteligente e activo, o capitão Palmeiro atinge os postos superiores, sendo sargento-mor de dragões, por patente de 21 de Junho de 1813, tenente-coronel e coronel, em cujo posto se reforma. Faleceu em Porto Alegre em 2 de Março de 1830. Como veremos comandava o 24º Corpo de Milícias de Missões quando em 1828 se dá ali a invasão de D. Frutuoso Rivera.

D. Maria Josefa da Fontoura, com quem casou o capitão Palmeiro, era filha legítima do capitão João Carneiro da Fontoura e de sua mulher D. Josefa Bernardina da Cunha Menezes, neta paterna de João Carneiro da Fontoura, o fundador da família no Rio Grande do Sul e de D. Isabel da Silva e neta materna do capitão João da Cunha, um dos fundadores do Presídio do Rio Grande e de sua mulher Antónia Maria de Jesus. Teve o coronel Palmeiro vários filhos que se destacaram pela sua actuação liberal na Revolução Farroupilha e que são ramos de notáveis famílias do Estado. [52])

Foi sob a administração do coronel João José Palmeiro, em 1824, que o presidente da província, Fernandes Pinheiro, resolveu aproveitar a região missioneira para nela estabelecer uma colónia de alemães.

O lugar em que mais convinha iniciar a colonização incipiente que se projectava, por menos exposto aos insultos dos irrequietos vizinhos, que periòdicamente talavam aquela região, seria o antigo Povo de São João, terras férteis, onde a agricultura poderia florescer notàvelmente.

---

52) Aurélio Porto. *Genealogia.* Jorge Felizardo. *Genealogia rio-grandense,* 114 e seg.

Quando recebeu a primeira notícia do estabelecimento de alemães no Rio Grande, o presidente da província, em ofício ao ministro Carvalho e Melo, diz que vai proceder à medição que lhe era recomendada, da Feitoria, para nela acomodar os primeiros imigrantes. E acrescenta na mesma comunicação de 22 de Abril de 1824:

«A par porém desse interessantíssimo projeto releve V. Exa. que proponha também outro que vai tocar o mesmo fim, e o qual revolvo e combino desde que fui empossado da governança desta província. Aquela deliciosa habitação dos jesuítas, o extenso território que adquirimos em 1801, conhecido pela denominação de «Província dos Sete Povos de Missões do Uruguai» existe um, devastado já por delapidações e vícios do regime interno, com que o foram definhando desde a época da conquista, o que seria longo aquí expender, como pelas frequentes incursões, que nestes últimos tempos sofreu dos Insurgentes Espanhóis; a penúria dos infelizes índios, que restam, chega neste momento a absorver os meus mais sérios cuidados, e hei dado várias providências para prover nos meios de sua mantença, fazendo uma partilha proporcionada do gado de suas estâncias, e mandando tirar suprimentos, para as que se achão despovoadas, da de São Vicente que é mais abastada. Sem violência pois, sem injúrias desses miseráveis indígenas, já reduzidos a mui poucos pelas incessantes emigrações, se poderiam todos reunir no Povo de São Miguel, a quem pertence a Estância de São Vicente, que se calcula em 18.000 reses, e por conseguinte tinha ele já esse património, que bem custeado e administrado, e com os outros adminículos da sua indústria, daria suficientemente para a sua subsistência. Nos outros seis Povos despizados, e campos comarçãos, se acomodarião milhares de colonos Alemães, os quais principiarão por saborear logo grandes Hospícios com magníficos templos, quintas e hortas que pertencião aos Jesuitas, hum clima ameno onde as produções da agricultura são as mais variadas, e exhuberantes. São incalculáveis as vantagens que de semelhante passo resultarião, as quais por certo não escaparão à perspicácia de V. Exa., não me parecendo menor a de tornar com tais povoadores mais formidável a Linha da Fronteira do Uruguai. Escrupulizaria omitir aqui, que

o marechal José de Abreu, actual Governador das Armas da Província, que tem tanto de bravo, como de zeloso do bem publico, encantado dos proveitos, que se antolhão neste Projecto, se oferece para hir pessoalmente arranjar os novos colonos; e de certo desempenhará, porque ninguem tem mais conhecimento daquele lugar, nem possue mais a confiança daqueles Indios».

Em 18 de Agosto insiste ainda no seu projecto. Mas este só se torna viável um pouco mais tarde, pelas circunstâncias especialíssimas que vieram reforçá-lo. Em ofício de 23 de Novembro, o futuro visconde de São Leopoldo, comunica a monsenhor Miranda, inspetor geral da Colonização, que tomou «o expediente de os dividir em duas Colónias, com o escolhido deles, diz, formei a Colónia de São Leopoldo, pouco distante desta cidade, com o resto mais imorais, vou levantar outra colónia na deserta missão de São João, próxima à fronteira do Uruguai, adotando esta medida não só a requerimento dos primeiros que mal se combinavão com os últimos, porém até por não os apinhoar em demasia naquela Colónia».

Mas só por portaria de 10 de Maio aprovou o monarca o projecto de estabelecimento de uma colónia de alemães, nas Missões. E, em boa ocasião recebeu o presidente essa autorização, que reputou medida salvadora para a situação que se ia desenhando em São Leopoldo.

Das sumacas **Ligeira** e **Delfina**, despejava Schaeffer, no Rio Grande do Sul, parte dos elementos indesejáveis, que angariara na Alemanha. Eram indivíduos de toda a espécie. Datam daí os atritos e dissídios que convulsionam a família germânica que fundara São Leopoldo. Quando penetra alí essa vasa de colonização, irrompem logo as maiores desordens. Os primeiros colonos, elementos de ordem e de trabalho, vendo-se, de momento, envolvidos em lamentáveis questiúnculas, e quebrada a tranquilidade que tinha existido até aquele instante, dirigem-se às autoridades, apelando, em nome da boa harmonia da Colónia, separarem os recém-vindos, que não lhes mereciam apreço, por serem homens que não sabiam se conduzir.

E' quando José Feliciano Fernandes Pinheiro, a cuja alta autoridade é levada a queixa, resolve «não só por apinhoá-los em

demazia na Colónia de São Leopoldo, mas porque entrando de mistura, nesta última remessa gente mais imoral, senti repugnância nos primeiros em se associarem a ela, estremei-os portanto, depois de informado, e os fiz seguir para aquele distrito, designando para seu assento a antiga Povoação de São João, a qual bem situada, he hum pouco mais central, não tem os inconvenientes dos que colocados mais à beira do Uruguai ou são mais expostos às invasões dos nossos visinhos, ou proporcionarão melhor a emigração».

Logo que recebeu ordem para acomodar as oitenta e tantas pessoas, de que se compunha a leva destinada àquele local, tratou o comandante coronel Palmeiro, de demarcar os terrenos necessários para chácaras «os mais cómodos», e quando ali chegaram, «derão-lhes ferragens agrícolas, e animais vacuns, e cavalares, em número suficiente, à «comunidade do Povo». Fez-se lhes algumas casas de capim, e foram fornecidos com rações suficientes de carne, farinha, (pão, legume), e sal correspondente ao valor de 160 réis por tempo de um ano».

Terrível a odisséia dessa travessia de Porto Alegre a São João de Missões. Saindo da Capital a 26 de Novembro de 1824, só chegaram em 6 de Janeiro do ano seguinte ao ponto do destino. Até Rio Pardo foram transportados em grandes canoas de tolda, arrostando com mulheres e crianças os perigos que constituiam as viagens fluviais daquele tempo. Ao chegarem a Rio Pardo, depois de cometerem as maiores tropelias, tentaram insubordinar-se contra o oficial que os conduzia, capitão Alexandre José Bernardes, que teve de agir com grande energia. Quer homens, quer mulheres embriagavam-se contìnuamente e brigavam uns com os outros, chegando a ferirem-se mùtuamente. Um dos mais insubordinados, João Frederico Walfarth «morreu em viagem», mas chegámos à conclusão que a causamortis consistiu em pauladas que lhe foram aplicadas como promotor de arruaças. Dominada a rebelião, deixaram Rio Pardo, rumando para seu destino longínquo e ignorado. Iam em carretas de bois, morosamente, por estradas péssimas, sob torreiras de sóis causticantes, levando a opressão dos degredados nos corações, em que o ódio mais e mais avultava. Homens, mulheres e crianças, numa pro-

miscuidade horrível, quando as carretas paravam, à hora das sestas, se engalfinhavam, sob o excesso das bebidas alcoólicas que conseguiam, apesar da vigilância, nas povoações, ou vendas que cruzavam nas estradas solitárias.

Chegaram enfim, ao velho Povo de Missões. Tudo desolado e morto. Só a paisagem triste das taperas, velhos pessegueiros que não davam mais flor e ruínas de grandezas idas, na praça ampla, onde o templo silencioso, de velhas arcadas de pedra, guardava reminiscências de opulência passada. Alguns índios, degenerados pelo vício da embriaguês, trôpegos, cansados, indolentes eram os únicos seres vivos entre aqueles escombros silenciosos. E, além, por toda parte, o deserto.

Sem coragem para se vencerem em primeiro lugar, a si próprios, sem o amparo de quem quer que fosse, não poderiam lançar fundas raízes naquela terra, que lhes era o degredo. Então, mais forte, sem o controle preciso, ressurgiu neles o pendor para a vadiagem e para o vício. Pouco lhes importava a terra prodigiosa e fértil que os cercava. Não eram agricultores. Vinham talvez das ruas movimentadas das grandes cidades: Hamburgo, Bremen, Darmstadt; haviam-se quilotado às misérias dos grandes aglomerados humanos, e não seria o deserto que lhes havia de abrir as portas da redenção.

Em pouco tempo estavam reduzidos à miséria. Venderam, um a um, os animais que tinham recebido para os amanhos da lavoura. Davam-se-lhes rações diárias de comida, e tudo quanto possuiam empregavam para adquirir aguardente, andando em constante estado de embriaguez. Depois venderam as ferramentas e os utensílios de trabalho, virgens ainda de qualquer contacto com a terra. E tudo consumia o vício. Por fim abandonaram as casas. Um hoje, outro amanhã, foram-se indo, foram-se dispersando, fugindo. Os que ficaram viviam ùnicamente das rações diárias, sem que nada produzissem.

Comunicou o coronel Palmeiro ao presidente da província o estado deplorável a que ficou reduzida a Colónia de São João, em que tantas esperanças pusera Fernandes Pinheiro. Não convinha agravar o mal abandonando os últimos remanescentes dessa leva. Mandou então essa autoridade que os fizesse transportar para São

Borja, sede do comando do distrito e Povo mais florescente do que os outros.

Transferidos para o quartel de São Borja, naquele meio não recobraram as energias perdidas. Debalde o comandante concitava-os ao trabalho sem nada obter deles. A embriaguez os dominava e a ociosidade lhes havia arrancado os últimos resquícios da vontade. Estavam irremediàvelmente perdidos e, quando findasse o ano, no qual ainda recebiam 80 réis diários para a subsistência, morreriam, fatalmente, de fome, se não fossem mendigar pelas ruas.

E assim foram desaparecendo. Uns, atraídos pelos caudilhos que passavam, foram viver, na desolação dos pampas, vida de rapina e de vícios; outros, mudando os nomes de origem numa tradução aproximativa de nomes portugueses, tornaram-se inidentificáveis, desaparecendo na massa da população brasileira de Missões; outros ainda, arrostando todos os perigos, foram dar em Porto Alegre, sendo depois reincorporados à Colónia de São Leopoldo.

E assim termina a história da colonização de Missões, «apontos de q'hoje não exitem aqui mais do q'hum homem e huma mulher com duas creanças», informa em 16 de Abril de 1827 o comandante de São Borja.

m) Tenente-coronel **Cláudio José de Abreu**. Foi o substituto no comando da fronteira e governo das Missões do coronel João José Palmeiro, em princípios de 1826. [53])

53) O Coronel de milícias Cláudio José de Abreu nasceu na Cachoeira em 1802, sendo filho legítimo do marchal José de Abreu e de sua mulher Maria Feliciana de Abreu. Era neto paterno de João de Abreu e de sua mulher Ana Bernarda de Jesus, casal açoriano, fundador do Povo Novo, e materno de António da Silveira e Maria Inácia da Conceição, naturais de Santa Catarina. Atingiu na Milícia em que serviu desde os tenros anos, ao lado de seu valoroso pai, todos os postos até o de Coronel em que faleceu em Alegrete, onde residia. Casou-se duas vezes. Do primeiro matrimónio com D. Manuela Funes, argentina, teve uma filha. Claudina, que casou com Apolinário de Sousa Trindade, de Quaraí, e do segundo com Beatriz Joaquina de Oliveira, teve também uma filha Reasilva, que casou com Firmino de Carvalho Prates, tronco da família Abreu Prates, e avós do conhecido linhagista Tenente Égon Prates.

A administração do coronel Cláudio José de Abreu, como as dos que lhe sucedem no comando das Missões, até 1828, é curta e sem interesse para essa província.

A 19 de Abril de 1825, à frente de 33 orientais, o general Juan Antonio Lavalleja passou o Uruguai, na Agraciada, proclamando a independência do Estado Oriental do Uruguai. Essa guerra que termina com o reconhecimento desse Estado, e cujo ponto culminante é a batalha do Passo do Rosário, em 20 de Fevereiro de 1827, estende-se até 27 de Agosto de 1828, quando é reconhecida, pelo tratado de paz dessa data, a independência daquele Estado.

Esses acontecimentos que culminaram para as Missões com a invasão do general Frutuoso Rivera naquela região, o que resulta na extinção prática do período da civilização jesuítica missioneira ali, como o êxodo em massa das populações de remanescentes das famílias indígenas, que acompanham o invasor e depois são destruídas num impiedoso morticínio, em Bela Unión que fundaram, serão adiante estudados com mais particularidade.

n) Coronel **Francisco António Olinto de Carvalho.** Sucedeu ao coronel Cláudio de Abreu o coronel, depois brigadeiro reformado, Francisco António Olinto de Carvalho, entrelaçado à família Fontoura, pois era casado com D. Antónia Carneiro da Fontoura.

Substituído poucos meses depois de assumir esse comando, nada foi dado a fazer ao coronel Olinto em proveito das Missões senão cuidar de sua defesa sob a premência dos acontecimentos da guerra que se desenrolava.

o) Coronel **José Maria da Gama Lobo Coelho d'Eça.** Foi o penúltimo governador das Missões nesse período. Era natural de Portugal e radicara-se em Santa Catarina, prestando relevantes serviços nas guerras platinas do Sul. Casado com D. Maria Joaquina da Conceição Coimbra, foi pai dos barões de Saican e Batoví.

Comandava eventualmente forças que destacaram em Missões quando, por curto período, exerceu essa administração.

p) Coronel **Manuel da Silva Pereira do Lago.** Foi sob a administração do coronel Lago, em 1828, que se deu a invasão de Rivera nos Sete Povos de Missões. Nos documentos referentes à sua gestão e no quadro estatístico que nos deixou, o coronel Lago assina como «administrador geral dos Povos» em Julho de 1827.

CAPÍTULO VII

EXTINÇÃO DAS MISSÕES ORIENTAIS DO URUGUAI

1. *Invasão das Missões.* — 2. *Bela Unión.* — 3. *O índio missioneiro na formação étnica e histórica do Rio Grande do Sul.*

1. Invasões das Missões.

O ano de 1825 marca o início da campanha que termina com a constituição de mais um Estado sul-americano. A antiga Banda Oriental, cuja formação histórica se desdobra desde a fase inicial da penetração portuguesa no Prata, com a Colónia do Sacramento, dando origem à cidade de Montevidéu, pelas injunções de sua própria organização étnica e pelo processo evolutivo de sua mesma formação, entrava em coalizão com o domínio que a política expansionista portuguesa estendera até ela.

O sonho de Artigas, momentâneamente desfeito pela pressão das circunstâncias, ia-se concretizar na acção dos patriotas orientais, que pisaram o solo nativo, na praia de Agraciada. Suave, embora, pela prática de uma política conciliadora, pelo aproveitamento de elementos representativos do país, o governo do general Carlos Frederico Lecor, não consultava à livre determinação do povo cisplatino, que aspirava a constituir-se em Estado independente.

Ao primeiro grito de rebeldia encontra o general Juan António Lavalleja o eco que alvoroça os seus patrícios. Os mais prestimosos auxiliares de Lecor, de origem oriental, como Julian Laguna e depois o brigadeiro Frutuoso Rivera, deixam-se deliberadamente surpreender, aprisionar, acabando por aderir à causa que, no fundo, vinha ao encontro de seus interesses de toda a ordem.

E' curta a história militar desses três anos. Deflagrada a luta, como sempre acode, na primeira hora, o velho marechal José de Abreu, que vai estacionar em Mercedes. Em 7 de Maio Montevidéu é posta em sítio. Entrementes, Abreu faz marchar Bento Manuel que, em Arbolito, se choca contra Rivera, a quem derrota e persegue. E enquanto Bento Manuel segue para Montevidéu afim de aliviar a pressão que se fazia sentir sobre aquela praça, Rivera, procurando, num golpe espectacular, atenuar o desprestígio do insucesso anterior, tenta apoderar-se da cavalhada de reserva, que o general Abreu tinha no Rincão das Galinhas. Desbaratando a diminuta guarda que ali havia, apoderara-se desse importante elemento de guerra, quando foi informado de que uma força brasileira se aproximava. Era o coronel José Luís Mena Barreto que, à frente dos batalhões de milícias guaranis, ns. 24 e 25, com pequeno efectivo, chegava àquela paragem. «Observando mais de perto, verificou o atilado oriental que os cavalos estavam estropiados. O acaso proporcionava-lhe um triunfo. Aguardou a aproximação dos incautos e sobre eles caiu de chofre. A maior parte dos atacados procura a salvação na fuga. Apenas há aqui e acolá pequenos grupos de 8 ou 10 homens que se congregam, que lutam em desespero até cair o último. O bravo coronel Mena Barreto, acompanhado de meia dúzia de valentes, abate com golpes vigorosos seus atacantes. Admirado o inimigo de tanta bravura, reconhecendo o chefe brasileiro, convida-o a render-se, que será tratado com o respeito devido aos bravos. O jovem coronel responde com golpes mais furiosos ainda e assim se bate até cair sem vida, crivado de ferimentos». [1])

Sucede a este o insucesso do Sarandi, em que se batem Bento Manuel e Lavalleja, a 12 de Outubro, sendo vencido o chefe brasileiro. Agravou-se a situação da Cisplatina, cujos melhores elementos de defesa ficavam dessa forma sacrificados. Por outro lado, prestigiando francamente os insurrectos, o governo de Buenos Aires, rompendo com o Brasil, reincorpora a Província

1) General E. F. Souza Docca. *Notas aos Anais de Lima e Silva.* Rev. Inst. Hist. R. G. do Sul. 1927.

Cisplatina. «Os trinta e três já eram um exército», observa um dos nosso historiadores. [2])

O ano de 1826 transcorre em pequenos recontros entre forças brasileiras e orientais, de pouca importância, destacando-se sòmente o combate de Mirinai, travado em Novembro entre Bento Manuel e o tenente-coronel Félix Aguirre, com a vitória dos brasileiros.

Em fins deste ano, um exército composto de argentinos e orientais, sob o comando do general Carlos de Alvear, inicia a sua marcha com o intuito de penetrar em território brasileiro, encontrando-se no Rio Negro, proximidades de Bagé, em 1º de Janeiro de 1827, povoação que atinge em 27 desse mês. Orçava o exército platino em 10.000 homens, enquanto o brasileiro, sob o comando do marquês de Barbacena, não atingia à metade desse efectivo.

Sucedem-se os combates preliminares do Vacacaí, em 13 de Fevereiro, em que a brigada ligeira de Bento Manuel se choca com as avançadas do exército platino; e do Umbú, no dia 15, em que se encontra com forças do general Mansilla, sem consequências apreciáveis.

Em 20 de Fevereiro fere-se a batalha do Passo do Rosário, ponto culminante dessa luta, em que se empenharam os dois povos, sem que um ou outro pudesse assinalar aí uma vitória decisiva. Retiraram-se ambos os exércitos, indo o brasileiro apoiar-se no Jacuí, passo de São Lourenço, enquanto o platino rumava para São Gabriel e Los Currales, onde permaneceu um mês.

Houve ainda pequenos recontros sem importância, assinalados no Camaquã, com o general Sebastião Barreto e no Serro Largo, e no Herval, com forças do coronel Bonifácio Calderón, depois brigadeiro do exército do Brasil.

Em 27 de Agosto de 1828, no Rio de Janeiro, firmava-se uma convenção preliminar de paz, que tinha por principal objectivo a independência da Cisplatina que se constituia em Estado soberano, formando a República Oriental do Uruguai.

Interessa-nos para este estudo a parte que destes aconteci-

---

2) Coronel F. Paula Cidade. *Resumo Histórico da Campanha de 1825-1828. Diário de Notícias.* Porto Alegre, 1928.

mentos foi reservada às Missões. A campanha em si, pròpriamente, não influenciou na vida missioneira, senão pela contribuição prestada em homens que fizeram parte do exército brasileiro, notadamente das forças do barão do Serro Largo que, à frente de seus comandados, foi gloriosamente abatido na batalha do Passo do Rosário.

O 24º de milícias guaranis, que combatera no Rincão das Galinhas, sob o comando do valente coronel José Luís Mena Barreto, fora ali quase destroçado. Recebendo, porém, novos elementos, reconstituiu-se, sofrendo novamente na batalha do Passo do Rosário pesado ónus de sangue, que importa em outro desbarato. Nessa batalha, o 24º (guaranis de Missões) estava sob o comando do major Severino de Abreu. [3]) O 25º que, sob o comando do coronel Jerónimo Gomes Jardim, também fora derrotado no Rincão, já refeito, tomara parte na batalha do Passo do Rosário. Sob o comando do mesmo coronel, compunha-se de 127 lanceiros quando, neste choque, guardava as bagagens. Compunha-se o 24º de 134 homens, quase todos guaranis, oriundos das Missões. Morto em combate o comandante, major Severino de Abreu, foi lançada essa unidade fora do campo de batalha.

Reorganizados, novamente, esses dois corpos, cujos efectivos alcançariam a 400 praças, cada um, recrutadas nas Missões, foram destinados a guarnecer aquela fronteira, ficando sediados em São Borja. Longe do teatro da guerra, que se desenvolvia ao Sul, não imaginaram as autoridades militares que as fronteiras das Missões pudessem ser alvo de qualquer agressão do exército regular que, sob o comando de Alvear, operava em Melo. E tanto é assim que, em Fevereiro de 1828, o 25º de milícias tinha sido retirado da fronteira de São Borja e mandado reforçar o exército acampado em Jaguarão. «Só tínhamos, então, em Missões, guardando toda a fronteira do Uruguai até o Quaraí e Arapeí, o regimento 24º de milícias, composto principalmente de guaranis e cuja força alcançaria a 400 homens». [4]) Comandava esse regimento

---

3) Rio Branco. *Efemérides*, 159.
4) Rio Branco. Nota aos *Anais do Exército Brasileiro*, de Lima e Silva.

o coronel João José Palmeiro, antigo comandante das Missões, como fica relatado. O comando geral da fronteira estava a cargo do coronel Joaquim António de Alencastre, [5]) em cuja fé de ofício, entre outras brilhantes acções, constava que, preso pelos inimigos no combate de Sarandi, e mandado em uma embarcação para Santa Fé, com o auxílio de um grupo de 49 oficiais, 70 inferiores e soldados, conseguira dominar a tripulação do barco inimigo e desembarcar na praça da Colónia. A administração geral das Missões, com sede em São Borja, fora confiada ao tenente-coronel Manuel da Silva Pereira do Lago, que já exercia esse cargo em 26 de Julho de 1827. [6])

Alcides Cruz, que fez demorada pesquisa, encontrou para o 24º de milícias 411 homens, para o 25º, 397, mais 35 lanceiros a cavalo, e o destacamento de marinha sob o comando do tenente Justo Yegros com 75 embarcações, além de dois canhões de calibre três. [7]) Excluido o 25º, que, em Fevereiro, fora reunido à coluna do general Sebastião Barreto, não atingiria a força estacionada nas Missões a 500 homens, em sua maior parte distribuídos por destacamentos em pontos distantes da sede, no Povo de São Borja.

Era essa a situação militar dessa região, compreendida em

---

5) Joaquim António de Alencastre nasceu na Aldeia dos Anjos (Gravataí), sendo filho legítimo de António José de Alencastre, natural de Guimarães, português, e Rosa Joaquina de Jesus, de Santa Catarina; neto paterno de José Bernardo de Carvalho e de sua mulher Catarina Felícia e materno de Manuel da Mota Matos, e sua mulher Catarina Tomásia, casal açoriano. Aos 14 anos, em 15 de Novembro de 1796 assentou praça no regimento de dragões. Fez a campanha das Missões, como cabo de esquadra a que fora promovido a 16 de Fevereiro de 1801, passando a furriel em 16 de Agosto de 1805. Promovido a alferes em 12 de Julho de 1811, sendo por serviços prestados comissionado em tenente quartel-mestre em 24 de Junho, confirmado em 5 de Julho de 1812. Capitão graduado em 24 de Junho de 1817 e efectivo a 22 de Janeiro de 1818. Maior graduado em 1 de Março de 1820 e efectivo a 14 de Agosto de 1822. Tenente-coronel em 1º de Dezembro de 1824 e coronel graduado em 12 de Outubro de 1825 e efectivo a 12 de Outubro de 1827. Reformado no posto de brigadeiro em 27 de Junho de 1831.

6) Rev. Arq. Públ. R. G. do Sul. Mapa Estatístico das Missões, 1º, 76.

7) Alcides Cruz. *Incursão do general Frutuoso Rivera às Missões.* Memória apresentada ao 1º Congresso de Hist. Nac. em 7-IX-1914. Porto Alegre, 1914. Há uma magnífica tradução desse precioso trabalho, para o espanhol, de Doroteo Márquez Valdez. Montevidéu, 1916. *Incursión del general Frutuoso Rivera a las Misiones,* enriquecido de notas elucidativas,

mais de 100 léguas de fronteira, quando o general Frutuoso Rivera, em 21 de Abril de 1828, nela penetrou com o intuito de conquistá-la, num golpe audacioso e violento. Reabilitando a memória do coronel Alencastre, acusado de não haver resistido à invasão, observa o coronel Álvaro de Alencastre que «de São Borja ao Arapeí deve mediar uma distância de 100 léguas. Calcule-se um regimento de índios guaranis para cuidar essa zona toda! Se era possível um caso de necessidade defender coisa alguma». [8])

A invasão das Missões pelo general Rivera; as facilidades que encontrou na posse e domínio dessa vasta região por mais de oito meses; as circunstâncias em que se retirou sem ser molestado por forças superiores; as consequências do êxodo das populações missioneiras que o acompanharam e, sobretudo, a defecção de elementos valiosos, de bravos soldados rio-grandenses, que aderiram, inexplicàvelmente, à organização de um pretenso novo Estado republicano, estariam exigindo um estudo detalhado e amplo que os limites restritos deste trabalho não podem comportar. O insigne historiador Dr. Alfredo Varela vislumbra em tudo isso germes latentes da grande revolução que não tarda, com seu decênio heróico, a conturbar a paz, no Rio Grande do Sul.

A invasão das Missões por um exército argentino, que secundasse as operações que o general Alvear desenvolvia no Sul, atacando pelo Norte o flanco do exército brasileiro, e levando até o centro do Rio Grande do Sul uma divisão que obrigasse a distrair forças imprescindíveis naquele momento, fazia parte, desde 1826, das cogitações do governo argentino, sob a presidência do coronel Manuel Dorrego. A ideia, porém, não se corporizara pela dificuldade material de organizar uma força expedicionária bastante eficiente e sob o comando de um homem resoluto e de prestígio. Encontrou-o Dorrego no general Frutuoso Rivera. Incompatibilizado com o general Lavalleja, ao iniciar-se a campanha pela libertação do Uruguai, o caudilho afastara-se das hostes orientais, sendo mesmo acusado de ter secretas ligações com a política brasileira.

---

8) Coronel Álvaro Alencastre. *As Missões Orientais do Uruguai e o coronel Joaquim Antônio de Alencastre.* Rev. Inst. Hist. Geog. do Rio Grande do Sul. 1933. 1º sem. 233.

Seria, no entanto, na opinião do próprio governador das Procíncias Unidas do Rio da Prata, o homem que mais probabilidades de êxito teria para essa facção. E em data de 5 de Agosto de 1827, o coronel Dorrego escrevia ao general Rivera uma carta em que insinuava a realização dessa empresa, pois, dizia, «se presentemente não se realiza a expedição dessas províncias sobre os Povos de Missões, pois então não deveria perder V. S. a oportunidade de distinguir-se em tal empresa, agregando esse novo serviço aos muitos que tem prestado à causa pública e à liberdade de sua Pátria». [9])

Mais tarde, em 27 de Outubro, celebra Buenos Aires com Entre-Rios e Santa Fé um tratado em que estes Estados se comprometem «a levantar uma força militar que ocupe os Povos das Missões Orientais, que estão em poder do tirano do Brasil». [10]) Para a organização dos elementos essenciais a essa empresa, recomendavam os governos ao de Buenos Aires o brigadeiro D. Frutuoso Rivera. Secundando a recomendação, ainda o governo de Entre-Rios o fazia «merecidamente a V. E. sua pessoa (brigadeiro Rivera) para o desempenho das funções esclarecidas de general em chefe da expedição projectada sob o título de Exército de operações do Norte». Fazendo largo elogio das qualidades pessoais e militares de Rivera, dizia esse governador que ele «organizará uma força inesperada ùnicamente com seu nome e influência de seus amigos, a que contribuirá eficazmente o governo que subscreve». [11])

Em Buenos Aires, para onde se dirige, tem o antigo brigadeiro do exército brasileiro uma larga conferência com Dorrego. A invasão no Rio Grande do Sul deveria estender-se até Rio Pardo, e realizada a conquista passaria Rivera ao Paraguai, onde o Dr. Francia, isolado do convívio sul-americano, tentava construir uma pátria indene do vírus caudilhesco da época.

Teve D. Juan Antonio Lavalleja conhecimento do projecto, que seria executado por um homem «cuja ingerência se deve sem-

---

9) Alberto Palomeque. *El general Rivera y la Campaña de Misiones.* Buenos Aires, 1914. 37.
10) Idem, ibidem, 40.
11) *Revista Histórica.* Montevidéu. T. 15-1912, pág. 90.

pre recear», e que «era incapaz de um serviço desinteressado e generoso». E terminava sua exposição considerando que «creria atraiçoar os interesses nacionais e, principalmente, os da Província que tinha a honra de mandar, se não resistisse por quantos meios pudesse a uma empresa que o inimigo deve celebrar como uma vitória». Qualificava assim, de «funesto o projecto, contra o qual protestava como governador da Província Oriental, como general em chefe do Exército e como cidadão argentino». [12])

Em seguida Lavalleja, para obstar à acção de Rivera, determina seja o mesmo perseguido, pois, segundo ficara assentado com Dorrego, essa expedição deveria caber a D. Estanislau López, governador de Santa Fé, um dos grandes amigos de Rivera e instigador dessa invasão. Manda para este fim que uma força sob o mando de Oribe, persiga o caudilho e realize a projectada invasão. Sabendo, por comunicação deste, a ordem que recebera, o general Balcarce, ministro da guerra argentino, mandou que suspendesse a execução dessa ordem e regressasse ao assédio de Montevidéu, no que não foi obedecido, pois Oribe, acampou à margem do Ibicuí, ali se conservando.

Embora desajudado dos poderes públicos que, inicialmente, haviam acoroçoado a sua acção, o valente caudilho oriental, confiando em seu prestígio individual, não desanimou na prossecução do intento colimado. Convocou amigos, acenou para a riqueza pastoril das vastas estâncias missioneiras, cujos gados poderiam ressarcir certas e prementes aperturas financeiras. Ao lado da bandeira da Pátria outra se ergueria, talvez mais convincente, a do saque livre... Aquela ficaria reservada aos sentimentos indesmentíveis do chefe da **montonera**, esta às ambições dos falidos que teriam nas Missões meios fáceis de reconstituir os créditos abalados. Mister, no entanto, por um dever de justiça histórica, se torna esta ressalva. Rivera era no fundo um idealista, um desprendido, cuja acção, muitas vezes escura, abre claros de humanidade e de inexcedível patriotismo. Pobre sempre, ora nos esplendores de um apogeu, ora nas misérias do ostracismo,

---

12) A. Palomeque, obra cit. 52.

espírito revel e combatente, mas profundamente humano; tergiversando nas suas opiniões políticas, o caudilho é bem o símbolo da formação cavalheiresca, varonil e brava dessas pátrias que se fundiam na argamassa das nacionalidades nascentes. Êmulo de Artigas, talvez fosse, na Banda Oriental, o único que desfraldava ainda a bandeira do heróico chefe dos orientais.

Atirou-se à empresa por conta própria. Temendo fosse obstado, em vista da pressão de Lavalleja, de levar a cabo a invasão de Missões até pelo seu grande amigo general Estanilau López, resolveu precipitar os acontecimentos, saindo a campo, às escondidas, com 80 homens, a que logo vieram reunir-se mais 20. [13])

A riqueza com que acenara engrossaria a diminuta força de que dispunha. «Uma das coisas curiosas desta campanha, observa o Dr. Palomeque, foi que homens distintos como Mariano Gainza, Mariano Escalada, Mr. Raquin, Blas Despouy, Pedro Espino e outros, creram que podiam impunemente arrabatar o gado dessas comarcas. O próprio Rivera participava dessa opinião e com a perspectiva desse negócio atraía a si muita gente». E Pueyrredon referindo-se ao facto dizia que «aquela campanha foi de **puros manejos**, para que o general Rivera era sumamente destro. [14])

Sobre esse aspecto ainda o Dr. Palomeque nos fornece dados interessantes. Seis meses antes de realizar a invasão, em carta datada de 24 de Novembro de 1827, D. Mariano Escalada escrevia a Rivera dizendo que «um revés em minhas especulações de comércio me fez perder num dia o fruto de meus afãs de muitos anos: nesta situação tenho de apelar àqueles amigos cujos sentimentos não seguem o rumo da fortuna». E continuava: «Asseguraram-me que o senhor deve marchar à frente de uma expedição militar pelos Povos de Missões. O objecto dessa expedição será provàvelmente extrair o maior número possível de gados, batidos que sejam os portugueses. Se sob o amparo e protecção sua me fosse permitido tirar alguma quantidade de vacas, capaz de contribuir para formar um capital regular não só eu teria mo-

13) Alcides Cruz. *Incursão*, cit. nota de Marquez Valdez.
14) A. Palomeque. *El general Rivera y la campaña*, etc. 79.

tivo de gratidão para com o senhor, como também a numerosa família que pesa sobre meus ombros». Terminava: «poderei levar alguns homens em minha companhia e partilharei de sua sorte com tanto mais prazer quando creio ser considerado pela amizade de um cavalheiro que já provou as vicissitudes da fortuna». [15])

Ao general Estanislau López, que o acolhera, quis o caudilho mostrar a sua gratidão com um presente de 4.000 vacas missioneiras. «O senhor governador López, diz o Dr. Palomeque, contestou de maneira honrosa. Sua resposta é um contraste com a atitude de D. Mariano Escalada, Blas Despouy e outros, se se recorda que Pueyrredon chega até relatar-nos que D. Pedro Espino fugiu com uma arreada de 15.000 cabeças, de cuja condução lhe havia encarregado o general Rivera, que queria persegui-lo e fuzilá-lo». [16])

Fácil e rápida foi para o general Frutuoso Rivera a posse da região das Missões Orientais. Além do gesto heróico de Mariano Pinto, que sela com seu próprio sangue, como protesto à invasão, a terra que defendia, nada mais se regista nessa hora amarga, senão covardia e inexplicáveis traições à bandeira que havia tremulado gloriosa em feitos memoráveis de guerra.

O general Souza Docca, em suas brilhantes **Notas** aos **Anais do Exército Brasileiro,** de Lima e Silva, resume nos seguintes itens a causa principal do êxito de Rivera:

a) A convicção geral da população da zona invadida, de que aquele caudilho agia como aliado do Brasil;

b) O facto de estar a região missioneira entregue exclusivamente à força de 2ª linha;

c) A circunstância de se achar mesclada a população dos Sete Povos de Missões e contar com grande número de indígenas ignorantes e nutrindo ojeriza pelo dominador do dia, em que viam sempre um intruso. Estiveram por isso ao lado de Rivera, como haviam estado, há 27 anos, com Borges do Canto e Santos Pedroso.

---

15) Idem, ibidem, 80.
16) Idem, ibidem, 159.

A todas essas circunstâncias se deve acrescentar o desapego à terra, por falta de vínculos com ela, da maioria dos indivíduos ali residentes e o fetichismo que em geral nutriam pelos caudilhos». [17])

A essa causa não seria estranho um aspecto ainda não bem estudado, que tinha fundas raízes na consciência democrática do povo rio-grandense que, sete anos mais tarde, se atira à revolução republicana. Os defensores das Missões, como esse Boaventura Soares, os Palmeiros, os Alencastres, e outros, cujos nomes ressaltam destas páginas, serão, poucos anos depois, os próceres do farroupilhismo que invade o Rio Grande do Sul. O Dr. Alfredo Varela, embora combatido em suas conclusões, jogando com documentos irrespondíveis, abre a ponta desse véu que oculta verdades que às vezes ferem nossas susceptibilidades patrióticas... Alcides Cruz aflora o assunto, origem da defecção de pseudo-covardes, traidores da bandeira imperial que, sob o pavilhão tricolor dos republicanos, agigantam-se em bravuras inconcebíveis no amplo cenário do Rio Grande heróico.

Mas, este relato não comporta explanações. A incursão de Rivera, o êxodo dos remanescentes das populações indígenas que seguem o caudilho em sua retirada, o despovoamento completo dos Sete Povos de massas dessa origem, marcam inegàvelmente o fim do regime missioneiro. Acaba-se difinitivamente a influência jesuítica que nos propusemos estudar. Populações brancas farão dessa região o núcleo de novas civilizações. São Borja, São Luís e Santo Ângelo constituirão germes de cidades magníficas onde sòmente ruínas de templos, escombros desolados, lembrarão vagamente eras perdidas na voragem dos tempos.

Esta é a última página das Missões. O crepúsculo doloroso de uma raça que, acompanhando o caudilho, marcha para **Bela Unión**, que será a derradeira etapa de sua destruição total. E é esse mesmo Rivera, que os arranca de seus lares, de suas terras avoengas, acenando com a liberdade, que esses infelizes não compreendiam que, três anos depois, os manda exterminar em Salsi-

---

17) E. F. de Souza Docca. *Notas aos Anais do Exército Brasileiro* de Luís Manuel de Lima e Silva. Rev. Inst. Hist. R. G. S. 1927. II, 250.

puedes, onde tombam 40 índios, e 300 prisioneiros que são distribuídos como escravos pela população oriental, juntamente com mulheres e crianças missioneiras.

Como já se observou, em Fevereiro de 1828, por ordem do comando geral do Exército em operações no Sul, foi mandado retirar de Missões e adir ao corpo do general Sebastião Barreto o 25º de milícias guaranis que, juntamente com o 24º, guarnecia aquela fronteira. Ficava ali ùnicamente este corpo, sob o comando do tenente-coronel João José Palmeiro e mais uma companhia de lanceiros guaranis, não atingindo toda essa guarnição a 500 homens de armas. O comando geral da fronteira era exercido pelo coronel de 1ª linha Joaquim António de Alencastre.

Respigando os vários documentos conhecidos e citações de trabalhos referidos, pode-se com aproximação organizar a lista de oficiais dessa guarnição. Contavam-se entre eles os capitães Boaventura Soares da Silva, [18]) Fabiano Pires de Almeida, António Castanho de Araujo, [19]) Mariano Pinto de Oliveira, [20]) todos

18) Boaventura Soares da Silva nasceu na vila do Rio Grande, sendo filho legítimo do tenente-coronel Manuel Soares da Silva e de sua mulher D. Clara Maria de Menezes; neto paterno do capitão Simão Soares da Silva, natural do Rio Grande e filho de Manuel Soares e Páschoa do Nascimento, e de Joaquina Rosa, filha legítima do guarda-mor João Antunes da Porciuncula e sua segunda mulher Josefa Maria Barbosa, fundadores do presídio do Rio Grande. Por sua mãe Clara Maria de Menezes era o capitão Boaventura neto de José Sampaio e Silva, natural de Facão, São Paulo, e de Cristina Barbosa de Meireles, filha de José Fernandes Petim e Clara Barbosa de Menezes, filha de Jerónimo de Ornelas de Menezes e Vasconcelos e de sua mulher Lucrécia Leme Barbosa, fundadores do Porto do Dorneles, que deu origem a Porto Alegre. Era Boaventura irmão do futuro coronel farroupilha Ismael Soares da Silva, embaixador dos republicanos junto a Caxias, em 1844, para a propositura da paz. Revolucionário da primeira hora, Boaventura, no posto de tenente-coronel da República, é no dizer do Dr. Alfredo Varela "uma das mais belas figuras da brigada de Guedes", e conta vitórias em vários combates em que se empenhou. Em 1842, sob o regime republicano, comandava a guarnição de São Borja.

19) António Castanho de Araujo residia em São Borja, onde em 1814 e 1815 baptizou os filhos, ali nascidos, Sezefredo e Francisco. Era natural de Castro, São Paulo, e filho legítimo de Luís Castanho de Araujo, natural de Mariana, Minas e de sua mulher Rosa Maria de Castro. Casara em Viamão com Maria Antónia Pinto, filha legítima de António Antunes Pinto, filho de João Antunes da Porciúncula, acima referido e de sua primeira mulher Antónia Pinto. Cf. o inv. de António Antunes. Castanho era furriel de milícias em 1819.

20) Mariano Pinto, morto heròicamente na defesa das Missões, pro-

do 24º de milícias; tenentes António Pereira Pavão, Serafim de tal [21]) e alferes Bráulio Ferreira Bicca, [22]) José da Silveira, e o alferes de São Paulo Francisco de Paula Xavier, que comandava o distrito de São Miguel. [23])

Em princípios de Março chegava ao conhecimento do coronel Alencastre que alguns grupos de inimigos talavam as campanhas ao sul do Ibicuí. Destacou, então, o capitão Boaventura Soares, com um esquadrão do 24º de milícias, para atacar esses invasores. Encontrou logo um esquadrão sob o comando do major Sotelo que, com 60 correntinos, se achava nas pontas do Toropasso. O capitão Boaventura deu-lhes combate aprisionou o comandante da partida e mais 10 correntinos, além do alcaide de Belém, que fazia parte do bando. Teve o inimigo nesse encontro 22 mortos, inclusive quatro desertores brasileiros, sendo dois do 24º e dois do 25º de milícias que acompanhavam os correntinos. [24])

Outros destacamentos foram mandados para diversos lugares, entre os quais Mariano Pinto que, com 20 homens foi guarnecer o passo do Ibicuí, que depois recebe seu nome, o alferes José da Silveira, com 24 homens e o tenente Pavão com 35 milicianos. Em São Borja teria ficado como guarnição um capitão com 122 soldados, cujo nome não é designado, mas que se presume ser Castanho de Araujo, pois Fabiano Pires de Almeida comandava a guarda de Itaqui.

Em fins de Fevereiro o brigadeiro Rivera está em Japejú, donde a 25 dirige uma carta ao general em chefe do exército em operações D. Juan António Lavalleja, comunicando que pretende executar «seu antigo plano» de invadir as Missões e solicitando a aprovação de seu acto que tem por fim «ferir de morte o cora-

---

cede dos mesmos troncos que têm como origem António Pinto, da Colónia do Sacramento, e sua mulher Felícia Maria de Oliveira.

21) Serafim, "hoje alferes". Deve ser o alferes, adiante nomeado José da Silveira — Serafim José da Silveira, um dos signatários da Acta de 16 de Dezembro de 1837, da Câmara de Piratiní, que dá posse ao general Bento Gonçalves como presidente da República. V. "Proc. Farrapos" Arq. Nac. Vol. XXIX, 397.

22) Deve ser Basílio Ferreira Bicca, também notável procer farroupilha, e tronco de importante família rio-grandense.

23) Alcides Cruz, cit. Rio Branco. *Efemérides* e Varela, *Rev. Cispl.*

24) Alcides Cruz. *Incursão*, cit. 22.

ção do Império». [25]) E logo, a seguir, penetra em território uruguaio, à frente do bando que organizara. Lavalleja conhece o caudilho e as felonias de que é capaz. Compreende o perigo que poderá decorrer para seu próprio prestígio com um sucesso de armas de seu antigo companheiro, suspeito ainda de entendimentos com o inimigo. E determina ao comandante Oribe e Manuel Lavalleja que, com um forte contingente, seguissem a sustar o passo de Rivera que constava estar a «serviço do Brasil».

Afim de reforçar o destacamento com que se pusera a campo, solicita Oribe o auxílio do governo de Corrientes que, atendendo prontamente, põe à sua disposição o brasileiro José Lopes, ou López Chico, caudilho ao serviço desse governo. López Chico, à frente de 500 homens, se integra às forças de Oribe, oferecendo-se em seguida para parlamentar com Rivera «no intuito de convencer-lhe, por meios suasórios, de que desistisse da incursão». Oribe cedeu e o seu delegado, com os 500 correntinos, fez causa comum com Rivera, com quem se pôs de «acuerdo comprometiéndose abandonar el servicio de Oribe a cambio de 10.000 vacas que le entregaría Rivera». (Baldrich, obra cit, 465). O Dr. Alberto Palomeque declara que López Chico se pôs ao serviço de Rivera por ter verificado que este não agia como aliado dos portugueses, segundo se dizia, e que não era, como fora oficialmente declarado, um traidor. Os dois autores citados não comprovam as suas afirmativas. Conhecido porém o modo pelo qual Rivera reuniu adeptos, se é levado a dar crédito à primeira versão». [26])

Acossado por Oribe, Rivera penetra no território rio-grandense. No dia 2 de Abril [27]) o alferes José Silveira, que percorria a campanha com 24 praças milicianas do 24º, encontrando com as avançadas do invasor, a elas se incorpora com todos os seus soldados. A 21 chega ao passo do Ibicuí, guarnecido por Mariano Pinto de Oliveira com 40 homens, do 24º. Um emissário de Rivera, falando português, apresentou-se ali como amigo, solici-

25) Rev. Hist. Montevidéu. N. 15, pág. 105.
26) Sousa Docca. Notas cit. 250.
27) Deve haver equívoco na citação de quase todos os historiadores o depoimento de Canete, adiante transcrito, dá a entender que foi no dia 21 de Abril que se deu a defecção do alferes Silveira.

tando facilidades na passagem. Deu resultado o ardil. Mas, descoberto o embuste do traidor, mesmo compreendendo que seria aniquilado pela superioridade numérica do inimigo, valorosamente, Mariano Pinto, à frente de poucos companheiros, resiste ao choque dos invasores até cair morto, com mais seis milicianos. Foi este o único gesto de protesto. O caudilho oriental contaminara com a sua felonia esses bravos soldados brasileiros que lhe entregavam, manchada de sangue heróico, a bandeira nacional. Transposto o Ibicuí, penetrava Rivera na Província de Missões. No dia 25 o tenente António Pereira Pavão com seu destacamento de 25 milicianos aderia ao exército invasor; dois dias depois chegava a vez de Boaventura Soares que, com seu destacamento de 122 praças, ia engrossar as fileiras inimigas; mais tarde os capitães Fabiano Pires de Almeida e António Castanho de Araujo, com os restos do corpo de milicianos, completavam essa inexplicável série de defecções. Mais de 200 portugueses, diz o **Constitucional rio-grandense**, citado por Varela, já se tinham unido a Rivera «quando este invadiu as Missões».

Tendo conhecimento da entrada de Rivera em território brasileiro o coronel Alencastre, de São Borja, comunicou ao comando em chefe do Exército «que não tinha meios nem forças para batê-lo e se poria em retirada até encontrar recursos que incontinenti tinha pedido ao comandante da fronteira do Rio Pardo, o visconde de Castro». [28]) Nesse meio tempo Alencastre adoece gravemente, passando o comando ao tenente-coronel Palmeiro, comandante do 24º.

Entrando nas Missões, depois de receber o reforço desses contingentes brasileiros, Rivera divide a sua força em três colunas: a primeira, sob o comando de Felipe Caballero, operaria sobre São Francisco de Assis; a segunda, tendo como comandante Bernabé Rivera, marcharia para São Borja, sede do comando geral brasileiro e a terceira, ao mando do próprio general Frutuoso Rivera, destinava-se a perseguir o coronel Alencastre, que se dirigia a Cruz Alta.

A 23 de Abril, tendo já o inimigo às portas, os coronéis Alen-

28) Lima e Silva. Anais. 96.

castre ùnicamente com seis homens que lhe ficaram fiéis: Palmeiro e Lago que levavam algumas famílias que se retiravam, abandonaram a praça, por caminhos diferentes, fugindo à invasão. Alencastre teve as suas bagagens ainda apresadas pelas avançadas do inimigo «inclusive 5.000 patacões e 500 pesos de sua fortuna particular». [29]) Conseguiu, entretanto, chegar a São Martinho, donde passou a Boca do Monte, distrito comandado pelo tenente André Ribeiro de Córdova. Palmeiro foi directamente a Cruz Alta, e Lago, com o pessoal que custodiava, atingiu Passo Fundo, donde se transportou para Vacaria. Levava o administrador geral, em carretas, as alfaias das igrejas, e outros diversos objectos dos Povos, que tentara salvar, mas atacado em caminho pelos índios, tomaram estes tudo quanto levava, fazendo voltar as carretas para o Povo de São Miguel. [30]) O comandante da flotilha de Itaqui, capitão Justo Yegros com o destacamento naval ali sediado, abandonou também o seu posto, fugindo à aproximação do inimigo.

Rivera chegou com sua coluna até Cruz Alta, mas, daí, contramarchando, entrou em Itaqui, [31]), onde estabeleceu o seu quartel general, comunicando então às autoridades argentinas e orientais, em 17 de Maio de 1828, «que a Província goza hoje de sossego e satisfação e a prova mais autêntica é o considerável número de oficiais, tropa e moradores que todos os dias se me apresentam, ambicionando todos encorporar-se às fileiras republicanas, e que a Província faça parte das da República Argentina». [32])

Tendo chegado ao exército do sul algumas notícias sobre o preparo da expedição de Rivera às Missões, mandou o general Lecor, em Fevereiro, que o tenente de Estado-maior Francisco Xavir Canete fosse até São Borja em comissão junto ao coronel Joa-

29) Álvaro Alencastre. Obra cit. 263.
30) Foi o alferes Silveira que apreendeu as carretas cf. Canete.
31) Itaqui teve origem em 1821, em uma guarda de 150 homens, que sob o comando do capitão Fabiano Pires de Almeida, acampou na barra do arroio Cambaí. Sobreveio grande enchente, que obrigou a mudar essa guarda para o local onde hoje se ergue a cidade. Nesse mesmo ano, 50 correntinos e várias famílias fugindo ao caudilho Aguirre, às ordens do capitão Camilo Justiniano Ruas e Fernando Pires, irmão de Fabiano, ali se estabeleceram, fundando a povoação.
32) Palomeque. Obra cit.

quim António de Alencastre. Não chegou esse oficial ao seu destino, pois, no caminho, soube dos acontecimentos e juntamente com o major Ricardo, [33]) sem ter encontrado o coronel Alencastre, mas perseguido tenazmente pelo alferes Silveira, foi até Porto Alegre, onde em 8 de Maio, perante o presidente da Província, prestou seu depoimento, que foi a primeira notícia levada ao Governo. [34])

Sediando no Itaqui o seu quartel general, procurou o general Frutuoso Rivera dar organização à Província que conquistara, de-

---

33) Major Ricardo José de Magalhães, oficial de milícias.

34) Esse documento existente no Arquivo Histórico do R. G. do Sul, (Pasta Missões-1828) é em sua íntegra o seguinte: "Aos oito dias do mez de maio de mil oitocentos e vinte e oito, no Palacio do Exmo. Snr. Presidente se aprezentou o Tte. do Estado Maior Francisco Xavier Canete que tinha vindo por ordem do Exmo. Snr. General em Chefe em comissão ao Cel. Com. de Missoens Alencastro, tendo fugido por cauza do inimigo o qual sendo perguntado sobre alguns objectos tendentes ao inimigo.

Respondeo que tendo sahido do exercito no dia vinte quatro de Fevereiro do corrente anno em commissão ao Cel. Alencastro, chegando a S. Francisco no dia vinte dous de Abril teve ali noticia de haver D. Fructo passado o passo do Marianno Pinto, e matado toda a guarda que ali se achava, e nesse mesmo dia as duas horas da tarde soube que tinha passado para o inimigo o Alferes Silvr.ª com 24 homens, no dia vinte e cinco a tarde fez o mesmo o Alferes Pavão com trinta e seis, e no dia vinte e seis fizeram amesma passagem um Capitão, e 2 Subalternos cujos nomes não se lembra o nº de homens que se seguirão, no dia vinte sete o Capitão Boaventura com cento e vinte quatro passou-se igualte. pa. o inimigo, porem destes homens só vinte e dous não quizerão seguir o dº. Cap. não obste. as suas persuaçoens. Dice mais que o Capitão Boaventura sabendo que elle Canete se achava em Guarajaça foi ali com huma partida de oito homens para prendelo, e não conseguio por elle Canete adiantando-se mais huma legoa receando alguma traição nessa mesma noite foi perseguido pelo Alf. Silveira the o Loreto. No dia vinte oito pela manhã sabendo o Major Ricardo, que tambem tinha vindo em comissão do exercito pa. São Borja, que elle Tte. Canete se achava em Guarajaça, veio auxilial-o com cinco homens armados afim de que junto com ele fossem ao encontro do Coronel Alencastro depois de terem caminhado cinco ou seis Quadras diste. do campo inimigo encontrarão com o Alf. Silveira que vinha de volta, e tendo parado para falar com o Major Ricardo aquelle lhe perguntou o que andava fazendo, lhe respondeo o Major que hia junto com elle Tte. Canete em procura do Cel. Alencastro, e perguntando o dº. Major Ricardo ao Silveira o que também andava fazendo respondeo, que andava fazendo voltar as Carretas, Cavalhadas, e Gados para que fossem a Guarajaça onde se achva o Snr. Gal. D. Fructo, que era quem as mandava voltar para aquelle lugar. e depois disso se despedio e foi dar conta a D. Fructo, que nos hiamos fugidos, e que lhe desse immediatamte. tropa para perseguir-nos, enós caminhamos todo o dia sem parar the chegar a Loreto donde tiramos Cavallos thé a mesma reunada que tinha man-

terminando sobre a comandância dos Sete Povos que foram confiados, em parte, aos oficiais brasileiros que haviam aderido ao invasor. Nessa ocasião o capitão Boaventura Soares foi nomeado comandante de São Borja, posto que exerceu até Outubro quando se apresentou, aproveitando o indulto que, por ocasião da reorganização, no Rio Pardo, do 24º de milícias, oferecia o governo aos que tinham desertado e se haviam posto às ordens do inimigo. Procurou o capitão Boaventura justificar-se de sua traição, dizendo ter sido compelido por intimação de Rivera, visto ser impossível resistir à invasão. Voltou novamente à milícia e foi um dos primeiros oficiais que aderiram à Revolução Rio-grandense, ocupando aí o posto de coronel. Outros oficiais seguiram a sorte

---

dado voltar o ditto Silveira. Saindo dali as Ave Mas. dicemos ao Capataz da Cavalhada que hiamos para as Tunas, tendo tomado a mesma estrada passamos huma coxilha muito extença e cambeamos o caminho para Jaguari, as oito horas dessa mesma noite chegou o dº. Alferes Silvrª. com a partida a Loreto em nossa procura, e tendo alli chegado perguntou por nós, lhe respondeo o Capitão que nós tinhamos seguido para as Tunas, para onde immediatamente seguiram em nossa procura, e não nos tendo encontrado por termos mudado de caminho ali se demorou the o outro dia a tarde, — que então souberão por hum homem que vinha com uma carga de Sal que nos tinha encontrado ao romper do dia passando o Jacui, e deste modo podemos sem perigo seguir o nosso caminho the São Martinho, onde chegamos no dia 29 de Abril pela manhã, e nesse mesmo dia baixamos ao Campestre, onde ficou o Major Ricardo, e eu segui o meu destino the esta Capital de Porto Alegre. Dice mais que soube no dia 5 de Maio pelo morador Padilha, que no dia tres o inimigo tinha entrado no acampamtº. de Santa Maria da Bocca do Monte. Dice mais que o Cap. Boaventura no mesmo dia que se passára ao inimigo mandára saquear os Cofres da Nação pelos seus proprios Soldados apezar da resistencia do Off. encarregado delles, dice mais o dº. Cap. Boaventura aos seos camaradas que aquelle que o quizesse seguir, o seguisse, porque tanto fazia servir à Patria, como ao Imperio, e que elle se hia passar ao inimigo para desse modo segurar todos os seus interesses e que elles fizessem o mesmo, pelo que o acompanharão cento e dous homens. Dice mais o Tte. Canete que toda a força inimiga que elle tinha visto era de quinhentos a seiscentos homens não entrando nesse numero duzentos que tinhão ido a S. Francisco e quatrocentos que hião em seguimtº. do Coronel Alencastro por S. Xavier; porem que ouvio dizer que toda a Força do Inimigo era de tres mil homens, entrando nesse numero Correntinos, Orientaes, Charrúas e Minuanos. Dice mais que os principaes Offes. erão D. Fructo, e D. Bernabé, Lopes Xico, e Laguna, e mais não dice e assignou commigo o Tte. Cel. Pedro Luiz de Menezes que por ordem do Exmo. Snr. Prezte. fiz este depoimento.

Porto Alegre 8 de Maio de 1828. Francisco Xavier Canete. Tte. do Estº. Maior do Exercito. — Pedro Luiz de Menezes. Tte. Cel.

dos exércitos da **Pátria** (orientais), retirando com Rivera e indo residir no Estado Oriental. Só mais tarde voltaram ao Brasil, quando o Rio Grande levantou a bandeira da República.

Nada autorizava a crer que tão fàcilmente esses oficiais desertassem à sua bandeira. No dia 4 de Abril, tendo já Rivera às portas das Missões, o coronel Alencastre, em ofício ao presidente da Província, dando notícias dos acontecimentos de Missões, tinha para seus subordinados as seguintes palavras: «Não devo deixar de ponderar a V. Exa. que as minhas partidas daquele lado tem privado ao inimigo de levarem muitas mil reses, além dos assassínios que deviam praticar e por isso não posso deixar de repetir e recomendar à proteção de V. Exa. os bons serviços prestados pelo capitão do Regimento 24º Boaventura Soares da Silva, comandante daquela força, o tenente do Regimento 23º Francisco Telles de Souza, o alferes do Regimento 24º António Pereira Pavão, e o alferes Basílio Ferreira Bicca e José Silveira». [35])

Enquanto se desenrolavam esses acontecimentos que culminaram com a tomada da Província de Missões, processavam-se negociações de paz entre os plenipotenciários do Império e os das Províncias Unidas do Prata. «Esta paz, diz Palomeque, já era um facto consumado e não poderia voltar-se atrás. Desde 18 de Março de 1828 estava consignado na Convenção enviada pelo imperador e entregue a Dorrego que a aceitou com o conhecimento dos orientais. Em prova disto este designou a respectiva missão em 17 de Junho; e em 12 de Julho partiam os plenipotenciários que concluiam o tratado de 27 de Agosto de 1828». [36])

Impunha-se ela de modo taxativo para a Argentina. Minada por dissenções internas, que ameaçavam quebrar os laços que uniam as suas províncias, a grande nação do Prata, orientada por espíritos patrióticos que viam nessa atitude a solução única a seus complexos problemas de ordem económica e política, não poderia sacrificar à acção caudilhesca de Rivera essa oportunidade que se lhe deparava para retomar os rumos de sua marcha ascensional. Por outro lado, a desagregação das Missões do território brasi-

---

35) Arq. Hist. R. G. do Sul — Pasta Missões — 1828.
36) Palomeque. Obra cit. 104.

leiro, nem sequer entraria nas cogitações dos negociadores do Império. Compreendeu Dorrego a gravidade da situação que se desenhava. Se Rivera se negasse a disistir de sua fácil conquista, que o Brasil jamais poderia reconhecer, a luta se reacenderia novamente em detrimento da unidade argentina. Colimada estava a aspiração de ambos os contendores: a independência da Banda Oriental.

Ante a atitude do caudilho que não se resignava ao imperativo da solução, impunha-se ao presidente das Províncias Unidas «limitar a autoridade e poder», que os acontecimentos haviam outorgado a D. Frutuoso Rivera com a posse das Missões. Outro seria o destino do Exército do Norte, «pois a única coisa em que Dorrego pensava era arrancar Rivera do país para lançá-lo sobre o Paraguai, não o querendo de maneira alguma na guerra contra o Império». [37])

Foi quando, para «limitar essa autoridade», se deu a designação do general Estanislau López que deveria assumir o comando em chefe desse exército. Sentiu o caudilho com este gesto do governo argentino o mais profundo desgosto. Grande amigo de Rivera, o general López procurou atenuar as consequências desse golpe, entrando em um acordo com o caudilho. Feito isto, resignou o mandato, entregando novamente a Rivera a chefia desse exército.

Agindo por conta própria, procurou Rivera consolidar a conquista, estabelecendo nas Missões um governo regular. Tentou atrair, com o engodo de princípios liberais e republicanos arraigados na consciência dos rio-grandenses, os próceres do liberalismo gaúcho. Realizar-se-ia o sonho almejado, proclamando-se a República Rio-grandense. Bento Manuel, uma das maiores figuras do cenário heróico, recebe os emissários de Rivera: D. Manuel Pueyrredon e o Dr. Lucas José Obes. [38])

E enquanto Rivera estende seu raio de acção além do Ibicuí, determinando ao comandante Felipe Caballero ocupe com 200 ho-

37) Palomeque. Obra cit.
38) Alcides Cruz. *Incursão*, cit. (trad.) 37.
39) Varela, *Hist. Grande Revolução*. I, 330. Carta de Lago.

mens a capela de Alegrete, sugere o Dr. Obes a realização de um congresso de elementos missioneiros, de origem brasileira, cujas resoluções pensava poderiam pesar no tratado de paz.

Este congresso teve a adesão de alguns estancieiros da região, entre os quais destacou-se Francisco Borges do Canto, irmão do heróico conquistador das Missões, a quem foi dado o cargo de presidente. Outros ainda dele tomaram parte, salientando-se o cirurgião Marcelino Lopes, Alexandre de Abreu Vale, Francisco Fernandes, José de Sousa Nunes, Vicente Alves de Oliveira e Albino de Lima. [39]) Reunido em São Borja, teve como escopo inicial libertar a Província de Missões do domínio brasileiro e reincorporá-la ao Estado Oriental. Mas, o principal objectivo a que o Dr. Lucas José Obes pretendia atingir, com esse pseudo movimento de opinião que, no fundo, nada mais era do que o temor das arreadas de gado, por parte desses estancieiros, seria que ele influisse no tratado de paz com as Províncias Unidas. Baldado o intento, pois a incursão das Missões nem sequer fez parte das cogitações do tratado. Observa Sousa Docca que «pretendeu o ilustre caudilho (Rivera) fazer pesar na balança por ocasião do tratado de paz a sua pretendida conquista. Tal não se deu. Pedro I não permitiu que de tal coisa se cogitasse. Romperia as negociações. Foram os plenipotenciários argentinos notificados por Ponsomby da atitude inabalável de Pedro I». [40])

Mais tarde, como se dirá, já à margem do Ibicuí, evacuando as Missões os corregedores e mais autoridades missioneiras, que acompanham Rivera, nomeiam seus deputados ante o governo do Estado Oriental o Dr. Lucas José Obes e os índios D. Fernando Tiraparé e D. Vicente Yatuy. [41])

O tratado de paz de 27 de Agosto de 1828 recebe a ratificação imperial em 30 desse mês e em 29 de Setembro seguinte a do governo das Províncias Unidas do Prata. Em 17 o presidente Dorrego comunicava ao general Rivera ter recebido das mãos do secretário D. Pedro Feliciano Cávia, para a devida ratificação, esse instrumento «altamente honroso para a República».

---

40) Sousa Docca. *Missão Ponsomby*, cit.
41) Angel H. Vidal. *La Leyenda de la destrucción de los Charruas*... Rev. Ins. Hist. Montevidéu. Tomo IX, 1932. (Apartado) 5.

Não há «a menor dúvida, assinala moderno historiador, [42]) que a primeira impressão de Rivera foi a de resistir ao tratado. O mesmo em carta desses dias ao Dr. Lucas José Obes lhe manifestava que o limite ao norte do território oriental era o rio Quaraí e a este a angustura de Castilhos, e agrega estas palavras: «parece impossível que os orientais sejam tão tolos que consintam nessa demarcação». Os amigos, porém, insistiram respeitasse as determinações do tratado de paz, que importariam na desocupação imediata das Missões. Esta, consoante ordem do governo argentino, deveria ser efectivada, no máximo, até 4 de Dezembro.

Procurou Rivera ainda protelar a evacuação do território brasileiro. Mas logo compreendeu os riscos da aventura à pressão do governo argentino, e, mais ainda, à convergência das forças brasileiras que se aproximam das Missões. Dias depois empreende a marcha, rumo ao Estado Oriental. A 25 de Dezembro estancia pelo Ibicuí e três dias depois do Itú se dirige ao governo provisório oriental dizendo que em consequência do Tratado de Paz está assegurada «a soberania da Província oriental. Esta é a base do Tratado e este era o único objectivo da invasão das Missões em sua origem e a do Continente quando se concebeu que (a empresa) não era difícil. A guerra, pois, cessou para o Exército do Norte.» [43])

Como sempre, o caudilho tergiversava. Não era este o «único objectivo da invasão das Missões em sua origem...» Outros que realizou merecem registo. A arreada de milhares de cabeças de gado vacum que foram reconstituir as finanças abaladas de seus sócios na empresa; o saque desmedido que não poupou objecto de espécie alguma e a transmigração, voluntária de alguns e obrigada da quase totalidade dos índios que desertaram os povos, com a sua destruição: são fundamentais para a história da civilização jesuítica das Missões Orientais do Uruguai. E, mais tarde, ainda a exterminação total desses últimos remanescentes indígenas, na pró-

---

42) Pablo Blanco Acevedo. *La mediación de Inglaterra en la convención de Paz de* 1828. Montevidéu. 1928. 52.
43) Idem, ibidem, 55.

pria povoação que fundara, fechará, num gesto trágico, a página sombria e última da história missioneira.

Frustrado o intento da incursão, ao imperativo das circunstâncias, o general Frutuoso Rivera, depois de oito meses de domínio sobre as Missões, evacua calmamente o território brasileiro. Já então, mandado para bater o caudilho, o marechal Sebastião Barreto Pereira Pinto, deslocara-se de Bagé, à frente de 1.600 homens de cavalaria. Entrando em contacto com o invasor, que retira pejado de vultoso espólio e de milhares de cabeças de gado, «em vez de romper em hostilidade, abriu negociações. [44]) O mesmo sucede com Bento Manuel que, no Alegrete, com força suficiente para sustar-lhe a marcha, «não o incomodou em sua retirada». «Sòmente depois que este tinha passado além do Alegrete, tratou de lhe tomar a dianteira em Touropasso, o que fez deixando a infantaria na referida vila». [45]) Ainda, segundo Gay, o coronel brasileiro, aproximando-se do chefe oriental, mandou-lhe solicitar fornecesse «umas reses magras para munício; e pela meia noite, mandou marchar de retirada a tropa de Missões que não enchergava aonde ia, dispersou as outras e ele mesmo se retirou para Alegrete».

Dessas «negociações» entre o marechal Barreto e general Rivera, que se encontram nas proximidades do Ibicuí, «campo de Irere-ambá», fica um documento interessante, quase inexplicável em sua significação histórica. Barreto que recebera ordem de bater o caudilho e que para isto estava aparelhado de elementos, entra em um «acordo» com o chefe do Exército do Norte, fixando as raias do novo Estado, e permitindo que o general Rivera continue a sua marcha até o Quaraí, que será «a linha divisória provisional entre ambas as forças, com as famílias e animais» e espólio abundantíssimo, produtos do saque imposto às Missões.

O documento merece registo e é o seguinte em sua íntegra: «Los abajo, Sebastian Barreto Pereira Pinto, mariscal de campo, comandante de 1ª caballeria del ejército imperial del Sur, y el señor coronel don Eduardo Trolé, ingeniero en jefe y comandante general de artilleria del ejercito argentino del Norte, completamente

44) Alfredo Varela. *Hist. da Grande Vevolução.* I, 354.
45) J. P. Gay. *República Jesuítica,* 621.

autorizados por el excelentísimo señor don Fructuoso Rivera, general en jefe del mismo ejército, deseando cortar las dificultades que se presenten y que podrian dar lugar a males irreparables, si no ocurriesen ambas partes a los gobiernos interesados respectivos, y solos competentes para decidir sobre cuestiones relativas a la evacuación del território entre el Ibicuí y Arapey por el ejército del Norte, lleva de ganados y famílias que le siguen; han acordado lo siguiente:

Artículo 1º El ejército republicano del norte, al mando del excelentísimo señor general en jefe don Fructuoso Rivera, continuará su marcha hacia el Cuareim, llevando consigo el ganado que tiene y las familias indígenas que lo acompañan: comprometiéndose el general de las fuerzas imperiales a no poner embarazo alguno en su marcha ni en de los demás individuos que lo siguen, asi como en el tránsito de los animales que lleva; menos intentar ninguna via de hecho en contra de él.

Artículo 2º Dicho ejército se situará sobre la margen izquierda del Cuareim en el lugar que eligiera el excelentísimo señor general en jefe don Fructuoso Rivera, entre el Cuareim y el Arapey, siendo el primero la línea divisoria provisional entre ambas fuerzas con las famílias y animales ya mencionados, hasta la resolución de los gobiernos interesados en las cuestiones pendientes.

Artículo 3º La fuerza imperial poderá situarse sobre la margen derecha del mismo Cuareim, línea divisoria provisional entre ambas fuerzas, debiendo distar siempre sus avanzadas en la más proxima de diez leguas de las del ejército republicano, hasta la resolución de los gobiernos interesados sobre dichas cuestiones pendientes ya mencionadas.

Artículo 4º Serán remitidos de ambas partes por los generales de las fuerzas respectivas, rehenes, por garantia de la presente convención provisional.

Artículo 5º Dicha convención provisional será redactada en castellano y portugués y firmada de puño y letra de cada uno de los arriba expresados.

En fe de lo que la firmaron a los 25 de diciembre de 1828, en el campo de Irere-ambá.

Sebastián Barreto Pereira Pinto.
Es copia: Eduardo Trolé.
Firmado: Fructuoso Rivera». [46])

Ainda no Ibicuí, antes de entrar em território oriental, por inspiração de Rivera, coagido a abandonar as Missões, em uma acta que ali firmam, corregedores e caciques dos Sete Povos, deixam formulados seus votos no sentido de reincorporar a região missioneira à Banda Oriental. E nomeiam para pugnar pelos seus interesses deputados que pleiteariam o restabelecimento das Missões.

E' o seguinte o documento em apreço:

«Los Corregidores, Tenientes Corregidores, y caciques de los Siete Pueblos de las Misiones Orientales, reunidos en las márgenes del Ybicui, bajo la protección del Ejército del Norte, y con ánimo resuelto de trasladarse al Estado Oriental y someterse a sus instituciones, dijeron: Que habiendo elevado a estos objetos la súplica conveniente al Exmo. Sr. General en Jefe D. Fructuoso Rivera, y obtenido a sua retirada el permiso de tomar todas las medidas que se creyesen oportunas, y especialmente como una de ellas el nombrar personas que, investidas del carácter conveniente, puedan personarse ante el Gobierno del dicho Estado Oriental, prestarles homenaje a nombre de dichos pueblos, y promover la aceptación del pacto con que desean hacer efectiva (en q. to hoy pueda serlo) la reincorporación por que se pronuncian expontáneamente, ante el Congreso de la Provincia reunido em S. Borja para este efecto, venian en nombrar a los Sres. Dr. Lucas José Ovez, diputado D. Fernando Tiraparé, y al de igual clase D. Vicente Yatuy, a quienes confieren todo el poder y facultad que más necesario fuese, así para los fines aqui expresos, como para todo lo que en su ejecución demandara, principal o acidentalmente, siendo su deseo que proceda a la mayor brevedad, a formar impacto que sirva de base a la dicha reincorporación y establecimiento de los Siete Pueblos, en el territorio del Estado Oriental, sin renuncia o menoscabo de sus de-

46) *Rev. Hist.* Montevidéu. N. 20. O coronel Álvaro Alencastre reproduz no trabalho citado esse documento (*Missões*, 281), acrescentando não ter encontrado o original brasileiro no Arquivo Público Nacional, onde realizou pesquisas.

rechos, al que dejan en las Provincias de Misiones, y deseando se miren siempre como una propiedad de la nación indígena que las pobló, cultivó, mantuvo y governó hasta 1801 en conformidad de las leyes del caso, porque asi en esto, como en las conservaciones de aquellos privilegios que fueren conciliables con las instituciones del Estado Oriental, quieren los Pueblos que los Sres. Representantes, nada pacten que pueda ofender a la felicidad de sus venideros».

Y en cumplimiento, nos, los que suscribimos sacamos la presente que es conforme al original de su contexto».

«José Francisco Tuapá. **Corregidor** — Egidio Teximante. **Corregidor.** — Eugenio Aragefú. **Corregidor.** — Fernando Virapane. **Teniente Corregidor.** — Francisco Anapoti. **Teniente Corregidor.** — Esteban Abouc. — D. Justino Acatú. — **Cacique** Cipriano Atavi. **Teniente Corregidor.** — D. Leandro Mendone. **Corregidor.** — Mariano Chembo. **Teniente-Corregidor».** 47)

Certo de que não poderia mais permanecer no território missioneiro, Rivera prepara-se para deixá-lo. Antes, porém, que leve a efeito a retirada, manda a todos os recantos da terra os seus contingentes de latrocínio para o saque sistemático dos bens dos povos e dos proprietários brasileiros da região. Voltam das arreadas, aboiando milhares e milhares de cabeças de gado vacum. Raspavam-se assim todos os rincões da terra missioneira. E os sócios da empresa recebiam os seus quinhões de pirataria. Outros emissários percorriam os Povos. Não escapara uma alfaia de igreja, de cujas torres se despojavam os próprios sinos. «Para cima de 60 carretas, diz Gay, com estátuas de santos, com ornamentos e sinos das igrejas, com todo o trem caseiro dos habitantes, com os escravos acolá existentes, «com todos os artigos de comércio», em suma, «**con el gran arreo, de las haciendas entrosadas**» transpuseram o Ibicuí, comenta Varela, seguindo um relatório de Bento Gonçalves. 48)

---

47) Archivo General de la Nación. Montevidéu. Legajo 1828. Publicado por D. Angel H. Vidal em seu interessante estudo *La Leyenda de la destrucción* etc. cit. 5.

48) A. Varela. *Hist. da Grande Rev.*, cit. I, 356.

Conhecida a relação dessa presa, que aqui se consigna. [49]) Valioso o espólio que foi enriquecer os próprios particulares parti-

49) Relação das alfaias das Igrejas e mais bens pertencentes aos Sete Povos de Missões saqueados por Frutuoso Riveira, e que os conduziu por ocasião da publicação da Paz: três salvas de prata com seus véus, três relicários de prata em que vai o Santíssimo, dois purificadores de prata, uma chave de prata do Sacrário, duas cancelas de prata, seis cálices de prata e suas patenas, sete pares de galhetas de prata, seis pratos de prata das mesmas galhetas, sete colheres pequenas de prata, três turíbulos com navetas e colheres de prata, um turíbulo com corrente de prata, dois turíbulos de latão com correntes e colheres de prata, duas pedras d'Ara, uma caldeirinha de estanho, um hissope de prata, dois respeitos do Sacrário, duas custódias grandes e ricas de prata, uma naveta de prata, um vaso sagrado de prata encravado de pedras, um vaso de prata com seu prato, uma tijela de prata, dois vasos que servem de lâmpada, um jarro de prata, duas cruzes de prata, três coroas de prata, uma cruz de prata que pertence ao Guião, um vaso de prata para comunhão, dois castiçais galvanizados de prata, dois crucifixos de latão, uma espada e diadema de prata de N. S. das Dores, uma estante forrada de prata, dois rosários de ouro com cruzes do mesmo ouro, um rosário grosso de ouro com um crucifixo, dois pares de brincos de grisólitas, 13 casulas riquíssimas de tisso de prata, 49 casulas de todas as cores — maiores e menores, 62 cordões, 26 alvas boas e medianas, cinco âmbulas de prata para Santos Óleos, oito amitos, 43 sanguinhos, 14 capas de Asperges, 13 véus de ombros, 22 corporais, uma coroa de prata do Divino, quatro dalmáticas, seis palas de cálice, 20 bolsas dos corporais, 18 véus de cálice, 7 véus compridos de estante, 3 mangas de Cruz de Veludo com franjas de prata, 1 guião, 53 frontais bons e medianos, 12 estolas boas e medianas, 12 manípulos, dois panos de damasco das Credências, cinco pálios bons e medianos, 8 missais, 48 toalhas finas e medianas, 68 opas e roquetes, 47 sobrepelizes, 25 túnicas de algodão, uma tunica de baetão preto, duas tiras de baeta com galão falso, 10 cortinas grandes de algodão, 35 campainhas, 19 sinos grandes e medianos, 10 espelhos dos altares, oito lanternas de vidro, quatro castiçais de latão, quatro panos de estante, uma porta coli, um pano verde grande, cinco mantos de veludo do Senhor, uma coberta de seda do Santo Sepulcro, oito lâminas, seis côvados de pano azul fino, seis varas de franja de prata, quatro sacras prateadas, cinco palmas prateadas, um estandarte com renda de ouro, duas bandeiras de tafetá do Divino, uma sobremesa de damasco, quatro cobertas de veludo carmesim das cadeiras, duas capas de veludo, dois sercais de prata, 16 ferros de fazer hóstias e obreas, três ferros de engomar, 55 rabecas e violinos, 14 rabecões, sete zabumbas, sete flautas, três serpentões, duas coroas de prata de Nossa Senhora do Rosário e Espírito Santo, uma chave grande do Sacrário, duas bandejas do Espírito Santo, três estolões, seis almofadas.

Consta ainda da mesma relação o saque feito aos povos e estâncias missioneiras de que se destacam 1.830 varas de pano de algodão branco, 1.050 arrobas de algodão em rama, 20 varas de riscado de algodão, 29 arrobas de fio de algodão, 1.000 arrobas de erva-mate, 1.420 couros vacuns, e muitos outros artigos. Além dos animais dos Povos o saque feito às estâncias constava de 31.696 gados de criar, 2.213 éguas de rodeio, 479 cavalos mansos e redomões, 390 ovelhas e 216 bois mansos.

cipantes da façanha. Um dos sinos perdeu-se à passagem do rio. Outros foram distribuídos pelas igrejas orientais.

Consoante o informe de António Diaz, seguiu na cauda do exército retirante, «parte aliciada, parte forçada, a povoação inteira das Sete Missões». [50]) E agrega o historiador da **Grande Revolução** que «conquanto fosse de seduzir a índios a aventura em perspectiva, enfeitada com as galas de que sabia usar o laborioso Rivera, que lhes falava a eles em sua língua nativa; certo é que muitos o acompanhavam constrangidos, qual atesta o valioso documento supra. «Resignavam-se a segui-lo com a esperança de recuperarem a sua propriedade» mesclada a de uns com a de outros no saque universalíssimo que ninguém da parte do império nem de leve obstara». E à luz de outros informes, apreciando a atitude de Bento Manuel que, à frente de forças superiores, deixa passar livremente o caudilho com seu farto botim, contentando-se em solicitar-lhe algumas «magras vaquinhas para munício da tropa», diz que «os oficiais e tropas de sua majestade «ardiam» na ânsia de «atacar o caudilho invasor, por causa das mulheres e seus filhos, que levava, porque muitos índios missioneiros se achavam incorporados às tropas brasileiras, segunlo me têm narrado vários oficiais que se achavam presentes, debaixo de cuja responsabilidade faço esta narração». [51])

MAPA geral dos bens e propriedades dos Sete Povos das Missões Brasileiras com especificação do estado actual dos edifícios, número dos naturais, receita e despesa, dívidas e crédito, produções e ramos de indústria, oferecido ao Ilmo. e Exmo. Sr. Salvador José Maciel, Presidente da Província do Rio Grande de São Pedro do Sul, pelo tenente-coronel Manuel da Silva Pereira do Lago, administrador geral. (Em 1827)

População — Santo Ângelo: Varões: 21 úteis, 7 menores, 11 inválidos. Mulheres: 46 úteis, 10 menores, 8 inválidos, total 103. São Borja: Varões: 17 úteis, 3 menores, 22 inválidos. Mulheres: 66 úteis, 38 menores, 34 inválidas, total 180. São João: Varões: 24 úteis, 21 menores, 27 inválidos. Mulheres: 64 úteis, 34 menores, 42 inválidas, total 212. São Lourenço:

50) A. Varela. Obra cit. I, 354.
51) Idem, ibidem, 355.

Varões: 31 úteis, 38 menores, 26 inválidos. Mulheres: 81 úteis, 44 menores, 38 inválidas, total 258. São Luís: 21 úteis, 44 menores, 75 inválidos. Mulheres: 157 úteis, 55 menores, 91 inválidas, total 446. São Miguel: Varões: 16 úteis, 28 menores, 39 inválidos. Mulheres: 58 úteis, 38 menores, 92 inválidas, total 271. São Nicolau: Varões: 27 úteis, 52 menores, 62 inválidos. Mulheres: 95 úteis, 37 menores, 121 inválidas, total 404. — Total geral 1.874.

Edifícios e Prédios — Santo Ângelo: 1 templo, 1 colégio, 6 quadras, 1 curralão, 1 casa de teares, 1 quintal, 1 pomar, 1 cemitério — São Borja: 1 templo, 1 colégio, 6 quadras, 1 curralão, 1 hospital, 1 casa de roça, 1 casa de teares, 1 quintal, 3 pomares, 1 cemitério. — São João: 4 capelas, 1 colégio, 9 quadras, 1 curralão, 1 hospital, 1 casa de roça, 1 casa de teares, 1 quintal, 1 pomar, 1 cemitério. — São Lourenço: 1 templo, 1 colégio, 6 quadras, 1 curralão, 1 hospital, 1 casa de roça, 1 casa de tear, 1 quintal, 1 pomar, 1 cemitério. — São Luís: 1 templo, 1 colégio, 1 cabildo, 6 quadras, 1 curralão, 1 casa de roça, 1 casa de teares, 1 quintal, 4 pomares, 1 cemitério. — São Miguel: 3 capelas, 1 colégio, 1 cabildo, 8 quadras, 1 curralão, 1 hospital, 1 casa de roça, 1 casa de teares, 1 quital, 2 pomares, 1 cemitério. — São Nicolau: 1 templo, 2 capelas, 1 colégio, 1 cabildo, 10 quadras, 1 curralão, 1 hospital, 1 casa de roça, 1 casa de teares, 1 quintal, 4 pomares, 1 cemitério.

Santo Ângelo — Animais: 20 cavalos mansos, 20 bois, 24 éguas, 50 ovelhas; Produções anuais: 60 alqs. trigo, 150 ar. algodão, 7 alqs. feijão, 40 alqs. milho, 300 ar. erva mate. — São Borja: 40 cavalos mansos, 86 éguas, 6.000 éguas alçadas, 5.400 reses de criar, 69 ovelhas; Produções anuais: nenhuma. — São João: Animais: 10 cavalos mansos, 30 bois, 300 éguas, 40 ovelhos; Produções anuais: 11 alqs. trigo, 125 ar. algodão, 85 alqs. milho, 360 alqs. favas, 70 alqs. cevada, 760 ar. ervà mate. — São Lourenço: Animais: 300 éguas: Produções anuais: 100 ar. algodão, 125 alqs. milho, 140 alqs. fava, 30 alqs. cevada, 300 ar. erva mate, 347 couros de gado crú. — São Luís: Animais: nenhum; Produções anuais: 104 alqs. trigo, 20 ar. algodão, 7 alqs. feijão, 250 alqs. milho, 450 alqs. fava, 6 alqs. cevada, 3 alqs. arroz, 2 alqs. lentilhas, 8 alqs. ervilhas. — São Miguel: Animais: 200 cavalos mansos, 40 bois, 400 éguas, 16.000 reses de criar, 40 ovelhas; Produções anuais: 300 ar. erva mate. — São Nicolau: Animais: 40 cavalos mansos, 40 bois, 1.000 éguas, 3.000 reses de criar, 100 ovelhas; Produções anuais: 140 alqs. trigo, 160 ar. algodão, 24 alqs. feijão, 40 alqs. milho, 130 alqs. favas, 306 couros de gado crú.

Ramos de Indústrias — Santo Ângelo: 580 v^s^ pano de algodão, 58 v^s^ bicharás, 93 v^s^ picote riscado. — São Borja: nenhum. — São João: 2.129 v^s^ pano de algodão, 507 ½ v^s^ picote riscado. — São Lourenço: 1.480 v^s^ pano de algodão, 148 ½ pano de lã. —São Luís: 400 v^s^ pano de algodão, 100 meia solas. — São Miguel: nenhum. — São Nicolau: 4.171 v^s^ pano de algodão.

Soldos Anuais — Santo Ângelo: 144.000 adminitradores, 144.000 capelão, 144.000 cirurgião. — São Borja: 144.000 administradores, 153.600 capataz São Gabriel, 144.000 capelão, 144.000 cirurgião. — São João: 144.000 administradores, 144.000 capelão, 144.000 cirurgião. — São Lourenço: 144.000 administradores, 1444.000 capelão, 144.000 cirurgião. — São Luís: 240.000,00 administradores, 144.000 capelão, 144.000 cirurgião. — São Miguel: 144.000

administradores, 307.200 capataz São Vicente, 144.000 capelão, 144.000 cirurgião. — São Nicolau: 144.000 administradores, 153.600 capataz Itaroquem, 144.000 capelão, 144.000 cirurgião.

Ornamentos e Alfaias das Igrejas — 24 capas de asperges, 52 casulas, 6 dalmáticas, 4 alvas, 3 amitos, 20 cíngulos, 9 estolas, 12 manípulos, 8 véus de ombros, 22 corporais, 27 sanguinhos, 4 véus de cálice, 4 panos de estante, 77 sobre-pelizes, 5 pálios, 75 frontais, 74 sotainas, 20 bolsas de corporais, 2 panos de credências, 51 toalhas, 14 opas, 6 almofadas, 3 docèis, 11 cortinas, 2 pano verde, 9 véus, 8 cobertas de seda, 13 missais antigos, 1 ritual, 1 breviário, 11 cadeiras de veludo, 2 idem de espaldar, 10 assentos rasos,4 bancos de pau, 3 mesas de pau, 42 campainhas, 56 sinos, 4 custódias de prata, 9 cálices de prata, 11 vasos sagrados de prata, 6 âmbulas de prata, 3 Reliquias de prata, 2 Purificadores de prata, 2 cruxificos de prata, 4 cruz de prata, 6 coroas de prata, 7 chaves do Sacrário, 6 Sacras de prata, 1 portacoli de prata, 3 resplandores de prata, 1 cetro de prata, 1 Estante chapeada, 1 perfumado chapedo, 1 rosário de ouro, 4 cercais de prata, 10 palmas chapeadas, 2 bacias de prata, 1 caçarola de prata, 12 castiçais de prata, 4 caixas de hóstia, 4 porta-paz de prata, 3 jarros de prata, 1 tijela de prata, 8 galhetas de prata, 3 turibulos de prata, 5 navetas de prata, 1 sucena de prata, 3 caldeirinhas de prata, 1 cruxifico de latão, 1 turíbulo de latão, 4 castiçais de latão, 10 espelhos, 8 lanternas, 4 ceras chapeadas, 1 pomba de prata e 11 pedras d'ara.

Terras de criar:

Santo Ângelo: 20 cavalos, 24 éguas, total 44 cabeças.
São Borja: Denom. da terra S. Gabriel: 1 terra, 5.400 reses, 40 cavalos, 86 éguas, total 5.526 cabeças.
São João: Denom. das terras Conceição, 1 terra, 10 cavalos, 300 éguas, total 310 cabeças.
São Lourenço: Denom. da terra Passiretã, 1 terra, 300 éguas, total 300 cab.
São Luis: nenhuma.
São Miguel: Denom. da terra S. Vicente, 2 terras, 16.000 reses, 200 cavalos, 400 éguas, total 16.600 cabeças.
São Nicolau: Denom. da terra Itaroquém, 1 terra, 3.000 reses, 40 cavalos, 1.000 éguas, total 4.040 cabeças.

Santo Ângelo: 1 terra, 1 légua em roda; Terras incultas: 1 terra, 1/8 légua em roda; Terras usurpadas dos Povos: 6 estâncias, 3 potreiros, 2 invernadas.
São Borja: 1 terra, ½ légua em roda; Terras usurpadas dos Povos: 1 estância, 10 rincões.
São João: 1 terra, 4 léguas em roda; Terras incultas: 1 terra, ⅛ léguas em roda; Terras cultivadas: 1 invernada, 1 légua quadrada; Terras usurpadas dos Povos: 2 rincões.
São Lourenço: 1 terra, 6 léguas em roda; Terras incultas: 1 terra, ⅛ légua em roda; Terras cultivadas: 1 invernada, 1 ½ légua quadrada; Terras usurpadas dos Povos: 1 estância, 2 rincões.
São Luís: 1 terra, 6 léguas em roda; Terras incultas: 1 terra, ⅛ légua em roda; Terras cultivadas: 1 invernada, 2 léguas quadradas; Terras usurpadas dos Povos: 1 estância.
São Miguel: 1 terra, 3 léguas quadradas; Terras incultas: 1 terra, ⅛ légua em roda; Terras cultivadas: 1 invernada, 1 ½ légua quadrada; Terras usurpadas do Povos: 5 rincões.

São Nicolau: 1 terra, 21 léguas quadradas; Terras incultas: 1 terra, ⅛ légua em roda; Terras cultivadas: 1 invernada, 1 légua quadrada; Terras usurpadas dos Povos: 6 potreiros, 12 rincões, 8 chácaras.
Total para todos os povos de vacas e cavalos: 24.710.

Crédito a favor dos Povos — Em animais e vários gêneros:

Santo Ângelo: 60 alqs. trigo, 150 ar. algodão, 400 v^s panos de algodão, 7 alqs. feijão, 40 alqs. milho.
São Borja: 92:051 em dinheiro.
São João: 240:000 em dinheiro.
São Lourenço: 100 ar. erva mate.
São Luís: 4.489:155 em dinheiro, 30 alqs. trigo, 20 ar. algodão, 200 v^s pano de algodão, 10 alqs. milho, 9 alqs. favas, 50 meias solas, 110 couros, 2 cavalos, 5 mulas, 1 vaca.
São Miguel: 2.320:475 em dinheiro, 86 vacas.
São Nicolau: 1.165:060 em dinheiro, 30 ar. algodão, 207 v^s pano de algodão, 24 alqs. feijão, 117 couros.

Dívida dos Povos — Em vários gêneros.

Santo Ângelo: 180:000 em dinheiro; 454 v^s pano, 246 ar. erva.
São Lourenço: 300:000 em dinheiro; 20 ar. algodão, 130 ar. erva, 12 vacas.
São Luís: 2.127 v^s pano.
São Nicolau: 170:000 em dinheiro.

Receita e despesa anual dos Sete Povos:
Receita: 27.274$520; Despesa: 29.216$880; Dif. contra os Povos: 1.942$360.

Alfaias e Utensílios dos Povos — 1 chapeado de prata, 4 estribos de prata, 4 bocais de prata, 2 coldres de prata, 2 peitorais de prata, 1 freio de copas, 23 talheres de prata, 7 relógios solares, 21 armários, 106 mesas, 123 catres, 32 castiçais, 28 panelas de ferro, 11 chocolateiras, 230 pratos, 13 copos de cristal, 4 sopeiras, 4 jarros, 7 bacias, 7 terrinas, 22 tijelas, 5 canecas, 3 caldeiras, 1 peneira, 4 moinhos de mão, 20 romanas, 15 taxos, 1 lambique, 49 caixões, 72 talheres de cabo de osso, 11 cadeiras de palha, 18 cadeiras de jacarandá, 196 cadeiras de pau, 6 caixas, 3 placas douradas, 4 lampiões de vidro, 9 toalhas de mesa, 34 colchões, 46 lençóis, 3 colchas, 5 fronhas, 24 travesseiros, 2 toalhas de algodão de mão, 4 toalhas de paninho de algodão, 24 toalhas de paninho de mesa, 28 grilhos, 10 marcas, 7 pás de ferro, 111 enxadas, 65 machados, 51 foices de roçar, 54 foices de trigo, 43 serras, 16 alavancas, 10 serrotes, 6 escrópulos, 17 martelos, 336 formões, 3 compassos, 15 enxós, 4 trados, 3 safras de ferro, 9 malhos, 1 torquês, 8 bigornas, 1 forja, 9 limas, 9 tenazes, 1 prumo, 11 picaretas, 10 picões, 21 colheres de pedreiro, 65 bancos, 1 tafona, 15 teares, 10 carretas.

Povo de S. Luís, 26 de Julho de 1827. *Manoel da Silva Pereira do Lago*, tenente-coronel e administrador geral. — Conforme, *Antonio Jozé Pedrozo.*

2. Bela Unión.

Não se pode ainda, precisamente, à mingua de informações exactas, apreciar o vulto do êxodo das populações missioneiras que transmigram com o general Rivera. O informe oficial sobre a população das Missões consta do precioso Mapa estatístico que o tenente-coronel Manuel da Silva Pereira do Lago, em data de 26 de Julho de 1827, levantou em São Luís e existe do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, [1]) documento precioso sobre todos os aspectos da vida missioneira, reproduzido páginas atrás.

Como se verifica, nesse ano, a população das Missões constava de 1.874 naturais, aí arrolados pelos Povos em que residiam. Serão exactos esses dados fornecidos em informação oficial pelo administrador geral dos Povos? E' de crer que sim.

O Dr. Alfredo Varela debate longamente o assunto chegando à conclusão de que maior seria o número dos expatriados. Não obstante nos cingirmos ao documento oficial, deixamos aqui, como elemento para estudo, transcrita na íntegra, essa página do douto historiador, com as respectivas notas ilustrativas:

Berra eleva os expatriados a 5.000 famílias, 10 a 12.000 o total dos indivíduos. [2]) Há exagero, porque o censo de 1814, feito com um relativo esmero, os computou em 7.951. [3]) Se no cálculo demográfico, somos forçados a jogar com um coeficiente de aumento notável, as novas imigrações, também temos que considerar um muito importante, de descréscimo, as guerras, que dizimaram os homens válidos. Artigas atraiu talvez a metade deles e a outra metade muito concorreu para os resultados da campanha, junto dos portugueses, estando em armas, ainda em 1821, «toda a juventude guarani». [4]) O efeito de categoria oposta foi em verdade extraordinário. Em consequência da tirania de Ramírez, os

1) Pasta 1928. Reproduzido na Rev. Arq. Públ. Vol. I, 1921. Varela dá, provàvelmente por equívoco, a data de 28 de Outubro para essa estatística do tenente-coronel Lago. (*Grand. Revol.* I, 357).

2) *Bosquejo histórico de la República Oriental del Uruguay,* 680. O cálculo, segundo António Diaz (I, 353), é de que foram de 8 a 10.000 almas.

3) S. Leopoldo, *Anais,* 262.

4) Saint-Hilaire, 356.

«Povos» obtiveram um poderoso reforço, de origem argentina: «todos os habitantes das aldeias de Entre-Rios passaram» «a este lado do Uruguai», disseminando-se entre as províncias oriental e continentista, constando a Saint Hilaire que montavam os retirantes «a pouco mais ou menos 7.000». O incremento da nossa população pode avaliar-se por isto: só pelo vau do Quaraí, de Agosto de 1820, a Janeiro de 1821 entraram «mais de 3.000» aborígenes, havendo «muitos outros» penetrado em nossas Missões, pelo alto Uruguai, e não ficando a Oriente do mesmo rio, senão «alguns velhos e enfermos absolutamente impossibilitados de trasladar-se ao estrangeiro». 5) Ora, apesar de que o censo de 1821 tinha verificado na dita «Província uma população índia de 3.000 indivíduos», 6) admissível é que a proveniente das zonas ocidentais do rio repusessem o nível do total, no que era sete anos antes. Desta maneira, podemos concluir que a raça, desfalcada de alguns centos de combatentes pela guerra de 1825 a 1828, formava, quando no fim do segundo ano a seduziu e arrastou o ex-tenente de Artigas, um complexo que, tudo persuade, andaria pela metade da cifra maior que consigna Berra. Pelo último grande êxodo, a massa dos guaranis pode ser contada, com muita probabilidade, em uns 6.000 indígenas, cuja perda é imputável à evidente inexação ou misteriosa cumplicidade do comandante da divisão brasileira, destacada em nosso território de Entre-Rios.

Uma estatística de 28 de Outubro de 1827 manifesta apenas um total de 1.847 habitantes, dos quais eram em número de 436 as pessoas do sexo masculino, contadas dos 10 aos 70 anos. Há indubitável deficiência neste antigo trabalho, como há no anterior, porquanto é impossível que Rivera conseguisse o efeito que conseguiu em sua Pátria, entrando ali com as escassas duas centenas de primitivos legionários e com aquelas quatro mais, de índios aptos pela idade, para o exercício das armas. Devia ter ele regressado com um grande séquito, multidão de facto imponente em seu conjunto, porque sabemos que o governo até então adverso, o governo que o tentara prender, pelo braço de Oribe, transigiu com o prófu-

5) Saint-Hilaire, 346.
6) Idem, 284, *Aperçu*, 376.

go, sob o império da necessidade: revogado o decreto de infâmia e banimento, o brigadeiro que estava fora da lei, se viu coberto de prêmios, sendo adido ao exército nacional, o do feliz guerrilheiro aventuroso. Não podiam ser tão poucos, qual se depreende do recenseamento de 1827, é de repetir-se. Os apontadores parece coligiram em listas sòmente os habitantes aldeados, não os rurais, porque os índios constituiram a força principal do caudilho, nas posteriores revoluções, como «seus soldados mais fiéis», sobrevivendo poucos à fortuna de Rivera, declinante com a derrota do Arroio Grande e empalidecida de todo com a de India Muerta, em 1845, no próprio sítio do seu revés de 1816.

Alguns dos retirantes de Missões voltaram, tocados pela nostalgia ou no reponte de infortúnios, que lhes fizeram doce o passado, com a desaprazível vida em solo estrangeiro. 7) Poucos seriam. «Os Sete Povos que formavam as Missões (diz um papel oficial) estão quasi extintos. Sto. Ângelo, S. João, S. Luís e S. Nicolau não têm um só índio. S. Borja, S. Lourenço e S. Miguel apenas têm 38. Os templos, os colégios, as casas dos antigos cabildos, as dos antigos teares, são tantos monumentos, que atestam a decadência, ou para melhor dizer, a total ruína de povoações em outro tempo ricas, florescentes e populosas». Malgrado tamanho desastre, «existiam ainda, nas estâncias de Itaroquém, S. Vicente e S. Gabriel, 15.040 rezes de criar». 8) Poucos seriam os aborígenes que restaram depois destes acontecimentos, visto como a certeza de que em 1833 compartiam da nossa comunhão apenas 377, porção cujo exíguo número atesta a magnitude lamentável do despojo e a responsabilidade dos que o toleraram. O caudal étnico de que a sua grave falta nos privou é de tamanho valor, que o espírito deslembra a verba do prejuízo material. Entretanto, a cifra era indesprezável; nada menos que tudo o que restava da civilização jesuítica se viu reduzido a botim ou a des-

---

7) Afirma Bento Manuel, na citada carta, que a *maior parte* dessa gente regressou aos lares, mas dizem o contrário os dados oficiais constantes do texto.

8) Fala do presidente Lopes Gama, em 1-XII, no "Constitucional rio-grandense" de 29-XII-30. Vide ainda sobre essa catásfrofe, a mesma folha, ns. de 31-X-28, 25-II-29, 10-XII-31.

troços! Feito o inventário, a herança usurpada subia a milhões de boa moeda, industriosamente acrescida com o saque da comarca do Alegrete, às barbas do impassível fronteiro que tinha por ali o Império!» [9])

O gado missioneiro e, por extensão, além deste o da raspagem de todos os campos que puderam ser atingidos, foi o principal objectivo da pilhagem do caudilho. Consigna Varela que vadearam o Ibicuí, «seguindo as viaturas», «20.000 animais vacuns quase todos pertencentes às estâncias ou burgos guaranis. O colossal rebanho, ao cruzar os limites meridionais do distrito de Entre-Rios, montava a mais de oitenta milhares, no cômputo de Gay, a perto de 90, no de Bento Gonçalves, a «100.000 animais» no dizer de António Diaz». [10])

Nos primeiros dias de Janeiro de 1829, transposto o Quaraí, antes de atingir o Arapeí, em local que lhe pareceu apropriado, acampou a caravana extensa. Aí fundou o general D. Frutuoso Rivera, com esses elementos arrancados às Missões, o povo de Bela União. Mandou traçar os lineamentos de uma cidade, com praça, ruas, igreja, que não passou, porém, da planta inicial. Acampados em ranchos primitivos, numa promiscuidade indizível, como se houvessem tornado aos tempos bárbaros de sua infância, os pobres índios entregues a si próprios, sentiram cair sobre as suas cabeças a maldição dos proscritos. Pouco gado lhes restara para a subsistência. Os rebanhos copiosos, continuando a marcha para o Sul, iam enriquecer estancieiros falidos, que hauriam na **montonera** novos alentos para o reerguimento de suas fortunas...

Dentro em pouco a miséria, a fome, a «natural tendência dos indígenas para a rapina, a particularidade de terem pertencido ao território do Império, donde desertaram e outras circunstâncias mais, tudo anunciava de antemão que tínhamos de lutar contìnuamente com uma cabilda de salteadores, colocada frente a frente: os factos justificam os receios e apesar das repetidas agressões só nos desassombramos de um mal tão iminente depois

9) Varela, *Grande Revol.* I, 358.
10) Idem, ibidem, I, 353.

que voltaram as armas contra o próprio governo da República do Uruguai»,dizia o presidente da Província em nota ao governo do Uruguai. [11])

Os índios de Bela União, ao princípio, premidos pela fome, mais tarde, por essa «natural tendência para a rapina» organizaram-se em bandos armados, invadindo o território brasileiro, desde o Quaraí até o Alegrete, donde roubavam as fazendas, «a ponto de quase deixarem desertos os campos mais próximos do Quaraí». [12])

E tais foram as depredações e os assaltos que levavam à propriedade brasileira que, depois de várias reclamações não atendidas, resolveu o tenente de 1ª linha Manuel Luís Osório, que comandava uma guarda postada no Quaraí, agir na repressão desses latrocínios. Passando o rio Quaraí, o tenente Osório, à frente de sua guarda, atacou um bando de índios que estavam procedendo a uma encerra de éguas, matando todos quantos encontrara. «Osório, diz o seu biógrafo, [13]) vendo quase diàriamente as tropelias dos índios selvagens da Bela União; contemplando as vítimas que o buscavam pedindo protecção, vindo-lhe umas feridas pelos índios, outras chorosas, já com as casas incendiadas, e expostas às intempéries, já sem alimentação alguma, porque os ladrões lhes arrebataram tudo: presenciando Osório o desamparo das esposas, das filhas e das crianças rio-grandenses, em consequência das atrocidades praticadas pelos índios assassinos de seus esposos e pais; indignado Osório contra a atitude inerte do governo que se limitava a dar ordens por ofícios, recomendando vigilância e a trocar notas diplomátcas de mera cortesia, enquanto que as vítimas gemiam desprotegidas, — um dia esperou que os salteadores atravessassem a fronteira e foi-lhes ao encontro. Eram numerosos. Achou-os ainda conduzindo a propriedade roubada, caiu sobre eles apenas com 20 praças, travou luta renhida e os desbaratou completamente».

Para o próprio governo da República Oriental do Uruguai,

---

11) Anais do Itamarati. *Memória Histórica.* XXXI, 180.
12) Idem, ibidem, XXXI, 181.
13) Fernando Luís Osório. *História do General Osório.* Vol. I, 271.

então sob a presidência do general D. Fructuoso Rivera, esse estabelecimento de índios se tornara uma constante ameaça à tranquilidade e segurança. Compreendeu o caudilho o erro terrível que cometera, aliciando elementos que não poderiam subsistir por si próprios, dadas as condições de sua mesma natureza e incapacidade para a vida livre e para o trabalho.

Em 1831 os índios de Bela União estavam completamente sublevados contra o governo de seu protector. Tentou Rivera desfazer-se desses importunos moradores, entrando em negociações com o governo de Corrientes, afim de que voltassem novamente ao território missioneiro, e nesse sentido em ofício de 16 de Maio de 1831, ao presidente daquela Província, propunha um «convênio amigável entre ambas as partes», «negociando a devolução de seu antigo território» aos índios das Missões. [14]) Mas, essas negociações não tiveram a solução desejável.

Nesse interim, assumindo o comando dos sublevados Gaspar Tacuabé, tenente-coronel de cavalaria, seduzido pelas insinuações do general Lavalleja, à frente de 400 índios de Bela União, sai a campo contra o governo do presidente Rivera. Para submetê-los determina o governo da República que o coronel Bernabé Rivera, irmão do general, com força equivalente, dê combate aos revolucionários. Dá-se o choque em Salsipuedes, em 11 de Abril de 1831, sendo os índios destroçados, ficando no campo mais de 40 cadáveres e o resto, 300 homens, mulheres e crianças, prisioneiros.

Rivera foi acusado de mandar passar a fio de espada os remanescentes de Bela União, destruindo assim completamente esse foco de insurreições. Angel Vidal, que estuda em documentada monografia esse sucesso, prova que tal não se deu. Extinta Bela União, foram os antigos missioneiros distribuídos pelos moradores de Montevidéu e outras cidades do Uruguai que «se obrigariam a tratá-los bem, educá-los e cristianizá-los».

Quatro desses índios, de origem tape e não charrua, como comprova Angel Vidal, são os que, dados ao francês Francisco de Curel, foram levados para Paris, onde ainda hoje figuram seus

---

14) Angel Vidal. *La Leyenda*, cit. 12.

bustos no Museu do Louvre. Sobre estes pseudo-charruas fez o etnólogo Paul Rivet um magnífico estudo, publicado na **Revista de la Sociedad Amigos de Arqueologia,** de Montevidéu, Tomo IV.

Ficaram ainda alguns índios de Bela União, que foram mandados, em Abril de 1834, para as imediações de Durazno, fundando ali um povo que teve a denominação de São Borja, de efémera duração.

Termina aqui o ciclo da civilização jesuítica das Missões Orientais do Uruguai. Quando o coronel Olivério José Ortiz, com a retirada de Rivera, assume o comando das Missões, em fins de 1828, nada mais encontra ali. Um ou outro índio, como a sombra vagabunda e errante de uma raça que se extinguia, assoma pelas ruínas dos templos e das casas, medrosamente, como o atestado último de velhas tradições que se apagam na voragem dos tempos. Não mais soavam as cantilenas dolorosas das liturgias cristãs nos desvãos das igrejas derruídas. Mas a glória dos jesuítas, emergindo desses escombros, ainda os cercava, e os cercaria, pelos tempos afora, de um halo imortal. Construtores de um mundo novo, para pedestal dessa glória, bastar-lhes-iam as ruínas desse próprio mundo.

3. O índio missioneiro na formação étnica e histórica do Rio Grande do Sul.

O problema étnico da nossa formação, no extremo Sul do país, é ainda uma equação histórica. Pretendemos traçar os fundamentos de uma sociologia quando mal vamos carreando os elementos inda brutos sobre que assentarão as linhas mestras das nossas origens. E como não nos é dado ainda lançar mão de uma contribuição honesta, baseada em pesquisa sistemática, vamo-nos servindo da velha prata dos antigos, eivada, muitas vezes, da liga não muito pura de velhos preconceitos sociais. E na falta de elementos precisos de caracterização sociológica, não raro fazemos literatura para disfarçar claros impreenchíveis.

As pesquisas genealógicas que ora se iniciam; [1]) estudos etnográficos e históricos, baseados em documentação exumada modernamente dos arquivos nacionais; achegas documentais que se vão difundindo, contribuem notàvelmente para apreciação mais aproximada da verdade sobre a formação étnica do sul. Mas, tudo o que se possa fazer, ainda não passará de um simples esboço, pela carência de elementos definitivos mal vislumbrados em fundos arquivais inacessíveis às nossas pesquisas, em países estrangeiros, notadamente Portugal e Espanha.

O que ressalta, porém, de uma larga pesquisa para fins genealógicos em todos os arquivos eclesiásticos do Rio Grande do Sul, sobre as bases estruturais da nossa formação, já autoriza a estabelecer rumos mais precisos nessa direcção.

As primeiras famílias que se estabelecem no Continente, ocupando estâncias que se estendem desde Tramandaí até os campos de Viamão, são todas de origem mestiça. Contam-se entre estas oito filhos do capitão-mor da Laguna, Francisco de Brito Peixoto, que não foi casado, mas, que de várias índias da terra, de nação carijó, teve esses filhos que foram os primeiros povoadores do Rio Grande do Sul. Além de Vitor e Sebastião Francisco, que morreram solteiros, deixaram larga descendência, que se desdobra até os dias de hoje, em troncos notáveis da família rio-grandense. São o capitão Domingos Leite Peixoto, que teve estância nos campos de Tramandaí; Ana da Guerra, casada com Diogo da Fonseca Martins, que foi a fundadora da Capela de Viamão; Ana de Brito, casada com João de Magalhães, o velho, desbravador do Continente; Maria de Brito, casada com Agostinho Guterres, espanhol, e Catarina de Brito, casada com José Pinto Bandeira, português. Procedem desses troncos as famílias mais importantes

---

1) Iniciadas pelo autor destas linhas, essas pesquisas tiveram por continuadores, no Rio Grande do Sul, três estudiosos de escol, cujos trabalhos honram a nossa cultura: João Pinto da Fonseca Guimarães, roubado pela morte em pleno florescimento de um esforço inteligente e tenaz; Jorge Godofredo Felizardo que publicou um volume precioso — *Genealogia Rio-grandense*, Porto Alegre, 1937 — com a colaboração do primeiro; e Mario Teixeira de Carvalho, que nos dá em *Nobiliário Rio-grandense*, Porto Alegre, 1937, magníficos elementos de pesquisas sobre as nossas origens.

do Rio Grande e que se desdobram até a actualidade em elementos altamente representativos, cujos nomes estão ligados a todos os fastos históricos do passado.

Fundada por José da Silva Pais, em 1737, a povoação de Jesus-Maria-José, do Presídio do Rio Grande, foram para ali levadas algumas famílias de índios de São Paulo e Rio de Janeiro, principalmente das aldeias de São Miguel, Maruí e São Gonçalo. A povoação, porém, atrai logo grande número de famílias das Missões, que ali vão-se estabelecer. Nos primeiros cinco anos da fundação, como se depreende dos respectivos assentos de baptismos, são levados à pia batismal 28 filhos de índios que assim se dividem: Tapes das Missões jesuíticas, 19; índios de São Paulo, 3; minuanos, 2; e sem indicação de procedência, 4. Como se vê, desde o primeiro momento, são as aldeias dos padres da Companhia que oferecem a maior percentual de povoamento indígena do Presídio com 67% de baptismos. Em Viamão, também nos primeiros cinco anos de seus registos baptismais, isto é, de 1747 a 1752, em 14 baptismos de filhos de índios, encontram-se 6 de mulheres carijós, oriundas da Laguna, administradas das famílias fundadoras; 4 das Missões da Companhia; 1 de caiapó; 1 do gentio da terra, e 2 sem indicação. No mesmo período registava Viamão o baptismo de 96 filhos de brancos e 15 de pretos, sendo o total dos baptismos de 125, o que daria, respectivamente, em números índices, para 1.000 baptismos: brancos 768, índios 112 e pretos 120. Com mais detalhe adiante estudaremos esse aspecto do nosso povoamento inicial.

Excelentes vaqueiros, fundadores da pecuária rio-grandense, foram os missioneiros, desde o estabelecimento das primeiras estâncias, solicitados a prestar nelas os seus serviços de campo quer para o transporte de grandes tropas de gados, quer para o custeamento dos rebanhos em currais que se fixavam mesmo além das linhas fronteiriças. Os lagunistas procuram logo um entendimento amistoso com esses aborígenes, conseguindo os auxiliassem nas grandes arreadas que faziam de gados que iam arrebanhar nas próprias estâncias dos jesuítas.

Os fundadores da Laguna já haviam, entretanto, selado com os índios minuanos um pacto de amizade que perdurou por muito

tempo, e a que já fizemos largas referências. O minuano, porém, mais afeito à criação de animais cavalares, não interessava tanto às estâncias do Continente como os tapes, grandes conhecedores das vacarias jesuíticas. Estabelece-se intenso comércio entre continentinos e missioneiros quer nas campanhas do Rio Grande, quer na própria Colónia do Sacramento, de que são os supridores de gado. Castigados severamente pelos jesuítas e pelos espanhóis, nem assim deixam o intercâmbio rendoso. E, para evitar, muitas vezes, o castigo que os espera, desertam para as estâncias ou para os povoados, onde continuam como vaqueanos nessas arreadas.

Quando se funda a Tranqueira do Rio Pardo, por ocasião da Demarcação de Limites, são os tapes das aldeias dos padres os fornecedores principais de gados para suprimento das tropas portuguesas que ali estacionam. Mesmo, em plena guerra, partidas de índios suspendiam as hostilidades para entrar em entendimentos comerciais com os inimigos.

Na interessante informação do sargento-mor Luís Manuel de Azevedo há referências sobre o comércio dos índios com o exército de Gomes Freire, que acampara no Passo do Jacuí. O general Gomes Freire, «os pôs tão domésticos, que nos últimos dias dos que ocupamos aquele passo, vindo os índios a fazer um pobríssimo negócio de bexigas de graxa, sabão, copos de chifre e outras bagatelas mais, obedeciam as ordens de se retirarem quando se dilatavam muito, porque vinham logo de manhã e durava a feira até 2 a 3 da tarde, e duraria até à noite se não fosse o impedir-se a dita feira por mais tempo». [2])

Em Maio de 1756 entram os exércitos aliados nos primeiros Povos de Missões. Gomes Freire vai aquartelar com suas tropas em Santo Ângelo. Aí por um tratamento excepcional, procura atrair a simpatia dos índios, que «tratados com amizade e atraídos até com mimos pelos portugueses, mudaram inteiramente a sua opinião a respeito destes», chegando «a preferi-los aos espanhóis». [3])

---

2) B. N. Mss. II, 35, 36, 25. Publ. Rev. Inst. Hist. R. G. do Sul. I, 1937, pág. 75.
3) Teschauer. *Hist.* II, 285.

Escandón, citado por Teschauer, [4]) observa: «Os portugueses fizeram uma pública e fanfarrona renúncia dos móveis em favor dos índios e trataram a estes com tanto carinho e agasalho, na intenção de levar muitos consigo para o Rio Grande, que estes começaram a olhar os portugueses com outros e mais favoráveis olhos; ainda que os antigos portugueses tinham sido inimigos imortais de seus avós, os modernos, diziam, eram diferentes, eram mui bons e amantes dos índios e até melhores que os espanhóis; aquartelados estes em São João e São Lourenço, não tratavam os índios senão com altivez e desprezo sem vestígio de compaixão com sua desdita, antes lha aumentaram tirando-lhes o pouco que possuiam. Os portugueses de facto não os trataram com a superioridade de vencedores senão com a igualdade de amigos, tanto que os iam visitar mui de propósito em suas casas... não gostavam dessa terra diziam os portugueses, porque era terra vermelha, sua poeira lhes manchava a roupa branca já no primeiro dia que a punham».

Nessa nova catequese empenharam os soldados de Gomes Freire os melhores esforços e, entre outras coisas, diziam aos índios que não tinham intenção de fazer com que eles abandonassem a sua bela redução de Santo Ângelo, «e que perto de sua estância ficavam o Rio Pardo e o Rio Grande e assim mudando-se para lá não precisavam sair de suas terras», e isto os foi ganhando e despertando confiança nos índios. Essas notícias correram logo por todo o território missioneiro, impressionando profundamente os seus moradores o contraste entre o modo por que eram tratados pelos portugueses e o desprezo que sentiam dos espanhóis. E uma forte corrente de simpatia os foi aproximando de seus antigos inimigos.

Começara também entre paulistas, continentinos e portugueses mais íntimo contacto com o elemento feminino das Missões. Iniciava-se já, nessa fase de ocupação dos Povos, o caldeamento entre brancos e índios, que deram aos tempos heróicos do Rio Grande mestiços de valor inigualável, como Maneco Pedroso, um

---

4) Escandón, *Transmigración* § 23 Cf. Tesch. cit. 285.

dos conquistadores de Missões; Francisco Bicudo, filho de paulista e missioneira, que ao serviço de Artigas morre heròicamente na defesa de Paissandú, e muitíssimos outros que se destinguem no largo cenário das campanhas platinas.

Quando o exército de Gomes Freire deixa o Povo de Santo Ângelo, com destino a Rio Pardo, forma a cauda do mesmo um outro exército de famílias missioneiras que acompanham, com móveis e semoventes, a retirada dos portugueses. E' um largo êxodo de gente de todas as Doutrinas que se vêm reunir a seus parentes e amigos, que transmigram para os domínios portugueses.

Informa Teschauer que seriam mais ou menos em número de 700 as famílias que acompanham o exército português, localizando-se no Rio Grande, o que não é fora de propósito como veremos no decorrer destas notas. E que a propaganda fora intensa e coroada de êxito, demonstra o facto de terem acompanhado o exército português famílias de todos os Sete Povos, como se verifica mais tarde pelos assentos de baptismo da Aldeia dos Anjos, fundada, junto ao Gravataí, imediações de Porto Alegre, em 1763. [5])

Em 1757, voltando da campanha das Missões, determina o general Gomes Freire fossem essas famílias arranchadas junto ao rio Botucaraí, nas proximidades do Rio Pardo. Além dessas, que acompanharam a retirada dos portugueses, muitas outras, de diversos Povos, chegam diàriamente ao acampamento.

Substituindo o governador Andonaegui, no governo de Buenos Aires, aportava ali, em 4 de Novembro de 1756, o general D. Pedro de Cevallos. Sabendo, por comunicação do próprio chefe das forças portuguesas, que muitas famílias de índios haviam voluntàriamente acompanhado o exército, internando-se em território rio-grandense, procurou evitar a continuação do êxodo, mandando pôr três guardas nos passos dos rios Ijui-mirim e uma de 50 homens na entrada de Monte Grande, «lugar de trânsito para

---

5) Câmara Ecles. do Arcebispado de Porto Alegre, 1º Livro de Baptismos da Aldeia dos Anjos (1765-1781). A aldeia foi fundada em 1763 e os dois primeiros anos de assentos de baptismos de filhos de missioneiros constam do livro respectivo de Viamão.

o Jacuí». [6]) Mesmo, assim, não conseguiu pôr um paradeiro à fuga dos índios que, temerosos dos espanhóis, seguiam os seus parentes para os domínios de Portugal. Os que haviam ficado nos Povos, receosos do mau tratamento que lhes davam os espanhóis, quando o exército português se pôs em marcha, «fugiam, escondendo-se nos bosques», onde «ficavam expostos à fome e à miséria». [7])

Conseguiu o governador espanhol, usando da maior brandura, recuperar em parte a confiança dos fugitivos, fazendo recolher aos Povos alguns milhares que se haviam dispersado à aproximação do seu exército.

No intuito de repatriar as famílias que haviam passado ao Rio Pardo, designou Cevallos o coronel Eduardo Wall que deveria entender-se com o general Gomes Freire para que este restituisse às Missõs aquela gente. Em companhia de Francisco Graell, com 150 homens de tropa e 12 carretas com provisões, foi o emissário até o Monte Grande, entabolando com o quartel general português as negociações nesse sentido. Gomes Freire, porém, não estava de acordo com a devolução desses índios que constituiriam núcleos de população de futuras aldeias rio-grandenses. E os próprios missioneiros opunham-se formalmente a retornar a seus Povos, atraídos pelo modo com que eram tratados pelos portugueses.

Em longo ofício, constante de troca de correspondência com Cevallos, expõe Gomes Freire não ser possível obrigá-los à força a retornar às Missões, competindo isto ao general espanhol que, por meios persuasivos, deveria tentar a empresa. Resolve, então, este governador, ante o insucesso das negociações do coronel Wall, fossem ao Rio Pardo dois Padres da Companhia para aconselhar aos índios a volta a suas terras. Quando estes têm conhecimento da vinda dos jesuítas, fugindo em massa para as matas do Butucaraí, «preferem morrer à fome a voltarem para os domínios de

---

6) Enrique M. Barba...*D. Pedro Cevallos*, cit. 63.
7) Idem, ibidem.

Espanha». [8]) E é a esses índios fugitivos que, com grande dificuldade, voltam ao Rio Pardo, que se dá a denominação de **butucarís**, que alguns historiadores ainda insistem em designar como tribo selvagem inexistente, conforme salientámos.

Empenhadíssimo o governador Cevallos, insiste novamente junto a Gomes Freire nessas negociações, terminando o chefe português por declarar que sem ordem de seu rei, já que esses índios haviam-se refugiado sob a bandeira portuguesa, não poderia obrigá-los a voltar a seus Povos. E assim terminou a contenda, com a incorporação definitiva dessa população indígena ao domínio português.

Parte dessas famílias ficaram arranchadas nas imediações do Rio Pardo, constituindo aí a aldeia que recebeu a invocação de São Nicolau, em lembrança de um dos Povos de Missões que forneceu maior número de casais para a sua fundação e, mais tarde, com outro contingente não menor de índios foi também criada outra aldeia da mesma invocação, junto ao Passo do Fandango, à margem esquerda do rio Jacuí, nas imediações da actual cidade de Cachoeira do Sul.

Com a distribuição de sesmarias, que logo se inicia, vão os povoadores restringindo as terras dos índios, que dentro em pouco se vêem reduzidos à maior penúria. Procura-se então resolver essa situação, localizando-os em região mais adequada e central, em que pudessem ser mais úteis à economia geral do Continente. Foi escolhido para isto um rincão de terras junto ao rio Gravataí, «em sítio levantado e vistoso», no dizer de Ayres de Cazal e distante do Porto dos Casais (Porto Alegre) 33 quilómetros.

Foi a 8 de Abril de 1763 que o capitão António Pinto Carneiro, conduzindo mais de 1.000 índios, procedentes das aldeias do Rio Pardo , ali chegou, fundando a aldeia, a que se deu a designação de Nossa Senhora dos Anjos. Em ofício de 6 de Maio desse ano, o encarregado dessa nova povoação se dirige à Junta Governativa do Rio de Janeiro, dando a notícia da transladação,

---

8) Ofício de Gomes Freire, datado do Rio Pardo, a Cevallos. B. N. Cod. Mss. I, 6. 20, 40.

que havia sido determinada pelo conde de Bobadela: «A 8 de Abril, informa Pinto Carneiro, me recolhi do Rio Pardo com mais de 1.000 almas dos Povos de São Miguel e de São Borja, destes mui pouca porção, [9]) porém acham-se com sossego e satisfeitos da passagem, mas mui faltos de vestuários, que causam compaição e merecem toda a piedade. Rogo a V. Exas. atender a estes miseráveis e juntamente com os socorros para a conservação deste pequeno terreno em que me acho, do qual não me pretendo apartar sem motivo para fazê-lo». [10]) Em ofício posterior, no mesmo ano, diz Pinto Carneiro, a cujo cargo estão essas famílias, que há necessidade extrema de socorrê-las, em seu sustento, pois vivem à mingua, e também que lhes mandem mestres que os ensinem a ler e escrever, e oficiais mecânicos para aproveitar as suas habilidades. Estavam eles edificando as suas casas.

Infelizmente, o descaso dos governos portugueses, a centralização burocrática da época e o pouco caso que os governadores faziam desses infelizes, arrancados aos seus Povos, iam contribuindo para a relaxação dos velhos costumes jesuíticos. Ainda em 1768, o governador José Custódio de Sá e Faria, espírito inteligente e progressista, solicitava providências ao vice-rei Conde da Cunha. Informava que empregara esses índios em diversas obras, convindo entretanto arbitrar-lhes algum jornal para que se pudessem vestir e manter as suas famílias. «Ordenou-me, a junta (o vice-rei) apontasse eu o quanto se lhes devia dar, o que fiz; porém resultou tornar a ordenar-me o mesmo senhor se lhes não desse nada, e mandasse eu dizer os gêneros que precisavam para se vestir, o que executei em 18 de Julho do ano passado, porém não tive resposta, do que se tem seguido estarem todos nus por se lhe haverem consumido os vestuários que sua majestade lhes mandou». [11])

Cabe ao coronel José Marcelino de Figueiredo (Manuel Jorge Gomes de Sepúlveda), que por duas vezes governou o Continen-

9) Como se verá, além destes, outros Povos contribuiram para a fundação da Aldeia dos Anjos.
10) Registo de Ofícios. B. N. Cod. cit. I, 6. 20, 40.
11) Rev. Inst. Hist. Bras. V. 31, pág. 285.

te, [12]) a organização da Aldeia dos Anjos que, como acentua o Padre Geraldo Pauwels, foi «a menina de seus olhos». [13])

Nobre figura de realizador, desenvolvendo iniciativas próprias e superpondo-se ao seu tempo, a actividade administrativa de José Marcelino de Figueiredo não conhece óbices nem entraves. Rompendo o círculo estreito que constringia a administração, dentro das formas de uma centralização de poderes que não permitia desdobrar quaisquer realizações individuais; autoritário, mesmo, para a consecução de seus objectivos administrativos ou políticos, tendo em vista, precìpuamente, os interesses do bem público e a sorte do governo que lhe havia sido confiado, o nobre Sepúlveda soube-se impor à história do Continente, se bem que combatido, mal visto e caluniado pelos seus coetâneos, cujos interesses pessoais contrariou e feriu.

Fundador do municipalismo rio-grandense, povoador do Continente, fez das humildes aldeias que encontrou, faltas de tudo, o germe de cidades futuras, prósperas e belas. Porto Alegre deve-lhe a sua fundação. Haviam sido aí arranchados em Novembro de 1752 os primeiros casais açorianos destinados às Missões. Com a invasão dos espanhóis no Rio Grande, em 1763, passara a capital para Viamão. Assumindo o governo do Continente, em 1769, compreendeu José Marcelino, com sua alta visão de estadista, as vantagens que oferecia, para erigir capital do Continente, o Porto dos Casais, onde já havia, erecta poucos anos antes uma pequena capela consagrada a São Francisco. O primeiro documento sobre a criação de Porto Alegre e que lhe dá oficialmente o nome com que foi baptizada por José Marcelino, em seu primeiro período governamental, é de 2 de Agosto de 1773. [14]) Entretan-

---

12) Nomeado em 6 de Março de 1769, para substituir no governo do Continente ao coronel José Custódio de Sá e Faria, tomou posse em 23 de Abril de 1769, administrando até 26 de Outubro de 1771. Afastou-se com licença, voltando a reassumir em 3 de Abril de 1773, e tomando posse em 11 de Junho, governou o Rio Grande do Sul até 31 de Maio de 1780, sendo nesta data substituído pelo brigadeiro Sebastião Xavier da Veiga Cabral da Câmara.

13) *Processo Pinto Bandeira*. Rev. Arq. Público R. G. do Sul. Vol. 23.

14) *Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul*. (Pasta 1773). Registo-Criação da Vila de Porto Alegre. — Com expreção das Reays ordez. de El Rey meu Senhor q trate necesa. medidas o estabelecimento do Cont.e

to pode-se afirmar que antes de se afastar do governo em 26 de Outubro de 1771 já havia resolvido mudar a capital de Viamão para o Porto dos Casais, nessa data, já denominado Porto Alegre. [15]) Um dos primeiros actos de seu governo foi fundar um estaleiro, na Ribeira do Porto dos Casais, para construções navais, encarregando o mestre Baltazar Manuel Ângelo, em 26 de Dezembro desse ano, da construção de uma fragata de guerra, a **Belona**, por invocação São José, que foi lançada daquele estaleiro em 6 de Janeiro de 1770 para comemorar o 56º aniversário del-rei D. José I. [16])

José Marcelino desdobrou sua actividade de povoador, construtor e defensor das fronteiras do Continente de um modo digno de verdadeiros encômios. Apreciando em magnífico trabalho o seu governo cheio de realizações, Florêncio de Abreu nos dá as linhas mestras de sua compleição de homem público. «Injustos,

---

do R. Grde. pa. o cum.to daquelas ordenz. criar a Fregª.. Nesta Villa já com a denominação de N. S. Madre de Ds. para donde ordeno o Gor. passe a rezidir e faça mudar a Provedoria e nesta Conformide. ordenará ao Cte. e Offes. da Camara daquelle Conte. que passem a residirem na mesma Villa para nella exercitarem as obrigaçoens de seo OOº. Ds. Ge. a v. m. Rº. de Janº., a 2 de Agto. de 1773. Marquez de Lavradio. Snr. Ouvid. da Comca. da Ilha de Sta. Catna. Duarte de Almeyda e Sam Payo. E não se continha mais em dita carta q. passei bem e fielmte, regito." Et.. Registada em Viamão pelo escrivão Bento de Almeida, aos 24 de Fevereiro de 1776.

15) O próprio José Marcelino, em 24 de Julho de 1773, diz ter mudado sua residência para Porto Alegre, sendo de 18 de Janeiro do mesmo ano, antes de reassumir o governo, o acto de elevação de São Francisco dos Casais à paróquia que passou a denominar-se Nossa Senhora Madre de Deus de Porto Alegre. Justifica-se, assim, que o nome fora dado à futura capital por José Marcelino antes de sua retirada de Viamão, em 26 de Outubro de 1771. Realmente, o último documento conhecido em que o governador faz alusão ao *Porto dos Casais* (Doc. 40-Pasta 1771), é datado de 11 de Outubro de 1771, 15 dias antes de abandonar o governo. Mas, a 3 de Dezembro desse mesmo ano, quando José Marcelino já havia partido, o provedor da Fazenda, Osório Inácio Vieira, dando providências para o recolhimento de um preto ao hospital real de Viamão, data seu despacho de *Porto Alegre, 3 de Dezembro de* 1771. (Doc. n. 77. *Portarias do Provedor.* Pasta 1771). O novo governador vai porém residir no Viamão e só ao reassumir o governo, em 1773, é que José Marcelino põe em execução a mudança da Capital. O documento inédito do Provedor vem restabelecer a verdade sobre a data em que José Marcelino baptiza a futura capital do Rio Grande do Sul.

16) Arq. Hist. do R. G. do Sul. Pasta 1770.

em geral, diz, foram os contemporâneos de José Marcelino; mas, a história o reabilita de modo lucilante, sagrando-o entre os mais notáveis, senão o mais notável e eficiente dos governadores que o Rio Grande possuiu na fase colonial. À proporção que o tempo vai passando para as sucessivas gerações, com quem se vai afastando, a pouco e pouco, para mais distante de uma serrania, mais detidamente se contornam e destacam os seus elevados píncaros. Na cordilheira da sucessão dos factos da história da capitania do Rio Grande do Sul, José Marcelino de Figueiredo é uma dessas cumíadas que mais vão avultando e dominando o grandioso cenário histórico». 17)

Uma das maiores preocupações desse governador consistiu em dar modelar organização à aldeia incipente de índios missioneiros, que o capitão António Pinto Carneiro, retirando do Rio Pardo, arranchara junto ao rio Gravataí, e a que fora dada a invocação de N. S. dos Anjos.

O carácter desses ameríndios, a «sua natural volubilidade», tornava difícil a incorporação da massa, como pretendia o governador, à civilização ocidental. E' o próprio José Marcelino quem nos diz: «A natural volubilidade destes índios guaranis, e os de Missões, é muito prejudicial ao governo e civilidade deles, que tanta caridade têm recebido dos nossos clementíssimos monarcas. Sucede, como digo, todos os dias fugirem por exemplo de cá para as Missões quatro índios que ordinariàmente voltam de Missões com outras tantas mulheres e cavalos furtados, e o mesmo sucede todos os dias vindos de Missões, por exemplo, seis voltarem com o número dobrado dessas aldeias e com isto e com a facilidade de seus vigários, há muitas índias casadas cá, que têm outros maridos vivos em Missões, e pelo contrário outras em Missões casadas com maridos vivos cá. O meu parecer era Exmo. Sr. fazer convênio com o general ou governador de Missões, para se entregarem recìprocamente os índios fugidos de lá e de cá, porque com este receio de entrega parariam logo as deserções, e

---

17) Desembargador Florêncio de Abreu. *Governo de José Marcelino de Figueiredo no Rio Grande de São Pedro*. Anais do II Congresso de História e Geografia Sul-riograndense. Porto Alegre. 1937. III. 177.

se sujeitariam ao trabalho, como é conveniente, ou aliás será sempre a ruína do Continente. Eu falo a V. Exa. nesta matéria, porque tenho trabalhado com estes infelizes, com muito zelo, e tenho conseguido pô-los em alguma ordem de trabalho, de sujeição e de civilidade». [18])

Quer a Aldeia dos Anjos, como as aldeias de São Nicolau do Rio Pardo e São Nicolau de Cachoeira, recebiam continuamente levas de famílias missioneiras que fugiam dos Povos e ali vinham engrossar as populações primitivas, intercâmbio esse que perdurou até a Conquista das Missões.

Trabalhou muito José Marcelino para dar à Aldeia dos Anjos uma organização modelar, não poupando sacrifícios de esforços e de dinheiro. Fez construir boas casas, uma igreja apresentável, escolas para meninos e meninas e um Recolhimento em que se ensinavam às meninas as artes manuais, costura, etc. Os índios, em uma espécie de aprendizado agrícola que organizou, nas imediações do povo, aprendiam os rudimentos da agricultura. Uma escola — **Colégio das Servas de Maria** — ficou a cargo de D. Gregória Rita Coelho de Mendonça, que foi assim a primeira professora pública do Rio Grande do Sul.

Apreciando esse esforço de José Marcelino, em seu Relatório de 1784, ao governo de Lisboa, dizia o vice-rei Luís de Vasconcelos e Souza: «Naquela (aldeia) de Nossa Senhora dos Anjos também há índios de Nação Guarani; à qual aplicou o governador Manuel Jorge Gomes de Sepúlveda toda a sua actividade formando uma formosa Povoação com Caixa e seu administrador, mestres de escola, gramática e solfa, erigindo um Recolhimento para nele se ensinarem às índias a coser, e estabelecendo uma grande estância para se irem economizando as despesas da Fazenda real, no vasto terreno situado entre São Simão e os Palmares em distância da Aldeia perto de 30 léguas no caminho para a parte do Rio Grande. Para se fazer este estabelecimento se gastaram muitas somas tanto com a compra de terreno, de que se achava empossado em particular, como com a construção dos edifícios e sus-

18) Corresp. dos Gov. do R. G. do Sul B. N. — Public. Florêncio de Abreu. *Governo de J. Marc.*, cit. 197.

tento de muitos indivíduos que formam aquela aldeia; mas ainda que os projectos mostravam a encaminhar-se a civilizar aqueles povos e a evitar para o futuro as grandes despesas da Fazenda real, nada se tem conseguido, por precisa regularidade, que antecede ao fim principal do mesmo estabelecimento e precavesse as consequências que poderiam frustrar a boa ordem que só se figurava, mas que na realidade não existia». [19])

Achava Luís de Vasconcelos que deveria ter-se reunido a esta a aldeia de São Nicolau do Rio Pardo, em que se «acham aldeados 400 índios, pouco mais ou menos, de Nação guarani, dirigidos por um cura, religioso de Santo António, que, satisfeito em ter subordinados estes poucos indivíduos, não se embaraçará, segundo o costume, com o mais que é da sua obrigação». A estância deveria ter sido localizada nas imediações da Aldeia dos Anjos, «pois sendo-lhes necessário largar o próprio domicílio, bem depressa tornarão a viver a seu modo, esquecendo-se do que há pouco se lhes ensinou, e abraçando a mesma vida dissoluta que há pouco se lhes procurou desterrar, quando estavam todos congregados na dita aldeia». Faz outras observações procurando criticar a obra de José Marcelino que, se não surtiu o efeito desejado, foi mais pela inconstância dos índios do que pela organização que lhe procurou dar esse notável realizador.

De mais distante, no tempo, e com mais serenidade, aprecia São Leopoldo esse empenho de José Marcelino de bem acertar, «Deixando saudosa memória entre povos que ele soube reger com um sistema criador, com uma integridade e desinteresse a toda a prova: a natural firmeza de carácter lhe suscitou intrigas, calúnias e dissabores, com os mesmos vice-reis de Estado; com tudo, os próprios desafeiçoados jamais puderam escurecer suas excelentes virtudes, sua actividade e zelo pelo bem geral; sem transcurar o militar, de tal sorte vigiava a administração pública, que se lhe deve a fundação das freguesias de Porto Alegre, Santo Amaro, Santa Ana, Conceição da Serra, São Luís de Mostardas, São

19) Relatório do vice-rei Luís de Vasconcelos ao governo de Lisboa em Outubro de 1784. Arq. Nac. Col. 67. Liv. 9º Public. Rev. Inst. Hist. R. G. do Sul. 1929. I e II Trim. Ano IX.

Nicolau do Jacuí (Cachoeira) e N. S. dos Anjos da Aldeia; nesta última empregou especial esmero em civilizar e educar os índios guaranis, mostrando em breve o ensaio do que eram suscetíveis, avesando-os ao trabalho, fomentando a agricultura, e levando-os a tal ponto de ordem e economia, que conseguiu aliviar a fazenda da despesa de 15.000 cruzados cada ano a mantença deles». [20])

Foi em 8 de Abril de 1763, como fica referido, que o capitão António Pinto Carneiro, à frente de mais de 1.000 índios procedentes de Rio Pardo, onde haviam estado arranchados durante seis anos, chegou ao Gravataí, fundando a Aldeia de N. Senhora dos Anjos. Já nesse mesmo ano, erecta uma pequena capela, começaram ali a ser praticados os actos religiosos, com permissão do vigário de Viamão, que superintendia a freguesia. Os primeiros baptismos de índios e brancos que ali se estabelecem, constam dos livros de assentos eclesiásticos dessa vila. [21]) Só em 1765 tem a Aldeia pároco próprio que abre o seu primeiro livro de baptismos (1765-1781). São aí consignados os nomes dos índios fundadores da povoação, e sua procedência, o que nos dá a conhecer as suas origens étnicas e a contribuição que recebeu de cada um dos Povos de Missões. A grande massa dessa população era de origem tape-guarani; mas encontram-se muitas famílias cujos nomes são genuìnamente de índios cavaleiros (charruas, minuanos etc.), que contribuiram para a formação de São Borja e outros povos.

Uma ligeira estatística dos primeiros quatro anos de assentos baptismais nos revelam que foram levados à pia em 1765 — 21 crianças; em 1766 — 46; em 1767 — 32 e em 1768 — 23. Eram os pais (homens e mulheres) oriundos de: São Nicolau, 60; São Borja, 42; São Miguel, 40; São Lourenço, 22; Santo Ângelo, 21;

---

20) José Feliciano Fernandes Pinheiro. *Anais da Província de S. Pedro.* Paris, 1839. 176.

21) 1º Liv. de Bapt. de Viamão. O primeiro baptismo de branco que se realiza na capela da Aldeia, tem a data de 27 de Julho de 1763, e é de um filho do casal de Manuel Ferreira Porto, e de sua mulher Antónia de Jesus, ele português e ela do Rio de Janeiro, os quais tinham estância de criação nas imediações da Aldeia. Baptizou a filha do casal, que recebeu o nome de Teodora, o Padre de Viamão, sendo padrinhos Euzébio Álvares e Inácia de Afonseca.

São João, 8; São Luís, 2; São Borja Novo, 6; São Miguel Novo, 2 e Japejú, 1, num total de 122 baptismos. [22])

Segundo os dados existentes em vários documentos, quer de origem espanhola, quer de portuguesa, o número de famílias que acompanharam o exército de Gomes Freire, indo-se localizar no Rio Pardo, oscila entre 600 a 700, isto é, mais de 2.000 almas, se dermos a média de quatro unidades por família, menor do que a encontrada em estudo anterior sobre a população missioneira. A esses 1.000 índios que se estabelecem na Aldeia dos Anjos devemos agregar mais 800 que ficam nas aldeias de São Nicolau do Rio Pardo e São Nicolau do Jacuí, a que já fizemos referência. Além disso, a fuga constante de índios missioneiros que posteriormente se vêm juntar a seus parentes internados no Continente, aumenta de várias centenas a população indígena daquela procedência.

De Dezembro de 1747 a Dezembro de 1758 foram registados nos livros de Viamão 350 baptizados, que assim se discriminam:

ANOS	Brancos	Índios	Pretos	Total
1747	7	2	6	15
1748	14	6	4	24
1749	20	2	3	25
1750	13	1	1	15
1751	17	1	1	19
1752	25	2	0	27
1753	38	2	2	42
1754	56	1	2	59
1755	37	0	0	37
1756	36	1	0	37
1757	21	1	0	22
1758	24	2	2	28
	308	21	21	350

22) Câmara Ecl. do Arceb. de Porto Alegre. 1º Livro de Baptismos da Aldeia dos Anjos. 1765-1781.

Teríamos, em número índices, para 1.000 baptizados, 880 brancos, 60 índios e 60 pretos. Nestes 350 se nota que 5 eram filhos de branco com índia, 4 de branco com preta e 3 de índio com preta, o que demonstra que o caldeamento inicial se fazia vagarosamente, como melhor se verifica pelo livro de casamentos. Em cem casamentos realizados de 1747 a 1770, em Viamão, encontram-se 41 de branco com branca, 36 de preto com preta, 10 de índio com índia, 6 de preto com índia, 4 de branco com índia e 3 de branco com preta. E em 50 óbitos, de 1747 a 1753 existem, brancos 37, pretos 12 e índio 1.

Estão equiparados os baptismos de filhos de ameríndios e de pretos, mas, convém notar que só mais tarde, com a fundação da Aldeia dos Anjos (Gravataí), é que recebe o Continente uma grande leva de famílias, que são transportadas para ali, com procedência de Missões, de onde foram retiradas por ordem de Gomes Freire. Aos chefes dessas famílias, como já se observou, são dados nomes portugueses, fazendo com que se confundam com os povoadores brancos.

Em 1780, graças ao mapa do tenente Córdova, que traz o primeiro censo da população rio-grandense, já temos elementos para apreciar, com mais detalhe, esse aspecto interessante de nossa formação étnica, mal vislumbrada ainda, por falta de elementos documentais e estatísticos, até agora completamente desconhecidos.

O censo de Córdova dá para a população do Rio Grande do Sul, em 1780, um total de 17.923 almas.

Infelizmente, não está detalhado o coeficiente indígena que entrou na formação desse total. Mas, sabemos quais as freguesias em que eles predominavam. Temos Aldeia dos Anjos, em que a população, trazida das Missões, era constituída quase totalmente de índios. Depois da do Rio Pardo era a maior do Continente, com 2.355 almas; a de Cachoeira, então ùnicamente uma aldeia de índios: São Nicolau, e várias estâncias, com 662 almas; Rio Pardo, cuja aldeia de índios também como a de Cachoeira, remanescente das famílias missioneiras, contaria em sua população 25% dessa origem. Dando 10%, excluídos os escravos, para a população indígena, nas outras freguesias, menos as constituí-

das por elementos açorianos, teremos para provável cálculo de coeficiente indígena, em 1780, 3.388 almas e o coeficiente branco 9.433 indivíduos. Em cada 1.000 habitantes teremos, com esse resultado, para números índices: Brancos 526, Pretos 285, índios 189.

Ficaria assim distribuída a população do Continente, em 1780:

FREGUESIAS	Brancos	Índios	Pretos	Total
Madre de Deus	871	96	545	1.512
Rio Grande	1.643	182	596	2.421
E treito	880	97	277	1.254
Mostardas	360	40	191	591
Viamão	1.028	114	749	1.891
Santo António	828	91	270	1.189
Conceição do Arroio ..	234	25	158	417
Anjos da Aldeia	210	1.890	255	2.355
Vacaria	291	32	248	571
Triunfo	637	0	640	1.277
Taquari	580	0	109	689
Santo Amaro	512	0	208	720
Rio Pardo	1.317	438	619	2.374
Cachoeira	42	383	237	662
	9.433	3.388	5.102	17.923

O resultado a que chegámos sobre a população indígena do Continente está, provàvelmente, aquém da realidade. Além das 600 famílias guaranis que,em 1763, são conduzidas pelo capitão António Pinto Carneiro e se localizaram na Aldeia de N. S. dos Anjos, em 1784, depois de uma série de negociações, fixaram-se em toldos pelas proximidades de Santa Maria, 1.000 índios minuanos, dos quais 300 homens de lança, 270 mulheres e 420 crianças. E' este índio, mais do que o tape, que entra com parcela considerável na formação do gaúcho-do-campo, que depois é o peão preferido das estâncias pelas suas qualidades de cavaleiro. Não

obstante os cuidados do governador José Marcelino de Figueiredo, que, como vimos, faz da Aldeia dos Anjos a «menina de seus olhos», decresce consideràvelmente a população desse núcleo que, em fins de 1779, contava 2.563 almas, mas que em 1784 não passava de 1.362 indivíduos, já dispersos por diferentes lugares. A população da Aldeia não atingia a mais de 1.000 índios, segundo estatística da época. Quando da incorporação das Missões ao Rio Grande, 1801, havia ali uma população de 14.010 almas, consoante Aires de Casal, mas tal foi a dissídia das administrações que esse número estava reduzido, em 1822, a 2.350 almas.

Em 1804, pelo recenseamento de Paulo da Gama, a população do Rio Grande havia duplicado, em confronto com a de 1780, pois constava de 36.721. Dez anos mais tarde, em 1814, encontramos elementos mais detalhados para estudar o aumento da contribuição do sangue indígena no Continente:

Existiam 35.991 brancos, 20.611 negros, 8.655 índios e 5.399 mestiços, sendo a população total de 70.656 almas.

De 1814 até 1823, segundo o provecto Chaves, entraram mais no Rio Grande 15.000 escravos, sendo a população, neste ano, de 106.196.

Em 1835, chega Salis Goulart à conclusão de que havia, num total de 150.500 almas 92.000 brancos, 30.500 negros, 10.000 índios e 18.000 mestiços, reproduzindo, assim, as observações de Alfredo Varela, que deduz o cálculo pelo recenseamento de 1847.

Importa-nos, para o estudo, a mescla da mestiçagem. Qual o coeficiente de cruzamento afro-caucásico, ou afro-indígena? Não obstante a considerável entrada de pretos no Rio Grande do Sul, parece-nos que assaz diminuto foi o caldeamento quer de uns, quer de outros. Maior, muitíssimo maior, o cruzamento entre o branco e o índio. Aliás, esse caldeamento vem de fase inicial do povoamento. As velhas famílias do Rio Grande do Sul, cujos troncos procedem da Laguna, acusam largas percentuais de sangue aborígene. Os Pinto Bandeira, os Magalhães, os Guterres, os Peixotos, enfim, quase todos os primeiros povoadores do Continente eram casados ou já descendentes de «índias da terra», carijós, das quais algumas filhas naturais de Francisco de Brito Peixoto. Os açorianos, porém, não se caldearam nem com o índio nem com o

preto. Procede daí a observação de Saint-Hilaire quando diz que «a população era sem mistura quase».

Dá-nos o recenseamento de 1814, por mil, 509 brancos, 291 pretos, 122 índios e 78 mestiços, ou sejam estes últimos, 7,8% da população total. Não temos elementos definitivos para estabelecer o «quantum» de cada origem; mas, pelos dados que vamos coligindo, vê-se que a mestiçagem deveria orçar por três quartas partes para o branco com o índio e uma quarta parte para o branco com o preto, o que nos daria 58,5 por mil para os primeiros, e 19,5 por mil para os segundos. E teríamos, assim, aceitando essa base, para 1835, 13.500 mestiços de branco com índio e 4.500 de branco com preto.

Sob o amparo desses elementos ainda deficientes, não se pode negar a influência étnica, social e religiosa, que o índio missioneiro exerceu largamente sôbre as nossas populações rurais. As estâncias até bem pouco tempo ainda, na vasta campanha rio-grandense, acolhiam inúmeros mestiços, cujos descendentes se espalham por toda a parte.

Nas gemas do nosso folclore, nas nossas lendas do campo, em todas as tradições da vida gaúcha, ficou a lembrança do índio missioneiro. Carinhosa expressão de amor, nas bravatas heróicas do pago, a **china**, a **chinoca**, ainda vive na sua beleza imortal de «flor da estância».

Inúmeros são os mestiços, cujos nomes ilustrados por feitos admiráveis na guerra, nas lides da inteligência e da arte, passaram até os nossos dias. A própria religião conta com sacerdotes virtuosos, cujas origens vêm de procedência. O primeiro desses sacerdotes de que se tem notícia é o Padre José Inácio da Silva Pereira, filho de pais guaranis. Hafkemeyer, que regista a ordenação desse índio sem mescla de sangue, transcreve um interessante documento, em que se vê «como um índio tinha arrumado uma modesta fortuna que deu ao filho para patrimônio». Constava ele de uma chácara com seu mato e cultivada, com 347 pés de marmeleiro, 26 macieiras, 200 pessegueiros, 1 oliveira, 39 árvores de espinho, 3 grandes latadas de parreiras, 1 grande bananal, com casas de moradia e seu armazem, tudo de madeira, com

terras para milho ou qualquer mantimento. O valor desse património era de 500$000 [23]) E assim, no ano de 1783, a igreja rio-grandense contava com o seu primeiro Padre guarani.

E fique o nome desse padre, que ainda traria no espírito formado pelos jesuítas, através de seus ascendentes, como traço de ligação entre a nova civilização que se abria aos seus irmãos e o ciclo que se encerrava com a derrocada das Missões Orientais do Uruguai, onde o jesuíta procurara criar uma civilização cristã.

23) J. B. Hafkemeyer. *A primitiva igreja rio-grandense.* Rev. Inst. Hist. R. G. do Sul. 1929, 301.

A P Ê N D I C E

(Desconhecido a Aurélio Porto)

I

Carta do Povo de São Luís ao Governador de Buenos Aires, José de Andonaegui. São Luís, 18 de Julho de 1753.

Bendito e louvado seja o santíssimo Sacramento. Senhor Governador: Dizemos-te, em nome de Deus, todos os caciques, de São Luís, o cabido e também até as crianças inocentes, que gozes de muito boa saúde. Recebemos já a tua carta em nossas mãos e, tendo-a lido, nos humilhámos a Deus só e também ao santo Rei; porque esta tua carta nos entristeceu muito e nos deixou muito pensativos. Também o mudar-nos é muito difícil para nós, e também a guerra, porque não fica bem que nós, todos cristãos e pertencentes a Deus, pelejemos uns contra os outros. Nós não fizemos mal algum ao santo Rei, por tanto não necessitamos de guerra; mas se vierem para encontrar-nos e buscar-nos, vingaremos a nossa pobre vida.

Nós os de São Luís, estando ao par de que nos mudássemos, fomos a uma terra muito longínqua, cumprindo a vontade de nosso santo Rei: tendo ido duas vezes todos nós nos cansámos muito e perdemos todos os nossos bens; mas não gostando os caciques e os índios juntamente, e não querendo os infiéis Charruas e Mojanes que fundássemos naquela terra, dizendo-nos: Não há terra para vós que não tenha dono, não fez agora Deus nosso Senhor as terras para vós, se quereis entrar nelas há de ser com guerra e à ponta de lança; voltámos a nosso povo e nos ficámos, não havendo mais terra que se possa buscar. Vês aqui como temos andado para cumprir a vontade do Rei. Por tanto só nos humilhamos a nosso santo Rei e lhe pedimos que, segundo o que se nos tem oferecido como a vassalos seus, nos mantenha em nossa terra onde nos criamos, porque tu, senhor Governador, estás constituído para cumprir a vondade de Deus e do Rei. Por tanto em nome de nosso Rei faze-nos justiça, porque não fica bem que tu faças guerra contra nós, uns pobres índios cristãos. Nem tão pouco está bem que apartes e tires de nós os Padres da Companhia de Jesus, nossos santos mestres, porque a estes o mesmo filho de Deus Padre, Jesus Cristo, desde antigo no-los deu a nós.

Por tanto já te avisámos o que executámos, e temos pedido que não nos tires de nossa terra, antes sim que nela nos estabeleças e confirmes. Porque nós pobres índios, sempre que tem havido um mandado de nosso Rei, o temos cumprido: sempre que mandou que desçam soldados a Colónia, temos ido: se disse estejam todo um ano inteiro na Paraguai, e o temos cumprido, mostrando sempre que somos vassalos de nosso Rei. Mas agora temos este aviso tão difícil e desagradável de mudar-nos, que nos tira do juízo, e dizemos: Pois quê, assim nosso Rei santo, depois de termos cumprido muito bem seus mandados, nos quer tirar de nossa terra, nos quer perder, e nos quer acabar?

Embora não queiramos a guerra, mas se a houver só dizemos aos nossos: Preparem-se só para ela, componhamos bem as armas, busque-

mos nossos parentes que nos hão de ajudar, e confiando em Jesus Cristo nosso ajudador dizemos: Salvemos nossas vidas, nossa terra e nossos bens todos, porque não nos convém que com a mudança fiquemos pobres e afligidos em vão, nem que nos percamos em vão por esses campos, pelos rios e água, e por esses montes. E assim dizemos que aqui só queremos morrer todos se Deus nos quer acabar, nossas mulheres e nossos filhos pequenos juntamente. Esta é a terra onde nascemos e nos criámos e nos baptizamos, e assim só aqui gostamos de morrer. Este é só nosso pensamento; e Deus, senhor Governador, te conceda sempre boa saúde. Aos 18 de Julho de 1753 anos. Isto é o que dizem os caciques e todo o cabido. (*Missionalia Hispanica,* 1949, nº 18, p. 567-569).

II

Os índios do Povo de Santo Ângelo ao Governador de Buenos Aires, José de Andonaegui. Santo Ângelo, 20 de Julho de 1753.

Senhor Governador, dom José Andonaegui. Recebemos a tua carta nós os caciques de Santo Ângelo, beijando-a todos os índios, por seres tu quem muito nos ama. Ouvimos o conteúdo da tua carta, mas não nos persuadimos nem cremos sejam palavras do santo Rei, porque nosso senhor Jesus Cristo pôs na terra, em seu lugar, a nosso santo Rei, por amante fino das palavras de Jesus Cristo, e por rei dos cristãos que Deus criou e estão por toda a terra, fazendo que fosse muito amante deles na terra.

Isto que Deus lhe mandou, cumpriu-o muito bem conosco o santo Rei Felipe V. Assim nos disse então pelo ano de 1716 enviando sua carta: Envio o meu governador para que cuide de vós, para que vos ame e represente a minha pessoa. Disse-nos então o santo Rei Felipe V: Cuidai de minha terra que é habitada de meus vassalos, sem dá-la nunca, ainda que seja a outro rei. Isto sim que disse o santo rei Felipe V, dizendo-nos também então: Envio-vos Padres da Companhia de Jesus para que vos façam filhos de Deus para sempre até o dia do juízo. Disto sim que nos lembramos sempre muito. Sendo isso assim, o Rei é que cumpre a vontade de um só Deus, sua vontade não discorda da de Deus.

Olhando, pois, para não perder sem razão o amor de Deus que temos, por amor das virtudes que têm nossas almas, não executaremos a mudança, lembrando-nos das palavras do rei nosso senhor Felipe V, e do que nos escreveu. Por tanto, senhor governador dom José Andonaegui, cumpre isso para conosco, sendo vontade de Deus. Todos somos criaturas de um só Deus. Por ventura ama Deus mais aos espanhóis do que aos pobres índios? A quem lançará Deus nosso senhor a culpa pela perda dos pobres índios? Ao que os quis lançar de suas terras. O Rei nosso senhor Dom Fernando VI não sabe o despreso e burla que fazem dos seus vassalos, e quanto os molestam os portugueses. Até os animais mais brabos, afligindo-os alguém se viram e acometem contra ele. Quanto mais nós que somos cristãos, amamos mui muito o povo que Deus nos deu; quanto mais a nossa grande e formosa igreja, sendo de pedra toda ela até as suas colunas; quanto mais a casa do Padre e as dos índios que também são de pedra. Vês aqui a mostra de nosso bem obrar, o que nos temos empenhado, e o que temos vencido e feito com muitíssimo suor e grandes trabalhos. Isto é o que Deus nos deu, desde que nos criou, deu-nos a cada um de nós terras onde viver. Isto temos feito neste povo de Santo Ângelo onde estamos. Oxalá estivesse aqui em nossa presença Dom Fernando VI nosso rei, vendo como nos humilhamos mui

muito a ti; mas ainda que não te vemos, beijamos a tua santa mão, te veneramos, cumprimos sempre as tuas santas palavras, tendo em lugar de Deus a ti, e a teu governador que está em Buenos Aires.

Pois que, não sabes tu por ventura que quando veio por governador dom Miguel Salcedo no ano de 1736, nos trouxe e deu a nós uma boa nova, dizendo-nos então o que o santo Rei lhe havia mandado, e que tinha vindo por amor de Deus, por amor dos santos Padres, e por amor de nós que éramos uns desvalidos índios? Disse-nos também então fazendo-nos saber boa nova: Cuidai da terra onde viveis; essa terra a vós sós Deus a deu, logo que sentirdes algum dano, avisai-me logo. Depois dom Miguel, como temos dito, nos fez saber tão boa nova; tu ainda que és o seu sucessor governador, em vão agora nos envias nova tão má e difícil, porque confias nos teus canhões e artilharia. Em boa hora a trazes, sendo na que tu grandemente confias. O dizes muito bem em vão a nós. Por que, pois, dás sete formosos Povos em paga da Colónia que é um e pobre povo? O seu valor não é suficiente paga nem de um só povo nosso. Por tanto, não temeremos do mal que nos queres fazer: ainda que tragas os teus canhões não temeremos. Deus nosso senhor sòmente, sendo nós uns pobres índios, nos ajudará muito, e o santo Anjo também será nosso ajudador e protector. Quiçá Deus nosso senhor te porá em nossas mãos. Nós, não temos cuidado pelos espanhóis: não errámos nem fizemos mal aos de Montevidéo, nem aos de Buenos Aires, nem de Santafé, nem aos de Corrientes, nem Paraguai; quanto mais nem aos portugueses. Não erramos em coisa alguma, nem desejamos, nem cuidamos de espanhol algum: estamos sós em nosso povo, onde estamos bem. Por isso se vieres teremos guerra. Isto queremos nós se tu vieres, e nós sós nos animaremos e nos mandaremos contra ti até vencer-te. Isto só podes saber. Sabemos já, Senhor, que hás de vir: não se acha alguém que te haja de temer; em chegando tu, Deus cuida de nós pobres índios. Deus só é sempre em quem confiamos grandemente. A Deus sim que tememos mais do que a ti, sendo o dono das nossas vidas. O que tu farás não é coisa.

Dizemos-te isso, senhor Governador. Que Deus te guarde e dê saúde. Santo Ângelo, Julho, 20 de 1753 anos. (*Missionalia Hispanica*, Madrid 1951, Nº 18, p. 556-558). — (L. G. J.)

As sete cartas mencionadas à págs. 212 *e* 213 *encontram-se em seu original guarani e na tradução espanhola no "Arquivo Histórico Nacional" de Madrid, legajo 1201, e publicadas em castelhano por F. Mateos na revista MISSIONALIA HISPANICA, Madrid,* 1949, *Nº* 18, *p.* 551-572. — *(L. G. J.)*.

FIM
da
Segunda Parte
da
HISTÓRIA DAS MISSÕES ORIENTAIS DO URUGUAI

BIBLIOGRAFIA

I

DOCUMENTOS

ARCHIVO GENERAL DE ÍNDIAS. — Apud *Groussac*. Anales.
ARCHIVO GENERAL DE LA NACIÓN. — Montevidéu.
ARCHIVO DEL INSTITUTO HISTÓRICO DEL URUGUAY. — Montevidéu.
ARCHIVO DE SIMANCAS. — Valhadolid. — Espanha.
ARCHIVO HISTÓRICO NACIONAL. — Madrid.
ARQUIVO HISTÓRICO — Porto Alegre, R. G. do Sul.
Códices:
Livro da Expedição de 1737. Cópias de ordens e resoluções do brigadeiro José da Silva Pais e outros comandantes do Presídio de Jesus-Maria-José do Rio Grande de São Pedro;
Sesmarias — Registo de concessão de terras. 1782.
Datas de chãos — Registo de terrenos no Presídio.
Documentos:
Colecções várias, planas de mostra de paulistas, correspondência oficial, campanhas cisplatinas, etc.
ARQUIVO DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO —
Códices:
Consultas do Conselho Ultramarino.
ARQUIVO NACIONAL — Rio de Janeiro.
Colecção de Cartas Régias, original.
Colecção da Provedoria de Fazenda, códices originais.
Correspondência dos vice-reis.
Correspondência do Rio Grande do Sul.
Correspondência de Santa Catarina. 1723-1808.
ARQUIVO PÚBLICO DO RIO GRANRE DO SUL —
Inventários e Testamentos.
Documentos administrativos avulsos.
BIBLIOTECA NACIONAL, Rio de Janeiro.
Secção de Manuscritos:
Colecção de Ângelis. I-28, 34 a 36 e I-29, 1 a 12. Pertenceu essa importante colecção a d. Pedro de Ângelis, historiador e pesquisador, que a organizou na Argentina e a vendeu ao governo brasileiro. Além de centenas de códices preciosos e documentos de toda a ordem sobre o Paraguai, o Prata e toda a América do Sul, constam dessa colecção os arquivos jesuíticos de Córdova e outros colégios, em originais e cópias, em sua maior parte inéditos. Como se verifica do texto deste livro é sobre esses documentos que calcamos todo o trabalho que nos foi dado realizar, aproveitando as Cartas Ânuas originais constantes da Colecção. Citam-se, tam-

bém, da mesma colecção, vários códices referidos em notas de pé de página, de vários trabalhos de historiadores jesuítas e outros existentes em manuscrito na mesma Colecção.
Códices diversos:
Acuerdos del Cabildo de Buenos Aires — I-16, 1, 16.
Azara — d. Felix de... *Descripción Histórica y Geográfica del Paraguai.* I-16, 2, 6 — A Colecção Lamas publicou *Geografia Física,* com notas de R. Schuller, diferente em parte desse códice, que deve ser cópia primitiva e original.
Diários da Demarcação da América Meridional. Códices diversos.
Diário de la Demarcación. 1752 — I. 1, 1, 20.
Cardiel. P. José — *Relación verídica de las Misiones de la Comp. de Jesús en la Prov. que fué del Paraguai.* Faenza. 1772. Cód. 1-5, 1, 52.
Cardiel, P. José — *Declaración de la Verdad.* Buenos Aires — 1900.
Manuscritos diversos citados no texto.
Rodero. Padre Gaspar... *Vendicación de la verdad y de la inocencia perseguidas.* Cód. 1-29, 1, 100.
Correspondências diversas:
Governadores do Rio Grande do Sul, 12 volumes — 1,5, 4, 1 a 12.
Vice-reis da Bahia, I, 4, 3, 57.
CÂMARAS ECLESIÁSTICAS:
Arquivo da Câmara Eclesiástica do Rio de Janeiro — Casamentos da Sé Velha — (Colónia do Sacramento) 1690-1705.
Arcebispado de Porto Alegre. Assentos.
Bispado de Pelotas.
Bispado de Santa Maria.
Bispado de Uruguaiana.

II

LIVROS E REVISTAS

ABREU — Capistrano de... *Capítulos de História Colonial.* Fund. Cap. de Abreu. Rio de Janeiro — Tip. Leuzinger — 1928.
Florêncio de... *Governo de José Marcelino de Figueiredo no Rio Grande de São Pedro.* Sep. Anais 2º Congresso Hist. R. G. Sul - Porto Alegre — 1937.
ACEVEDO — Pablo Blanco... *La mediación de Inglaterra en la Convención de Paz de* 1828 — Montevidéu — 1928.
ACTAS DA CÂMARA da Vila de São Paulo — Colecção. S. Paulo — 1914.
ADET — Emílio... *O Cavalo* — Rio de Janeiro — 1858.
ALENCASTRE — Cel. Álvaro... *As Missões Orientais do Uruguai e o coronel Joaquim António de Alencastre* — Rev. Inst. Hist. R. G. do Sul. P. Alegre — 1933.
ALMEIDA — Cândido Mendes de... *Memórias para o Extinto Estado de Maranhão* — Rio de Janeiro — 1874.
AMEGHINO — F. *La Antiguedad del Hombre en el Plata* — Buenos Aires — 1925.
ANAIS DA BIBLIOTECA NACIONAL — Rio de Janeiro.
ANAIS DA PROVÍNCIA DE SÃO PEDRO — Porto Alegre.
ANAIS DO ITAMARATÍ — *Documentos sôbre a Cisplatina* — Vols. 1 a 7, (1935-1942).

ANALES DE LA BIBLIOTECA — Buenos Aires. Colecção de documentos — 1925.
ANCHIETA — Padre José de... *Cartas Jesuíticas* (III) — Public. da Academia Brasileira — Civ. Bras. Rio de Janeiro — 1933.
ÂNGELIS — D. Pedro de... *Colección de obras y documentos relativos a la História antigua y moderna de las provincias del Plata.* Buenos Aires — 1836.
ARCHIVUM HISTORICUM SOCIETATIS IESU. — Periodicum Semestre. Roma, Via dei Penitenzieri 20. — Desde o ano de 1932.
ARQUIVO NACIONAL — *Publicações* — Colecção.
de São Paulo — *Documentos interessantes para a História e Costumes de São Paulo* — Colecção.
de São Paulo — *Inventários e Testamentos* — Colecção.
AZAMBUJA — Dr. Graciano de... *Anuário do Rio Grande do Sul.* Col.
AZEVEDO MARQUES — M. E. de... *Apontamentos Históricos, estatísticos, etc.* para a Província de São Paulo. Rio de Janeiro — 1879.
AYESTERAN — Lauro... *Domenico Zipoli* — Rev. Histórica de Montevidéu. Ano XXXV, Montevidéu — 1941.
AYRES DE CAZAL — *Corografia Brasílica* — Rio de Janeiro — 1817.
AZAROLA GIL — Luís Enrique de... *Los orígenes de Montevideo.* Buenos Aires — 1933.
Luís Enrique de... *La epopeya de d. Manuel Lobo.* — Madrid — 1931.
BARBA — Enrique... *D. Pedro de Cevallos* — Biblioteca Humanidades. La Plata — 1937.
BAUZÁ —Francisco... *Historia de la Dominación Española en el Uruguay* — Montevidéu — 1895.
BIBLIOTECA NACIONAL — Documentos sobre o Tratado de 1750 — Anais, Vols. LII, LIII — Rio, 1939. Com notas do dr. Rodolfo Garcia.
BLANCO — J. M. ... *Historia Documentada de los Mártires del Caaró y de Ijuy* — Buenos Aires — 1929.
BOITEUX — Lucas A.... *Notas para a História Catarinense* — Florianópolis — 1912.
BORGES FORTES — General João... *Cristovão Pereira* — Sep. Rev. Inst. Hist. R. G. Sul — Porto Alegre — 1932.
Gen. João... *A Frota de João de Magalhães* — Rev. Inst. Hist. R. G. Sul. — Porto Alegre. 1º Trim. — 1934.
Casais — Ed. Centenário Farroupilha. Rio — 1932.
Povoamento do Rio Grande do Sul. Porto Alegre — 1938.
CABEZA DE VACA — Alvar Núñez... *Comentário de... adelantado y governador de la Provincia del Rio del la Plata.* Scriptos por Pero Hernandez, scrivano y secretario de la Provincia dirigidos al Serenissimo muy Alto y muy poderoso Señor el Infante d. Carlos N. S. Valadolid — 1555.
CALVO — C.... *Recueils complets.* Paris — 1868.
CARDOSO — Anibal... *Anteguedad del cavallo en el Plata.* Anales del Museu. Buenos Aires — 1911.
CARTAS DE ÍNDIAS — *Colección de documentos inéditos del Archivo de Indias.* Madrid — 1874.
CARVALHO — Dr. Mário Teixeira de... *Nobiliário Riograndense.* Porto Alegre — 1937.
CASTRO E ALMEIDA — Eduardo de... *Inventário dos documentos relativos ao Brasil,* existentes no Arquivo de Marinha e Ultramar — Anais da Biblioteca Nacional. Tomo XXXIV e outros — 1921.

Engênio de... *Geografia linguística e cultura brasileira. Rio.* — 1937.
Diário de Pero Lopes de Souza. Rio — 1927.
CAVIGLIA (hijo) Buenaventura... *Sobre el origen y la difusión del bovino en el Uruguay.* Montevidéu — 1935.
CEZIMBRA JAQUES — João... *Assuntos do Rio Grande do Sul.* Porto Alegre — 1912.
CHARLEVOIX — Pierre François Xavier... *Histoire du Paraguay* — Paris — 1756.
CHAVES — Antonio José Gonçalves... (Hum Português) *Memórias ecônomo-políticas sobre a administração pública do Brasil.* Rio de Janeiro, Tip. Nacional — 1822. Reed. Rev. Inst. Hist. R. G. Sul. Ano II, 2º e 3º Trim. Porto Alegre — 1921.
CIDADE — General Francisco de Paula... *Resumo Histórico da Campanha de* 1825-1828. Porto Alegre — *Diário de Notícias* — 1928.
CONI — Emílio A.... *Historia de las vaquerias de Río de la Plata.* Madrid — 1930.
... *La introducción del ganado vacuno en el Uruguay.* Boletin de la Junta Administrativa e Histórica. Buenos Aires — 1929.
CORREA LUNA — Carlos... *Campaña del Brasil* — Archivo General de la Nación. Buenos Aires — 1931.
CRUZ — Alcides... *Incursão do general Frutuoso Rivera às Missões.* Porto Alegre, 1914.
DÍAZ DE GUZMAN — Ruy... *La Argentina.* Assunção, 1837.
DOCCA — General Emílio Fernandes de Souza... *Conquista das Missões.* Alm. do Rio Grande do Sul, 1914.
Notas aos Anais de Lima e Silva — Rev. Inst. Hist. R. G. Sul, 1927.
Missão Ponsomby — Rev. Inst. Hist., R. G. Sul, 1930.
DUARTE, MANUEL — *Estâncias.* Anais do III Congr. Sul-riogr. de Hist. e Geogr. Vol. 38, p. 1609 ss.
ELLIS JUNIOR — Alfredo... *O Bandeirantismo Paulista e o recuo do Meridiano.* São Paulo, 1934.
EHRENREICH — Paulo... *A etnografia da América do Sul.* Rev. Inst. Hist. de São Paulo, Vol. XI, 280 ss.
ESTUDIOS — *Revista Argentina de Cultura,* fundada en el año 1911.
ESTUDOS — *Revista Trimestral de Filosofia e Cultura da Associação dos Professores Católicos do Rio Grande do Sul.* Porto Alegre.
FELIZARDO — Jorge Godofredo... *Genealogia Riograndense.* Porto Alegre, 1937.
FERNANDES PINHEIRO — José Feliciano (Visconde de São Leopoldo) — *Anais da Província de São Pedro* — 2ª edição. Paris, 1839.
FERNÁNDEZ — Diego... *Primera Parte de La Historia del Perú.* Madrid, 1914. (Publicada pela primeira vez em Sevilha, 1571).
FIGUERA — José H... *Los primitivos habitantes del Uruguay.* Montevidéu, 1922.
FONSECA GALVÃO — Manuel do Nascimentto da... *Notas Geográficas e históricas sobre a Laguna* — Desterro, 1881.
FURLONG CARDIFF — P. Guillermo... *Cartografía Jesuítica del Rio de la Plata* — Buenos Aires, 1936.
Los Jesuitas y la cultura Rioplatense. Montevidéu, 1933; 2ª ed. Buenos Aires, 1946.
GAMA — Basílio da... *O Uraguay.* Public. da Academia de Letras. Rio, 1941.
GANDAVO — Pero de Magalhães... *História do Brasil.* Rio, 1924.
GANDÍA — Enrique de... *Historia de Santa Cruz de la Sierra.* Buenos Aires, 1935.

Historia de la Conquista del rio de la Plata y del Paraguay, Buenos Aires, 1932.
GARAY — Blas... *Colección de documentos relativos a la Historia de América y en particular a la historia del Paraguay.* Sep. Rev. Inst. Hist., Paraguay — Asuncion, 1899.
GARCIA — Diego... *Carta.* Rev. Ins. Hist. Bras., T. XV. Parte III.
GAY — Cônego João Pedro... *História da República Jesuítica do Paraguai.* Rio, 1861. 2ª edição, com eruditas notas do dr. Rodolfo Garcia. Rio — Imprensa Nacional, 1942.
GROUSSAC — Paul... *Mendoza y Garay.* Buenos Aires, 1916. 2ª edição.
GUEVARA — Padre Pedro... *Historia de la Província del Paraguay.* Col. Lamas, 1856.
HAFKEMEYER — Padre João Baptista... *A primitiva igreja rio-grandense.* Rev. Inst. Hist. Geog. R. G. do Sul, Porto Alegre, 1929.
HANSEL — José... *A Pérola das Missões Jesuíticas* (São Miguel).
HERNÁNDEZ — P. Pablo, S. J. — *Organización Social de las Doctrinas Guaranies de la Compañia de Jesús.* Dois tomos, Barcelona, 1913.
El Extrañamiento de los Jesuítas del Rio de la Plata y de las Misiones del Paraguay — Madrid, 1908.
HERVÁS — D. Lorenzo... *Catálogo de lenguas* — Madrid, 1808.
IHERING — Dr. Hermann von... *A etnografia do Brasil Meridional.* Rev. Inst. Hist. Geog. de São Paulo, Vol. XI, 229 ss.
INSTITUTO HISTÓRICO de São Paulo — Colecção.
de Porto Alegre — Colecção.
de Montevidéu — Colecção.
JABOATAM — Frei A. de Santa Maria... *Orbe Seraphico* — Rio, 1858.
JAEGER — Padre Luís Gonzaga... *Os heróis de Caaró e Pirapó.* Ed. Globo, Porto Alegre, 1940 — Os 3 Mártires Rio-grandenses. 2ª edição, 1951.
As invasões bandeirantes no Rio Grande do Sul. Porto Alegre. Tip. do Centro, 1940.
O Herói do Ibía. Porto Alegre, 1943.
História da Introdução do Gado no R. G. do Sul, in Rev. do Inst. Hist. e Geogr. do R. G. Sul, 1943, nº 90, p. 217-245.
KOSERITZ — Carlos von... *Etnografia rio-grandense.* Porto Alegre, 1889.
LAFUENTE MACHAIN — R. de... *Los portugueses en Buenos Aires* — Buenos Aires.
El gobernador Domingo Martínez de Irala — Buenos Aires, 1939.
LAGO — Coronel Laurenio... *Brigadeiros e generais do Brasil* — Rio, 1938.
LAMEGO — Alberto... *Terra Goytacá* — Bruxelas, 1913.
LEITE — Padre Serafim... *História da Companhia de Jesus no Brasil.* 10 vols. Lisboa, Rio, 1932 - 1950.
Carta de António Rodrigues. Anais da Bibliot. Nac. XLIX, Rio.
Páginas de História do Brasil — Brasiliana. Rio. 1937.
LEONARDT, CARLOS, S. J. — *Documentos para la Historia Argentina,* tomos XIX y XX, *Cartas Anuas de la Provincia del Paraguay, Chile y Tucumán, de la Compañía de Jesús,* 1609-1614 (1927) y 1615-1637 (1929). Facultad de Filosofia y Letras, Instituto de Investigaciones Históricas.
LÉRIDA — F... *Cartas y datos* — Buenos Aires, 1919.
LIMA — Alcides... *História popular do Rio Grande do Sul.* Rio, 1882.
LOPES NETO — João Simões... *Lendas do Sul* — Porto Alegre, 1902.

MADRE DE DEUS — Frei Gaspar da... *Memórias para a história da Capitania de São Vicente*. Ed. São Paulo, 1920.
MAGALHÃES — Basílio de... *Expansão geográfica do Brasil colonial* — Editora Nacional, 2ª ed., 1935.
MALHEIRO DIAS — Carlos... *História da Colonização Portuguesa no Brasil*. 3 volumes — Porto, 1921.
MENDOZA — Dr. Prudencio de la C... *História de la Ganaderia argentina*. Buenos Aires, 1928.
MISSIONALIA HISPANICA. Revista cuatrimestral, editada por el Instituto "Santo Toribio de Mogrovejo", Madrid.
MONTOYA — Padre António Ruiz de... *Conquista espiritual*. Ed. de Bilbau, 1892.
Arte de la lengua guarany, o mas bien tupi — Viena — Paris, 1876.
MORAES SILVA — Antonio de... *Dicionário da língua portuguesa*. Ed. fac-similar. Lisboa, 1813.
MORENO — Fulgencio B... *La ciudad de Asunción*. Libreria J. Suárez. B. Aires, 1926.
MUSEU NACIONAL — *Anais*. Colecção.
MUSEU PAULISTA — *Anais*. Colecção.
NEVES — António da Silva... *Origem provável das diversas raças que povoaram o território pátrio*. São Paulo, 1918.
NÓBREGA — Padre Manuel da... *Cartas do Brasil*. Ed. da Academia Brasileira de Letras. Rio, 1931.
NOGUEIRA — Baptista Caetano de Almeida... *Vocabulário das palavras guaranís usadas pelo tradutor da Conquista Espiritual*. Sep. Vol. VII. Dos Anais da Biblioteca Nacional. Rio de Janeiro. Tip. Nac., 1879.
O JORNAL — Rio de Janeiro.
OLIVEIRA LIMA — *Dom João VI no Brasil*. Rio, 1908.
ORNELLAS, MANOELITO DE — *Tiarajú*. Porto Alegre, 1945.
O Tratado de Madrid e a Companhia de Jesus. Na Revista "Estudos", Porto Alegre, nº 2 de 1953.
OSÓRIO — Fernando Luís... *História do General Osório*. Rio de Janeiro. Tip. G. Leuzinger & Filhos, 1894.
PALOMEQUE — Alberto... *El general Rivera y la campaña de Misiones*. Buenos Aires, 1914.
PASTELLS — MATEOS — Nove Volumes de documentos sobre la *Historia de la Compañia de Jesús en la Provincia del Paraguay*. Madrid, "Instituto Santo Toribio de Mogrovejo". 1895-1949.
PEREIRA DE SÁ — Simão... *Nova Colónia do Sacramento*. Ed. Gabinete Português de Leitura. Rio. 1900.
PORTO — Aurélio... *Processo dos Farrapos — Notas*. Publicações do Arquivo Nacional. Vols. XXIX a XXXI. Rio, 1933-1935.
Biografia do dr. José de Saldanha — Diário Resumido — Anais — Biblioteca Nacional. Vol. LI — Rio, 1933.
Farrapiada — Poemas heróicos do Rio Grande — Rio. 1938.
Terra Farroupilha — 1º vol. Livraria Selbach. Porto Alegre, 1936.
Caró — (Jornal do Comércio). Rio. 22-VII-1934.
Martírio do Venerável P. Cristóvão de Mendoza, Sep. 2º Cong. de História Riograndense. Porto Alegre, 1940.
Função sócio-geográfica do gado brasileiro. Jornal — Rio, 30-IV-1939.
História do Gado no Brasil. (Em preparo). V. Anais Congresso de História Nacional. Rio. 1940.
Regimento de Dragões do Rio Pardo. Sep. Rev. Inst. Hist.. R. G. do Sul. Porto Alegre. 1920.

PROVÍNCIA DE SÃO PEDRO — Porto Alegre. (Revista).
RAMBO — Padre Balduino... *A Estrutura da Serra* — Anais do 2º Congresso de História do Rio Grande do Sul. Vol. I. Porto Alegre, 1937.
RANÇONNIER — Padre Jacob — *Litterae annuae provinciae Paraguariae Societatis Jesu* — Antuérpia, 1636.
REGO MONTEIRO — Coronel Jonatas da Costa... *As primeiras reduções jesuíticas do Rio Grande do Sul*. Rev. Inst. Hist., R. G. do Sul, 1º Trim. Ano XIX, 1939.
A Colónia do Sacramento. 1680-1777. 2 vols. Porto Alegre. Liv. Globo, 1937.
Dominação espanhola no Rio Grande do Sul. Sep. Revista Militar, Rio, 1935.
REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO BRASILEIRO — Rio de Janeiro.
REVISTA DE LA SOCIEDAD AMIGOS DE ARQUEOLOGIA — Montevidéu.
REVISTA DO ARQUIVO PÚBLICO DO RIO GRANDE DO SUL — Porto Alegre.
RIO BRANCO — Barão do... *Exposição que os Estados Unidos do Brasil apresentam ao Presidente dos Estados Unidos da América como árbitro, etc.* Vol. VI — Apêndice — Mapas — New York, 1894. — *Efemérides Brasileiras*. 2ª edição. Imp. Nacional. Rio, 1938.
ROCHA POMBO — J. F.... *História do Brasil* — Rio, 1906.
RODRIGUES — José Honório... *O Continente do Rio Grande* — Rio, 1954.
RODRIGUES DO PRADO —Francisco... *História dos índios cavaleiros da nação guaicurú*. Rev. Inst. Hist. Bras., Vol.
SAINT-HILAIRE — Auguste de... *Viagem ao Rio Grande do Sul*. (1820-1821). Trad. Rio, 1930.
SALDANHA —Dr. José da... *Diário Resumido* — Sep. Anais da B. Nacion. Vol. LI. Rio, 1938.
SANMARTIN, OLYNTHO — *Bandeirantes no Sul do Brasil*. Porto Alegre, 1949.
A Bandeira de Aracambi. Anais do 2º Congresso de História do R. G. do Sul, 1937, III, vol. 7º.
SCHROEDER — Celso... *A Campanha do Uruguai* — 1811-1812 — Rev. Inst. Hist. do R. G. Sul — Ano XIV, 1934.
SCHULLER —R.... *Sobre el origen del Charrua* — Santiago. Chile, 1906.
SEPP — Padre António... *Carta ao Padre Stinglhaimer* — Lettres Edifiantes. Tomo XI, ed. 1843. Cópia em espanhol, na Colecção de Angelis.
Viagem às Missões Jesuíticas e Trabalhos Apostólicos. São Paulo.
SERRANO — Antonio... *Etnografia de la antigua provincia del Uruguay*. Paraná. Argentina, 1936.
Primitivos habitantes del territorio argentino — Paraná, 1935.
SILVA LEME — Luís Gonzaga da... *Genealogia Paulistana*. 9 vols. São Paulo, 1903.
SILVA LISBOA — Baltazar da... *Anais do Rio de Janeiro*. Rio, 1835.
SIMCH — Dr. Francisco Rodolfo... *Tembetás*. Rev. Inst. Hist. R. G. Sul, 1924.
SOARES DE SOUZA — Gabriel... *Tratado descriptivo do Brasil*. Rev. Inst. Hist. Bras. Tomo XIV, 1851.
SOMMERVOGEL — Padre Carlos — *Bibliothèque de la Compagnie de Jesus*.
SOUZA — D. António Caetano de... *História Genealógica de Portugal*. Casa de d. João III. Lisboa.

STADEN — Hans... *Viagem ao Brasil*. Ed. 1930.
TANNER — Padre Mattias... *Societas Jesu usque ad sanguinis et vitae etc.* — Praga — MDCLXXV.
TAUNAY — Afonso d'Escragnole... *História Geral das Bandeiras*. São Paulo, 11 volumes. 1924-1950.
TECHO — Padre Nicolas del... *Historia Provinciae Paraquariae Societatis Jesu* — Leodium (Liège), 1673.
TELLES — Baltazar... *Crónica da Companhia de Jesus* — Lisboa, 1647.
TERRA FARROUPILHA — *Formação do Rio Grande do Sul* — Volume I, Parte Histórica. Vol II, *O Rio Grande do Sul Económico* — Porto Alegre.
TESCHAUER — Padre Carlos... *História do Rio Grande do Sul dos dois primeiros séculos* — Liv. Selbach. 1918. Porto Alegre.
Vida e obras do Padre Roque Gonzalez de Santa Cruz — Liv. Selbach — Porto Alegre, 1925.
TOMAR — D. Pedro Pablo de... *Causas de la escasez y deterioro de los cavallos de España* — Madrid, 1792.
TORRE REVELLO — José... *Mapas y planos del Virreinato del Plata* — Buenos Aires, 1938.
TRELLES — Revista de la Biblioteca. Buenos Aires.
UHLE — Dr. Max... *Fundamentos étnicos de Africa* — Quito, Equador, 1922.
VALDEZ — Doroteo Márquez... *Incursión del general Rivera a las Misiones* — Trad. de Alcides Cruz — Montevidéu, 1916.
VARELA — Dr. Alfredo... *Duas Grandes intrigas* — Porto, 1919.
História da Grande Revolução, 6 volumes — Porto Alegre, 1933.
VARNHAGEM — F. A. (Barão de Porto Seguro)... *Bibliografia de Martim Affonso de Souza* — Rev. Inst. Hist. Bras. Vol. V.
Biografia de Salvador Correa de Sá e Benevides — Rev. Inst. Hist. Bras.
História Geral do Brasil — 3ª edição. São Paulo.
VASCONCELLOS — Padre Simão de... *Crónica da Companhia de Jesus no Estado do Brasil*.
VELLOSO DA SILVEIRA — Hemetério... *As Missões Orientais do Uruguay* — Porto Alegre, 1909.
VIANNA — Urbino... *Sobre o gado curraleiro* — Sep. Rev. de Agricultura. Rio, 1927.
VIDAL — Angel H.... *La leyenda de la destrucción de los Charruas*. Apart. Rev. Inst. Hist. Montevidéu. T. IX, 1932.
VIEIRA DOS SANTOS — *Memória Histórica da cidade de Paranaguá* — Curitiba, 1922.
WIEDERSPAHN — H. O.... *A Conquista das Missões* — Rev. Inst. Hist. R. G. do Sul. Ano XIV, 1º Trim. Porto Alegre, 1934.
XARQUE — Dr. Francisco... *Insignes Misioneros de la Compañía de Jesús en la Provincia del Paraguay* — Pamplona, 1687.

ÍNDICE ONOMÁSTICO

B

C

D

J

K

L

N

O

P

Q

R

S

ÍNDICE GERAL

Série JESUÍTAS NO SUL DO BRASIL

Volumes já publicados:

I. **Os Três Mártires Rio-Grandenses**, pelo P. Luís Gonzaga Jaeger, S. J., 391 páginas. Segunda edição melhorada.

II. **Biografia Completa do P. João Baptista Reus, S. J.**, pelo P. Léo Kohler, S. J., 399 páginas.

III. **História das Missões Orientais do Uruguai**, por Aurélio Porto. Segunda edição revista e melhorada pelo P. Luís Gonzaga Jaeger, S. J. — **Primeira Parte**, 434 páginas.

IV. **História das Missões Orientais do Uruguai**, por Aurélio Porto. Segunda edição revista e melhorada pelo P. Luís Gonzaga Jaeger, S. J. — **Segunda Parte**, 462 páginas.

Volumes em prepáro:

A Cultura dos Sete Povos.

A Companhia de Jesus rediviva no Rio Grande do Sul e Santa Catarina.